

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS

CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

**Impactos da participação social nas audiências públicas (2008-2018) da
Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
(Alerj), no processo de inclusão do público da Educação Especial**

Daniela Lobo dos Santos

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**IMPACTOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
(2008-2018) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ), NO
PROCESSO DE INCLUSÃO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

DANIELA LOBO DOS SANTOS

Sob a Orientação do Professor
Dr. Allan Rocha Damasceno

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237i

Santos, Daniela Lobo dos, 1973-
Impactos da participação social nas
audiências públicas (2008-2018) da Comissão de
Educação da Assembleia Legislativa do Estado do
Rio de Janeiro (Alerj), no processo de inclusão
do público da Educação Especial / Daniela Lobo
dos Santos. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
309 f.

Orientador: Allan Rocha Damasceno.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2022.

1. Inclusão em Educação. 2. Alerj. 3. Participação
Social. 4. Políticas Públicas. 5. Democracia.
I. Damasceno, Allan Rocha, 1978-, orient. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 400/2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.023051/2022-56

Seropédica-RJ, 13 de abril de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DANIELA LOBO DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

ALLAN ROCHA DAMASCENO. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

MIRIAM MORELLI LIMA. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS. Dra. (Examinadora Externa à Instituição).

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 13/04/2022 17:24)

ALLAN ROCHA DAMASCENO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 2572431

(Assinado digitalmente em 13/04/2022 16:58)

MIRIAM MORELLI LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptIPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1299571

(Assinado digitalmente em 13/04/2022 17:50)
MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 751.398.047-00

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
400, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/04/2022** e o código de verificação: **97c0e1718e**

No céu, para Walmir.
Na terra, para Aurora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós, que foram meus pais e são minha vida, não importa onde a consciência deles esteja. Muito obrigada também à minha analista, Maria Cristina Araújo Pereira, por me acompanhar nos desafiadores caminhos do inconsciente.

Obrigada, José Antônio, meu companheiro, pela força e compreensão.

Obrigada, Dr. Allan Rocha Damasceno, estimado orientador, por acreditar no meu projeto, ampliar minha visão de mundo e por me receber no grupo de pesquisa mais atuante que eu poderia participar. Obrigada por me incluir!

Gratidão, Profa. Dra. Miriam Morelli Lima de Mello, da UFRRJ, e Profa. Dra. Mônica Pereira dos Santos, da UFRJ, por terem me ensinado tanto no momento da qualificação.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Waldeck Carneiro, por todo incentivo, sempre acreditando e apoiando meu trabalho, e à Profa. Dra. Erika Takimoto, por sua escuta, torcida e acolhimento.

Meu eterno agradecimento a Lúcia Nogueira da Gama, especialista do legislativo, secretária da Comissão de Educação da Alerj, por me fornecer o material e as informações que necessitei para concluir esta pesquisa. Parabéns pela forma como você organiza os documentos. Meu viva ao funcionalismo público!

Agradeço, à jornalista Márcia Porto e às demais profissionais que trabalharam no gabinete do então deputado Comte Bittencourt, pelo apoio, atenção, empenho e profissionalismo. Muito obrigada, Maria Dulce Galindo e Marilda Reis de Almeida. Meu agradecimento também para Viviane Mariano, do gabinete do deputado Márcio Pacheco. A ajuda de vocês fez toda a diferença.

Obrigada, Profas. Dras. Mara Cruz e Patrícia Braun, do CAp-UERJ, por me iniciarem neste caminho tão rico da inclusão.

Celia Regina Machado Jannuzzi Loureiro, Raffaella Lupetina, Patrícia Andrade, amigas de grupo de pesquisa do qual faço parte, gratidão pelo carinho e por todas as dicas que me deram ao longo deste estudo. Sem vocês, teria sido muito mais difícil.

Meus agradecimentos também ao presidente da Alerj, deputado André Ceciliano, e ao deputado Luiz Paulo por todo incentivo ao meu trabalho.

Por fim, agradeço a todos que conheci, por terem me apresentado um pedacinho de seus universos particulares e por terem feito o meu se expandir, por meio das experiências que compartilhamos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

“Hoje em dia qualquer pessoa, sem exceção, se sente mal-amada, porque cada um é deficiente na capacidade de amar.”

(Theodor Adorno)

SANTOS, Daniela Lobo dos. **Impactos da participação social nas audiências públicas (2008-2018) da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no processo de inclusão do público da Educação Especial** 2022. 309 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

RESUMO

As Assembleias Legislativas são a principal referência política da democracia liberal no âmbito estadual. O espaço legítimo para o debate da vida social. No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa do Estado, a Alerj, tem funções definidas por seu Regimento Interno, pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro e, como as demais Assembleias do país, pela Constituição Federal. Entre elas, é dever da Alerj constituir ambiente adequado para que ocorram encontros nos quais sejam debatidos temas relevantes, ocorridos no cotidiano da sociedade. Nesse contexto, a presente pesquisa debruçou-se em um desses assuntos: Inclusão na Educação. Por meio do crescente número de pessoas público-alvo da Educação Especial matriculadas nas escolas brasileiras — de acordo com o último censo escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, realizado em 2021, foram 1.308.900 estudantes com demandas especiais de aprendizagem —, é possível observar que as discussões em torno dessa questão vêm se tornando fundamentais. Nesta pesquisa, analisamos se a participação social, que ocorre nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj, vem produzindo efeitos no processo de inclusão dessas pessoas. A Inclusão em Educação é um princípio que tem início na década de 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, e que ganha força na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, em 13 de dezembro de 2006. As ideias apresentadas nesses encontros inspiraram leis, políticas, portarias, decretos e dispositivos legais no Brasil. No país, o fomento à inclusão tornou-se mais firme após a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI. Por conta disso, 2008-2018, uma década após a aprovação dessa política, é o período de tempo a ser considerado na pesquisa. A PNEEPEI considera três subgrupos do público da Educação Especial: pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento — transtorno do espectro do autismo — e altas habilidades/superdotação. Este trabalho foca em dois desses subgrupos: pessoas com deficiência e pessoas com transtornos globais do desenvolvimento. Para que as letras legislativas sejam próximas às demandas das minorias representadas, é preciso considerar a importância da representatividade social na construção dos mecanismos legais e na cobrança do que as leis já determinam. Portanto, seguindo o lema do referencial metodológico da Teoria Crítica, que é usado neste estudo, os debates são analisados, problematizados e, pela análise crítica, são sugeridos caminhos para mudar a realidade. A ideia é que a participação social nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj favoreça impactos no cenário da Inclusão em Educação no estado do Rio de Janeiro. Elaborar e tornar pública essa análise pode promover um ambiente de maior troca e de melhorias na construção da democracia.

Palavras-chave: Inclusão em Educação, Alerj, Participação Social.

SANTOS, Daniela Lobo dos. **Impacts of social participation in public hearings (2008-2018) of the Education Commission of the Legislative Assembly of State of Rio De Janeiro (Alerj), in the process of inclusion of the target audience of Special Education.** 2022. 309 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

ABSTRACT

The Legislative Assemblies are the main political reference of liberal democracy at the state level. The legitimate space for the debate on social life. In Rio de Janeiro, the State Legislative Assembly, Alerj, has functions defined by its Internal Regulation, by the Constitution of the State of Rio de Janeiro and, like other assemblies in the country, by the Federal Constitution. Among them, it is Alerj's duty to create an appropriate environment for meetings to take place in which relevant issues that occur in the daily life of society are debated. In this context, this research focused on one of these subjects: Inclusion in Education. Through the growing number of Special Education target audiences enrolled in Brazilian schools — according to the last school census, produced by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira, Inep, carried out in 2021, there were 1,308,900 students with special demands for learning — it's possible to observe that discussions around this issue are becoming fundamental. In this research, we analyze whether the social participation, which takes place in the public hearings of the Education Commission of Alerj, has been producing effects in the process of inclusion of these people. Inclusion in Education is a principle that begins in the 1990s with the World Declaration on Education for All, in Jomtiem, Thailand, and which gains strength in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, adopted by the UN, on 13th of December 2006. The ideas presented at these meetings inspired laws, policies, ordinances, decrees and legal provisions in Brazil. In the country, the promotion of inclusion became firmer after the approval of the National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education, the PNEEPEI. Because of this, 2008-2018, a decade after the approval of this policy, is the period of time to be considered in the research. PNEEPEI considers three subgroups of the Special Education target audience: people with disabilities, people with pervasive developmental disorders — autism spectrum disorder — and high abilities/giftedness. This work focuses on two of these subgroups: people with disabilities and people with pervasive developmental disorders. For the legislative letters to be close to the demands of the represented minorities, it's necessary to consider the importance of social representation in the construction of legal mechanisms and in the demand for what the laws already determine. Therefore, following the motto of the Critical Theory methodological framework, which is used in this study, the debates are analyzed, problematized and, through critical analysis, ways to change reality are suggested. The idea is that social participation in public hearings by the Alerj Education Commission will favor impacts on the Inclusive Education scenario in the state of Rio de Janeiro. Developing and making this analysis public can promote an environment of greater exchange and improvements in building democracy.

Keywords: Inclusive Education, Alerj, Social Participation.

ANEXOS

ANEXO A – Audiência pública realizada em 14.10.2009 – AP1	122
ANEXO B – Audiência pública realizada em 20.04.2011 – AP2	147
ANEXO C – Audiência pública realizada em 03.06.2011 – AP3	181
ANEXO D - Audiência pública realizada em 05.12.2012 – AP4	217
ANEXO E – Audiência pública realizada em 14.08.2013 – AP5	249
ANEXO F – Audiência pública realizada em 07.10.2015 – AP6	269
ANEXO G – Proposta de emenda substitutiva à meta 4, do Plano Nacional de Educação 2011-2020	299

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
I - FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA ..	26
II – REFERÊNCIAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO	32
2.1 Marcos legislativos sobre a modalidade Educação Especial e o princípio da Inclusão em Educação.....	33
2.2 Marcos legislativos do estado do Rio de Janeiro sobre a Educação Especial e a Inclusão em Educação.....	44
III – A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEEPEI): PENSANDO O PROCESSO DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORANEAMENTE	52
IV – A TEORIA CRÍTICA COMO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	61
4.1 Objetivos.....	64
4.2 Questões de estudo.....	65
4.3 Lócus de estudo.....	65
4.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	66
4.5 Inclusão em Educação, emancipação e democracia: demandas da participação social nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj	67
4.5.1 Audiências públicas sobre Inclusão em Educação: centralidade dos debates e das participações	69

4.5.1.1 Audiência pública realizada em 14.10.2009 – AP1.....	69
4.5.1.2 Audiência pública realizada em 20.04.2011 – AP2.....	71
4.5.1.3 Audiência pública realizada em 03.06.2011 – AP3.....	74
4.5.1.4 Audiência pública realizada em 05.12.2012 – AP4.....	79
4.5.1.5 Audiência pública realizada em 14.08.2013 – AP5.....	81
4.5.1.6 Audiência pública realizada em 07.10.2015 – AP6.....	83
4.5.2 Análise das demandas da participação pública nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj: diálogos e encaminhamentos	87
4.5.2.1 A relação entre as demandas sociais apresentadas nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj e a emancipação do público da Educação Especial	87
4.5.2.2 Encaminhamentos resultantes das audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj e a afirmação da Democracia: participação social para consolidação	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	118

“Localizo o perigo em questões bem diversas. Exatamente em que, por toda a parte onde a televisão aparentemente se aproxima das condições de vida moderna, porém ocultando os problemas mediante rearranjos e mudanças de acento, gera-se efetivamente uma falsa consciência.”

Theodor W. Adorno

APRESENTAÇÃO

As palavras de Adorno sempre ecoaram nas salas de aula que frequentei na faculdade de Comunicação Social. Sabíamos que trabalhar na imprensa seria um desafio. Precisaríamos sair da superficialidade ao tratar dos assuntos. Teríamos que ir fundo nos dramas sociais, provocar reflexão e não anestesiar mentes, com o objetivo de mantê-las subjugadas aos padrões e aos interesses das classes dominantes. Essa missão era apresentada de forma clara nas reflexões do filósofo alemão.

“Pelo prisma do veículo de comunicação de massa a tarefa que se coloca seria encontrar conteúdos e produzir programas apropriados em seu conteúdo para esse veículo, e não impostos a ele a partir de seu exterior.” (ADORNO, 2020, p. 102). Para Adorno, os meios de comunicação deveriam colaborar na formação cultural das pessoas, por meio de uma programação que pudesse provocar críticas e reflexões acerca da vida em sociedade, e não divulgar ideologias dominantes heteronômicas.

Sendo assim, depois de formados, estaríamos nas ruas, denunciando, protegendo os mais vulneráveis, lutando por um mundo de oportunidades para todos; um mundo democrático e inclusivo. Vínhamos de uma geração silenciada pela ditadura, de exclusão e mordanças. Nosso desafio era ainda maior: o de facilitar a liberdade dos discursos, a pluralidade de vozes. Não foi bem assim. Na faculdade, tínhamos visto que Adorno já chamava atenção, em vários momentos de sua obra, para reflexões aprofundadas sobre os meios de comunicação de massa.

Nessa medida gostaria de chamar atenção para que não se veja isoladamente a televisão, que constitui somente um momento no sistema conjunto da cultura de massa dirigida

contemporânea orientada numa perspectiva industrial, a que as pessoas são permanentemente submetidas em qualquer revista, em qualquer banca de jornal, em incontáveis situações de vida, de modo que a modelagem conjunta da consciência e do inconsciente só pode ocorrer por intermédio da totalidade desses veículos de comunicação de massa. (ADORNO, 2020, p. 95).

A constatação a respeito dos apontamentos de Adorno sobre a função exercida pelos meios de comunicação não demoraria a aparecer. Acreditávamos que, com nosso trabalho e com o que tínhamos aprendido, seria possível provocar mudanças no cenário que o filósofo alemão apresentava desde a década de cinquenta. Sabíamos que a missão seria desafiadora.

Sou jornalista e atuo há mais de vinte anos no mercado; em televisão, a maior parte do tempo. Durante o período em que trabalhei na grande mídia, cobri matérias de todo tipo, mas a violência sempre esteve em destaque. Aqui, no Rio de Janeiro, as notícias sobre esse assunto estavam (ainda estão) entre as mais discutidas nos telejornais. Muito embora estivesse, cotidianamente, trabalhando nas áreas mais carentes do estado, não me sentia uma agente de mudanças no campo social.

Observando as notícias que eu deveria cobrir, o pensamento de Adorno continuava a me inquietar. Dessa vez, sobre a barbárie. Em seu entendimento, parte da concepção acerca do termo “barbárie” está relacionada a gestos ou ações de quaisquer naturezas em que se configure qualquer tipo de violência — exceto a vinculada a protestos por mudanças, associados a “modos de agir politicamente refletidos” (ADORNO, 2020, p. 174). E, de acordo com o filósofo, qualquer tipo de violência está indissociavelmente ligado à violência física, “erupções primitivas de violência” (ADORNO, 2020, p. 174). Portanto, ao embrutecimento.

“Penso que, além desses fatores subjetivos, existe uma razão objetiva da barbárie, que designarei bem simplesmente como a falência da cultura.” (ADORNO, 2020, p. 178). Eu sentia essa falência, descrita pelo autor, quando entendia que estava apenas reproduzindo — e, por isso, talvez reforçando a barbárie —, ao reportar algo que já ocorrera, sem provocar ou contribuir de alguma forma para a redução das tragédias que eu testemunhava no exercício da profissão. Em outras palavras, estava fazendo exatamente o que Adorno criticou.

Também não estava satisfeita com meu estilo de vida, sentia-me escravizada pelo sistema. Ganhava mal, trabalhava quase todos os dias do ano sem conhecer descanso e, quando o

conhecia, era impregnada pela culpa: “Jornalista precisa ser jornalista 24 horas por dia”; “Onde quer que você esteja, se acontecer algo, você precisa ligar para redação, imediatamente, para se oferecer para trabalhar”. Já trabalhei 22 horas consecutivas, em pé, na rua. “Hora extra? Melhor não falar nada. Está cheio de gente lá fora querendo o seu lugar no telejornal.”

Acima de tudo, arriscava a vida em operações policiais, sem usar nem sequer coletes à prova de balas ou ter qualquer tipo de treinamento para saber o que fazer frente a um tiroteio. Toda vez que eu entrava em uma favela, atrás do carro da polícia, pensava que poderia ser atingida e nunca mais voltar a andar. Isso era quase todo dia: ou estava em um confronto policial ou em um cemitério.

Foi entrando a pé no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio, que entendi o que é ficar com a garganta seca. Isso mesmo, quando o medo é muito grande, a saliva some da boca, a língua fica áspera e quase não dá para engolir. Uma das piores sensações que o organismo pode experimentar.

Aprendi a me virar, ouvindo conselhos de cinegrafistas que trabalhavam comigo e estavam no mercado há mais tempo. “Se atirarem, você se abaixa, coloca a sua cabeça para a direção oposta à dos tiros. Assim, se uma bala pegar em você, vai atingir primeiro os pés.” Essas palavras nunca me abandonaram. “Fica atrás da roda do carro. Cuidado com a linha de tiro. Vem comigo que eu te protejo. Chegou ao local, procura logo a rota de fuga.”

Ao longo dos anos, vi colegas sendo baleados, alguns morreram. Um deles, Gelson Domingos, morto em 6 de novembro de 2001, enquanto cobria uma operação da polícia na Zona Oeste do município do Rio. Um querido cinegrafista, um dos melhores do mercado. Trabalhamos juntos na mesma equipe, durante algum tempo, na TV Record. Quando a tragédia ocorreu, eu já havia “deixado as ruas”.

No enterro, um colega me “parabenizou”. Disse ter ouvido que, certa vez, eu havia me recusado a “subir o morro”, enquanto trabalhava com Gelson. Neguei de maneira veemente. Primeiro, porque não era verdade; segundo, porque senti vergonha. “Como assim uma jornalista se negaria a subir um morro?”, pensei.

Lembro bem desse dia mencionado no velório. Foi na favela da Rocinha. A situação era péssima. Só estávamos nós, nenhuma outra emissora de TV. A polícia e os colegas de outros veículos já haviam entrado na comunidade, então liguei para a minha chefia para expor as circunstâncias. Ponderei que tínhamos sido avisados tarde demais (a emissora sabia disso, pois era responsável por nos avisar e pautar). Diante dos fatos, a chefe de reportagem teve o bom senso de não nos deixar entrar sozinhos no local. No entanto, enquanto eu estava ao telefone, Gelson subiu o morro, sem minha autorização ou mesmo da minha chefia.

Fiquei muito preocupada e, quando ele retornou, sem ter conseguido encontrar o grupo que já havia subido, chamei sua atenção. Disse que, daquele jeito, me prejudicaria e acabaria colocando nossas vidas em risco. Foi duro ter que ir ao enterro dele, anos depois. Era um grande parceiro, um profissional impecável, que morreu em serviço, atingido por uma bala no peito.

Por que nos arriscávamos daquela maneira? Por que sempre nos sentíamos tão culpados? Para quê? Não entendia por que era tão importante não perder nem um fio de áudio de um tiroteio, nem uma imagem. Quanto mais o tempo passava, mais forte ficava a evidência de que nada mudava a partir das minhas reportagens. A fome não era reduzida, nem a pobreza, muito menos a violência.

Pensava de forma recorrente nas ideias de Adorno quando ele dizia que “a informação ultrapassa o mero plano de transmissão de fatos” (ADORNO, 2020, p. 85). No contexto dessa fala, o filósofo expunha que a noção de informação seria mais próxima à televisão do que a de formação social dos sujeitos. Mesmo assim, ele não deixava de chamar atenção para o compromisso de informar, que deveria ir além do objetivo de reportar acontecimentos. No pensamento adorniano, a função de provocar o senso crítico da sociedade sobre ela mesma, em uma autorreflexão, deveria permear todos os processos de produção de conteúdo midiático.

Sem perder esse foco, infelizmente, constatava que não é assim que funciona a lógica em que vivemos. Todo jornalista é, no fundo, um sonhador. Sonhamos mudar o mundo com nossas reportagens, sonhamos poder falar o que quisermos, por quanto tempo quisermos, quando quisermos. Admiro a coragem dos colegas que persistiram nas ruas até serem mandados embora, descartados como lixo, nos últimos anos. Falhamos conosco, falhamos com a sociedade. Nossas teorias não chegaram nem perto da nossa prática.

Alguns permanecem na telinha, bravos guerreiros que continuam nas ruas a nos informar sobre os acontecimentos. Não fazem mais como antes, mas continuam se arriscando. Durante a pandemia do novo coronavírus, vi um jovem repórter entrar ao vivo. Ele estava na Central do Brasil, dentro de um trem. Falava que as forças armadas trabalhavam para manter os vagões higienizados. Atrás dele, estavam os militares, protegidos dos pés à cabeça, e o colega jornalista ali, sem qualquer tipo de proteção. Na ocasião, nem máscara ele usava.

Essa não foi a primeira vez. Quantos mortos, quanto massacre, quanta miséria. Às vezes, ficava quase impossível segurar as lágrimas. Poderia escrever mais de um livro sobre isso. Poderia escrever outros sobre as trágicas histórias de tantas crianças que conheci ao dar aula.

De fato, minha vida dentro de comunidades começou bem antes de me formar jornalista. Aos 17 anos de idade, havia terminado o Curso Normal, formação profissionalizante de professores para o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Meses depois da formatura, ligaram para a minha casa. Era uma pessoa da Secretaria de Estado de Educação. A diretora da minha antiga escola havia me indicado, e eles estavam ligando para me fazer um convite: participar de um processo seletivo. Caso fosse aprovada, estudaria o construtivismo em parte do dia e, na outra metade, daria aulas, aplicando a teoria didática, em uma escola pública.

Dessa forma, comecei a trabalhar no então CIAC Tiradentes, em uma comunidade do bairro do Caju, próxima a um lixão, na zona portuária do município do Rio de Janeiro.

Ali, como em outras escolas, também experimentei a impotência profissional. Tantas coisas aprendi com meus estudantes. Certa vez, ouvi de um deles que um bandido ganhava, em poucas horas, o que eu ganhava em um mês. Ainda adolescente, mal soube o que responder, a não ser a desculpa clichê de que, pelo menos, viveria mais e não precisaria me esconder de ninguém.

Trabalhei durante dez anos em escolas do estado e do município, e mais dois anos dando aulas de telejornalismo em uma universidade particular. Nunca deixei de pensar a educação. Acredito que isso tenha ocorrido por conta da minha trajetória, da minha personalidade, e de preferências, claro.

Com tudo o que relatei até aqui, quero dizer que me sentia falhando no meu fazer laboral, por anos, até chegar à TV da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a TV Alerj. Sim, pedi demissão de uma grande emissora de TV, em que eu aparecia nas redes local e nacional, para ir trabalhar na TV Alerj, uma empresa de menor audiência e alcance regional. Os motivos? Queria me especializar em política, construir fontes e, depois, correr o mundo, fazendo meus documentários. O velho sonho de falar o que eu quisesse, quando quisesse, por quanto tempo quisesse.

Pouco tempo depois de passar no processo seletivo para trabalhar na TV Alerj — canal 12 da Net e, agora, 10.02 em sinal aberto — tive um “choque”. Era uma outra dinâmica de trabalho. Eu vinha de uma adrenalina total. Agora, teria que cobrir o parlamento. Mas, afinal, como ele funcionava, em seus fazeres cotidianos? O que esperar dele?

Lembro que, logo na instalação da emissora, a gente ligava para pedir lanche. Falávamos: “Fica no quinto andar do palácio Tiradentes, na TV Alerj”; e, muitas vezes, ouvíamos: “O quê? TV Alegre?”

Mas minha aflição maior não era perceber que a maioria das pessoas nem sequer tinha noção do que era a Alerj. A maior inquietação que sentia era ouvir os deputados falarem, muitas vezes, por horas, e, no final das contas, nada ser resolvido na prática. Aliás, jornalista adora essa expressão: “na prática”. A gente quer é saber de resultados. Em um primeiro momento, frustrada, voltei para apertar a mão do saudoso e querido jornalista Ricardo Boechat e dizer que ele tinha razão: meu lugar não era na Alerj. Demorei a perceber que ele e eu estávamos errados.

Anos depois, cursando MBA em Inovação na Gestão Pública, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, entendi que o Legislativo é um lugar de debates, discussões. Então, se queria pressa, deveria estar no Executivo. Demorou muito tempo até que eu entendesse onde trabalhava. E vi que esse problema não era só meu ou das atendentes das lanchonetes em que fazíamos nossos pedidos, ou até mesmo das pessoas que entrevistávamos na rua para constatar essa falta de conhecimento da população sobre a casa legislativa do estado.

Percebo isso até hoje, quando, às vésperas das eleições, leio matérias que comparam a produtividade dos deputados com base em projetos de lei, apresentados por eles em plenário.

Muitas notícias tratam o Legislativo apenas como local de produção de leis. O Poder Legislativo é bem mais do que isso. Entre outras coisas, ele tem a função de fiscalizar o Executivo, de reunir a sociedade em torno de debates e de cobrar soluções, como cita o Artigo 99, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, em seus trinta e quatro incisos, dos quais destaco:

Art. 99 - Compete privativamente à Assembleia Legislativa:
 VII - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
 X - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;
 XXI - autorizar referendo e convocar plebiscito. (RIO DE JANEIRO, 1989, n.p.).

Uma vez que entendi onde estava, comecei a perceber a potência do lugar em que trabalho. Isso deu novo sentido ao meu ato laboral. Pouco tempo depois dessa descoberta, tive a ideia de criar um programa de nome “Educação”. Isso mesmo, “agir” precisaria vir embutido no projeto, desde o nome. Por isso, a letra “A” em caixa alta foi tão importante.

Chamei a chefia para uma conversa e expus meus argumentos. Tínhamos nas mãos uma TV pública, que oferecia matérias sobre o legislativo, programas sobre cultura, mas não tínhamos nada sobre Educação. “Não pode ser assim. Uma emissora pública precisa falar de Educação também”, sinalizei. Acrescentei que, por ser professora, teria condições de apresentar um programa rico em conteúdo e mostrei um papel, com uma listagem de assuntos a serem debatidos, em um ano de gravações. Minha chefia imediata aprovou a ideia e a direção disse que eu poderia gravar um programa “piloto”, só para demonstração. Se o produto ficasse bom, começaria a gravar para valer.

Naquele momento, a TV Alerj não podia investir em cenário, então tirei do meu bolso. Também reuni uma equipe de profissionais no estúdio: diretor de imagem, cinegrafistas, operador de áudio e operador de caracteres. Todos grandes companheiros. Discutimos como seria o “Educação”. Devo a todos eles a concretização desse sonho.

O programa ficou tão bacana que foi ao ar e logo meu cenário tosco foi substituído pelo mais bonito da TV Alerj. Pensamos em todos os detalhes, até na trilha sonora da vinheta de abertura. Escolhi a “Nona sinfonia”, de Ludwig van Beethoven, porque sei que ela foi criada, a princípio, como um cantarolar de criança.

O programa “Educação” trata dos mais diversos aspectos — escolar, familiar, social —, por meio de um bate papo informal e descontraído. Recebo educadores, autoridades, especialistas, familiares de estudantes, contadores de histórias, artistas, todos para falar sobre o universo do desenvolvimento humano, que inclui processos de troca e de ensino-aprendizagem.

Ali nasceu o meu “fazer algo para mudar as coisas”, de alguma maneira. Nesta pesquisa esse fazer continua. Cursar mestrado em uma universidade pública federal e viver esse aprofundamento tem dado sentido a todos os caminhos profissionais e pessoais, que não foram fáceis, até aqui.

Acho “curioso” quando as pessoas me “confundem”. A última vez foi em um ao vivo. O entrevistado afirmou, com a maior segurança, que eu, assim como ele, havia estudado em escolas particulares durante toda a vida e cursado universidade pública. Tive que corrigir: “Não, foi o contrário. Sempre estudei em escolas públicas e paguei universidade privada”.

Não consegui deixar de interromper o entrevistado, pois lembro o quanto sofri ao prestar vestibular. Na ocasião, não havia o sistema de cotas e concorri com candidatos que haviam se preparado durante anos, em instituições particulares, para os exames. No cursinho, ouvi de um professor de Matemática: “Eu tive uma aluna normalista, mas ela era tão burrinha, mas tão burrinha”. As centenas de colegas que estudavam comigo caíram na gargalhada, enquanto eu ainda tentava entender as fórmulas que o tal professor havia escrito no quadro.

Aqui, cabe trazer a esta apresentação as concepções de Andrade e Damasceno (2010) sobre uma educação focada somente nos conteúdos. “Equivoca-se quem pensa que educar é somente ensinar a ler e a escrever, e a realizar contas. Educar envolve criticidade, ousadia, responsabilidade, reflexão, dentre outros adjetivos que colaboram para o protagonismo do educando.” (ANDRADE; DAMASCENO, 2020, p. 227).

Com base na reflexão dos autores, posso afirmar que a falta de clareza sobre os objetivos da educação me fez viver algo sobre exclusão durante minha vida estudantil. E o que vivenciei me conduz a olhar além. O fato de trabalhar na Alerj e criar o ‘Educação’ calibraram, ainda mais, meus interesses em um assunto específico.

Ao longo desses anos em que apresento o programa na TV da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, percebi, durante as entrevistas, que a falta de inclusão dos estudantes público da modalidade Educação Especial, nas escolas públicas e particulares, é um dos principais problemas do setor. Desde que o programa estreou, recebo numerosas sugestões de pauta sobre esse tema, o que muito me chama atenção. Talvez por perceber o empenho de tantas pessoas comprometidas com essa luta ou por conta de tudo o que vivi; talvez pela beleza das ideias.

Certa vez, em São Paulo, depois de uma entrevista com o Dr. Dráuzio Varella, perguntei, enquanto apontava para um objeto da sala dele: “Por que você comprou isso?”. Ele respondeu: “Porque achei bonito”.

Contudo, falar da perspectiva da Inclusão em Educação, especificamente das crianças público da modalidade Educação Especial, supera, em anos luz, minha escuta no “EducAção”, minha história e a beleza do tema. Falar de inclusão tem a ver com evolução humana.

A falta de inclusão tem prejudicado o desenvolvimento dos estudantes com e sem demandas específicas de aprendizagem. Isso porque a inclusão está diretamente ligada ao processo de humanização de todos nós. Afinal, humanizar-se é conquistar a capacidade de reconhecer as diferenças como característica fundamental de tudo o que existe no planeta. É perceber que só por meio do contato com a diversidade podemos ampliar nossas perspectivas humanas, pluralizar pontos de vista sobre o mundo, ressignificar a existência e, assim, desenvolver potencialidades inerentes à nossa condição.

No Brasil, há legislações específicas para a inclusão do público-alvo da Educação Especial em turmas regulares. Um dos assuntos que discutiremos ao longo desta pesquisa. Contudo, é importante já expressar aqui este princípio. A ideia é de que não haja segregação; que esses estudantes não sejam colocados à parte na escola, nem nas salas de aula. É o que garante, por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, n.p.).

A Lei não fica só nas citações genéricas, ela faz especificações. No artigo 28, estabelece que o poder público tem a obrigação de fomentar e garantir:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2015, n.p.).

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008, configura-se em uma “direção”, em um referencial para leis, decretos, portarias, para todas as formas legais de ordenação da sociedade brasileira, considerando este assunto. Por isso, ela foi escolhida como marco desta pesquisa.

Mas, para que essa prática do princípio da Inclusão em Educação ocorra de forma eficaz nas escolas das redes públicas e particulares de ensino, é necessário muito mais do que a sanção de algumas leis. Para que essa inclusão aconteça, proporcionando o desenvolvimento educacional de todas as crianças a partir de suas potencialidades, é preciso contar com a participação da sociedade na gestão pública, fiscalizando, aferindo, cobrando, sugerindo.

A participação social é, inclusive, citada na Lei que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:
- II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação. (BRASIL, 2012, n.p.).

No Brasil, a participação social na formulação de políticas públicas para Educação está prevista, ainda, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB, número 9394/96, que permite a intervenção dos cidadãos por meio da criação do Conselho Nacional de Educação: “Art. 9º, § 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.” (BRASIL, 1996, n.p.).

O Conselho Nacional de Educação, o CNE, tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento

e consolidação da educação nacional de qualidade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, n.p.).

A LDB prevê uma administração democrática, com a presença tanto dos profissionais de educação quanto da comunidade escolar nos conselhos escolares.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, n.p.).

A participação social também aparece na Constituição Federal e na do Estado do Rio de Janeiro, que define a fonte de poder do estado e determina os princípios do ensino: “Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 1988, n.p.).

Art. 1º O povo é o sujeito da Vida Política e da História do Estado do Rio de Janeiro.

[...] Art. 307. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei, atendendo as seguintes diretrizes:

a) participação da sociedade na formulação da política educacional e no acompanhamento de sua execução;

c) participação de estudantes, professores, pais e funcionários, através de funcionamento de conselhos comunitários em todas as unidades escolares, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, segundo normas dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação. (RIO DE JANEIRO, 1989, n.p.).

Por meio da participação social, é possível construir, efetivar e assegurar a permanência de qualquer política pública, inspirada pelas demandas das minorias institucionalmente representadas.

Movida pelo desejo de fazer contribuições no campo educacional e reconhecendo a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Alerj, como local de debates entre cidadãos e autoridades, onde a democracia tem seu espaço garantido por leis, o tema que me proponho a investigar é a participação da sociedade no Legislativo, com foco na Inclusão em Educação das pessoas público da Educação Especial.

Sendo assim, a seguir, aprofundo a formulação da situação problema, apresentando o que é e do que trata a Comissão de Educação da Alerj; o que são audiências públicas; para que servem, seu funcionamento etc.

No capítulo um, falaremos da legislação direcionada à Educação Especial e a perspectiva da Inclusão em Educação desses estudantes até a chegada da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, em 2008.

Na sequência, teremos um capítulo dedicado à PNEEPEI, marco deste estudo, que estende sua investigação até os dez anos seguintes à aprovação da Política Nacional.

Depois, teremos a contextualização sobre a escolha da Teoria Crítica, de Adorno, como referencial teórico-metodológico de pesquisa e como método; a definição dos objetivos; questões de estudo e a identificação do locus da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados.

Por fim, apresentarei a análise e os resultados do estudo. Vou analisar as demandas da participação social nas audiências públicas, considerando o conceito de Emancipação, tratado na Teoria Crítica. Também serão analisados os encaminhamentos dados pela Comissão de Educação da Alerj, diante das demandas expostas nas audiências, tendo em vista o conceito de Democracia, também tratado na Teoria.

Nas considerações finais, reflexões para promover um ambiente de maior troca e de melhorias na construção democrática, por meio da participação da sociedade no Legislativo fluminense.

“A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica.”

Theodor W. Adorno

I - FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Nas palavras de Adorno, “a forma de organização política é experimentada como sendo inadequada à realidade social” (ADORNO, 2020, p. 47). Com essa afirmativa, o autor pretendia mostrar que o sistema político, de ordenamento da vida dos cidadãos, está vinculado a uma sociedade dominada pelos interesses burgueses de acumulação de bens, exploração do proletariado e poder. Por esse motivo, a ordem política não estaria efetivamente a serviço do povo.

Tendo esse alerta como ponto referencial, vamos investigar como ocorre a participação social no Legislativo fluminense, no sentido de compreender em que bases têm sido desenhadas as políticas de Inclusão em Educação nesta democracia. Para isso, é preciso levar em conta alguns fatos que contextualizam a presente pesquisa.

Com o aumento do número de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas, por conta de movimentos sociais e da aprovação de leis que garantem igualdade no exercício de direitos, não é difícil supor que as barreiras no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes tornaram-se mais evidentes, especialmente para a população diretamente envolvida no assunto.

De acordo com o último censo escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, publicado em 2021, foram 1.308.900 estudantes com demandas especiais de aprendizagem matriculados em 2020. Um aumento de 4,63% em relação ao ano anterior. O Censo Escolar de 2020, publicado em 2021, registra que, do total de

matrículas (1.308.900), 1.170.757 estudantes do público da Educação Especial cursavam a Educação Básica nas escolas brasileiras.

Considerando o período que esta pesquisa vai analisar, de 2008, o ano em que foi aprovada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, até 2018, houve um aumento percentual dessas matrículas em 69.8% — em 2008, eram 695.699 estudantes; em 2018, 1.181.276 matriculados. A escolha desse marco temporal será aprofundada mais à frente, porém é possível adiantar que a Política foi decisiva por trazer um novo olhar para a Educação Especial.

Levando em conta a ampliação do número de matrículas e a vulnerabilidade dessas pessoas na comunidade escolar, é necessário conhecer os embates e desafios que surgem a partir desses fatos. Por isso, vale observar a importância da ação da participação social no que diz respeito às políticas de Inclusão em Educação direcionadas ao público da modalidade Educação Especial.

No estado do Rio de Janeiro, quando o assunto é Educação, há um lugar onde a participação dos cidadãos na gestão pública pode ocorrer: a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Alerj.

A Assembleia Legislativa constitui-se em um dos principais canais de diálogo da sociedade com as autoridades responsáveis pelo sistema educacional. A Comissão de Educação é uma comissão permanente da Alerj, como prevê a Constituição do Estado, em seu Artigo 109: “A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nos respectivos Regimento ou ato legislativo de sua criação.” (RIO DE JANEIRO, 1989, n.p.).

Uma comissão torna-se permanente quando é aprovada por Projeto de Resolução, dispositivo que regula assuntos de caráter administrativo. Foi dessa forma que a Comissão de Educação passou a fazer parte do Regimento Interno da casa legislativa do estado do Rio de Janeiro. O que significa que ela vai permanecer em atividade por tempo indefinido, diferentemente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI, que tem caráter temporário.

O Regimento Interno prevê as formas de atuação das comissões permanentes.

Art. 26. Compete às comissões permanentes:

II - realizar audiências públicas representativas da sociedade civil [...]

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. (ALERJ, 2015, n.p.).

Logo, a Comissão de Educação da Alerj é uma organização, dentro do parlamento, composta por sete deputados estaduais, que acompanham as políticas educacionais, as práticas educativas e o cumprimento das leis no setor. O Regimento Interno estabelece ainda as atividades da Comissão: “§ 7º - À Comissão de Educação compete se manifestar sobre: a) proposições e assuntos relativos à educação e instrução pública e particular” (ALERJ, 2015, n.p.). Entre seus mecanismos de funcionamento, estão as audiências públicas, que, antes da pandemia do novo coronavírus, ocorriam toda quarta-feira, às dez horas da manhã, no terceiro andar do Palácio Tiradentes, na Praça XV, no centro da capital.

Nas audiências públicas, o parlamento fluminense abre espaço para que a sociedade apresente seus problemas e cobre soluções das autoridades competentes. É também o Regimento Interno da Alerj, em seu artigo de número 26, como já foi citado anteriormente, que regulamenta essas reuniões.

Nelas, ocorre o encontro entre a sociedade civil, os movimentos sociais, sindicatos, especialistas, autoridades e o poder instituído. Nesses momentos, sentam-se à mesa os diversos segmentos para discussões em torno de um assunto, demanda ou interesse da sociedade.

O papel da Comissão é mediador, mas também fiscalizador. A Comissão tem poder de cobrar atitudes, encaminhar pedidos e fazer novas convocações para aprofundar os debates. O foco é encontrar caminhos para a solução de problemas. Algumas vezes, esses caminhos resultam na formulação de projetos de lei a serem analisados no plenário da Casa e sancionados pelo governador ou pela própria Alerj.

Com base no contexto descrito, alinhado ao desta pesquisa, destacamos a situação-problema deste estudo: quais os impactos da participação social, no cenário de inclusão dos estudantes público da Educação Especial, tendo em vista as trocas ocorridas, durante as audiências públicas da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

Janeiro, dez anos após a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008?

As respostas para esse problema certamente serão uma boa amostra científico-social de alguns contextos contemporâneos e demandas sociais que vivemos, a partir do importante marco que é a publicação da Política Nacional, tendo em vista o processo de inclusão escolar de pessoas público da Educação Especial.

A proposta que aqui será discutida também versa sobre a temática das desigualdades sociais e das políticas educacionais, linha de pesquisa na qual se insere. Isso porque a investigação vai ocorrer num espaço político que precisa ser democrático: as audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj.

O problema exposto se desdobra em outras perguntas. Assim, a pesquisa pode ser aprofundada considerando as seguintes questões de estudo:

- Quem participou das reuniões sobre inclusão do público da Educação Especial no âmbito da Comissão de Educação, no período entre 2008 e 2018?
- Quais foram as demandas apresentadas nesses encontros?
- Há indícios de que, durante as audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj, a participação social, nas suas representações, tenha possibilitado mudanças no cenário da Educação Especial, na perspectiva da Inclusão em Educação, no Rio de Janeiro?
- Quais foram os encaminhamentos que a Comissão de Educação promoveu, em face das demandas?
- De que maneira o Legislativo do Rio de Janeiro absorveu, por meio de proposições de leis, as sugestões trazidas pela sociedade durante as audiências públicas?

Em uma de minhas tentativas de coletar dados para esta pesquisa, o atual presidente da Comissão de Educação da Alerj, o deputado Flávio Serafini, disse que usaria os resultados aqui expostos em um levantamento que está disposto a fazer. Segundo ele, o objetivo é refletir sobre

as ações da Comissão. O deputado afirmou que levará a pesquisa em conta para eventuais ajustes sobre o espaço aberto à participação social, durante as audiências públicas.

Certamente, essa promessa vem imbuída de grandes expectativas para o aprimoramento do processo democrático, pois, na concepção de participação social, reside a potência para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, na medida em que ela carrega ou deveria carregar em si demandas do coletivo. O verbo flexionado “deveria” é inspirado nas considerações de Adorno (2020) sobre o fato de que os sujeitos do “capitalismo tardio” têm suas consciências aprisionadas, apartadas do senso crítico pelas classes dominantes, conforme vimos no início deste capítulo. Assim, durante esta pesquisa, faz-se imprescindível atentar-se à medida que a participação social parece revelar suas próprias inquietações durante os encontros no Parlamento.

Como professora e jornalista que trabalha na TV Alerj, há mais de dez anos, também acredito que uma análise dos conteúdos, debates e dos resultados das audiências públicas da Comissão de Educação, momentos em que a participação social pode se manifestar, deva ser um potente instrumento para a avaliação da força da sociedade representada, no fomento ao processo de inclusão de estudantes público da Educação Especial, nas escolas do Rio de Janeiro. Avaliar os efeitos da participação da sociedade representada possibilitará o surgimento de ações mais contundentes, enriquecendo os debates e os impactos deles no que diz respeito às demandas escolares relatadas. Ação fundamental para a reestruturação do processo democrático no avanço da humanização, na sociedade fluminense.

A avaliação das discussões ocorridas na Alerj, uma década após a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também se faz necessária para traçar caminhos mais assertivos rumo à concretização das metas propostas nessa política educacional, que é referência no ordenamento de leis sobre o assunto.

Nesse contexto, os objetivos deste estudo podem ser definidos da seguinte forma:

- Caracterizar as demandas (assuntos, desafios, questões sociais, entre outros) acerca da inclusão do público da Educação Especial discutidos nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj entre os anos de 2008 e 2018;

- Identificar os participantes dessas audiências públicas;
- Analisar se a participação da sociedade, nas suas representações, tem modificado o cenário da inclusão do público da Educação Especial, no Rio de Janeiro, no parlamento fluminense;
- Identificar as propostas e encaminhamentos em face às demandas;
- Caracterizar como o Legislativo atendeu às demandas da participação social nas discussões sobre o processo de inclusão do público da Educação Especial no Rio de Janeiro.

Vale acrescentar que pesquisar uma prática, em uma casa legislativa que se situa em um município que já foi capital do país, levará a uma espécie de amostragem sobre o funcionamento das instituições democráticas nos grandes centros urbanos brasileiros. Dessa forma, também será possível provocar uma reflexão sobre a democracia e os meios para a humanização da sociedade brasileira.

“Esse momento histórico educacional em nosso País e no mundo aponta para a retomada do papel político da educação, considerando que as contradições sociais, na produção da vida em sociedade, devem estar em discussão.”

Allan Damasceno

II – REFERÊNCIAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO

As palavras de Damasceno (2020), pautadas no momento histórico e nos direitos sociais, torna clara a urgência de garantir o fomento da Inclusão em Educação, a fim de formar uma sociedade democrática. Para isso, antes é preciso refletir sobre o processo de materialização do princípio da Inclusão em Educação, no campo legal, considerando os resíduos destrutivos do pensamento de exclusão ainda entranhados na práxis educacional.

Dessa maneira, cabe a comunidade escolar estar empenhada na busca de práxis consentâneas com o movimento da inclusão em educação, refletindo frente a obstáculos que impedem a participação plena de todos os estudantes. A inclusão é uma constante luta e mobilização por direitos, por isso torna-se necessário ressignificar pensamentos, olhares, saberes e fazeres, para que dessa maneira possamos ter ainda mais experiências inclusivas. (ANDRADE; DAMASCENO, 2020, p. 216).

Levando em conta a abordagem de Andrade e Damasceno (2020), na intenção de edificar caminhos para o fomento da Inclusão em Educação nas práticas escolares, é necessário regressar ao passado para perceber a evolução histórica das políticas de Educação, voltadas para estudantes público da Educação Especial. Dessa maneira, poderemos compreender os avanços da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. E eles não foram gratuitos. São resultado de esforços, de erros e de acertos cometidos ao longo do caminho.

Tendo essa trajetória desenhada, como um ponto de vista factual, poderemos avaliar a progressão das propostas estabelecidas nas letras das leis. Quando analisamos processos evolutivos documentados, ocorre uma apropriação de conhecimentos que impulsionam crescimento coletivo e pessoal. A observação crítica dos fatos pode ser libertadora.

2.1 Marcos legislativos sobre a modalidade Educação Especial e o princípio da Inclusão em Educação

O recorte temporal desta pesquisa começa a partir da aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI. Contudo, para compreender como chegamos a esse ponto é preciso considerar referências históricas no campo legislativo. Elas certamente vão aumentar a compreensão sobre as conquistas legais no campo da inclusão e a importância destas na evolução da sociedade.

No Brasil, a história da modalidade Educação Especial começou de maneira assistencialista. Os seres humanos considerados anormais, que não estavam nos padrões de convivência determinados, eram encaminhados às escolas especiais, apartados da sociedade. Toda a prática escolar era direcionada considerando diagnósticos clínicos.

Diagnósticos não devem definir as práticas pedagógicas de uma escola, muito menos determinar quem é uma pessoa. Para usar as palavras de Adorno (1995), classificar pessoas é “barbárie”, uma violência de caráter primitivo que as segrega como coisas ou objetos. Nesses termos, Nunes, Saia e Tavares (2015) adicionam:

Especificamente sobre a convivência com pessoas com deficiência, vale lembrar a ênfase dada a essa condição, ofuscando outras características, praticamente desconsiderando o sujeito. Para além da deficiência há um sujeito com desejos, vitórias, medos, limitações, com concepções ideológicas, fazeres, gostos, vontades que não devem ser negligenciados em generalizações. Exaltar apenas essa característica desmerece as conquistas, as capacidades, a própria singularidade do sujeito. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1110).

As autoras esclarecem que diagnósticos clínicos rotulam. Etiquetar pessoas é engessá-las e reduzi-las a algumas características, desconsiderando a imprevisibilidade, as demais potencialidades e a condição evolutiva do ser humano.

Na esfera internacional, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada no dia 10 de dezembro, marca uma fase importante. O fortalecimento da humanização no mundo era a resposta necessária e se fazia urgente, após a barbárie segregatória da Segunda Guerra

Mundial. Ela foi umas das reações às violações de direitos e às violências nazistas que puseram em risco nossa própria existência.

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum [...]. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p.).

Ao tratar das relações humanas, a Declaração reconhece as diferenças como algo comum a todos e que, por isso, devem ser respeitadas a fim de honrarmos nossa essência e origem.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p.).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ressalta o papel do ensino e da educação em promover a consciência das nossas circunstâncias, por meio do respeito aos direitos e às liberdades:

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p.).

Na década de 1970, no Brasil, os estudantes que eram público da Educação Especial puderam frequentar o ensino regular, no qual encontravam-se os demais, sem demandas específicas de aprendizagem. Entretanto, os estudantes que migraram para essas turmas não tiveram acesso a um atendimento que levasse em conta suas peculiaridades. Esse processo ganhou o nome de Integração, quando os indivíduos são postos em um grupo, como objetos, sem necessariamente participarem dele. Uma ação em que os sujeitos que chegam não experimentam a sensação de pertencimento, eles apenas integram.

Essa é a lógica da integração, que mais tarde será contraposta à concepção de inclusão. Na integração, a pessoa com deficiência deve se adaptar às instituições sociais, buscando se equiparar aos chamados normais. Já na proposta da inclusão, são as instituições e demais espaços sociais que devem se adaptar e buscar, de fato, atender e se adaptar às pessoas com deficiência. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1109).

No trecho acima, as autoras falam sobre o movimento de busca pela adaptação, historicamente inerente ao processo de Integração do público da Educação Especial. Essas reflexões nos remetem ao pensamento adorniano, que reforça ser a adaptação algo a se combater nas escolas na formação de todos os estudantes.

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisso, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (ADORNO, 2020, p. 156).

Nessa citação e em sua obra, o autor revela que obviamente os sujeitos necessitam de certa adaptação para se orientarem na lógica social, mas enfatiza que formatar pessoas não pode ser a missão da escola porque isso seria a reprodução de um sistema opressor, baseado na aniquilação da consciência autêntica dos sujeitos, em função de interesses externos aos seus. Em resumo: a ideia seria adaptar-se para localizar o contexto social no qual o sujeito em questão se insere, e tendo em vista essa referência, ser autor de mudanças significativas na própria vida. Então, faz sentido afirmar que perseguir o objetivo da adaptação, como propunha a Integração, como mote dos fazeres escolares, não serve para ninguém, seja a pessoa com ou sem deficiência.

No caso das pessoas com deficiência, podemos avançar no sentido de perceber que, sendo elas historicamente alvo de preconceitos, é mais do que imprescindível que sua formação as leve à posição de agentes transformadores desse cenário, por meio da apropriação de sua biografia e do desenvolvimento de suas potencialidades.

De volta à observação da evolução histórica das leis sobre Educação Especial e inclusão, com o acesso permitido às escolas comuns, mas ainda assim excluídos do conjunto considerado dentro dos padrões homogeneizadores, a segregação tornou-se mais evidente.

Sob o efeito devastador das grandes guerras e da ditadura militar brasileira, aniquiladoras das diferenças, a Constituição Federal de 1988 firmou um compromisso: o Brasil se tornaria um

país onde o bem seria promovido, no qual não haveria preconceitos de qualquer tipo, de raça à idade, ou qualquer outra forma de discriminação (BRASIL, 1988, n.p.).

No artigo 205, a Carta Magna estabelece a Educação como direito de todos, para o pleno desenvolvimento pessoal, cidadão e para a habilitação para o trabalho. Já o artigo 206, em seu inciso I, aponta o acesso de todos e a permanência na escola como determinações que também fazem parte dos princípios constitucionais. E as garantias não param por aí.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
 II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988, n.p.).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, assinado em 1990, coaduna com os princípios constitucionais, estabelecendo critérios para a proteção dos menores de idade. Entre eles, institui compromissos para os responsáveis. Um deles é o de matricular seus dependentes na rede regular de ensino.

Ainda na mesma década, um importante acontecimento mundial reforçou o princípio da Inclusão em Educação e o eco desse movimento chegou até o Brasil, configurando uma mudança no modelo conceitual. A Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, da qual o Brasil é signatário, defendeu uma reforma educacional. A pedra fundamental dessa ideia foi a proposta de que todos os estudantes, inclusive os chamados “com necessidades educacionais especiais”, estivessem matriculados em turmas regulares, junto aos demais estudantes.

A Conferência Mundial de Educação para Todos publicou um plano de metas para atender as carências de aprendizagem e combater as desigualdades suportadas pelos estudantes em situação de exclusão. Em seu artigo terceiro, o documento afirma que precisam ser tomadas providências para que os “portadores de todo e qualquer tipo de deficiência” façam parte do sistema educacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990, n.p.).

Assim, a proposta era de que a Educação Especial deixasse de ser um gueto e passasse a ser uma modalidade, capaz de atravessar todos os espaços da escola. Com isso, ela deixa de ter

caráter substitutivo ao ensino comum — destinado aos demais estudantes — e passa a ter o caráter constitutivo do ensino regular em seus objetivos, planejamentos e estratégias.

Vale ressaltar que nenhuma mudança de paradigma acontece espontaneamente ou fora de uma conjuntura histórica. De acordo com Mendes (2006), pesquisas científicas sobre novas maneiras de ensinar, que apontavam caminhos para pessoas que eram consideradas incapazes de aprender, e movimentos sociais, que passaram a cobrar políticas de garantia de direitos contra discriminações para todos, impulsionaram as discussões na Conferência Mundial de Educação para Todos.

Desse modo, pode-se dizer que a participação social foi a mola propulsora para o surgimento da proposta de reforma educacional discutida na Tailândia. Podemos afirmar que a ação da sociedade sobre o poder público foi um caminho para que os sujeitos mudassem a realidade de pensar a Educação, resultando em um tratado assinado por diversas nações que se comprometeram com uma forma diferente de educar.

Portanto, aqui apresentamos mais um argumento de que a participação social se constitui em um mecanismo democrático poderoso de mudanças, fiscalização e ajustes. Ela deve ocorrer no início, no meio e no final dos processos. Precisa manifestar-se para propor transformações sociais e para assegurar a aplicação delas, como, por exemplo, garantir a aplicabilidade do que foi conquistado na conferência supracitada e na legislação brasileira.

Resumindo, esse mecanismo precisa estar no início, no meio e no fim de uma conquista. No início, para que as mudanças aconteçam; no meio, para que elas tomem um rumo legítimo, em comunhão com a causa; e no fim, para que as transformações, agora sacramentadas legalmente, tomem forma, ganhem corpo na sociedade e continuidade.

Isso porque não basta que tratados internacionais se desdobrem em decretos, estatutos, portarias, políticas públicas ou leis que assegurem direitos a esses estudantes, como, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Para que as conquistas saiam do papel, é necessário que a população atue na fiscalização do cumprimento das mesmas e em monitoramentos, para que sejam propostos ajustes sempre que for necessário.

Nesses termos, Adorno faz considerações sobre os compromissos que a sociedade assume:

É plausível para o entendimento humano e sadio evocar compromissos que detêm a moeda que é sádico, destrutivo, desagregador, mediante um enfático “não deves”. Ainda assim, considero ser uma ilusão imaginar alguma utilidade no apelo a vínculos de compromisso. (ADORNO, 2020, p. 134).

O autor se referia à importância da conscientização acerca dos problemas da formação social em que se encontram os sujeitos. Ele alerta que assumir compromissos de caráter elevado e nobres intenções, por si só, como algo dado, não promove comprometimento genuíno. O comprometimento teria que ser consequência de um estado de consciência crítica capaz de reconhecer a relevância do acordo firmado. Dessa forma, reforçamos a pertinência de discutir a participação social no Legislativo: o que ela entende sobre Inclusão em Educação, seus clamores sobre o tema e os desdobramentos dos encontros na Alerj.

A legislação, então, deixa de ser uma resposta oficial, bonita e burocrática para uma minoria representada, que conquistou seu espaço nas linhas legais, e passa a ser uma política pública aplicada.

Mesmo considerando toda a legislação de que dispomos, é consenso que a inclusão de estudantes público da Educação Especial ainda é um grande desafio nas comunidades escolares de todo o país. O acesso de estudantes com deficiência às escolas é mais comum do que a efetiva permanência e aprendizagem destes.

As ideias da conferência internacional se espalharam e, de volta ao âmbito nacional brasileiro, a Proposta do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria n.º 06 de 22/08/90 da Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, a SENEb, foi um dispositivo relevante, na medida em que estabeleceu mecanismos para orientar o atendimento educacional aos estudantes público da Educação Especial.

No desenrolar da busca pelo processo de democratização escolar, nasce a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP), em 1994. Contudo, o documento era insuficiente, pois previa que apenas os estudantes em condições de acompanhar o ritmo dos demais poderiam dividir a sala de aula com a turma. Nesse sentido, Damasceno acrescenta:

Em contrapartida, a concepção integracionista dessa política, construída com bases em pressupostos homogeneizadores, retardou as mudanças significativas em relação à inclusão escolar, observado nesse momento histórico pela manutenção da responsabilidade da educação dos estudantes atendidos pela educação especial nas instituições especializadas. (DAMASCENO, 2010, p. 64).

Ainda na perspectiva histórica, rumo à uma legislação mais alinhada à Inclusão em Educação, foi aprovado, em 2001, o Plano Nacional de Educação, lei federal número 10.172. O Plano traz novo simbolismo para a palavra “integração”, que já vinha dando seus primeiros passos rumo à aproximação do princípio de inclusão, ligado aos ideais de Direitos Humanos, Igualdade e Justiça Social, conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Isso fica explícito quando o Plano cita que as pessoas com deficiência precisam ser vistas como cidadãos da sociedade. Ele estabelece que toda a comunidade escolar precisa considerar a diversidade dos estudantes. A formação de profissionais qualificados para o atendimento a estudantes público da Educação Especial também faz parte das questões dispostas nesse documento.

Ainda em 2001, outro documento referenda que a inclusão desafia o sistema escolar a rever princípios e padrões para desenvolver as potencialidades de todas as pessoas, levando em conta suas particularidades em todos os aspectos e, dessa forma, garantindo meios necessários para a educação democrática. Esse documento foi a Resolução Número 2, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A Resolução ressalta que a organização de classe especial deve ter caráter temporário, deixando de ser um nicho intransponível e inalcançável pelos demais estudantes da comunidade escolar. A esse respeito, vale observar as considerações de Damasceno sobre inclusão.

[...] são instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos que apresentem Necessidades Educacionais Especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, Resolução nº. 2, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), ratificando a obrigatoriedade dos sistemas de ensino quanto à matrícula de todos os estudantes, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento dos estudantes, agora denominados alunos com ‘necessidades educacionais especiais’, assegurando as condições necessárias de educação para todos. Cabe o destaque à adoção, pela primeira vez, em dispositivo legal da expressão ‘educação inclusiva’. (DAMASCENO, 2010, p. 66).

Como Damasceno esclarece, a expressão “Educação Inclusiva”, explícita em um dispositivo legal, foi um avanço considerável. O princípio da inclusão passa a ter sua denominação incorporada às normas oficiais do Brasil e, portanto, torna-se necessário seguir e aprofundar seus fundamentos no cotidiano social brasileiro.

Em nível mundial, a consciência de que a inclusão do público da Educação Especial era um dever da sociedade e um direito das pessoas com deficiência também continuou avançando. A convenção da Guatemala, em 1999, publicada em caráter legislativo no Brasil, por meio do Decreto 3.956/2001, confirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem discriminação.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas, a ONU, publica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A Convenção foi um marco na história da garantia dos direitos dessas pessoas. Dois anos depois, ela adquiriu caráter de norma constitucional e passou a fazer parte da Constituição Federal Brasileira, atualizando a Carta Magna. A partir daí, toda lei sancionada no país teria que seguir o que a Convenção estabelece.

Mais adiante, na linha histórica, voltaremos a falar sobre a Convenção. Entretanto, façamos aqui um resumo sobre esse encontro, que foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos dedicado exclusivamente à questão da inclusão.

Ao todo, 192 países participaram do acordo. Em 2012, 126 países já haviam ratificado o documento e 155 tornaram-se signatários. Segundo a ONU, o objetivo da Convenção é “proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade”. Também de acordo com a Organização das Nações Unidas, a convenção foi uma das mais rapidamente ratificadas de todos os tratados de direitos humanos no âmbito internacional, considerando os primeiros dez anos após o acordo.

O artigo 24 da Convenção é sobre o “direito à Educação”. Na prática, o documento defende um sistema educacional que seja inclusivo em todos os níveis. Além disso, a convenção também especifica que a “Educação Inclusiva” se refere a um conjunto de princípios e

procedimentos que devem ser implementados pelos sistemas de ensino com o objetivo de tornar a realidade das escolas adequada às necessidades dos estudantes.

Assim, ninguém deve ser rejeitado pelas instituições de ensino devido à falta de condições para inclusão. Todos os estudantes devem ser incluídos, e as escolas podem ser chamadas de inclusivas quando são totalmente acessíveis a todos os estudantes, considerando as mudanças que devem ser feitas, por meio da percepção das necessidades dos estudantes.

A Convenção detalha, ainda, as obrigações dos Estados frente à promoção de Inclusão na Educação:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, n.p.).

Entre as modificações em instituições de ensino previstas, estão alterações na arquitetura para remover barreiras físicas que possam impedir a locomoção de estudantes com deficiência. A comunicação também faz parte das adequações, como o uso e o ensino do Braille e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Métodos de aprendizagem, técnicas e materiais didáticos adequados também podem configurar-se em formas de inclusão.

Da mesma maneira, programas de aprendizagem e regulamentos devem remover barreiras que possam impedir a inclusão de estudantes com deficiência no sistema de ensino. Por fim, as atitudes também são mencionadas como facilitadoras da inclusão, no sentido de promover um ambiente escolar que se oponha ao preconceito, por meio de atividades de conscientização e sensibilização para o combate a comportamentos discriminatórios.

O documento detalha como, na prática, os Estados devem proceder para garantir a Inclusão em Educação:

Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e

compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, n.p.).

Sendo assim, tanto nacional como internacionalmente, vimos os ideais da Inclusão em Educação ganharem espaço nas discussões políticas, em um clamor pela construção de um mundo legítimo, por meio da reorganização do sistema escolar.

Desse ponto até chegarmos à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, marco desta pesquisa, houve, ainda, a promulgação de alguns dispositivos legais no Brasil. A citar:

- A resolução CNE/CP Número 1, de 18 de fevereiro de 2002, estabelece diretrizes curriculares, em nível nacional, para a formação de professores da Educação Básica — nível superior, licenciatura e graduação plena.
- A Lei Federal n.º 10.436, de 18 de fevereiro de 2002, que admite a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação e expressão. Garante formas institucionalizadas de apoio à difusão da Libras e inclui a disciplina como obrigatória nos cursos de formação de professores e de profissionais da área de fonoaudiologia. A lei estabelece ainda a oferta obrigatória, desde a Educação Infantil, do Português como segunda língua para estudantes que não possuem audição.
- A Portaria n.º 2.678/02 aprova normas para o uso e a disseminação do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, em todo o país.
- O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, implementado em 2003 pelo MEC, contribui para que gestores estaduais e municipais executem ações de efetivação de uma proposta que tem como meta a mudança para sistemas de Inclusão em Educação.
- O Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis n.º 10.048 de 2000 e n.º 10.098 de 2000. Elas dão prioridade de atendimento para a promoção

da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também se comprometem no fomento a ações de apoio e realização de campanhas educativas sobre acessibilidade, visando garantir nova organização social mais condizente com os princípios democráticos.

- O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que trata da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Ele também estabelece a regulamentação do artigo 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Fica determinado que a Libras deve se configurar como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, nos níveis médio e superior, bem como nos cursos de Fonoaudiologia, nas redes pública e privada de todo país.
- O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi lançado em 2006 pela Secretaria Especial dos direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela Unesco. Entre os objetivos, promover ações que tornem possíveis a inclusão, o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na Educação Básica e no Ensino Superior.
- Já o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (SEESP/MEC/2005) tem o objetivo de problematizar hipóteses frequentes nas políticas de inclusão, como a de que o processo de Inclusão em Educação é baseado na atuação do professor.
- O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007, se debruça sobre questões de acessibilidade arquitetônica dos prédios das escolas, construção das salas de recursos e a formação de professores para o atendimento educacional especializado. Ele também determina objetivos para acesso, participação e permanência, no ensino regular, dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Antes da aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, há ainda a promulgação do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que, baseado no compromisso “Todos pela Educação”, determina a garantia do acesso e da permanência no ensino regular, defendendo o atendimento às necessidades dos estudantes como forma de fortalecer a inclusão nas escolas da rede pública de ensino. O Decreto é o primeiro documento oficial

que insere a proposta da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, citada acima, neste mesmo capítulo. No Art. 2º, inciso IX, fica garantido o acesso e a permanência das pessoas com deficiência, nas classes comuns do ensino regular, promovendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Com isso, o decreto abre caminho para aprovação, em 2008, da Emenda Constitucional brasileira, que também garante esses direitos, conforme a Convenção estabelece.

Antes de avançarmos até a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vale observar as leis do estado do Rio de Janeiro relativas à modalidade Educação Especial e ao princípio da Inclusão. Assim, a contextualização do momento histórico em que vivemos pode ajudar a compreender melhor as demandas sociais que iremos investigar.

2.2 Marcos legislativos do estado do Rio de Janeiro sobre a Educação Especial e a Inclusão em Educação

O Rio de Janeiro foi capital do Brasil entre 1763 e 1960. Quase dois séculos abrigando o centro administrativo do país certamente revelam a importância da investigação de leis que foram aprovadas no estado. Discussões e decisões tomadas no território fluminense direcionavam todos os demais entes federativos e, até hoje, o Rio carrega a herança de ser referência, como um dos principais centros urbanos do território nacional, propagador de ideias e debates político-sociais.

Esse fato, somado ao de que a presente pesquisa visa investigar a Alerj, torna imprescindível conhecer as mudanças legais e históricas sobre inclusão no estado do Rio. Por conta disso, exponho a seguir os dispositivos legais sancionados, em âmbito estadual, desde a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008.

- Lei nº 5.597, de 18 de dezembro de 2009 (Plano Estadual de Educação), que institui o Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro. A lei é um mecanismo facilitador para que sejam atingidas as diretrizes do plano, que estabelece metas, objetivos e cronograma para serem usados como instrumentos de fiscalização social das obrigações dos gestores da educação ao executá-lo. Nele, há oito metas voltadas especificamente para a modalidade Educação Especial. O plano ratifica que a Educação Especial é entendida como elemento integrante do sistema educacional que deve ser realizado transversalmente, em todos os níveis de ensino. O projeto, a organização e a prática pedagógica devem respeitar a diversidade e apresentar diferenciações nos atos pedagógicos que abranjam as necessidades educacionais do coletivo.

É importante ressaltar que, mesmo a vigência desse plano tendo se encerrado em 2018, ainda durante o tempo de produção desta pesquisa, o Rio de Janeiro seguia as mesmas orientações descritas no texto do documento vencido. Por conta disso, a renovação do Plano Estadual de Educação foi reivindicada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em maio de 2021, por meio de uma ação civil pública.

Nela, o MPRJ pede para que o estado se adeque às metas, diretrizes e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2014.

Os Planos Estaduais de Educação devem ser formulados tendo em vista as orientações estabelecidas no Plano Nacional de Educação. O PNE de 2014, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, atualiza o de 2001. Essa legislação determinou, aos estados e municípios, o prazo máximo de um ano para que elaborassem ou adequassem seus respectivos planos às metas e estratégias fixadas em âmbito nacional. De acordo com essa lei, a adequação deveria ser feita com prazo final estabelecido para 25 de junho de 2015.

O estado do Rio de Janeiro, porém, como já foi dito, até o presente momento não adotou as medidas necessárias para adequar seu Plano Estadual às orientações descritas no Nacional.

O novo PNE define dez diretrizes para guiar a educação brasileira e estabelece vinte metas para serem cumpridas na vigência do plano, até 2024. Entre as novas metas trazidas pelo

plano, está a de universalizar para estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.

A meta cita que a universalização deve ser feita preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, deve haver a garantia de um “sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014, n.p.).

Após a Ação Civil Pública ter sido ajuizada pelo Ministério Público, a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital decidiu obrigar o estado do Rio de Janeiro a atualizar o Plano Estadual de acordo com as novas diretrizes do PNE.

A elaboração do novo plano de educação é um procedimento complexo, porém, procedimento análogo já existe na Lei Estadual n.º 5.597/2009 que regulamenta o plano de educação vigente no Estado. Isso leva a crer que o Estado já tinha, ou pelo menos deveria ter, a expertise necessária para promover esse tipo de debate, não sendo crível a alegação concerne a dificuldade em se contratar empresa para realizar o congresso estadual e tampouco a gravidade da crise econômica que assola o estado. (RIO DE JANEIRO, 2021, n.p.).

Com isso, o acórdão da desembargadora relatora da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Flávia Romano de Rezende, determinou que o governo do estado do Rio de Janeiro, em um prazo máximo de 180 dias, elaborasse um projeto de lei nesse sentido. O projeto de lei deveria tomar como base as recomendações do Congresso Estadual de Educação. Assim, a proposta precisaria ser enviada ao Legislativo Estadual até o prazo final de 360 dias. Na prática, o Governo do Estado tem até 13 de maio de 2022 para fazer esse envio.

Os fatos revelam, vale grifar aqui, a morosidade do estado do Rio de Janeiro em aprovar seu Plano Estadual de Educação e adequá-lo às atualizações do Plano Nacional. Os desafios da educação tornam-se ainda maiores quando nem o que está previsto em lei — e em parte já foi conquistado pela sociedade — consegue ser cumprido pelos gestores públicos.

- Lei n.º 5.810, de 25 de agosto de 2010, que institui a semana do dia 21 a 28 de agosto como a semana estadual da pessoa com deficiência. Objetiva sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos e privados sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas com deficiência, para promoção das ações de

organizações, no estado do Rio de Janeiro, como oportunidade para estimular debates sobre os temas da deficiência.

- Lei nº 6.324, de 19 de setembro de 2012. Institui o programa sobre o combate ao preconceito contra pessoa com deficiência, nas escolas da rede pública e privada, no estado do Rio de Janeiro. O objetivo do programa é combater o preconceito e facilitar a inclusão do público da Educação Especial, por meio do ensino, da conscientização e da capacitação de educadores, estudantes e demais profissionais envolvidos na comunidade escolar.
- Lei nº 6.491, de 11 de julho de 2013, altera a lei 4528, de 28 de março de 2005. Acrescenta um dispositivo que garante aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o direito de receber certificado, ao completar do Ensino Médio, contendo informações sobre as áreas do conhecimento e/ou conteúdos curriculares apreendidos pelos estudantes.
- Lei nº 6.713, de 14 de março de 2014, torna obrigatória a disponibilização de mobiliário adequado para estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida ou obesos em estabelecimentos de ensino no âmbito do estado do Rio de Janeiro. O mobiliário deve ser padronizado, prescrito por profissional habilitado e ergonomicamente adequado às características individuais do estudante, permitindo uma adequação da postura sentada, que favoreça a estabilidade corporal, a distribuição equilibrada da pressão na superfície da pele, o conforto e o suporte postural necessário ao desempenho das atividades na sala de aula.
- Lei nº 6.864, de 15 de agosto de 2014, também altera a Lei nº 4528, de 28 de março de 2005. Em síntese, é a lei que transforma o Conselho Estadual de Educação em órgão do estado.
- Lei nº 7.329, de 08 de julho 2016, institui, no estado do Rio de Janeiro, a lei de diretrizes para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Sobre Educação Especial, cita que a educação do estudante com deficiência deverá iniciar-se na Educação Infantil, a partir do maternal. Assim, a Educação Especial deve contar com uma equipe interdisciplinar, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas. Além disso, deve ser oferecido

apoio aos estudantes, como intérpretes de Libras, leitores para os portadores de deficiência visual e, ainda, mobiliário adequado para as demais deficiências. A lei pretende estabelecer normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, a fim de que exerçam de forma plena seus direitos individuais e coletivos. Entre os objetivos estão inclusão, articulação com órgãos e entidades públicos e privados, e com organismos nacionais e estrangeiros para a implantação dessa política, ampliação das alternativas de inserção econômica da pessoa com deficiência e promoção do acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência nos serviços oferecidos à comunidade.

- Lei nº 7.354, de 14 de julho 2016, institui o programa de diagnóstico e tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O programa inclui atendimento escolar especializado, em caráter preventivo, com início na Educação Infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando os serviços de Educação Especial aos educandos que, após diagnóstico médico, evidenciem a necessidade de atendimento especial. Ele também determina o encaminhamento dos estudantes que têm necessidade de intervenção terapêutica a uma das unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) para diagnóstico e tratamento, por uma equipe multidisciplinar composta por: educadores, psicólogos, especialistas em psicopedagogia, médicos e fonoaudiólogos, que deverão acompanhar o estudante durante todo o período do curso e incluindo recomendações clínicas e escolares, quando de sua transferência para outra unidade de ensino. Pais e responsáveis por estudantes identificados com transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) deverão ser conscientizados sobre a sintomatologia do distúrbio e orientados sobre o ensino de técnicas específicas e como proceder para um melhor desenvolvimento global do educando.
- Lei nº 7.262, de 15 de abril 2016, proíbe, no estado do Rio de Janeiro, a cobrança, por parte dos estabelecimentos de ensino, de taxa adicional para estudantes com deficiência. Nenhuma instituição de ensino poderá se recusar a matricular o estudante com deficiência.

- Lei nº 7.329, de 08 de julho 2016, institui a lei de diretrizes para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Ela estabelece normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, a fim de que exerçam de forma plena seus direitos individuais e coletivos. Os principais objetivos são eleger mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência; adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, e com organismos nacionais e estrangeiros para a implantação dessa política; incluir a pessoa com deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à seguridade social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer; ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa com deficiência, proporcionando qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; garantir o efetivo atendimento às necessidades da pessoa com deficiência, entre outros.
- Lei nº 7.362, de 14 de julho 2016, determina a implantação dos centros de estudos profissionalizantes para pessoa com transtorno de espectro autista no estado do Rio de Janeiro. Caberá aos centros de estudos profissionalizantes para a pessoa com Transtorno de Espectro Autista em que a pessoa estiver matriculada disponibilizar acompanhante especializado no contexto escolar, caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais. Deverão ser instituídos os cursos de: marcenaria, ciências da computação, informática, desenho, música, pintura, organização de documentos, jardinagem. A metodologia de ensino para a pessoa com Transtorno de Espectro Autista deve identificar as barreiras de aprendizagem e planejar formas de removê-las, respeitando o ritmo de cada indivíduo; garantir que o conteúdo não seja acelerado e nem despercebido para o estudante e que se busquem formas, estratégias e materiais para que seja mais bem aprendido.
- Lei nº 7.522, de 14 de fevereiro de 2017, autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a instituir o Programa de Distribuição de Aparelhos Auditivos para Crianças e Adolescentes. A partir dessa lei, o governo pode firmar convênios e parcerias com

prefeituras municipais e com instituições hospitalares públicas e privadas, para a distribuição gratuita de aparelhos de surdez a crianças e adolescentes, com idade entre três meses e dezoito anos, usuários do SUS, mediante apresentação de prescrição médica.

- Lei nº 8.022, de 29 de junho de 2018, unifica o cartão eletrônico concedido aos estudantes da rede pública estadual, às pessoas com deficiência e doenças crônicas e aos idosos, mediante disponibilização do cartão do bilhete único. Na prática, todos esses grupos passam a utilizar o mesmo tipo de cartão para gratuidade nos transportes rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário.
- Lei nº 8.060, de 17 de agosto de 2018, torna obrigatória a reserva de 5% das vagas de iniciações científicas para pessoas com deficiência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Caso não aconteça o preenchimento do total de vagas destinado às pessoas com deficiência no tempo regulamentar de inscrição, serão abertas inscrições para os demais estudantes interessados em preenchê-las. Essa lei promove a inclusão de pessoas com deficiência em universidades estaduais do Rio de Janeiro.
- Lei nº 8.276, de 09 de janeiro de 2019, institui a semana para sensibilização e defesa da Inclusão em Educação de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, a ser realizada, anualmente, na quarta semana do mês de junho. A lei visa defender os direitos dos estudantes com deficiência; assegurar a consolidação da Inclusão em Educação; combater a discriminação e a intolerância; e promover o respeito à diversidade;
- Lei nº 8.348, de 01 de abril de 2019, autoriza o acesso, mediante agendamento, de profissionais da área de saúde que fazem tratamento de estudantes com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtorno globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, às dependências das escolas públicas e privadas, dos níveis infantil, fundamental e médio do estado do Rio de Janeiro. Permite a entrada de terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e psicólogo para realizar o atendimento em escolas a estudantes com deficiência, facilitando o acesso dos estudantes a esse tipo de atendimento.

- Lei nº 8.519, de 10 de setembro de 2019, obriga os estabelecimentos de ensino público e privado do Rio de Janeiro a fornecerem diploma em braile para estudantes com deficiência visual na conclusão do Ensino Médio e Ensino Superior.
- Lei nº 9.153 de 21 de dezembro de 2020. Com essa lei, as unidades escolares e creches públicas, no estado do Rio de Janeiro, ficam impedidas de transferir para outras unidades escolares, no momento da renovação de matrícula, sem a anuência de pais ou responsáveis, estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, TDAH e dislexia. As unidades escolares e as creches da rede estadual, antes do período da renovação de matrícula, poderão disponibilizar, como alternativa às famílias, até três unidades escolares que possuam professores de apoio especializado.
- Lei nº 9321, de 14 de junho de 2021, obriga as escolas públicas e privadas de Educação Básica a promover, com periodicidade mínima bimestral, oportunidades de diálogo com pais ou responsáveis. O objetivo é informar e discutir a situação de estudantes com demandas específicas de aprendizagem. O diálogo deve levantar as questões relativas ao cotidiano escolar, visando a Inclusão em Educação; compilar as queixas e sugestões dos pais e familiares relacionadas à Educação Especial; e obter do corpo docente e da direção escolar informações acerca dos trabalhos realizados, das medidas implantadas e dos projetos vindouros relacionados à Educação Especial.

A aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, aprovada em 2008, traz mudanças na concepção da educação especial, no Brasil. A seguir, veremos as propostas desse documento.

“Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação e, portanto, contrários à decisão consciente independentemente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata.”

Theodor W. Adorno

III – A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEEPEI): PENSANDO O PROCESSO DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORANEAMENTE

Nesta linha temporal, chegamos à PNEEPEI. Ela, por sua vez, faz um breve histórico do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, desde a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, agora Instituto Benjamin Constant (IBC), e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), no Rio de Janeiro, na época do Império.

O documento argumenta que a normalização — quando os estudantes público da Educação Especial são vistos como seres que precisam ser iguais aos outros — e a integração — simplesmente a colocação dessas pessoas junto às outras, no mesmo grupo — foram dois processos que reforçaram a exclusão escolar em vez de combatê-la.

Vale ressaltar que o mesmo ocorre quando os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, ainda hoje, são isolados em classes especiais. Esse isolamento cumpre a mesma função ao não permitir que os estudantes público da Educação Especial aprendam junto aos demais.

A inclusão de estudantes público da Educação Especial pressupõe acesso à escola, permanência nas aulas regulares e aprendizagem. Nesse sentido, a PNEEPEI ressalta:

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades

curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política de 1994 não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial. (BRASIL, 2008, n.p.).

A aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, foi um marco legal na luta pela igualdade de oportunidades escolares para todos os estudantes. Por isso, em seu texto, ela estabelece a referência de tempo, também analisada neste trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, a aprovação da Política ocorreu para que o Brasil se alinhasse aos avanços das lutas sociais que ocorriam no mundo e, dessa forma, estabelecesse políticas públicas para promover uma educação de excelência.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, n.p.).

A proposta era reforçar a garantia da matrícula de crianças público da Educação Especial em turmas regulares, como já previa o Decreto 6094/2007. Com isso, o acesso ao ensino comum, em conjunto ao atendimento educacional especializado, estaria assegurado. Pode-se dizer que alguns resultados da criação da PNEEPEI são observados no Censo Escolar/Inep de 2018.

O Censo Escolar da Educação Básica é um levantamento anual feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. As escolas públicas e particulares de Educação Básica são o objeto de estudo.

As informações do Censo Escolar são a base de dados usada pelo Ministério da Educação (MEC) para criar, fiscalizar e aferir políticas públicas. Por princípio, elas também servem para orientar a atuação do MEC nas escolas, dos estados e dos municípios. O Censo Escolar ajuda ainda a calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), oficialmente

denominado como uma ferramenta de acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De acordo com o Censo Escolar de 2017, o acesso dos estudantes que só frequentavam o ensino especial às turmas regulares aumentou, na Educação Básica, entre 2013 e 2017.

O número de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação básica cresceu substancialmente nos últimos anos, e, além disso, o percentual de estudantes dessa faixa incluídos em classes comuns passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Considerando essa mesma faixa etária, o percentual de estudantes que estão em classes comuns e que tem acesso ao atendimento educacional especializado (AEE) também subiu, passando de 35,2% em 2013 para 40,1% em 2017. (BRASIL, 2017, n.p.).

Essa análise aponta que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva colheu frutos. E continuou assim, mesmo quando o quadro geral de matrículas apresentou recuo em nova edição do Censo, realizada em 2018. Naquele ano, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas mais de 181 mil escolas de educação básica no país, 1,3 milhão a menos comparado a 2014. Uma redução de 2,6% no total de matrículas. Enquanto isso, entre os estudantes de 4 a 17 anos da Educação Especial, verificou-se que o percentual de matrículas de estudantes incluídos em classes comuns vinha aumentando aos poucos, passando de 87,1%, em 2014, para 92,1%, em 2018.

Ainda com base no Censo, como já apontamos anteriormente, é possível observar que, em 2020, o número de matrículas da Educação Especial em classes comuns ou classes exclusivas, em todas as etapas de ensino, saiu de 1.181.276 estudantes para 1.308.900. Um aumento percentual de 10,8%. O número de matrículas da Educação Especial no Brasil em classes comuns também aumentou: em 2018, eram 1.014.661 estudantes; em 2020, 1.152.875. Um aumento percentual de 13,6%. Já as matrículas em classes exclusivas de atendimento educacional especializado sofreram redução de 6,4%, nesse mesmo período: em 2018, eram 166.615 estudantes; em 2020, 156.025 matriculados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ressalta no corpo de seu texto que, historicamente, estudar foi “privilégio de um grupo”. Ela aponta que o fracasso educacional é naturalizado e que ocorre porque, mesmo com a universalização do acesso à escola, as práticas educativas continuam negligenciando as pessoas que estão fora dos padrões

da escola, reprodutores da ordem social. Nesse sentido, é fundamental grifar as palavras de Nunes, Saia e Tavares.

A diversidade presente na educação inclusiva não é um favor aos grupos historicamente excluídos, mas uma luta pela humanização de todos nós. Quando não conseguimos lidar com as diferenças que nos rodeiam perdemos uma oportunidade de caminhar na nossa própria evolução. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1117).

Na mesma linha que a lógica descrita acima, a PNEEPEI enfatiza que os sujeitos se transformam e que a proposta pedagógica não pode se fechar no diagnóstico, ou seja, na classificação das deficiências, transtornos, distúrbios, síndromes ou aptidões, como já explicamos neste capítulo.

Dessa maneira, a Política estabelece critérios para a definição de deficiência, baseados no entendimento moderno acerca do conceito. Assim, a pessoa é considerada com deficiência se tiver impedimentos físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo, que, em interação com obstáculos, possam reduzir sua interação na vida escolar e social. Assim, podemos observar que ela adota a mesma definição da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicada em 2006, pela ONU.

Já os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são definidos como os que têm uma gama de interesses e atividades reduzidas e repetitivas. De acordo com o texto da PNEEPEI, fazem parte desse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação são aqueles que apresentam performance elevada em pelo menos uma das áreas definidas na Política Nacional. São elas: intelectual, acadêmica, de liderança, psicomotricidade e artes. Eles também devem manifestar grande potencial criativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva veio, ainda, orientar os sistemas de ensino a garantir a transversalidade da Educação Especial, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Assim, a Educação Especial deixa de ser um objeto separado do resto da escola e passa a ser algo que perpassa todas as práticas da comunidade escolar, em todos seus níveis, etapas e modalidades, atendendo esses estudantes de forma articulada ao ensino comum.

A Educação Especial, oficialmente, passa a funcionar no atendimento às especificidades dos estudantes e a orientar a formação das redes de apoio, a seleção de recursos e serviços e o aprofundamento de práticas colaborativas. Sempre tendo em conta as potencialidades de cada estudante, a ideia é que a educação especial reconheça e crie ferramentas que derrubem obstáculos e possibilitem trocas entre todos: estudantes com estudantes e estudantes com professores, visando a construção coletiva de conhecimentos.

Tendo em vista essas concepções, as atividades do atendimento educacional especializado não são as mesmas da sala de aula comum. Por isso, elas não têm caráter substitutivo. Esse tipo de atendimento visa, nada mais, do que complementar e/ou suplementar o desenvolvimento dos estudantes para sua independência dentro e fora dos muros da escola.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008, essas atividades devem disponibilizar propostas para enriquecer o currículo, ensino de linguagens adequadas a seus públicos específicos, códigos, sinalização e tecnologia assistiva. Ao contrário do que era previsto antes da aprovação da PNEEPEI, todo o trabalho do atendimento especializado precisa estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, como afirma Damasceno.

O texto da referida política é claro ao dispor que a educação especial é parte integrante da proposta pedagógica da escola comum/regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e outros, onde se configuram os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando no atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes. (DAMASCENO, 2010, p. 119).

Tendo em vista as afirmativas de Damasceno acerca do novo propósito da Educação Especial, é necessário acrescentar que, além disso, segundo a PNEEPEI, o atendimento educacional especializado deve ser monitorado por recursos que possibilitem a análise da oferta disponibilizada na rede pública e nos centros especializados que oferecem o serviço.

Ainda considerando a Política, na Educação Infantil, o atendimento educacional especializado deve estimular os estudantes para que eles se desenvolvam em conexão com a área da saúde e do serviço social. É importante enfatizar que o atendimento educacional especializado

tem oferta obrigatória nos sistemas de ensino e está previsto para ocorrer no contraturno da classe regular, na escola ou em algum polo que ofereça o serviço.

O atendimento para estudantes surdos deve ser disponibilizado tanto de forma oral e escrita como na língua de sinais. A orientação é de que os estudantes surdos frequentem, acompanhados de seus pares, as turmas comuns, por conta das diferenças de linguagem. Nesse caso, a Língua Portuguesa é considerada a segunda língua, na modalidade escrita, sendo Libras a primeira. É previsto ainda a entrega de serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa, em todo o sistema de ensino, e aulas de Libras para os estudantes sem deficiência.

Os sistemas de ensino devem oferecer “as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete”, assim como a de cuidador de estudantes que necessitem de apoio nos momentos de higiene, alimentação, locomoção e em todos os outros que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Oficialmente, a avaliação pedagógica deve ser um processo constante que leve em conta o conhecimento anterior e a evolução do estudante. Ela deve se basear nos progressos individuais de cada um. Para isso, é necessário que os educadores considerem que alguns podem necessitar de um tempo maior para a realização das atividades, tendo em vista, por exemplo, o uso da língua de sinais ou de textos em Braille.

O professor da Educação Especial deve ter formação geral em docência, bem como possuir conhecimentos específicos da área. Essa exigência “aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação” em todos os ambientes onde a educação especial ocorra. A PNEEPEI prescreveu também a capacitação de professores para o atendimento educacional especializado e a formação dos profissionais da educação para a inclusão escolar, além de confirmar a importância da participação da família e da comunidade nos processos educacionais.

Ainda de acordo com os objetivos da Política, que visam garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, os sistemas de ensino também estão orientados a promover a acessibilidade nas edificações, instalações e equipamentos, assim como nos transportes escolares e nas barreiras na comunicação e nas informações.

O trabalho em conjunto entre os diversos setores na implementação de políticas públicas é outro caminho para que os sistemas de ensino estimulem a aprendizagem e reconheçam a importância das diferenças, visando o desenvolvimento de todos os estudantes.

Tendo como pressuposto que a inclusão é um processo democrático que humaniza a todos, ela não pode ser negada a ninguém.

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas, tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório. (ADORNO, 1995, p. 11).

Nesse sentido, o pensamento adorniano confirma a importância de políticas de Inclusão em Educação, muito embora o filósofo nunca tenha escrito sobre a inclusão do público da Educação Especial. Afinal, ele se refere a todos, e quando o assunto é “barbárie”, as pessoas com deficiência fazem parte do grupo de maior vulnerabilidade, diante dos preconceitos que sofrem e das barreiras sociais que enfrentam. Por isso, fazer valer o que foi estabelecido há mais de dez anos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é um direito e um dever de cada cidadão.

Como vimos, a PNEEPEI teve como pedra fundamental o deslocamento do atendimento educacional especializado para dentro das escolas. Este, que até então funcionava como uma espécie de apêndice na comunidade escolar, passa, oficialmente, a integrar as práticas educativas, de forma transversal e não mais segmentada.

Essa determinação foi um importante passo na história da inclusão no Brasil e, somente por meio da apropriação do que ela estabelece, numa análise crítica, é possível andar com firmeza nos incertos caminhos das práticas escolares que oportunizam o desenvolvimento de todos, sem discriminação. Contudo, Damasceno nos convida para uma reflexão:

Os documentos oficiais, nacionais e internacionais, ressaltam os aspectos político-filosóficos a serem assumidos na constituição de uma sociedade inclusiva, onde todos tenham direito à participação, em busca de seu direito ao acesso e permanência na escola. Para tanto, pensamos que um longo caminho ainda deverá ser percorrido. Estudos afirmando a necessidade de pensar a organização da escola para o atendimento educacional e pedagógico das necessidades especiais dos estudantes e seu Projeto Pedagógico, podem conter elementos que possibilitem a efetividade da escola democrática. (DAMASCENO, 2010, p. 28).

Portanto, o acesso de todos à Educação é direito adquirido, mas, como o autor alerta, é preciso buscar saídas para que esse princípio se cumpra. Um benefício para toda a sociedade que, por meio de trocas mais ricas e diversificadas, tem possibilidade de evoluir em sua biografia. Ação que contribui no combate à formação da “consciência coisificada” (ADORNO, 1995), subjugada à obediência a um padrão de pensamento dominante.

Mencionei o conceito de consciência coisificada. Esta é sobretudo uma consciência que se defende em relação a qualquer vir-a-ser, frente a qualquer apreensão do próprio condicionamento, impondo como sendo absoluto o que existe de um determinado modo. Acredito que o rompimento desse mecanismo impositivo seria recompensador. (ADORNO, 1995, p. 132).

Se conseguirmos enfraquecer esse mecanismo impositivo a que Adorno se refere no campo da educação de pessoas com deficiência, tendo como respaldo o cumprimento das leis, certamente estaríamos dando passos alinhados à proposta desse rompimento maior, que abrangeria e libertaria todos os sujeitos desta sociedade, sendo eles com ou sem deficiência.

Aqui, cabe ainda expor outros dispositivos legais federais, aprovados após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

- O Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 estabelece que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, ganhe caráter de norma constitucional brasileira.
- A Resolução número 4 CNE/CEB, de 2 de outubro de 2009, aponta diretrizes operacionais, sobre turno e local de aulas, para o AEE, na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- A Lei 12.764, de 27 de setembro de 2012, cria as normas da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e, com isso, altera o parágrafo 3 do artigo 98 da lei 8.112, de dezembro de 1990.
- O Plano Nacional de Educação (PNE) – (2014-2024), de 25 de junho de 2014, institui em sua meta 4 a universalização do atendimento escolar, na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que tenham entre 4 e 17 anos de idade.

- O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, cujo objetivo é garantir condições de igualdade no exercício de direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.
- Decreto 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, institui a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e prevê a matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em classes e instituições especializadas. O que, segundo o Ministério Público e de acordo com instituições de defesa aos direitos das pessoas com deficiência, viola direitos e representa um retrocesso na busca pela Inclusão em Educação, por fomentar a criação de classes e escolas de atendimento educacional especializado. A PNEE apresenta como objetivo “definir critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas”. O Decreto 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, está suspenso. A decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendendo a eficácia do mesmo, foi proferida em 1º de dezembro de 2020. A decisão veio em resposta à uma ação apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 6590, ajuizada pelo partido ao considerar que o dispositivo legal teria como real objetivo discriminar e segregar os estudantes com deficiência. Para o PSB, esse modelo provocaria a separação entre estudantes com e sem deficiência, violando o direito à Inclusão em Educação. Enquanto a ADIn tramita no STF, o Ministério Público Federal tenta convencer o MEC a alterar o decreto. Uma reunião realizada em 30 de setembro de 2021 terminou sem consenso entre as partes.

Como dito anteriormente, esta pesquisa tem como foco a discussão sobre os impactos da participação social no cenário da Inclusão em Educação, no estado do Rio de Janeiro, visando o fortalecimento da emancipação e da democracia no território fluminense.

Tendo em vista essa questão, no capítulo a seguir, usaremos as concepções da Teoria Crítica como aporte teórico-metodológico, com destaque para as reflexões de Adorno.

“É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si mesmas.”

Theodor W. Adorno

IV – A TEORIA CRÍTICA COMO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

O pensamento de Adorno coaduna com a proposta deste estudo porque traz, entre seus elementos centrais de reflexão, os conceitos de emancipação e democracia, que serão aprofundados durante a análise documental tratada aqui.

Mas, essa escolha extrapola a convergência dos conceitos. Para além da concepção teórica, a Teoria Crítica também constitui-se em método, na medida em que propõe a formulação de críticas ao conhecimento produzido durante pesquisas acadêmicas, revelando a importância da associação entre teoria e prática.

A reflexão proposta por Adorno põe em xeque o materialismo histórico cartesiano, ao distinguir em planos distintos, teoria e práxis, como se estivessem de forma totalmente independente e não se relacionassem. Nesse sentido, o questionamento à objetividade existente na razão debate o suposto praticismo que impera na lógica fundante racional, ou seja, a análise meramente objetiva de uma realidade complexa pode alienar o próprio objeto de estudo. (DAMASCENO, 2020, p. 133).

Damasceno atenta para os possíveis prejuízos que o “próprio objeto” de uma pesquisa, focada somente na teoria, pode sofrer. Ele acrescenta:

Nessa perspectiva, está claro que a maneira como a ciência é produzida na contemporaneidade reflete a própria organização do mundo que vivemos. Assim, a lógica fundante da sociedade da técnica como finalidade e não como meio age sobre a produção de conhecimento comprometendo os saberes produzidos sob essa égide. (DAMASCENO, 2020, p. 135).

O autor nos convida a refletir que é preciso avançar na forma de pesquisar. Segundo a Teoria Crítica, quando nos dedicamos a um assunto ou objeto de estudo apenas para esclarecer o que ali ocorre, estamos somente revelando uma situação que continuará presa à formação social que a formatou. As evidências dos fatos analisados em uma pesquisa só vão gerar frutos

construtivos se forem utilizadas para transformar realidades e torná-las melhores. Aí se sobressai o papel da crítica. A esse respeito, Damasceno acrescenta:

Nesse sentido, pensar sobre os conceitos e definições significa pensar a própria teoria que ilumina a práxis, revelando a amálgama que constitui a relação Teoria-Práxis que é assumida no contexto da fundamentação teórico-metodológica deste estudo. Essa afirmativa reforça a prerrogativa que a questão do método não se restringe a uma escolha pura e simples de um caminho que melhor se adéque ao estudo, mas a partir da Teoria construir um caminho que ilumine/revele à práxis, agregando novos conhecimentos à Teoria. (DAMASCENO, 2020, p. 136/137).

As reflexões do autor apontam que estudos acadêmicos precisam ultrapassar as etapas de investigação e análise e alcançar a produção de novos conhecimentos sobre o assunto escolhido. Somente dessa maneira será possível ressignificar e transformar a realidade. Pesquisar para transformar, dar novos significados ao que foi encontrado e não apenas para saber, conhecer, evidenciar.

Nesse sentido, é importante observar que a pesquisa a partir da Teoria Crítica não se enquadra em abordagens quantitativa e qualitativa, nem em métodos mistos. O método é a própria análise crítica, como já foi dito. Segundo Adorno, tentativas de classificar pesquisas é perda de tempo e atrapalharia as análises laborais. Para ele, fazer pesquisa é produzir realidade. Assim, o foco deste estudo será analisar o material coletado pelas lentes adornianas e, tendo em vista suas principais questões, encontrar caminhos para a solução dos problemas que aqui serão levantados.

Em suma, a presente pesquisa visa fazer uma análise nos parâmetros da Teoria Crítica: identificar a manifestação da participação social exercida nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj, problematizar o que ocorre nesses encontros e propor mudanças para, na ponta da flecha, termos uma escola de mais qualidade, apontando possíveis saídas para o fortalecimento da democracia, do processo de Inclusão em Educação e, por conseguinte, para a humanização emancipatória da sociedade. Assim, chegaremos mais perto de uma rede de educação que forme sujeitos emancipados, capazes de “voltar” e usar os mecanismos do Poder Legislativo para tornar essa rede ainda melhor.

Como a Teoria Crítica, que é também método, será o referencial metodológico deste trabalho, a demarcação teórica traz para esta pesquisa categorias de estudo. Essas ideias é que vão

movimentar a organização dos dados. Dessa maneira, como já foi dito, os dados coletados serão organizados com base em dois elementos centrais do pensamento adorniano: emancipação e democracia.

Sobre a importância da inclusão, no contexto da promoção de um ensino focado no desenvolvimento crítico e emancipatório, serão considerados os seguintes autores: Allan Rocha Damasceno (2006, 2010, 2020), Valdelúcia Alves da Costa (2016), Enicéia Gonçalves Mendes (2006), Sylvia da Silveira Nunes, Ana Lúcia Saia e Rosana Elisete Tavares (2015).

Quando discutimos inclusão escolar na atualidade entendemos que também estamos debatendo democratização social, porque não podemos pensar uma sociedade verdadeiramente democrática onde apenas uma parcela dela esteja frequentando a escola. De maneira simplificada podemos afirmar que a educação inclusiva amplia a democracia social.

Pensar na necessidade de educação inclusiva afirma a existência da exclusão, pois a educação deveria ser para todos, e se ela é hoje inclusiva é porque existem excluídos. (DAMASCENO, 2006, p. 63).

Por conta do que foi exposto acima pelo autor, é coerente pensar que inclusão e democracia caminham juntas e são indissociáveis. Como o tema desta pesquisa diz respeito à inclusão de estudantes público da Educação Especial em turmas regulares, também será usada como referência a legislação brasileira, que determina essa prática.

Como podemos observar muito se avançou em relação à concepção de educação segregada, presente com maior visibilidade nos primeiros movimentos da Educação Especial no Brasil, ao mais recente reordenamento jurídico que afirma a inclusão escolar como direito dos estudantes denominados “com necessidades educacionais especiais”. Porém, vale destacar que esses avanços não são lineares, nem livres de embates e conflitos no Brasil. (DAMASCENO, 2020, p. 70).

Aqui, Damasceno (2020) aponta a necessidade de que, mesmo diante de embasamentos legais, a inclusão do público da Educação Especial é um princípio que precisa ser reforçado, pois não está imune às tensões sociais. Tensões estas que, enfatizadas nas discussões entre cidadãos, podem inclusive provocar retrocessos na luta pela inclusão. Por isso, investigar a participação social nesse processo torna-se tão relevante.

Também faz parte das leituras que fundamentam as discussões deste trabalho: a Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, a Declaração dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal Brasileira e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Como este estudo está focado nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação da Alerj, torna-se obrigatória a consulta ao regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que estabelece normas para o funcionamento da “casa”.

4.1 Objetivos

Os objetivos deste estudo serão repetidos aqui, por conta da formatação utilizada no laboratório de pesquisa do qual faço parte, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão, o Lepedi, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A ideia é tornar mais claro o entendimento da presente análise. Então, para relembrar, os objetivos podem ser definidos em:

- Caracterizar as demandas (assuntos, desafios, questões sociais, entre outros) acerca da inclusão do público da Educação Especial discutidos nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj entre os anos de 2008 e 2018;
- Identificar os participantes dessas audiências públicas;
- Analisar se a participação da sociedade, nas suas representações, tem modificado o cenário da inclusão do público da Educação Especial, no Rio de Janeiro, por meio do parlamento fluminense;
- Identificar as propostas e encaminhamentos em face das demandas;
- Caracterizar como o Legislativo atendeu as demandas da participação social nas discussões sobre o processo de inclusão do público da Educação Especial no Rio de Janeiro.

4.2 Questões de estudo

As questões deste estudo também serão repetidas aqui, por conta da formatação utilizada no laboratório de pesquisa do qual faço parte.

- Quem participou das reuniões sobre inclusão do público da Educação Especial no âmbito da Comissão de Educação, no período entre 2008 e 2018?
- Quais foram as demandas apresentadas nesses encontros?
- Há indícios de que, durante as audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj, a participação social, nas suas representações, tenha possibilitado mudanças no cenário da Educação Especial, na perspectiva da Inclusão em Educação, no Rio de Janeiro?
- Quais foram os encaminhamentos que a Comissão de Educação promoveu, em face das demandas?
- De que maneira o Legislativo do Rio de Janeiro atendeu, por meio de proposições de leis, as sugestões trazidas pela sociedade durante as audiências públicas?

4.3 Lócus de estudo

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Alerj, é o lócus desta pesquisa. Desde o segundo semestre de 2021, ela está situada na rua da Ajuda, número 37, no centro do município do Rio de Janeiro.

A Alerj é composta por setenta deputados pertencentes aos seguintes partidos: PSL (Partido Social Liberal), Novo, SDD (Solidariedade), PT (Partido dos Trabalhadores), DEM (Democratas), PODE (Podemos), PL (Partido Liberal), PSC (Partido Social Cristão), REP (Republicanos), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PP (Partido Progressista), PCdoB (Partido Comunista do

Brasil), MDB (Movimento Democrático Brasileiro), PROS (Partido Republicano da Ordem Social), DC (Democracia Cristã), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Avante, PMB (Partido da Mulher Brasileira), Patriota, PTC (Partido Trabalhista Cristão) e Cidadania.

Estamos na décima segunda legislatura. Cada uma dura quatro anos, o tempo de mandato dos deputados. Eleita a cada dois anos, a Mesa Diretora é um colegiado encarregado de ordenar e administrar os trabalhos do parlamento. Ela é formada por treze deputados: o presidente da casa, quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro vogais. Todos com direito a voto. Isso significa que, a cada legislatura, a mesa diretora é eleita duas vezes.

A Comissão de Educação, objeto desta pesquisa, é atualmente presidida pelo deputado estadual Flávio Serafini, do PSOL. A escolha dos presidentes das comissões depende do desempenho de cada partido nas eleições. Quanto mais deputados um partido elege, mais cadeiras presidenciais ele vai ocupar nas comissões permanentes.

4.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram organizados com base em análises documentais. Os documentos oficiais produzidos a partir de encontros na Alerj são as notas taquigráficas e as atas.

O registro das audiências públicas das comissões permanentes da Alerj é de responsabilidade dos funcionários da secretaria de cada comissão. As notas taquigráficas desses encontros só são produzidas se solicitadas, diferentemente do que ocorre no plenário da casa, onde sempre há serviço de taquigrafia.

Já as atas, com o conteúdo das audiências públicas, divulgadas no Diário Oficial e replicadas nas redes sociais e no sistema interno informatizado da Alerj, são, de fato, resumos das discussões. A explicação é que os encontros podem durar mais de cinco horas e, se cada

comissão publicasse, na íntegra, absolutamente tudo o que foi falado, seriam necessários muito mais recursos financeiros para dar conta das despesas da impressão do Diário Oficial.

Assim, a coleta de dados para esta pesquisa se deu pela leitura das atas e das notas taquigráficas (as que existem) das audiências públicas relacionadas ao problema deste estudo, realizadas pela Comissão de Educação da Alerj, entre 2008 e 2018. “Publicações parlamentares, em geral, são registros textuais das diferentes atividades das câmaras e do Senado. Dificilmente se pode questionar sua fidedignidade, por contarem com um corpo de taquígrafos qualificados.” (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A leitura e a análise dos registros permitiram a produção do levantamento dos conteúdos discutidos pela Comissão, das demandas, dos encaminhamentos e do funcionamento do espaço parlamentar no que diz respeito à participação social no cotidiano da sociedade, por meio da Comissão de Educação da Alerj.

A coleta de dados foi realizada a partir da solicitação de documentos, junto à secretaria da Comissão, onde todos os registros referentes às audiências públicas são arquivados.

4.5 Inclusão em Educação, emancipação e democracia: demandas da participação social nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj

Nesta pesquisa é considerada como participação social a manifestação individual de estudantes, mães, pais, familiares e responsáveis de modo geral. Também é considerada participação social a voz de sindicatos, conselhos, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, agremiações e movimentos sociais. Aqui, essas representatividades são entendidas como expressão das classes que as elegem; expressão do povo.

Aqui, cabe expor a diferença entre participação social e participação popular.

Participação Social se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como

categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil. (GADOTTI, 2014, p. 13).

Levando em consideração a citação acima, é oportuno frisar que a definição de participação social é a que se encaixa em nossa pesquisa. Já a expressão “participação popular”, em sua definição, dá conta de outros significados, contextualizados em arranjos diferentes.

A Participação Popular, por outro lado, corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc. Embora dialogando e negociando pontualmente com os governos, em determinados momentos, essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos e nem se subordinam às suas regras e regulamentos. (GADOTTI, 2014, p. 14).

Sendo assim, vamos focar nos discursos da participação social. Contudo, antes de partirmos para a análise e fundamentação das ideias que esta pesquisa objetiva abordar, é necessário contextualizar o que foi discutido em cada uma das seis audiências públicas sobre Inclusão em Educação que ocorreram entre 2008 e 2018, na Comissão de Educação da Alerj.

É importante ressaltar que algumas dessas audiências não foram deliberativas. Ou seja, há reuniões em que o parlamento não decide nem determina nada. Conforme já foi explicado, o Poder Legislativo é assim. Muitas vezes, promove encontros e funciona como mediador para que haja diálogo, escuta e, ocasionalmente, negociações entre as partes. Dali, podem sair propostas que serão discutidas entre os interessados mesmo fora da Assembleia Legislativa.

Outro ponto relevante é observar que alguns nomes de participantes dessas reuniões na Alerj podem estar incompletos, devido à dinâmica das audiências públicas: as pessoas muitas vezes chegam atrasadas, no meio de um debate acalorado, e não registram corretamente sua presença. Além disso, alguns falam ao microfone sem terem se identificado na lista dos que desejam se pronunciar e, em suas falas, acabam não revelando seus sobrenomes.

4.5.1 Audiências públicas sobre Inclusão em Educação: centralidade dos debates e das participações

A seguir, serão apresentadas as seis audiências públicas sobre Inclusão em Educação, ocorridas entre 2008 e 2018, que analisaremos posteriormente.

4.5.1.1 Audiência pública realizada em 14.10.2009 – AP1

A audiência pública 1 (ANEXO A – AP1) teve como objetivo discutir a prática do princípio da “Educação Inclusiva”, assim denominada no debate, e da modalidade Educação Especial nas redes de ensino do estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Estado de Educação e demais autoridades presentes foram convidadas para apresentar o trabalho que vinham desenvolvendo, relacionado à inclusão dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Na ocasião, a Secretaria de Estado informou que a rede tinha cerca de seiscentos estudantes surdos incluídos, frequentando a classe comum, com mediação de um intérprete e acesso à sala de recursos multifuncionais. Ainda focando nos números, a Secretaria divulgou que aproximadamente 6 mil professores haviam sido capacitados para atender estudantes com deficiência.

Mas, de fato, na maior parte do tempo, a discussão girou em torno da Educação Especial de uma escola de atendimento educacional especializado (AEE), o Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, atualmente chamado Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, que fica na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro.

Esta audiência não foi deliberativa, não teve caráter decisório. Foi uma reunião para debater ideias entre as partes interessadas.

Participaram da audiência pública:

1. Dep. Paulo Ramos – preside a audiência.
2. Nelma Alves Marques – coordenadora da Educação Especial da Secretaria e da Fundação Municipal de Educação de Niterói.
3. Roseni Silvado Cardoso – representante da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.
4. Maria Lúcia Sardenberg – do sindicato União dos Professores Públicos do Estado (UPPES).
5. Mária Angélica – do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado da Secretaria de Estado de Educação (Napes).
6. Eliane Santos – assistente da coordenação da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.
7. Sandra Santos – diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj/Faetec).
8. Mães de estudantes da Educação Especial do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
9. Rosana Barbosa – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
10. Vera Cristina Reis – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
11. Leila – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
12. Carla Cristina Alves – mãe de estudante da Educação Especial (fala de dislalia).
13. Marilda – assessora da Comissão de Educação da Alerj.
14. Eliane Dantas – assistente da profa. Roseni Silvado Cardoso, na Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação.

Pessoas que falaram durante o encontro:

1. Roseni Silvado Cardoso – Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.
2. Profa. Nelma Alves Marques – coordenadora da Educação Especial da Secretaria e da Fundação Municipal de Educação de Niterói.
3. Sandra Santos – diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj/Faetec).
4. Maria Lúcia Sardenberg – do sindicato União dos Professores Públicos do Estado (UPPES).

5. Carla Cristina Alves – mãe de estudante da Educação Especial (fala de dislalia).
6. Rosana Barbosa – irmã de estudante Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
7. Vera Cristina Reis – mãe de estudante Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
8. Leila – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
9. Mária Angélica – do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado da Secretaria de Estado de Educação (Napes).
10. Nelma Alves Marques – coordenadora da Educação Especial da Secretaria e da Fundação Municipal de Educação de Niterói.
11. Marilda – assessora da Comissão de Educação da Alerj.
12. Eliane Dantas – assistente da profa. Roseni Silvano Cardoso, na Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação.
13. Sandra Santos – diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj/Faetec).

4.5.1.2 Audiência pública realizada em 20.04.2011 – AP2

O tema da audiência pública 2 (ANEXO B – AP2) foi: “Educação Inclusiva, o projeto de políticas do Estado do Rio de Janeiro”.

No início do encontro, o deputado Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Alerj, ressaltou que a audiência não seria deliberativa.

Neste encontro, os deputados cobraram do estado e de alguns municípios ações para a inclusão. Na ocasião, a responsável pela área de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Roseni Cardoso, apresentou números. Ela afirmou que a rede tinha 4.745 estudantes com deficiência. Desse total, 3.545 estariam incluídos em 588 escolas. Ela

mencionou que, ao todo, o estado tinha 1.500 escolas. Acrescentou que, nas escolas e classes especiais, estavam matriculados 1.200 estudantes.

A subsecretária de Educação do município do Rio de Janeiro, Helena Bomeny, também apresentou números. Informou que a rede tinha quase 10.000 estudantes com deficiência. Desses, 4.508 estariam matriculados em escolas regulares e 4.749 em salas especiais.

A maioria das falas, durante a audiência, foi de integrantes de órgãos representativos de demanda social e de demandas de categoria.

Participaram da audiência pública:

1. Dep. Comte Bittencourt – presidente da Comissão de Educação; preside a audiência.
2. Dep. Robson Leite – da Comissão de Educação.
3. Roseni Cardoso – responsável pela área de Educação especial da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.
4. Helena Bomeny – subsecretária de Educação do município do Rio de Janeiro; representando a secretária Cláudia Costin.
5. Maria da Glória Souza Almeida – diretora do Instituto Benjamin Constant (IBC).
6. Rosália Fátima Correia Maia – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
7. Maria Lúcia Sardenberg – representando o sindicato União dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (UPPES).
8. Elva Maria Costa – coordenadora de Educação Especial do município de São Gonçalo.
9. Sônia Reis – coordenadora do município de Paracambi.
10. Jerônimo de Lourdes – representante da associação de pais do Colégio de Aplicação da UERJ (CAp-UERJ).
11. Diretores e professores – que trabalham com Educação Especial em São Gonçalo.
12. Estudantes – Faetec.
13. Alex – grêmio de Quintino.
14. Antônio Lopes Neves – secretário de Educação do município de São João da Barra.
15. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Portadores de Necessidades Especiais da Alerj, atualmente chamada Comissão da Pessoa com Deficiência; membro suplente da Comissão de Educação da Alerj.

16. Nelma Pintor – coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Niterói.
17. Kátia Nunes – diretora do Instituto Helena Antipoff, do município do Rio de Janeiro; responsável pelas estratégias pedagógicas dedicadas aos estudantes com deficiência.
18. Dep. Claise Zito – da Comissão de Educação.
19. Dep. Marcelo Freixo – da Comissão de Educação.
20. Ver. Eliomar Coelho – município do Rio de Janeiro.
21. Ielva Maria Costa – coordenadora de Educação Especial do município de São Gonçalo.
22. Roberval Alves Portela – pai de estudante com deficiência.
23. Dep. Luiz Martins.

Pessoas que falaram durante o encontro:

1. Roseni Cardoso – responsável pela área de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.
2. Helena Bomeny – subsecretária de Educação do município do Rio de Janeiro; representando a secretária Cláudia Costin.
3. Kátia Nunes – diretora do Instituto Helena Antipoff, do município do Rio de Janeiro; responsável pelas estratégias pedagógicas dedicadas aos estudantes com deficiência.
4. Nelma Pintor – coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Niterói.
5. Maria da Glória Souza Almeida – diretora do Instituto Benjamin Constant (IBC).
6. Rosália Fátima Correia Maia – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
7. Antônio Lopes Neves – secretário de Educação do município de São João da Barra.
8. Maria Lúcia Sardenberg – representando o sindicato União dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (UPPES).
9. Ver. Eliomar Coelho – município do Rio de Janeiro.
10. Ielva Maria Costa – coordenadora de Educação Especial do município de São Gonçalo.
11. Roberval Alves Portela – pai de estudante com deficiência.
12. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Portadores de Necessidades Especiais da Alerj; membro suplente da Comissão de Educação da Alerj.

13. Dep. Luiz Martins.
14. Dep. Claise Zito – da Comissão de Educação.
15. Dep. Marcelo Freixo – da Comissão de Educação.
16. Dep. Robson Leite – da Comissão de Educação.

4.5.1.3 Audiência pública realizada em 03.06.2011 – AP3

A audiência pública 3 (ANEXO C – AP3) foi realizada em conjunto com a então chamada Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, atualmente Comissão da Pessoa com Deficiência.

O encontro reuniu o que os deputados chamaram de “representações da sociedade fluminense” para debater a meta 4 do Plano Nacional de Educação, que havia entrado em tramitação no Senado e estava para ser votada no Congresso Nacional.

O Plano, que estabeleceu marcos para o fomento nacional, estadual e municipal no setor, trazia ações que deveriam ser cumpridas pelos entes federativos entre os anos de 2013 e 2020.

A meta 4 apresentava propostas para a Inclusão em Educação. Entre os principais pontos de discussão na audiência pública, estava o fato de a meta determinar que a universalização do ensino para pessoas com deficiência deveria ocorrer somente entre os 4 e os 17 anos de idade, excluindo automaticamente os que estivessem fora dessa faixa etária.

Outra preocupação era que as escolas especiais fossem fechadas em detrimento ao avanço da Inclusão em Educação, que defende a matrícula de estudantes público da Educação Especial em turmas regulares de ensino.

Por conta das críticas que recebeu e de deputados do Rio de Janeiro descontentes com o que a meta 4 trazia, a audiência pública foi marcada. A ideia era discutir a meta, para sugerir mudanças em seu conteúdo.

As Comissões de Educação e da Pessoa Portadora de Deficiência tinham o objetivo de encaminhar as emendas do estado do Rio de Janeiro para a comissão que debatia o Plano no

Congresso Nacional. Esse encaminhamento foi feito e será aprofundado durante a análise do material.

Participaram da audiência pública:

1. Dep. Comte Bittencourt – presidente da Comissão de Educação; presidindo a audiência.
2. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de deficiência.
3. Dep. Marcelo Freixo – membro da Comissão de Educação.
4. Dep. Robson Leite – Comissão de Educação.
5. Ver. Paulo Messina – presidente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro.
6. Dep. Otávio Leite.
7. Ver. Eliomar Coelho – do município do Rio de Janeiro.
8. Profa. Inês – da Secretaria de Educação do município de Niterói.
9. Lizair Guarino – presidente da Pestalozzi em Niterói.
10. Rita Magosso – representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante da quarta CRE do município do Rio de Janeiro.
11. Dodora Mota – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ).
12. Profa. Célia Regina – subsecretária de Educação de Vassouras.
13. Gelda Rodrigues – subsecretária de Educação de Macaé.
14. Delton Pedroso – presidente da Feredação das APAEs do estado do Rio de Janeiro.
15. Antônio José Resende – superintendente dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.
16. Ricardo Azevedo – da Associação dos ex-alunos do Instituto Benjamin Constant e do núcleo de pessoas com deficiência do Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro (Sisejufe).
17. Aleek – presidente do Grêmio Estudantil da Faetec.
18. Solange Rocha – representante Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); diretora.
19. Sheila Melo – da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro.
20. Denise Pareira – da Secretaria de Educação de São João de Meriti.
21. Ana Paixão – representante dos estudantes do Colégio Tarsila do Amaral.

22. Marcia Tardelli – da Secretaria de Educação de Cabo Frio.
23. Luiz Eduardo – diretor do Sind-Faetec.
24. Maria Angélica Ferraz – da Câmara Municipal de Araruama.
25. Prof. Glória – do Instituto Benjamin Constant (IBC).
26. Prof. Edicleia – da UERJ.
27. Prof. Kátia Nunes – diretora do Instituto Nacional Helena Antipoff.
28. Helena Dali – da Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica.
29. Daniela Medina – promotora do Ministério Público; representante de Bianca, da Promotoria de Educação.
30. Guilhermina Rosa – da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-RJ).
31. Gabriela Valqueire – da Pestalozzi de Rio Bonito.
32. Simone Maria Pereira – professora; representando a Secretaria de Educação de Duque de Caxias.
33. Marcos Castilho – presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro e representante da entidade no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
34. Maria Fátima Zanon – da Pestalozzi de Duque de Caxias.
35. Maria Lúcia e Márcia Cardoso – representantes da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES/Sindicato).
36. Carlos Alberto Lima – presidente de Direito Estadual da OAB de Niterói.
37. Luis Eduardo – diretor do Sindicato dos Profissionais de Educação da Faetec (SindipFaetec).
38. Marize Nunes – gerência de Educação da quinta Coordenadoria Regional de Educação.
39. Rosemeire Borges – do Conselho Estadual de Educação.
40. Miriam Alcântara – do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do estado do Rio de Janeiro (SEPE).
41. Ana Luíza Rocha – do grupo de trabalho da sétima Coordenadoria Regional de Educação (CRE-RJ).
42. Clênio Sampaio – da Associação em Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos municípios de Miguel Pereira, Paty do Alferes e Adjacências.
43. Selma Nascimento – ONG Semente do Amanhã.

44. Paulo André – representante da Federação Nacional de Educação e Integração; representante nacional de todos os surdos (Feneis).
45. Idécio Guimarães – assessor de Projetos; diretor do Fórum de Campos dos Goytacazes.
46. Marcos Lozinski – presidente da ONG Associação das Pessoas com Deficiência Pariqueruaçu (Adefipa).
47. Kátia Vasquez – presidente da Federação Estadual de Instituições de Reabilitação.
48. Décio Guimarães – representando a orientação educacional da prefeitura de Macaé e o Instituto Cultura e Saber.
49. Prof. Teresa Costa do Amaral – superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).
50. Nelma Pintor – secretária de Educação de Niterói.
51. Mário César Pacheco – ONG Instituto Guerreiros da Inclusão.
52. Prof. Lindalva – grupo de trabalho da sexta CRE da Secretaria de Educação do Município do Rio; uma das fundadoras do Movimento de Inclusão Legal.
53. Prof. Emeli Marques Leite – fundadora da Associação de Pais e Surdos do Instituto Nacional de educação de Surdos (INES).
54. Jussara Silva da Silva – Associação Pestalozzi de Niterói.
55. Paulo César Cruz – FAETEC, unidade Fábio de Mel, em Quintino.
56. Maria Darcy Lucena – Associação de Pais do Instituto Benjamin Constant (IBC).
57. Georgette Vidor – secretária da Secretaria de Atendimento às Pessoas com Deficiência do Município do Rio de Janeiro.
58. Ulrich Palares – Centro Acadêmico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
59. Profs. Lincoln, Antônio e Mansur – do Conselho Estadual de Educação.
60. João Gabriel – estudante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).
61. Breno Viola – representante da Rede Inclusiva, projeto da Rede Cidadã (entidade de assistência social), que visa capacitar pessoas com deficiência para o mercado de trabalho.
62. Simone Maria Pereira – professora, representando a Secretaria de Educação de Duque de Caxias.
63. Chico Alencar – deputado federal.

Pessoas que falaram durante o encontro:

1. Rita Magosso – representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante da quarta Coordenadoria Regional de Educação do município do Rio de Janeiro (CRE-RJ).
2. Dodora Mota – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ).
3. Solange Rocha – diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
4. Sheila Melo – da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro.
5. Prof. Glória – do Instituto Benjamin Constant (IBC).
6. Prof. Edicleia – da UERJ.
7. Marcos Castilho – presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro e representante da entidade no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
8. Selma Nascimento – ONG Semente do Amanhã.
9. Paulo André – representante da Federação Nacional de Educação e Integração (Feneis); representante nacional de todos os surdos.
10. Décio Guimarães – representando a Orientação Educacional da prefeitura de Macaé e o Instituto Cultura e Saber.
11. Prof. Kátia Nunes – diretora do Instituto Nacional Helena Antipoff.
12. Prof. Teresa Costa do Amaral – superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).
13. Nelma Pintor – secretária de Educação de Niterói.
14. Mário César Pacheco – ONG Instituto Guerreiros da Inclusão.
15. Prof. Lindalva – grupo de trabalho da sexta CRE da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro; uma das fundadoras do Movimento de Inclusão Legal.
16. Prof. Emeli Marques Leite – fundadora da Associação de Pais e Surdos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
17. Georgette Vidor – secretária da Secretaria de Atendimento às Pessoas com Deficiência do Município do Rio de Janeiro.
18. Ulrich Palares – Centro Acadêmico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
19. João Gabriel – estudante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

20. Simone Maria Pereira – professora, representando a Secretaria de Educação de Duque de Caxias.
21. Ver. Eliomar Coelho – do município do Rio de Janeiro.
22. Ver. Paulo Messina – presidente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro.
23. Ricardo Azevedo – da Associação dos ex-alunos do Instituto Benjamin Constant e do núcleo de pessoas com deficiência, do Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro (Sisejufe).
24. Dep. Marcelo Freixo – membro da Comissão de Educação.
25. Dep. Robson Leite – Comissão de Educação.
26. Chico Alencar – deputado federal.
27. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de deficiência.

4.5.1.4 Audiência pública realizada em 05.12.2012 – AP4

A audiência pública 4 (ANEXO D – AP4) abriu discussões sobre a forma com que o Parlamento Estadual poderia contribuir para a efetivação da Inclusão em Educação e o cumprimento das leis que já estabeleciam essa obrigatoriedade em toda a rede pública e privada de ensino. Esta audiência teve como encaminhamento um projeto, apresentado pelos deputados e sancionado como Lei 6.491/13. O conteúdo do projeto será detalhado durante a análise do material. Por enquanto, podemos adiantar que ele acolheu o pedido de que os estudantes com deficiência recebessem certificado ao concluírem o Ensino Médio.

Participaram da audiência pública

1. Dep. Comte Bittencourt – presidente da Comissão de Educação; preside a audiência pública.
2. Dep. Paulo Ramos.
3. Rosana Glat – diretora da Faculdade de Educação da UERJ.

4. Nelma Pintor – coordenadora de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói.
5. Kátia Nunes – Instituto Helena Antipoff.
6. Inês dos Santos Silva – vice-presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).
7. Jussara Silva da Silva Freitas – coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi de Niterói.
8. Célia Nazareth Braga – coordenadora de Inclusão Educacional, da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc); a coordenação dela estava dentro da Subsecretaria de Gestão de Ensino (Sugen).
9. Luiz Henrique Mansur – conselheiro do Conselho Estadual de Educação.
10. Sandra Teixeira – do corpo técnico do Conselho Estadual de Educação.
11. Vânia Boechat – diretora da Escola Estadual de Educação Especial Anne Sullivan.
12. Delton Bastos – presidente da Federação das APAEs do Rio de Janeiro.
13. Teresinha Machado – presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
14. Márcia Cardoso – UPPES.
15. Dep. Clarissa Garotinho – membro da Comissão de Educação.
16. Flávio Melo – representante da APAE/Nova Friburgo.
17. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência, da Alerj.

Pessoas que falaram durante o encontro:

1. Rosana Glat – diretora da Faculdade de Educação da Uerj.
2. Deputado Paulo Ramos.
3. Célia Nazareth Braga – coordenadora de Inclusão Educacional, da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc); a coordenação dela estava dentro da Subsecretaria de Gestão de Ensino (Sugen).
4. Dep. Clarissa Garotinho – membro da Comissão de Educação.
5. Inês dos Santos Silva – vice-presidente da Federação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs); trabalhava na Secretaria de Estado de Educação.
6. Nelma Pintor – coordenadora de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói.

7. Luiz Henrique Mansur – conselheiro do Conselho Estadual de Educação.
8. Sandra Teixeira – do corpo técnico do Conselho Estadual de Educação.
9. Delton Bastos – presidente da Federação das APAEs do Rio de Janeiro.
10. Flávio Melo – representante da APAE/Nova Friburgo.
11. Jussara Silva da Silva Freitas – coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi de Niterói.
12. Kátia Nunes – Instituto Helena Antipoff.
13. Teresinha Machado – presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
14. Márcia Cardoso – UPPES.
15. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência, da Alerj.

4.5.1.5 Audiência pública realizada em 14.08.2013 – AP5

Na audiência pública 5 (ANEXO E – AP5), o debate foi em torno da meta 4 do Plano Nacional de Educação, que ainda estava sendo discutida em Brasília. Uma emenda do Senado apresentava mudanças em um item que versava sobre o funcionamento das instituições especializadas, sugerindo a retirada da palavra “preferencialmente” do item. Dessa forma, no entendimento dos deputados do Rio de Janeiro, a aprovação da emenda significaria o fim das escolas de atendimento educacional especializado.

Em função da iniciativa do Senado, os parlamentares do Rio decidiram reunir representações da sociedade civil organizada e autoridades para uma discussão.

Então, esse termo “preferencialmente” abriu a perspectiva da oferta das escolas especiais, especializadas continuarem. O texto que está sendo proposto hoje no Senado, a emenda tira o “preferencialmente” e retoma a posição que debatemos lá atrás, oriunda do MEC, que praticamente excluía a possibilidade do atendimento em escolas, escolas especiais (informação verbal)¹.

Dois anos antes, em 3 de junho de 2011, os parlamentares do Rio já haviam feito uma audiência pública para debater o mesmo tema. Na oportunidade, como dito anteriormente,

¹ Fala do dep. Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Alerj, AP5, 14 ago. 2013.

encaminharam um documento para a comissão especial que discutia o assunto na Câmara dos Deputados, pedindo a garantia do funcionamento das escolas especiais. O pedido fora acatado, mas em 2013, por iniciativa dos senadores, havia essa ameaça de que os parlamentares federais voltassem atrás, por meio da nova emenda.

Não foram encontrados documentos sobre a deliberação desta audiência pública na secretaria da Comissão de Educação, responsável por arquivar os documentos produzidos durante as audiências públicas, nem no gabinete do então presidente da Comissão de Educação, responsável por arquivar os documentos produzidos a partir das audiências públicas, dep. Comte Bittencourt.

Participaram da audiência pública

1. Dep. Comte Bittencourt – presidente da Comissão de Educação; preside a audiência pública.
2. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, da Alerj.
3. Célia Nazareth Braga – Secretária de Estado de Educação.
4. Inês dos Santos Silva – Secretária de Estado de Educação.
5. Valéria Oliveira – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
6. Roseni de Almeida Silva – Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; representando o presidente da Federação, Marco Castilho.
7. Marcelo – União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
8. Neusa – União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
9. Márcia Cardoso de Barros – União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
10. Luiz Henrique Mansur – Conselho Estadual de Educação.
11. André Davi – Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).
12. Orlando Valença de Carvalho – presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguaba (APAE).
13. Janete Araújo Pardini – diretora da APAE-Iguaba.
14. Estudantes – da APAE-Iguaba.
15. Valéria Oliveira – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
16. Dep. Paulo Ramos.

Pessoas que falaram durante o encontro

1. Roseni de Almeida Silva – Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; representando o presidente da Federação, Marco Castilho.
2. André Davi – Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).
3. Inês dos Santos Silva – Secretaria de Estado de Educação.
4. Célia Nazareth Braga – Secretaria de Estado de Educação.
5. Luiz Henrique Mansur – Conselho Estadual de Educação.
6. Dep. Márcio Pacheco – presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, da Alerj.
7. Dep. Paulo Ramos.
8. Valéria Oliveira – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

4.5.1.6 Audiência pública realizada em 07.10.2015 – AP6

A audiência pública 6 (ANEXO F – AP6) foi realizada pela Comissão de Educação juntamente com a Comissão da Pessoa com Deficiência. O objetivo foi discutir a ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), contra a obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência, na rede privada, prevista na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015)².

A Lei, que fixa punições para atos de discriminação, foi criada em 6 de julho de 2015, entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016 e representou um grande avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Ela obriga as escolas privadas a receberem os estudantes com deficiência no ensino regular e a adotarem medidas de adaptação necessárias sem repasses de ônus financeiros às mensalidades ou às matrículas.

² A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência não foi a primeira a fixar punições para atos de discriminação. Ela resgatou o que já estava previsto na Lei 7.853, de 1989, regulamentada pelo decreto 3.298, de 1999.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), representando as escolas particulares, questionou a Lei, por meio da ADIn, por considerar que ela prejudicaria o orçamento dos estabelecimentos de ensino.

A ADIn n. 5.357, que, por fim, não foi acatada pela Justiça, estava em discussão no Supremo Tribunal Federal para que fosse decidida a aplicabilidade da Lei às escolas particulares.

No início do encontro, o presidente da Comissão de Educação da Alerj, o deputado Comte Bittencourt, destacou que a audiência pública não seria deliberativa, mesmo havendo quórum mínimo para tomada de decisões. Ele enfatizou que a ideia era debater o assunto, trazendo a reflexão para dentro do parlamento estadual.

Como foi dito, as audiências públicas da Alerj não necessariamente incluem decisões imediatas, mas a aproximação das partes envolvidas em um assunto e a promoção do diálogo entre elas.

Ainda assim, pode-se considerar que a Lei nº 7.262, de 15 de abril de 2016, tenha se originado desta audiência, porque ela versa sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para o estudante com deficiência, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Voltaremos a ela mais adiante, na análise dos desdobramentos das audiências públicas e nas considerações finais.

Participaram da audiência pública:

1. Dep. Comte Bittencourt – presidente da Comissão de Educação da Alerj; preside a audiência pública.
2. Dep. Tânia Rodrigues – vice-presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência.
3. Dep. Waldeck Carneiro.
4. Antônio – Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC).
5. Carla Bertania – superintendente pedagógica da Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC).
6. Luiz Henrique Mansur – Conselho Estadual de Educação.
7. Edgard Flexa Ribeiro – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro; representando o Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe-RJ).
8. Rogério Borba – Comissão da Pessoa com Deficiência OAB- RJ Vai à Escola.

9. João Roberto Moreira Alves – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).
10. Sandra Santos – diretora geral do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj).
11. André Assunção – representando o presidente da Pestalozzi Niterói.
12. Guilherme Ramalho – presidente da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).
13. Maria Cristina Lacerda – representando o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.
14. Dep. Tia Ju – presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, da Alerj.
15. Dep. Márcia Jeovani.
16. Geraldo Nogueira – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; presidente da Comissão de defesa da Pessoa com Deficiência, na OAB.
17. Dep. Tio Carlos – Comissão de Educação da Alerj.
18. Dep. Waldeck Carneiro – Comissão de Educação da Alerj.
19. Dep. Dr. Julianelli – Comissão de Educação da Alerj.
20. Dep. Ana Paula Rechuan – Comissão de Educação da Alerj.
21. Dep. Márcia Jeovani – Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, da Alerj.
22. Dep. Flávio Serafini – Comissão de Educação da Alerj.
23. Carmen Fogaça – representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).
24. Edicleia Mascarenhas – presidente do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos.
25. Ubirajara Cabral – vice-presidente educacional da FAETEC.
26. André Davi – representando a Associação Brasileira de Reabilitação (AFR).
27. Márcia - Sindicato União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
28. Dep. Dr. Sadiel.

Pessoas que falaram durante o encontro

1. Geraldo Nogueira – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; presidente da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência, na OAB.

2. João Roberto Moreira Alves – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).
3. Carmen Fogaça – representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).
4. Edgard Flexa Ribeiro – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro; representando o Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe-RJ).
5. Edicleia Mascarenhas – presidente do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos.
6. Carla Bertania – superintendente pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC).
7. Dep. Ana Paula Rechuan – Comissão de Educação da Alerj.
8. Luiz Henrique Mansur – Conselho Estadual de Educação.
9. Dep. Waldeck Carneiro – Comissão de Educação da Alerj.
10. Ubirajara Cabral – vice-presidente educacional da FAETEC.
11. Maria Cristina Lacerda – representando o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.
12. Sandra Santos – diretora geral do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).
13. André Davi – representando a Associação Brasileira de Reabilitação (AFR).
14. Márcia – Sindicato União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
15. Rogério Borba – Comissão da Pessoa com Deficiência OAB- RJ Vai à Escola.
16. Dep. Tia Ju – presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, da Alerj.
17. Dep. Márcia Jeovani – Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, da Alerj.
18. Dep. Dr. Julianelli – Comissão de Educação da Alerj.
19. Dep. Tânia Rodrigues – vice-presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência.
20. Dep. Dr. Sadiotel.
21. Dep. Flávio Serafini – Comissão de Educação da Alerj.
22. Dep. Tio Carlos – Comissão de Educação da Alerj.

4.5.2 Análise das demandas da participação pública nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj: diálogos e encaminhamentos

Tendo em vista as informações obtidas durante a leitura das atas das audiências públicas, foram estabelecidas categorias de análise para organização dos dados coletados e resultados desta pesquisa. Como foi esclarecido anteriormente, dois princípios discutidos na Teoria Crítica vão ser levados em consideração para a organização dos assuntos e o encadeamento das ideias: emancipação e democracia.

4.5.2.1 A relação entre as demandas sociais apresentadas nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj e a emancipação do público da Educação Especial

A educação emancipadora tem como proposta formar pessoas autônomas; como diria Adorno (2020), “de espírito livre”. Essa libertação leva os sujeitos a participar ativamente da formação social na qual se inserem, promovendo transformações que visem melhorias na qualidade de vida. Uma educação voltada para a formação da consciência, desatada das amarras de valores e padrões impostos pelas classes dominantes.

Essa forma de educar se configura na medida em que os estudantes são encorajados a elaborar o passado, com o esclarecimento dos processos históricos de manipulação dos mais vulneráveis, e a ressignificar, dar novo sentido ao presente, encontrando novas formas de viver. Para isso, é necessário que haja um senso crítico na leitura de si e do mundo, o que Adorno chama de “autoconsciência crítica” (ADORNO, 2020, p. 50).

Complementando: a educação emancipadora visa a não reprodução de valores da lógica social dominadora. Ela tem como compromisso promover a formação de seres livres em suas reflexões, pensamentos, formas de viver, escolhas por quais causas lutar, suas relações com a natureza e com as coisas. Seres capazes de refletir sobre a sua existência, os sentidos dela, dentro

de um contexto político-social-histórico e, a partir daí, experienciar diferentes percursos da vida. Na leitura de Adorno (2020), podemos destacar mais elementos relacionados a essa ideia.

Esse sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nessa medida e nos termos que procuramos expor, a educação para experiência é idêntica à educação para a emancipação. (ADORNO, 2020, p. 164).

Tendo em vista esses pensamentos, é correto afirmar que a educação emancipadora está íntima e indissociavelmente relacionada à educação política, no sentido de provocar a independência e autonomia crítica dos sujeitos sobre princípios e opiniões acerca da administração e do ordenamento da vida social a que eles se submetem. Nesses termos, seria então possível formar uma sociedade mais justa e alinhada às expectativas próprias dos cidadãos, diferentemente do que Adorno constatava em suas reflexões.

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a ideia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdica m seu próprio eu. (ADORNO, 2020, p. 46).

O fragmento acima mostra a inquietação do autor sobre o que ele mesmo definiu, em outras palavras, como morte em vida. Uma existência acorrentada e vazia de significados que deveriam ser construídos a partir da independência de ser no mundo.

Na mesma linha de raciocínio, parece então consenso que a emancipação é, por princípio, o desejo de todo cidadão: ter liberdade para expressar seus pensamentos, autonomia para orientar sua vida no caminho que achar mais próximo às suas expectativas, aos seus valores próprios, sem ser manipulado por interesses que impliquem na exploração dos seus sentidos, da sua força de trabalho e do seu tempo de vida.

Então, é coerente afirmar que esse princípio deveria inspirar, nortear, ser o objetivo de qualquer processo educacional comprometido com a humanização e com a formação da sociedade. Portanto, faz-se necessário observar como o conceito emancipação do público da Educação Especial se concretiza nas demandas apresentadas pelas representações sociais; o que a

participação social tem clamado sobre a emancipação da pessoa com deficiência, nas audiências públicas da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Durante esses encontros na Alerj, que trataram da educação do público da Educação Especial entre 2008 e 2018, a manutenção e o fortalecimento de classes e escolas especiais (AEE) foram defendidos.

Contudo, já na primeira audiência analisada, que ocorreu em 14 de outubro de 2009, podemos destacar a fala de Vera Cristina Reis, mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa. Mesmo com o filho matriculado em uma escola especial, ela não estava satisfeita.

Dizem que tem aula de reforço, mas meu filho não tem nada disso; continua a mesma coisa. Então, eu gostaria de saber, durante todos esses anos, como é que fica minha situação em relação a tanto esforço para ele não conseguir nem ser alfabetizado e nem fazer o nome dele por completo? Por isso, ele perdeu um trabalho, porque, se ele estivesse, pelo menos, alfabetizado, ele estaria trabalhando, e não está. Outras mães tiraram os filhos dessa escola porque acharam que não aprendiam nada. Eu cansei de ouvir lá: “se você não está satisfeita, tira da escola” (informação verbal)³.

O depoimento acima mostra que as chamadas escolas especiais, mesmo defendidas pela maioria dos participantes das audiências públicas, nem sempre dão conta de processos pedagógicos que visem o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência.

Outra questão que cabe ressaltar é o aparecimento da palavra “trabalho” não somente nessa, mas em outras citações que virão a seguir. Acerca desse assunto, é fundamental expressar que falar em educação para o trabalho é falar, em grande parte, sobre o que Adorno (2020) combatia, na medida em que esta não se ocupa de formar sujeitos críticos, autônomos, mas apenas mão de obra adaptada. Uma educação voltada para satisfazer as demandas do mercado econômico, cujo processo pedagógico se debruça na formação de proletariado (ADORNO, 2020). Formação esta que tem como missão a reprodução da lógica econômica e social, protagonizada pelas classes dominantes. *Status quo* em que a pessoa com deficiência é discriminada.

³ Fala de Vera Cristina Reis, mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, API, 14 out. 2009.

Então, o encadeamento das ideias leva a crer que a Educação (de todos e para todos), especialmente das pessoas com deficiência — como minoria representada politicamente e de maioria discriminada — não pode ser voltada para resultados de eficiência no trabalho. O contrário: a ideia de Educação na sua concepção, que impulsiona a formação dos sujeitos e de suas consciências livres de interferências ideológicas externas, deve ser defendida. Aí sim, como consequência, a formação dos estudantes também acabaria abrangendo o trabalho, por ser este um dos aspectos da vida humana.

Ainda na defesa da permanência do funcionamento de classes e escolas especiais, na audiência pública realizada em 20 de abril de 2011 (AP2), a diretora do Instituto Benjamin Constant (IBC), Maria da Glória Souza Almeida, argumentou que o Instituto trabalha na inclusão de estudantes cegos desde quando a educação ainda era restrita à elite.

E ali, naquele momento em que inaugurava, em 1854 — vejam bem, 1854, onde a educação brasileira era absolutamente restrita a uma pequeníssima elite, isso agrava o analfabetismo, todo o desconhecimento, o sistema educacional brasileiro ainda nem tinha realmente se implantado. Nós estávamos ali, dando o primeiro passo para a inclusão. E isso não é uma figura meramente retórica; é uma verdade histórica (informação verbal)⁴.

Nessa mesma linha de raciocínio, na audiência pública da Comissão de Educação da Alerj que ocorreu em 14 de agosto de 2013 (AP5), uma outra fala chama atenção. A representante da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, Roseni de Almeida Silva, pronunciou-se sobre inclusão e fez críticas ao princípio.

Quando a gente pede, insistentemente, que se mantenha a oferta nas escolas especiais, a gente faz inclusão, Pestalozzi e Apae sempre fizeram inclusão. Quando uma pessoa fala que são entidades que segregam, não lê sobre isso há muito tempo. Porque isso foi há muitos anos, também era o único espaço que tinha, sejamos honestos. O governo, o estado nunca olhou para a pessoa com deficiência, olha agora porque está no Plano, faz parte da mídia, está na Globo, está na novela, então, começa a olhar, mas antigamente eram só mesmo as entidades Pestalozzi e Apae que faziam isso pelo estudante, pela pessoa com deficiência (informação verbal)⁵.

Levando em conta os discursos transcritos, é válido lembrar que Inclusão em Educação é um princípio e que a Educação Especial é uma modalidade da educação, assim como a Educação

⁴ Fala de Maria da Glória Souza Almeida, diretora do Instituto Benjamin Constant (IBC), AP2, 20 abr. 2011.

⁵ Fala de Roseni de Almeida Silva, representante da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, AP5, 14 ago. 2013.

de Jovens e Adultos, a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola, a Educação à Distância e a Educação Profissional e Tecnológica.

Então, é coerente perceber que, no passado, tirar as pessoas com deficiência da clausura das suas residências e colocar em uma escola de modalidade específica, só para elas, não se caracterizou em um movimento de inclusão na medida em que esses estudantes, da mesma forma que em casa, ficavam apartados do convívio com a sociedade.

Por isso, torna-se imprescindível grifar que as escolas especializadas não se configuram no primeiro movimento em direção à inclusão, “ou seja, as instituições especializadas afastam do convívio social os estudantes que não necessitam viver segregados pela sociedade por serem deficientes” (DAMASCENO, 2006, p. 78).

Já constatamos o fato exposto pelo autor, no capítulo sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Como vimos no texto de suas justificativas, a Política apresenta historicamente como foi e tem sido o ensino do público da Educação Especial e mostra de que forma a ideologia de separar estudantes com deficiência dos sem deficiência não trouxe resultados vinculados à humanização das pessoas envolvidas no processo. Daí a necessidade de havermos elaborado leis, que também já conferimos em capítulos anteriores, para o fomento das práticas de Inclusão em Educação.

Por esse caminho, é interessante observar, ainda, as considerações de Mendes (2006):

Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação. Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, tomando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças. (MENDES, 2006, p. 388).

Nessa citação, a autora expõe alguns dos motivos que historicamente derrubaram as ideias sobre a permanência das pessoas com deficiência em ambientes segregados. Ela cita que o movimento de Integração foi, à época, apresentado como alternativa. Mais tarde, chega-se à conclusão de que esse “modelo” também não serviria, como já vimos ao longo desta pesquisa.

Contudo, na audiência pública realizada em 3 de junho de 2011, Dodora Mota, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), reforçou que, décadas atrás, as pessoas com deficiência eram escondidas em casa por seus familiares e que a visibilidade desse grupo havia surgido por conta da organização de escolas e institutos especializados. Ela fez críticas à meta 4 do Plano Nacional de Educação, que, em sua avaliação, poderia pôr fim à modalidade Educação Especial.

Quando se avança nessa visibilidade das pessoas com deficiência e que a luta desses próprios grupos consegue fazer com que as escolas especializadas, institutos especializados são organizados, vem um plano nacional para desmontar o que existe. Isso é também uma cultura nossa: para se fazer o novo, desmonta-se aquilo que já existe. (palmas) A meta 4 tem que ser modificada completamente, garantindo o que existe e avançando nessa questão da educação. Não pode ser do jeito que está, porque seria destruir o trabalho já existente (informação verbal)⁶.

Na mesma audiência pública, a representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante da quarta Coordenadoria Regional de Educação do Município do Rio de Janeiro (CRE-RJ), Rita Magosso, se apresentou ao microfone como mãe de uma criança com deficiência. Ela se posicionou contra a inclusão sem que antes os estudantes passassem pelas classes especiais. Sua grande preocupação era que, com a faixa etária da universalização estabelecida pela meta 4 — entre 4 e 17 anos de idade — sua filha deixasse de frequentar as classes de Educação Especial e fosse imediatamente incluída em uma classe regular.

A nossa preocupação grande é essas crianças, em 2010, muitas foram incluídas, elas não foram para a classe especial. Eu sei de relatos de crianças que foram incluídas e não estão bem. Tanto é que as mães me procuraram e nós conseguimos fazer as matrículas nas classes especiais. Aí, depois, eu sei o relato. As mães falam: “Rita, ela está muito feliz, ela está muito tranquila. Outra coisa: tem criança que foi incluída e não se adapta. O que acontece? As escolas colocam horário reduzido, então essa criança está sendo atendida e está com horário de duas horas só e o pai ou a mãe tem que ficar lá – não pode trabalhar mais – porque essa criança tem seu horário reduzido porque ela está incluída (informação verbal)⁷.

A suposta “ameaça” de encerramento das escolas especiais, exposta na meta 4 do Plano Nacional de Educação, que estava sendo discutida, provocou incisivas reações. Entender que a inclusão se opõe ao AEE ou que ela implica em menos tempo e qualidade nos processos educativos é um equívoco.

⁶ Fala de Dodora Mota, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), AP3, 3 jun. 2011.

⁷ Fala de Rita Magoso, representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante da quarta Coordenadoria Regional de Educação do Município do Rio de Janeiro (CRE-RJ), AP3, 3 jun. 2011.

Portanto, nos depoimentos destacados, torna-se mais clara a confusão que estabelece um antagonismo entre os termos Inclusão em Educação e Atendimento Educacional Especializado, por parte das representações sociais. Como já vimos, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, trouxe uma nova abordagem para o serviço da Educação Especial, não o fim dele. De fato, o que ela propõe é uma nova concepção de trabalho em que esse tipo de atendimento perpassa, de forma transversal, todas as etapas de ensino. O que inclui trocas, ensino e aprendizagem mediante a colaboração de todos os envolvidos no processo pedagógico.

Educação especial é muito mais do que escola especial. Como tal, sua prática não precisa (nem deve) estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos (internos ou externos ao indivíduo). (SANTOS, 2000, p. 61).

Tendo em vista essa reflexão e as falas que destacamos nesta pesquisa, é pertinente acrescentar que o conceito de Inclusão em Educação não vem para substituir o de Educação Especial.

Finalizando, cabe ressaltar que a inclusão não é uma ameaça, nem menos uma mera questão de terminologia. Ela é uma expressão linguística e física de um processo histórico que não se iniciou e nem terminará hoje. Na verdade, a inclusão não tem fim, se entendida dentro deste enfoque dinâmico, processual e sistêmico que procuramos levantar neste artigo. Até porque, na medida em que o mundo se move em seu curso histórico e as regras e convenções vão sendo revistas e modificadas, novos tipos de excluídos poderão sempre aparecer. Cabe, portanto, aos que possuem consciência a este respeito, manter este estado constante de vigília, para que a luta por um mundo cada vez mais justo e democrático jamais esmoreça. (SANTOS, 2000, p. 62).

A citação acima deixa claro que Inclusão em Educação não é um conceito fechado e sim um princípio que avança em consonância com a condição histórica da sociedade e dos indivíduos que nela estão.

Mais uma constatação de que Inclusão em Educação não é uma alternativa ao Atendimento Educacional Especializado; não vai contra ele, que é uma modalidade de ensino. Ela é um princípio que traz uma nova perspectiva para o AEE.

Já em 14 de agosto de 2013, na quinta audiência pública analisada nesta pesquisa, Roseni de Almeida Silva, da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, disse

que as escolas especiais, tornadas “centros de atendimento educacional especializado”, são, muitas vezes, o único espaço para participação social de estudantes com deficiência.

O nosso aluno vai ficar 30, 40 anos numa Pestalozzi, numa Apae? Vai, se ele não conseguir ser inserido no mercado de trabalho. Se ele não participa de outro grupo social, como nós começamos a participar de grupo de faculdade, grupo religioso, ele só vai ter nossa unidade para ele aprender, para ele passar o tempo, para ele criar um grupo de amigos, relações; esse é o nosso trabalho (informação verbal)⁸.

O discurso de Roseni ratifica a ideia de que o Atendimento Educacional Especializado, desvinculado a uma política de Inclusão em Educação, pode representar um total isolamento da pessoa com deficiência do resto da sociedade. A formação de guetos, encerrados em si mesmos, pode causar prejuízos, como o descrito pela representante da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, é preciso ficarmos atentos às ideias equivocadas acerca das escolas especiais, assunto sobre o qual Damasceno (2006) adiciona: “Ou seja, a escola especial usa o assistencialismo como fundamento para sua sobrevivência, criando assim uma conspiração social, levando à falsa crença que ela seria o ambiente mais favorável para a escolarização dos estudantes deficientes” (DAMASCENO, 2006, p. 88).

Ainda considerando a fala de Damasceno, cabe destacar que os espaços escolares têm sua função, que precisa ser defendida e que ultrapassa a missão de apenas socializar, defendida por Roseni. Nesse aspecto, vale observar o discurso da professora identificada como Márcia, na ata da audiência pública da Alerj realizada em 7 de outubro de 2015 (AP6). A professora, que falou em nome do Sindicato União dos Professores Públicos no Estado (UPPES), fez a seguinte declaração:

A escola é um espaço pedagógico. Na realidade, os alunos não vão para a escola com deficiência só pra se socializarem; vão também para construir um aprendizado. Isso é importantíssimo que deixemos marcado aqui. Não é só um espaço de socialização, mas também pedagógico. Temos que dar garantia que esse aluno também possa caminhar pedagogicamente (informação verbal)⁹.

⁸ Fala de Roseni de Almeida Silva, representante da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, AP5, 14 ago. 2013.

⁹ Fala de Márcia, professora e representante do Sindicato União dos Professores Públicos no Estado (UPPES), AP6, 7 out. 2015.

Nas audiências públicas, em meio aos discursos pela defesa da manutenção do AEE, representantes da participação social também pediram a certificação do Ensino Médio para estudantes com deficiência. Até então, os certificados, contendo informações sobre as habilidades do público da Educação Especial, só eram fornecidos no Ensino Fundamental.

No encontro realizado em 14 de agosto de 2013 (AP5), Luiz Henrique Mansur, do Conselho Estadual de Educação, defendeu a certificação: “Com certeza, ele não vai ser um físico, um matemático, mas ele vai ter competências para desempenhar atividades em outros setores possíveis do mercado de trabalho” (informação verbal)¹⁰. O Governo do Estado do Rio de Janeiro havia vetado o projeto de lei enviado pela Alerj, que determinava a oferta desse documento para o público da Educação Especial. O projeto de lei fora um desdobramento de outra audiência pública, ocorrida um ano antes, em 5 de dezembro de 2012 (AP4).

Certamente todo estudante merece certificação. Contudo, considerando o discurso supracitado, precisamos esclarecer que é impossível prever que uma pessoa com deficiência não seja capaz de se tornar um físico ou matemático.

Durante as gravações do programa “Educação”, que idealizei e apresento na TV Alerj, recebi como convidado um psiquiatra com Transtorno Global do Desenvolvimento – Autismo. Roberto Mendes é neuropsicólogo (CRP: 05/48127). No dia da gravação, ele usava óculos escuros, por conta da forte iluminação do estúdio, e, em sua entrevista, falou sobre conquistas e desafios superados.

No entanto, o pensamento sobre possíveis limitações do estudante com deficiência, expresso por Luiz Henrique Mansur, também pode ser observado na audiência pública que aconteceu em 5 de dezembro de 2012 (AP4).

[...] Quem deveria estar sendo potencializado dentro das escolas são justamente os paralisados cerebrais que tem inteligência preservada. Porque a Síndrome de Down, academicamente – porque tem exceções, mas na regra eles tem uma capacidade limitada. No entanto, se for instrumentalizado o paralisado cerebral, da forma que tem que ser instrumentalizado, ele tem uma capacidade acadêmica ilimitada, já que ele tem essa inteligência preservada (informação verbal)¹¹.

¹⁰ Fala de Luiz Henrique Mansur, do Conselho Estadual de Educação, AP5, 14 ago. 2013.

¹¹ Fala de Flávio Melo, representante da APAE/Nova Friburgo, AP4, 5 dez. 2012.

Tendo em vista os discursos de Flávio e Mansur, é plausível observar que comparar seres humanos considerando somente uma de suas características, apenas um aspecto, certamente pode levar a equívocos de interpretação, haja vista que a condição humana é, no mínimo, complexa. Acerca dessa questão, vale lembrar, como já foi expresso em capítulos anteriores, que diagnósticos clínicos não devem ser a bússola para educar.

Outro argumento bastante plausível a se somar é imaginar, como Adorno (2020) sugere, que os preconceitos, assim como outras ideias preconcebidas, estão entranhados no nosso inconsciente. Por isso, é possível acreditar que estes também possam surgir nas falas analisadas, mesmo que tenham o objetivo de defender o fim deles.

Acerca do processo de formação do preconceito, Nunes, Saia e Tavares (2015) colaboram:

Com isso, queremos enfatizar que aquilo que suscita o preconceito no preconceituoso não é o que o discriminado efetivamente é. Mas o que ele representa, principalmente, no que diz respeito a sua história. Por exemplo, em relação às pessoas com deficiência, o espanto causado pela competência delas mostra claramente a baixa expectativa em relação ao seu desenvolvimento. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1112).

Nas palavras das autoras, essa “baixa expectativa” está diretamente ligada à ideia de que podemos prever os caminhos de desenvolvimento das pessoas com deficiência, tendo em vista somente a análise clínica de suas condições.

Nos termos da Inclusão em Educação, nas reuniões investigadas aqui, representantes da participação social enumeraram alguns motivos que consideravam obstáculos para sua implementação.

Sheila Melo, da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro, reclamou do ensino oferecido pelas escolas públicas na audiência que aconteceu em 3 de junho de 2011 (AP3). Ela fez críticas às práticas de Inclusão em Educação, especialmente na rede do município do Rio de Janeiro.

Quando a Secretaria Municipal de Educação diz que está resolvendo os problemas atuais, a cada dia aparece um caso novo. Como se falar em inclusão, se hoje a análise, o acompanhamento educacional da criança com deficiência intelectual é feita com técnicos que vão às suas salas de ensino regular, passam apenas uma hora analisando o comportamento desse aluno dentro da classe de aula. [sic] Como se analisa a inclusão se [sic] uma pessoa com deficiência intelectual em uma hora, se nem os próprios pais

conseguem entender as síndromes e o comportamento desses filhos na própria residência? (informação verbal)¹².

A professora Maria Lúcia, do sindicato União dos Professores Públicos do Estado (UPPES), foi outra representatividade social a se manifestar sobre barreiras para a Inclusão em Educação, dessa vez na audiência pública realizada em 14 de outubro de 2009. A professora pediu que o processo de inclusão de estudantes com deficiência, no estado do Rio de Janeiro, fosse repensado. Ela afirmou que ele era inviável, diante da sobrecarga de professores ao lidar com turmas numerosas. Também atribuiu à falta de preparo dos educadores e aos baixos salários a inviabilidade de incluir.

Eu me recordo do plano estadual que a gente está estudando, e lá traz o número de brasileiros analfabetos institucionais: quase, se não me engano, 50% da população de uma determinada região, que não me recordo qual. Como podemos abraçar a inclusão com qualidade, quando ainda não conseguimos trabalhar o aluno dito normal? Desculpem-me. Eu detesto esse termo “normal”, porque eu não me considero normal (informação verbal)¹³.

Na mesma linha de raciocínio, o representante da ONG Instituto Guerreiros da Inclusão, Mário César Pacheco, argumentou que a falta de um “método” seria também um obstáculo para incluir. Ele se pronunciou sobre a questão na audiência pública ocorrida em 3 de junho de 2011 (AP3).

Não existe no mundo um método pedagógico que possibilite a um professor dar aula mista: dar aula para uma pessoa normal sem deficiência e dar aula para uma pessoa que tem deficiências de surdez, de cegueira, de Síndrome de Dawn [sic], inclusive na Síndrome de Dawn [sic], que é cognitiva, existem vários graus. Então, na verdade, o método de um professor de uma sala de aula normal é um só para várias pessoas. É uma coisa de massa (informação verbal)¹⁴.

Com base nesses pronunciamentos sobre ausência de método, número de analfabetos no país e ocorrência de erros na forma de inclusão, vale tecermos algumas considerações. Entre elas, a de Damasceno (2006):

A questão da inclusão escolar não pode se voltar somente para questões de aplicação prática. Ela encontra-se para além disso, não se restringindo apenas a métodos. Ela demanda concepções críticas de sociedade, educação, escola e indivíduo, que exigem reflexão e atitudes de combate ao preconceito e a segregação imposta historicamente às pessoas com deficiência. (DAMASCENO, 2006, p. 78).

¹² Fala de Sheila Melo, da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro, AP3, 3 jun. 2011.

¹³ Fala de Maria Lúcia, do Sindicato União dos Professores Públicos do Estado (UPPES), AP1, 14 out. 2009.

¹⁴ Fala de Mário César Pacheco, representante da ONG Instituto Guerreiros da Inclusão, AP3, 3 jun. 2011.

Ou seja, o autor deixa claro que a preocupação com o método empobrece os objetivos educacionais, tornando-os ineficientes na medida em que eles focam somente em instruções e técnicas, sem promoção da reflexão, defendida por Adorno (2020) e outros autores, nesta pesquisa. Nesses termos, cabe aqui pensar nas palavras do filósofo alemão sobre professores, educação e rumos a serem tomados.

Por fim, coloca-se a questão inevitável do que fazer, para a qual nesse caso, como em geral, considero-me extremamente desautorizado. Muitas vezes, ela sabota o desenvolvimento consequente do conhecimento, necessário para possibilitar qualquer transformação. (ADORNO, 2020, p. 123).

Adorno (2020) se pronunciava a respeito dos “tabus acerca do magistério”. Nessas circunstâncias e em outros momentos da sua obra, ele deixa claro que não há receitas para educar, algo pronto. O autor apresenta uma evolução histórica da carreira do professor, desde o feudalismo, e mostra como a imagem do mestre foi construída. Com isso, ele faz reflexões acerca do trabalho do educador, sobre como ele é produto da formação social em que se localiza e que, por conta disso, possui tendências de reproduzir o status quo nas salas de aula. A pergunta sobre “o que fazer” refere-se a isso. Como romper, na escola, esse processo cíclico de retroalimentação da formação social dominadora estabelecida? Nesse sentido, o autor revela não ter respostas, mas ressalta que tomar consciência dessa engrenagem já possibilita “gerar um clima que é incomparavelmente mais favorável a uma transformação” (ADORNO, 2020, p. 179).

Então, fazendo uma analogia, é plausível afirmar que a resposta pronta, o caminho dado, o método ideal, já contém, neles mesmos, um enrijecimento de procedimentos, baseados em afirmativas e conceitos possivelmente infectados pela ideologia vigente, que enfraquecem qualquer possibilidade de transformação e que obviamente desencorajam a emancipação dos sujeitos.

Consequentemente, quando o assunto é inclusão, um método que sirva como modelo segue os mesmos preceitos da educação, descritos pelo filósofo alemão, porque ela, em seu princípio, é direito de todos. Ou seja, falar em educação e inclusão, por princípio, é a mesma coisa.

Outra questão apontada pelas representações sociais como obstáculo para inclusão foi a ideia de que é necessário preparar o estudante, para depois incluí-lo. Valéria Oliveira, professora

pertencente ao Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, mãe de uma adolescente com deficiência, defendeu que a inclusão deve ocorrer somente quando o estudante estiver preparado (audiência pública de 14 de agosto de 2013 – AP5).

Quando eu digo que sou a favor da inclusão, sim, eu sou a favor daquela inclusão em que tenho o meu aluno preparado para ser incluído. Não a inclusão que chamam de inclusão, que é uma irresponsabilidade fazer matrícula num espaço onde você não encontra profissionais capazes de receber aqueles alunos, e um espaço adequado para receber esses alunos e material didático e nenhuma adequação curricular para esses alunos. Quando eu digo aluno, estou falando da educação infantil ao ensino superior (informação verbal)¹⁵.

Esse raciocínio também foi defendido pela presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES), Teresinha Machado, na audiência pública ocorrida em 5 de dezembro de 2012 (AP4). Ela reforçou a necessidade de que as instituições filantrópicas de Educação Especial ficassem responsáveis por definir o futuro escolar do público da Educação Especial.

[...] Nós não podemos deixar de investir nas nossas escolas especiais e nas escolas filantrópicas. Eu acho que elas é que deveriam encaminhar as crianças para as escolas, porque eles é que sabem qual a criança que pode ser incluída e qual a que não pode ser incluída (informação verbal)¹⁶.

Tomando como base as falas anteriores, podemos argumentar que o estudante não precisa estar preparado para ser incluído, da mesma forma que um estudante sem deficiência não precisa estar preparado para ir à escola.

O agora desgastado argumento que tenta justificar a sua existência, o de que a escola especial existiria para atender aos casos de deficiência múltipla e outros com grande comprometimento dos estudantes, acaba por se tornar o mote para a sobrevivência dessa instância que reafirma a exclusão. (DAMASCENO, 2006, p. 88).

O autor se atenta para as armadilhas ideológicas que justificariam a permanência do funcionamento das instituições especiais nos moldes antigos, com a missão, inclusive, de eleger aqueles que estariam aptos para serem incluídos.

Além da permanência do funcionamento de classes e escolas de AEE e da certificação de Ensino Médio para estudantes com deficiência, a representação social também pediu respeito à

¹⁵ Fala de Valéria Oliveira, professora, pertencente ao Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, mãe de uma adolescente com deficiência, AP5, 14 ago. 2013.

¹⁶ Fala de Teresinha Machado, presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES), AP4, 5 dez. 2012.

Lei Brasileira de Inclusão, que proíbe a cobrança de taxa adicional na matrícula e nas mensalidades de estudantes com deficiência.

Como aqui já foi explicado, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), a favor das taxas adicionais estava em discussão no Supremo Tribunal Federal. O assunto foi debatido, na audiência pública realizada em 7 de outubro de 2015 (AP6).

Na ocasião, a professora Edcleia Mascarenhas rebateu o argumento dos representantes das escolas particulares de que seria preciso a contratação de médicos para atuar nos colégios, onerando os estabelecimentos de ensino. Ela enfatizou que as escolas precisam somente de, em suas palavras, “intervenção pedagógica”, e que a presença de estudantes com deficiência traz benefícios para todos. A professora estava representando o Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência, órgão público ligado à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, para acompanhamento de políticas públicas e de denúncias no setor. Edcleia foi enfática ao se dirigir aos representantes dos estabelecimentos particulares de ensino.

Porque se beneficiará os alunos com necessidade especial, mas beneficiará todos os outros. Porque, quando nós trabalhamos com as peculiaridades e as especificidades pedagógicas, todos se fortalecem. Certamente, os senhores diretores serão professores muito melhores e suas escolas serão melhores para todos (informação verbal)¹⁷.

O pronunciamento da professora Edicleia converge com as palavras de Leme e Costa (2016):

Se a educação inclusiva, de caráter democrático, almeja uma educação pacífica, crítica e emancipadora, então, que ela se volte ao diálogo por vias da gestão democrática, que os projetos pessoais se estruturam na experiência com os demais indivíduos e que a diversidade se expresse na matriz igualitária de todos. (LEME; COSTA, 2016, p. 677).

A defesa das autoras, somada à fala da professora Edcleia, confirma que, quando pensamos em Inclusão em Educação, é essencial pensar em concepções que agreguem e possibilitem a mais rica e democrática troca entre todos os envolvidos. Caráter fundamental para a educação emancipadora; ideia, já exposta nesta pesquisa, defendida nas obras de Adorno e de autores que se alinham a ele.

¹⁷ Fala de Edicleia Mascarenhas, representante do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência, AP6, 7 out. 2015.

O clamor dos estudantes por educação de qualidade também pôde ser observado, nesta análise documental. João Gabriel, estudante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), em 3 de junho de 2011 (AP3), relatou que havia aprendido a se comunicar oralmente e se desculpou por não ser fluente na Língua Brasileira de Sinais.

Quero mostrar toda a importância desse movimento para que se apoie o surdo. Tudo o que passei, todas as dificuldades que tive na minha vida, não quero que essas crianças também passem. A questão de não entender o que o professor está falando, a questão do relacionamento com os colegas, quando outra pessoa está na sala falando. Então, não quero que os surdos vivam o mesmo que vivi. Não estamos falando de ser contra ou a favor da inclusão, mas quero uma Educação de qualidade (informação verbal)¹⁸.

De fato, esse é o propósito da discussão sobre Inclusão em Educação. Pelos motivos expostos durante todo este estudo, é possível afirmar que, somente pelas experiências em meio à diversidade (condição natural da vida), vamos conseguir melhorar o nível da Educação, ofertando a todos a possibilidade de desenvolvimento, pela ampliação de visões e interpretações de mundo.

Essa reflexão vai ao encontro do pronunciamento da diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ/FAETEC), Sandra Santos. Na audiência pública que ocorreu em 14 de outubro de 2009 (AP1), a professora pediu que a Inclusão em Educação também contasse com a contratação de profissionais com deficiência para trabalhar nas escolas.

Eu preciso ter professores com necessidades especiais. Quantos professores cegos, surdos, cadeirantes fazem parte do corpo regular das secretarias? Há pouco tempo agora, conseguimos contratar um professor cadeirante; conseguimos contratar uma professora surda. O aluno precisa se reconhecer no mestre... o aluno que vê o seu mestre, o seu professor dessa forma também se conhece como alguém construtor, sujeito da sociedade (informação verbal)¹⁹.

As considerações de Sandra podem ser reforçadas nas de Adorno (2020):

Na elaboração do complexo de Édipo, a separação do pai e a interiorização da figura paterna, as crianças notam que os próprios pais não correspondem ao eu ideal que lhes transmitem. Na relação com os professores esse eu ideal se rerepresenta pela segunda vez, possivelmente com mais clareza, e eles têm a expectativa de poder se identificar com eles. (ADORNO, 2020, p. 120).

A fala do autor atesta a identificação dos estudantes com os professores, que são vistos como modelo a ser seguido. Se existe essa expectativa em relação aos educadores, então é fácil

¹⁸ Fala de João Gabriel, estudante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), AP3, 3 jun. 2011.

¹⁹ Fala de Sandra Santos, diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ/FAETEC), AP1, 14 out. 2009.

compreender a relevância da proposta de ter profissionais com deficiência nas escolas, no sentido de que os estudantes público da Educação Especial se reconheçam como “alguém construtor, sujeito da sociedade”, conforme a diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro defendeu.

No entanto, durante esta análise documental, o pronunciamento que mais chamou atenção, por estar alinhado ao princípio da inclusão, foi a do representante da Associação Brasileira de Reabilitação (AFR), André Davi, em 7 de outubro de 2015 (AP6).

André relatou que, como pessoa com deficiência, foi bem recebido em duas escolas particulares que estudou. Afirmou que graças à sua mãe, médica e pessoa com deficiência, os profissionais de educação entenderam que ele era só mais um estudante. André rebateu argumentos de que professores, no geral, não estariam capacitados para receber estudantes público da Educação Especial.

E eles sempre questionam a seguinte situação: mas nós não estamos preparados para lidar com deficiente. Aí, eu falo: nem eu estou. Ninguém está. Sabe por quê? Se a escola ficar pensando assim, cada criança que se matricular nova não estará preparada pra receber, porque cada ser é um ser. A gente tem que entender que as pessoas são diferentes. Ninguém é igual a ninguém. Então, a escola particular não pode passar a receber mais ninguém... Nas minhas palestras sempre falo o seguinte: posso trazer o maior profissional com capacitação para lidar com deficiência, no mundo, aqui para falar para vocês. Vai todo mundo sair sem saber nada, porque cada ser é um ser (informação verbal)²⁰.

Tendo em vista o testemunho acima, é possível refletir sobre o que se torna essencial na formação dos professores.

E para uma sociedade se democratizar, em que a equidade não seja ultrajada pelos processos discriminatórios, é necessário fortalecer os direitos constituídos nas políticas públicas na/da educação dos estudantes, com e sem deficiências, considerando legitimamente a diversidade humana. Os movimentos da inclusão revelam a possibilidade de se elaborar novas/outras reflexões a respeito do pedagogo/docente que se quer formar, sobretudo na conscientização de práticas educativas plurais com vistas à inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial. E pode-se constatar que os docentes devem se conscientizar de seu papel no âmbito educacional diante das novas demandas da diversidade que se fazem nas políticas públicas. (PEREIRA; DAMASCENO, 2017, p. 38).

O pensamento de Damasceno e Pereira elucida princípios que devem ser perseguidos pelos professores. Essa reflexão converge com a ideia de Adorno (2020) de que não há receitas

²⁰ Fala de André Davi, representante da Associação Brasileira de Reabilitação (AFR), AP6, 7 out. 2015.

prontas no que diz respeito à educação para a emancipação, e conseqüentemente, com isso podemos acrescentar, para a inclusão. Não há um ideal a ser atingido, irretocável. O que se constitui são princípios. O filósofo alemão acrescenta: “A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda sua energia para que a educação seja uma educação para contestação e para resistência” (ADORNO, 2020, p. 200).

Resumidamente, a resistência contra dominação imposta pelas classes dominantes que a todos querem homogeneizar, conforme seus padrões, precisa ter os pés fincados na escola, e os profissionais envolvidos na comunidade escolar necessitam, sobretudo, estarem em alerta aos princípios educativos emancipatórios e de Inclusão em Educação. Essa talvez seja a chave para o fortalecimento de práticas de inclusão, no âmbito escolar.

4.5.2.2 Encaminhamentos resultantes das audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj e a afirmação da Democracia: participação social para consolidação

No dicionário Aurélio, democracia é definida como: “1. Governo do povo; soberania popular; 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2010). É possível que essa explicação já dê conta de introduzir a importância do assunto nesta pesquisa. Afinal, o que investigamos aqui tem como lócus de trabalho a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Como já vimos, é no ambiente parlamentar que a democracia ganha, por lei, contornos mais marcantes. Ali, é o espaço onde ocorrem as discussões em torno do ordenamento da vida cotidiana.

Quando falamos em participação social é necessário analisar o funcionamento da democracia, pois de nada adianta as pessoas falarem sem que efetivamente algo mude. Em suas reflexões, Adorno (2020) afirma:

Mas a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos... ela não é aprendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. (ADORNO, 2020, p. 37).

Nas considerações adornianas, a democracia não se concretiza em seu sentido mais puro porque a mente do povo está dominada por valores, modos de vida, opiniões e decisões das classes burguesas. Dessa forma, com o pensamento aprisionado, vazio de identidade própria, não teriam condições de expressar seus reais interesses. Portanto, por conta desse aspecto, o processo democrático estaria seriamente comprometido, assaltado de seu princípio.

Segundo o autor, “[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada como uma sociedade de quem é emancipado” (ADORNO, 2020, p. 154). De fato, em uma observação mais cuidadosa acerca da efetivação da democracia, é sensato concordar que ela não se expressa como “sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral” (ADORNO, 2020, p. 38). Caso contrário, as desigualdades sociais estariam reduzidas de forma expressiva na sociedade, no mundo.

Adorno vai mais fundo: “Na linguagem da Filosofia poderíamos dizer que na estranheza do povo em relação à democracia se reflete a alienação da sociedade em relação a si mesma” (ADORNO, 2020, p. 38). Aqui, o autor confirma a ideia de que não há como se efetivar um sistema em que a população possa expressar seus clamores, se esses clamores são desconhecidos da própria sociedade, dominada por outras questões que não as suas. O filósofo expressa que a democracia não se edifica gratuitamente, mas a partir da vontade do próprio sujeito. E isso só será possível quando seus limites e possibilidades forem reconhecidos.

Sem perder o foco dessas barreiras, que já se apresentam na implementação do processo democrático, é necessário analisar se, mesmo sob a manipulação das classes dominantes, o que é demandado nas audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj provoca reflexos, na prática, na vida do povo do estado do Rio de Janeiro. Em outras palavras, ainda que diante dos obstáculos que sequestram a autonomia, como se deu a democracia nos encontros na Assembleia Legislativa. As respostas dessa análise podem ser percebidas nas reações da Comissão aos pedidos das representatividades sociais. Ou seja, nos desdobramentos das audiências públicas.

Assim, sendo a Alerj um espaço de referência política da democracia liberal, espaço legítimo para o debate da vida social, é necessário analisar como ela absorveu o que foi debatido. A resposta legislativa ao clamor popular com certeza causa impactos no cenário da inclusão no estado. Tendo em vista esse propósito, partimos para a análise de quais encaminhamentos foram feitos após a realização das audiências públicas deliberativas, para verificar se eles refletiram, em sentido democrático, uma resposta aos anseios apresentados pela demanda social.

Entre os discursos e posicionamentos analisados anteriormente, podemos destacar três pedidos da sociedade fluminense representada: a permanência da escola especial como referência na educação de pessoas com deficiência, a certificação de Ensino Médio para os estudantes público da Educação Especial e a manutenção da obrigatoriedade de matrícula desses estudantes em escolas particulares, sem cobrança de taxa adicional no ato da inscrição nem nas mensalidades.

Tendo em vista esses destaques, podemos considerar pelo menos três ações que se revelaram como resultado dos encontros investigados, em resposta do parlamento às demandas sociais. Sobre a permanência do funcionamento de classes e escolas especiais, três dias após a audiência pública realizada em 3 de junho de 2011 (AP3), a Comissão de Educação da Alerj e a Comissão da Pessoa com Deficiência encaminharam uma proposta de emenda substitutiva à meta 4, do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (ANEXO G). O encaminhamento foi feito à comissão especial do senado, destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que estabelecia as diretrizes do Plano Nacional.

No documento, os deputados da Alerj dizem que as sugestões de mudanças no texto original do projeto, as emendas, haviam sido construídas a partir de debates realizados entre familiares, instituições e profissionais técnicos da área, com a participação da sociedade civil do estado do Rio de Janeiro e de parlamentares municipais, estaduais e federais.

A principal mudança sugerida foi em relação ao enunciado da meta 4. O texto original era claro: “Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino” (BRASIL, 2010, n.p.).

Em resposta ao estabelecido no texto original da meta 4 do Plano Nacional de Educação, o documento elaborado pelos deputados da Alerj e enviado para Brasília retirava os limites de idade para a universalização do ensino dos estudantes com deficiência, ressaltando que deveria ser livre a escolha de matrícula na modalidade de ensino. Dessa forma, a ideia era garantir a existência de classes e escolas especiais, assegurando aos familiares a possibilidade de escolha entre a rede regular e as unidades especializadas. No entendimento dos parlamentares do Rio de Janeiro, essa parte do texto deveria ficar assim:

Universalizar o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtorno invasivo do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas da rede regular de ensino, da educação infantil ao ensino superior, assegurando, de forma incondicional, a opção quanto à matrícula em turma regular ou em classes especiais ou escolas especiais. (ALERJ, 2011, n.p.).

Em 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação foi sancionado na forma da Lei nº 13.005. Em seu texto, as emendas encaminhadas pelo Rio de Janeiro podem ser percebidas desde o enunciado. O documento mantém a faixa etária para a universalização do ensino, estabelecida no texto original da meta 4, define que esta ocorra na Educação Básica, mas, como os deputados do Rio de Janeiro sugerem, inclui no contexto a palavra “preferencialmente”, para assegurar a existência de classes e escolas especiais. Nessa parte, a versão final do Plano ficou assim:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, n.p.).

Ainda sobre a faixa etária para a universalização do acesso à Educação Básica, o documento enviado pelos parlamentares reforçava que os estímulos ao desenvolvimento das crianças com deficiência deveriam começar antes dos quatro anos de idade e se estender até quando fosse considerado necessário. Essa sugestão de mudança no texto original garantiria que nenhum estudante deixasse de receber o AEE.

A respeito dessa sugestão de emenda, a lei que foi aprovada posteriormente, o Plano Nacional de Educação, estabelece, nas estratégias da meta 4, que o atendimento escolar deve ser oferecido para crianças de 0 a 3 anos de idade, caso a família manifeste a demanda.

Esse trecho mostra claramente que a comissão especial que tratava do assunto no Senado abriu espaço para a possibilidade de matrículas de crianças com menos de 4 anos de idade na rede de ensino, preocupação exposta no documento enviado pelo Legislativo do estado do Rio de Janeiro.

A respeito da necessidade de as crianças receberem estímulos desde cedo, o pensamento de Adorno (2020) acrescenta: “Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância. A educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância” (ADORNO, 2020, p. 132).

Ao buscar saídas para que o massacre em Auschwitz, o maior campo de concentração da Alemanha nazista, não aconteça de novo, Adorno faz considerações sobre a formação das pessoas e como esta poderia contribuir para evitar a repetição do genocídio. Ao fazer essas considerações, ele, que relacionava seus estudos às ideias da psicologia, aponta para a necessidade de focar a educação na primeira infância, de 0 a 6 anos de idade.

Sendo assim, é correto afirmar que as crianças com deficiência deveriam receber este mesmo tratamento, à medida que o filósofo expõe a importância desse período da vida humana na formação dos sujeitos.

Outra ação se revelou como resultado dos encontros investigados nesta pesquisa, deliberada pelos deputados em face às demandas apresentadas em 5 de dezembro de 2012. O debate versava sobre a certificação de estudantes com deficiência na conclusão do Ensino Médio. Por conta disso, o presidente da Comissão de Educação da Alerj, deputado Comte Bittencourt, criou a Lei nº 6.491, que foi sancionada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 11 de julho de 2013.

A Lei nº 6.491 acrescenta à Lei 4.528, de 28 de março de 2005, um dispositivo que garante aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o direito de receber certificado ao completar o Ensino Médio.

Pela lei de 2005, o Poder Público é responsável por assegurar a terminalidade dos estudos da pessoa com deficiência. A nova redação desse trecho, publicada na lei de 2013, acrescenta ao

artigo 45, o parágrafo único que determina a certificação do estudante público da Educação Especial, contendo informações sobre as áreas do conhecimento e/ou conteúdos curriculares apreendidos pelos estudantes. A ideia é que a certificação apresente habilidades, competências e conhecimentos construídos durante os anos de estudo.

A Lei 6.491, de 2013, estabelece também: “PARÁGRAFO 1 – O Poder Público disponibilizará serviços de apoio especializado, fixo ou volante, para a escola regular, atendendo as peculiaridades de educandos com necessidades especiais e com deficiência” (RIO DE JANEIRO, 2013, n.p.).

Há indícios, ainda, de que outra audiência pública, realizada em 7 de outubro de 2015, tenha gerado frutos, mesmo que, na ocasião, ao término do encontro, os deputados tenham dito que ela não seria deliberativa. Como já foi aqui exposto, a reunião na Alerj tratou da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) contra a obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência na rede privada, prevista na Lei Brasileira de Inclusão. A ADIn nº 5.357 estava em discussão no Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, podemos observar que, seis meses após a audiência pública realizada na Alerj, foi aprovada uma lei sobre o assunto, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Na prática, o documento ratificou a Lei Brasileira de Inclusão, enquanto a ADIn ainda estava sendo analisada pela Justiça Federal.

A lei estadual que recebeu o número 7.262, sancionada em 15 de abril de 2016, proíbe a cobrança, por parte dos estabelecimentos particulares de ensino, de taxa adicional que não seja comum a todos os estudantes. O documento também estabelece que nenhuma instituição poderá se recusar a matricular estudantes com deficiência. O descumprimento resulta em multa prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, aplicada ao estabelecimento de ensino.

Dois meses depois de essa lei ser sancionada no estado do Rio de Janeiro, em 9 de junho de 2016, a ADIn foi julgada improcedente pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Ricardo Lewandowski. A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Ainda que algumas audiências públicas não tenham sido deliberativas, porque o espaço parlamentar é de discussões, o então presidente da Comissão de Educação, deputado Comte Bittencourt, ratificou a missão da Comissão em relação à inclusão de estudantes com deficiência no encontro que ocorreu em 20 de abril de 2011.

Mas seguramente é um tema que será sempre recorrente nas preocupações dessa Comissão, em função da importância que tem essa justiça social que faz falta no esta do brasileiro ao longo de toda a nossa história, ou seja, a educação pública ser lugar para todos, independente da sua origem, independente das suas necessidades. A escola pública é para todos. Agora, não queremos transformar escolas em depósitos de crianças (informação verbal)²¹.

O comprometimento declarado, da Casa Legislativa com a questão da Inclusão em Educação, sugere que a causa tem conseguido se aproximar dos principais assuntos discutidos no parlamento, mesmo diante dos obstáculos no campo ideológico da autorreflexão crítica apresentada no início do texto desta categoria.

²¹ Fala de Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Alerj, AP2, 20 abr. 2011.

“Mas não se deve esquecer que a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola.”

Theodor W. Adorno

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira pergunta que vamos responder nesta pesquisa é a mais objetiva. Quem participou das audiências públicas na Comissão de Educação da Alerj sobre a inclusão do público da Educação Especial?

No total das seis audiências públicas da Comissão de Educação da Alerj analisadas nesta pesquisa, 124 pessoas estiveram presentes nos encontros entre autoridades e representatividades sociais. Repare que várias dessas pessoas estiveram presentes em mais de uma reunião e, como já foi dito anteriormente, alguns nomes estão incompletos por conta da dinâmica ser comprometida pela efervescência dos debates.

De todos os presentes nas seis audiências públicas, 78 pessoas se pronunciaram sobre os assuntos que estavam sendo discutidos.

Contudo, nesta pesquisa, analisamos as falas de 37 pessoas, pois elas apresentaram-se como representatividades sociais investigadas no presente estudo. Foram elas:

1. André Davi – representando a Associação Brasileira de Reabilitação (AFR).
2. Carmen Fogaça – representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).
3. Delton Bastos – presidente da Federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro.
4. Dodora Mota – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ).
5. Edicleia Mascarenhas – presidente do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência; da Secretaria Estadual de Direitos Humanos.
6. Emeli Marques Leite – professora e fundadora da Associação de Pais e Surdos do Instituto Nacional de educação de Surdos (INES).
7. Flávio Melo – representante da APAE/Nova Friburgo.
8. Glória – professora do Instituto Benjamin Constant (IBC).

9. Inês dos Santos Silva – vice-presidente da Federação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).
10. Jerônimo de Lourdes – representante da associação de pais do Colégio de Aplicação da UERJ (CAp-UERJ).
11. João Gabriel – estudante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).
12. Jussara Silva da Silva Freitas – coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi de Niterói.
13. Leila – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
14. Luiz Henrique Mansur – conselheiro do Conselho Estadual de Educação.
15. Márcia Cardoso – representante do sindicato União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
16. Márcio Pacheco – deputado e presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, da Alerj.
17. Marcos Castilho – presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro e representante da entidade no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
18. Maria da Glória Souza Almeida – diretora do Instituto Benjamin Constant (IBC).
19. Maria Lúcia Sardenberg – do sindicato União dos Professores Públicos do Estado (UPPES).
20. Paulo André – representante da Federação Nacional de Educação e Integração; representante nacional de todos os surdos (Feneis).
21. Ricardo Azevedo – Associação dos ex-alunos do Instituto Benjamin Constant (IBC), e do núcleo de pessoas com deficiência, do Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro (Sisejufe).
22. Rita Magosso – representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante da quarta CRE do município do Rio de Janeiro.
23. Roberval Alves Portela – pai de estudante com deficiência.
24. Rosália Fátima Correia Maia – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
25. Rosana Barbosa – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.
26. Roseni de Almeida Silva – Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; representando o presidente da Federação, Marco Castilho.
27. Sandra Santos – diretora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj/Faetec).
28. Sandra Teixeira – do corpo técnico do Conselho Estadual de Educação.
29. Selma Nascimento – ONG Semente do Amanhã.
30. Sheila Melo – da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro.
31. Solange Rocha – representante do Instituto Nacional de educação de Surdos (INES); diretora.
32. Teresa Costa do Amaral – professora e superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).
33. Teresinha Machado – presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPES).
34. Ubirajara Cabral – vice-presidente educacional da Faetec.
35. Ulrich Palares – Centro Acadêmico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
36. Valéria Oliveira – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

37. Vera Cristina Reis – mãe de estudante do Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa, a atual Escola Estadual de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa.

A presente análise documental dá indícios de que havia, de fato, um canal de comunicação entre a Comissão de Educação da Alerj e as representações sociais. Um aspecto positivo que gerou frutos. Entre os anos 2008 e 2018, o espaço de tempo desta pesquisa, o estado do Rio de Janeiro aprovou dezenove leis relativas à inclusão; duas delas foram desdobramentos diretos dos assuntos debatidos nas audiências públicas que este estudo investigou.

Considerando o período que analisamos, ainda que os números mostrem a produção de dezenove leis no período, recomendamos fortemente que este tema seja debatido mais vezes pelo parlamento fluminense. Seis audiências públicas em dez anos, nos parece pouco, tendo em vista as informações expostas e os dados estatísticos que mostram o aumento do número de pessoas público da Educação Especial matriculadas em salas de aula regulares.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2018, o número de matrículas da Educação Especial em classes comuns, no Brasil, era 1.014.661. Em 2020, essa marca foi para 1.152.875. Um aumento percentual de 13,6%. Enquanto isso, em todo o país, o número de matrículas nas classes de AEE foi de 166.615, em 2018, para 156.025, em 2020. Uma queda percentual de 6,4%.

No estado do Rio de Janeiro, o número de matrículas da Educação Especial em classes comuns era 56.798, em 2018. Em 2020, esse número subiu para 69.061. Aumento de 21,6%. Já as matrículas do AEE, no Rio de Janeiro, em 2018, eram 10.883. Em 2020, o número foi para 10.268, registrando queda percentual de 5,7%.

Observando os números, podemos constatar que, em relação ao país, o Rio de Janeiro superou a taxa de aumento no número de matrículas do público da Educação Especial em turmas regulares. Já em relação à queda nas matrículas em classes de AEE, o estado ficou um pouco abaixo do registrado no país.

Respondendo às demais perguntas desta pesquisa, podemos afirmar que houve participação social nas audiências públicas que discutiram a inclusão escolar das pessoas com deficiência, promovidas pela Comissão de Educação da Alerj, entre os anos 2008 e 2018. O microfone esteve aberto para quem quisesse se pronunciar.

A participação dos cidadãos nas reuniões ocorreu por meio de listas, nas quais os interessados deveriam se inscrever, para ter direito à fala. Como vimos, avaliando o diálogo que se estabeleceu entre a Comissão e as demandas, o clamor da sociedade, no âmbito da inclusão da pessoa com deficiência, aparecem em destaque os seguintes assuntos: defesa da permanência da escola especial como referência na educação de pessoas com deficiência, pedido de certificação de Ensino Médio para esses estudantes e solicitação de que fosse mantida a obrigatoriedade de matrícula do público da Educação Especial, sem cobrança de taxa adicional, pelas escolas particulares em qualquer etapa.

Nesse sentido, conforme citamos nos capítulos anteriores, duas leis foram aprovadas em decorrência das audiências. Elas mostram como o parlamento absorveu as demandas apresentadas nos debates, na Comissão de Educação. São elas:

- Lei 7.262, sancionada em 15 de abril de 2016, que proíbe a cobrança, por parte dos estabelecimentos de ensino, de taxa adicional que não seja comum a todos os estudantes.
- Lei 6.491, sancionada pelo governo do estado, no dia 11 de julho de 2013. A lei 6.491 acrescenta à lei 4.528, de 28 de março de 2005 um dispositivo que garante aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o direito de receber certificado ao completar do Ensino Médio.

Também foi enviada pela Comissão de Educação da Alerj e pela Comissão da Pessoa com Deficiência uma proposta de emenda substitutiva à meta 4, do Plano Nacional de Educação 2011-2020. O encaminhamento foi feito à comissão especial do Senado, com o objetivo de garantir a existência de classes e escolas especiais.

Com isso, podemos dizer que a participação social provocou impactos no cenário da inclusão no Rio de Janeiro, por meio do parlamento fluminense. Mas, a análise documental revela ainda indícios de que, até bem pouco tempo — pelo menos de 2008 a 2018 —, no estado do Rio de Janeiro, havia uma espécie de tensão social entre as pessoas que defendem o princípio da Inclusão em Educação e as pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à escola especial.

Isso pôde ser observado nos discursos das representações sociais descritos nos capítulos anteriores, bem como na fala da coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi de Niterói,

Jussara Silva da Silva Freitas, que participou da audiência pública realizada em 5 de dezembro de 2012. Em seu pronunciamento, ela defendeu a manutenção das instituições de Educação Especial.

Então, nós temos que aproveitar o que cada trabalho tem de bom. Por que alijar a Educação Especial nesse momento, por conta de um modismo? Porque eu acho que a questão da educação inclusiva foi tomada por um modismo mundial. E aí o Brasil também entrou nessa. Agora, não podemos esquecer da importância da Educação Especial neste país. Porque durante décadas foram as instituições filantrópicas de Educação Especial que se ocuparam, que se preocuparam e que cuidaram dessa clientela e dessa população (informação verbal)²².

Essa tensão social talvez possa ser explicada, levando-se em consideração os seguintes aspectos históricos que valem ser lembrados e considerados para o encadeamento das ideias:

- Na década de noventa, com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, que ocorreu entre os dias 5 e 9 de março de 1990. O princípio da Inclusão em Educação foi discutido e resultou em um documento assinado por 157 países que se comprometeram a cumprir seis metas até o ano 2000, para que o acesso universal à educação e o combate ao analfabetismo fossem prioridade de governo. O Brasil é signatário deste acordo.
- Em 2006, a Inclusão em Educação ganha força com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, em 13 de dezembro. Em 2007, o Brasil torna-se signatário do documento assinado por 192 países que assumem o compromisso de respeitar as pessoas com deficiência.
- Em 2008, é aprovada, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a PNEEPEI, que, como já foi dito, estabelece um novo olhar para o atendimento educacional especializado.
- Em março de 2011, a então diretora nacional de Políticas Educacionais Especiais do MEC, Martinha Claret, teria anunciado um suposto “fechamento” do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Surdos (Ines), em Laranjeiras, e a interrupção do serviço de Ensino Fundamental para deficientes visuais do Instituto Benjamin Constant, na Urca, ambos no Rio de Janeiro. As mudanças estavam previstas para ocorrer até o fim daquele ano. A intenção era matricular os estudantes com deficiência nas redes estadual e municipal regulares, objetivando a

²² Fala de Jussara Silva da Silva Freitas, coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi, AP4, 5 dez. 2012.

inclusão. Mesmo assim, após o anúncio, a imprensa registrou a realização de manifestações e abaixo-assinados contra o fim dos serviços. Ainda em março de 2011, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, informou à imprensa que a declaração havia sido um “mal-entendido”. No dia 30 de março, o MEC informou que desautorizava o anúncio feito por Martinha Claret sobre os fechamentos das instituições.

Os fatos históricos revelam um momento de transformação conceitual sobre a educação de pessoas com deficiência, na década de 1990 e nos primeiros anos do novo milênio. Com isso, é fácil concluir que forças e ideias conservadoras apresentassem resistência às mudanças.

Nos diálogos transcritos nas seis audiências públicas, observamos a exposição de ideias que ainda defendiam fortemente a manutenção de classes e escolas especiais e que entendiam a Inclusão em Educação como princípio contrário à modalidade Educação Especial. Por conta disso, as falas analisadas nesta pesquisa documental evidenciam a necessidade de pluralidade de discursos, durante as audiências públicas da Alerj, no sentido de trazer para o parlamento ideias mais atualizadas sobre o princípio da Inclusão em Educação.

Logo, com base nos diálogos transcritos, parece evidente a necessidade de entrosamento entre pesquisadores, movimentos sociais, sindicatos, agremiações, associações de responsáveis de estudantes, instituições de ensino especializado, ONGs, conselhos, fundações e poderes públicos, para que o princípio da Inclusão em Educação seja discutido, compreendido, difundido e aprofundado na sociedade.

Também ressaltamos que o público da Educação Especial deveria ter mais voz ao microfone, pois as discussões versam exatamente a respeito da vida e do futuro desses estudantes. Os interessados diretos precisam determinar a discussão. Dessa forma, sugerimos que a voz dessas pessoas tenha prioridade nos encontros da Comissão de Educação da Alerj.

Cabe acrescentar: para que a Inclusão em Educação dê passos firmes no avanço do ser e fazer escolar, é necessário que esse princípio faça parte dos valores sociais onde se imprime. Os dispositivos legais só vão funcionar em uma sociedade que os compreenda, aceite e fiscalize seu cumprimento.

Ainda com base nos diálogos estabelecidos pela participação social, pode-se observar que a presença de pesquisadores e profissionais envolvidos na luta pela inclusão precisa tornar-se mais efetiva no parlamento fluminense, para que as trocas sejam ricas e esclarecedoras, em face aos desafios da inclusão no estado. Em nosso entendimento, o primeiro movimento para isso é garantir o incremento da comunicação entre a Comissão de Educação da Alerj e as instituições de pesquisa. A divulgação dos temas, dias e horários das audiências precisam ser comunicados regularmente aos devidos departamentos de Educação dessas instituições.

Acrescentamos, em nossas sugestões, que a aprovação de leis resultantes das audiências públicas seja amplamente divulgada, especialmente para as representações sociais que participaram do encontro. Essa é uma maneira de incentivo à participação social. Quando as discussões geram resultados positivos, é coerente pensar que as representações sociais são estimuladas a agir mais vezes, em maior número.

Entre as sugestões elencadas para a melhoria da participação social na Comissão de Educação da Alerj, adicionamos a necessidade de criação de um canal específico de diálogo entre a população e a Comissão, com o objetivo de ouvir demandas e denúncias. Essa comunicação, que hoje é feita por meio de contato direto com os telefones do gabinete do deputado que preside a Comissão, certamente se tornará mais produtiva se houver um departamento e equipe específicos para tratar dos assuntos da educação.

Esse trabalho poderia ser feito nos moldes do “Alô Alerj”, um serviço que disponibiliza operadores preparados com a missão de esclarecer não só os assuntos tratados nas Comissões e no Plenário, mas também o funcionamento da Casa Legislativa. Essa proposta visa aumentar as demandas, bem como a discussão de teorias, princípios e práticas educativas. Ela objetiva também ampliar o número de vozes representativas de categorias sociais nos encontros na Alerj.

Resumindo, os caminhos que encontramos para melhorar a qualidade das discussões, na Comissão de Educação do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, incluem ações de comunicação entre a Comissão e os envolvidos no debate da inclusão e no seio da própria comunidade. Essas são algumas medidas para o fortalecimento da participação social na gestão pública.

A comunicação e a educação precisam andar juntas para que o princípio da inclusão ganhe forma em qualquer sociedade. É por meio da comunicação que as ideias se espalham e os saberes são construídos. As saídas para a melhoria da relação entre comunicação e educação expostos nesta pesquisa têm o objetivo de avançar nas trocas e resultados de discussões parlamentares, que possuem o poder de mudar os rumos do nosso cotidiano e de como vivemos neste mundo, que é de todos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. 1947.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Regimento interno**. Rio de Janeiro, 2015.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência. **Emenda ao substitutivo ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, na meta 4, do anexo do Projeto de lei nº 8.035 de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- ANDRADE, P. F. de; DAMASCENO, A. R. Novas construções sociais de aprendizagens: inclusão em educação para quê?. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 211-229, set/dez 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao. Acesso em: 29 set. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014#:~:text=art.,214%20da%20constitui%c3%a7%c3%a3o%20federal>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Projeto de lei nº 8.035, de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: adaptações curriculares; secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC; SEF; Seesp, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

DAMASCENO, A. R. **Educação inclusiva e a organização da escola**: perspectivas críticas e desafios políticos do projeto pedagógico. Ed. 2. Curitiba: Editora CRV, 2020.

DAMASCENO, A. R. **Educação inclusiva e organização da escola**: projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica. 2010. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DAMASCENO, A. R. **A formação de professores e os desafios para a escola inclusiva**: as experiências da Escola Municipal Leônidas Sobrino Porto. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

GADOTTI, M. Gestão democrática da educação com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Coletânea de textos da CONAE 2014 (Tema Central e Colóquios)**. Brasília, DF: MEC, 2014.

LEME, E. S.; COSTA, V. A. da. Educação, inclusão e direitos humanos: como esse estuário desaguou na escola?. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 677, set/dez 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>. Acesso em: 29 set. 2018.

NUNES, S. da S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PEREIRA, A. S.; DAMASCENO, A. R. Pedagogia: para quê? Desafios contemporâneos à formação para afirmação da diversidade humana. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 38, jan.-abr. 2017.

RIO DE JANEIRO. **Apelação Cível nº 0316732-82.2017.8.19.0001**. Decisão de 12 de maio de 2021, assinada pela desembargadora relatora Flávia Romano de Rezende. Rio de Janeiro, 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 6.491, de 11 de julho de 2013**. Altera a Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, acrescentando dispositivo dispendo sobre a certificação do educando com deficiência e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 5 out. 1989.

SANTOS, M. P. dos. A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais. **Caderno do Fórum Permanente de Educação e Saúde**, MEC/Instituto Philippe Pinel, p. 56-62, 2000.

ANEXO A – Audiência pública realizada em 14.10.2009 – AP1

ATA DA 22ª Audiência Pública Da Comissão de Educação REALIZADA EM 14/10/2009

22ª Audiência Pública, realizada em 14 de outubro de 2009

(Início sem som)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – ...tratando do tema Educação Inclusiva, chamada também de Educação Especial.

Eu estou hoje substituindo o Deputado Comte Bittencourt que preside a nossa Comissão de Educação e instituiu a quarta-feira como o dia para que a Comissão de Educação realizasse audiências públicas e debates sobre temas relativos à educação. É claro que eu não me considero preparado para substituir o Deputado Comte Bittencourt. Mas vou fazer um esforço muito grande.

Eu quero dizer que trato desse tema com alguma paixão, na medida em que experimentei na minha vida a convivência com um filho que era tão especial, que não chegou a ter a oportunidade de frequentar qualquer escola, porque meu filho viveu quase sete anos e só viveu deitado, não via, não falava e não andava; eu digo que o meu Leonardo só sorria porque conhecia a nossa voz e se comunicava de duas formas: chorando, quando tinha dor ou sorrindo, quando identificava as vozes dos familiares mais próximos. Então, eu sei, de uma forma talvez menos aguda, o sofrimento que é ou o esforço exigido de uma família, para acompanhar uma criança especial; dependendo naturalmente do grau de limitação, o esforço passa a ser muitíssimo maior. Mas sei como as pessoas se emocionam com qualquer evolução; com a mínima evolução as pessoas do entorno ficam contempladas.

Eu agradeço a presença de todos, dizendo que esse tema é de muita relevância, na medida em que só quem convive com o problema e começa a compartilhar é que vê que há um universo muito maior do que as pessoas que não convivem com o problema imaginam. Por razões as mais diversas, inclusive razões ligadas à prevenção etc., nós vamos gerando às vezes crianças que sofrem com o modelo. Então, a educação especial, a educação inclusiva é um tema que precisa ser cuidado, precisa aflorar, tendo em vista o universo e a realidade que essa educação envolve.

Eu quero agradecer a presença da Coordenadora da Educação Especial da Secretaria e da Fundação Municipal de Educação de Niterói, Professora Nelma Alves Marques; da Professora Roseni Silvado Cardoso, representando a Secretaria de Educação; da Professora Maria Lúcia da Uppes-Sindicato; da Professora Maria Angélica, Coordenadora/Napes, Secretaria de Estado de Educação; da Professora Eliane Santos, também assistente da coordenação, Secretaria Estadual de Educação; da Professora Sandra Santos, Diretora do Instituto Superior de Educação. Temos aqui ainda outras presenças que iremos anunciando no desenrolar da nossa audiência pública.

Quero, então, pedir à representante da Secretaria de Educação que faça um relato sobre o tema e como a nossa Secretaria de Estado de Educação tem desenvolvido suas atividades.

Antes, porém, quero registrar que fiz essa confissão pública sobre uma parcela da alegria da minha vida muito mais para me identificar com o tema.

Tem a palavra a Prof. Roseni Silvado Cardoso.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO – Bom dia a todos. A Secretaria de Estado de Educação foi convidada para apresentar o trabalho que vem desenvolvendo, relacionado à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Nós temos clareza de que se trata de um grande desafio e sabemos quantas barreiras, quantos obstáculos, temos que superar para que possamos garantir, com legitimidade, a inclusão desses alunos, garantindo-lhes acesso, permanência e aprendizagem dentro de um contexto escolar comum.

A rede estadual tem desenvolvido várias ações nesse sentido. Sabemos que a maior parte de nossos professores da rede regular, na sua formação inicial, tanto na formação do nível médio, como também do nível superior, não aprendeu a trabalhar com alunos que apresentam qualquer tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e até mesmo com os alunos superdotados. Então, a Secretaria vem dando ênfase à formação continuada desses professores, para que eles tenham condição de atender esses alunos nas suas necessidades dentro da sala de aula.

O que nós queremos é que esses professores saibam trabalhar com o aluno surdo; que eles saibam trabalhar com o aluno cego; que eles saibam trabalhar com o aluno paralisado cerebral. Que saibam das suas condições, das suas limitações e das suas capacidades.

Infelizmente, na sociedade de um modo geral, há um entendimento equivocado de que os alunos com deficiência são incapazes. Por anos e anos, todos sabem, esses alunos ficaram – e ainda estão – em escolas especiais, em espaços especiais, em instituições especializadas por conta de suas deficiências.

Mudar isso, mudar esse pensamento, é muito difícil. Mudar essa ideologia é muito complicado, é complexo, mas é um desafio que nós não deixamos de enfrentar. É um enfrentamento. E isso é quase que uma luta diária na Secretaria de Estado de Educação. Mas, felizmente, temos resultados muitos positivos com relação a esse processo.

Hoje em dia, temos por volta de 600 alunos surdos incluídos; eles frequentam a classe comum com a mediação de um intérprete. Muitos deles recebem também uma complementação naquilo que a sala comum não pode dar, e eles a recebem na sala de recursos multifuncionais. Principalmente com o aluno surdo que precisa aprender a língua portuguesa escrita. Somente a interpretação do intérprete na sala de aula não dá conta das necessidades específicas do aluno surdo.

Nós temos alunos com paralisia cerebral no ensino médio. Anos atrás eles, com certeza, estariam dentro de instituições especializadas. Isso porque a aparência dele – aquela criança que não é mais criança, o adolescente com uma figura bastante bizarra, que até baba – dá a sensação de que esse menino também é um deficiente mental e que não tem a capacidade de aprender. Ele está no Ensino Médio, agora com todos os apoios de que precisa. Tem uma pessoa de apoio do lado dele; toda a comunicação dele é feita através de um notebook que fica com ele na sala de aula. Além disso, ele também tem o apoio da sala de recursos. Esse menino, podemos dizer que está bem incluído socialmente, pois tem até Orkut, por meio do qual se comunica, e blog; ele está bem informatizado. E isso só foi possível porque acreditamos que ele seria capaz de participar desse mundo dessa forma, porque até então ele era aquele menino cujo máximo que fazia era observar o ambiente.

São desafios que, a todo momento, estamos enfrentando. Tudo o que a Secretaria de Estado de Educação pode oferecer ela tem oferecido, até o presente momento, além da formação continuada. Contratamos intérpretes de libras, cuja situação vamos regularizar ano que vem. Com relação aos alunos cegos, eles têm o Dosvox, um programa gratuito, ao qual qualquer um pode ter acesso. Em 2011, todos os livros didáticos oferecidos pelo MEC virão em meio digital, magnético. Eles terão acesso aos livros ao mesmo tempo em que os outros alunos terão. O que ocorre hoje? O livro em braile só chega para o menino no

final do ano, mas, em 2011, todos os livros didáticos oferecidos pelo MEC, que os professores escolheram para ter na turma, virão através de um CD e os alunos vão acompanhar a aula na hora, junto com o professor.

Com relação aos serviços de apoio, temos o CAP, que produz material em braile, em alto relevo, e também dá cursos de capacitação em braile. Para os alunos surdos temos o CAAS - Centro de Apoio aos Alunos com Surdez. Esses são centros de referência. Os alunos não são atendidos ali. Eles têm um trabalho itinerante; eles saem desses centros para dar assessoria e apoio a toda rede.

Mas a equipe que se configura como meus braços na rede estadual são os Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado, os Napes. Ficaria muito difícil para mim, ali no órgão central, atender às demandas regionais de todo o Estado. Qualquer dúvida ou problema que eu tenha o Napes resolve; além disso, eles já têm como competência fazer a itinerância, ir às escolas onde há alunos com deficiência e dar suporte ao professor. A função dos Napes para nós, da rede estadual, é de extrema importância. É uma maneira que tenho de saber como está a rede em termos de atendimento aos alunos com deficiência.

Tenho aqui o levantamento do primeiro semestre em termos de formação continuada que os Napes ofereceram. São aproximadamente seis mil professores que foram capacitados pelos Napes. O que nos interessa é que todas as escolas estejam capacitadas, que todas tenham condições. Eu não tenho que me preocupar em capacitar só aquela escola que já estiver com aluno deficiente, não; todas as escolas precisam estar prontas para o atendimento aos alunos com deficiência nas classes comuns.

O MEC vai nos oferecer, para o próximo ano, 94 salas de recursos, para a complementação. O aluno incluído frequenta uma classe comum – quer dizer, não se vai tirar o menino da sala, porque ele não pode deixar de aprender o que está sendo dado naquele momento – e no contraturno ele vai para a sala de recursos para ter a complementação curricular - tudo o que ficou faltando na classe comum ele vai ter na sala de recursos. Essa tem sido a posição do MEC, fortalecer isso que eles chamam de AEE, Atendimento Educacional Especializado. O MEC, através da Secretaria de Educação Especial do MEC, tem fortalecido a importância desse atendimento para os alunos incluídos.

Temos também o Núcleo de Atendimento aos Alunos com Altas Habilidades e Superdotação. É também um centro de referência, que atende qualquer criança que esteja com indicadores... Antes disso, os professores do Naas foram a todas as coordenadorias, convocaram os professores para informar quem são esses sujeitos, quem são esses alunos com altas habilidades, como detectar, que indicadores eles podem dar para dizer que eles precisam também de um atendimento educacional especializado. Então, as equipes, os professores dão essas respostas e esses alunos são atendidos nas salas de recursos, dentro de suas potencialidades, dos seus talentos.

O Caas também tem a competência de fazer formação continuada para professores que atendem alunos surdos. Temos também outros programas conveniados com o MEC, que é da Escola Acessível. Mandaram verba para nós fazermos as escolas, de maneira que elas sejam acessíveis. A rede estadual tem, na rede física, um programa de acessibilidade total. Em todos os prédios que são reformados estão previstos todos os tipos de acessibilidade para esses alunos. Além da escola acessível, o MEC disponibilizou também notebooks para alunos cegos do ensino médio. Eles vão disponibilizar salas de recurso em número maior. E, como a ênfase deles é no atendimento educacional especializado, os cursos à distância também têm como tema preparar professores para trabalharem nessas salas de recursos.

Estou falando de uma forma bem sintética e rápida, porque eu acho que é bem polêmico, e a questão é bem ampla. No decorrer da nossa conversa a gente vai tirando as dúvidas e vai esclarecendo outros pontos que não foram abordados aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Deixa eu também fazer uma observação. Estou convencido de que uma maneira de não enfrentar determinado problema consiste em virar as costas para ele. Não existe – e deveria ser feito – um censo para saber, com alguma precisão, o universo.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO - Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Pode.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO - O Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, desenvolveu o programa BPC na escola. Esse programa pretende – e isso já foi desde o ano passado –, indo à casa das crianças que recebem esse benefício, por conta de serem deficientes, saber, inclusive, por que não estão na escola. A partir dessa ida da Secretaria de Assistência Social às casas, talvez a gente tenha um resultado mais próximo da realidade, em termos de quantos alunos realmente estão na comunidade e que não estão sendo atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Há muitos anos foi feito um censo na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro para levantar o número de crianças. O número era muito grande. Foi feito um trabalho através de voluntários, bairro por bairro, e o censo nos trouxe informações as mais surpreendentes. E o poder público deveria fazer isto, fazer esse levantamento, ter um censo, região por região, porque, aí, teria conhecimento do universo e da sua diversificação, não apenas esperar pelo esforço da família, porque ainda há preconceito. As famílias mantêm seus deficientes dentro de casa. Então, o levantamento foi assim, vou usar um termo, avassalador, em função do grande número. E, depois, aquele esforço todo resultou em algumas coisas concretas, mas, com o passar do tempo, as coisas vão se diluindo porque as pessoas, também, vão perdendo a possibilidade em função da própria vida. Então, o ideal seria que houvesse esse censo em cada município, para que nós pudéssemos conhecer a realidade.

Semana retrasada, eu estive no Hospital da Posse, aqui em Nova Iguaçu, onde há um trabalho feito por algumas pesquisadoras sobre a morte da mulher em decorrência do aborto, não no momento do aborto, mas as consequências depois do aborto, quando a mulher procurava o hospital. E a médica responsável, que é médica há 27 anos no Hospital da Posse, depois de dar as informações sobre a questão do aborto, também resolveu nos informar sobre as mulheres, o sofrimento das mulheres que procuravam o hospital e que queriam ter um filho com saúde, mas já chegavam ali depois de terem tomado várias conduções e o momento do parto já havia passado, e as consequências disso para a criança. Então, ela, coitada - falo coitada pela maneira sofrida como ela também fez a exposição -, há 27 anos, sabia calcular o tempo que as mulheres levavam, de acordo com o local de residência. “Se morar em tal local, tem que pegar tantas conduções, pegar não sei o quê...”, e isso tudo acarretando consequências depois...

Estou dando só um exemplo da questão ligada à prevenção. Mas fazer um censo deve ser o passo inicial para se conhecer a integralidade do problema e como responder com políticas públicas paralelamente aos esforços que já vêm sendo desenvolvidos.

Mas vamos ouvir, então, a professora Nelma, que vem lá do município de Niterói. Deixa eu fazer uma observação. Acho que Niterói possa ter um contato maior com essa realidade, na medida em que, anos atrás, com o programa médico de família, houve um contato mais diversificado, mais pulverizado com as comunidades, e esse problema pode ter sido detectado com a sua verdade.

Então, professora.

A SRA. NELMA ALVES MARQUES – Bom dia a todos os colegas aqui. Obrigada pelo convite. Quero expressar a satisfação de estar sentada ao lado da minha superior na Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação, professora Roseni, e das colegas de trabalho que militam na mesma área e pela mesma causa, que é da maior seriedade: a questão mundial - não apenas estadual e municipal, da inclusão social das pessoas que têm necessidades especiais, especificamente das pessoas com deficiência.

Niterói vem *pari passu* trabalhando com a política nacional de educação especial do Ministério da Educação, junto com a professora Roseni e toda sua equipe. A gente, em Niterói, vem tentando respeitar essa política e segui-la, porque é uma política que tem uma fundação humanístico-filosófica fundamental para a questão da sociedade como um todo, e não apenas para as pessoas que têm essas necessidades especiais.

É lógico que é a realidade de um município relativamente pequeno, e aí eu estou me referindo à questão da rede municipal de educação, em comparação com o tamanho da rede que a professora Roseni tem a responsabilidade de estar gerindo; é incomparavelmente menor em termos quantitativos, mas não em termos qualitativos, porque as dificuldades são muito semelhantes em qualquer um dos municípios.

Em Niterói, a rede municipal tem, segundo um levantamento estatístico doméstico, um pouco mais de 800 alunos com as mais variadas necessidades especiais, especificamente as deficiências, desde as deficiências sensoriais, cegueira, surdez, subcegueira, deficiências auditivas, lesões cerebrais, problemas de comprometimento físico na área neuropsicomotora, as deficiências intelectuais de toda ordem, até síndromes genéticas que estão chegando à rede, hoje, com uma força muito grande; na medida em que as famílias estão começando a ser sabedoras dos seus direitos à educação e a todos os bens sociais estabelecidos na sociedade. E é como a Professora Roseni falou: antes dessas políticas de educação especial, com essa ótica da inclusão, essas pessoas estavam realmente confinadas, muitas vezes confinadas ao próprio ambiente doméstico. Isso é uma experiência de vida pessoal nossa, pois a gente encontra crianças trancadas nos quartos, fechadas em suas casas, porque elas são motivo de discriminação e do alto índice de preconceito que a nossa sociedade tem. Essas crianças, quando não estavam em casa, estavam sendo atendidas, porque a filantropia as abraçou. Na história da educação, a gente sabe que a filantropia ocupou um espaço deixado pelo Estado e que hoje o Estado está, de uma forma muito séria e científica, tentando resgatar, porque a educação é um bem de todos e tem que ser oferecido para todos. Mas tem que ser oferecido com o viés da cidadania, do respeito ao cidadão-aluno que precisa dessa educação. E não apenas mais a gente perpetuar a questão da caridade humana. Não se trata de prestar caridade, mas, sim, de garantir o direito do cidadão a uma educação de qualidade.

Muito bem! Então, em Niterói a gente vem desenvolvendo mais ou menos as ações já especificadas pela Professora Roseni. A gente tem salas de recursos multifuncionais, entre as modalidades de atendimento, oferecidas pelo Ministério de Educação, pela Seesp, em convênio com a prefeitura do município, que tem uma contrapartida orçamentária no estabelecimento de algumas dessas salas de recursos multifuncionais, onde as crianças têm ali um complemento e um suplemento do conteúdo programático para que seja garantida a sua aprendizagem. A gente tem, nesse sentido, a participação e a presença de toda e qualquer criança com qualquer deficiência, na sala de recursos multifuncionais; a gente tem um professor de apoio, que é um professor para garantir, junto com o professor da regência da sala de aula, um apoio para aquela criança e para o professor também, porque ele tem um diálogo com o colega sobre a melhor estratégia, o melhor planejamento pedagógico para as atividades daquele aluno.

A gente tem alguns projetos que orbitam em torno da Coordenação, como um núcleo de famílias, que é o núcleo-pai, frequentado pelas famílias das crianças com necessidades especiais; ali elas contam seus problemas, ali há uma assistente social que as acolhe, que orienta que busquem os seus benefícios sociais a que têm direito, porque muitas vezes as famílias não têm conhecimento e não tomam conhecimento de que direitos elas têm. Então, a gente tem um trabalho com essas famílias há muito tempo.

Como eu falei, tem chegado muita criança com síndromes genéticas raras. A partir de então, a gente, na área da educação, precisou buscar um trabalho com o viés da intersetorialidade. E nesse viés da intersetorialidade, a gente tem uma rede de parceiros que comungam conosco os mesmos ideais da questão da inclusão social dessas pessoas. Então, a gente tem, além de uma rede de convênios, parceiros nesse viés da intersetorialidade. Na questão da educação isso é uma proposta muito bem-vinda. A gente tem convênios com a instituição Pestalozzi, com a Associação Fluminense de Reabilitação, e parcerias com os Programas de Médicos de Família, com as Policlínicas de Saúde local. A gente tem parceria com o Hospital Antonio Pedro,

da Universidade Federal Fluminense, parceria com a própria Universidade onde a gente já desenvolveu curso de capacitação permanente, através do nosso programa de formação permanente em serviços para os professores que estão com essas crianças, como a Professora Roseni bem colocou, porque não adianta apenas colocar a criança na escola; o professor precisa estar abastecido de ferramentas pedagógicas suficientes para dar conta do ensino dessas crianças. Então, a gente tem uma rede de parcerias que nos ampara nesse sentido.

Desde 2003, quando o Ministério da Educação implementou no programa de educação inclusiva o direito à diversidade (INAUDÍVEL), dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Niterói foi um dos cinco municípios elencados à categoria de município-polo. Coube a nós a incumbência de receber municípios para que a gente esteja divulgando essa política pública de educação especial na ótica da inclusão.

Então, para Niterói, coube, por indicação do Ministério, mais 17 municípios do Estado do Rio de Janeiro, para os quais a gente viaja constantemente – agora, no final do mês, estarei em Campos -, multiplicando essa política, através de programa de formação permanente de professores, em Arraial do Cabo, em Búzios, Rio das Ostras, Araruama, Rio Bonito, Saquarema, Guapimirim, Itaocara. Então, são 17 municípios que foram indicados para que a gente multiplicasse cada vez mais na rede pública municipal de ensino essa política de inclusão.

Agora, Deputado, uma coisa interessante. O senhor havia falado sobre a questão do censo. Nós estamos hoje em franca parceria com a Secretaria de Acessibilidade, que é a nova Secretaria criada pelo governo do Prefeito Jorge Roberto Silveira, à frente da qual está a Deputada Tânia Rodrigues. De acordo com o Decreto 5296/2004, que trabalha a questão da acessibilidade, nós estamos muito parceiros, para melhorar a qualidade da arquitetura física dos aparelhos escolares que nós temos em Niterói, construídos décadas atrás, quando não se imaginava que um dia um cadeirante ou uma criança usando muletas estaria naquela escola e tivesse o acesso às salas. Então, ocorreu majoritariamente a construção de escolas em prédios verticais. Através da Secretaria da Acessibilidade a gente está nesta luta para melhorar a qualidade arquitetônica da rede.

Estamos juntos pensando a questão do censo. A gente resgata um censo feito pela Associação Fluminense de Reabilitação, que foi solicitado à Associação Fluminense de Reabilitação pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde. Esse censo foi feito em 2002/2003, em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro. Naquele momento Niterói deu um indicativo de prevalência e de incidência de pessoas com necessidades especiais de acordo com a CIF, que é a última classificação da Organização Mundial de - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Naquele momento, em 2002/2003, o indicador de pessoas com deficiência no município de Niterói foi de 7,5%. Três anos atrás, em 2006, a Organização Mundial de Saúde e a Opas solicitou que esse censo fosse refeito pela Associação Fluminense em Reabilitação. Tive a grata satisfação de estar com esses documentos em mãos, e o indicativo de 2003 para 2006, em Niterói, é de 9,5% de pessoas com deficiências nas mais diversas áreas indicadoras do CIF. Desse indicativo o percentual de maior pregnância, digamos assim, foi o das deficiências mentais e psicológicas. Então, é fundamental, sim, que os municípios tenham censo, porque, em política pública, para investir recurso, a gente tem que saber onde vai investir, qual a carência mais premente daquele município. Então, estamos muito atentos, sim, a essa questão do censo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Acabei não citando o nome da professora Sônia, de Campo Grande, que coordenou esse censo, há muitos anos, na Zona Oeste. Então, mando um abraço para a professora Sônia, que há muito tempo não encontro, mas, tratando da Educação Especial e lembrando do censo, quero “fazer essa média” através da TV Alerj.

Vamos ouvir a professora Sandra, do Instituto Superior de Educação.

A SRA. SANDRA SANTOS – Bom dia a todos. É um prazer muito grande estar aqui com vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Deixem-me dizer por que convidei a professora Sandra, do Instituto Superior de Educação...

A SRA. SANDRA SANTOS – Eu mesma já ia explicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Tem-se travado uma luta em torno do Instituto Superior de Educação, porque, quando da transferência para a Faetec, foi idealizado um projeto que incorporava a formação do professor para a Educação Especial. Então, achei interessante convidar a professora Sandra, que é uma das implementadoras do curso, para que pudesse até sensibilizar aqueles que estão envolvidos no tema, de modo a que possamos ter exatamente, já na formação do professor, essa especialização – usando o termo especialização, já que é para Educação Especial.

A SRA. SANDRA SANTOS – Queria primeiro registrar aqui a nossa participação como algo que é mesmo fruto de um movimento de resistência. O Iserj existe dentro de um campo de 38 mil metros quadrados, onde existem três escolas da Secretaria Estadual de Educação; duas são escolas especiais e uma delas já foi até partícipe nossa, a Antônio Francisco Lisboa, e ainda temos a Maria Ivete e, além disso, o Colégio Prado Júnior.

O Iserj tem, como duas irmãs, coladas a nós, duas escolas de Educação Especial. E é a partir dessa realidade, mais a realidade do Iserj, que congrega toda a Educação Básica, com 56 alunos com necessidades educacionais especiais, no CAP, da creche até o ensino médio, e o ensino superior, que forma professores em graduação, licenciatura plena, com a especialização em Educação Especial, como bem disse o Deputado Paulo Ramos, fruto de muita luta porque existe uma ideia de que a formação de professor especialista em EJA e especialista em Educação Especial deve ser feita em nível de pós-graduação... Ora, o que é basal, o que é fundante não pode ficar para depois, em nível de pós; é na graduação. E a resolução que aponta para a formação dos especialistas em Educação Especial diz muito claramente que, preferencialmente, o especialista em Educação Especial tem que ser formado na graduação – a Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação é muito clara, muito explícita.

Estou aqui com a minha colega, professora e psicóloga Márcia Pavão, que é partícipe do espaço de inclusão do Iserj, que, aliás, desde já, está aberto também para as escolas especiais, nossas irmãs no mesmo campus. Esse espaço de inclusão, mais do que uma sala multifuncional, é um espaço, como uma colega falou, de acolhimento para a família e para os professores em desespero.

Eu queria lembrar que é um desafio o que vou dizer agora: não há nenhuma sala de aula cujo professor esteja preparado para todas as necessidades especiais que os alunos apresentam. Então, a gente vinha apontando como indicativo de política pública a bidocência, minimamente. Ou seja, dois professores na sala de aula. O que isso significa? Os alunos não têm um tempo-padrão; os alunos não são todos eles média sete; os alunos não têm todos eles o mesmo tempo de construção de conhecimento. Alguns aprendem muito rápido; outros aprendem num tempo mediano, e outros num tempo menor. E o tempo menor, o tempo maior e o tempo mediano não há qualidades maiores e melhores; são qualidades diferenciadas. Então, ter vinte alunos com um professor já é impossível. E, em geral, a gente tem trinta e cinco, quarenta alunos. Então, o quantitativo de alunos e a bidocência são algo pelo que a gente vem gritando. Não adianta ter salas multifuncionais sem um professor conversar com o outro.

Aí, eu vou me reportar ao Macareno, que diz que a melhor formação continuada é o grupo; o grupo se autoformar; ele é autoformativo. Então, para trabalhar as minhas dificuldades – “Agir na urgência, decidir na incerteza”, como diz o Perrenoud – ali, na sala de aula, com o meu menino cego, com o meu menino surdo, com o meu menino com síndrome de asperger, eu preciso ter o outro como interlocutor. Eu não posso

estar eu, sozinha, responsável por todo o grupo. Logicamente, isso não precisa virar um padrão, mas sempre que for necessário é preciso que o governo banque a bidocência.

O Iserj teve, durante cinco anos, um projeto de turmas com alunos surdos, e a gente tinha uma professora ouvinte e uma professora surda. Depois de muito solicitar, conseguimos. A professora ouvinte aprendia com a professora surda, e a professora surda aprendia com a professora ouvinte. Esse projeto foi todo acompanhado pela UniRio. Ao final, todos aprendiam: o grupo de alunos e professores aprendia.

Então, se eu puder colaborar nessa conversa aqui, é falando da nossa experiência e dizendo que essa é a alternativa para sairmos dessa penúria pedagógica em que estamos, porque os professores hoje, na sua grande maioria, não se encontram formados para trabalhar com educação especial. Mas isso não é desesperador, se a gente começar a investir na bidocência e nos grupos coletivos dentro das escolas.

Fundamentalmente, eu queria falar desses três pontos. Primeiro, a formação de professores. A formação de professores especialistas em educação especial e em educação de jovens e adultos não é pós, não é para depois, não é análise prospectiva, não é para depois da graduação; é na graduação, e com carga horária decente. Não é com uma disciplina de sessenta horas que eu vou trabalhar educação especial. Não é com uma disciplina de oitenta horas que eu vou trabalhar educação de jovens e adultos. Então, é uma ênfase curricular que tem que se dar aos especialistas em jovens e adultos e educação especial.

O segundo item é a terminalidade para os alunos. Porque os pais sofrem muito com a ideia de que eles estão sempre em processo, sempre em processo. Mas, afinal, quando é que o aluno tem terminalidade? Quando ele adquire, dentro das características dele, autonomia. Essa autonomia é aluno em estágio, é aluno em trabalho: “Ah, mas qual trabalho? Qual estágio?”. A cada necessidade, uma possibilidade. Agora, o que o pai e a mãe vêm solicitando é ver o seu filho no estágio, é ver o seu filho no trabalho e não eternamente em sala de aula. Porque a sala de aula é permanente para todos nós, mas não numa perspectiva de infantilização do aluno. Então, a gente pensar na perspectiva do trabalho, da qualificação para o trabalho, da formação técnica para o trabalho para esses nossos alunos, na perspectiva de que a autonomia não é também igual para todos. A cada um, segundo suas possibilidades e necessidades, mas num coletivo.

A outra questão que eu queria dizer é que, se eu quero reconhecer o aluno portador de necessidade especial, eu preciso ter professores com necessidades especiais. Quantos professores cegos, surdos, cadeirantes fazem parte do corpo regular das secretarias? Há pouco tempo agora, conseguimos contratar um professor cadeirante; conseguimos contratar uma professora surda. O aluno precisa se reconhecer no mestre – e nós estamos às vésperas do Dia do Mestre. Se eu vejo o meu mestre cadeirante, se eu vejo o meu mestre cego, se eu vejo o meu mestre surdo, que forma, que habilita, eu me reconheço nele. Eu preciso me reconhecer nele. Essa perspectiva, é lógico que, muito provavelmente, já está sendo pensada, mas o aluno que vê o seu mestre, o seu professor dessa forma também se conhece como alguém construtor, sujeito da sociedade.

E, finalmente, a inclusão. Eu sei que a grande maioria dos que estão aqui sabem disso: a inclusão não pode fazer subsumir a singularidade. Ou seja, incluir não quer dizer: “Ah, ficou no meio de todos os iguais, então, pronto”. Estar no meio de todos não significa que está incluso, porque todos nós somos portadores de necessidades especiais e, em algum momento, a gente precisa se diferenciar. Então, também o portador de necessidade especial, dito, pela legislação, com limitações, com dificuldade de comunicação e sinalização, com altas habilidades, aí fazendo uma reflexão bem ampla de quem não é portador disso, mas aqueles que são de forma aguda também precisam se diferenciar. A homogeneização não é necessariamente inclusão.

Então, eu queria só tecer essas reflexões. Desde já quero pedir desculpas por daqui a alguns minutos vou ter que me ausentar, porque hoje no Iserj haverá uma homenagem aos professores que se aposentaram desde 2007. Eles vão saindo da escola e a gente fica sentindo muita necessidade de chamá-los de volta para dar um abraço, para reincluí-los nesse nosso dia a dia.

Ainda quero deixar claro que cada uma dessas reflexões foram talhadas com muito sofrimento, ao longo dos meus 23 anos de Iserj: desde que eu fui professora de uma aluna chamada Ivete, cega, no ensino médio - e como eu aprendi com aquela aluna! - até ter participado da construção de um curso de graduação em que obrigatoriamente o aluno tem que fazer ênfase em educação especial, há dez anos no ensino superior do Iserj. Então, eu queria dizer a vocês que são reflexões muito caras para mim, não na perspectiva financeira, mas na perspectiva pedagógica, porque foram sendo construídas aos poucos, ouvindo muito os pais, os alunos, os colegas.

Quero deixar como tarefa para o nosso Deputado Paulo Ramos, que é uma pessoa não só sensível, mas que luta muito junto com a gente, a perspectiva da bidocência: o governo assumir que as turmas não podem ter apenas um professor, sobretudo quando a gente assume a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Muito obrigado.

Vamos ouvir a professora Maria Lúcia Sardenberg, da Uppes.

A SRA. MARIA LÚCIA SARDENBERG – Bom dia a todos.

Primeiro, eu quero parabenizar a professora por sua fala. Quase que invalida a minha. Eu tinha pedido para falar antes de ouvi-la. E bate exatamente com que a gente pensa. Nós estamos lendo na Uppes o plano estadual de educação e, apesar de estarmos considerando um documento além do que a gente imaginava - ele não está ruim; está bom -, tem esses detalhezinhos que a gente já tinha colocado lá. Inclusive as creches. Eu fiquei assustada quando vi o número de crianças de creches para número de professor em sala de aula. Eu acho que a gente tem que repensar muito mesmo essa questão do aluno, da inclusão na escola com essa estrutura que a gente tem hoje aí.

Outra coisa que eu quero trazer aqui também: como sindicato de professores, a gente tem que estar constantemente defendendo a categoria. Quero me referir ao discurso da Nelma, que eu conheço bem, aproveitando para cumprimentá-la. A gente visita também escolas do município e conheço o trabalho da Nelma e da equipe dela e da Secretaria de Educação também de Niterói. Mas eu quero me reportar aqui ao que foi falado no início pela Secretaria de Educação, sobre todas as atribuições colocadas nos ombros de um professor para assumir a inclusão. É tanta coisa que o professor tem que aprender: aprender a lidar com o cego, aprender a lidar com o surdo, aprender a lidar com o deficiente, com as deficiências mentais e psicológicas. E na hora em que a gente fala que esse é o principal e mais importante profissional da sociedade, muita gente não entende. E com o salário que a gente tem, que hoje fica abaixo do de um gari da Prefeitura do Rio de Janeiro, com toda essa incumbência que nos é dada, isso me parece desumano. Eu acho que a gente tem que repensar.

Gostei, fiquei feliz em saber que a Secretaria de Educação está estudando essa questão da inclusão, mas ao mesmo tempo eu me recordo do plano estadual que a gente está estudando, e lá traz o número de brasileiros analfabetos institucionais: quase, se não me engano, 50% da população de uma determinada região que não me recordo qual. Como podemos abraçar a inclusão com qualidade, quando ainda não conseguimos trabalhar o aluno dito normal? Desculpem-me. Eu detesto esse termo “normal”, porque eu não me considero normal. Eu não me considero normal. Eu sou cheia de problemas. Mas do dito “normal” a gente já não está dando conta. Nós estamos deixando crianças chegarem à 8ª série sem saber ler. Quantas escolas estão retomando a questão da leitura! Eu tenho uma amiga em São João da Barra, se não me engano, que está trabalhando numa escola fazendo aulas de leitura e redação para alunas do curso normal. São vários alunos, ela assumiu e está indo às escolas duas ou três vezes por semana para resgatar essas alunas e esses alunos. Então, a gente precisa botar um pouquinho o pé no chão.

Vamos caminhar com os projetos, mas vamos falar com nossos governantes que não é ganhando salário mínimo, que não é ganhando salário de gari, não é com um professor em sala de aula, não é com um professor numa sala de creche com quatro crianças mais duas inclusivas em turmas de um ano a dois anos – é o que está na proposta do plano –, enfim, não é dessa forma que a gente vai fazer nem a educação e muito menos a educação inclusiva de qualidade. Precisamos resgatar a dignidade da profissão de professor. Amanhã é nosso dia. Onde está a dignidade do nosso professor? A gente houve com carinho as falas, mas, ao mesmo tempo, a gente sabe que tem uma caminhada muito longa ainda. Nós temos que resgatar os que não aprenderam e que estão saindo sem saber ler e escrever e sem saber cálculo. Nós temos que tratar da inclusão. Apesar de ser dito que a escola está sendo adaptada, nós ainda temos muitas escolas que não estão adaptadas.

Existe uma lei que já obriga a implantação da brinquedoteca nos hospitais infantis, onde há crianças. Nós na Uppes vamos fazer um documento solicitando as brinquedotecas também nas escolas, porque nós não temos essa lei para as escolas. Existe para os hospitais já, mas não existe para as escolas. Então, nós queremos brinquedotecas, nós queremos as bibliotecas, nós queremos as salas de recursos realmente com recursos, porque sei de muita escola que tem sala de recurso, mas não tem nenhum recurso, a não ser o professor e alguns joguinhos primários. Então, a gente tem que fazer um debate muito grande a respeito dessas coisas.

O Plano Estadual está aí. Vamos nos reunir a partir de novembro duas vezes por semana para ver esse plano. Vou aproveitar muita coisa que foi dita aqui para adaptar ao Plano também. Eu acho que a educação inclusiva precisa melhorar no plano; então, agradeço as idéias. Muitas batem com as nossas, e outras surgiram a partir da sua fala.

Então, é isso. É um desabafo. Reconheço o esforço que o estado faz, vejo o esforço do município, mas, enquanto persistir o salário que o professor recebe, é humanamente impossível se falar em educação e em educação inclusiva de qualidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Obrigado, Professora Maria Lúcia. Todos nós temos necessidades especiais. Para alguns, a necessidade é mais visível, mais perceptível, mas todos nós temos as nossas limitações e, às vezes, grandes. De qualquer maneira, é claro que, em sendo a palavra da Professora Maria Lúcia, a palavra do Sindicato, tem que incorporar mesmo a lembrança de que os profissionais da educação não estão sendo contemplados de acordo com a sua importância. Uma coisa é o discurso sobre a educação; a outra coisa são os recursos para a educação. Tivemos a presença aqui na Casa de muitos professores na época da votação do reajuste, um enfrentamento inclusive com a própria Polícia. Chegamos a esse ponto. Fica aqui também registrada a justa reivindicação. Não é possível. Não é possível.

Vamos ouvir agora algumas mães de alunos da educação especial da Escola Antonio Francisco Lisboa, que fica junto ao próprio Instituto Superior de Educação, dentro da mesma estrutura. Vamos ouvir primeiro a Carla Cristina Alves. Ela quer tratar de uma questão específica da educação inclusiva.

A SRA. CARLA CRISTINA ALVES – Bom dia a todos. Fiquei muito emocionada, Deputado, quando ouvi o senhor falar, porque, às vezes, a gente passa por um problema e a gente relata para outras pessoas e elas não dão a importância que ele tem. Só a gente que vivencia é que sabe a dor e o que está passando.

Eu vivi isso com meu filho. Vou ser breve e tentar resumir. Meu filho nasceu com 6 meses, pesando 900g, foi prematuro extremo e, graças a Deus, desde o nascimento aquela luta e hoje ele está bem. Ele ingressou na escola maternal, jardim e resolvi, ao iniciar a 1ª série, transferi-lo de escola. Fui ao Colégio Santa Mônica, uma escola particular, e relatei que o meu filho fazia fono desde os quatro para cinco anos, porque ele tinha dislalia, ele distorcia fonemas, tinha omissão de fonemas, mas que estava em tratamento. A

direção do colégio e os profissionais de lá me informaram que, se ele soubesse o conteúdo, a resposta estivesse correta, ele não iria ser penalizado. Fiquei bem tranquila, fiquei super bem.

Ele ingressou na escola e vieram as primeiras provas. Todos os erros ortográficos do meu filho foram despontuados, foram considerados errados. Até em matemática. Cachorro ele escrevia cajorro. Foi considerado errado. Sil era til. Todos os erros, que eram consequência de uma disfunção, foram considerados errados.

Fui à professora e ela me disse que ela não poderia dar os erros dele como corretos porque ele iria ser o melhor da turma, e ele não poderia ser, porque ele não falava certinho. Disse a ela que eu não cobrava isso dele, que eu cobrava que ele fosse bom. Mas que, se ele foi, ele seria.

Comecei uma luta muito grande. Na época fui ao Conselho Tutelar, aos jornais. Esse ano, dois jornais publicaram matéria falando a respeito não do meu filho, mas a respeito do assunto, porque eu me deparei com muitas mães que não sabem: “Disfunção fonoaudiológica, o que é isso?”. Porque, às vezes, é notório na fala e outras vezes não, é só na escrita. Eu estou ouvindo falar aqui que o professor... eu também sou professora mas estou aqui como mãe, o professor não está capacitado por uma série de problemas. E a questão da disfunção? Às vezes o professor também não tem nem conhecimento. Talvez eu, se não tivesse passado por isso com o meu filho, também não teria conhecimento. Recebi vários e-mails de mães que não sabiam que isso existia.

É um desabafo, e eu peço a colaboração de vocês, o que nós podemos fazer para detectarmos essas crianças, que estão nas salas de aula, que nem sabem às vezes que estão com esse problema, porque é muito doloroso você ver cada obstáculo que seu filho ultrapassa, você vibra com aquilo e depois ele é penalizado, ele é despontuado. Isso mexeu muito com a autoestima dele; ele não queria ir à escola, dizia que ele era burro, e uma série de problemas por que nós passamos. Então, é mais um problema que eu venho passar para vocês e pedir realmente a colaboração, saber o que nós podemos fazer para mudar. Eu estou lutando pela informação. Eu acho que não adianta nós lutarmos pela lei e as pessoas não terem informação. A minha busca é nos jornais; na televisão agora também vai sair uma matéria, para informar as mães, as pessoas, os professores para terem conhecimento do problema. É isso que eu queria passar para vocês e pedir a colaboração de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Muito obrigado.

O objetivo também da nossa audiência pública é esse, trazer um foco maior para a educação, em especial a educação inclusiva, porque a professora Maria Lúcia falou, se a educação convencional enfrenta dificuldades muito grandes, imaginem a educação especial! E eu ainda reitero, com um universo superavaliado. O número era muito maior. Não é um número pequeno.

Quando eu falo no censo é porque o conhecimento desse universo é que vai nos revelar o tamanho do problema. Porque, simultaneamente à educação especial, com o conhecimento do universo e das suas causas, também vai ser possível investir na prevenção. Porque as causas muitas vezes são conhecidas em relação a um caso específico, mas, quando for verdadeiramente dimensionado, aí é que nós vamos despertar para a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção. Porque aí teremos o universo... Porque, às vezes, nós buscamos a experiência de outros países, e procuramos até incorporar as políticas públicas, mas nos países considerados mais desenvolvidos o universo é muito menor, muito menor, porque a cidadania já avançou de forma tal que algumas ocorrências são em número muito pequeno. E aqui eu digo isto: o número é muito grande, muito grande, o número de crianças e adolescentes que não têm nenhum acesso. Não têm acesso porque a família também não tem conhecimento, mas também não têm acesso porque isto não é disponibilizado; quer dizer, não existe divulgação, não sabem onde procurar. Fica aquilo: cada um se vira como pode, né? E hoje, como todos estão convocados para o mercado de trabalho, pais e mães, ainda cria uma situação pior. Conheço casos de crianças que ficam o dia inteiro dentro de casa sem nenhum

acompanhamento. Às vezes, contam com a solidariedade de um vizinho que tem a liberdade de ficar com a chave, vai lá dar uma olhada, mas há situações as mais dramáticas. Conheço o caso de uma mãe que matou o filho; não suportou aquela pressão psicológica; não pelo sofrimento dela, mas pelo do filho; acabou praticando uma espécie de eutanásia, movida pelo desespero. Depois queria fazer uma pergunta adicional sobre a questão do desequilíbrio emocional das crianças, as questões psiquiátricas, porque também o número vem crescendo e muito, e muito. É tudo de muita importância, considerando não só numericamente, mas também o sofrimento das pessoas. Há um universo muito grande enfrentando sofrimentos agudos em função de não ter possibilidade de dar ao filho o acompanhamento para a inclusão nas escolas.

Vamos ouvi a Rosana Barbosa, mãe de aluno da escola especial Antônio Francisco Lisboa e que está tentando desenvolver a criação de uma associação, buscando uma estruturação na sociedade de modo a que possa influir.

A SRA. ROSANA BARBOSA – Bom dia. Obrigada pela oportunidade. Fiquei muito feliz por reencontrar a professora Sandra, diretora do Instituto de Educação. Sou mãe de alunas do Instituto de Educação, que estão lá desde a creche; uma já se formou e a outra está na faculdade. Sou uma mãe pró-ativa. Estou sempre procurando ajudar a melhorar a escola. Tenho uma irmã especial na escola Antônio Francisco Lisboa.

O nosso objetivo em vir aqui é para dizer que não há qualquer desenvolvimento naquela escola, nem pedagógico, nem administrativo, nem pessoal. Não há qualquer consideração pelos alunos. Está muito difícil a gestão naquela escola em todos os sentidos. E o que eu busco juntamente com as minhas amigas, mães? Um modo de vocês colaborarem com a gente seria anexar a escola especial ao Instituto de Educação, como era antigamente, há alguns anos, que dava apoio pedagógico, todo o apoio de que a escola precisava. A partir do momento em que a escola saiu do Instituto de Educação não teve mais nada, nada mesmo.

Diante de todas as dificuldades que temos na escola, falta, o que eu já falei para as minhas amigas, associação de apoio à escola e associação de pais. Eles não têm transparência no trabalho. Os pais querem participar, colaborar, entender, ajudar a resolver, e eles não admitem de forma alguma a presença dos pais na escola.

Estou procurando, mas não estou vendo. Alguém da escola especial, da administração, da diretoria, veio a esse encontro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Nós convidamos, mas estamos constatando a ausência, mas convidamos a direção da escola...

A SRA. ROSANA BARBOSA – Não há interesse...

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO - Com licença, Deputado. A diretoria da unidade foi convidada para estar aqui presente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Foi.

A SRA. ROSANA BARBOSA – Professora Ercília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Ercília.

A SRA. ROSANA BARBOSA – Mesmo que as mães queiram participar e colaborar, não temos como. Somos proibidas mesmo de participar. Então, sugiro a criação da associação de apoio e da associação de pais para podermos melhorar a escola e vincular ao Instituto, porque vamos ter um apoio maior, pedagógico e administrativo.

Era isso que eu queria abordar. Vou passar a palavra para a minha colega Vera, que vai falar da parte pedagógica, porque está mais ligada a esse aspecto do que eu.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – A diretora do Antônio Francisco Lisboa foi convidada e chegou a dizer que, na impossibilidade de comparecer, porque poderia haver uma reunião, encaminharia uma representação da direção para estar aqui. Deve ter havido algum problema, porque não encaminhou.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO - Porque realmente eu não tomei conhecimento.

A SRA. ROSANA BARBOSA – Posso falar só mais uma coisinha?

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO – Pois não.

A SRA. ROSANA BARBOSA – Com relação ao Instituto de Educação, a Professora Sandra está com total razão, com relação à escola especial retornar para eles, ao trabalho junto com eles.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Obrigado. Professora Roseni.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO – Pois não. Eu gostaria primeiro que a Angélica falasse, já que a Angélica é a pessoa do Napes, que acompanha a escola, para mostrar todas as ações, todos os investimentos que nós temos ultimamente implementado na unidade, e depois eu vou falar o que a Secretária de Educação decidiu sobre tudo isso que foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Então, eu vou pedir só uma gentileza. Vamos ouvir a mãe seguinte; depois vamos dar uma resposta mais completa, concorda?

A SRA ROSENI SILVADO CARDOSO – Ah, sim, claro. Pensei que o Antônio Francisco Lisboa já tivesse falado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Não, não. A mãe é Vera Cristina Reis.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO – Claro, eu pensei que a unidade já tivesse se manifestado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Não.

A SRA. VERA CRISTINA REIS – Bom dia para todos. Quero agradecer a oportunidade que o Deputado nos deu de estar aqui para alguns esclarecimentos sobre a escola.

Eu tenho um filho no Instituto de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa. Ele tem Síndrome de Down e se encontra nessa escola desde os 6 anos; hoje ele está com 22 anos. Sou uma mãe que sempre me preocupei com o bem estar do meu filho e com a escolaridade. Então, quando ele tinha 7 anos de idade, pedi uma avaliação pedagógica da escola. Oficialmente, eu acredito que não tenha uma pedagoga na escola, mas, na época, a diretora era a Márcia Linhares e ela fez uma avaliação; inclusive ela colocou na avaliação que ele tinha um grande interesse na alfabetização e que estava se desenvolvendo muito bem. Depois, foi mudando a direção, e ele estagnou, não foi mais avante até hoje, e eu, preocupada, sempre denunciei e pedi avaliações dele.

Quando eu comecei a pressionar e a denunciar a escola, não teve mais orientadora pedagógica na escola, ninguém podia mais me atender, e não houve mais avaliação. Mediante isso eu acionei primeiro a Metro, na Praça da Bandeira, e depois a Secretária de Educação, que pediu uma avaliação do Fabrício, hoje

aos 22 anos de idade. Só tenho uma aos 7 e agora aos 22 anos, mas sempre cobrei, sempre pedi melhorias na escola e tudo.

Na avaliação do Fabrício, feita por uma psicopedagoga que a Secretaria de Educação nos forneceu, ela diz que o Fabrício não está alfabetizado ainda, aos 22 anos, e que o problema é do ensino da escola, por não ter um profissional adequado. Inclusive eu estou até com a avaliação dele aqui, da psicóloga Sandra, que diz que o problema é da escola, que a escola é que não está funcionando bem, que não está conseguindo desenvolver a parte pedagógica do aluno.

Outra coisa também que eu queria ressaltar é que, em 2002, uma inspeção escolar informou que: “no dia seguinte à denúncia feita pelos responsáveis, houve na escola uma reunião com os dois representantes da agência de ensino, Professor Robson e Professora Ieda, a diretora da escola, que na época era Márcia Linhares, e um grupo de mães do turno da tarde, inclusive as duas denunciante. Nesta ocasião, as mães trouxeram suas reivindicações que são, em síntese: professores de atividades diversificadas, educação artística, educação musical e informática; apoio: secretário escolar, orientador pedagógico, psicólogo, fonoaudiólogo e psicomotricista. Foi esclarecido que a falta desses profissionais na escola não é opção da direção mas, sim, da Secretaria de Educação e da Secretaria Administrativa, o Sare, que consideram a escola especial como uma escola de ensino fundamental, não respeitando as suas características e peculiaridades. Assim sendo, só podemos ter os profissionais autorizados por essas Secretarias”.

Mais adiante diz: “Na semana seguinte, foram realizadas duas reuniões com a comunidade escolar – turno da manhã e da tarde -, onde foram prestados os mesmos esclarecimentos e apresentados os projetos das oficinas de preparação para o trabalho, as quais não estando ainda em funcionamento devido à falta de pessoal e de recursos materiais.

“Foi formada nesse dia uma comissão de pais para conversar com a coordenadora de educação especial, conversa esta que ficou a ser agendada pela professora Ieda, da Gerência de Ensino, presente à reunião com a coordenação. Até hoje não obtivemos resposta a essa solicitação”. Isso aconteceu em 2002; estamos em 2009.

Outra coisa é com relação à turma do Fabrício, turma 109, que se diz Regina Helena, é na segunda; terça tem vídeo; o que eles colocam para as crianças virem, segundo me disseram, é vídeo de Michael Jackson, às vezes ligam a televisão e as crianças ficam vendo desenhos, essas coisas assim. Eu reivindiquei que eu gostaria de saber quais eram os vídeos que as crianças viam, porque eu quero saber se é alguma coisa instrutiva para eles. Na quarta, educação física e música, e os dois estão ausentes da escola por bastante tempo. Na quinta, artes; na sexta, está em branco, que eu não sei o que é. Ainda faltam alguns professores, na 105 e na 401, e nós já estamos praticamente no final do ano.

Então, eu gostaria de ressaltar o seguinte: eu, como mãe, durante esse tempo todo, praticamente 16 anos, fiz a minha parte. Ele é um aluno, que, talvez, hoje, durante o ano inteiro vai ter três faltas durante o ano todo. Então, é um aluno que está o tempo todo presente na escola. Eu não entendo porque tudo que é reivindicado para ele eu faço, ele só tem a Síndrome de Down e eu não entendo porque até hoje, nesses anos todos, ele só aprendeu a escrever Fabrício; ele não escreve Antônio Reis Silva. Eu vou à escola, procuro uma pessoa para me orientar, mas não encontro; só encontro dificuldades.

Então, por isso eu estou recorrendo a todos os meios que eu tenho de direito, porque não é possível a gente conviver 16 anos, gastando tanta energia, para agora, com 53 anos, praticamente, eu ter que recomeçar tudo novamente. Mandaram eu fazer isso, fazer aquilo, a Secretaria de Educação que entrou atuando. Quer dizer, por que não viram antes? Por que deixaram a escola ficar tão sem apoio durante todos esses anos? Antes de 2002 eu já reivindicava, mas por denúncias escritas, de 2002 para cá. Nós já estamos em 2009 e foi tão pouco o que eu consegui. Dizem que tem aula de reforço, mas meu filho não tem nada disso; continua a mesma coisa. Então, eu gostaria de saber, durante todos esses anos, como é que fica minha situação com

relação a tanto esforço para ele não conseguir nem ser alfabetizado e nem fazer o nome dele por completo? Por isso ele perdeu um trabalho, porque, se ele estivesse, pelo menos, alfabetizado, ele estaria trabalhando, e não está. Outras mães tiraram os filhos dessa escola porque acharam que não aprendiam nada. E eu cansei de ouvir lá: “Se você não está satisfeita, tira da escola”. Eu não vou por esse caminho porque não é só o Fabrício, entendeu? Inclusive, tem outras mães aqui - outras mães não vieram, porque a sala parecia pequena e eu não as trouxe. Mas a insatisfação com relação a isso não é só minha. O turno da manhã, dizem que existe um diferencial, mas eu acredito que não, porque não é possível, porque há falta de água, a parte administrativa também estava péssima, as crianças estavam tomando água - inclusive eu tenho fotos aqui – de péssima qualidade na escola, as canecas dentro do banheiro, uma coisa horrível. Por isso eu resolvi tomar essas atitudes.

Então, eu gostaria de saber como é que vai ficar a situação do meu filho de agora em diante, aos 22 anos, o que é que eu faço e para onde eu o levo; como é que eu faço? Porque só me mandam tirar da escola.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos ouvir, então, a Leila, outra mãe.

A SRA. LEILA - Bom dia. Meu nome é Leila e também tenho um filho nesse colégio, o Antônio Francisco Lisboa, há nove anos. Ele tem 31 anos e já estudou em outros colégios. Eu nunca tive nenhum problema com nenhum professor, com nenhum tipo de atendimento em nenhum desses colégios; eu nunca me senti insatisfeita. No Colégio Antônio Francisco Lisboa eu sempre tive problemas, desde o primeiro dia. Desde o primeiro dia em que ele entrou nesse colégio eu tive problemas; só que eu não percebia esses problemas, eu demorei a perceber. Por isso, a pergunta que vem à mente da gente é essa: você teve problema, por que você não tirou? Eu não tirei porque não percebi os problemas, porque eu nunca tive problemas anteriores. Eu demorei a perceber que o problema é do colégio.

Eu já cheguei a ir ao IBDD falar da didática desse colégio. Eu não entendia por que o meu filho todo ano mudava de sala, mudava de professor, só professora nova no colégio, professora entrando nova, alunos novos no colégio; os alunos mais agressivos ficavam na sala dele e ele é super dócil. Eu resolvi fazer coro com a Vera e com as mães que querem reclamar e me posicionar mesmo de reclamar das coisas que acontecem. Acontece com o meu, mas aconteceu com outras pessoas ali também que não falaram. Eu estou usando a minha voz pelo meu filho, que é deficiente, portador da síndrome do x frágil, que eu descobri agora em 2002; é uma doença nova, um problema que eu desconhecia. Então, eu resolvi, depois de tanto tempo perdido, tanta energia, fazer coro com a Vera e também estou aqui falando para vocês dessa minha dificuldade, dessa minha angústia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Muito obrigado.

Com a palavra a Professora Maria Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Bom dia. Vou me apresentar novamente. Sou Angélica, Coordenadora do Napes, Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, da Coordenadoria Metropolitana 10, da qual a Escola Especial Antônio Francisco Lisboa faz parte. E aí só relembrando, só enfatizando a fala da Roseni: são Napes em o Estado do Rio de Janeiro, e ao Napes da Coordenadoria Metropolitana 10 cabem 124 escolas e mais uma classe hospitalar.

O que eu gostaria de deixar claro, antes até de responder sobre a Escola Antônio Francisco Lisboa, é que um dia certamente não vamos falar mais em educação, em educação inclusiva. Nós vamos falar numa educação só, na medida em que nós temos um aluno só, na medida em que somos iguais em valor como seres humanos e somos diferentes nas nossas maneiras de ser. Eu acho que isso é um privilégio da educação

inclusiva: poder perceber essa diferença entre nós. Eu quero deixar claro que eu tenho esse sonho de um dia falarmos de uma educação só porque estamos falando de um aluno só dentro da nossa sala.

Eu fico muito preocupada com a fala das mães do Antônio Francisco Lisboa na medida em que não há uma representante aqui da escola para até quase se defender dessas acusações. Eu como coordenadora do Napes, da Metro 10, estou aqui e vou tentar fazer esse papel de defensora, embora lamente profundamente que tenhamos que estar nessa situação, de acusações e de defesas.

Eu, então, gostaria de registrar que o Napes está presente a todo momento, dentro da escola, como a Vera pode testemunhar. Em todas as solicitações da Vera – não das outras mães, mas vou falar da Vera – o Napes esteve presente. O Napes acolheu a Vera, providenciou, sim, essa avaliação, na medida em que não é papel da escola fazer essas avaliações pedagógicas ou quase clínicas, como era o desejo da Vera, mas, ainda assim, disponibilizamos uma profissional para isso. E nesse laudo, dessa profissional, do qual todos nós temos cópia, não está escrito que a escola é culpada. Acho que há leituras e leituras desse laudo. A gente lê e, sim, a gente sabe que o Fabrício poderia ser estimulado ou qualquer coisa nesse sentido. Mas não há uma acusação sobre a escola. Então, eu acho que vem uma fala e aí a gente precisa rebater essa fala e aí a gente tem essas provas de que não está escrito assim.

Eu gostaria também de pontuar aqui que a Vera solicitou as reuniões na Secretaria de Estado de Educação e todas foram atendidas. Ela foi bastante acolhida nesse sentido e, inclusive, ela solicitava as reuniões com determinadas pessoas e, ainda assim, foram todas atendidas. E nessa reunião não estava presente a diretora porque achamos que não seria produtivo o encontro nesse momento já que a coisa já está crescendo e que estamos, sim, tomando todas as providências cabíveis, necessárias e estamos agindo, o encontro, então, com a Vera e com a diretora da Escola, Ercília. Então, tivemos um encontro num dia com a Vera e, no dia seguinte com a Ercília. Decisões foram tomadas e acho que, depois, a Roseni vai colocar que decisões destas, a Secretaria de Estado de Educação é que tomou.

Gostaria também de falar que colocamos o Napes em parceria com o Napes de Niterói, fizemos um curso de reciclagem, de formação, de aperfeiçoamento dos professores da Antônio Francisco Lisboa. E aí, gostaria até de enfatizar que esse curso foi dado, inclusive, no recesso escolar. Foram dois dias inteiros de capacitação desses professores e que terão continuidade até o final de...

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. MARIA ANGÉLICA - Não, não são só dois dias. Eu vou explicar para a senhora, que embora nas férias tenham sido só dois dias, todo ano o Napes oferece o curso de formação de professores de 80 horas, e os professores todos da Antônio Francisco Lisboa frequentam...

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. MARIA ANGÉLICA - Não, são todos ajustados; são 80 horas anualmente que o FNDE oferece a nós.

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. MARIA ANGÉLICA - Sim, sim, sim, sim...

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. MARIA ANGÉLICA - E o aluno não fica. E o que eu gostaria aqui de deixar ressaltado é que a nossa maior dificuldade é que os diretores das escolas possam liberar esses professores para esses cursos de formação. E não é nem pela má-vontade deles: é porque muitas vezes desorganiza.

Então, nós damos preferência aos coordenadores para frequentarem esses cursos de formação continuada. E aí, eu gostaria de ressaltar que, embora tenha que ter esse novo arranjo na escola, a Diretora Hercília, da Escola Antônio Francisco Lisboa, nunca negou a presença de nenhum professor nesses nossos cursos. Inclusive, estão agora, atualmente, fazendo o curso de libras. O curso de libras que o Napes oferece, para os professores da rede, é feito em quatro módulos. Estamos no segundo módulo e os professores da Antônio Francisco Lisboa também frequentam, como vocês podem atestar nas listas de chamadas e nos certificados dados pela Apada, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação.

O que eu gostaria de dizer para finalizar é que trabalhamos muito. Temos enorme carinho por todas as escolas, acolhemos todas as queixas, principalmente vindas da Vera, e agora já temos outras mães aqui. Nunca nos negamos, e a Vera não pode dizer que nada foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só uma indagação. A Secretaria de Estado de Educação tem mecanismos de verificar o avanço das crianças ou fica sob a responsabilidade...

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Tem, através dos relatórios dos professores.

O que eu gostaria também de falar é que, quando a Vera fala que eles estão vendo vídeos, eu acho que a gente tem que afirmar essas coisas com muito cuidado, porque dá a impressão de que a gente está banalizando a aula desse professor, quando, na realidade, ele está imbuído de muito esforço para dar aquela aula, e de muita competência também. Quando ele está vendo o vídeo tal, você tem que saber qual o planejamento pedagógico que o levou a escolher esse filme, porque, senão, Vera, a gente tem a impressão, pela sua fala, de que o professor, já tão desvalorizado, não está fazendo nada lá; e ele está, sim, tem um motivo, tem um porquê de ele estar fazendo isso. A gente afirmar sem saber o planejamento desse professor, a gente tem que tomar cuidado, porque são acusações sérias, e a gente não pode banalizar. Eu fico muito preocupada, como nossa colega já falou ali do trabalho do professor, acho que a gente falar só de um filminho que eles estão vendo não é bem assim. Acho que a gente tem que saber por que o filminho, e às vezes você está achando que seu filho está mudando muito pouco, mas ele está dando o máximo da potencialidade que ele pode. É isso que a gente tem que respeitar.

Outra coisa, Vera, são os professores, porque você insiste em falar que o professor de Educação Física não aparece; que o professor de Artes não aparece. Nós já cansamos de lhe falar que esses professores têm direito de ficar doentes; eles vão para a perícia médica, recebem atestado médico; há licença médica dentro da escola e da coordenação para provar que esses professores não somem e que eles não estão indo trabalhar porque não querem trabalhar. Não é assim, e não é a primeira vez que eu lhe respondo isso, porque você sempre afirma que os professores de Educação Física e de Artes não aparecem, e não é assim. Todos os documentos estão disponíveis para quem quiser verificar que esses professores estão amparados legalmente. O nosso trabalho é muito duro e, afinal de contas, doentes nós podemos ficar – pelo menos isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Pelo que depreendi, na verdade, a preocupação não é só com questões tópicas, porque estas vão sendo citadas, mas as pessoas às vezes se manifestam em relação ao conjunto da obra, o resultado para o aluno. O aluno está na escola há tanto tempo e, mesmo compreendendo as limitações, sendo portador da Síndrome de Down, conhecemos outros que conseguiram evoluir. Então, depois de tantos anos por que não evoluiu? O problema é do aluno, com suas dificuldades, ou é da escola, que não está investindo no aluno ou não dispõe das possibilidades de...

A SRA. NELMA ALVES MARQUES - Deputado, eu gostaria de interromper para fazer só um...

A SRA. VERA CRISTINA REIS - Deputado, me dá licença um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só um minutinho, você já vai falar, Vera, e depois, a professora Marilda.

A SRA. NELMA ALVES MARQUES - ...esclarecimento, talvez da ordem mais científica, para facilitar a compreensão, se eu puder contribuir nesse sentido –, para ajudar as mães na compreensão do que é uma síndrome de Down, que É uma síndrome genética. É um acidente genético que acontece - por isso é um acidente. Não há, como se imaginava antigamente – vou colocar o termo entre aspas – “culpabilidade” na transmissão genética – nem materna nem paterna – porque a trissomia do 21º par de cromossomos durante a gestação sofre um acidente, onde acontece um cromossomo a mais. É uma das possibilidades. São três possibilidades, mas o aparecimento de um cromossomo a mais no 21º par, na hora da fecundação do óvulo, é um acidente. Não há culpabilidade, nem na herança materna nem paterna. E essa alteração genética, que se chama trissomia ou Síndrome de Down, mais popularmente – Down porque é o nome do médico, Dr. London Down, que descreveu as características dessa síndrome genética – tem características muito próprias, ou seja, todos os indivíduos, de qualquer raça, de qualquer etnia, de qualquer índole social, religiosa, são passíveis de ter uma Síndrome de Down - por isso, o termo acidente.

O que caracteriza o traço definidor dessa síndrome é que ela causa um comprometimento no desempenho cognitivo, ou seja, na inteligência do indivíduo. Este acidente compromete, em graus variados, o funcionamento cognitivo. Ele compromete para mais ou para menos. Então, nós temos, mesmo entre o grupo de indivíduos que tem Síndrome de Down, variações no seu funcionamento intelectual e cognitivo, variações que vão desde um leve comprometimento - e aí esses indivíduos vão ter uma outra qualidade de aprendizagem, porque o comprometimento não é tão acentuado - a indivíduos com Síndrome de Down com comprometimento mais acentuado, que a gente chama mais moderado, e há aqueles mais severos.

A gente sabe que o ambiente social é comprometedor ou potencializador da desvantagem, que é uma consequência do indivíduo que fica acometido de uma Síndrome de Down. Então, há indivíduos que, mais comprometidos, têm mais dificuldade nas aquisições acadêmicas disciplinares. E, quando a gente está falando das aquisições acadêmicas disciplinares, está se referindo, especificamente, aos conteúdos curriculares das disciplinas de português, matemática, história, geografia, ciência etc., conteúdos esses que requerem que o indivíduo tenha um grau de abstração ou de raciocínio maior para absorvê-los. A gente sabe que, na escola, ao longo do período de escolarização desse indivíduo, os conteúdos disciplinares vão exigindo cada vez mais das pessoas um raciocínio mais elevado. Então, ao longo da sua vida, alguns indivíduos com Síndrome de Down vão ter mais dificuldade no processo de escolarização - para a aprendizagem das disciplinas, mas ele parou de aprender? Não, porque a aprendizagem é um processo para toda vida, desde que o indivíduo nasce até que o indivíduo morre.

Então, chega um período, na escola, em que esses indivíduos mais comprometidos quase que vão num ritmo mais lento, mais lento, mais lento para as aquisições das habilidades disciplinares, mas eles podem aprender outras aprendizagens durante a vida. É nesse momento em que a escola, para os graus mais severos, digamos assim, daria a terminalidade específica. E aí é uma questão de cidadania a gente não permitir que a escola passe da sua função de instituição educadora para instituição de abrigo. É um respeito à cidadania que qualquer pessoa com deficiência não fique abrigada, desde os seis até os 30-40 anos, numa instituição, que não podemos culpar, mas que às vezes acolheu indevidamente, quando esse indivíduo poderia ter sido direcionado para aprendizagens outras relacionadas com a sua sobrevivência social.

Depois, se me permitir, eu gostaria de também dar uma explicação mais um pouco científica, porque eu sou fonoaudióloga também, da questão das dislalias e do desenvolvimento da linguagem infantil para a mãe Carla.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Pois não, Vera.

A SRA. VERA CRISTINA REIS – Bom, eu queria ressaltar aqui, Angélica, que na parte III da avaliação do Fabrício se fala: “Cadernos escolares de 2007, 2008 e 2009: continua no desenvolvimento pressilábico. Isso é importante ressaltar, que as tarefas dos anos citados são bastante semelhantes, o que

sugere uma estagnação no desenvolvimento escolar”. Então, eu quero saber o seguinte: o que a escola Antônio Francisco Lisboa tem a oferecer para o desenvolvimento do Fabrício?

Outra coisa é com relação aos dois professores pelos quais eu sempre pergunto. Eu não vejo. Eu comprei cavaquinho, eu comprei flauta para o Fabrício, e ele desistiu de levar para a escola. Isso já tem um ano e meio. Ele não quer mais levar porque nunca tem, entendeu?

Então, eu ouço na escola, eu ouço da diretora. Eu acho que eu não estou falando besteira, porque existe realmente. “A professora de música veio?” “Não, ela teve um problema com não sei o quê.” Passa outra semana: “A professora de Educação Física veio?” “Ah, ela não sei o quê, não sei o quê lá.” Aí, na outra: “O professor de educação física veio?” “Ah, hoje não sei o quê.” Sempre tem um problema, entendeu?

Então, por isso eu te pergunto, sempre estou perguntando por que, já que eu abri uma denúncia, eu tenho que falar. Se você faz parte do Napes, cabe a você, nas “trocentas” vezes que eu perguntar, me responder, entendeu? Eu acho que não é nada demais. É uma ansiedade minha pelos anos em que ele está. Tanto prova que, pelos anos, se eu tivesse sido mais orientada, ou mais bem orientada, digamos assim, eu teria tomado outro rumo. Eu acreditei no nome da escola, eu acreditei na escola e nos profissionais. Por isso eu permaneci e por isso eu estou reivindicando, porque eu acredito. Porque, se eu não acreditasse, eu pegava o meu filho e saía com um problemão nas costas. Mas eu acredito e, por isso, eu reivindico, entendeu?

Outra coisa que eu quero falar também: eu quero saber quais são os profissionais para estimulação do Fabrício na escola. O que a Escola Antônio Francisco Lisboa tem a oferecer de estimulação para o Fabrício? Porque eu, quando coloquei o Fabrício no Antônio Francisco Lisboa, coloquei pelo nome: Escola de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa. Eu falei: aqui é o lugar para ele. Ele é especial, ele está numa escola especial.

Só que, com o decorrer do tempo, eu fui vendo algumas diferenças e a própria direção da escola falando: “Ele está melhorando, ele está melhorando”. E eu estou acreditando que ele está melhorando. Só que, quando eu comecei a divulgar o tempo que o Fabrício estava na escola e não assinava o nome dele todo, e as pessoas o conhecendo: “Vera, tem alguma coisa errada. O que essa escola está oferecendo ao seu filho?”. Está aqui: Distribuição dos horários das turmas do turno da tarde de 2009. Então, eu levei e falei: “Olha o que ele faz”. “Olha, você precisa ser mais bem orientada.” Entendeu? Por isso eu estou buscando e eu não vou parar enquanto eu não ver uma solução para o problema do Fabrício. Agora ele está indo para a Funlar, fazendo oficina. Em 2002, a Escola de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa ofereceu uma oficina, da qual até hoje não resultou nada. Então, quer dizer, eu não sou culpada de nada.

Se você chegar para mim e falar: “Vera, pega o seu filho agora em casa e leva para São Paulo.” Eu vou em casa, pego o Fabrício e vou para São Paulo. Entendeu? Eu faço a minha parte. Ele está na escola todos os dias. Como eu te falei, em um ano, se ele tiver quatro faltas em um ano, é muito.

E outra coisa é quanto ao vídeo, que você fala do vídeo. Você sabe por que eu falo isso? Porque eu entrava na escola e via, e via ele sentado sem fazer nada – eu via ele sentado sem fazer nada – porque a professora não tinha chegado, a professora não vinha, a professora estava doente. Esse é o motivo pelo qual eu falo que “estava vendo vídeo, estava vendo desenho”, - entendeu? - porque eu via vendo desenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos lá.

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO - Eu gostaria de dar uns esclarecimentos só para fechar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Com a palavra a Professora Roseni e depois a Professora Marilda.

A SRA. MARILDA – Eu só queria...

A SRA. ROSENI SILVADO CARDOSO – Pois não, pode falar.

A SRA. MARILDA - Desculpe, Roseni, mas eu queria falar até para você poder me responder, porque a audiência pública em nenhum momento é para discutir a questão de um indivíduo, nem de ninguém. Eu sempre falei, esperamos o momento. Eu tenho aquela mãe ali que, desde 2007, vem me procurando.

Eu achei muito ruim a situação que ficou e eu queria que a Secretaria de Educação se colocasse em relação a isso, porque a Professora Nelma me contemplou, mas eu acho que o que a Nelma está dizendo aqui não é uma resposta da Secretaria Estadual de Educação. E, como membro e assessora da Comissão de Educação, eu gostaria que a Secretaria se posicionasse, e você até me desculpe: naquela hora em que você estava falando eu estava aflita, porque eu achei que houve um descompasso terrível entre o discurso de uma mãe... se a gente tivesse começado a discutir uma escola, mas nós estamos discutindo um aluno, um aluno! Aqui, numa audiência pública, nós estamos discutindo o caso de um aluno. Mesmo assim eu gostaria que a Secretaria dissesse alguma coisa em relação a esse aluno, porque eu acho que há uma displicência de ambos os lados. Nem a Secretaria deveria aceitar, nem a mãe, que uma criança fique dos 7 aos 22 anos e agora a gente comece a ter uma audiência pública para se discutir se a criança aprendeu ou não aprendeu, gente! Ou essa senhora está muito mal orientada ou eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Deixa eu tentar, então, colocar algumas coisas naquilo que eu vejo como sendo o devido. É claro que queremos conhecer a política desenvolvida pelo governo na área da educação especial ou inclusiva. Um.

É claro que, às vezes, o relato de uma criança não significa um relato isolado. Às vezes o relato em relação a uma criança significa um relato que pode ter uma abrangência muito maior, porque não é razoável acreditar que haja em qualquer escola um tratamento diferenciado em relação a um aluno. Quer dizer: “Nós vamos deixar de dar a atenção a tal aluno”.

Então, o que eu queria saber: quantas escolas são exclusivas para educação especial? O número de alunos por escola? Qual é a situação de cada aluno?

Porque o tema tem uma complexidade muito grande. Nós vamos ouvindo e não só vamos conhecendo como vamos também aprendendo. É muito difícil imaginar todo o universo, porque quando a educação é especial é para dar uma atenção às vezes exclusiva a um determinado problema. Nós não sabemos, inclusive, em relação às necessidades, qual o universo. Nós podemos ter em relação à determinada necessidade um universo muito grande, e dentro do mesmo, como se fosse uma faixa, mas podemos ter, às vezes, necessidades que envolvem um universo muito menor, às vezes uma criança. Isso não quer dizer que aquela criança deva ser desassistida, porque tem um caso raro.

Então, não é fácil. Quem está envolvido no tema é que conhece muito mais. E às vezes também conhece a própria limitação. Porque a limitação também de recursos públicos é muito grande. Então, se faltam recursos para a rede chamada tradicional, o que é que nós vamos imaginar em relação às situações especiais? Então, nós não estamos aqui tratando do problema de um aluno. Nós estamos ouvindo o relato em relação a um aluno, e nós precisamos saber se o relato em relação a um aluno significa que poderia ser feito por tantas mães dos diversos colégios de educação especial.

A SRA MARILDA - Posso responder? Não faz dois meses, a partir das denúncias da Vera, eu e a representante da gestão escolar da Secretaria de Educação, juntamente com o Napes, estivemos na escola e convocamos uma reunião com todos os pais. Havia naquela reunião, mais ou menos, uns 30-50 pais e representantes. Estávamos ali para ouvir outras denúncias, ouvir o que estava acontecendo efetivamente dentro daquela unidade escolar, a partir das denúncias da mãe do aluno, a Vera. A grande maioria, não todos, mas a grande maioria fez questão de se levantar, pegar microfone e elogiar a escola. Isso não bastou.

Com relação à questão do atendimento ao aluno com deficiência, quero deixar claro que alunos desta mesma unidade estão, hoje, no quinto ano escolar fazendo o CES e são acompanhados na sala de recursos que existe dentro do Antônio Francisco Lisboa. Então, avanços na escolaridade acontecem de acordo com o potencial do aluno. Mas para resolver tudo isso, para sabermos das verdades, tanto do que a Vera fala, quanto do que os outros pais falam, a Secretaria de Educação decidiu abrir uma sindicância dentro da escola para apurar as verdades e tomarmos as devidas providências. Daí para diante, vamos ter que esperar esse retorno para verificarmos, então, que atitudes, que providências precisaremos tomar para resolver a situação do Antônio Francisco Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Deixa-me aproveitar a intervenção da Professora Marilda, que foi precisa. Nós temos um relato, mas nós queremos saber da solução para o conjunto. Como é que a Secretaria acompanha? Como é que fiscaliza? Baseia-se única e exclusivamente no relato feito pela direção? Existe alguma forma de acompanhamento? Porque eu entendi. O relato é de um, mas nós queremos a resposta em relação ao todo. Não é isso?

A SRA. MARILDA - Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Exatamente; senão, fica dando a impressão de que nós estamos tratando... Poderíamos até, em qualquer oportunidade, tratar de um caso só. Mas não é o caso da audiência pública. O fato de ter um relato não significa que devemos tratar exclusivamente daquele relato. Nós queremos saber em relação ao conjunto.

Pois não, professora; é só se identificar, por favor.

A SRA. ELIANE DANTAS – Sou professora Eliane Dantas. Sou assistente da Roseni na Coordenação de Educação Especial.

Esse acompanhamento citado, com base nas denúncias da Sra. Vera, foi providenciado a partir dessas reuniões que aconteceram no Antônio Francisco Lisboa. Na pessoa do Sr. Alessandro, junto com a professora Sandra Pedrosa, foi solicitada uma inspeção escolar da Coordenadoria Regional Metropolitana 10 para o acompanhamento frequente da escola. Então, temos algumas cópias de alguns termos de visita da inspeção escolar, onde as solicitações que foram feitas e levantadas nesta reunião, foram atendidas, inclusive a questão da capacitação dos professores. E o que está contido nos relatórios da inspeção escolar é que as mães que lá estão, quando a inspeção vai até a escola, têm se mostrado satisfeitas, em relação ao acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vou fazer a pergunta de outra maneira.

Existe um acompanhamento, uma inspeção frequente? Existe frequentemente reunião com os pais em todas as escolas? Já há uma prática dizer que periodicamente a Secretaria vai às escolas e se reúne, ouve os pais, procura consultar sobre a percepção dos pais, em relação ao avanço dos filhos? Entendi a intervenção da professora Marilda nesse sentido. Qual é a rotina da Secretaria em relação às escolas especiais no concernente à evolução dos alunos, ou à percepção dos pais, ou à mobilização dessa participação? Se para o aluno que não tem necessidade especial, vemos na televisão programas como o Amigo da Escola, tentando mobilizar a participação da sociedade, porque o esforço é muito grande, a educação especial não pode ficar única e exclusivamente nas mãos dos agentes públicos. É nesse sentido.

A SRA. ELIANE DANTAS – Respondi, especificamente no caso da questão do Francisco Lisboa, porque foi uma tomada de decisão que a inspeção escolar tomou. Agora, as próprias equipes que a professora Roseni citou, que são os Napes, Núcleos de Apoio Pedagógico Especializados, que são os nossos braços na distância, dentro das coordenadorias, fazem, através da itinerância, o acompanhamento de todos os alunos especiais incluídos e, nas visitas dessas itinerâncias, as classes especiais também são visitadas. Agora, é importante ressaltar que, mesmo a escola sendo especial, ou que seja de classe especial, o coordenador

pedagógico e o orientador educacional da escola também tenham responsabilidade nesse acompanhamento, porque o aluno não é da Educação Especial; ele é aluno da escola.

O acompanhamento pedagógico deste aluno é de responsabilidade também do coordenador pedagógico e toda vez que o coordenador pedagógico levanta algum tipo de necessidade diferenciada de apoio, ele convoca os Napes, e os Napes lá estão assim que possível, ou seja, o mais rápido possível eles comparecem nas unidades escolares para sanar os problemas. Muitas vezes o problema acaba vindo parar até nós, na Secretaria, como várias vezes atendi ligações da Vera. E imediatamente, sempre falo para ela que vou destinar a ligação ao órgão competente, ou ao Napes, ou à inspeção, ou à coordenadoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Então, vamos lá! Acredito que já tenhamos esgotado...

A SRA. LEILA(?) – Eu só queria fazer uma intervenção rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Pois não, querida.

A SRA. LEILA(?) – Todo mundo está dizendo que nesse colégio não tem orientador pedagógico. Oficialmente, pode não ter, mas eu, desde que meu filho estuda lá, conheço e reconheço a professora Márcia Linhares como orientadora pedagógica e ela se apresenta como tal. Isso não é escondido, é em reunião, em todos os setores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Em primeiro lugar, vou fazer um relato ao nosso presidente, Deputado Comte Bittencourt sobre a nossa audiência pública. Não vamos deliberar porque, naturalmente, estando eu aqui sem o meu presidente e sem outros membros da Comissão, também não tenho como deliberar sobre os desdobramentos da nossa audiência. Mas eu quero, pelo menos, dizer, agradecendo desde já a presença de todos, que esses conflitos são naturais.

Tenho certeza, a mais absoluta, de que principalmente os professores, aqueles que estão na posição de condutores das políticas públicas, compreendem a aflição, especialmente das mães. É claro que todos nós compreendemos, tendo ou não passado por problemas semelhantes. Há uma aflição muito grande porque todos nós queremos ver as crianças e os jovens evoluindo. Então, temos uma responsabilidade direta. E quando essa criança, esse jovem ou adolescente ainda tem necessidades especiais, às vezes a apreensão fica muito maior, e a agonia muito maior, principalmente considerando as dificuldades até para o próprio desenvolvimento.

Agora, é preciso, obviamente, que haja esse conflito, que haja uma provocação, que as pessoas que se consideram não-atendidas fiquem ali perseverando. E surge aqui a necessidade de organizar uma entidade que represente os pais. Já é um passo importante. Por quê? Porque o próprio poder público tem que ter interlocutores na sociedade; senão, as coisas ficam caminhando – não vou dizer sem controle - sem a crítica. E tenho certeza de que, nesses casos, a crítica é a mais construtiva, na busca de encontrar avanços.

Então, não vamos deliberar, mas quero deixar como manifestação de preocupação a exigência de um censo, a exigência de ser feito um censo no estado do Rio de Janeiro. Nós precisamos dimensionar o problema...

Pois não.

(Alguém fala fora do microfone – inaudível)

A SRA. MARILDA - ...E uma coisa que eu gostaria de perguntar à Secretaria, se quando a criança entra nesse processo a Secretaria tem um diagnóstico? Tem uma perspectiva de limite? Tem uma perspectiva de onde aquela criança poderá chegar ou não? Ou que grau dessa síndrome a criança possui, para que o pai e a escola não fiquem num conflito: um esperando muito e outro sabendo que aquela criança não vai chegar lá.

Eu aconselho a todos a lerem “O filho eterno”, um livro sobre a síndrome de Down. É uma maravilha. To dos os pais deveriam ler, não só os que têm filhos com síndrome de Down.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Obrigado.

Vou continuar dizendo o seguinte: primeiro, o censo. Eu vou departamentalizar a nossa conclusão. Primeiro, a questão do censo. Vou conversar com o deputado Comte Bittencourt para que a comissão possa analisar para propor à própria secretaria de Educação a realização de um censo. Nós precisamos conhecer a extensão do problema. Nós precisamos saber quantas crianças e adolescentes não estão na escola. Quantos são. Eu acho necessário esse levantamento.

Nós sabemos também, pelos dados, pelos levantamentos feitos, que a educação no Rio de Janeiro, no seu todo, não caminha bem. Não caminha bem. E nos resultados dos exames feitos, o Rio de Janeiro... Eu não quero que pareça que é alguma coisa que envolva posição em relação ao governo. Não. No estágio em que chegamos, a educação, no Rio de Janeiro, precisa avançar muito, muito.

No caso da educação especial é preciso ainda um esforço muito maior. Muito maior porque nem o universo se conhece. Agora, a Fundação Getúlio Vargas - olhem que coisa engraçada, e trágica, no sentido maior - concluiu um trabalho comprovando que o Município do Rio de Janeiro, e eu não estou tratando de administração municipal, foi o município do país inteiro onde houve o maior crescimento da pobreza extrema. Quase que duplicou em questão de dois, três anos. Quando se fala “pobreza extrema” ainda é um estágio acima da miséria absoluta. E para nós, para quem procura ser minimamente observador social, isto é visível. A população de rua aumenta na cara da gente aqui no Rio de Janeiro. Então, se aumentou a pobreza extrema, é sinal de que os outros indicadores sociais também devem ter necessariamente caminhado no mesmo sentido do agravamento. Agora só estão falando em olimpíadas, não é isso? Vamos ver o que se pode incorporar em relação às olimpíadas de modo a que os problemas sejam mais conhecidos.

Então, é o censo. A observação da professora Sandra... eu fiz questão de trazer a professora Sandra aqui, do Iserj, porque nós estamos envolvidos numa discussão grande há anos aqui, sobre como salvar o projeto que começou a ser desenvolvido no Instituto Superior de Educação para que o professor saísse formado em relação à educação especial e à educação de jovens e adultos na formação, no curso de quatro de anos, e não num curso de três sem as ênfases, para depois ele ainda tem que buscar... quer dizer, era um projeto que poderia distinguir o Rio de Janeiro, que depois de alguns anos de êxito, começou a ser enfrentado de uma maneira diferenciada de modo a desmobilizar aquele sistema, porque ali tem um sistema. Então, eu trouxe para despertar para discussão.

Já estive lá conversando com a Secretária Tereza Porto para ela ouvir, para procurar conhecer, visitar o Instituto Superior de Educação, para ver aquele complexo, como aquilo está funcionando, as suas dificuldades... “Há, mas está na Faetec.” Eu não sei se está devidamente na Faetec. Isso deveria ser da Secretaria de Educação. Há projetos... agora eu esqueci o nome em relação ao professor... Casa do Professor. Chamar o Instituto de Educação para aperfeiçoar, para ter ali vários cursos...

(FALAS FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – ...Centro de Formação de Professores. Conhecer a experiência acumulada. Às vezes surge uma idéia nova que é muito boa, mas se não houver uma interlocução com aqueles que estão desenvolvendo o projeto, fica muito difícil. Porque às vezes, isso não é um defeito da democracia, mas uma das virtudes da democracia: ouvir, buscar a participação, mobilizar a participação de todos, até para ouvir e com argumentos demover alguém de um propósito, mas trazendo para o debate. E o Instituto Superior de Educação, não é possível que, conhecendo, queiram destruir. Porque, conhecendo, passa a defender, independente das brigas lá, quem é da Faetec, quem é da Secretaria de Educação, de onde veio. Porque também é outro rolo. Porque na administração pública os servidores não são iguais. É uma confusão.

Mas é uma confusão criada por decisões políticas, mas quem está lá são os servidores que ficam se engalfinhando por vezes. Então, até na questão da educação especial, que procure conhecer como estava planejado o curso, como ele vinha se desenvolvendo e como vem sendo destruído. Há quem diga assim: “Mas nós estamos criando cursos de X horas”. Quando falou 48 horas, mas não era aquilo, quer dizer, foi uma expressão inicial. Não era só aquilo. Eu estou dizendo o seguinte, mas, claro, quando falou, a indagação ficou, mas depois houve a explicação. Mas imaginem existir uma instituição que forma, da qual o professor já saia formado dali, que ele não precise buscar fora – a não ser em termos de aperfeiçoamento –, que já saia com a formação. É uma diferença para o Rio de Janeiro. Então, esse é o segundo caso; o primeiro é o censo.

Vamos às questões mais específicas. Eu vou propor ao Deputado Comte Bittencourt que façamos uma visita a várias escolas de educação especial, a começar pela Antônio Francisco Lisboa, muito mais para colher. E vamos tentar com a direção, que poderia estar aqui, não sei por que não compareceu, mas até fazer uma reunião com os pais comparecendo à representação da direção da Secretaria de Educação, e não ser uma coisa como se estivéssemos lá... É no sentido de conhecer mais profundamente e dar sugestão. Agora a professora Marilda foi precisa quando disse, porque é da área da educação. Como é possível chegar a determinado estágio de um aluno ter tantos anos na escola sem um avanço, que poderá ser decorrente da sua própria impossibilidade, mas sem que tenha havido interlocução com os responsáveis, de modo a que ele estivesse sendo orientado também a ter conhecimento da própria dificuldade enfrentada pelo aluno? Quando não há essa conexão, há naturalmente o desentendimento.

(Alguém fala fora do microfone – inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Eu estou dizendo o seguinte: é preciso que haja essa interlocução. Mas está havendo? Não está havendo? Os alunos vão sendo avaliados periodicamente, não só no aproveitamento, como também na evolução da causa que faz com que tenha esse retardo no aprendizado? Porque não basta verificar, como é que eu vou dizer, o aplauso geral, não é isso, porque nós sabemos... E aí a nossa realidade social faz com que as pessoas às vezes se conformem em função do atendimento de outras necessidades. Dizem assim: “A escola não pode se transformar num ambiente, como se fosse um abrigo”. Aliás, esse debate é o debate também da política antimanicomial, para trazer para outro tema, que não é o tema aqui, mas do qual eu tenho cuidado ao longo de muitos anos e reunido com os familiares. É muito diferente. É muito diferente reunir com os familiares, numa situação de liberdade, em que as pessoas podem falar, ou numa situação de constrangimento, ou numa situação em que as pessoas têm outros problemas... porque às vezes a própria família vê no aluno especial uma impossibilidade e, diante de outros problemas, é melhor deixar ali, como se fosse uma creche. Aí eu não vou criar nenhum tipo de indagação, eu não vou ter nenhum tipo de crítica, porque eu acabo perdendo a vaga, eu acabo...

Eu estou falando isso aqui, para dizer o seguinte: é preciso haver firmeza de propósito, haver sinceridade, no sentido geral, da parte de todos. “Todos nós queremos o melhor.” Estou convencidíssimo de que, para quem convive com a educação especial, é muito difícil, a não ser uma raríssima exceção, não estar ali também incorporando o sofrimento e dedicação, não é fácil também. Então, se há incompreensões, temos aqui que caminhar para a compreensão.

Vamos fazer a visita, vamos ouvir, vamos visitar os outros também, pelo menos aqui, os mais próximos, porque o mandato tem também apelos de tempo. Mas eu entendo também que nossa audiência pública foi proveitosa. Vamos ver como a Comissão de Educação... porque a Comissão de Educação pela orientação do Deputado Comte Bittencourt sempre caminha em conjunto. Pode amanhã ou depois surgir um outro tema em que haja uma profunda divergência e que um resolva caminhar isoladamente, mas não tem acontecido isso na Comissão de Educação...

A SRA. SANDRA SANTOS – Deputado, eu coloco uma sugestão. Que não se faça visita somente às escolas especiais, mas que vocês também conheçam alunos com deficiência incluídos nas escolas comuns

para ver como eles estão sendo atendidos. Como é que a escola encara, como é que a escola... e alunos incluídos. Que é o foco, que é o que a gente tem que promover e buscar: atendimento de qualidade para esses meninos que estão incluídos e não somente colocá-los na escola, mas darmos a eles acesso, permanência e aprendizagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Isso é uma outra discussão. Qual é a natureza do problema, em que estágio o aluno se encontra para que ele possa ser inserido também na turma – vou usar a expressão – tradicional. Não sei nem a palavra a usar, mas chamo de tradicional. Também é preciso a preparação dos próprios alunos para que os alunos não discriminem e aquela inclusão se transformar em sofrimento adicional para o aluno especial. Estou dizendo de coisas que também, nessa altura da vida, já vivenciamos.

De qualquer maneira, quero agradecer...

Pois não, Vera.

A SRA. VERA CRISTINA REIS – Com relação ao que a dona Roseni falou, que foi à reunião e alguns pais levantaram as mãos dizendo que estavam satisfeitos com a escola, o motivo é porque antes a diretoria havia feito uma reunião e falou para todos os pais que, se os pais aderissem ao meu movimento, e se eles ficassem indo à Secretaria de Educação reclamando da escola, a escola iria fechar. Por isso, os pais se omitiram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Então, vamos lá. Eu tratei do tema de uma maneira que eu chamo mais... Quer dizer, eu abordei exatamente isso. Há, às vezes, essa ou aquela insinuação. Também nem sei se foi o caso, mas de qualquer maneira o objetivo da Comissão de Educação, a orientação do Presidente da Comissão, Deputado Comte Bittencourt, é que a Comissão se transforme num instrumento de ação, de modo a contribuir para que a Educação no Estado do Rio de Janeiro possa evoluir. Quando há críticas ao governo, a crítica é feita. Quando há elogios, os elogios são feitos. A Comissão caminha assim.

Quero agradecer a presença de todos.

Está encerrada a nossa audiência.

ANEXO B – Audiência pública realizada em 20.04.2011 – AP2



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E DEBATES

Comissão de Educação

Audiência pública, realizada em 20 de abril de 2011

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Bom-dia a todas e todos. Demos aí os 20 minutos de tolerância habituais da Comissão de Educação. Quero iniciar a nossa audiência pública da quarta-feira, pela manhã, que tem como tema a educação inclusiva, o projeto de políticas do Estado do Rio de Janeiro para essa área.

Registro a presença do Deputado Robson Leite, membro da Comissão de Educação. Tenho certeza que ao longo dos nossos trabalhos outros deputados irão se incorporando a nossa comissão. Não é uma audiência deliberativa, logo não temos a necessidade do quórum mínimo.

Inicialmente, quero registrar com muita satisfação a presença da professora Roseni Cardoso novamente nesta comissão. Continua à frente da área de educação especial da Secretaria de Estado de Educação. Mande nosso abraço ao Secretário Risolia; da professora Helena Bomeny, que é subsecretária de Educação do município do Rio de Janeiro, representando a professora Cláudia Costin, que não pôde estar presente. Eu fiz um convite especial a professora Cláudia Costin, em função da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro ser uma rede expressiva e estratégica para as políticas de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, saúdo aqui, em nome da Comissão de Educação do Parlamento, a presença de vocês para contribuírem para esse debate importante para a Educação do Rio de Janeiro.

Presente, a direção do Instituto Benjamin Constant, na pessoa da Maria da Glória Souza Almeida. Seja bem-vinda, Maria da Glória; o Instituto Nacional de Educação de Surdos, com a professora Rosália Fátima Correia Maia; representando a UPPES/sindicato, sempre em nossas audiências, a professora Maria Lúcia Sardenberg; da Secretaria de São Gonçalo, Elva Maria Costa, coordenadora de educação especial do município de São Gonçalo; e a Sônia Reis, coordenadora do município de Paracambi. Sejam muito bem-vindos.

Temos aqui diversos diretores e professores, e percebo aqui muitos de São Gonçalo, de vários setores que trabalham com essa área de educação especial, de educação inclusiva. Sejam todos muito bem-vindos a nossa audiência.

Presente também o representante da associação de pais do CAP/UERJ, o Jerônimo de Lourdes, que antes de iniciarmos o nosso trabalho para dar a boa notícia a essa comissão em função do debate que

tivemos ao longo do último mês, com relação à matrícula das crianças daquela escola de aplicação; também estudantes da FAETEC, representando aí o grêmio de Quintino, o Alex, sempre presente as nossas reuniões. Enfim, um prazer receber a todos.

Antes de entrar no tema, eu passo a palavra ao Jerônimo, que fez questão de vir a nossa audiência para falar em nome da associação de pais do colégio CAP/UERJ, que é o colégio de aplicação da nossa Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JERÔNIMO DE LOURDES – Bom-dia a todos! Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom-dia a todos os presentes, senhoras e senhores, na realidade, o pedido da associação não foi muito em direção ao desfecho, mas como a gente acabou fazendo a inclusão das 60 crianças, eu queria informar que, ontem, o desembargador e a universidade acabaram fechando um acordo de matricular as 30 crianças do 1º sorteio, segunda-feira pela manhã. A gente não tem uma previsão, é uma previsão muito imprevisível, de 15 dias mais ou menos, para iniciar as aulas dessas crianças; e as outras crianças, 30 do 2º sorteio, elas permanecerão na escola. Isso é um motivo de alegria, não por vaidade, por qualquer coisa que a gente tenha feito, mas pelo fato de a universidade ter reconhecido e nós temos conseguido sensibilizar a universidade para essa causa; e estamos lá na luta. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Parabéns, Jerônimo. Leve o abraço da comissão a todos os pais das 30 crianças do 1º concurso e também das crianças do 2º concurso. Uma decisão acertada, com o apoio da Justiça. Esta comissão se mobilizou através de todos os seus Deputados, buscando sensibilizar a reitoria da Uerj, já que o erro foi reconhecido pela coordenação do processo de sorteio da Uerj. Não se fazia justiça penalizar 30 crianças na sua expectativa de acesso a umas das poucas escolas públicas do nosso sistema estadual que ainda garantem alguma qualidade de educação no Rio de Janeiro. Então, parabéns a você! Parabéns ao país! Tenho certeza que o conjunto dos Deputados está muito satisfeito com essa solução, com o apoio da Justiça. Esperávamos que também fosse uma decisão, tanto é que apelamos para o coração dos educadores da Uerj, ao reitor, ao diretor, professor Miguel, Sr. Ricardo Vialves, antes de reitor é um professor, é um educador, e nessa encruzilhada tinha que prevalecer o coração do educador mantendo o sonho dessas crianças. Parabéns aí a vocês!

Quero registrar também o secretário de educação de São João da Barra. Seja bem-vindo! Professor Antônio Lopes Neves, que viajou de longe para estar na nossa comissão. Um abraço a nossa prefeita de São João da Barra.

Professora Roseni, e contribuição da professora Helena e dos demais participantes que militam nesse tema, nós aprovamos, depois de muita luta desta comissão, no final de 2009, o Plano Estadual de Educação.

Peço a assessoria inclusive que traga algumas cópias do plano em papel para mandar para a professora Cláudia Costin.

O Plano Estadual de Educação foi uma luta deste Parlamento, especialmente desta comissão, que eu presido há oito anos, onde, depois de vários governos resistirem a debater e aprovar um plano que transita da política de governo para a política de estado definitivamente, ou seja, a tese da comissão, e eu que não canso de dizer, eu, como presidente desta comissão, já convivi aqui com 10 secretários de educação. Costumo dizer que secretário de educação na Cidade do Rio de Janeiro é igual ao ano letivo: cada ano letivo tem um. E quando você não tem um plano, um projeto de estado a educação cai no lugar comum que se transformou nos últimos 30 anos, depois da fusão, que é a falta de continuidade de projetos e de programas. Esse é o pior lugar para a educação, ou seja, a descontinuidade de políticas de educação levou o Rio de Janeiro a esse resultado lamentável que todos nós acompanhamos; segunda economia do país ter a segunda pior escola pública do ensino médio do país. É reflexo da ausência de políticas, é reflexo da descontinuidade.

E, especialmente eu e o Deputado Molon, que hoje nos representa com muita competência na Câmara dos Deputados, nós brigamos muito, com o apoio do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual para que finalmente o Estado tivesse um plano. Fizemos questão, já tenho dito aos novos Deputados, e aqui está o Deputado Luiz Martins, líder do PDT e membro também da comissão permanente de educação, Deputado Robson Leite, que seguramente pelo PT vai representante muito bem aqui o Deputado Alessandro Molon. Mas, diferente do plano nacional que estabelecia um diagnóstico e apontava desejos, no nosso plano, a gente fez questão de colocar metas, objetivos e cronograma, para que a sociedade pudesse tê-lo como instrumento de cobrança e de pressão da obrigação dos políticos e dos gestores da educação na execução do plano. É um plano para dez anos e nele nós temos oito metas voltadas especificamente para a educação especial.

A última audiência que fizemos com sua presença, todo ano a senhora tem estado na nossa comissão, desde que assumiu a coordenadoria, foi no dia 17 de março de 2010, na última audiência que fizemos para tratar da questão da inclusão, num momento em que o Estado apontava encerrar as atividades das poucas escolas que ofereciam educação especial. Dentro dessa tese que é o debate hoje dos educadores com a sociedade. A escola que era exclusiva, queremos que seja inclusiva. Mas, a inclusão como processo, não aponta necessariamente para o fechamento das escolas especiais.

Esta comissão está antecipando um tema, que trataríamos ao longo do ano. Nós lutamos, nos últimos oito anos para que a Assembleia criasse a agenda legislativa para a educação pública do Estado do Rio de Janeiro: lei do sistema, lei de responsabilidade educacional, lei que induz os municípios a terem planos municipais de educação, a título de não receberem transferências voluntárias do Estado, e, finalmente, o plano estadual de educação.

A Assembleia, nos últimos oito anos, rigorosamente, cumpriu e respondeu à sociedade a uma lacuna que existia na base da arrumação legislativa para uma política de educação para o Estado, fechando com o plano estadual de educação. Nosso papel é fiscalizar o cumprimento desse plano, é fiscalizar o Executivo para suas obrigações, é acompanhar a sociedade para que tenha direito e acesso a uma escola pública com um mínimo de qualidade, dando as competências necessárias para que o cidadão fluminense possa ser servido dessa oportunidade do emprego futuro, desse plano de desenvolvimento econômico muito noticiado pelo governador Cabral. Não adianta plano de desenvolvimento econômico se não tiver investimento no capital humano; capital humano é investir no cidadão; investir no cidadão passa por escola pública formando competências para que as pessoas possam se libertar do subemprego.

Isso tem sido um debate permanente e aqueles que acompanham a comissão sabem que toda quarta nós aqui estamos, às 10 horas da manhã, porque entendíamos e estamos convencidos do entendimento que tivemos a três legislaturas atrás, que a forma de sensibilizar o parlamento para um tema de pouco apelo político-eleitoral, já que a educação é um caminho de longo prazo, são investimentos, e em investimentos os resultados são de longo prazo, e político, normalmente, gosta de resultado em curto prazo porque as eleições acontecem a cada quatro anos, então, a agenda da educação acaba sendo a agenda do ar-condicionado, a agenda do laptop, a agenda do laboratório, que são incrementos importantes, mas não são o centro principal de uma política de educação.

A Comissão de Educação vem, toda quarta-feira, fazendo suas audiências públicas, trazendo um tema, tentando sensibilizar os pares desta Casa. E temos conseguido, tanto que a construção legislativa foi feita. A Assembleia, nos últimos oito anos, cumpriu seu papel. Agora, queremos a execução desse conjunto de iniciativas legislativas.

Nós precipitamos esta audiência, que seria realizada pouco mais à frente, e quero registrar com satisfação a presença do Deputado Márcio Pacheco, que é presidente da Comissão de Portadores de Necessidades Especiais desta Casa, convidado para esta audiência e é com muito prazer que o recebo aqui.

Esta audiência foi precipitada, como fizemos a do ano passado, em função daquele desastroso encaminhamento de uma autoridade no MEC, a respeito da escola ofertada por dois institutos mais do que seculares. Alias, os próprios documentos do MEC que tratam de política de educação para inclusão, abordam a referência desses dois institutos. Desastrosamente, como foi na gestão anterior, e nós debatemos isso aqui, o Estado do Rio de Janeiro que quis sim, e a Assembleia interveio, encerrar com as poucas escolas especiais que mantém – no ano passado tivemos um movimento igual no estado – e voltamos a ter este ano da União. Os Deputados Robson Leite e o Márcio Pacheco foram fundamentais porque responderam de pronto, fazendo contato com o Ministro da Educação que esclareceu o equívoco.

Mas, nos preocupa como é que o estado, através dos governos, e por isso o convite aqui à Secretária do Rio de Janeiro, pela expressão da sua rede, como é que o estado e o município estão vendo a implementação dessas políticas. Ou seja, nos temos oito metas de que o Secretário e o Governador serão cobrados por bem ou por mal. Ou então muda a lei. Temos mandado semanalmente expediente ao Ministério Público do Estado denunciando metas não cumpridas no plano. Faremos isso com permanência.

É uma questão de os governos entenderem que educação é um patrimônio da população, da sociedade. É uma política do estado e não dos governos. Então, vamos continuar recorrendo aos Ministérios Públicos, responsabilizando os gestores pelo não cumprimento daquilo que foi debatido na Casa, com participação da sociedade e sancionado pelo Sr. Governador, em dezembro de 2009. A maioria das metas de 2010 sequer foram alcançadas e sequer foram tratadas.

O Secretário Risolia esteve aqui apresentando o seu plano de metas e deixou claro, não é o plano de metas do Secretário, é o plano de metas do estado. Esse plano de metas do Secretário Risolia tem que estar rigorosamente articulado com o plano de metas do Estado, que é um documento maior do que o plano de metas dele.

O que nós queríamos hoje, nós não vamos esgotar o tema hoje, mas como é que o estado está vendo, como é que o estado está ampliando? Nós sabemos que a pedagogia da escola inclusiva, enquanto processo exige investimentos e recursos humanos, investimentos em número mínimo de equipe, investimentos em espaços especializados, e nós que conhecemos a rede, e eu conheço, conheço como presidente, como Deputado, conheço muito bem a rede do estado, e ela não está hoje preparada nem para a escola exclusiva, imaginem para a escola inclusiva. Sequer a escola exclusiva o estado está preparado. Falta professor, pessoal de apoio, não tem modulação, o espaço físico não é acessível, sequer para alunos com deficiência pontuais, deficiências físicas. Agora, imaginem as crianças com múltiplas deficiências frequentar uma escola dessas.

Não estou aqui, em hipótese alguma, desconsiderando a responsabilidade dos educadores que estão à frente da equipe, mas estou aqui como Deputado, de responsabilidade com o povo do Estado do Rio de Janeiro, de cobrar dos governos os investimentos necessários para que essa política, de fato, aconteça.

Então, na mesma ponta, o governo federal, como o estadual no ano passado que aponta a possibilidade de acabar com as poucas escolas especiais previstas. A senhora sabe perfeitamente que as escolas especiais terão o seu lugar para determinados casos, mesmo no dia em que a rede estiver totalmente qualificada, o que vai demorar, nós sabemos disso. Porque a outra ponta que a gente tem debatido aqui é investimento na educação. Ou seja, uma das metas desta comissão neste ano, professora, e aí vai ao encontro do apoio a vocês, gestores da educação, é nós aumentarmos o percentual mínimo constitucional do Estado do Rio de Janeiro. Uma crítica que fazemos publicamente aos governos que por aqui passaram. É inadmissível. A maioria dos estados desenvolvidos da Federação já aplica 28, 30, 35% em educação das suas receitas correntes líquidas. E o Rio de Janeiro continua aplicando 25%

Sabemos que o problema não é só investimento, mas é também investimento. Não há como implantar uma política desejada, como eu tenho certeza é da senhora, na sua visão profissional, sem investimentos. Então, o que queremos hoje, com uma pauta livre para a senhora, professora Helena, vou passar para a professora Nelma Pintor, coordenadora de educação especial da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, os dois representantes de Secretarias, o Secretário de São João da Barra, enfim. Nós vamos fazer uma agenda.

A Comissão tem uma dinâmica, vocês terão aí o tempo necessário para tratar do tema, deixando claro ao auditório que não vamos esgotar o tema na Sessão de hoje. Mas seguramente é um tema que será sempre recorrente nas preocupações dessa Comissão, em função da importância que tem essa justiça social que faz falta no estado brasileiro ao longo de toda a nossa história, ou seja, a educação pública ser lugar para todos, independente da sua origem, independente das suas necessidades. A escola pública é para todos. Agora, não queremos transformar escolas em depósitos de crianças. É melhor não ter a escola. Ou seja, nós pegamos, e aí é um comentário meu, professora.

A gente pegar o que já se comprovou em sistemas de educação em estados desenvolvidos no mundo, e por isso chegam no início da década passada aquele compromisso de Salamanca, é uma coisa. Agora, querer trazer essa visão para estados como o nosso que sequer cumprem o mínimo necessário nos seus projetos de educação, é irresponsabilidade. E essa Comissão vai se manifestar, vai se posicionar e vai cobrar, é nosso papel enquanto Deputados. Independente de partidos, independente de sermos de base ou não de Governo. Aqui é uma Comissão do Parlamento, da instituição, e tem como foco acompanhar, debater, fiscalizar e cumprir o que a sociedade espera da educação.

No final, os Deputados vão interagir. Quero passar a palavra a V.Sa. mais uma vez dando aqui com muita satisfação as boas-vindas, a senhora já tem a cadeira cativa aqui quando tratamos de educação especial.

A SRA. ROSENI CARDOSO - Bom dia, Srs. Deputados, bom dia a todos aqui presentes, é com prazer que venho mais uma vez a esta Casa conversar sobre essa questão. Realmente, conforme o que está posto na divulgação do convite do Deputado Comte Bittencourt, que nós vimos aqui discutir os grandes desafios que temos de enfrentar para que possamos garantir um direito do aluno com deficiência de estudar, de frequentar, de participar, de aprender, de conviver, de interagir com os outros alunos.

Conforme o Plano Nacional dos Direitos Humanos, não se trata apenas uma questão de educação. Nós também temos que dar a esses alunos que historicamente ficam em espaços segregados, o direito de estar nas escolas regulares. Nós não determinamos que eles terão que ir; nós queremos preparar um espaço escolar competente para que possa acolhê-los, recebê-los e dar a eles o direito e as possibilidades, todos os recursos e metodologias necessárias às suas necessidades especiais.

Eu queria só fazer um aparte com relação ao Plano Estadual. Eu participei da Comissão na época em que nós elaboramos o diagnóstico, na hora em que todo o Estado participou de forma democrática, nós demos o pontapé inicial no sentido do que nós devíamos como, quais são as deficiências da rede estadual nesse sentido, e foi distribuído para todo o Estado para que todos os professores pudessem se manifestar com relação àquele primeiro documento.

Depois de discutido, participamos do congresso, lá, no Caio Martins onde o Ministro esteve presente, onde houve um grande debate, discussões, com a participação da sociedade civil, também com a participação de todas as Secretarias Municipais e a Secretaria Estadual e dali tiramos um documento, um extrato. O que ficou decidido de que as Secretarias, tanto Estadual quanto Municipal, deveriam ter como metas, como diretrizes, para que alcançassem tudo o que estava posto, e que foi uma conclusão do grupo.

Então eu me sinto muito confortável até de dizer que muitos itens do plano a Secretaria de Educação vem atendendo. Dizer que hoje a rede estadual está pronta para receber todos os alunos seria uma hipocrisia minha afirmar, mas nós estamos caminhando para isso. Tanto que nós temos de resposta para nós que tudo que fizemos nós estamos sempre avaliando para verificar se está valendo à pena, se está sendo feito de forma correta. Agora para isso nós precisamos contar, claro, com recursos financeiros que o primeiro, o foco do nosso trabalho, da Secretaria da Educação, tem sido investir na formação continuada dos professores que estão na rede porque sabemos esse professores na sua formação inicial não aprenderam, não tiveram nenhum currículo que o os ensinasse como trabalhar, como atender as necessidades educacionais especiais do aluno surdo, do aluno cego, do aluno paralisado cerebral porque antigamente esses alunos estavam em outros espaços. Hoje eu posso dizer que tem aluno com paralisia cerebral se formando no ensino médio de escola estadual. Não foi beneficiado porque é coitadinho não é porque tem competência intelectual e tem condição de acompanhar o que está posto no currículo. Eles se formaram. A alegria só pode constatar, só pode falar sobre isso quem viveu, quem viu como foi a formatura, ele era mais um jogando o chapéu dele de formando. Então é isso que nós temos que dar o direito desses alunos e mostrar que são capazes, que eles podem e que eles devem, eles têm que saber que tem o direito de conviver, de estar junto com os outros alunos. Agora é claro, a Secretaria de Educação precisa saber o que eles precisam porque não se trata somente de uma inclusão social. É claro que a escola é um espaço social que propicia essa possibilidade até de desfazer preconceitos que muitas vezes os professores e diretores acham: não, esse aluno não pode estudar aqui. Às vezes pela expressão já mostram que não querem aquele aluno ali. Agora, nós recebemos muitas questões de Ministério Público cobrando da secretaria que o aluno esteja na escola regular porque é um direito que ele tem. Então nós temos que procurar quais são as demandas desse aluno. Recentemente recebemos uma reclamação de uma mãe onde o diretor que aquele aluno não poderia ficar lá. Conversamos com essa mãe e dissemos: mãe, eu também não deixaria meu filho nessa escola, mas eu vou te oferecer e peço uma oportunidade, vamos ver um outro espaço que ela possa ficar. Porque a menina já não queria mais estudar no ensino médio. Nós conversamos com a mãe, conversamos com o pai, mobilizamos a antiga coordenadoria de modo que essa menina hoje está sim numa outra escola, não era aquela que ela queria em frente à casa dela porque o ambiente já não estava favorável, mas elas foram chamadas a atenção, a escola teve uma penalidade. Mas essa menina agora está indo para uma outra escola e estamos garantindo para ela uma condução, um táxi, porque ela não tem ônibus adaptado para levá-la até a unidade para onde foi.

Enfim, então nós estamos recebendo, estou dando um exemplo bem recente. Nós sabemos das dificuldades que enfrentamos, mas nós também somos cobrados não só com relação ao direito de estar na escola especial, mas muitos também nos cobra o direito de estar numa escola regular. Então, a nossa ênfase tem sido, atualmente só para uma informação mais geral, atualmente nós estamos com 4.745 alunos com necessidades especiais na rede estadual, sendo que são 3.545 incluídos em 588 escolas, nós temos 1.500 escolas. São 1.200 alunos que estão em escolas especiais e classes especiais.

Com relação ao que foi dito pelo Deputado Comte Bittencourt a respeito de extinção de escola especial, o que aconteceu pontualmente numa escola de Niterói, os alunos que lá estão são do primeiro segmento, ou seja, dos anos iniciais do ensino fundamental. Esses alunos têm que ser absorvidos pela Secretaria Municipal, foi a única questão, ninguém falou: “vamos acabar com a escola”. Os alunos é que precisam ser atendidos, assim como os outros alunos que não são deficientes são absorvidos pelas secretarias municipais, esses alunos também têm que ser absorvidos pelas secretarias municipais.

Com relação a uma escola de Friburgo, recebi da diretora da Escola Neuza Brizola um documento dizendo “não temos mais alunos, não está tendo mais demanda, o que fazemos?” Bom, se não tem mais alunos, se estão todos incluídos, se estão todos já nas outras escolas, então não tem porque fazer a manutenção de uma unidade que nem pertence à Secretaria, mas revimos isso que foi decidido e vimos que poderíamos sim dar continuidade com alguns alunos, e ela continua lá funcionando.

Então, não há meta, não é a proposta, não é prioridade “Ah, vamos acabar com as escolas especiais, isso não é prioridade da Secretaria. A prioridade é preparar as escolas regulares para que o aluno esteja e possa ser atendidos nas suas necessidades. E é isso que a gente tem feito, com maior ênfase na formação continuada dos professores, para que eles saibam Braille, para que eles saibam libras. Com relação a libras, vocês devem saber que não é o fato do professor saber libras que ele vai dar aula. Não. Ele precisa saber libras para poder entender o que o menino surdo falou com ele, mas nós temos um intérprete. Onde tem um aluno surdo, tem um intérprete para poder comunicar para o aluno os conhecimentos, o conteúdo que o professor está trabalhando. Em algumas escolas também temos as salas de recursos, que é para complementar. O que a sala comum não ode oferecer, as salas de recursos vão complementar a questão curricular para que ele possa compreender melhor aquilo que foi abordado dentro da sala de aula. Então, é uma sala de recursos multifuncional, que tem uma série de recursos que facilitam a aprendizagem do aluno. Muitas vezes, o professor da sala de aula não tem como lançar mão de recursos, recursos visuais. Por exemplo, o aluno surdo, quanto mais estímulos visuais tiverem na sala de aula, melhor tanto para o aluno surdo quanto para o ouvinte. Mas quando a aula é o que a gente chama de “cuspe/giz”, realmente ela não é adequada nem para o não deficiente, nem para o deficiente.

Então, essas mudanças da prática pedagógica também se fazem necessárias para que haja uma adequação na metodologia, para que os alunos tenham acesso ao conhecimento.

Bom, além da formação continuada, que é a ênfase da Secretaria – nós trabalhamos o ano passado, em 2010, nós capacitamos 4.180 professores nas diversas áreas, inclusive com relação ao Atendimento Educacional Especializado, que é o AEE, que é a ênfase da secretaria federal, nacional de educação especial, que preconiza a importância desse trabalho nas salas de recursos, que é a questão da complementação da escolarização nesses espaços.

Bom, em outros serviços que a Secretaria se empenha para que garanta esse trabalho de melhor qualidade para que possa atender os alunos nas suas necessidades, nós temos os núcleos de apoio pedagógico especializado. Eram 30, agora houve uma divisão na estrutura da Secretaria de Educação, mas de qualquer maneira eles continuam funcionando, continuam 30 núcleos funcionando, onde a competência principal deles é saber onde o menino se matriculou. Porque no início do ano a gente fica perguntando “onde estão os meninos com deficiência?” Antes, no início do ano, e nem sempre a gente tem essa resposta imediata. Então, a gente procura que esses NAPS busquem nas escolas, procurem saber onde estão esses alunos, para que elas possam dar um suporte ao professor, para que acalme o professor, para que dê a ele: “olha, é assim que se trabalha com ele”. E dê a chance, dê a oportunidade desses meninos pertencerem à escola, dê a oportunidade dos outros alunos, que não são deficientes, que aprendam também com esses alunos. E eu acho que é só na convivência – não é só na teoria – é na convivência que a gente vai desfazendo alguns preconceitos, algumas dificuldades, algumas faltas de informação a respeito desses alunos.

Temos o Núcleo de Apoio aos Alunos com Altas Habilidades, que também é uma demanda que nós também temos na rede e que muitas vezes não são nem identificadas. São alunos que às vezes criam alguns problemas devido ao seu talento, devido a sua habilidade, à sua alta habilidade não ser trabalhada. Então esse aluno também precisa de um atendimento educacional especializado.

Os intérpretes de Libras, hoje nós estamos com 308 intérpretes de Libras, que hoje atendem a 844 alunos surdos. Começamos o projeto com dez alunos surdos e, hoje, estamos com 844 alunos. E não sei se vocês tiveram oportunidade de ver uma matéria que saiu no O GLOBO, uma mãe reclamando da universidade que não estava dispondo de intérpretes para o filho dela. E o filho dela tinha estudado no Colégio Estadual Albert Sabin, onde lá nós temos intérprete. E lá a mãe disse: “Nesta escola o meu filho deslanchou na escolarização”. Então nós não podemos negar que tem muita coisa, tem muito desafio. Mas,

nós também temos que valorizar, que reforçar e dar visibilidade às coisas positivas que acontecem na rede estadual.

Bem, além desses alunos surdos, nós também temos alunos, esses meninos com paralisia cerebral, muitas vezes eles estão na sala de aula, mas o professor não pode atendê-los nas suas demandas. Então nós temos uma pessoa de apoio, que fica ao lado desse aluno, pra dar o suporte. Não é o suporte pedagógico, é um suporte mesmo de pegar aqui, botar ali ou, se for necessário, com alguma coisa que ele não possa digitar, porque a gente também disponibiliza o notebook. Então, quando isso não é possível, essa pessoa do apoio ajuda no assessoramento e no deslocamento desse aluno dentro do espaço da escola.

Bem, temos alguns projetos que a gente tem em parceria com o MEC, que é o Programa Escola Acessível. Mas deixo claro que existe uma resolução que determina que qualquer obra e qualquer reforma ou obra de escola tem que estar prevista a acessibilidade. Existe a lei para ser cumprida, e todas as escolas precisam ser acessíveis. Nós não podemos esperar o aluno cadeirante chegar à escola para “então vamos fazer uma rampa”, “então vamos fazer um banheiro adaptado”. Nós não temos que esperar que esse aluno venha. Nós temos que nos organizar, sim, para que um dia todas as escolas realmente sejam escolas que tenham acessibilidade arquitetônica.

Tivemos a distribuição do notebook, porque foi criada uma tecnologia Mecdaisy de forma que os alunos cegos, no início do ano, tenham - provavelmente no ano que vem vai acontecer - no início do ano eles já tenham o livro didático que a professora escolheu, eles já tenham o livro didático em CD. Então, ele vai acompanhar na sala de aula, conforme o professor for utilizando o livro didático, o aluno cego também possa ir acessando o seu livro e ir acompanhando a aula conforme o professor está dando a aula.

Bom, e também nós temos os cursos que o MEC nos oferece que são à distância. Inclusive eles têm a chancela de universidade e esses cursos são oferecidos à distância. Então oferecem para nós, para a rede estadual, para os alunos e professores que se interessarem em fazer cursos de aperfeiçoamento e até mesmo de especialização à distância através do MEC.

Bom, eu tentei sintetizar, mas acho que ainda tem muita coisa que todos querem comentar e a gente vai alimentando e vai respondendo, e vamos dando continuidade, então, ao nosso debate. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora Roseni, obrigado. Evidentemente, nós aqui, da comissão, já lhe conhecemos e sabemos do seu compromisso e da sua empenhamento de trabalhar com essa área. Mas, é lógico que o Parlamento aplaude e reconhece as boas iniciativas do governo, mas nós temos que denunciar aquelas que não acontecem. É o nosso papel. E, nessa questão, nós ainda estamos muito atrasados. Ou seja, são questões do debate. É claro que é mais um debate nosso com o secretário gestor da pasta porque, quando se diz que estamos com muita vontade de avançar, quando se diz que estamos com uma política de adaptar todos os prédios àquela necessidade mínima básica, que é a física, não estamos nem falando das salas de apoio, do pessoal Qualificado, da modulação. E o Governo faz opção de refrigeração das salas. Fica clara a falta de prioridade na questão da vida das pessoas. Não é que a climatização não seja um bom projeto. Mas, o nosso debate, que já travamos com a Secretária da época, professora Tereza Porto, é se era prioridade.

A comissão está justamente tentando nos diversos gestores aí elencar as prioridades. Seguramente a rampa de acesso a todas as escolas, as quase 1500 escolas seriam muito mais importantes e um custo muito menor do que a climatização das 900 escolas.

Me preocupa, e a senhora falou, na questão do notebook, me preocupa a gente ver o Conexão Professor até hoje sem funcionar com os dados atualizados do ano letivo de 2011. O Estado, de um recurso já curto, gasta quase 400 milhões de reais nesse programa e, hoje, o professor na sala de aula tem o computador, tem a leitora, tem toda aquela parafernália alugada e não consegue ter acesso a sua lista de

alunos, porque o Conexão Professor, na ponta, está desatualizado. Aí entra a nossa preocupação, a gestora anterior, que eu gosto muito, aliás, esse Governo teve bons gestores da Educação, enquanto profissionais, O Prof. Maculan, a senhora sabe que eu tive aqui debates duros com todos, duros, que é o meu papel, eu não estou aqui para agradar secretário de Educação, estou aqui para cumprir o meu papel, mas todos pessoas de bem, pessoas competentes, mas que seguem linhas de decisão de um governo. Ou seja, decidem o que o poder maior do Governo estabelece. Então, a Secretária anterior tinha empolgação com a questão da tecnologia, que é bem-vinda, mas o custo disso, se investido em outras áreas, seguramente educadores, comunidade, pessoal técnico de apoio, estariam muito melhor atendidos. É uma fortuna que se gasta, a parafernália está lá, o Estado tá pagando por aquilo, porque é tudo alugado, com exceção dos laptops, o resto é tudo é alugado, e o Conexão não funciona. E já estamos acabando abril, o ano letivo está chegando ao meio do ano e nada funciona no Conexão Professor.

Mas, isso também é um debate para eu provocá-la, por isso eu tenho que provocar o Maculan, o professor Maculan da próxima vez que daqui estiver...

A SRA. ROSENI CARDOSO – Maculan não.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não Maculan. É tanto secretário, professora. Depois da fusão, 36 anos, 27 secretários de Educação. é um a cada ano e meio. Então não é impossível a gente trocar nomes aqui.

A SRA. ROSENI CARDOSO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Mas, eu vou me acostumar com o Sr. Risolia, pelo menos até o final do ano, espero, por mais um ano letivo, com todo respeito.

Mas, enfim, seria importante a senhora trazer para a comissão, e eu faço um pedido em nome da Comissão de Educação, depois encaminho ao Deputado Márcio Pacheco, a senhora traz aqui uma exposição do que já está sendo feito, mas nós gostaríamos de saber do que ainda não está sendo feito e o que se pretende fazer, isso ligado às metas do plano, com relação a esse atendimento, a essa questão da adequação do espaço físico. Como é que está esse cronograma? Os 92 municípios que têm a presença da rede estadual já estão atendidos nessas políticas que a senhora traz aqui ou apenas alguns municípios estão atendidos, em função da falta de investimentos? Eu recebi aqui, eu não estou entrando nos detalhes...

A SRA. ROSENI CARDOSO – Isso tudo é o que a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Isso já está acontecendo. Mas isso aqui representa a cobertura do Estado todo?

A SRA. ROSENI CARDOSO – O Estado todo.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – O Estado todo está coberto hoje?

A SRA. ROSENI CARDOSO – O Estado todo. O Estado todo.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Então, a senhora afirma aqui à comissão que qualquer escola do Estado, nos 92 municípios, que hoje é procurada por uma família que tenha uma criança com algum tipo de necessidade, o Estado está lá presente e apto para fazer o seu diagnóstico, estabelecer o tipo de ação que tem que ter, ação pedagógica, e para acolher essa criança em alguma escola da sua rede, nos 92 municípios?

A SRA. ROSENI CARDOSO – Certo. Só um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Certo ou sim?

A SRA. ROSENI CARDOSO – Sim. Mas, só que alguns diretores às vezes omitem. Quando o NAP chega, quando as equipes do NAP chega na escola, “E aí, vocês têm alunos com deficiência?” Nem no censo escolar, quando a gente vai procurar - o censo escolar é uma informação - quando a gente vai no censo escolar ele não está lá, ele não consta daquela escola. Então, nós esbarramos também às vezes com essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Bem, esse debate, nós vamos voltar...

A SRA. ROSENI CARDOSO – Ele aceita o aluno. Ele só não diz para nós que ele tem o aluno. Às vezes ele diz assim: “Não, eu preciso de diagnóstico.” Poxa, o menino é cego, que diagnóstico, puxa! O menino é cego. Que diagnóstico?!

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – E aí eu pergunto a senhora: seria bom a senhora indicar, algum diretor já foi responsabilizado com inquérito administrativo por não responder as suas obrigações? E esse inquérito chegou ao final e o servidor foi devidamente responsabilizado? A senhora teria algum exemplo para nos trazer?

A SRA. ROSENI CARDOSO – Olha, temos até um mais recente, mas até com relação a uma escola especial. Então, a direção foi chamada porque ela teve algumas condutas lá não adequadas e foi chamada, e na Secretaria de Educação ela foi repreendida, foi uma primeira advertência, mas que não se criou um inquérito, não chegou a se criar um inquérito administrativo; ela foi advertida.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Então, não podemos alegar esse problema. Se não tem um inquérito, se a Secretaria não está com os seus processos adequadamente estabelecidos para penalizar na ponta. Mas de qualquer maneira isso seria uma informação importante para a senhora mandar para a comissão, que eu vou fazer por escrito depois ao secretário Risolia para que a sua coordenação nos encaminhe. Está bom?

Professora Helena Bomeny, subsecretária de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, representando a professora Claudia Costin. Seja muito bem-vinda, professora!

A SRA. HELENA BOMENY – Bom dia a todos, Presidente da comissão, Deputado Comte Bittencourt, demais Deputados, todas as pessoas presentes aqui, alguns já parceiros. Quero só dizer que aqui está ao meu lado a diretora do Instituto Helena Antipoff, lá da rede, que cuida de toda a parte com alunos com deficiência, professora Kátia Nunes, parceira nossa nessa grande empreitada.

Primeiro, é muito bom estar aqui, para trocar, para ouvir. É um caminho duro, é um caminho árduo, um caminho, esse da educação especial e da questão da inclusão. Não é fácil. É um caminho sofrido.

Mas nós lá no município, quer dizer, desde que a secretária Cláudia Costin assumiu tivemos duas mudanças na direção do Instituto Helena Antipoff até para corrigir caminhos que estavam sendo tomados. E, a partir da posse da professora Kátia Nunes, ficou claro qual era a posição da Secretaria Município de Educação em relação à política de inclusão. Nós temos essa política desenhada a mil mãos, com todos os pais de alunos portadores de deficiência.

Nós temos o GT de pais responsáveis de alunos com deficiência com os quais nos reunimos bimestralmente para desenharmos essa política porque a questão da inclusão é um direito do aluno mas um direito que ele tem, ele pode querer ou não, quer dizer, nós não impomos, lá no Município do Rio de Janeiro não há uma política forçada de inclusão. O aluno, seus pais, seus representantes têm o direito de optar de que foram, quando e como eles querem essa inclusão.

Então, na matrícula de nossos alunos, a partir de 2010, desde 2010, na matrícula é perguntado ao pai, quando se nota, quer dizer, é informado se há um aluno com deficiência que tipo de escola ele quer freqüentar, se ele quer freqüentar uma escola especial, se ele quer freqüentar uma escola regular. E quando percebemos, os técnicos de IHA, percebem que essa criança, esse aluno tem toda condição de freqüentar uma escola regular e o pai não quer, é explicado ao pai quais são os benefícios da inclusão que seu filho terá se freqüentar uma escola regular. Mas a palavra final é do responsável, é do pai.

Então, é assim que nós temos agido, tentando mostrar que a inclusão é importante, é necessária, mas ela não é forçada. E também pensamos o seguinte: não é porque o aluno está em uma sala especial, em uma escola especial que ele não está incluído. A inclusão não se faz somente porque está freqüentando uma escola regular. A inclusão é dar a esse aluno, a essa criança todas as possibilidades que ele tem de se desenvolver, seja lá em que espaço for. E essa é a nossa política.

Nós temos atualmente na rede quase 10.000 alunos com deficiência, sendo que 4.508 estão em escolas regulares e 4.749 em salas especiais.

Quanto à questão mais importante é a questão da capacitação dos professores, temos uma política de capacitação de todos os professores, sejam professores que estejam em salas regulares, professores que estejam nas salas especiais.

Mas, eu queria, Deputado, levantar um ponto que de repente esta Casa de Leis poderia nos ajudar, que é a questão da formação inicial do professor. Nós, quer dizer, enquanto Secretaria, nossa atuação é atuação professor e aluno na sala de aula. Nós estamos fazendo o papel de universidade. Grande parte do nosso tempo, a própria Roseni está dizendo da capacitação que se faz porque os professores não vêm, quer dizer, não tem esse tipo de capacitação nos seus cursos, quando fazem pedagogia. Não sabem lidar com o aluno especial, não sabem lidar com toda a gama de diversidades de deficiências que há. A universidade não cumpre esse papel, então, nós temos que fazer esse papel.

Então, ao mesmo tempo em que o professor tem que tratar, tem que lidar com o aluno, ele tem, paralelamente, aprender como lidar. Então, é difícil, a questão do tempo, como capacitar o professor, é uma rede enorme, é uma rede difícil, como é que vamos tirar professor de sala de aula para fazer a capacitação? Então, temos que aproveitar a semana de capacitação no início do ano, a semana de recesso, uma semana de julho. Quer dizer, tudo isso é impedimento para que o processo se dê de forma mais competente.

Nós fomos atropelados, eu acho que pela falta de preparo que as universidades têm seus alunos. Então, eu peço aos deputados que possam fazer menção a isso, propor, tentar ver nas universidades que tipo de trabalho está se fazendo. A universidade não percebe que tipo de alunos a sociedade tem, parece que todos os alunos estão perfeitos, com tudo funcionando. A universidade não se cobra, a universidade não percebe que tem obrigação de formar professores, capacitar professores para toda essa gama de alunos que todas as redes têm. Eu acho que isso facilitaria muito o nosso trabalho. A gente tem que estar fazendo um trabalho, se nós tivéssemos esse trabalho prévio das universidades, com certeza tudo o que nós fazemos em nossas escolas seria muito facilitado, porque já teríamos professores capacitados para esse tipo.

Os professores são outras vítimas desse descaso. Eles estão lidando com uma universidade ao mesmo tempo em que eles estão trabalhando, mas são professores altamente comprometidos, nós temos uma rede com professores altamente comprometidos, e estamos tentando fazer com que o Helena Antipoff... depois eu quero que, se possível, a Kátia Nunes possa falar um pouco mais sobre a política desenvolvida pelo IHA, para que nós possamos mostrar nosso trabalho.

Temos, também, classes hospitalares, atendemos os alunos em classes hospitalares, nove classes hospitalares. Atendemos também em domicílio, quando necessário, e isso é um caso bastante sintomático. A professora Kátia Nunes nos mostrou, num desses encontros que nós temos com os pais, ela tratou de um menino, Silas, que tinha síndrome dos ossos de vidro, uma fragilidade enorme, e tinha toda recomendação médica para que esse aluno não fosse tocado, não se fizesse nada. E a professora Kátia, foi um aluno que ela tratou no domicílio. Esse menino, na medida da sua possibilidade, ele aprendeu a escrever, ele escrevia. Isso é inclusão. A inclusão não é só estar numa sala regular. A inclusão é dar possibilidade de o aluno se desenvolver na plenitude das suas possibilidades. Então, é um trabalho muito bonito, mas é um trabalho sofrido, é um trabalho penoso. Reconhecemos que há ainda muito a ser feito, mas estamos de braços abertos.

Foi um prazer estar aqui, eu acho que essa troca é muito boa. Se possível, gostaria que a professora Kátia Nunes falasse um pouco da nossa política.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora Helena. Com a palavra, a professora Kátia Nunes, mas, antes, registro Deputada Claise Zito, Deputado Marcelo Freixo, membros da Comissão de Educação.

A SRA. KÁTIA NUNES – Bom-dia a todos. Eu acho que estamos no melhor momento da educação especial no município do Rio de Janeiro, porque estamos tentando discutir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência. Eu afirmo isso porque fui professora 23 anos na rede e sete em privadas, sempre trabalhando com aluno com deficiência e, hoje, me sinto honrada de estar à frente da educação especial no município do Rio de Janeiro.

Trabalhei sempre a favor da inclusão, levando em consideração a especificidade da deficiência. A inclusão só será efetivada se tiver a educação especial, porque a especificidade da deficiência gera recursos, gera formação.

Quando entrei na rede, assumi uma turma que tinha alunos com deficiência auditiva. E aí, o que faço? Acabei de me formar e não passou na minha formação a educação especial. Foi aí que meu aluno, todos os que passaram pelas minhas mãos, me ensinaram a prática de como trabalhar com eles. E foi ali que eu aprendi a ser hoje uma pessoa melhor.

Digo a vocês que, ser diretora de um departamento que eu estou realmente dirigindo no Município do Rio de Janeiro, eu tenho o compromisso de cumprir aquilo que eles precisam. Hoje, colocar que o aluno com deficiência pode estar em qualquer espaço, não. Espaço, tem um momento em que ele precisa, de um momento em que ele vai se desenvolver, um momento em que ele requer recursos adaptados para ele. Nós estamos discutindo muito, mas só quem trabalhou junto a ele sabe que realmente eles precisam. Muitas vezes eles dizem assim, Tia Kátia, você vai me colocar numa escola? Eu dizia: Vou, Silas. Tia Kátia, um dia, vai te levar para a escola. Essa escola, alguém vai querer que eu estude ali? Eu vou aprender a escrever? Eu dizia assim, claro que vai. E aí eu ia à escola e escola olhava e dizia: de jeito nenhum. Minha escola não está preparada para receber um aluno com essa deficiência. E aí, voltava a cabo, discutia com as pessoas responsáveis. Não. Não é o momento.

Então, hoje, quando a Roseni coloca que é um direito de todos, inclusão a ser feita de uma forma que todos têm direito a entrar numa escola, eu concordo sim. Porque eu fui uma que lutei muito para colocar um aluno especial numa escola. E foi muito difícil. Não foi fácil não. Hoje, digo para vocês. Estou no melhor momento. Todos os alunos estão dentro da escola. Aí, um compromisso de todos nós aqui presentes, é discutir sim, de que forma esse aluno com deficiência aprende. Não é só incluir por incluir. É fazer com que o aluno com deficiência aprenda. E é isso o que estamos fazendo, oferecendo e comprando sim. Ultimamente, estamos com uma compra imensa de laptop sim, criando adaptações para paralisados cerebrais, sim. Para que ele, realmente, chegue a uma universidade. Você vê, não tem a possibilidade de

um intérprete, ele tem que fazer valer isso sim. Tem que estar lá e provar para todo mundo que deficiência não é impossibilidade. Tem que provar para todo mundo que dessa forma que estamos aqui, não estamos perdendo tempo, pelo contrário, estamos ganhando. Hoje estamos parando para discutir. Há 29 anos, ninguém queria me ouvir. Hoje estou me sentindo honrado de fazer valer no município do Rio de Janeiro uma discussão como essa. Bom-dia para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigada, Professora Kátia. Seja muito bem-vinda aqui.

Quero, antes de passar à Professora Nelma Pintor, da Secretaria Municipal de Educação de Niterói.

Quero registrar, dizer ao Deputado Marcelo Freixo que já participava dessa comissão na outra legislatura, que a comissão não é contra laptop. Nós aqui questionamos o preço do laptop, o processo licitatório, a rapidez do pagamento e se era prioridade em função das grandes necessidades.

Só quero deixar claro que o Deputado Marcelo Freixo, assim como os outros Deputados da comissão da legislatura anterior, não éramos contra laptop. Não é, Marcelo?

O SR. MARCELO FREIXO – Fomos contrários também ao fato de eles terem sido comprados com o dinheiro do Fundo de Combate à Pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Sim. Mais esse detalhe.

O SR. MARCELO FREIXO – Esse escândalo também aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora.

A SRA. KATIA NUNES - Não é a compra de laptop, foi o laptop. Acho que tem que estar o programa ali, instalado para isso.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não há dúvida. Ferramenta é fundamental.

A SRA. KATIA NUNES - Acho que atualmente nossos laptops são todos lançados o programa.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não há a menor dúvida.

Professora Nelma Pintor.

A SRA. NELMA PINTOR – Bom-dia a todos. Deputado Comte Bittencourt, em nome do Presidente desta comissão de educação eu cumprimento todos aqui presentes, os amigos, Secretarias de Educação, de Governo, da sociedade civil, os colegas que estão em pé, agradecer a uma parcela da minha coordenação de educação especial do Município de Niterói que está me acompanhando, bom, todos que estão aqui envolvidos nessa discussão tão bem-vinda, tão necessária, tão premente para a sociedade brasileira e, principalmente, para a nossa sociedade fluminense.

Vou falar especificamente do local do Município de Niterói de quem eu trago um abraço da secretária, do Sr. Presidente da Fundação Municipal de Educação e de todos os colegas dos demais departamentos.

Essa é uma discussão, como já foi dita inicialmente que não vai se esgotar apenas nessa troca de informações que trazemos aqui. É muito importante dizer que as ações que o Município de Niterói vem desenvolvendo já há mais de 20 anos em relação a acolher alunos e pessoas com as suas diferenças dentro dos seus bancos escolares, nas suas escolas, elas são muito coerentes com algumas das ações praticadas pelas Secretarias Estadual e Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que é uma Secretaria

que congrega um número imenso de escolas e de alunos, se comparado com o número de alunos e de escolas da rede municipal de educação de Niterói.

Porém, independente da questão quantitativa, a qualidade das dificuldades, as contradições do dia a dia do chão da escola, são muito semelhantes. Então, nesse sentido, eu me congratulo com as colegas das respectivas Secretarias.

Niterói, então, tem uma peculiaridade, eu costumo dizer isso sempre que eu falo em público. A rede municipal de educação de Niterói, por uma condição apenas circunstancial, nunca criou uma escola especial, nem temos classes especiais. De forma que todas as nossas escolas naturalmente acolhem todo e qualquer aluno independente de ter essa ótica de esse aluno vai para essa escola especial ou classe especial porque não as temos. Então, eles estão nas nossas salas de aula.

Niterói vem, ultimamente, nessa última administração adquirindo um número maior de equipamentos escolares e ampliando as suas salas escolares, porque a demanda tem sido imensa. Nós temos recebido um fluxo de alunos da rede privada, da rede estadual e da rede filantrópica de uma forma assim que chega a nos assombrar e infelizmente nos entristece porque a gente não tem o aparelho físico que possa hoje acolher. Mesmo com os últimos concursos públicos para professores e outros profissionais da rede, a gente está conseguindo atender à demanda porque a cada dia nos aparecem pessoas, inclusive que mudam de residência. Nós temos alunos que mudaram de residência, famílias que mudaram para trazer seus filhos para estudar na rede municipal de Niterói. Pessoas que vieram de São Paulo, do Pará, da Bahia, do Espírito Santo, Minas Gerais, sem falar dos municípios adjacentes. Então, isso tem causado um impacto muito grande na rede.

A gente vem desenvolvendo uma política municipal de educação com esse viés da inclusão. Estamos no caminho, estamos no processo. Não podemos admitir, com toda a seriedade científica que o trabalho requer, não podemos admitir que temos escolas inclusivas totalmente. Estamos no caminho de praticar a inclusão, até porque a gente tem que ter uma concepção comparativa dessa questão de inclusão. Estamos falando em inclusão social, uma inclusão social que vai atender à diversidade humana, e não apenas aquele aluno que tem uma diferença. Aí a gente cairia outra vez na segregação se a gente tivesse uma educação inclusiva para atender um aluno com deficiência. Não é essa a nossa política.

A gente acredita em uma educação inclusiva que atenda a todos com as suas diferenças, com a sua diversidade. E dentro dessa política quando isso está acontecendo dentro da escola que é a escolarização inclusiva, aí sim, aí a gente tem que pensar em demandas, em recursos, em uma outra escola. É outro modelo de escola que nós temos que procurar agora.

Não podemos pensar em fazer uma escolarização inclusiva com o modelo de escola tradicional que está aí. A gente requer nesse sentido, que a gente repense as abordagens metodológicas e tecnológicas, que a gente repense as abordagens curriculares e avaliativas, que a gente repense as abordagens atitudinais de toda a comunidade intra e extra-escolar.

Então, essa é uma questão muito séria porque senão vamos ficar discutindo a vida toda a inclusão educacional com o foco exclusivamente no aluno com deficiência, mas a partir de que ótica? De uma escola que já hoje se encontra ultrapassada nas suas bases epistemológicas, inclusive. Então, o que nós temos que discutir hoje é a questão da formação profissional e formação humana.

Ah, o professor não está preparado para atender a pessoa com deficiência. A gente tem que começar a desconstruir esse discurso. O professor tem que estar preparado para a vida. Se ele opta por ser educador, ele vai lidar com gente. E se ele vai lidar com gente, ele tem que ter dois eixos de formação trabalhada. (Palmas). Ele tem que ter seu eixo de formação profissional trabalhada sim, isso compete a universidade sim e aí eu gostaria de fazer um parênteses, eu sou professora universitária dessa disciplina,

não podemos dizer que a universidade em regra não está trabalhando com isso, está, mas tem que aprimorar, não vou dizer que está ótimo o trabalho mas está fazendo sim, eu sou professora universitária dessa disciplina, a gente precisa ampliar e precisa rever, Deputado Comte Bittencourt, junto as universidades a condição como essa disciplina como essa disciplina vem sendo oferecida aos alunos, mas isso é outra questão.

Então, no eixo da formação profissional este é fundamental para todo e qualquer professor independente de estar na escola inclusiva ou não e paralelamente a sua formação humana. E aí quando a gente fala da formação humana eu me reporto ao que a minha amiga Roseni disse, quando o diretor disse: aqui não tem uso de maniqueísmo, uso de maneirismo, uso de conduta obscura como anda a formação humana do nosso professorado e da formação humana resulta suas condutas de atitude, de preconceitos arraigados que não estão sendo discutidas e não estão sendo desconstruídas. E nós vivemos numa sociedade eminentemente preconceituosa e não é preconceito apenas para pessoa com deficiência não, é preconceito para o negro, para a mulher, para a prostituta, para o homossexual, para o velho e para índio que se queima na praça dizendo que é brincadeira. O deficiente é um dos indivíduos desses grupos sociais que são marginalizados. E essas pessoas não estão dentro da escola? Estão. Então a escola tem que ser inclusiva para todos e há preconceito para todos. E nossa escola pública que atendemos maciçamente a classe oriunda dos redutos populares, dos redutos desfavorecidos, são as crianças pobres, as crianças negras, as crianças desassistidas, as negligenciadas. É contra essas crianças que os professores têm atitudes preconceituosas também. A formação humana e a formação profissional tem que ser repensada a partir da ótica de um novo modelo de escola se a gente quer trabalhar e começar a pensar em inclusão educacional.

Preocupa-me também, trazendo o foco, já que educação tem um foco muito grande sobre as pessoas com deficiência aí eu gostaria de falar das pessoas severamente comprometidas porque os meus alunos cegos, os nossos alunos cegos, os nossos alunos surdos, os nossos alunos encefalopatas que tem inteligência preservada esses vão embora, esses vão sim atingir os níveis mais elevados de ensino que está preconizado nas legislações. Agora os nossos alunos severamente comprometidos e com deficiência múltipla esses que vão ter uma restrição intelectual e a gente vive numa sociedade economicamente regida pelo poder capitalista que se você não tiver inteligência para produzir você não vale nada, são esses indivíduos que são ônus para a sociedade e para o governo. Mas, são eles que mais precisam das ações governamentais e educacionais, esses sim precisam de abordagem tecnológica, de atendimento educacional especializado, de atitude humana para com eles porque a sociedade não pode fechar os olhos e negar que essas pessoas estão aí.

Então, o que é que eu tenho lá na minha escola em Niterói? Eu tenho famílias e famílias que chegam pra gente, pessoas idosas dizendo: onde o meu filho vai trabalhar? Meu filho não vai a um cinema, meu filho não vai a uma praia, meu filho não vai a um teatro, Professora Nelma, eu vou morrer, quem vai assumir a responsabilidade de cuidar deste indivíduo que é meu filho, que é minha filha. Eles ficam velhos. Então a educação inclusiva é uma educação que vai perpassar a vida do indivíduo a vida inteira e essas pessoas não vão chegar lá na produtividade intelectual que a sociedade espera, eles têm que ser tentados na questão da educação inclusiva.

Todos os projetos que a gente faz, eu posso elencar todos que Niterói faz, inclusive estou trazendo para o Sr. Deputado presidente desta comissão, os folders de algumas de nossas ações e do nosso programa permanente de formação de professores onde nessa formação de professores nós estamos tentando aliar a questão humana, a questão profissional. Então eu acho que é uma discussão riquíssima e eu me empolgo muito, acho que é muito bem-vinda, parablenho todos que estão porque nós todos enquanto sociedade temos uma grande luta pela frente ainda. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Professora Nelma.

Quero registrar o Vereador Eliomar Coelho. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Recebi já uma cópia do seu projeto de lei que tramita na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro a respeito desse assunto.

Queria passar a palavra a Maria da Glória de Souza Almeida, que representa aqui o Instituto Benjamim Constant.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA DE SOUZA ALMEIDA – Bom-dia a todos.

Vejo com muita satisfação que a nossa luta - e eu falo nossa duplamente, porque sou uma pessoa com deficiência visual total, sou cega. É muito importante que nós, Sr. Presidente Comte Bittencourt, estejamos aqui discutindo questões tão importantes. Podem ser questões de estado, questões de governo, questões políticas, mas como a Professora Nelma falou, a maior questão é a questão humana. Essa tem que ser realmente amplamente discutida, profundamente refletida. Então, nós que estamos, eu sou oriunda de uma escola especializada, nós, como escola especializada muitas vezes levamos rótulos – às vezes, não; sempre – levamos rótulos bastante injustos, gostaria apenas de corroborar muitas falas que ouvi hoje. E essas falas, da Professora Helena, da Professora Cátia, agora da Professora Nelma, justamente vêm para que possam também compatibilizar também o nosso discurso.

Então inclusão é direito para todos, como já foi falado! Todos mesmo! Não é só para mim que sou cega, para o outro indivíduo que é surdo, para o outro que é deficiente físico. É para todos! A escola tem que se abrir para todos! Ideologicamente, filosoficamente, o discurso da inclusão é inquestionável! Se eu não tivesse tido acesso à escola regular em algum momento da minha vida, eu não estaria aqui com os senhores, eu não estaria, há 30 anos, sendo professora e defendendo as questões.

Hoje, somos assolados, Sr. Presidente, com muitas preocupações. E eu gostaria que os senhores parlamentares prestassem muita atenção nisso: nós queremos parceria, mas não queremos alijamento. O Instituto Benjamim Constant não é absolutamente uma escola segregadora. Ele tem, na sua história de 156 anos, estamos partindo para 157 anos, eu sempre falo que essa longevidade é muito complexa, porque se nós, nesses mais de 150 anos acumulamos saberes, acumulamos todo um conhecimento quanto à deficiência visual, nós muitas vezes somos tachados como anacrônicos, então não há mais necessidade dessa escola. Aí entra o outro lado da moeda, o descarte dessa escola.

Muito bem, estamos defendendo a manutenção dessa escola sim, não por teimosia, por mero trato histórico, mas por acreditarmos nela como um grande braço da inclusão. Nós temos plena consciência de que não podemos absorver todos os alunos, nem do município do Rio de Janeiro, quanto mais do Brasil, mas nós fomos sim a matriz da Educação Especial na América Latina. E ali, naquele momento em que inaugurava, em 1854 – vejam bem, 1854, onde a educação brasileira era absolutamente restrita a uma pequeníssima elite, isso agrava o analfabetismo, todo o desconhecimento, o sistema educacional brasileiro ainda nem tinha realmente se implantado. Nós estávamos ali dando o primeiro passo para a inclusão. E isso não é uma figura meramente retórica; é uma verdade histórica. Então, nós não podemos jamais estarmos presos a uma mera tradição. A tradição nos ajuda a formar um juízo, a plantar realmente um alicerce. Mas o Instituto Benjamin Constant, ele só pode continuar de pé, íntegro, porque ele teve a grande capacidade da transformação. Então, a cada momento histórico, a cada ordem vigente, ele procurou estar presente modificando-se. E, hoje, nós vemos que podemos apoiar. Professora Cátia, com que orgulho digo a senhora que a gente tem estreita ligação com o Helena Antipoff. Quantos professores de vocês fazem os nossos cursos? E isso é maravilhoso porque, nós, quando oferecemos um curso de qualificação, de capacitação, nós não estamos qualificando para dentro de nossos muros. Nós estamos qualificando exatamente para a escola regular.

Nós achamos, sim, que a inclusão não é apenas matricular. Incluir não é matricular. Incluir é aceitar. E imaginem os senhores se eu, por exemplo, como pessoa cega, gostaria de ser excluída.

Ninguém, nenhum de nós quer ser excluído por nenhuma razão. Eu sempre digo que as pequenas exclusões doem, imaginem as grandes exclusões. Então é para isso que nós trabalhamos. A permanência, a nossa permanência como escolarização, ela está nos dando o quê? Um aporte para que nós possamos estar sempre na linha dianteira das metodologias, do material didático, da prática docente. E nós, trabalhando nesse sentido, estaremos o quê? Incrementando as redes, dando assessoria, fazendo consultoria, abrindo-nos para que esses cursistas de todo o país possam realmente perceber o que educar uma criança com deficiência visual. Educar uma criança com deficiência visual não é apenas ensinar-lhe o sistema Braille, é muito mais do que isso.

Então, concordo com a senhora quando diz que a escola só será inclusiva quando todos aprenderem ao mesmo tempo, no mesmo ritmo, no mesmo espaço. Porque, o que se vê hoje, infelizmente, é a criança estar dentro de uma sala, muitas vezes em que a professora não tem culpa de não estar realmente apta para trabalhar. Nós não somos tão polivalentes que tenhamos especialização em surdo, cegueira, em deficiência múltipla, em transtornos globais de comportamento e assim por diante.

Então, nós temos que repensar, sim, as classes, crianças, de fato, que precisam dessa classe especial, Sr. Presidente, continue discutindo isso. Continue discutindo porque, numa sociedade como a nossa, altamente competitiva, onde somos cobrados diariamente por nossa competência, o que será de um aluno que realmente não se prepara para o futuro. E volto a corroborar a palavra da professora: não é só a criança com deficiência. É qualquer criança. Não existe nação que não tenha na educação o seu alicerce máximo. Nenhum país pode crescer economicamente, socialmente, culturalmente se a escola não estiver ali presente. E, infelizmente, nós temos que admitir que a nossa escola está falhando, a nossa escola ainda tem muito a caminhar.

Então, não se tratar muito da discussão apenas da educação especial ou da educação inclusiva. Eu acho que o primeiro foco é discutirmos a educação. Porque eu nunca apreciei o termo “educação especial”, porque para mim toda educação é especial. Por quê? Porque ela conduz o homem à promoção social e intelectual, e humana mesmo. O homem só se humaniza verdadeiramente se ele se educa. Temos um compromisso sim. Nós, do Instituto Benjamin Constant, temos esse compromisso com a pessoa com deficiência visual. Mas não apenas - isto deve ficar bem claro - temos um compromisso com os nossos 300 alunos matriculados, nosso compromisso é com todas as crianças com deficiência visual deste país.

Para que os senhores tenham ideia, desde 1947, nós capacitamos professores. E por que isso? Naquela época não havia ainda o conceito de normalização, de integração, de inclusão, mas já entendíamos que o Brasil é um país muito complexo: ele é grande demais, ele tem diferenças culturais, diferenças econômicas muito grandes. E que esse conhecimento que era gerado no Instituto Benjamin Constant teria que ser disseminado, porque o menino que mora no Tocantins, o menino que mora lá no sertão de Pernambuco, o menino que está na periferia de São Paulo, esse menino precisa receber a mesma educação que o nosso menino recebia aqui no Rio de Janeiro. Ter centralização. A criança, sim, tem de ficar no seu ambiente cultural, no seu espaço cultural, junto à sua família. Isto é o ideal, é uma educação que tem o foco do humanismo. Não desviar essa criança do seu ambiente e do seio da sua família. Nós pugnamos por isso há muitos anos. E estamos sempre dispostos a lutar por isso. Agora, não vejo em que a nossa escola, o nosso compromisso de escolarização esteja atrapalhando o movimento inclusivista. Como já disse, creio que somos um braço da inclusão. Porque nós estamos aqui sempre dispostos a abrir caminhos para outros sistemas, abrir caminhos para esse professor que realmente é tão acusado de estar despreparado, abrir caminho para as universidades fazerem suas pesquisas, porque é na academia realmente que isso vai ter começado a ser discutido. Esse professor vai ter que se preparar, ele vai ter que se abrir. E não apenas se preparar tecnicamente. Fala-se muito na sala multifuncional. Não adianta você ter o material, você ter uma impressora em Braille, não adianta você ter a parte de informática totalmente afeita ao menino cego ou de baixa visão se o professor não estiver aberto, o espírito do professor.

Eu estou encerrando, apenas agradecendo a nossa presença, a presença do Instituto Benjamin Constant, e dizendo que nós seremos sempre parceiros da inclusão, porque nela nós acreditamos e dela nós dependemos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Maria da Glória.

Eu quero passar a palavra à Rosália de Fátima, representando o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos –, e quero pedir, nós temos... Dar a palavra a todos. Nós não vamos esgotar esse tema na sessão de hoje, como me referi no início, na sua abertura. E temos um horário regimental para terminar a nossa audiência. Peço àqueles a quem nós vamos passar a palavra para que sejam breves, trazendo o ponto central das suas reflexões e o compromisso da comissão de voltarmos aí junto com a comissão de portadores de necessidades especiais esse tema.

Rosália de Fátima Correia, do INES.

A SRA. ROSÁLIA DE FÁTIMA CORREIA – Bom-dia a todos. O INES se sente bastante comprometido em estar aqui com vocês discutindo a questão da educação inclusiva. O instituto, na fase de educação de surdos, assim como o IBC e o Pedro II, são escolas centenárias, o INES tem uma escola centenária, não é só uma escola, é um centro de referência nacional da educação de surdos. E a gente esteve à frente da discussão da educação de surdos no Brasil. Já no Século 19, o INES tinha a preocupação em divulgar o que acontecia no instituto para as províncias. A língua brasileira de sinais é oriunda da escola francesa, e o INES foi o berço da língua de sinais no Brasil para o Brasil; foi lá que surgiu a língua brasileira de sinais.

Nós temos um compromisso muito grande na difusão dessa língua, que é uma língua regulamentada, além da língua portuguesa, é uma língua que existe no Brasil, com projeto de lei, com decreto regulamentando; e nesse decreto ela coloca que a língua brasileira de sinais é a língua da pessoa surda. E a língua portuguesa seria, então, a segunda língua.

O que a gente vem discutindo é que em algumas escolas o surdo não tem tido o acesso ao currículo pela língua de sinais e pela língua portuguesa. E o decreto de libras é claro: a língua de acesso à instrução é através da língua brasileira de sinais. O nosso aluno surdo ele tem o direito de ter acesso ao currículo como todos e qualquer aluno. A gente não discute a questão da inclusão. A gente discute hoje a questão do acesso à escola e o acesso ao currículo, como todo e qualquer criança, adolescente, jovem e adulto surdo deste Brasil.

O INES hoje participa da formação continuada de professores a nível nacional, e para isso a gente tem o colégio de aplicação. Nesse colégio, nós temos em torno de 500 alunos, onde a partir das nossas práticas pedagógicas a gente participa da formação continuada de professores em qualquer local do território nacional, desde que seja convidado.

A gente também tem uma faculdade bilíngue, que é aberta a surdos e ouvintes, onde a gente faz a formação em pedagogia bilíngue, onde a língua dos profissionais é a língua de sinais. A gente tem um interprete em todas as aulas da faculdade, onde tanto o ouvinte quanto o surdo tem acesso ao conhecimento através da língua brasileira de sinais. E esses profissionais formados nós já estamos na segunda turma de pedagogia bilíngue e esses profissionais formados eles estão indo para a rede regular de ensino.

Então, a gente está aqui hoje para colocar que o nosso colégio de aplicação é uma escola que tem da educação infantil ao ensino médio, contando com a faculdade que a gente hoje está contribuindo de fato para a discussão de uma escola para todos, e a escola de surdos garantindo acesso ao conteúdo curricular através da língua brasileira de sinais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Rosália de Fátima.

Professor Antônio Lopes, secretário de educação em São João da Barra, falando em nome dos demais municípios.

O SR. ANTÔNIO LOPES – Bom-dia a todos. Bom-dia, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer o convite de estar aqui presente. Nós somos um município do interior, um município pequeno, e hoje aqui ouvindo eu pude pegar as palavras da professora Helena, que bateu no ponto “x”, nós sofremos isso na pele. Realizamos o concurso ano passado para professores do município. Colocamos seis vagas para professores especiais; apenas um aprovado. Então, nós temos uma deficiência muito grande de mão de obra qualificada para tal. Temos hoje no município um centro municipal especial com 65 alunos. Temos 21 alunos inclusos nas escolas regulares e temos essa grande dificuldade.

O nosso município, que é um município pequeno, do interior, tem 33 mil habitantes, está tendo lá um desenvolvimento e uma perspectiva de crescimento muito grande para daqui a 15 anos termos em torno de 200 mil habitantes. Essa é uma preocupação nossa, de preparar o município, de ter essa mão de obra qualificada, já que estamos tendo muitos problemas com alunos especiais.

Então, nós viemos aqui e é o interesse nosso de nos prepararmos e somarmos, junto com a fala da professora, para que as universidades - sabe, professora, a senhora falou, é professora de universidade, mas a grande maioria da nossa rede, nós que somos do interior, agora fizemos esse concurso, 450 vagas, 70, 80% dos professores aprovados não são do município, são de fora; e não têm essa preparação; e na hora de você fazer uma inclusão, é um problema seriíssimo.

Estamos aqui para somar, para que a gente possa ouvir, ver outras experiências, para que a gente também possa crescer. Essa é uma preocupação nossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professor.

Professora Maria Lúcia Sardenberg, da UPPEs sindicato.

A SRA. MARIA LÚCIA SARDENBERG – Bom-dia a todos, eu vim em nome da professora Teresinha Oliveira Machado da Silva, nossa presidente, que não teve condições, por ter outra agenda também importante.

A UPPEs tem acompanhado muito de perto essa discussão da inclusão. Nós somos favoráveis à manutenção das escolas especiais. Nós temos, em Niterói, uma contribuição maravilhosa dada pela escola especial Anne Sullivan, da rede estadual. Sabemos que lá existe uma fila imensa de alunos aguardando uma vaga, mas, em função de a escola ser nos fundos de uma escola regular, é uma escola com espaço reduzido, o que é muito triste. A gente tem lutado para que a Anne Sullivan consiga um espaço maior. Ela não pode atender à demanda, ela também atende alunos do município do entorno. A gente acompanha muito de perto o trabalho do Anne Sullivan.

Sabemos que a inclusão é para ser feita. Nós não somos contra a inclusão, nem poderíamos ser contra. Sabemos que é importante que todos se socializem e a socialização é muito importante também para as crianças e jovens especiais. Mas todos têm o seu momento. Nós não podemos pegar a criança e colocar numa escola regular que, como de fato, através até das nossas avaliações, não temos dado conta dos alunos regulares, normais. Eu acho esse título “normal” esquisito, porque nem eu me considero uma pessoa normal. Eu tenho altos e baixos, todos nós temos.

Não é possível colocar essas crianças na nossa escola da rede estadual. Nós também temos um projeto de visita às escolas e a gente conhece bem a rede. A rede não tem sequer condições de receber, todas as escolas, um cadeirante. Eu não sei por que não fazem as escolas com portas largas, banheiros largos, porque onde passa uma cadeira passamos todos nós. Podemos construir as escolas e reformar rapidamente, porque onde passa uma cadeira, nós passamos também, a rampa também nós podemos usar. Vamos facilitar pelo menos essa parte, que não há ainda em toda rede.

Não temos como falar de inclusão enquanto a nossa rede for precária, como o próprio secretário de Educação já falou. Muitas de nossas escolas precisam passar por reformas básicas. Como atender a esse alunado? Eu, como UPPEES sindicato, e conhecendo o pensamento dos nossos professores, sabemos que é impossível essa inclusão neste momento, como desejávamos que todas as escolas tivessem oportunidade de acolher esse aluno, com tudo o que ele precisa. Esse é o nosso sonho. Infelizmente, ainda não temos uma rede capaz disso. Vamos continuar lutando para que tenhamos muito breve.

Muito obrigada, bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora Maria Lúcia.

Vereador Eliomar Coelho, seja muito bem-vindo à nossa comissão. Com a palavra V.Exa.

O SR. ELIOMAR COELHO – Inicialmente, bom-dia a todos. Quero iniciar saudando o presidente, deputado Comte Bittencourt, demais membros da Mesa, companheiros, deputados Marcelo Freixo e Márcio Pacheco, em nome de quem quero saudar todos os presentes.

Eu gostaria de historiar por que estou aqui. Sou vereador há muito tempo e tenho uma relação, uma vivência com esse assunto também há bastante tempo. A mãe dos meus filhos, fonoaudióloga, especializou-se em estimulação precoce, na década de 80. É claro, teve um clube fundado, Só Lazer, para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Eu era sócio fundador desse clube.

Então, tenho uma relação e tenho discutido há bastante tempo. Tenho, inclusive, um neto com síndrome de Down que é uma graça.

Sou vereador há bastante tempo e quando nós começávamos a discutir a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, um grupo de pessoas com paralisia cerebral, deficiência física, deficiência visual, síndrome de Down, eles se reuniam todas as quintas-feiras no meu gabinete. Eles preparavam o material e aquilo ali o que eu fazia como vereador era exatamente aplicar técnica legislativa e apresentava aquilo como projeto de lei. Tudo o que existe na nossa “constituição” da cidade do Rio de Janeiro, tudo o que existe na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro é nosso mandato, apenas autor, mas toda produção legislativa trabalhada de forma coletiva. A professora Maria da Glória deve conhecer perfeitamente Ersen, Buri. O Buri já está na parte espiritual, mas o Ersen ainda está aí. Maurício Zenith, para vocês terem uma noção, portador de deficiência visual, fez mestrado, doutorado. Hoje é professor da Universidade de Belém. Vejam que o negócio da exclusão nós não podemos admitir de forma alguma, não há por que, não há justificativa. É claro que isso daí sempre foi objeto de minhas preocupações.

Agora, com o anúncio. Eu tenho o hábito, trabalho com um mandato de vereança três políticas, que é o trabalho de forma prioritária. A política urbana, a política de educação e a política cultural. Tenho o hábito de fazer visitas às escolas do município, não só as escolas especiais, mas escolas normais. Duas escolas por mês, mais ou menos, é a minha ida. É claro que começou a se discutir essa transferência, eu, realmente, não consegui ficar calado. Dentro daquilo que eu posso fazer, ir à luta, discuti na Câmara, fiz críticas severas, sempre afirmando que de forma alguma eu sou contra a educação inclusiva. De forma alguma, agora, não é do jeito que se está querendo fazer. O que está se querendo fazer é um verdadeiro absurdo.

Vejam bem, em 2009, 2010 foram fechadas 120 classes especiais no Município do Rio de Janeiro. Então, eu acho aquele negócio: devagar com o andor porque o santo é barro. Para se trabalhar a inclusão de uma criança portadora de necessidades especiais para uma classe normal, isso daí, experiências inclusive de outros países, geralmente demora um ano a preparação. Um ano. Um ano se preparando a criança. E aí, a criança é preparada com equipes multidisciplinar, vários profissionais, vários especialistas. Depois se trabalha também os professores da classe que a criança vai frequentar. E se trabalha também os alunos. Admitindo inclusive que todas as pessoas são portadoras de necessidades especiais. Porque se não trabalhar os alunos, também fica um negócio meio complicado.

Infelizmente, nós temos aí a maior rede de ensino do município do Rio de Janeiro, e há uma carência de profissionais já para as escolas normais, agora imaginem para as escolas especiais. Acho que a gente deva discutir. Quero louvar a iniciativa desta audiência pública porque eu estou vendo que aqui nós estamos... Quando eu cheguei estava falando a professora Nelma, depois eu vi a professora Maria da Glória, Rosália, ou seja, perdi infelizmente a professora Helena, que eu gostaria de ter ouvido. Mas eu acho que aqui, realmente, nós estamos fazendo aquele trabalho de construção coletiva para termos a condição de oferecer o que existe de melhor para a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Apresentei um projeto de lei. E todo projeto de lei meu também não é projeto da minha cabeça trabalhado. Eu tenho a demanda, e essa demanda é o trabalho de forma coletiva, de maneira que ele está à disposição de todas as pessoas, é um projeto de lei que inclusive foi publicado hoje, ainda vai para discussão, cabem emendas, cabe aperfeiçoamento. Eu vejo que aqui, por exemplo, nós temos um potencial de contribuição a ser dado exatamente na elaboração e no aperfeiçoamento desta lei.

Então, eu não poderia de forma alguma deixar de estar presente aqui, e tentando. Porque nós não podemos de forma alguma, começou com o anúncio do ministro da educação em relação a levar para as escolas normais, fechar o Benjamim Constant, fechar o INES. Isto não é brincadeira. A coisa tem que ser tratada de outra forma, tem que existir respeito acima de tudo, porque eu acho que o que está faltando é isso. Não está se discutindo nada disso com os professores, não está sendo discutido com os pais de alunos. (Palmas) Não é discutir com meia dúzia de pais de alunos nem com meia dúzia de professores. Nós temos que chamar os professores que são responsáveis pela condução da formação e informação dos alunos exatamente para discutir essa questão, como isso deva ser feito.

Há uma carência enorme. Como nós vamos superar essa carência exatamente para oferecer aquilo que deve ser oferecido no caso de transferir uma criança, por exemplo, de uma especial para uma escola normal.

Então, eu, professora Nelma, a senhora falou inclusive que...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Vereador, eu vou só lhe pedir desculpas, eu vou ter que - e V. Exa. como vereador vai me compreender, eu estou usando a prerrogativa aqui do Parlamento aos parlamentares porque eu vou ter que controlar o tempo dos deputados porque às 12h30 nós temos que encerrar a nossa audiência.

O SR. ELIOMAR COELHO - Só fechar. É que a professora Nelma ela falou que precisamos acabar com esse discurso de que falta preparo dos professores aqui. Quando a gente diz que o professor não está preparado não é bem que ele não esteja preparado como professor, mas ele ainda não tem, por exemplo, como ser capacitado suficiente e necessariamente para ser para exercer exatamente a educação deste aluno que vem de uma escola especial para uma escola normal. É disto que estamos precisando. Porque atualmente nós temos escolas de estrutura física que têm de ser mudada. Como assim estrutura física? Material humano, pedagógico, ou seja, há uma série de coisas que são indispensáveis para o

recebimento e o acolhimento dessas crianças especiais nas escolas normais. Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Vereador, muito obrigado pela sua presença. Seja sempre bem-vindo à nossa comissão. V. Exa. sempre traz grandes contribuições; e não é a primeira que se faz presente aqui na Comissão de Educação. Seja muito bem-vindo.

Professora Ielva Maria Costa, coordenadora de educação especial do Município de São Gonçalo. Em seguida, vai falar em nome dos pais presentes dos alunos de escolas especiais o Sr. Roberval. Depois, os Srs. Deputados.

A SRA. IELVA MARIA COSTA – Bom-dia a todos. Eu vou fazer uma apresentação rápida. Falo em nome da prefeita Aparecida Panisset, representando também a Secretaria de Educação de São Gonçalo no que se refere à educação especial.

Primeiro, eu gostaria de dizer que nós terminamos com todas as classes especiais no município. Estamos acolhendo todas as que eram poucas, estamos acolhendo todas as crianças oriundas da escola filantrópica APAE que fechou no início do ano.

E eu quero fazer um discurso enquanto conselheira de direitos da pessoa com deficiência também. E eu quero lembrar a todos nesse momento que a escola inclusiva é uma conquista do movimento de pessoas com deficiência. Não foram meia dúzia de pessoas no Ministério da Educação, não foram pessoas totalmente deslocadas da realidade da pessoa com deficiência, da discriminação que ela sofreu até então pela escola, que lutam pela escola inclusiva. O que se entende como escola inclusiva no Brasil hoje é a garantia de um direito conquistado das pessoas com deficiência de ter acesso ao saber, que é a herança da humanidade. O saber, que é a herança da humanidade, ele é trabalhado nas escolas formais para todos os humanos. A grande maioria dos humanos, tirando as tribos indígenas, as tribos ainda distantes, aprende e tem acesso ao saber construído por essa humanidade numa escola que é formal. E eu concordo com a professora Nelma que essa escola formal, sim, precisa se reestruturar enquanto escola na garantia de direito de toda criança matriculada aprender. Porque se nós começarmos a pensar na falência que é a escola no que se refere à garantia de aprendizagem de todas as crianças matriculadas, nós não estaríamos discutindo educação inclusiva na perspectiva da pessoa com deficiência só, mas a garantia de direito à aprendizagem de todas as crianças matriculadas.

O IDEB tem mostrado que nós não temos essa garantia. Então, não é a estrutura da escola que precisa ser mudada. Não é por isso que as crianças com deficiência vão ter que ser excluídas. O currículo tem que ser um currículo definido e delimitado, permitindo que elas acompanhem e tenham direito ao acesso ao conhecimento.

Eu questiono, deputado, a qualidade da escola especial. Qual é o currículo trabalhado pelas escolas especiais? Porque recebemos as crianças oriundas das escolas especiais, que ficam dez anos nas escolas especiais, e saem sem nenhum nível de aprendizado? (Palmas) O que eu preciso garantir aqui, enquanto educadora do estado, enquanto superintendente de projetos, coordenadora de educação especial – trago toda a minha equipe de educação especial do Município de São Gonçalo, porque nós estamos garantindo uma escola que tem que ser aberta a todos.

Fizemos a contratação de 50 professores de apoio especializados. Implantamos 60 salas de recursos multifuncionais. Compramos 30 delas com recursos públicos da própria Prefeitura de São Gonçalo. Porque a escola precisa se adaptar, se adequar, porque ela é para todos. O acesso ao conhecimento é herança da humanidade; e humano é deficiente também. A criança que tem deficiência não é menos humana. Ela não tem que ser segregada num espaço onde dizem a ela o que ela pode aprender. Não. Toda criança humana tem direito a ser potencializada. E digo que o preparo existe, sim.

Mas existe também o preconceito que me diz não preparada. Porque se eu estudei Vygotsky, se eu estudei Piaget, se eu estudei Freinet, eu trabalho com qualquer criança! (Palmas) O que eu preciso, deputado, é de um recurso. O que eu preciso é dizer, enquanto poder público, que ainda são poucos 50 professores especializados. Mas são eles que estão garantindo aos paralisados cerebrais o acesso a um currículo formal, a permanência numa escola que é para todos.

O transporte cidadão implantado em nossa cidade pela nossa prefeita consiste em 30 vans que levam a criança da porta de sua residência à porta de sua escola. E já estamos garantindo o transporte para o atendimento educacional especializado. Nós temos 60 salas de recursos com professores em suas respectivas salas, fazendo atendimento. Eu questiono por que algumas escolas do estado – eu sei que a gente não vai conseguir tudo de uma vez. Porque na escola do curso normal, em que eu trabalho, nós temos uma sala de recursos multifuncional, mas não temos um professor liberado para trabalhar nela.

Então, não se pode negar o direito porque o estado, porque o poder público falha. É preciso que o poder público deixe de falhar. Ele precisa fazer. Porque se o Município de São Gonçalo contratou transporte, se contratou professor de apoio especializado, se investe na sua formação – ainda na formação continuada, mas não só no nível da educação especial. A formação continuada é garantia de direito de todos os professores. E para trabalhar com todas as crianças. (Palmas)

Eu, ainda avaliando o plano de carreira do Município de São Gonçalo, verifico, deputado, que os professores não têm pouca formação não: eles têm bastante formação. A grande maioria deles têm graduação, pós-graduação, mestrado. Os cursos da Plataforma Freire foram acessíveis a todos. E poucas vezes, poucos professores – porque eu faço a inserção da Plataforma Freire na minha secretaria – fazem a opção pelo estudo na área de educação especial. Nós ofertamos, formação existe, formação se tem. Agora, não talvez essa formação acadêmica não impacte na formação humana. A formação humana, professora Nelma, é o grande desafio, mas não podemos deixar nossas crianças pedindo, por misericórdia, o direito de o professor querer trabalhar com ele. Não é isso. Ele é funcionário público, ele tem um direito, ele tem um dever a cumprir. E acredito, deputado, que uma das linhas de atuação hoje, do Estado do Rio de Janeiro, para garantir a elevação da qualidade de ensino que vai se impactar no próximo IDEB, é que os professores sejam cobrados na sua ação, em práticas pedagógicas em sala de aula, e que se aplique o Estatuto do Servidor Público àquele professor e àquele diretor, que diga: na minha sala esse menino não entra, eu não quero criança com deficiência aqui, porque não estou preparado. Tenha a dignidade de se preparar ou tenha a dignidade de sair do magistério! (Palmas) O que a gente não pode...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora, para concluir.

A SRA. IELVA MARIA COSTA - Concluindo, o que eu preciso dizer é o seguinte: a escola é direito de todos e não cabe à gente fazer um discurso fora do movimento de pessoas com deficiência. E convido a todos a participar, neste ano, das conferências municipais e a nacional da pessoa com deficiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigada pela sua contribuição, professora Ielva. Seja bem vinda.

Quero registrar o Sr. Wanderley Quedo, presidente do Sinpro-Rio; a Sheila Luzia Costa Melo, presidente da ONG Guerreiros da Inclusão; professora Kátia Nunes, diretora do Instituto Helena Antipoff. Sejam todos muito bem vindos.

Sr. Roberval Alves Portela, falando em nome dos pais presentes aqui.

O SR. ROBERVAL ALVES PORTELA - Sr. Presidente, muito obrigado a todos os presentes, senhoras e senhores.

Eu gostaria que meu filho estivesse aqui hoje num momento bonito, estou adorando estar com vocês, me sinto muito prestigiado nesse sentido, mas ele está em prova. E eu queria dizer o seguinte: o Leonardo Portela vem do Instituto Benjamin Constant, onde ele foi muito bem ensinado, onde ele teve bastante conhecimento, e hoje ele está fazendo prova na Escola Estadual Júlia Kubitschek, num curso de formação de professores. E dizer, testemunhar, professora Roseni, da minha satisfação onde eu estava num determinado momento lá e fui apresentado ao pessoal da NAPS, que me procurou querendo saber o que podia fazer pelo Leonardo. Isso, para mim, foi muito bom, muito gratificante. Eu imaginei: será que estou num outro país? Isso, para mim, foi muito importante. Realmente eu gostaria de agradecer isso à professora Roseni, que a NAPS está funcionando. E o Leo, toda terça-feira, está tendo aula de informática na própria escola. Querem dar outras coisas para ele, outro tipo de conhecimento. Isso tudo, para mim está sendo muito válido.

O SRA. - Está aprendendo a utilizar o DOS Vox.

O SR. ROBERVAL ALVES PORTELA – Exatamente.

A SRA. - Com uma professora que tem paralisia cerebral.

O SR. ROBERVAL ALVES PORTELA – Exatamente. A Professora Bia, Ana Beatriz. É espetacular.

A SRA. - Ela tem especialização, tem até mestrado.

O SR. ROBERVAL ALVES PORTELA – Exato, professora.

Fiquei muito satisfeito por meu filho. Infelizmente ele não pôde vir porque está em prova hoje.

Eu sei também do adiantado. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Seja bem-vindo. Muito obrigado pelo seu depoimento.

Quero passar a palavra ao deputado Márcio Pacheco, que é convidado pela comissão, na qualidade de presidente da Comissão de Portadores de Necessidades Especiais da Assembleia Legislativa.

O SR. MÁRCIO PACHECO – Deputado Comte Bittencourt, presidente dessa comissão, nobre colegas deputados, professores, secretários e representantes da secretaria, meu nobre colega, vereador Eliomar, primeiro queria dizer que além de presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência desta Casa, sou membro suplente da Comissão de Educação. Então, quero dizer que essa pauta é muito importante, primeiro porque se abre um debate que foi, de forma muito apropriada, trazida a esta Casa mais uma vez, para que esse tema, que me parece um tema hoje discutido no Brasil, precisa de fato ter uma solução mais avançada para todos.

Eu acredito, presidente, que essa é a primeira de muitas que devam ser feitas, e meu encaminhamento, muito menos na teoria, porque muito já foi dito aqui, é um encaminhamento. Como fui vereador por dois mandatos e presidi a Comissão da Pessoa com Deficiência, e fui secretário do município, da pessoa com deficiência. Portanto, conheço a rede, conheço bem essa questão e tenho acompanhado as políticas também do MEC. Quero dizer que essa ação, de todas as falas que aqui foram ditas, todas elas têm alto grau de potencialidade para colaborar com esse dado, mas eu gostaria de enfatizar uma questão. Não se trata de uma queda de braço nem tão pouco uma corda a ser puxada de lado A ou lado B. Se há um tema difícil, que precisa ser lidado com muita responsabilidade no Brasil, é a questão da educação especial, da educação inclusiva. E eu lido, eu trabalho parlamentarmente com esse segmento desde o início dos meus três mandatos. Portanto, não há consenso e não haverá no mundo um

consenso onde possa qualquer segmento, qualquer que seja, dizer que a escola especial, a escola inclusiva realizará um plano pleno de inclusão sem a ajuda das escolas especiais ou vice-versa.

É fundamental se desmascarar uma espécie de queda de braço no sentido de provar o que é melhor. Tudo é bom quando o aluno for contemplado. Tudo é bom quando a criança com deficiência for vista como criança e não como uma pessoa que deva receber algo exclusivamente para ela. O preceito constitucional diz que a educação é para todos, portanto, é constitucional. Agora, não podemos excluir, tão pouco, a extensa e vasta experiência que foi dada para que as escolas especiais hoje, para que a rede regular hoje estivesse como muitos nos apresentaram – São Gonçalo, Niterói -, aliás, brilhante a fala da professora Nelma. Todos os avanços que aconteceram não aconteceriam se não fossem os Benjamin Constant e os INES há cento e cinquenta anos. Não aconteceriam se não fossem as APAES; não aconteceriam se não fossem as Pestalozzis. Portanto, seria de uma irresponsabilidade muito grande dizer que os avanços, eles esquecem o pretérito. Acho que a importância de hoje, como presidente desta Comissão, e que, modestia a parte, conheço essa causa com muita... Ouço principalmente os professores e pais. Eu quero dizer que hora de união do processo discursivo; é hora de união, de ouvir os avanços, de ouvir as questões que foram colocadas. Eu vejo um pai elogiando um processo do estado, mas há muito a se fazer. Eu conheço bem a rede municipal porque dela fui. Fui colega da Cláudia Costin, secretariado. Ouço a professora Nelma dizendo que não há escolas especiais em Niterói. É um ponto, mas talvez aqui seja preciso que haja; que não se fechem as que têm. E cada realidade precisa ser tratada de forma a respeitar a diversidade local. Portanto, eu quero, primeiro, encaminhar duas questões de ordem, Sr. Presidente. Primeiro, que a nossa comissão continue participando, junto com V.Exa. e com a Comissão de Educação, para agora e num próximo momento, ouvir os pais numa próxima audiência pública.

Aqui falaram profissionais, secretários, trazendo as propostas. Fundamentalmente, pude ouvir e ver aqui programas que nos apresentaram. Niterói e São Gonçalo nos apontam um processo de avanço; professores vindo, elogiando o processo. Tudo isso é importante. Mas não nos falta, diariamente, a oitiva dos pais que nos procuram apontando questões também a serem solucionadas. Quando no advento da possibilidade – e eu sei que há – do fechamento do INES e do Benjamin Constant, quando o ministro da Educação recuou, e recuou pressionado. Mas há maneiras veladas de se fechar um instituto: basta não aportar recursos, basta não abrir concurso; basta ir aos poucos mostrando que não há mais necessidade de haver a unidade. (Palmas)

Não se fecha, mas se apaga. E, aos poucos, o programa e aquilo que pode ser e é importante para a nação, acaba sendo colocado em desuso. Então quero dizer que é hora de união. E essa é minha fala. É hora de ouvir os bons avanços de Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro, do estado do Rio de Janeiro e ouvir os pais, que hoje fundamentalmente fizeram, como disse a professora Glorinha, muito bem, que se está aqui hoje e é professora é porque foi aluna de uma escola especial e não da rede. Não é de mérito. É importante que agora haja um discurso de união. Eu sinto isso, Sr. Presidente, porque eu tenho incansavelmente ouvido como se fosse uma disputa de quem é melhor. E eu ouvi aqui um menino surdo dizendo claramente: estudei na escola da rede, tive o acompanhamento do intérprete. Ele disse aqui, nesta audiência pública. Numa audiência da comissão ele dizia: estudei numa escola da rede; tinha intérprete na minha sala, mas eu só me senti incluído no INES. Mas eu tive tudo que o estado quis me dar. E ele disse, elogiou o estado, disse: eu tive tudo que o estado quis me dar. Mas eu não me senti lá, eu me senti no INES. E aí eu quero perguntar: e o que é melhor? É o que estado está apresentando ou o que a escola especial está apresentando? Ora, o que é melhor é o que aluno acha que é o melhor para ele. (Palmas)

E é essa a nossa missão aqui. E é por isso, presidente, eu termino minha fala encaminhando parabéns a V. Exa., parabéns aos... Mas eu chamo atenção para que numa próxima audiência pública única e exclusivamente possamos ouvir sentados nestas mesas os pais e os alunos, das redes, da rede de Niterói, da rede de São Gonçalo, da rede do estado, da rede municipal, vamos ouvir os alunos das escolas especiais, vamos ouvir os pais, vamos ouvi-los, presidente. Ouvi-los. Porque isso vai nos dar cada vez

mais a chance e a oportunidade de fazer o melhor, que não é o melhor para o Estado, é o melhor para os cidadãos do estado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputado Márcio Pacheco. Tenha a certeza que a comissão vai acolher as duas sugestões encaminhadas por V. Exa. e marcaremos o mais breve possível essa audiência pública.

Deputado Luiz Martins.

O SR. LUIZ MARTINS – Presidente deputado Comte Bittencourt, da Comissão de Educação, nobre deputado Márcio Pacheco, presidente da Comissão dos Portadores de Deficiência.

Eu quero dizer a todos, Márcio, a sua fala foi muito feliz e eu participei dessa Comissão de Educação e dos Portadores de Deficiência no início da legislatura passada porque eu era chefe de gabinete da deputada Sheila Gama. Então eu tenho a convicção como parlamentar hoje, na questão da Comissão de Educação, já tenho dito várias vezes que está muito bem entregue ao deputado Comte Bittencourt, como hoje a dos Portadores de Deficiência está muito bem entregue a V. Exa.

Quero aqui compartilhar com você, achando que tem que trazer os alunos para participar da audiência pública, que será fundamental para o esclarecimento de nós deputados, para ter uma convicção.

Eu quero deixar, pelo adiantado da hora, algumas perguntas no ar aqui para posterior resposta da questão da Secretaria de Estado de Educação. Quero dizer que sou da base do governo, sou líder do PDT, mas quero questionar algumas coisas. A Secretaria de Educação, através da professora Roseli Cardoso, informou que quatro mil professores foram preparados para receber as crianças especiais em turmas regulares. Eu quero deixar a pergunta, professora, de quanto tempo foi o curso que habilitou tão rápido todos esses professores e quem preparou esse currículo. Serve também para a Secretaria Municipal. Eu quero saber também se existe algum grupo psicopedagógico que avalia qual aluno pode ser incluído. E quem acompanha a adaptação da criança especial em turmas regulares? Quem integra esse grupo de avaliação e acompanhamento? Qual o método de avaliação e acompanhamento?

E à Secretaria Municipal eu gostaria de deixar uma pergunta: desde 2008, quantas classes especiais foram fechadas? Se vocês puderem depois remeter à comissão, porque é de fundamental importância para nós fazermos a nossa avaliação, como está sendo acompanhado, como está sendo realizada a questão da inclusão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, deputado Luiz Martins.

Deputada Claise Maria Zito.

A SRA. CLAISE MARIA ZITO – Cumprimento nosso presidente. Parabenizo aí por essa audiência maravilhosa.

Quero também ser solidária à ideia do deputado Márcio Pacheco. Também concordo. Como foi falado pela professora Kátia, quem mais a ensinou foi o contato com os alunos, foi o que você mais aprendeu. Eu gostei muito dessa fala, porque a prática é que nós dá a experiência que nós precisamos para lidar com as dificuldades, com os desafios do dia a dia. Então essa sua iniciativa, Márcio Pacheco, tem tudo a ver com a fala da professora Kátia. Nada melhor do que nós ouvirmos as mães e os alunos, para ver o que é melhor, para que juntos nós possamos unir forças para encontrarmos novos caminhos, para enfrentarmos esse grande desafio.

Sou representante do município de Duque de Caxias, eleita. A maioria dos meus votos foi em Duque de Caxias. E queria deixar aqui, já que tem alguns municípios representados, eu quero deixar também alguns dados sobre a educação especial em Duque de Caxias.

Eu fui secretária de assistência social e dentro da Secretaria de Assistência Social tem um departamento que trata dos assuntos dos portadores de necessidades especiais. Como presenciei de perto essas necessidades, quero deixar alguns dados e também alguns pontos para reflexão de todos nós, alguns até foram falados mas nós não temos que nos cansar de falar dos desafios, das necessidades que nós enfrentamos nesse segmento. Na rede pública de ensino de Duque de Caxias existem 1.910 alunos matriculados, enquanto na rede privada de ensino são apenas 73 alunos matriculados. São 229 alunos matriculados na rede estadual. A Secretaria de Educação contam com uma coordenadoria de educação especial que promove as políticas de atendimento a esta modalidade de ensino.

Ano passado, a Secretaria Municipal de Educação realizou a primeira mostra de trabalho do Programa de Altas Habilidades e Superdotação, com a participação da equipe diretiva dos alunos, pais e professores. E também a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias hoje e está implementando um programa de educação de surdos, que reúne cerca de 500 alunos e envolve seis escolas municipais, das quais duas funcionam como polos.

Duque de Caxias está trabalhando. Nós estamos trabalhando em prol desse segmento, mas ainda há muito o que fazer, muito o que conquistar. Mas nós precisamos do governo estadual, precisamos do governo federal, pois somente o governo municipal não tem condições de atender a todas as demandas e necessidades.

Foi falado aqui também, eu não lembro porque não dá para ler, foi a.. Você, de óculos, que não dá para ler o seu nome - Nelma. Foi falado sobre os espaços adequados nas escolas. Acho que foi você, se não me engano. E eu também quero deixar isso é uma reflexão para todos nós, porque quando fala da inclusão, e nós temos que lembrar muito do espaço adequado, e o que eu observo é o que fica para as nossas crianças são aquelas salas lá no final, escondidinhas lá no final das escolas. E eu acho que não é isso. Não tem que esconder os nossos alunos que têm necessidades, que são deficientes. Não, eles não têm que... Porque aí já é modo de excluí-los. Se estamos falando de inclusão, por que deixar aqueles espaços lá atrás escondidos para eles?

Então, isso é uma reflexão que nós temos que lutar. Eu sei que às vezes não há espaço para as escolas regulares, as escolas normais, mas é necessária essa inclusão; e começa nos espaços adequados.

E quero voltar também para a questão da acessibilidade, que é muito importante: com rampas de acesso, banheiros para deficiente, cadeiras especiais, materiais didático adequado.

E também outra questão muito importante: é o número de alunos nas salas de aula. Por quê? Porque esses alunos com deficiência eles demandam de uma atenção maior do professor. É também necessária a atenção para o número de alunos em sala de aula. E também o auxiliar, que deveria trabalhar em conjunto com o professor nas salas regulares porque, olha, é muita necessidade, são muitas, necessidades. Então, é necessário o auxiliar de apoio.

E, como eu também me importo muito, dou muito atenção a essa necessidade, eu e o deputado Luiz Martins fizemos juntos um projeto de lei para que as escolas da rede estadual tenham cadeiras que venham atender as necessidades das nossas crianças e os nossos adolescentes, dos nossos jovens, que são portadores de necessidades especiais que sofrem, que passam aí por alguma deficiência. Nós fizemos esse projeto juntos e está aí em andamento na nossa Casa.

Agradeço também a oportunidade. E apoio e quero participar mais porque eu acho que cada dia nós temos que aprender. E nós, aqui da comissão, estamos aprendendo com vocês que a cada dia, a cada

instante estão lidando com essa demanda que nos comove, nos sensibiliza e faz com que a gente venha a se dedicar cada dia mais a essa causa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputada Claise Maria Zito. A Comissão vai pagar royalties de propaganda ao prefeito Zito, com relação ao Município de Caxias. As intervenções de V.Exa. são sempre muito bem-vindas.

Quero justificar, Ciência e Tecnologia não foi convidada pela comissão, mas o grêmio da FAETEC lembra, com muita propriedade, já que a FAETEC hoje é uma rede importante no sistema estadual de educação e enfrenta todas essas questões que a rede da secretaria enfrenta.

Está acolhida a vossa sugestão. Peço à assessoria que passe a convidar a presença da FAETEC a todos os nossos debates. Peço desculpas ao grêmio.

Quero justificar, a Sheila Melo, fica o registro aqui também na audiência que vamos convocar, como disse, o tema não vai ser esgotado numa única audiência, mas as organizações envolvidas não governamentais nessa área serão ouvidas com certeza, junto a pais e alunos.

Ouvir a versão de vocês é fundamental. Lamento não ter podido abrir o espaço hoje porque tocou um corpo muito maior do que a assessoria esperava na nossa audiência pública.

Eu estou sendo chamado na presidência, vou passar a presidência ao deputado Robson Leite, mas quero antes convocar os senhores deputados, quarta que vem, 10 horas, estamos recebendo o Fórum de Defesa da Escola Pública; na sexta-feira, dia 28, 10 horas, audiência pública na Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, junto aos secretários municipais das cidades afetadas pelas chuvas do mês de janeiro passado, para que a comissão possa identificar a situação das redes, o calendário escolar, a situação dos equipamentos públicos, e ver de que maneira a educação do estado pode estar presente, dando a atenção devida àqueles municípios atingidos.

Deputado Marcelo Freixo, peço desculpas por estar me retirando, propositalmente porque V.Exa. vai falar agora, eu já o escuto aqui há muitos anos.

O SR. MARCELO FREIXO – Obrigado, presidente Comte Bittencourt, Srs. Deputados, autoridades municipais e estaduais aqui presentes, meu grande amigo vereador Eliomar Coelho, boa-tarde a todos.

Quero tentar ser breve e não ser repetitivo. Primeiro, sou professor de história e estou deputado. Deputado não é profissão, pelo menos não deveria ser. E, como professor de história, durante muito tempo trabalhei como educador popular em pré-vestibulares comunitários em diversas favelas do Rio e, durante muitos anos, com educação dentro de presídios. Alfabetizei adultos, um trabalho muito grande.

O debate da relação entre a educação e a inclusão não é novo. Temos muitos acúmulos nesse sentido. O que tem sido novo, de alguma maneira, e não achou ruim, é a visibilidade desse debate agora, muito movido pela questão do Benjamin Constant e do... Mas esse debate não é novo.

Nossas crianças com necessidades especiais não surge na história do Rio de Janeiro de 2009 para cá, então, precisamos resgatar um debate acumulado de muito tempo.

Quero dizer uma coisa clara. Ninguém, eu pelo menos, nesses anos todos, estou há mais de 25 anos nesse debate da relação de educação e inclusão, nunca vi qualquer pessoa, por mais picareta que seja, dizer que defende a exclusão. Ninguém diz que defende a exclusão, por mais que faça isso. Mas ninguém diz.

Então não vai ter, seja em qual for audiência pública, divergências nesse sentido da palavra falada – é diferente da sentida, diferente da exercida. E esse é o debate honesto que a gente vai ter que fazer aqui, e às vezes duro.

Honestamente, pegar uma criança que tenha uma necessidade especial – não vou aqui entrar em alguma especificidade disso – colocá-la numa escola regular, significa automaticamente a inclusão? Em sã consciência ninguém pode dizer que garanta a inclusão com essa medida. Não é verdade. Não estou dizendo que alguém informou. Sou dizendo que... Não é? Isso não é verdadeiro.

Então, muitas vezes, num discurso supostamente avançado de inclusão na rede, não significa a inclusão social daquela criança. Muitas vezes o prejuízo pedagógico, o prejuízo social pode ser muito maior, muito maior.

Não é simples o debate. E este é o verdadeiro debate. Não é o debate quem que é ou quem não quer inclusão. Essa é uma falácia. Mas saber se as medidas estão gerando a verdadeira inclusão ou não. Ou o que está movendo, se é a verdadeira razão da inclusão ou não. Porque eu acho muito estranho algumas vozes muito fortes hoje contra a medida do Benjamin Constant e do INES e eu acho que essa voz tem que ser forte, acho que o governo federal errou, e eu já disse isso aos meus companheiros próximos, do partido do governo federal, com quem tenho relação fraterna, disse que o governo federal errou, e, movido por uma forte pressão da sociedade, está voltando atrás. Pelo menos, há indícios fortes de que está voltando atrás, o que não é ruim a política de se voltar atrás. Ótimo. Isso faz parte de uma relação democrática no estado.

Agora, essas mesmas vozes hoje muito forte hoje contra o Benjamin Constant e contra o INES, o fechamento dessas escolas, não foram fortes nos tempos recentes no fechamento de diversas classes especiais, por exemplo, no município do Rio de Janeiro. Não foram. Não foram fortes. Calaram-se. Por que é diferente? Por exemplo, uma informação. Em maio de 2010 o Centro de Atendimento à Criança, Jovem, portadora, da prefeitura, do bairro de Guadalupe tinha 100 vagas. Fechou. Não tem mais vagas. Em 2009, 2010 120 turmas especiais fechadas.

Ou seja, há uma redução da oferta de classes especiais e o dobro da demanda de alunos com necessidades especiais. Significa que no município houve um grande investimento na capacidade desses professores estarem recebendo esses alunos? Houve um grande investimento nos profissionais de apoio para estarem recebendo esses alunos? Não. Não houve. Na proporção necessária não houve. Só que há o aumento do caixa da prefeitura quando pega um aluno da rede e coloca na escola regular porque segundo a lei federal, aumenta a verba do município quando você tira um aluno de uma classe especial e coloca na escola regular. Esse é o debate honesto que a gente vai ter que fazer aqui. (Palmas)

Esse é o debate sincero que a gente vai ter que fazer aqui. Então, quem hoje grita em relação ao INES, quem hoje grita em relação ao Benjamin Constant tem que gritar também por um mínimo de decência no que diz respeito ao que está acontecendo com diversos municípios. Aumenta a verba do município quando você pega um aluno que é uma criança com necessidade especial e coloca numa escola regular.

Aí, honestamente, a relação pedagógica, o debate pedagógico com crianças com necessidades especiais não pode ser movido por um processo de caça-níquel. Isso é um crime. Isso é um crime.

Esse é o debate que a gente tem que fazer. Eu não aceito a falácia de dizer quem é favorável e quem não é favorável à escola especial, ou quem é favorável à inclusão. Sou contra você ganhar mais dinheiro colocando aluno em escola regular sem dar condição. Isso é criminoso. E é isso que está acontecendo. (Palmas)

Enfim, perdoem pela forma incisiva, mas não sei ser diferente. Quero dizer que li o projeto que o vereador Eliomar Coelho apresentou este mês, se não me engano, na Câmara de Vereadores, sobre esse tema. Quero propor, deputado Robson Leite, que preside a sessão, que a gente possa fazer um debate amplo com a comissão também presidida pelo deputado Márcio Pacheco para que a gente pudesse pegar esse projeto que eu achei muito interessante e pudesse adaptar a necessidade de uma legislação estadual e pudesse assinar juntos. Não é? Todos como autores de um projeto que possa regulamentar minimamente esse debate em termos legais. E que façamos juntos.

Tenho cópia aqui do projeto do vereador Eliomar Coelho, evidentemente, feito para o município, a gente tem que adaptar para o estado, mas que a gente possa amadurecer num prazo rápido de uma semana essa redação, e que nós a assinemos juntos. Fica aqui uma proposta concreta. É óbvio, tenho pleno acordo, tem que ter outra audiência pública nessa Comissão ouvindo os alunos, ouvindo os pais, ou vindo outros setores que não puderam ser ouvidos hoje aqui. Isso é fundamental e o mais rápido possível. Que possamos agendar isso o mais rápido possível.

E por fim, como professor, mesmo sendo deputado, não deixei a sala de aula, continuo na sala de aula, eu quero dizer aos profissionais de São Gonçalo, a fala da responsável pela Prefeitura de São Gonçalo foi uma fala muito forte, correta, e com a qual eu concordo com boa parte dela. Mas tem uma parte que eu não consigo ouvir calado, quando se diz que os professores têm uma boa formação, os professores têm capacidade, e o professor que não quiser trabalhar nessas condições que largue o magistério. Seria muito interessante também que a Prefeitura pagasse...

(FALA FORA DO MICROFONE)

O SR. MARCELO FREIXO – Ou que capacite. Sim. Só um minutinho, eu ouvi a senhora atentamente, mas eu só quero sugerir à senhora que a Prefeitura de São Gonçalo pague um salário melhor também aos professores, porque 620 reais... (Palmas) Porque, honestamente, esse discurso é ótimo e correto, até o momento em que você olha o contracheque e vê que um professor inicial em São Gonçalo ganha 620 reais. Aí também o gestor que quer pagar isso, também tem que pedir para sair, não é só o professor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Robson Leite) – Muito obrigado deputado Marcelo Freixo, dando encaminhamento aqui aos trabalhos. Nós estamos com o horário regimental esgotado, mas não queria deixar de fazer uma intervenção, e também pedir à professora Roseni e à professora Helena logo em seguida fizessem o fechamento pelas questões, usando a capacidade de síntese do tempo. Evidentemente como o presidente Comte Bittencourt já falou, esse assunto não se esgota hoje. Nós abrimos hoje pela Comissão de Educação em parceria com a comissão do presidente Márcio Pacheco que está aqui e a representa a fim de podermos avançar nessas questões ouvindo não apenas os pais dos alunos, sobretudo os movimentos dessa área de inclusão e os da área de educação também que porventura não foram ouvidos.

Eu só queria chamar a atenção, antes de passar a palavra às professoras, dois elementos que são fundamentais. Eu me sinto muito contemplado com a fala do deputado Marcelo Freixo - e eu ia levantar isso. A prova que está aqui escrito inclusive, que o nobre vereador trouxe, uma grave denúncia na minha concepção, e que chama a atenção para um elemento que eu acho que é importante, vereador, que é a questão do INES e do Instituto Benjamim Constant que são graves, e que nós temos puxado essa voz contra o absurdo do fechamento, mas me parece ser a consequência de um processo. De um processo cujo responsável não é apenas o governo federal que está errado, e muito bem colocado aqui pelo deputado Marcelo Freixo, além de sua colocação, que nós cobramos inclusive, o deputado Márcio Pacheco também participou desse processo e sabe disso, cobramos e cobramos com veemência ao ministro, ao governo federal, e conseguimos uma vitória.

Mas para mim, nós estamos a consequência; não estamos atacando a causa. E a causa é uma política que V. Exa. traz até nós. Gostaria de pedir que V. Exa., porventura se tiver aí, ou não tendo, passe a essa Comissão de Educação essa relação dos institutos, das classes especiais que foram fechadas, porque isso mostra que não é de hoje essa política. Não surgiu agora, já vem de algum tempo. E no ano de 2009 e 2010 são os anos da atual gestão municipal de educação. Eu queria inclusive pedir que a professora Helena falasse um pouco sobre o assunto. Evidentemente que o tempo não vai permitir, mas que na próxima audiência a gente entrasse nesse assunto, nesse assunto das classes especiais sendo fechadas.

O presidente Comte Bittencourt muito bem citou aqui a Declaração de Salamanca, mas, evidentemente, que só fazemos uma política nesse sentido na medida em que tivermos total garantia que a política educacional seja inclusiva. Estão aqui alguns pais que conhecem a ambiência e a história. E não é o caso. Sabemos que a realidade não é bem essa. E como muito bem colocou aqui o deputado Marcelo Freixo, a construção política não se dá em discurso, se dá na prática. E o que o vereador traz aqui é algo extremamente relevante e nós temos que nos debruçar sobre isso também. Não olharmos apenas a questão do IBC e do INES, mas, sobretudo, a política municipal que executa boa parte inclusive dos convênios celebrados com o governo federal e isso me preocupa muito porque nós não estamos falando de duas unidades, estamos falando de 120 classes especiais, isso eu considero grave e a gente precisa avançar nesse sentido.

Eu queria pedir à professora Roseni, não sei se vamos conseguir hoje, mas na próxima audiência. A senhora me trouxe um elemento aqui que muito me preocupou porque se os diretores não passam informação com relação aos alunos portadores de necessidades especiais, eles cometem uma grave inflação. Então eu gostaria de saber, sem precisar oficiar, mas que a senhora trouxesse na próxima reunião, por exemplo, se há algum processo administrativo, se não há porque que não houve porque esses diretores estão cometendo uma grave inflação e precisam ser punidos e isso está inclusive maculando os dados dos quais são importantes para que a gente possa trabalhar e efetivamente cobrar que as políticas públicas sejam encaminhadas.

Bom, eu queria passar a palavra e contar com a colaboração que a professora Roseni e a professora Helena conseguissem a capacidade de síntese porque nós já estamos com outra comissão para começar aqui, temos que terminar em cinco minutos.

A SRA. ROSENI - Bom, eu não pretendo fazer síntese porque muitas questões foram levantadas, eu só quero dar o meu depoimento que eu venho nessa luta há alguns anos e pela primeira vez eu quero dizer da minha satisfação de ter aqui nesta sala, nesta audiência um número maior de representantes que defendem a questão do direito do aluno com deficiência estudar em escolas regulares. É nisso que eu quero dar ênfase porque eu estou satisfeita porque as outras vezes que eu venho aqui participar eu sou minoria, geralmente somos eu e a Nelma, eu e Nelma defendendo a questão da inclusão.

Acho que a gente tem que ter sim representantes de todas as redes, tanto estadual quanto as secretarias municipais, elas precisam estar mais presentes conosco porque o trabalho é conjunto, não existe aluno do município ou aluno do estado, o aluno que inicialmente é do município ele vai ser do estado, então esse trabalho tem que ser conjunto.

Aqui, eu penso, os representantes das secretarias municipais não é significativo. Mas eu gostaria que num outro encontro houvesse um maior número de representantes das secretarias municipais para que a gente pudesse consolidar o que está previsto na lei, que dá aos alunos com deficiência o direito de estar, de conviver, de aprender, de ser, pertencer a uma escola democrática, uma escola verdadeira legitimamente para todos. Sei que é um desafio, por enquanto educação inclusiva é um processo e nós

precisamos avançar, nós não podemos ficar sempre martelando no mesmo ponto e não saímos do lugar. Mas agora eu percebo que nós avançamos e isso me deixa muito feliz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Leite) - Obrigado, professora.

Professora Helena.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Deputado Robson Leite, uma questão de ordem. Fica claro nessa plenária que não há nenhum ponto em que não há pelo menos uma unicidade do discurso, todos somos a favor da inclusão na escola regular, todos somos, absolutamente todos. E esta Casa vai lutar por isso. É importante que essa fala da professora porque sempre que há às vezes uma potencialidade para se dizer. Repito, todos somos a favor da inclusão. O que é preciso que se faça hoje é que se traga todas as vitórias já acontecidas e os exemplos que foram aqui dados. Todos os exemplos foram dados, agora acolher todos esses avanços como exemplos importantes para o alunato e trazer aqui também a importância de dizer que hoje estamos caminhando muito mais para essa inclusão porque há responsabilidade em colher frutos que foram plantados há muitos anos atrás. Todos somos a favor da inclusão, que ela seja feita com responsabilidade, sempre priorizando aquilo que é para nós importante que é a vida e a opção e o direito do país e dos alunos a uma educação cada vez melhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Leite) – Obrigado, deputado Márcio Pacheco.

Passo a palavra agora a Professora Helena Bomeny.

A SRA. HELENA BOMENY – Vou tentar ser breve, faço minhas as palavras do deputado Márcio Pacheco, nós, da Secretaria Municipal de Educação, trabalhamos e lutamos e a nossa meta é a questão da inclusão mas inclusão responsável e competente. Pegando um pouco da fala do deputado Marcelo Freixo, quer dizer, incluir não é colocar numa sala regular, incluir é dar condições para o aluno se desenvolver de forma competente no espaço que for necessário, que for indicado para ele.

Em relação ao que o deputado fala, do fechamento das salas, acho que o senhor está com um dado um pouco defasado.

(FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. HELENA BOMENY - Não, pelo contrário. Deixa eu contar. Nós tivemos, no começo da minha fala, nós estamos agora na 3ª diretoria do Instituto Helena Antipoff.

Houve uma política em relação a salas fechadas na diretoria anterior Instituto Helena Antipoff, e que nós mudamos, nossa política avançou em relação a isso. Era uma política que não estava em consonância com a determinação da secretária Cláudia Costin, foi mudada...

O SR. MARCELO FREIXO – Mudou quando?

A SRA. HELENA BOMENY - Foi mudada em agosto de 2010.

O SR. MARCELO FREIXO – Ah, tá. Então, foram fechadas na gestão do Eduardo Paes essas escolas que estou dizendo. Esse número é verdadeiro.

A SRA. HELENA BOMENY - Mas estão sendo reabertas. Nós temos, em relação a 2010, 13 salas a menos do que em 2010. Nós estamos avançando na reabertura dessas salas. E também não sei se o senhor esteve no início da minha fala, nós trabalhamos juntamente, nossa política é feita a várias mãos, com grupo de pais de alunos deficientes.

Então, essa política está sendo montada, está sendo desenvolvida com eles. E eles acompanham, onde há necessidade de abertura de novas classes, nós abrimos. Então essas salas foram fechadas, as que foram reaberta foram reabertas em locais onde havia demanda. E aí há alocação de pessoal competente para acompanhar. Foi uma política desenvolvida até 2010 e estamos mudando e avançando em relação a isso. A mudança, a escolha da professora Kátia Nunes para estar à frente do Instituto Helena Antipoff é uma mensagem muito clara de como é a nossa política em relação à inclusão. É uma pessoa que há 23 anos milita nessa área, por competência, sempre nessa área, e que é afinada com o discurso da secretária Claudia Costin e por isso foi escolhida. É uma política segura, competente, firme, porém aberta. Nós não faremos a inclusão pela inclusão. Nós faremos a inclusão pelo sucesso do aluno. Essa é a nossa política, seja em relação ao aluno com deficiência ou aluno sem deficiência. Nós queremos o sucesso do aluno e o que for melhor para ele será feito. Então não houve, agora, a responsabilidade das salas sendo abertas... A responsabilidade de estar sendo aberta onde há demanda. Estamos fazendo uma coisa muito séria, muito responsável, acompanhando dado a dado, acompanhando a coordenadoria de educação. Quer dizer, onde há demanda as salas estão sendo reabertas e equipadas e com pessoal competente para trabalhar.

O SR. MARCELO FREIXO – Sr. Presidente, só um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Robson Leite) – Por favor.

O SR. MARCELO FREIXO – Na verdade, eu, como deputado, infelizmente, não posso fiscalizar as contas da prefeitura. Se pudesse, já tinha feito há muito tempo. Quero saber depois, também, já que a gente está nesse debate franco, quanto vocês passaram a arrecadar a mais com cada aluno que vocês colocaram na rede regular, em que condições isso foi feito.

Então, há comprovação aqui, dada pela prefeitura, de que realmente houve o fechamento dessas classes. Isso aconteceu.

A SRA. HELENA BOMENY - Ninguém está negando isso.

O SR. MARCELO FREIXO – Nem pode.

Então, isso aconteceu. Então, está dizendo que está reabrindo, mudou, mudou de 2010 para cá, ótimo! Como vamos ter outra audiência – a senhora não pôde ver, a senhora estava olhando para cá, mas muitos ali atrás, com gestos, não concordaram com o que a senhora está dizendo. Então, como vamos fazer outra audiência, vamos ouvir os alunos, vamos ouvir os pais, vamos ver se a informação que vem da sociedade civil bate com a da prefeitura. (Palmas)

O SRA. HELENA BOMENY - Nós já abrimos várias salas de recurso multifuncional. Quer dizer, acho que nós temos que trazer os nossos dados...

O SR. MARCELO FREIXO – Vamos fazer uma audiência pública.

A SRA. HELENA BOMENY - Nós temos que trazer os nossos dados e os nossos dados serem respeitados, porque ninguém ia trazer dado mentiroso. Acho que os dados que apresentarmos...

O SR. MARCELO FREIXO – Não estou dizendo que eles são mentirosos, mas dados mascarados é o que mais tem aqui.

A SRA. HELENA BOMENY - ... têm que ser tratados como dados oficiais.

A SRA. ELIOMAR COELHO - Minha senhora, eu só queria dizer que os dados que eu disse aqui são dados obtidos através de resposta de requerimento feito por nós à Secretaria Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Leite) - Pediria que V. Exa. encaminhasse à Comissão de Educação.

Professora, para podermos organizar, até porque infelizmente o tempo regimental está esgotado gente já está atrasando o trabalho de outra comissão, esse tema não se esgota aqui, nós vamos voltar a esse debate e acho que é importante que a senhora traga, inclusive, essas informações que está dizendo aqui. Acho que é importante a transparência. A gente conta, evidente, com a colaboração da Secretaria Municipal, que nunca se negou a estar presente e não trazer os dados, evidentemente. Isso é importante. E o vereador Eliomar Coelho, podendo trazer também para nós esses dados, porque é importante para a gente poder esclarecer esse ponto. Eu considero grave isso, a gente precisa esclarecer e dar a transparência necessária à gestão pública.

Não havendo mais assuntos a tratar na audiência, dou por encerrada a sessão.

Muito obrigado. (Palmas)

ANEXO C – Audiência pública realizada em 03.06.2011 – AP3



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E DEBATES

Comissão de Educação e Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência

Audiência pública conjunta

Realizada em 03 de junho de 2011

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Esta reunião visa colhermos subsídios das representações da sociedade fluminense a respeito da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, a meta que trata justamente da proposta que está sendo debatida no Congresso Nacional a respeito da escola inclusiva. Depois que participamos de um debate junto com uma representação de Deputados Federais coordenados pelo Deputado Alessandro Molon, algumas semanas atrás aqui no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, ficou claro para a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e para os deputados presentes, naquele momento, o grande debate que se travava em torno da Meta 4 desse Plano Nacional. Entendemos que se fazia importante esse debate aqui hoje para a Assembleia, ao colher esses subsídios, tentar aprovar aqui no seu plenário e encaminhar à comissão especial que debate o plano no Congresso Nacional, como emendas do Estado do Rio de Janeiro para essa questão da inclusão na educação universalizada para todos.

Quero registrar a presença, já aqui ao meu lado, do Deputado Márcio Pacheco, a que já me referi como presidente da comissão, o Deputado Marcelo Freixo membro da Comissão de Educação, Deputado Robson Leite também da Comissão de Educação, com prazer recebemos o Vereador Paulo Messina que preside a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro e também o Deputado Otávio Leite, a quem eu convido para fazer parte conosco aqui na mesa; quero convidar também o Vereador Eliomar, que estou vendo ali, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, para participar da Mesa aqui conosco, por favor.

Nós estabelecemos a seguinte dinâmica, eu vou registrando a presença dos senhores na medida em que a assessoria encaminhar à mesa dos trabalhos. Nós estabelecemos uma dinâmica de, primeiro, ouvirmos as entidades presentes. Vamos abrir a tribuna para um número limitado de entidades, a assessoria das duas comissões já está colhendo as inscrições, vamos conceder cinco minutos para cada entidade, ao final daremos 20, 30 minutos para os parlamentares presentes também se manifestarem a respeito da matéria. Quero registrar aqui a presença da Professora Inês, Secretária de Educação do Município de Niterói que já a vi no plenário, Sra. Lizair Guarino, presidente da Pestallozi em Niterói.

Eu quero, inicialmente, convidar a Rita Magosso, representante do Movimento pela Inclusão Legal e mãe representante do 4º CRE, a primeira inscrita eu peço que ocupe a tribuna à esquerda da mesa dos trabalhos. Está aí a Rita? Eu chamarei em seguida a Dodora Mota, do SEPE-RJ que fique aqui próximo a Rita para ganharmos tempo. Bom dia Rita, seja bem-vinda.

A SRA. RITA MAGOSSO – Bom dia a todos, eu estou aqui para falar como mãe de uma criança especial. Eu represento um grupo que é o MIL – Movimento de Inclusão Legal, são mães que estão lutando contra essa inclusão desde 2009, essa inclusão que não tem qualidade. Então eu vou falar em cima dessa Meta 4. Eu peço aos parlamentares que reflitam sobre o assunto da Meta 4 e ouçam os pais antes de fecharmos isso tudo. Um ponto muito importante, muito delicado é o atendimento dos alunos até 17 anos ou até 21, como que é isso? É colocado até 17 anos? Vai ter uma terminalidade. Depois dos 17 anos, como essas crianças vão ficar? Minha filha tem doze e ela não aprendeu ainda o alfabeto, o numérico. Estou lutando com ela desde pequena, desde os seus três anos na escola, com atendimento especializado e tudo. Eu acredito que ela vá conseguir aprender alguma coisa sim – o alfabeto e as palavras – mas ela tem doze. Com 17, de repente, ela vai começar a aprender e aí acaba? Como é que é isso? Ela não vai ter mais espaço na escola? “Ah, não, ela vai para o estado”, vai ser colocada com crianças de 15, 16 anos, que a idade mental dela não é igual à deles. Eles já estão aprendendo equações e minha filha vai começar a aprender fazer contas de somar. Olha só, que absurdo.

Então, eu peço o cuidado de vocês, não hora de pensar nesse ponto. Criança tem a terminalidade? Vamos tomar muito cuidado, porque isso é muito cruel.

Outra coisa, também existe a PEC da Rita Camargo aí, que está transitando no Congresso Nacional que está falando sobre isso, sobre tomar muito cuidado com a terminalidade. Então, a gente tem também essa PEC a nosso favor.

Outra coisa, eu falo pela rede municipal. Acabar com o ensino especial – já falar sobre ensino inclusivo? Não é assim. Acho que a gente tem que tomar um cuidado com isso; tem que ter o ensino especial. Tem que haver as classes especiais, as escolas especiais, os institutos especiais... (Palmas) ...como o INES, o IBC, que têm um atendimento muito qualificado. Eles têm experiência. Essa turma tem experiência e amanhã, depois, não existe mais? Como é que é isso?

Acho que tem que ter sim, a partir de agora, um preparo para os profissionais que estão chegando. Eu estava até conversando com o pessoal da UFRJ, que está começando agora com essa ideia. A garotada, tudo bem, em dez anos a gente vai ter isso? Não vamos!

Eu acredito muito que a Educação Especial tem que ser uma passagem das crianças para a inclusão, como acontece hoje no município: a criança é colocada em salas especiais dentro de escolas regulares. E quando essa criança, ela convive naturalmente com as crianças ditas regulares, “normais”, e ela já tem esse convívio social, essa inclusão social. Quando ela tem o preparo para passar para a inclusão, ela é incluída. Isso já existe. A nossa preocupação grande é: essas crianças, em 2010, muitas foram incluídas, elas não foram para a classe especial. Eu sei de relatos de crianças que foram incluídas e não estão bem. Tanto é que as mães me procuraram e nós conseguimos fazer as matrículas nas classes especiais. Aí, depois disso, eu sei o relato. As mães falam: “Rita, ela está muito feliz, ela está muito tranquila”.

Outra coisa: tem criança que foi incluída e não se adapta. O que acontece? As escolas colocam horário reduzido, então essa criança está sendo atendida e está com horário de duas horas só e o pai ou a mãe tem que ficar lá – não pode trabalhar mais – porque essa criança tem seu horário reduzido porque ela está incluída.

Então, vamos pensar, vamos repensar sobre tudo isso. Acho que é uma batalha, uma jornada, uma coisa que a gente tem aí que pensar e repensar muito, antes de fechar uma lei. Muito obrigada. (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Rita. Quero chamar a Dodora, do SEPE/RJ. Antes de iniciar, Dodora, registrar algumas presenças: a Prof. Célia Regina, subsecretária de Educação de Vassouras; Sr^a Gelda Rodrigues, Subsecretária de Educação de Macaé; Sr. Delton Pedroso, presidente da Federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Antônio José Resende, superintendente dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; Sr. Ricardo de Azevedo, Associação dos ex-alunos do Instituto Benjamin Constant, e Aleck (?) _____, presidente do Grêmio Estudantil da FAETEC.

Com a palavra Dodora.

A SRA. DODORA MOTA – Bom-dia a todos e a todas. Estou aqui trazendo o posicionamento do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação com relação à meta 4 e, também, com relação a todo Plano Nacional De Educação.

Quanto a gente analisa a Meta 4, já percebe - ou já reconhece - que todo plano nacional de educação tem muitos problemas. Isso prova que não foi amplamente discutido com setores interesses: com os pais, com a comunidade para organizar uma lei para mandar para o Congresso Nacional. Então, meta revela essa natureza desse plano nacional de educação que está no Congresso Nacional para se r votado. Isso é muito preocupante.

As famílias, a sociedade como um todo, “esconderam” por muito tempo as pessoas de ficiências. Elas eram escondidas. Isso também revela que temos uma sociedade preconceituosa embora tente se passar a ideia de que o Brasil é um país sem preconceito. Quando se avança nessa visibilidade das pessoas com deficiência e que a luta desses próprios grupos consegue fazer com que escolas especializadas, institutos especializados são organizados vem um plano nacional de educação para desmontar o que existe. Isso é também uma cultura nossa: para se fazer o novo desmonta-se aquilo que já existe. (palmas)

A Meta 4 tem que ser modificada completamente garantindo o que existe e avançando nessa questão da educação. Não pode ser do jeito que está, porque senão seria destruir o trabalho já existente. Sou testemunha, por exemplo, da APAE/Volta Redonda, na minha cidade, que tem um trabalho maravilhoso (palmas) tem uma aluna da APAE que hoje é professora na rede municipal. Um trabalho tão bem feito. Ela conseguiu superar todas as suas deficiências. Conseguiu se tornar uma professora do ensino primário.

Como professora há quarenta anos no Estado, recebi na minha turma três deficientes visuais. Levei um susto quando entrei na sala, mas com a sala especializada, com a escola especializada para deficientes visuais de Volta Redonda, consegui dar conta do meu trabalho e dois desses alunos estão, hoje, fazendo a universidade. Há necessidade das turmas especializadas. Há necessidade do acompanhamento paralelo para auxiliar esse professor (palmas) é extremamente necessário. Isso tem que constar nessa meta em que os Deputados – a gente deixa aqui o nosso apelo e a nossa posição – têm que fazer valer a vontade da sociedade, a vontade desse grupo social e modificar essa meta. A inclusão tem que ser com responsabilidade. Tem que ter financiamento. Tem que ter qualidade. O professor tem que estar formado como, estão dizendo essas faixas aí; mas a defesa da inclusão não pode vir em, primeiro lugar; em primeiro lugar, tem que vir condições de trabalho, atendimento adequado, respeito aos grupos sociais (palmas), respeitos aos pais, para depois fazer. (palmas)

A inclusão como está sendo feita no Rio de Janeiro e em muitos outros lugares é irresponsável tornando, inclusive, (palmas) esses alunos que vão entrar na sala de aula, que vão ficar num canto, que vão deixar a professora ou o professor inseguro vão virar objeto de bullying. É isso que vai acontecer. Eles vão ficar num canto recebendo todo tipo de discriminação dos próprios alunos da própria sala se um preparo não acontecer de forma responsável, de forma coerente, de forma que, de fato, eles tenham um atendimento.

Esse é o recado do SEPE. Essa é a posição do SEPE. Estamos construindo um fórum nacional de educação – já tem o fórum estadual – para no Congresso Nacional junto com os Deputados que têm essa sensibilidade de entender que o plano como um todo e essa meta de modo especial não pode ficar do jeito que está. Convidamos a todos para participar dessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Dodora. (palmas)

Quero convidar a Profª Solange Rocha, diretora do INES.

Registro a presença do Prof. José Ricardo Sartini, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação; Srª Nazaré Alves, da APAE/Miguel Pereira; Profª Regina Angélica, diretora do Colégio Estadual Paulo da Portela; Aline Silva Paiva, da Pestalozzi de Tanguá; Elizabeth de Jesus, presidente da APAE de Japeri, presidente; Tainá Vieira Boechat, da Pestalozzi de Magé; Maria Alice Máximo. Sejam todos bem-vindos.

Com a palavra a Profª Solange Rocha, com o tempo de cinco minutos. Seja bem-vinda.

A SRA. SOLANGE ROCHA – Srs. Parlamentares, bom dia; senhoras e senhores, é com muita honra que ora represento o Instituto Nacional de Educação de Surdos na qualidade de diretora. Ontem mesmo estava em Belo Horizonte num evento e um surdo se dirigiu a mim dizendo: “a senhora, hoje, dirige o patrimônio dos surdos no Brasil.” Além de ser uma das mais antigas e centenárias instituições de educação neste país é uma instituição de referência para a comunidade surda brasileira. Portanto, é uma responsabilidade muito grande.

O nosso debate aqui, hoje, é em função da Meta 4 que nos alcança. Em fevereiro, estive no Ministério da Educação e a, então, diretora de políticas educacionais do Ministério, Srª Martinha Claret, disse-nos que o instituto deveria ser fechado, no que diz respeito ao seu ensino básico, em dezembro. Foi um impacto muito grande. Eu a convidei para fazer parte da reunião do conselho diretor, porque a SEESP tem um assento no conselho do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Em março, mais uma vez, para a comunidade do INES ela reafirmou essa proposição. Isso foi bastante veiculado. Fiz essa reunião aberta ao público. No dia seguinte, tivemos uma repercussão muito da comunidade surda, que é uma comunidade extremamente articulada, extremamente politizada, isso vazou para a mídia de uma forma muito positiva. Uma semana depois, o Ministro chamou a mim e a diretora do IBC, em Brasília, para uma reunião. Nessa oportunidade, o Ministro não apoiou o entendimento da representante da então Secretária de Educação Especial em relação ao fim do oferecimento do ensino básico no instituto. Agora com a nova estrutura do Ministério da Educação, foi reafirmada a nossa vocação de oferecimento de ensino básico. Está lá. Semana retrasada saiu a nova portaria. Mas continuamos em estado de alerta, porque a Meta 4, dependendo do modo como se compreende, afeta-nos. A Meta 4 é bem clara em relação ao papel das escolas ou dos centros especiais em relação à escolarização, só poderíamos oferecer o atendimento educacional especializado e não mais a educação básica.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, temos uma série de conjunto de leis, dentre elas a regulamentação das libras que garante ao surdo o acesso ao currículo e uma série de iniciativas do Estado ao desenvolvimento de políticas que garantam o acesso ao currículo em língua de sinais. Uma luta histórica da comunidade surda brasileira. Portanto, é com muita preocupação que a gente enfrenta esse debate também com uma “ponta” de otimismo já que a sociedade brasileira, a comunidade educacional e a comunidade surda brasileira vêm discutindo com muito vigor a Meta 4. Não somos contra. Eu mesma, não como diretora, mas como profissional da educação, historiadora, acho que o movimento inclusivo é uma conquista histórica dessas pessoas que estiveram escondidas, com seus familiares envergonhados porque eram crianças diferentes, com tempos mentais, físicos e sensoriais diferentes da média. Num determinado ponto de vista as políticas inclusivas podem ser consideradas um avanço para esses segmentos. No entanto, não é fechando portas e impedindo um determinado tipo de encaminhamento educacional que vamos avançar na educação. Temos índices bastante preocupantes em relação à educação pública

brasileira, mas ninguém propõe fechar todas as escolas, por que então fechar os espaços que discutem escola especial? (Palmas)

Vamos aperfeiçoar. Há problemas, sim; há espaços considerados escolas especiais que têm questões, temos que melhorar, o instituto tem que melhorar a oferta de ensino também pros seus alunos. Mas não é fechando, não se entende dessa maneira. A Meta 4 nos alcança, nos preocupa. Temos hoje uma compreensão no mundo acadêmico e nas políticas públicas, pelo decreto de regulamentação da Lei de Libras, que os surdos têm direito, aqueles que querem. A gente precisa acompanhar o que diz a Constituição, no Artigo 206: ‘O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.’ Esse pensamento único pro surdo afeta muito. De que maneira, se a gente fecha esses espaços o acesso ao currículo e à linguagem de sinais, políticas de aquisição de língua desde o ensino infantil, não basta colocar um intérprete em sala de aula, é preciso que tenha atenção à política lingüística para os surdos. Essa é a nossa preocupação, nossa discussão. Não nos antagonizamos com pessoas, a gente faz o debate das ideias. É com muita veemência que fazemos essas considerações.

A comunidade do INES, a comunidade surda contribui no sentido de que o que defendemos, que é a manutenção das escolas de surdos com projetos educacionais bilíngües – libras-português; desenvolvimento de políticas bilíngües pra criança surda; garantia da oferta de escolarização do aluno surdo sempre que possível em classes de alunos surdos nas escolas regulares, assegurando o acesso ao currículo em língua brasileira de sinais; a expansão da oferta de cursos de formação de profissionais bilíngües pra atuar na educação de surdos; e o desenvolvimento de projetos que visam á construção do conhecimento em libras. Portanto, não podemos nos sentir como nos sentimos ameaçados no instituto há algum tempo. Há dois dias as crianças no pátio do instituto, com 8,9 anos de idade vieram em minha direção perguntando se o INES estava a salvo. Eu disse que iríamos debater, mas que vamos sensibilizar a sociedade, os Deputados aqui e em Brasília para que se aproximem do cheiro da realidade das escolas brasileiras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Próxima inscrita é Sheila Melo, da Pastoral da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro.

Antes, porém, gostaria de registrar a Sra. Denise Pereira, da Secretaria de Educação de São João de Meriti; Ana Paixão, representante dos estudantes do Colégio Tarsila do Amaral; Solange Rocha, diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Marcia Tardelli, da Secretaria de Educação de Cabo Frio; Luiz Eduardo, diretor do Sind-Faetec; Maria Angélica Ferraz, da Câmara Municipal de Araruama.

A SRA SHEILA MELO – Bom-dia! A minha presença aqui é para garantir o direito também da pessoa com deficiência, não só da deficiência física, assim como um todo.

Então, quando a gente vai falar em Plano Nacional de Educação, se os próprios estados e municípios não estão conseguindo nem dar conta do recado, do pouco que se fala de inclusão. A inclusão hoje é tratada no Brasil não como uma totalidade, e sim você joga a pessoa com deficiência dentro da escola. Se as escolas hoje não conseguem nem garantir o acesso às salas de aula porque não tem acessibilidade física e arquitetônica, quanto mais se falar de uma deficiência de alta complexidade, principalmente na área intelectual. Hoje, são dados junto da empregabilidade, 12% dos trabalhos por mais de 2007 a 2010, caiu o percentual de emprego com carteira assinada, com 12% de queda. Isso as empresas, ao contratar pessoas com deficiência, eles alegam que a gente não está no mercado de trabalho porque a gente não tem escolaridade, porque a gente não tem preparo para atuar, para produzir.

Então, hoje, essa queda de 12% mostra a real situação da pessoa com deficiência no nosso Brasil. Hoje, no município do Rio de Janeiro, temos 2.855 alunos que o próprio município diz que foram inclusos dentro das salas de aula, de 2009 a 2010. Só que, no percentual, nós temos: em 2009, 7.604 alunos; em 2010, apenas 4.749. nós queremos saber para onde foram esses 2.855 alunos que hoje o município diz que foram inclusos. E, hoje, a gente tem, as mães são obrigadas a garantir a presença dos seus filhos em

classes, seja de ensino regular ou especial, a gente tem que ir para o Boechat, tem que ir para a imprensa, tem que gritar, porque a garantia, ela só é feita com privilégios, com indicações, do amigo do amigo, ou em casos isolados.

Quando a Secretaria Municipal de Educação diz que está resolvendo os problemas atuais, a cada dia aparece um caso novo. Como se falar em inclusão se hoje a análise, o acompanhamento educacional da criança com deficiência intelectual é feita com técnicos que vão às suas salas de ensino regular, passam apenas uma hora analisando o comportamento desse aluno dentro da classe de aula. Como se analisa a inclusão se uma pessoa com deficiência intelectual em uma hora, se nem os próprios pais ainda conseguem entender as síndromes e o comportamento desses filhos na própria residência? O que o governo fala hoje para as mães quando os filhos estão surtados dentro de casa, que quebram a casa inteira, quebram televisão e são obrigadas a lidar com essa situação porque o governo não dá escola, não dá tratamento médico e não garante a saúde mental dessas crianças e desses jovens. Falar hoje sobre um Plano Nacional de Educação inclusiva, para nós, população, é uma tremenda de uma farsa.

Nós estamos em grupo, junto com o MIL – Movimento de Inclusão Legal, Guerreiros da Inclusão, Pastoral da Deficiência, e outras entidades que, juntos, estamos colocando proposta da emenda da Meta IV. Claro que não é o ideal ainda. Nós temos que movimentar as nossas classes e as nossas instituições para estarmos realmente garantindo essa inclusão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Quero convidar a professora Glorinha, do IBC. Em seguida, professora Edecléia, da UERJ. Antes, porém, registrar professora Kátia Nunes, diretora do Instituto Helena Antipoff, aqui do Rio de Janeiro; Helena Dali, da Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica, Daniela Medina maia, promotora do Ministério Público, representante da Dra. Bianca, da Promotoria de Educação, seja bem vinda, Guilhermina Rosa, da Apae-RJ, Rita Magosso, do Movimento de Inclusão Legal, Gabriela Valqueire, da Pestalozzi-Rio Bonito, Selma Nascimento – Movimento de Inclusão Legal e Responsável, Simone Maria Pereira, professora, representando a Secretaria de Educação de Duque de Caxias.

Professora Glorinha seja bem-vinda.

A SRA. GLORINHA – Obrigada. Bom-dia a todos.

Eu vou pegar um gancho aqui que tenho sempre me atido a ele, que é justamente o problema da Educação brasileira. O que nos preocupa realmente é que antes de discutir toda a problemática que envolve a Educação, as pessoas querem discutir modalidades de Educação. Então se não resolvermos o problema da Educação brasileira com os indicadores que temos nas mãos, para fazermos uma análise crítica, realmente não vamos chegar a lugar nenhum. E o que mais nos preocupa é colocar realmente uma criança com qualquer tipo de deficiência dentro de um sistema que não atende nem as crianças ditas normais. (Palmas)

Na verdade, em março fomos chamados também a Brasília, no dia 15 de março, e recebemos também essa notícia: nós terminaríamos a nossa escolarização em dezembro de 2011. Ponderamos e vínhamos ponderando, não apenas naquele 15 de março. Nós ponderávamos desde 2007, quando começou a ser costurada a nova política de educação inclusiva.

Mas quem é que disse que a nossa educação não é inclusiva? Quem garante e quem afirma isso, realmente não é possível conhecer o trabalho, por exemplo, do Instituto Benjamin Constant. (Palmas) Somos, com muito orgulho, a matriz da Educação Especial em toda a América Latina.

Pensem, Srs. Parlamentares, que numa época em que no Brasil a educação brasileira era privilégio para muito poucos, criava-se no Rio de Janeiro uma escola nos moldes do instituto dos jovens cegos em Paris. Isso é inimaginável! Hoje eu tenho a impressão de que, com toda essa carga, nós talvez não conseguíssemos. Mas o jovem cego, e isso eu pontuo sempre, nós conseguimos abrir espaço não apenas

pela magnanimidade de alguns, mas pela força do ideal de um jovem de apenas 16 anos, chamado José Álvares de Azevedo. Então somos sim a matriz da Educação Especial e isso não é retórica, isso não é metáfora. Desde sempre o Instituto Benjamin Constant trabalhou em três vertentes: ascensão intelectual, social e humana da pessoa com deficiência da visão. Então nós estamos nessa caminhada há 156 anos, há quase 157. Mas temos um gravíssimo problema à luz de alguns – a nossa longevidade. Para muitos, essa longevidade torna-se um gravíssimo problema, porque quem não analisa com profundidade sempre acha que esses 156 anos converteram-se num anacronismo educacional. E não é verdade! Nós nos mantemos de pé até hoje, com muito sacrifício, passamos por muitos vendavais.

Estamos passando, talvez, pela fase mais crítica da nossa história, porque eu costumo dizer que antigamente havia o discurso, mas não havia vontade política e, hoje, parece-me que há vontade política de se terminar com o gueto, com uma escola ou uma instituição segregacionista. Repudiamos essas palavras, porque nós somos uma escola aberta, uma escola moderna, palmas, e eu gostaria que os senhores refletissem comigo numa fala: sempre é nos dito que a criança tem direito de estar na escola regular. É um direito que nós estamos, inclusive, quebrando esse direito. Agora, eu pergunto aos senhores, por que o direito só atinge a uma parte? Por que é que o pai que pode e deve escolher a modalidade de educação que seu filho deva ter, por que é que esse pai, essa família vai ser punida duas, três, quatro vezes e infinitas vezes? Porque ele não pode escolher, como qualquer pessoa, os senhores que têm filhos, tenho certeza que os senhores escolheram a educação, a escola que mais se adequasse ao seu filho, ao futuro do seu filho. Por que esses pais não podem escolher da mesma maneira? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Sra. Glorinha, quero lembrar o tempo já esgotado.

A SRA CLORINHA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Lembrar o tempo. Temos muitos inscritos.

A SRA GLORINHA – Então, nós estamos aqui para discutir o quê? A meta quatro. Que vou ler rapidamente o que nós preparamos para que pudéssemos estar, realmente, aqui num debate amplo. Abrir indistintamente a matrícula para a população de zero a 21 anos, oferecendo atendimento escolar até aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Incrementar o número de vagas disponibilizadas às crianças de zero a quatro anos, propiciando-lhes a oportunidade de desenvolver isso a contento, através dos programas de estimulação precoce. Estender a escolarização até 21 anos, uma vez que, muitos estudantes com deficiência entram tardiamente na escola, observando-se ainda, em muitos casos, certa lentidão no avanço do processo educacional provocada por diferentes variáveis como: atraso no desenvolvimento global ou comprometimento associado à deficiência principal. Garantir a manutenção das escolas especializadas em todo o país e das classes especiais nas escolas da rede regular de ensino, sempre que se fizer pertinente ou necessário visando minimizar ou eliminar dificuldades no âmbito pedagógico, afim de que se possa alcançar o verdadeiro crescimento global do educando.

Manter a oferta do ensino especializado nos centros de referência nacional, Instituto Benjamin Constant, a área da deficiência visual e Instituto Nacional de Educação dos Surdos, INES.

Respeitar, incondicionalmente, a opção feita pela família quanto à modalidade de atendimento educacional em qualquer nível de ensino, faixa etária ou condições educativas exigidas pelas necessidades específicas do estudante.

Então, são essas as modificações. Alguém dirá o seguinte: mas isso é o que já existe. Sim. E isso que tem que ser mantido. Nós temos que melhorar o que nós temos e inovar, sim, mas inovar como todos disseram aqui, com responsabilidade. E vamos nos lembrar de que, incluir não é matricular.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Glorinha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Convido a Sra. Ediclea, da Universidade do Rio de Janeiro e, em seguida, o Sr. Marcos Castilhos, presidente da Federação das Pestalozzis. Quero antes registrar a presença de Maria Fátima Zanon, da Pestalozzi de Duque de Caxias; Maria Lúcia e Márcia Cardoso, representantes da UPP/Sindicato; o Dr. Carlos Alberto Lima, presidente de Direito Educacional da OAB de Niterói; o Sr. Luís Eduardo, diretor do Sindip – Faetec; Marize Nunes, gerência de Educação da 5ª Coordenadoria Regional de Educação.

Professora Edicléia.

A SRA. EDICLÉIA – Bom-dia, Srs. Parlamentares, bom-dia Plenário. Sou professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pergunto a todos: será essa meta quatro, um convite a nós brasileiros rasgarmos a Constituição da República e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira? Porque ela nos convida a isso. Fui delegada eleita, representando a Conferência Nacional de Educação, eleita porque participei de todos os fóruns, desde o do Município de Duque de Caxias, orgulhosamente minha cidade, depois o fórum estadual e fui eleita entre os meus pares da universidade para representar os professores de ensino superior na Conferência Nacional de Educação.

Primeiro, o meu manifesto de repúdio, enquanto conselheira, à relatoria do documento da Conferência Nacional de Educação, que deveria subsidiar a PLO, o projeto de lei ordinária para o plano nacional de Educação, porque simplesmente, o que discutimos, que já foi insuficiente, e que já foi na contradição, minimamente ele não está representado. A verba pública que é gasta, impostos gastos para pagar, para subsidiar os delegados, horas de trabalho, horas extras de trabalho, dias, noites, de professores, de familiares, de pessoas com deficiência, simplesmente, jogados ao lixo. Então, inicialmente, o meu repúdio e agora uma análise da Meta 4.

Primeiro, o caput da Meta 4 é onde define a idade de quatro anos para universalizar a Educação, principalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais. Quem é mãe, pai, que é pessoa com deficiência sabe que as janelas de aprendizado e desenvolvimento são essenciais nos primeiros anos de vida e a educação precoce é uma modalidade de atenção à pessoa com deficiência em todos os países do mundo. O plano simplesmente acaba com essa idade importante. E, dezessete anos, colocaram como se tivesse um limite para o desenvolvimento. Muitos municípios alunos oriundos do Estado do Rio de Janeiro, das classes, nas suas redes, alguns com 30, 40 anos, familiares que ainda acreditam que a escola seja um espaço promotor de desenvolvimento. Sem dúvida que é, mas essa meta nos convida a uma terminalização que não existe. Nós, pesquisadores, na área de Educação especial não temos esse entendimento de que exista um limite para o ser humano que está com uma necessidade.

Outro destaque também da Meta 4 é quando universaliza esse atendimento só e somente na rede regular de ensino e ferindo o capítulo do 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que aponta que numa sociedade democrática precisamos ter modalidades, como já bem colocaram, ainda às classes especiais, escolas que possam trabalhar como parceiras, como as Sociedades Pestalozzis, as APAEs, que o IBC e o INES que também já foram bem representados anteriormente, essas escolas têm, historicamente, em algum município do Brasil APAEs e Pestalozzis, são os únicos esteios nesse processo de integração. (Palmas)

A estratégia 4.2 da Meta 4 se define numa modalidade, e venho discutindo isso, inexistente, uma terminologia também inexistente na literatura da área da educação especial, que se batizou de sala de recurso multifuncional. Multifuncional é um conceito inexistente na literatura científica da área. Quem é multifuncional? Quem exerce multifunções? Os professores? Os recursos? Sabe-se ainda que na ciência da educação especial não existem aptidões, estratégias e competências relacionadas de formas multifuncionais. E o ministério ainda não conseguiu definir teoricamente o que seria essa

multifuncionalidade, e isso vem ainda, no cenário da educação, trazendo uma série de contradições, principalmente nas redes públicas.

Então, a sala de recursos tem sido tomada como a panaceia da educação especial brasileira, e isso também nos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora Ediclea, desculpe-me. Nós estamos recebendo muitas inscrições.

A SRA. EDICLEA – É. Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – E a Câmara quer abrir ao máximo a tribuna às participações. A senhora já está com quase dez minutos. Por gentileza.

A SRA. RODICLEA – Vamos então finalizando. A questão da acessibilidade também nos preocupa porque trata a língua brasileira de sinais como acessibilidade; não transversaliza a educação especial nas diversas metas, como foi discutido pelos delegados. Inclusive o deputado Eduardo Barbosa precisa agora, precisou fazer uma emenda pedindo para transversalizar, mas nós, delegados, já havíamos feito isso. Só que o PLO.

E finalizando, tão só o PLO, como a própria política nacional de educação especial vem esquecendo uma parcela de alunos com necessidades educacionais de saúde, crianças que não são definidas e jovens na condição como anemia falciforme, crianças com câncer, com leucemia, que necessitam dos programas das classes hospitalares, que também são garantidas como modalidade de atendimento às crianças e jovens com deficiência.

Muito obrigada. Passo à mesa as contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora. Por favor.

Eu convido o Sr. Marcos Castilho, presidente da Federação de Pestalozzis. Em seguida, a Sra. Selma Nascimento, da ONG Semente do Amanhã. Antes do Sr. Marcos, queremos registrar a presença da Professora Rosemeire Borges, do Conselho Estadual de Educação. Não fala qual é o município. Miriam Alcântara, do Sindicato Estadual, SEPE; Ana Luíza Rocha, do grupo de trabalho do sétima CRIA; Clênio Sampaio, da Associação em Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência dos municípios de Miguel Pereira, Paty do Alferes e adjacências.

Com a palavra o Sr. Marcos.

OSR. MARCOS CASTILHO – Obrigado. Bom-dia, Sr. Presidente da Comissão de Educação, deputado Comte Bittencourt, na pessoa de quem saudamos os demais membros da Mesa; plenária, eu sou presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro e represento a entidade também no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

Na verdade, a gente vem aqui na perspectiva de poder expressar inicialmente a nossa indignação à forma como esse processo de educação inclusiva, e que a gente quer deixar claro, o movimento pestaloziano, no Brasil, não é contra o processo de educação inclusiva, obviamente. Historicamente, a nossa existência, por si só, traduz o nosso comprometimento com a educação especial no Brasil. Ba sta dizer que o movimento Pestaloziano, ao longo da sua história, e temos aqui nessa plenária a Dra. Lizair Guarino, que participou ativamente de várias instâncias de discussão, de criação, de propostas, de fato, de educação inclusiva no Brasil. Então não seria de bom senso que a gente dissesse que é contra a educação inclusiva. Mas, a gente vem aqui para dizer que não dá para aceitar que uma proposta, que não é de política de estado, senhores, é política de governo – porque, na verdade, o que se tem é uma política de governo, não é política de estado de educação – queira enfiar goela abaixo da sociedade brasileira uma proposta de inclusão como está colocada nessa meta quatro.

É importante destacar que não está havendo respeito à Constituição Federal, que garante direitos de liberdade, que garante o direito de escolha. Temos que destacar aqui a convenção internacional de direitos das pessoas com deficiência, que o Brasil é signatário, portanto, tem poder constitucional e que em nenhum momento o Ministério da Educação respeitou ao apresentar essa Meta 4 no plano nacional de educação. E isso demonstra para nós que na verdade que o se faz hoje é o desmonte de toda a educação especial que existe no Brasil hoje. (Palmas)

Independente dela acontecer nas escolas que chamam regulares, e a gente aqui já faz um destaque para o erro do documento, porque regular não significa exclusivamente escola pública. Nós temos inúmeras escolas especializadas que são sim regulares (Palmas) porque tem toda a sua documentação, todos os seus registros, então também são escolas regulares.

E, sem querer me alongar muito, porque há muitas pessoas inscritas, eu gostaria de ressaltar que quando o Ministério do Educação não reconhece a importância dessa rede histórica de escolas e entidades que praticam educação especial, quando não reconhece, por exemplo, no caso dos surdos, que muito bem foi dito aqui, que a sua língua principal é a Libras e não o português, quando não reconhece que o que tá posto enquanto idade cronológica de 4 a 17 anos, desprezando que a pessoa, principalmente aquela que já nasce com deficiência, precisa de uma estimulação precoce desde o primeiro dia de vida. E ela tem uma sobrevida além dos 17 anos, isto sim é segregar a comunidade de pessoas com deficiência independente da deficiência que ela tenha. (Palmas)

Então esse é o posicionamento, senhores. E dizer que nós defendemos o que a comunidade de pessoas com deficiência defende. Não dá para discutir nada pelos deficientes sem a presença dos deficientes. Nada por eles sem eles. E a gente quer reafirmar isso aqui e defender que nessa proposta que a Câmara vá construir para levar de emenda ao Congresso tenha essa fala e particularmente o nosso repúdio à forma como essa matéria vem sendo discutida no Brasil. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Márcio Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Sra. Selma Nascimento, da ONG Semente do Amanhã. Em seguida, o Paulo André, representante do FELES

A SRA. SELMA NASCIMENTO – Bom dia.

Represento a ONG Semente do Amanhã, que atende também há 24 anos na comunidade de Bangu, também crianças especiais. Mas também falo como fonoaudióloga, como professora e em última instância como mãe.

E como mãe eu pergunto: que país é este? Que história é essa? Não basta, já não é o suficiente, nós mães não temos para os nossos filhos atendimento fonoaudiológico nos postos de saúde, fisioterápico, todo atendimento neurológico que eles necessitam? Ainda querem tirar a única coisa, o único atendimento especializado que eles têm direito? Não é acabar com a inclusão, não é acabar com os especiais, não é excluir os especiais da sociedade?

Então, gente, eu quero aqui conclamar vocês todos aqui... Aqui tem uma galera aqui e eu não vi ninguém chegar aqui e falar: A meta 4 atende, ela é boa, ela é eficiente. (Palmas) Todas as pessoas que aqui estão são contra ela. Então, o que a gente tem que fazer? Pedir aos nossos parlamentares, que já estão sensibilizados com a nossa causa, para que eles lutem por nós levando lá para o Congresso, lá onde essas pessoas engravatadas dentro dos seus gabinetes, pensando, viajando no que é inclusão, eles possam levar o nosso pedido. Então nós trouxemos aqui também a nossa proposta.

Nós fizemos em conjunto com Guerreiros da Inclusão, ONG do Semente do Amanhã, Movimento Mil, e nós vamos trazer aqui, nós trouxemos e nós vamos cobrar dos senhores parlamentares que nos dêem uma resposta, que essa resposta seja positiva, porque se não for, nós todos estamos aqui, nós

representamos alguém. Atrás de nós ainda tem muita gente, e a gente vai colocar o bloco na rua. Nós não vamos ficar calados, não, nós precisamos ser ouvidos, todos. Todas essas leis, tudo o que foi feito anteriormente, gente, simplesmente foi apagado. Você quer ter uma noção? Esse governo municipal que iniciou ele acabou com o atendimento precoce aos bebês, acabou. Então, não é importante incluir a criança de tenra idade já na escolarização? Muito importante. Esse governo acabou com o esporte adaptado nas vilas olímpicas. E eles falam em inclusão. Esse governo acabou com muitas coisas que havia. Eu citei três e agora estou esquecendo a terceira, mas eu vou lembrar. 120 classes especiais foram extintas. Então, como falar que eles estão preocupados com inclusão? “Ah, a determinação é do MEC”. Ah, então vamos cumprir ordens. Se o MEC fala que tem que cortar a cabeça de todo mundo, a gente corta. É isso? Não vamos aceitar isso não.

Outra coisa importante, voltando para o nosso município, é que nós, nós mães, nós pais, não aceitamos que o grupo que foi instituído pela secretária de educação a nosso pedido, pedido do MIL, para que formasse um link entre ela e a secretária leve propostas sem nos ouvir. O gp não está ouvindo os pais. E a reunião tem acontecido, não com a secretária, mas, sim, com parlamentares. E é aí que mora o perigo, está, gente?

Então, também temos no Ministério Público, com a Bianca Mota, que também está acompanhando isso. Então, gente, não vamos desistir não, vamos lutar. E agradeço muito a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Selma.

Paulo André, representante do Feneis, em seguida Idécio Guimarães, assessor de projetos, diretor do fórum de Campos dos Goytacazes. Antes, porém, desculpe, Paulo, o Sr. Marcos Lozinski, presidente da Adefipa; Sra. Kátia Vasquez, presidente da Federação Estadual de Instituições de Reabilitação; Sr. Delton Pedroso Bastos, Presidente da Fiapa, Rio de Janeiro.

Com a palavra, o Paulo. Por favor, Paulo.

O SR. PAULO ANDRÉ – Bom-dia a todos. O meu nome é Paulo André, eu sou vice presidente da Feneis, e eu sou representante nacional de todos os surdos e estou aqui para fazer algumas colocações para vocês. Há um tempo nós já temos visto alguns movimentos dos surdos. Na verdade, antes disso, em 1880, os surdos já utilizavam a língua de sinais como a sua língua. Havia professores surdos, havia um relacionamento, havia uma educação de qualidade. Todavia, a partir do Congresso de Milão, em 1880, que foi um marco na educação de surdos, foi uma facada em nosso peito. O que aconteceu, então, nesse congresso, em 1880? Na verdade foi um congresso em que foi decidido qual seria a melhor metodologia de ensino; a oral ou a língua de sinais. Lá, a grande maioria, votou na língua oral, e desde então só se vem trabalhando o oralismo, a língua oral com os surdos, e isso perdurou durante muito tempo. Todavia, atualmente, nós temos feito pesquisas em várias partes do mundo e temos visto que o surdo adquire a língua dos sinais como a sua primeira língua de forma natural, e não a língua oral. Hoje nós vimos o MEC falando sobre a inclusão, e nós estamos na verdade fazendo o mundo virar ao contrário, fazendo voltar no tempo. O MEC já tem fechado muitas escolas de educação de surdos em todo o território nacional, e tem colocado as nossas crianças surdas em escolas inclusivas e que não oferecem um ensino de qualidade para eles. Nós já temos ido em várias localidades e visto isso, um ensino que é misto, surdos e ouvintes. (Palmas) Tudo bem, podemos chamar de inclusão, legal. Mas, se a gente for parar para analisar que inclusão é essa, não passam de mímicis. Uma metodologia que não é adequada ao surdo. Nós temos surdos, cegos. Como esse professor, como esse profissional pode se adequar a tantas diferenças naquela sala? Mas tudo bem, temos professores que são pedagogos voltados a diversas áreas. Assim que deveria ser. Uma pedagogia voltada a cada deficiência, a cada tipo diferenciado.

O grande boom surgiu com essas discussões a partir do que aconteceu no INES quando a Martinha começou a colocar essas questões do INES, e antes disso a própria comunidade surda não estava ciente do que estava acontecendo. Queria fazer com que o INES fosse uma referência nacional, como se

fosse uma grande sala de recursos. Vimos que iam tirar aquela escola para surdos atendendo à educação básica. Isso fez com que os surdos se revoltassem.

Os surdos começaram a colocar vídeos no Facebook, no Orkut e no Youtube. Graças à tecnologia, podemos ter esse auxílio para a comunidade de surdos, que puderam se comunicar. Na verdade, foi um momento de grande luta nesses dois últimos meses. Antes disso, estivemos no Conae, em 2010. A comunidade de surdos teve representantes lá, mas num grande plenário com muitos ouvintes, apenas 6 surdos estiveram com seus representantes lá.

Estiveram lá professores de ciência, de matemática, entre outros. Vários profissionais. E estiveram profissionais surdos lá que colocaram suas propostas, mas foram praticamente pisoteados. A plenária foi manipulada naquele local, dizendo que os surdos queriam segregar. É uma palavra muito perigosa a segregação.

A gente pensa sobre isso. Querem retornar o Congresso de Milão trazendo um neo-oralismo para cá. Os surdos nunca tiveram interesse de fazer essa segregação. Os surdos vivem com ouvintes, já moram com ouvintes, surdos casam com ouvintes, surdos tem filhos ouvintes. Como podem eles querer uma segregação? O que queremos apenas é uma outra metodologia, um outro tipo de trabalho. Não apenas se preocuparem em nos jogar numa sala de aula. É o que isso fala na Constituição? Tudo bem. Todos são iguais perante a lei, mas esse igual tem diferenças. É equidade. Temos surdos que são cadeirantes, surdos que são cegos. Todos eles precisam desse apoio. Podemos pensar sim numa educação de uma sociedade ideal, mas para isso a gente não pode colocar um regime de Hitler, não pode impor algo às pessoas. Isso acabou, isso é coisa do passado. Hoje queremos uma democracia.

Temos aqui uma emenda em relação a meta 4. Nós já falamos sobre a Meta 4. Nós estivemos com um grupo de surdos fazendo essas discussões. Temos que arrancá-la deste documento, na verdade.

Queria o apoio dos Deputados e de todas as autoridades aqui presentes para que nos ajudassem a arrancar essa meta 4 e fazer uma nova meta. Assim, ir incluindo, aos poucos, o que é melhor para a educação de surdos, de cegos, de cadeirantes, entre outras deficiências. Não quero impor à pessoa com deficiência visual, à pessoa cadeirante o que é melhor para ela, mas sim chamá-las para discutir. E isso a gente tem que ir agregando aos poucos, chamar todos à discussão e entregar uma proposta adequada, e não algo imposto de cima para baixo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Nosso tempo está esgotado.

O SR. PAULO ANDRÉ – Essas aqui são algumas propostas com relação à meta 4. Temos aqui o que foi colocado pelo Conae, que nós discutimos e acrescentamos aqui todas as nossas justificativas. Os surdos já têm tudo preparado de uma maneira até antecipada a isso. Já colocamos escudos, já colocamos nossos capacetes e estamos indo à luta.

Um último aviso em relação a essa passeata que fizemos em Brasília. Foi um sucesso. Foi 100%. Nós tivemos muitos surdos, ouvintes. Todos estiveram ali e integrados e juntos por essa luta. Não foi uma segregação. Inclusive, o Ministério de Educação, ele sentiu algo de diferente. Nós não fomos com pedras, nós não fomos com armas, nós fomos com pessoas. Nós fomos como pessoas. Assim como os ouvintes fazem a sua manifestação, nós, surdos, estivemos lá mostrando a nossa língua de sinais que é diferente da língua oral.

Agradeço a todos por estarem aqui. E a gente continua nessa luta por uma inclusão de qualidade, e não do jeito que está acontecendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Paulo.

Palavra ao Décio Guimaraes. Em seguida, a Professora Teresa Costa do Amaral, Superintendente do IBDD.

O SR. DÉCIO GUIMARAES – Senhoras e senhores, bom-dia. Srs. Parlamentares, um agradecimento especial aos Exmos. Deputados Comte Bittencourt e o amigo Márcio Pacheco pelo convite, por proporcionar ao Estado do Rio de Janeiro, à sociedade civil, este espaço, este momento de tão grande importância.

Eu gostaria de colocar que estou aqui representando sim, a direção do fórum de Campos, como também a orientação educacional da Prefeitura de Macaé como o Instituto Cultura e Saber, mas principalmente estou aqui como cego, como deficiente visual.

Gostaria de dizer a todos que concordo com grande parte das coisas e das questões que aqui foram colocadas. No entanto, gostaria de iniciar a minha fala dizendo: sou sim, a favor da inclusão total. No entanto, gostaria de chamar os senhores a uma grande reflexão. Esta educação que pretende de uma hora para outra ser inclusiva, todavia em toda a sua história foi de uma educação excludente. Nós precisamos abrir as portas das nossas escolas não só às pessoas com deficiência, mas sim a todas as crianças.

É impossível (palmas) estudar na escola regular. O modelo de escola pública que nós temos é limitado, é precário, é ineficiente. Como esperar que nós, com limitações visuais, auditivas, físicas, possamos entrar e nos acomodar numa escola onde existe lugar para poucos? Salas abandonadas, professores esquecidos, escolas sem água, sem merenda, sem luz, sem quadro, sem livro (palmas).

No entanto, a iniciativa é positiva. A forma é que está equivocada. Precisamos implementar, construir e não fechar e destruir. Nós precisamos somar. É preciso sim, ouvir as escolas especiais e aprender com elas. É preciso sim, ouvir as famílias? Sim, vamos ouvi-las. Mas também vamos ouvir o personagem principal dessa questão, os deficientes.

Eu posso dizer a vocês que nos meus 35 anos existe um divisor de águas. Eu relatava há pouco ao Almeida que aos três anos de idade eu fui diagnosticado indevidamente como deficiente visual, e me conduziram vidente com 90% da visão, a uma escola de cegos. E vou dizer uma coisa a vocês: me senti um peixe fora d'água. Aos 16 anos fiquei cego e me senti um peixe fora d'água na escola regular. O que eu posso dizer gente, é que precisamos conviver juntos desde as primeiras séries, não é aos quatro anos, não, é no berçário. Como exigir que um homem formado não tenha preconceitos se ele na infância não teve a oportunidade de conviver com todos? (Palmas).

Nós precisamos nesse momento não é de Meta 4 não, nós precisamos é de bom senso, nós precisamos é de amor, amor ao próximo. A legislação vigente no Brasil já é suficiente. Basta que faça uma leitura ao Eca, à LDB, à Constituição. O que precisamos é de vontade política para fazer e fazer bem feito. (Palmas).

No último dia 16, em Campos, tivemos a oportunidade de abrir as portas do Poder Judiciário para discutir a inclusão escolar, o direito na prática. O que precisamos fazer é isso, é debater, unir esforços. Por isso, eu gostaria de convocar todos vocês não para abrir, mas para arrombar as portas. E não é da escola, não, é da educação para todos. (Palmas). Acredito sim, acredito que a inclusão tem que ser para todos. Está aí uma história e algo particular: eu tenho duas graduações, quatro pós-graduações, estou cursando mestrado e não sei Braile. Sabe por que não aprendi o Braile? Porque a sociedade não conhecia o Braile, porque não existiam livros em Braile e eu tive que me virar. E eu faço aqui um registro, uma homenagem à Universidade Pública Brasileira, em especial à UFRJ na pessoa do Professor Antônio Borges, que desenvolveu o programa Dosvox. Nós às vezes falamos de políticas, falamos de iniciativas, mas não falamos dos autores, dos pioneiros. Um país que não valoriza a sua história, um país sem memória é um país de nada. Falar em fechar o INES, o IBC, a APAE, Pestalozzi, é a maior loucura que eu já ouvi falar na minha vida, porque foram instituições criadas contra tudo e contra todos e não será a força de alguns que irá fechar as portas dessas instituições.

Então, companheiros do INES, companheiros do IBC, da APAE, Pestalozzi, vamos à escola! Vamos ensinar como se faz educação para todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado.

Eu queria convidar a Professora Kátia Nunes, diretora do Instituto Helena Antipoff. A Kátia está com problemas de horário e pediu para antecipar a sua fala.

A SRA KÁTIA NUNES – Bom-dia a todos.

Eu gostaria de esclarecer algumas falas. Acho que todas tiveram seu momento de grande valia. Mas algumas eu senti a necessidade de esclarecer. Gostaria de esclarecer que assumi o Instituto Municipal Helena Antipoff em agosto de 2010 e, atualmente, estou na direção com muita responsabilidade. Tenho certeza que é realmente de responsabilidade. Por quê? Fui professora da rede 27 anos. Estou na rede ainda, saindo quase minha aposentadoria. Assumi o município do Rio de Janeiro com uma formação de professores que não ensinaram a trabalhar com aluno com deficiência. E aí fui buscar de que forma? De uma forma que meu aluno foi me ensinando. Olhava para aquela turma de surdos e dizia: Meu Deus, o que eu faço agora? A formação não me deu especificidade de trabalhar com eles, mas eles foram me ensinando. Peguei sim uma turma de alunos surdos e eles me mostraram: “Professora, tem que ter um código de comunicação comigo. Cadê?” E aí eu fui buscar o que realmente eu precisava.

Deram-me suporte teóricos as universidades, mas onde eu fui buscar foi no Centro de Referência Municipal Helena Antipoff. Foi ali que começou a minha inclusão, foi ali que já começaram a falar em inclusão. Um departamento, um órgão histórico. Levava, sim, todos os meus anseios, as minhas dúvidas, que a formação não me deu. Ali comecei pesquisando, estudando e ali fui caminhando. Minha trajetória até o presente momento foi com o aluno. E tenho a certeza que não vou me perder nunca daquilo que eu acredito.

Hoje, voltando a algumas situações aqui que esses alunos provavelmente estão em casa, podem ter certeza, o Conselho Tutelar até agora não me acionou. Sabem por quê? Porque no meu gabinete as portas estarão sempre abertas, porque eu defendo aquilo que eu acredito. O que eu acredito? Realmente as condições de que um aluno com deficiência aprenda. Acho que a maior questão aqui é como ensinar o aluno com deficiência. Eu garanto a vocês. Eu fiz, eu aprendi, eu ensinei e eles provaram para mim que deficiência não é impossibilidade.

E é isso que vou levar, e não me perco. Que hoje eu não sou uma diretora de gabinete, sou uma diretora que está no campo. Estou olhando para essas crianças sentindo a necessidade. Hoje, falar de 36 mil professores na rede, eu vou acertar 100%? Claro que não, mas vou tentar fazer o melhor, com muita responsabilidade, porque foi isso que eles me ensinaram, porque ninguém me ensinou a não ser eles. E hoje eu tenho certeza que a qualquer momento, sinto de algumas pessoas procurar a rádio, porque meu instituto está sempre de portas abertas, a qualquer momento que qualquer um de vocês batam àquele centro de referência, as portas estarão abertas, porque eu quero o que, gente? Não é garantir o meu cargo, não, eu já estou me aposentando. Mas, eu tive um compromisso com os meus alunos, que é fazer o melhor. Algumas falas colocaram: “Meu filho ainda não aprendeu.” Essa é minha responsabilidade, implementar uma política que realmente efetive.

Falar hoje da família no processo escolar, eu garanto a vocês, estou muito segura de responder isso. Sabe por quê? Porque eu trabalhei com aquelas crianças impossibilitadas de estar na escola. Sabe que muitas vezes a família disse: “Kátia, ele não aprende. Ele não tem condições.” Eu dizia sempre para essa família.: “Tem que acreditar, porque às vezes a deficiência não é dele; é nossa.” E eu provei, pesquisa está documentado. Se Deus quiser, porque mais tarde eu vou escrever um livro e vocês vão ter o prazer de ler, que ele foi para a escola.

Então, hoje, discutir em um momento histórico que nós estamos vivendo, estou muito satisfeita, porque vocês estão parando. Vou agradecer a todos? Com certeza que não. Como estão esses alunos hoje das classes que foram fechadas? Foram remodelados, estão incluídas, mas pode ter certeza – nós estamos com alguns grupos de trabalho, sim. O Instituto Municipal Helena Antipoff, Secretaria Municipal de Educação, hoje é uma direção do diálogo. Eu quero cada vez mais ampliar isso. Em momento nenhum estou longe de ouvir as críticas, não, porque no momento em que eu assumi essa direção do instituto eu disse: “Estou assumindo a direção com uma condição: de respeitar o direito do deficiente como qualquer outra criança, a Convenção dos Direitos Humanos. E é isso que vou lutar e vou garantir isso, que efetive a aprendizagem do aluno com deficiência. Peço, sim, aos parceiros das universidades que eu venho fazendo, venho pedindo, sim, apoio às instituições e INES, IBC, todos estão trabalhando hoje. Hoje, estão fazendo, sim, processo, todo material em braile seja adaptado, sim, para toda a rede.

Hoje, a formação em serviço está sendo dado? Sim. Estamos cada vez mais trabalhando dia e noite, não para agradecer a todos vocês, mas para agradecer, sim, aquele aluno, com quem eu aprendi a ser professora. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professora Kátia.

Professora Tereza Costa d’Amaral, do IBDD. Em seguida, professora Nelma Pintor, coordenadora de educação especial da Secretaria de Educação de Niterói.

A SRA. TERESA COSTA D’AMARAL – Bom-dia a todos! Vou falar rapidinho porque eu acho que praticamente tudo já foi dito aqui hoje. Eu só quero lembrar que o Estado brasileiro e a omissão do Estado brasileiro em relação à educação da pessoa com deficiência é permanente. A questão da educação para a pessoa com deficiência foi sempre relegada ao último plano. Até a década de 70, não havia compromisso do Estado brasileiro com a educação especial a não ser os dois grandes institutos, e alguns institutos nas capitais que tratavam da educação dos surdos e dos cegos. A educação da pessoa com deficiência intelectual nunca foi assumida pelo Estado brasileiro até a década de 70. (Palmas)

O Estado brasileiro e o governo federal não podem entender que trocar a omissão pela exclusão é solução, uma falta inclusão, como aqui vem sendo feita agora, como é proposta na meta 4 é uma exclusão, não nos falem em política de inclusão, isso é uma política de exclusão, quando as pessoas com deficiência não tem direito a sua educação, a escolha da sua educação, é um autoritarismo total quando se decide de que forma vai ser feita a educação para as pessoas com deficiência, elas tem que ter acesso a todas as possibilidades de educação, e nessa omissão, o Estado, até a Década de 70, para vocês terem uma idéia, na Década de 70 houve a primeira emenda constitucional que falou do direito do deficiente à educação e ao trabalho e ao transporte. A Década de 70, está agora, e a omissão não vai ser trocada porque um plano de metas ou porque um decreto do MEC ou porque uma portaria do MEC resolve que as escolas, as APAEs e Pestalozzis, que sempre atenderam às pessoas com deficiência intelectual não precisam mais existir, e vão colocar o quê no lugar delas?

Por que o INES, o IBC e outros institutos especializados na educação de surdos e cegos, não precisam ter o seu espaço respeitado, não, tem que seu espaço respeitado sim, qualquer brasileiro tem direito à escolha, escolher onde vai colocar seu filho, se numa escola religiosa, se numa escola católica, se numa escola militar e tem o direito de escolher se quer colocar o seu filho numa escola especial ou numa escola regular. Na Década de 70, eu e Lizair, que está aqui na minha frente, nós trabalhamos juntas, nós lutávamos para que as escolas regulares fossem obrigadas a aceitar o deficiente porque elas não aceitavam e isso continua sendo verdade, as escolas não aceitam, fingem que aceitam e colocam no canto da sala.

Para terminar, eu acho que o direito à escolha e o direito à educação estão juntos nessa batalha e nós não podemos aceitar que isso seja uma educação inclusiva o que vem sendo proposto na Meta 4 e os últimos atos do MEC, nós temos que apelidar e de chamar esta educação de educação exclusiva, exclusiva para alguns poucos, que nas escolas particulares pagam pelo seu apoio educacional específico, essa é a

realidade, porque nas escolas de todo Brasil, não são as escolas do Rio de Janeiro, e a Kátia pode ter a maior boa vontade, mas, as escolas do Brasil inteiro e as do Rio de Janeiro não tem condição de dar apoio pedagógico às pessoas com deficiência.

Então, lutemos contra a educação exclusiva de alguns poucos, lutemos pela educação de todos, uma educação inclusiva verdadeiramente democrática. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Tereza. Dra. Nelma Pintor, Secretária de Educação de Niterói, em seguida o Sr. Mário César Pacheco, Instituto Guerreiros da Inclusão.

A SRA. NELMA PINTOR – Bom dia a todos, Srs. Parlamentares, em nome do Deputado Comte Bittencourt, do Deputado Márcio Pacheco, quero dizer da honra de estar presente mais uma vez, numa discussão de tal magnetismo, e quero dizer que algumas colocações que me antecederam são extremamente procedentes, mas, outras colocações, ainda me parecem um pouco equivocadas, mas, nada que um equívoco não possa ser explicitado, revisto repensando. Eu fico extremamente feliz de perceber uma Casa de parlamentares que alguns anos atrás era extremamente hermética à presença da população, do cidadão comum ter evoluído para um nível de seriedade da discussão das questões sociais como eu estou vendo agora. E aí eu pergunto a muitos dos senhores e das senhoras que estão presentes neste plenário: quantas vezes os senhores foram chamados pelos parlamentares para serem ouvidos e discutir os nossos direitos.

Essa é uma das ocasiões ímpares que esta Casa nos oferece e o momento é este. Preocupa-me muito algumas colocações que parecem alimentar uma arena de disputa entre a escola inclusiva e a escola especial e a escola comum. Estávamos discutindo a questão conceitual que às vezes parece muito esvaziada mas é muito importante. Discutir escola regular na verdade se há uma escola regular deverá então haver uma irregular. Não é isso que queremos discutir aqui. O que nós queremos discutir e me parece que todos estão de acordo é acerca da qualidade da educação do Brasil, mesmo que essa educação se dê em espaços instituídos diferenciados, o que importa é que ela seja uma educação de qualidade. Mas para que ela seja uma educação de qualidade há que haver condições. Condições de formação de professorado, condições de infraestrutura de recursos orçamentários em todos os níveis, condições de equipamentos, condições de mobiliário, condições de transporte, condições de saúde, condições de cultura, condições de esporte e aí a gente vai elencando o tudo o que todo e qualquer cidadão e aluno cidadão precisa. Não importa se ele está na escola especial ou se ele está na escola comum, o importante é que ele precisa de educação. E é isso que a gente está discutindo aqui.

Mas, a gente tem que ter o cuidado de não criar essa arena de disputa entre os educadores, entre os professores, como se a educação comum fosse a educação boa e a educação especial fosse a educação ruim. Não é isso. Esse é um dos equívocos que precisa ser esquecido e anulado, repensado e resignificado, porque uma das falas que nos antecederam colocou muito bem, nós temos que abrir as portas para a educação, não é fechando portas que a gente vai educar o cidadão brasileiro, é abrindo portas. Imaginem os senhores se todas as instituições chamadas escolas especiais que até então atendia a uma parcela da população, abrirem suas portas para um outro cidadão que antigamente era de chamado sem deficiência. Por que as pessoas com deficiência e sem deficiência não podem estudar dentro do mesmo espaço? Imaginem que se a gente separa as pessoas com deficiência em espaços outros e as pessoas com deficiência separadas das sem deficiência, o que é que vai gerar? O que é que passa na cabeça das pessoas? Estamos alimentando subliminarmente a questão do preconceito e da inclusão. Então nós temos que pensar e nessa disputa que parece que nós estamos caminhando isto é extremamente prejudicial para a educação, para o aluno. O que todos nós educadores queremos é uma educação de qualidade. A Meta 4 é restritiva, ela precisa ser ampliada, ela esqueceu pontos fundamentais para a educação do aluno e de qualquer aluno. A educação especial que é uma educação com uma qualidade para o aluno que demanda aspectos especiais. E qual é o aluno que não demanda uma educação especial? Todos nós de mandamos

educação especial, independente de termos ou não uma deficiência. E mesmo as deficiências subliminares que nós temos, nós escondemos para que ninguém as veja.

Então, o que nós temos que trabalhar nessa Meta 4 é uma programação pensada, gestada, compartilhada, socializada – onde todos que estão aqui e que não puderam estar aqui, tenham seu direito de voz; vez e voz de trabalhar e opinar e dizer: “essa eu quero, essa não, essa está restritiva, precisa mudar”.

E, assim, a sociedade civil organizada, junto com os parlamentares, vai mudar e pensar numa estratégia para a Educação do País. Na verdade, eu considero muito restritivo um Plano Nacional de Educação que tem 20 metas, das quais apenas uma está dedicada a essa questão tão fundamental, que é a questão da Educação Especial.

Então, para finalizar, o que a gente tem que pensar aqui é aparar as arestas, evitar arenas de disputas e trabalharmos todos em prol de uma única Educação; abrir as portas a todo e qualquer aluno, independente se a minha escola é especial ou se minha escola é comum.

Todos têm direito de estar dentro da escola. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Prof. Nelma.

Com a palavra o Mário César Pacheco, do Guerreiros da Inclusão. Em seguida, a Prof. Lindalva, dito aqui: “Grupo de Trabalho da Secretaria de Educação”. Não sei se do Rio de Janeiro.

Pediria que já fosse também assumindo aqui a proximidade da tribuna, por favor, em função do nosso tempo.

Mário César Pacheco.

O SR. MÁRIO CÉSAR PACHECO – Bom-dia a todos. Estou aqui representando o Guerreiros da Inclusão. Na verdade, andamos sempre juntos – Mil, Guerreiros da Inclusão e a ONG Semente do Amanhã.

É um prazer estar aqui representando o Guerreiro da Inclusão, apesar de eu integrar também o Grupo Mil.

Gostaria de deixar clara uma coisa que achei muito importante – e eu acho que tem que ficar frisado: o peso de ouro que tem esse grupo de parlamentares aqui, porque é para aplaudir mesmo, gente. (Palmas)

Eu já fui assessor parlamentar. Normalmente, todas as autoridades falam; os parlamentares falam e só depois fala a sociedade. Eles invertem. Eu queria que vocês tivessem essa noção: Comte, Marcelo, Robson, Otávio Leite, Eliomar também. Obrigado.

Gente, olha só: foi muito importante o fato de ninguém falar aqui a favor da Meta 4. Estou há dois anos, glórias – glórias – pelo nosso esforço junto com as mães. A Lorena, que me conhece, pelo grupo de trabalho; Selma, Rita e Maria Clara, que não está aqui, e o que se vê é que realmente o MEC está efetivando uma imposição burra sobre a Educação Inclusiva que não sei onde eles encontraram o conceito para essa Educação Inclusiva.

Na minha maneira de ver, é uma mera bandeira; uma bandeira que chama a atenção de quem não conhece o problema e todo mundo apóia.

Acho inglória a situação da Kátia. Ela, pelo menos, foi colocada no assento onde está, depois do nós do Mil, Guerreiros da Inclusão, Mães do GT, termos reclamado da forma impositiva e ditatorial que a Grabois, antes, no lugar dela, estava tratando o problema.

E aí, eu respondo à Sra. Secretária de Niterói e à Kátia por que não dá para fazer essa inclusão automática: porque não existe no mundo – não é no Brasil, na Suécia, na Holanda, Holanda, Finlândia. Não existe no mundo um método pedagógico que possibilite a um professor dar aula mista: dar aula para uma pessoa normal sem deficiência e dar aula para uma pessoa que tem deficiências de surdez, de cegueira, de Síndrome de Dawn, inclusive na de Síndrome de Dawn, que é cognitiva, existem vários graus. Então, na verdade, o método de um professor de uma sala de aula normal é um só para várias pessoas. É uma coisa de massa. Mas o que dá mesmo pra fazer é, realmente, com surdos, desde que seja com um professor especial e com cegos, desde que seja professor um professor especial também. Agora, não dá para você fazer esse tipo de método de massa, por exemplo, com pessoas com deficiente cognitiva, porque cada um tem um nível de trabalho. O tratamento, então, de um professor especial com seis alunos com deficiência cognitiva pode estar utilizando seis métodos pedagógicos.

Então, gente, a Meta 4 da forma como está é de exclusão. Achamos que é um absurdo o Governo Federal e essa execução que está ocorrendo na Secretaria Municipal achar que é uma educação inclusiva e se apropriar do nome inclusivo. Inclusivo é o que várias mães que conhecemos e chegamos a conseguir seis mil assinaturas de mães, em 2009, contra o que estava acontecendo: as mães chegavam com seus filhos e viam as classes desfeitas. Não havia um aviso prévio à mãe. Não há uma avaliação psicopedagógica das crianças especiais para ver se elas podem ser incluídas na turma regular e poderão ali se desenvolver psicologicamente.

Fecho com essa fala que acho que é um grande erro. Estão muito preocupados com essa imagem de inclusão e não estão preocupados com o método pedagógico que cada pessoa precisa para ter o seu desenvolvimento pessoal, humano e educativo na plenitude. (palmas) Se houver o foco na criança você não vai admitir esse tratamento que agora no Município do Rio de Janeiro estão fazendo que era fechar as classes especiais e colocar obrigatoriamente as pessoas, primeiro, na turma regular para depois avaliar e voltar. Não é assim: tem que ser o contrário. É o que todo mundo aqui falou: mantém o que existe. Dali, temos um grupo de avaliação que vai avaliar pela necessidade pedagógica de cada um se pode ir para a turma regular como uma opção avançada de ensino. Se ele tiver necessidade tem que haver uma avaliação para voltar para a classe especial. Então, classe especial, salas especiais e institutos especiais, gente, não são segregacionistas a visão contrária a isso é segregacionista (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Mário.

Com a palavra a Prof^a Lindivalda. Em seguida, Prof^a. Emeli Marques Leite, fundadora da Associação de Pais e Surdos do INES.

Registro a presença Jussara Silva da Silva, da Associação Pestalozzi de Niterói; Paulo César Cruz, da FAETEC - Unidade Fábio de Mel, em Quintino; Ricardo Azevedo, do Sisejufe; Maria Darcy Lucena, Associação de Pais do IBC.

Por gentileza, professora.

A SRA. LINDIVALDA – Bom-dia a todos, meu nome é Lindivalda. O senhor me desculpe até porque o senhor falou Lindalva.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Por isso pedi desculpas.

A SRA. LINDIVALDA – Achei que tivesse uma pessoa que fosse falar com o nome de Lindalva.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Por favor.

A SRA. LINDIVALDA – Meu nome é Lindivalda. Sou da 6^a CRE. Hoje, faço parte do grupo de trabalho junto à Secretaria de Educação. Fui uma das fundadoras do MIL, Movimento de Inclusão Legal, depois a sigla acabou coincidindo M, de Maria Clara, que hoje é a líder de MIL, D, de Daniele; I, de Irlanda, e L, de Linda. Então, se formou MIL. Veja bem, vim para falar da Meta 4, mas antes disso

gostaria de falar o seguinte: Os professores do Município do Rio de Janeiro não estão preparados para receber os portadores de necessidades especiais. Eles vão para a faculdade. Eles estudam, mas não alguma coisa específica: você tem que estudar algo específico no sentido de receber um portador de necessidade especial ou qual seja a sua síndrome. Isso sem contar que a inclusão já existe há muitos anos sem qualquer recurso, que se diga, com pouco recurso (palmas), porque na escola em que meu filho estuda é regular com classes especiais inclusive a professora que tem os deficientes auditivos fez o curso de libra por conta dela. O curso era só aos sábados. Os professores têm família. Teriam que ter um horário para fazer essa especialização de segunda-feira à sexta-feira, porque além de ter família têm filhos pequenos. Não entendo por que vai inserir (no caso não é incluir, mas inserir): botar todo mundo lá numa classe regular e cada um que dê o seu jeito. Isso é uma verdadeira exclusão.

A educação está totalmente doente, porque o que mais existe nas escolas é agressividade entre os que se dizem normais. Dificilmente se ouve falar que na classe especial alguém saiu no tapa com alguém. Até acontece. Mas nas classes regulares, nas escolas está acontecendo cada dia um fato diferente e cada dia mais grave. Então, como é que vai pegar os nossos, que são especiais, para colocar junto com essa galera?! O que vão aprender? Digam-me.

Estou tentando entender até agora o que o PME (?) na meta 4 entende por inclusão. Ainda não entendi. Então, vamos fazer barulho? Vamos. Se for para lá os nossos parlamentares estão com muito boa vontade de nos ajudar caso não dê certo, porque é um decreto ou sei lá o quê vamos botar o bloco na rua, realmente: vamos nos unir (palmas). Vamos para Brasília. Vamos para onde quer que seja.

Muito obrigada. O grupo de trabalho está trabalhando muito.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professora.

Com a palavra a Prof^a Emeli, em seguida, a sempre Deputada Georgette Vidor, secretária da Secretaria de Atendimento às Pessoas com Deficiência da Cidade do Rio de Janeiro.

A SRA. EMELI MARQUES – Bom-dia, Srs. Parlamentares, bom-dia a todos, ouvintes e pessoas surdas, vou fazer da minha fala uma defesa do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Através dela estou fazendo uma defesa contrária à Meta 4, que não contempla o Instituto Nacional que deve vir a ser uma escola bilíngue. Defendemos as escolas bilíngues para surdos em todo Brasil. Que haja mais INES em todo o Brasil. O Instituto Nacional de Educação de Surdos já foi aqui apresentado é indispensável a sua apresentação, mas como uma instituição com mais de cento e 50 anos tem sido referida em documentos oficiais como um centro de referência nacional da surdez, entretanto, como pessoas surdas e professores, ouvintes que lá estivemos por longo tempo necessitamos apresentá-lo também de acordo com os significados que foram construídos ao longo dessas décadas pelos alunos e professores que lá passaram e nos diversos tipos de filosofia educacional, como diriam os profissionais ouvintes.

As pessoas surdas e outros surdos que não tiveram esse ‘privilegio’, entre aspas porque a sociedade não entende que é um privilegio para eles estar no INES. Esses alunos que lá estiveram e outros que não tiveram esse privilegio receberam de seus antepassados surdos e profissionais ouvintes uma herança de uma língua, a Língua Brasileira de Sinais, que os constrói como pessoas surdas, com a qual eles se identificam como pessoas surdas e desenvolvem uma cultura através de uma visão que não é segregadora, mas uma língua que os constrói como sujeitos e faz com que eles entendam a sociedade que ouve, conviver com essa sociedade que ouve de forma igualitária.

O INES não simboliza apenas agora um espeço imaginário que construiu o povo surdo. As pessoas surdas se denominam povo surdo e essa denominação é consciente de quem sabe que integra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Para concluir, professora.

A SRA. EMILI MARQUES – O INES é um espaço onde, a despeito de ingerências governamentais que perpassaram não apenas essa instituição, mas outras, nesse mais de um século, os alunos construíram essa língua que agora é conhecida. Esses legados enriquecem a cada dia a cultura dessas pessoas e também a nossa. Apresentamos o INES como espaço de língua a cultura de cidadãos brasileiros. Queremos apresentar o INES com o qual sonhamos e a cada dia queremos implementar melhorias que alcancem outros surdos, incluindo-os nessa consciência de um espaço múltiplo cultural no qual vivemos, pois é nos conhecendo e nos percebendo como pessoas que teremos condições de perceber uma sociedade majoritária ouvinte. Entender como interagir com esse outro que ouve e que pensa o mundo com base prioritária em sua audição. O desenvolvimento tecnológico está aí pra provar isso. Os surdos não querem se sentir vítimas desse processo, pois têm segurança de se afirmar como pessoas que se constroem visualmente, e a tecnologia vem a somar, desenvolver no conjunto dessa área futuramente. Queremos defender uma educação de surdos numa escola de educação bilíngüe, como o INES que, ao longo dos séculos, construiu conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora, seu tempo esgotou.

A SRA. EMILI MARQUES - ...tempo de construir uma língua e que na inclusão proposta pela Meta4 não contempla a continuidade dessa questão primordial para as pessoas surdas. Ratificamos as emendas que foram entregues pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, e ratificamos o nosso ‘não’ à Meta 4, que não contempla as particularidades das pessoas ditas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado.

Secretária Georgette Vidor.

A SRA. GEORGETE VIDOR – Bom-dia. Eu queria ver se eu conseguia que ele traduzisse aqui ao meu lado, senão a televisão não pega, e foi mais ou menos o que aconteceu no início da sessão, quando nossos tradutores estavam traduzindo para a plateia e não para a televisão.

Outra coisa é dizer que eu gostaria de estar ali. Quando eu estive deputada, nós fizemos a tribuna acessível. Todo o mundo dizia que isso era impossível porque isto era um prédio tombado. Nós temos um acesso inclusive em estilo rococó. Isso aqui eu não cheguei a conseguir, a fazer a tribuna acessível. Isso é um trabalho para o Deputado Márcio. O que eu ouvi, primeiro eu queria parabenizar todos os que estão presentes, Deputados, Vereador, porque este é um momento ímpar, como falou o rapaz que nos antecedeu, eu acho que Mário Pacheco, porque esse grupo de deputados pode fazer com que isso tudo que esteja sendo discutido aqui, seja levado para um poder de decisão ao Ministério de Educação.

Eu acho que vários debates foram colocados com muita propriedade e, sem dúvida, sem poder a gente não vai conseguir levar essas ideias, mesmo que a gente vá às ruas. É importante que pessoas comprometidas no parlamento levem tudo isso que foi discutido aqui.

Queria pedir aos deputados que ouvissem mais o número de pessoas que tem para falar e eu acho que a conclusão é exatamente essa, é que nós não podemos deixar e esquecer que, sem esses institutos, o IBC, o INES, as APAEs e as Pestalozzi, quando eu fui deputada, se eu não visitei todas do Estado do Rio de Janeiro, eu visitei 99%, eu sei das dificuldades. Sem dúvida, alguns não têm capacidade, não estão preparados para educar nossos alunos com deficiência, mas fazem um esforço sobrenatural. O que a gente precisa é que essas instituições sejam respeitadas, pelo conhecimento que elas têm, por aquilo que elas podem passar para os nossos educadores, para as nossas secretarias de Educação, municipais e estadual. Essas informações têm que chegar. Essa competência, essa experiência tem que ser repassada para que os pais possam decidir em que escola querem colocar seus filhos.

De maneira alguma, em hipótese nenhuma essas instituições pode ser pensado em nenhum momento de acabar, porque esse conhecimento vai ser muito difícil de alguém ter algum dia, porque são

anos e anos e, como se falou aqui, séculos de experiências que não se passam com um seminário, com um fórum. Não é possível isso.

O que eu gostaria de pedir aos nossos deputados e ao vereador aqui presente, que levem todas essas mensagens, que são corretíssimas e que têm um valor imprescindível para que as pessoas com deficiência tenham uma boa qualidade de vida e consigam desenvolver, cada um dentro da sua capacidade, o melhor que puder. Eu tenho certeza de que esse grupo de deputados tem esse compromisso, quero cumprimentá-los. Tem uma audiência pública agora na Câmara de Vereadores, queria muito continuar ouvindo porque, com tudo o que ouvi aqui, tenho mais condições de defender aquilo em que eu acredito.

A educação inclusive é importante, mas como tudo o que foi apresentado aqui, a nossa educação tem tantos problemas que colocar um deficiente sem que a escola esteja preparada, sem que os nossos professores estejam preparados, recebendo essas pessoas é muito cruel.

Nós, deficientes físicos, temos 30% das escolas no município adaptadas. Imagine, se não conseguimos nem transporte público, não temos transporte público para chegar às escolas, se as escolas ainda não são acessíveis, como é que a gente vai fazer com que isso vire, de repente, de uma hora para outra, uma educação inclusiva? Eu acho que todos os dois lados têm que ser pensados, têm que ser apoiados e têm que ser desenvolvidos. Isso que é importante. E a força política desses parlamentares pode fazer essa diferença. Quero cumprimentar a todos os que estão presentes, pelas coisas lindas que foram faladas, muito coerentes, muito pertinentes, e pelos deputados que estão à frente desse movimento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Deputada Georgete Vidor.

Eu chamo à tribuna Ulrich Palares, do Centro Acadêmico do INES.

Registro a presença dos professores Lincoln, professor Antônio, Professor Mansur, membros do Conselho Estadual de Educação. Sejam bem vindos.

Ulrich. Em seguida, João Gabriel Feneis. Por gentileza, também próximo aqui à tribuna.

Ulrich.

O SR. ULRICH PALARES – Bom dia, Deputados. Bom dia, Plenária. A todos os ouvintes e surdos.

Uma questão principal que eu gostaria que todos pudessem refletir neste momento em relação à palavra poder. Vocês sabem que o mundo sofre influências de poderes diferenciados. Tudo na vida tem esse poder, então podemos pensar: as imagens, os orgulhos que cada pessoa tem, coisas boas e coisas ruins. Isso traz a questão do poder. Mas uma questão que é primordial que quero trazer é o amor e o respeito e a união (Palmas) Esses três elementos são os principais. Por quê? Nós somos humanos, nós vivemos nesse mundo, mas para quê? É para aprender. Era estar nessa sociedade, no Brasil e por isso que pensamos nessa Educação, é por isso que estamos aqui, é por isso que Deus nos criou. E eu penso no (?) do sujeito surdo, porque eu sou surdo.

Em relação à Meta 4, é preciso ter modificações sim! Por que? Nós estivemos lá na Câmara e tivemos nossas propostas, nossas opiniões, e foi aberto às pessoas estarem lá e colocarem as suas opiniões. Mas não bem assim. Quando a gente pensa sobre a Meta 4, ao que foi colocado ali, cada item que foi colocado a gente pode pensar nesse sentido. Por exemplo, a Educação a partir de quatro anos. Não! É preciso ter um estímulo lingüístico, uma Educação precoce, de língua de sinais para as crianças da mais tenra idade. Pessoas, por exemplo, com síndrome de Down, pessoas com outros tipos de deficiência precisam ter essa estimulação precoce. E isso tem que ser defendido na área educacional também.

Inclusão. Não é bem assim! Quando a gente pensa nas escolas especiais, escolas específicas, podemos ver escolas para pessoas com deficiência visual, cegos, surdos, entre outras deficiências. Quando a gente pensa nesse sentido é porque tem uma cultura. Por exemplo, os surdos, eles têm uma cultura linguística, eles têm uma identidade. É preciso se começar a ter a questão de creches, para educação mesmo infantil. (Palmas). A Meta 4 não fala sobre isso, ela fala apenas a partir de quatro anos. E a idade mais precoce dessas crianças, é excluída da Educação?

Essa Meta coloca uma palavra, que se fala Educação Suplementar ou Educação Alternativa. A família tem que ter esse direito de escolha, porque se a gente for pensar em relação às escolas, as pessoas têm direito sim a ingressar nas escolas, mas as escolas têm que estar adequadas para aquele sujeito, aquela pessoa.

O surdo precisa ter a disciplina de Libras na grade curricular, desde a Educação Básica até o ensino Superior. É preciso que haja essa disciplina – Língua de Sinais – porque ele vai se utilizar dessa língua ou ter uma aprendizagem, uma aquisição dela para se comunicar com a sociedade onde ele é inserido. Também colocar dentro do currículo a disciplina História dos Movimentos de Surdos para essas pessoas surdas. E também a história das pessoas com cegueira, as pessoas com deficiência. É importante essa disciplina, para eles conhecerem que eles fazem parte da História, para não serem apenas pessoas desconhecidas e passarem por despercebidos. É preciso que haja a História desse movimento e que isso possa ser conhecido, assim, como o Movimento Negro e entre outros movimentos de minorias.

Os profissionais da Educação, e quando a gente pensa sobre a área da surdez, é preciso que eles tenham cursos de língua de sinais, curso sobre a cultura surda e também sobre aquisição de linguagem da língua de sinais para os surdos, conhecendo esse sistema lingüístico. E isso é importante. Quando a gente fala no foco de Educação Especial Educação Inclusiva independente, os profissionais têm que conhecer isso, porque isso é direito humano. Quando a gente fala sobre as escolas, quando a gente vai utilizar determinado meio didático, para os surdos deveriam ser o meio didático priorizando como a primeira língua do surdo e também a língua portuguesa como a segunda língua, assim como qualquer outra deficiência tem que ter metodologias específicas para ela.

Em relação às práticas pedagógicas, é preciso criar novas questões, não apenas práticas, falar de boca para fora, mas sim ter práticas pedagógicas específicas, reais. Metodologias específicas para as pessoas surdas e também para pessoas com outras deficiências. Nós precisamos pensar o seguinte a língua de sinais não é um código, ela é uma língua.

Em relação à avaliação. A avaliação tem que ser em língua de sinais e em língua portuguesa escrita, porque o surdo tem esse direito de se expressar na sua língua. A Avaliação tem que ser diferenciada.

A tradução de textos tem que se começar a pensar nisso. A partir do ensino médio até a faculdade, os textos têm que ser traduzidos para a língua de sinais, porque nós vemos textos que são traduzidos para o ouvinte, e para os surdos?

Em relação à legislação da língua de sinais, a Constituição de 88, também a Declaração de Salamanca e também os direitos humanos, todos esses documentos falam sobre isso. E onde está o respeito do MEC? Onde está o respeito? Onde está o amor? Onde está a aprendizagem desses indivíduos? Palmas.

Obrigado, pela atenção, e por estar aqui nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito bom. Gabriel, em seguida o Sr. Breno Viola, representante da rede inclusiva. Gabriel com a palavra, aluno do Feneis. Mais dois inscritos, quero registrar que todos os inscritos fizeram uso da palavra.

O SR GABRIEL – Boa-tarde a todo mundo, antes de mais nada, queria convidar todos que estão aqui, marcar uma reunião com vocês junto com o nosso Deputado Federal, Romário, lá em Brasília, para fazer essa reunião, porque eu acho que essa causa é justa. Estou aqui, não contra, mas sim a favor da inclusão para todo mundo.

Eu gostaria, também, de dizer para vocês que Mario Pacheco que falou aqui, tem pouco tempo, não sei por que ele se exaltou um pouco, dizer pelo MEC que é burra. Eu estive em várias conferências, lá em Brasília, e fui inscrito como delegado, pelo MEC, pela Carla Dutra, pela Martinha, tenho certeza que elas estão fazendo um bom papel delas de fazer uma coisa bonita. Mostrar para a nossa sociedade que está todo mundo unido, para todo mundo poder estar estudando junto com gente deficiente com síndrome de Down, cegos, tudo. Mas eu acho que a gente tem que defender essa causa, vestir essa camisa. Tenho certeza que vamos levar essa pauta lá em Brasília, falar com o Romário, com o Lindberg, eu conheci eles aqui. Dia 21, dia Internacional da Síndrome de Down. A Cláudia não pôde comparecer, eu fui representando a ela, pela passeata no dia Internacional. Eu acho que está tudo numa discussão, mas parece que está numa batalha. Para quê essa batalha? Vamos conversar, para fazer algo diferente, para melhorar a nossa Cidade, tão maravilhosa, que todo mundo fala, até os, como é que fala, os..., não, não é poeta, é gringo. Gringos que vêm aqui no Brasil, como eles podiam estar lá no país deles, vêm aqui no Brasil. Escolheram o Brasil para ver a Cidade Maravilhosa que tem aqui. Acho que como a Cidade Maravilhosa, temos que respeitar os direitos humanos. Como direitos humanos elas têm o direito de escolher de estar estudando numa escola regular particular. Acho que é isso. Mas vou deixar uma voz aqui no ar que é muito importante, que é assim: estou meio dividido pelo que vou falar, mas vou falar mesmo assim porque tem gente contra a inclusão e tem gente a favor. Quem está contra, vamos repensar no momento triste, como a nossa cidade está com tanta violência, como diminuir essa discriminação, esse preconceito, para quê? Vamos diminuir o preconceito, a preto, a negro, amarelo, verde, tudo. Uma frase que vou deixar, um primeiro apelo: em Brasília para falar com o Romário, que eu gostaria de conhecer, uma filha tão bonita que é a Ives, é um exemplo, eu queria citar alguns negros que foram o maior exemplo nesse mundo do Brasil. A Fabiana, que é agora mãe, Tiago e eu (Palmas) E eu quando delegado, queria dizer para os políticos: vamos pensar num caminho, com o amor que vocês têm pelas pessoas, não contra, mas sim a favor da inclusão da sociedade. Ser incluído, não ser excluído antes, excluído está em casa sem fazer nada.

Deus me deu o maior presente de ter uma mãe como a minha. Muito obrigado. Eu te amo muito, se tivesse várias mães como a minha, o mundo seria feliz. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado. Breno.

João Gabriel e por último a professora Simone Maria Pereira, para em seguida os Parlamentares que terão o mesmo tempo que vocês, cinco minutos.

O SR. JOÃO GABRIEL – Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Deputado por ter me chamado. Não sou presidente de nada, não participo de nenhuma associação. Sou um estudante de uma faculdade. Sou oralizado, cresci com esse método e me desculpem porque a minha língua de sinais não é tão fluente quanto a dos meus colegas que aqui estiveram.

Ano passado, mudou a visão que eu tinha do mundo. Quero mostrar a importância de todo esse movimento para que se apóie o surdo. Tudo o que passei, todas as dificuldades que tive na minha vida não quero que essas crianças também passem. A questão de não entender o que o professor está falando, a questão do relacionamento com os colegas, quando outra pessoa está na sala falando. Então, não quero que os surdos vivam o mesmo que vivi. Não estou falando de ser a favor, ou contra a inclusão, mas o que queremos é uma Educação de qualidade. A minha fala vai ser bastante resumida. Eu queria mostrar um vídeo agora, mas não foi permitido passar agora, porque tinha algumas pessoas nesse vídeo. Então, quero mostrar o que se tem dentro de uma faculdade, quando se tem um aluno incluído. Infelizmente não é

possível. Depois, quem quiser esse vídeo vai entender o que é um surdo numa sala de ouvintes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora Simone.

A SRA. SIMONE MARIA PEREIRA – Bom-dia a todos os presentes, estou aqui representando a Secretaria Municipal de Duque de Caxias, onde participamos de uma coordenadoria de Educação Especial, que hoje mantém uma equipe multidisciplinar, onde trabalham pessoas surdas, profissionais da área e também uma profissional com síndrome de Down, nossa querida Fabiana. Nós atendemos cerca de dois mil e setecentos alunos com deficiência num universo de 170 escolas da rede regular. Temos aproximadamente 104 salas de recursos e classe hospitalar. Trabalhamos com programas específicos, voltados para os deficientes intelectuais, autistas, deficientes visuais, a tecnologia voltada ao deficiente físico desde a educação infantil até o nono ano de escolaridade, sem limite de idade, considerando também primordial e imprescindível a participação da família nesse processo educacional.

Priorizamos o trabalho com as classes especiais em respeito à singularidade do nosso aluno. Acreditamos na inclusão com responsabilidade. E com relação ao surdo, que é o programa que eu faço parte, e por isso nós temos classes de surdos no primeiro segmento, com professores conhecedores da Libras e assistentes em educação de surdos para que, então, só no segundo segmento, eles tenham intérpretes e sejam incluídos e também acompanhados com salas de recursos específicas para surdos. Acompanhamos também a educação infantil com a presença do assistente surdo pra que esse aluno venha desenvolver a sua língua no dia a dia escolar, e cresça com uma identidade surda.

Nós não podemos colocar o nosso pensamento em relação à meta quatro, porque não dá pra compactuar desse pensamento porque seria a mesma coisa que apagar a nossa história. Não dá para apagar da história desse país o INES, que é o símbolo, realmente, da educação de surdo para um país que precisa valorizar a sua história. Então, hoje, o meu abraço aos surdos e força. Acho que, a partir daqui, não podemos realmente compactuar com esse pensamento. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professora. Eu quero, antes de passar aos parlamentares, pedir desculpas. Nós temos um horário regimental; tem uma outra audiência pública acontecendo aqui nesse plenário às 13h30. Nós ouvimos vinte e duas representações. Eu lamento que alguns extrapolaram o tempo infelizmente. Outras inscrições estão chegando à Mesa. Alguns parlamentares têm outros compromissos; não é o caso dos parlamentares da Casa, especialmente o deputado Otávio Leite, que é o parlamentar, eu diria, nesse momento, mais estratégico nesse nosso movimento, porque é o único dos sete parlamentares presentes que poderá expressar lá, seja na comissão especial, seja na Comissão de Educação, no plenário do Parlamento federal o pensamento dessa meta quatro, da representação no Rio de Janeiro. Então eu peço que todos compreendam.

Se for necessário, faremos um outro encontro. Nós gostaríamos de ouvir a todos, mas ouvimos vinte e duas representações. Eu peço que os senhores compreendam o espírito da Assembleia e da audiência pública, e tenho certeza que as falas aqui expressaram seguramente um pouco do sentimento de todos que aqui estão.

Nós vamos começar pelo deputado Otávio Leite.

(Manifestação da plateia)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Olha, eu não vou permitir. Desculpe. Eu anunciei a todos. Olha, eu não vou lhe permitir, senão terei que permitir a outros. Eu peço desculpas. Peço desculpas não é pelo erro. O senhor deveria ter falado que queria falar. Nós registramos aqueles que encaminharam registro. Olha, eu lamento. Eu lamento, mas não lhe darei a palavra.

Deputado Otávio Leite com a palavra. V.Exa. dispõe de cinco minutos. Deputado Otávio Leite, por favor. Olha, eu lamento. Eu já pedi as devidas considerações. O senhor está sendo indelicado com a audiência presente. Vinte e duas pessoas falaram. O senhor foi registrado, a sua presença foi registrada, como a de mais de três dezenas de pessoas, mas aqueles que pediram a palavra aqui se inscreveram.

(Manifestação na platéia)

Desculpe-me. Deputado Otávio Leite.

O SR. OTÁVIO LEITE – Muito obrigado.

Quem sabe ao final ainda se possa ter um tempo.

Mas, eu tenho certeza que todos aqui tivemos a oportunidade de ouvir importantes intervenções, múltiplas visões sobre o mesmo tema e eu tenho certeza que essa para mim se constitui das reuniões mais férteis que eu pude participar já nessa estrada longa de vida na luta em prol das pessoas com deficiência, no Rio de Janeiro em especial.

Esse encontro, ele já começou já muito positivo por essa inversão de prioridade. Primeiro se ouvir a quem precisa falar, ser ouvido. Depois sim, nós com a responsabilidade dos nossos mandatos verificarmos concretamente o que pode ser feito, que providências devem ser tomadas. (Palmas)

Existem no Brasil cerca, e aí necessário fazer uma reflexão um pouco mais ampla, mais de 26 milhões de jovens em idade escolar. Cerca de três milhões são aqueles que têm algum tipo de deficiência – auditiva, visual, intelectual ou física. E apenas, segundo o censo escolar, 700 mil estão devidamente matriculadas. Isso já revela de antemão o desafio que está a nossa frente para incluir no sistema educacional milhares de jovens brasileiros, em geral pobres, que não tiveram essa oportunidade. E nós estamos, portanto, neste instante da história tendo que discutir quais são os mecanismos para que o programa nacional de educação, o plano nacional, a educação brasileira possa oferecer com qualidade oportunidade para esses milhões de jovens. Essa é que a questão. Porque quando se pensa nesses jovens, pensamos nos nossos filhos, sejam eles deficientes ou não, e o que se quer para os nossos filhos, deficientes ou não? Independência e autonomia, perspectiva de um futuro. Isso não acontece se não houver educação de qualidade. E aqui já se falou bastante nisso. (Palmas)

Então, é preciso gerar as condições objetivas para que isso aconteça. Imaginar que através de uma política educacional que restringe exclusivamente a rede regular, ou seja, a classe regular, a única possibilidade para o aluno deficiente se incluir é evidentemente uma visão pequena, menor, que não satisfaz a sociedade como um todo, pedagogos, mães, alunos, as pessoas que têm interesse mais direto. Já está mais do que claro no Brasil que aos deficientes, sobretudo, o exemplo dos surdos devem ser agora ouvidos por todos nós, que foram mais de mil a Brasília, reclamando, mostrando que eles têm uma cultura, que eles têm uma trajetória, que eles têm um caminho, que eles têm um instituto e não aceitam em hipótese nenhuma que isso seja discutido sem a participação deles e muito menos que as salas exclusivas para alunos surdos sejam exterminadas no Brasil. Eles não aceitam e nós não podemos permitir que isso aconteça.

Aí está um instituto centenário, aí está o outro instituto centenário como o IBC, eles são realmente referências e precisam, ao contrário, precisam ser fortalecidos. Para que cada vez mais exemplos de pedagogia ali acontecem se espalhem pelo Brasil.

Então, o que que nós temos que fazer? Nós temos que avançar para uma sociedade sim mais inclusiva. E eu acho que ninguém aqui discordou. E o que se precisa no país efetivamente é dosar, é sentir quais são os passos e até onde se pode ir. Respeitar a vontade do pai, respeitar a vontade do aluno, respeitar a existência de situações que já estão aí postas, que segundo muitas das pessoas que estão atuando sobre elas, que são alunos tem sido o caminho para a sua independência, para a sua autonomia.

Então, eu queria, objetivamente, dizer que nós já tivemos algumas reuniões em Brasília, já tivemos audiências públicas, eu já pude extrair algumas idéias concretas que foram apresentadas. Eu já apresentei emendas relativas às propostas que vieram do Vereador Paulo Messina, que fez reuniões importantes, da Feneis que aqui expôs, dos Guerreiros da Inclusão, do Sementes do Amanhã, do grupo da Arquidiocese, do grupo Mil de inclusão legal e responsável, da professora, da pedagoga Edicléa, que aqui esteve, e há várias outras sugestões que estão brotando, que vão vir aí, que vão aos deputados, que vão também ser produto de uma reflexão dos deputados, que virão, portanto, elas, para Brasília para que nós possamos até terça-feira dar entrada. Só pode ser até terça-feira. Mas, essencialmente, fruto da minha experiência, da minha militância, eu cheguei a uma conclusão. Para que essa Meta 4 possa ser aprovada fazendo justiça, e incorporando todas as visões que de alguma todas se traduzem em possibilidades reais de acesso á educação, e é isso o que se quer, educação com qualidade, basta fazer uma alteração naquela meta principal da meta 4 e incluir que, além da rede regular, aonde a universalização se quer, que todos tenham esse acesso, se estenda também para as salas especiais, na rede regular, para os institutos especiais públicos que existem no Brasil, para as instituições especializadas da sociedade civil, que também tem uma séria de experiências que não podem ser descartadas porque são história; para as escolas especiais públicas específicas que existem, algumas delas exclusivamente. Cada caso é um caso, cada situação merece um tratamento específico. É preciso que o poder público, o estado abra todas as portas que sejam viáveis para que o aluno entre e avance, e tenha perspectivas de um amanhã melhor. Porque através da educação é que a gente constrói uma sociedade mais justa e mais igual.

Então, essencialmente, o que eu queria dizer para vocês é que o Rio de Janeiro, nesse processo que desencadeou no Brasil, está dando um belo exemplo de prática democrática, de participação, de preocupação com os destinos dos seus filhos que têm deficiência. Isso é fundamental para que tenhamos uma sociedade no futuro mais justa e mais humana.

Muito obrigado. Parabéns pela participação de todos. Eu queria, mais uma vez, dizer que estou à disposição; que eu quero ver muitos avançarem, como avançou, por exemplo, uma moça que eu vejo aqui na plateia, minha amiga, Professora Mônica, que é deficiente auditiva, que lutou muito por uma pedagogia que lhe pudesse permitir avançar. E fez concurso público e entrou no magistério público, que está fazendo agora pós-graduação, acho até que já deve ter concluído, que é um exemplo formidável de revelar a todos nós que é possível, sim, que todos têm o seu lugar ao sol, tem autonomia e independência. É isso o que se quer, volto a sublinhar, para todos, sendo deficientes, ou não, sobretudo para os nossos filhos e para o nosso futuro. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. COMTE BITTENCOURT – Obrigado, Deputado Otávio Leite.

Quero comunicar às instituições presentes que todas as propostas de emendas encaminhadas à Mesa serão encaminhadas aos deputados do Estado do Rio de Janeiro, especialmente aos deputados envolvidos nesse debate; Deputado Otávio Leite, Deputado Chico Alencar, Deputado Molon, Deputado Wilton Amorim. Encaminharemos pela Assembleia Legislativa as propostas.

Vereador Eliomar Coelho, por favor.

O SR. ELIOMAR COELHO – Bem, inicialmente, Presidente Comte Bittencourt, que preside os trabalhos dessa Sessão, demais companheiros de Mesa, cidadãos, cidadãs do plenário, companheiros que ocupam as dependências da galeria; eu queria enfatizar uma coisa, a importância de como foi conduzido esse debate, quer dizer, onde realmente se ouviu. Eu acho isso muito bom. E se ouviu, e talvez a lógica do debate tenha sido conduzida exatamente por conta da participação de forma organizada daqueles que representam este segmento, que é exatamente o segmento das pessoas com deficiência. Isso é muito importante, porque para nós se todo o processo que gerou a proposta do plano nacional de educação, se tivesse começado exatamente a partir de uma ação desta natureza, com certeza essa meta 4 não existiria da forma como está existindo. (Palmas)

Então, isso daí é muito importante, e aí eu queria ouvir, eu acho que nós temos que ouvir, nós parlamentares, é importantíssimo, não só ouvir, ouvir e considerar aquilo que está sendo ouvido. Porque se não for dessa maneira aquelas leis, o nosso trabalho de elaboração legislativa não terá legitimidade porque não tem como referência, exatamente, a opinião do cidadão, da cidadã. Então isso aí eu acho fundamental.

Estou aqui, e o Vereador Paulo Messina. Quando começar o processo de elaboração do plano municipal de educação, nós da Câmara de Vereadores vamos estabelecer um processo semelhante a este para que não se repita a insatisfação em relação àquilo que está como proposta de legislação.

Então, o plano municipal de educação vai ser discutido. Vamos ouvir todas as pessoas. Vamos ouvir profissionais, os pais de alunos, os alunos, as pessoas portadoras de deficiência. Vamos ouvir tudo, tudo. Todos têm que ser ouvidos. A partir daí é que a gente vai começar o trabalho de elaboração legislativa que terá na sua finalização a concordância de todos.

É isso aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Vereador Eliomar.

Vereador Paulo Messina.

O SR. PAULO MESSINA – Boa-tarde a todos. Deputados Comte Bittencourt e Márcio Pacheco agradeço o convite. Muito me honra fazer parte da mesa de V. Exas. Deputado Marcelo Freixo, Deputado Robson Leite, meu colega de Câmara, Vereador Eliomar Coelho, Deputado Otávio Leite, que merece aqui toda a nossa consideração e aplauso. É o único Deputado Federal presente aqui nesta audiência e é a principal, como o Deputado Comte ressaltou, chave para que a gente possa encaminhar as nossas emendas para lá.

Preparei uma breve apresentação porque eu queria que vocês saíssem daqui hoje com uma opinião diferente dessa questão. Muito me preocupa a fala do Breno quando diz que ouvi falas contra a inclusão, ou a favor da inclusão plena.

Os dois lados estão errados: quem fala contra a inclusão e quem fala a favor da inclusão plena. Os dois lados estão errados. A educação inclusiva, segundo a própria Convenção de Salamanca, vou mostrar para vocês ali, não significa a extinção das salas e classes especiais e nem das escolas. Eu vou mostrar para vocês isso aí.

Dividi essa apresentação em três temas. A introdução eu já dei sobre a educação inclusiva e especial; a experiência da cidade do Rio de Janeiro, vou falar sobre elas rapidamente; e concluir com as nossas propostas de emendas o PNE da Meta 4.

A definição da educação inclusiva especial, já falei para vocês, não acredito que uma substitua a outra. Vou dar um exemplo prático para vocês. Acho que todos vocês souberam do caso que aconteceu aqui na cidade do Rio de Janeiro de um grupo de crianças autistas que estavam sendo atendidas por uma falsa psicóloga. Acho que todos vocês viram isso. Muitas dessas crianças evoluíram e os especialistas acreditam que a evolução apesar de não ter tido técnica aconteceu porque essas crianças estavam incluídas em salas regulares. Mas notem o seguinte, estavam incluídas em salas regulares, mas com o acompanhamento de facilitadores, de mediadores, de profissionais específicos dentro de sala de aula.

Inclusão não é jogar a criança dentro da sala de aula com 40 alunos e o professor ter que dar aula para aquelas 40 crianças e a criancinha abandonada no canto. Isso não é inclusão (Palmas) Então, essas crianças vítimas dessa falsa psicóloga estavam em salas regulares sim. Na rede particular com facilitadores, mediadores, com estrutura. Por isso, elas evoluíram.

Se tivessem jogadas em salas com 40 alunos elas teriam involuído.

Fiz essa introdução para que ficasse claro para todos que esta fala não é uma fala contra a inclusão, mas também não é uma fala contra a educação especial. Uma não, uma não precisa exterminar a outra. As duas são necessárias.

Existem milhares de tipos de deficiência. Podem existir várias deficiências no mesmo espectro.

Não podemos criar uma regra geral. É estupidez fazer isso. Precisamos criar um sistema que seja flexível e que possa se adaptar à criança, e não o contrário. A nossa experiência no Rio de Janeiro foi a que eu levei para Brasília na 4ª. feira para mostrar para os Deputados Federais que lá estão que, aqui, no Rio de Janeiro, nós já tentamos e deu errado. Hoje quando nós vemos o Nilton chegando àquele microfone e falar que existem casos surgindo é porque deu errado, deu errado.

Em agosto de 2009 o Município do Rio de Janeiro decidiu pela inclusão plena, há dois anos. Um grupo de mães naquela época a gente na Câmara, e nós tivemos uma audiência pública na Câmara em que houve intermediação entre a Secretaria de Educação e os pais. Ao final daquele encontro, a Secretaria de Educação publicou, aí dois meses depois, o artigo 5º da Resolução da SME que fala que os filhos só poderão ser incluídos mediante anuência dos pais.

Aí os maiores defensores da educação inclusiva falam, “Que absurdo! Isto está na Convenção de Salamanca!” Eu vou mostrar para vocês. A Convenção de Salamanca fala que os pais têm de ser escutados. Inclusão plena não está na Convenção de Salamanca, não está. Saíam daqui hoje e se alguém lhes disser isso digam que é mentira, e eu vou lhes mostrar.

De dezembro de 2009 a abril de 2010 foi a idealização e criação do GT, que é o grupo de trabalho de 20 mães que foram eleitas, uma por CRE, titular e uma suplente por CRE, que foi fruto dessa audiência pública das próprias mães com a Secretaria. Paralelamente a isso, o Instituto Helena Antipoff, infelizmente, continuou procedendo com a prática de inclusão, e aí, enfim, deu todos os problemas que nós sabemos hoje.

Foi em agosto de 2010, e aí eu quero reiterar um pouco do que a professora Kátia falou, em agosto de 2010 que houve a real transformação na política da Cidade do Rio de Janeiro. Em agosto de 2010 houve o reposicionamento da Secretaria para que não haja uma inclusão plena virando a chave da noite do dia, como se incluir a criança fosse só jogá-la na sala regular. Incluir a criança, e o pai que desejar é: treinar professor, colocar pessoal de apoio dentro da sala de aula, ter sala de recurso não multifuncional como bem falou um especialista, mas multidisciplinar. É o termo correto que se usa na área.

Em maio de 2011, recentemente, nós fizemos uma audiência Deputado Otávio Leite, Vereador Eliomar Coelho, Deputado Márcio Pacheco, estávamos todos na Câmara de Vereadores, tivemos lá 1053 pais e representantes que estavam nesse dia. E aí a Secretaria de Educação teve a coragem de dizer para todos os pais: “Nós, quando recebemos a orientação do MEC, erramos na interpretação”. Naquele dia, o Rio de Janeiro lançou uma luz para o resto do País que nós temos que usar como exemplo da nossa experiência, de como é correto fazer a inclusão, é preparando. Vamos em frente.

Vamos falar então sobre a Declaração de Salamanca rapidamente porque o meu tempo já se esgota. Você que está fazendo livros, vou ter que correr um pouquinho, se vira aí.

Nós vamos falar da Declaração de Salamanca. Vou ler para vocês que estão longe, vejam só o que está escrito na Declaração de Salamanca, nobre Deputado: “Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar os seus desejos com relação à sua educação”. E diz ainda: “Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças”.

Isto está na Declaração de Salamanca. Então, quando o Alexandre ali filho da Maísa, pega o microfone na audiência pública e fala com a Secretária, “Eu não quero ir para o Peja”, ele está colocando a posição dele.

A Convenção de Salamanca ainda diz o seguinte, que a educação inclusiva é o modo mais eficaz para a construção da solidariedade entre crianças com necessidades educacionais e seus colegas. Correto. O encaminhamento das crianças às escolas especiais ou classes especiais dentro da escola em caráter permanente deveria constituir exceções, assim recomendadas nos casos claramente demonstrados que a educação inclusiva não dá certo. Ou seja, a Convenção de Salamanca prevê a continuidade de classes em instituições especiais. Constituição Federal. O atendimento a crianças será preferencialmente em salas regulares, ou seja, preferencialmente, está prevendo que existe alternativa de salas especiais.

Vamos para a Meta 4 para concluir. Nós só acrescentamos no caput, em vermelho ali, preferencialmente classes regulares, quando aplicável em classes especiais, escolas especiais ou instituições especializadas governamentais da sociedade civil.

Outro. No final também Placon 6, em salas especiais da própria escola ou em instituições especializadas.

Mais uma. Sobre a terminalidade. Trabalhar transversalmente com outras secretarias como Assistência Social, Pessoa com Deficiência e de Trabalho, e que a terminalidade só possa acontecer quando ela for sinônimo de certificação para o mercado de trabalho.

É, por último, 4.8, manter a rede especializada de acordo com a própria Convenção de Salamanca, para os casos em que os pais, as crianças ou os especialistas assim o indicarem. Isso está de acordo com a Convenção.

Para concluir, queria dizer para vocês o seguinte: saiam daqui hoje com a certeza de que o correto não é falar a favor da inclusão pena, porque isso não está na Convenção de Salamanca, isso não está na Constituição da República. Não está. Saiam daqui sabendo que o correto é falar em inclusão sim, a meta deve ser para as escolas estarem preparadas e que a gente possa avaliar as crianças para que possa acontecer a inclusão. Esta é a verdade. Não pode se falar nem o contrário de uma nem de outra. Obrigado, Deputado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Vereador Paulo Messina. Boas as propostas de emenda.

Eu vou pedir aos Srs. Deputados, vou abrir mão dos meus cinco minutos, me sinto já atendido pelas explicações aqui apresentadas, e dar meu tempo ao Ricardo Azevedo. Por favor.

O SR RICARDO AZEVEDO – Boa-tarde a todos e todas. Obrigado pela sensibilidade da gente poder falar. E falar a favor de quem quer educação de verdade, educação de qualidade, educação de maneira responsável.

Quando esse problema todos começou a se dar, e a mídia veio e na verdade caiu de pau em cima do Ministério de Educação sobre essa questão toda, que foi colocada, porque aqui já colocaram, Martinha, Claret, Cláudia Dutra, SEESP, lá no Ministério de Educação, nós na verdade começamos uma grande mobilização. Nós do IBC. Eu represento aqui a Associação de Ex Alunos do Instituto Benjamim Constant, represento também o Sisejufe, Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro, represento o núcleo das pessoas com deficiência desse sindicato.

Foi uma mobilização que a gente conseguiu fazer, enfim, por conta disso, por conta do barulho todo que aconteceu na mídia. O senhor Ministro fez uma reunião às pressas com as direções do IBC, INES e Colégio Pedro II. E ao final dessa reunião, foi falada uma das teratologias jamais ouvidas antes, a meu ver, que é a tal da dupla matrícula. Um absurdo total e incompreensível de se ouvir da principal autoridade

em educação de um país: Ministro da Educação. Autoridade máxima da educação nesse país. Falou da dupla matrícula e defendeu isso, essa teratologia que é a dupla matrícula. O aluno estudaria num colégio, IBC, enfim, estudaria no Colégio Pedro II, e depois faria o tal do AEE. Gravem bem esse nome, porque o interesse econômico que está por trás dessa Meta 4 colocada pelo Governo Federal, interesse econômico, isso ainda não foi falado aqui hoje, interesses econômicos por trás dessa meta 4. É isso que se revela nessa Meta 4. Por que disso? Porque você jogando, excluindo as crianças deficientes na rede regular de ensino, você vai ter que ter o tal do AEE. E quem vai fazer o tal do AEE? Atendimento Educacional Especializado? Quem vai fazer? Entidades privadas, ONGs interessadas nessa prestação de serviço – que é do estado. (Palmas) É do estado, conforme prevê a Constituição Federal. A Meta 4 veio nesse sentido, de tirar essa responsabilidade – que é estatal – e jogar nas mãos de interesses privados, que vão ganhar – dinheiro – com as pessoas com deficiência. É isso que a gente tem que ter em mente claro na hora de avaliar a Meta 4 e repudiar essa Meta 4.

A gente tem que ter muito cuidado com as atitudes do MEC: teve essa história da dupla matrícula, o Sr. ministro desautorizou a tal da Sra. Martinha Claret mas - não a exonerou de cargo, nem a ela nem a Sr. Cláudia Dutra. (Palmas) E é bom que a gente não se esqueça do principal nome que faz consultoria na história da educação para o MEC: Sra. Maria Teresa Mantoan. É esta uma das principais cabeças que querem afundar, destruir a educação especializada neste país. Ela chegou a mandar e-mail por algumas redes dizendo que nós, que estamos lutando a favor de uma educação especial de qualidade, nós somos manipuláveis, nós estamos sendo manipulados para ir contra essa educação inclusiva excludente do MEC. Mas nós não somos manipuláveis, não. Nós estamos aqui defendendo uma educação inclusiva, sim, que já existe o IBC, a FAES - há 150 anos. Há 150 anos. Essas pessoas que se dizem entendidas em educação inclusiva, que fazem especializações no exterior, doutorados e pós-doutorados em Sorbonne e outras mais, devem, primeiro, consultar o Instituto Benjamim Constant em matéria de educação inclusiva. Porque o primeiro cego a ingressar em uma universidade na década de 50, ele foi egresso do Instituto Benjamim Constant. Tá? Hoje, nós temos profissionais nas variadas áreas de atuação graças ao Instituto Benjamim Constant. Se essa entidade fosse segregadora, assistencialista e formadora de gueto, como essas atribuem essa pecha, eu não estaria aqui hoje, e muitos não estariam aqui hoje defendendo o que nós queremos: educação inclusiva – de qualidade – e que já é feita pelo Instituto Benjamim Constant.

Nós temos que ter muito cuidado, agora para encerrar mesmo, porque o MEC está a todo momento informando na grande imprensa que o Instituto Benjamim Constant e o INES não vão fechar. Isso, eles estão colocando. Exatamente isso. Não vão fechar. Agora, você tem várias maneiras de destruir uma instituição, várias maneiras: não possibilitando concurso público, não colocando verbas no orçamento, enfim, aprovando a Meta 4... (Palmas) Não é? Então, se alguém disser para mim que não vão fechar essas entidades eu quero que me assegurem que a Meta 4 não será aprovada; aí sim a gente vai poder discutir em pé de igualdade, que realmente não vão fechar. Porque você tem várias formas. Eu sempre uso, para a gente poder comparar os modos variados de se fechar, com as privatizações. Ninguém na era FHC privatizou Vale do Rio Doce, e outras mais, da noite para o dia, não. Não foi da noite para o dia, não, companheiros e companheiras. Foi um processo. Você tem que fazer estabelecer um processo para minar aquilo que está dando certo para depois vir a público e dizer “está vendo? não está dando certo. Vamos fechar.” É isso que eles querem fazer com a educação especializada de qualidade e completamente - responsável - que é feita no Instituto Benjamim Constant e INES. É isso que a gente tem que deixar bem claro, bem claro. Quando eles disserem para a gente que não vão fechar, realmente não vão fechar, o que querem fazer é esvaziar e acabar com a escolarização que é feita no IBC e no INES. É isso que a gente vai resistir, sim. Custe o que custar, nós estaremos resistindo a todos e a tudo. E se preciso for, estaremos nas batalhas, sim, conforme diz a Sra. própria Maria Teresa Mantoan em e-mail distribuído a várias redes, que ela é uma soldada.

Então nós somos também. Estaremos nessa batalha resistindo e lutando até o final, até a gente conseguir a extirpação, o repúdio total e completo da Meta 4. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Deputado.

Deputado Marcelo Freixo.

O SR. MARCELO FREIXO – Deputado Comte Bittencourt, cumprimentando, cumprimento todos os outros parlamentares, senhoras e senhores, eu quero tentar ser breve porque eu acho mais importante hoje os parlamentares ouvires, o que é raro aqui, esta inversão de papéis, geralmente, o parlamentar fala muito, o nome já diz, mas eu quero, antes de qualquer coisa agradecer as mães, esse movimento, essa audiência e tudo o que está acontecendo se deve fundamentalmente à capacidade de indignação e de organização das mães, vocês é que são verdadeiramente vitoriosas nesse processo, se não fosse essa capacidade de mobilização nada disso estaria acontecendo, é muito importante essa mobilização de vocês, com toda diferença que possa haver, mas, não tenho dúvida alguma que o que aproxima é muito maior do que o que afasta e a divergência é saudável sempre, esse espaço tem que ser um espaço que preserve a diferença inclusive, ainda bem.

Antes de falar sobre esse tema, eu quero só dizer e saudar os representantes das 22 escolas que estão aqui presentes, que vieram para se reunir com os Deputados, quando acabar essa audiência a gente tem outra reunião, Deputados, sem almoço, para recebê-los, porque são 22 escolas que estão ameaçadas, e essa notícia foi vinculada aos meios de comunicação, não de forma oficial, de serem fechadas, então, há um desespero muito grande, uma falta de informação muito grande, a Comissão de Educação vai hoje receber, quero aqui tranquilizar aos alunos, professores e diretores dessas escolas que estão presentes nesse momento, e dizer, Deputado Comte Bittencourt, que entre essas escolas tem o Colégio Equador, se eu não me engano é esse o nome, que possui classes especiais, a informação que eu acabei de receber da direção da escola, então, enfim, só agrava esse debate e mostra que a gente tem que fazer imediatamente esse atendimento para esclarecer e saber o que está acontecendo, mas, sejam bem vindos.

Olha, todo mundo é a favor da inclusão, isso nos unifica, o problema é debater o que a gente está chamando de inclusão, qual é a concepção que a gente está chamando de inclusão, e aí muita coisa foi dita de comum acordo, a inclusão, jogar os alunos sem qualquer preparo da escola, sem qualquer preparo dos professores, não é uma medida de exclusão, não é medida de inclusão, isso acaba sendo uma covardia, e isso vem acontecendo e não é longe daqui, e aí precisa ser dito, com toda franqueza, precisa ser dito, eu acho ótimo que o vereador que me antecedeu tenha dito que a Secretaria Municipal de Educação mudou de posição em agosto de 2010, ótimo, eu não sei verdadeiramente o que motivou, se foi a mobilização das mães, se foi um conjunto de fatores, é verdade também que foi em agosto de 2010 que o Vereador Eliomar Coelho mandou um requerimento de informação que está aqui na minha mão a resposta, então, é um documento, exatamente agosto de 2010 foi quando a Secretaria Especial de Educação recebeu um requerimento perguntando quantos alunos haviam sido colocados nas escolas chamadas regulares, exatamente em agosto de 2010, data dita de quando a Secretaria mudou de opinião, pode ser uma coincidência, pode não ser, mas, na verdade, a Secretaria respondeu a esse requerimento de formação que está aqui e o requerimento de formação coloca um número que precisa ser dito, não omitido. Em 2008, 2059 alunos foram colocados na chamada rede regular, vou repetir, em 2008, 2059, em 2010, esse número passa para 4.500 aqui na Cidade do Rio de Janeiro, em 2010 foi para 4.508, então, o número de alunos, como muitos disseram, jogados na rede regular foi muito grande, e se há uma comprovação e uma constatação de que essa rede não tem condições de receber esses alunos, isso aqui não tem outro nome a não ser irresponsabilidade, ao mesmo tempo foram 120 classes fechadas no mesmo período, então, ótimo que tenha mudado de opinião, o fator que fez essa Secretaria mudar de opinião já não me interessa, a verdade é que mudou e tem que ser acompanhada, agora, é bom dizer, isso foi esquecido, que há também um ingrediente preocupante e perverso que é o Fundeb quando diz que vai pagar dobrado a prefeitura que receber e colocar o seu aluno na rede regular. Essa inclusão significa dinheiro, isso foi esquecido, foi um lapso. Mas é bom dizer que essa inclusão teve uma motivação financeira. Então o que estão chamando de inclusão, no Rio de Janeiro foi um verdadeiro caça-níquel, a preocupação foi econômica, não foi

pedagógico, o debate não foi pedagógico, foi econômico, a prioridade para colocar. Esses dados são oficiais, esse número de alunos que foi colocado de forma irresponsável na rede regular foi feito porque valeu dinheiro. Isso não pode ser aceito, isso é inaceitável. Que bom que isso foi denunciado porque nem todo parlamentar é vendido, porque nem todo parlamentar troca sua função por cargos. O que estamos fazendo aqui é obrigação nossa, como abrir as portas da rede pública e de quem está na institucionalidade pública também é obrigação, não é favor que se faz.

Eu quero dizer que sobre a Meta 4, eu quero encaminhar à Mesa um conjunto de propostas de alterações porque ela precisa ser modificada profundamente. Eu quero dizer que tenho acordo do que foi dito, está aqui, encaminhei à Mesa, esse conjunto de propostas foi feito por um grupo de mães, eu só estou encaminhando, eu tenho total acordo. Eu quero destacar apenas três pontos, elas fazem mais 19 propostas mas tem três pontos fundamentais. O primeiro, concordando com o que foi dito, o texto do próprio caput tem colocar a palavra: *preferencialmente*. Isso é fundamental, isso é decisivo, tem que ter acordo entre os parlamentares porque não pode dizer que é obrigatório ainda para a rede regular porque nem sabemos o que significa rede regular. Rede regular é o quê? É quem paga os seus impostos? O que significa rede regular? O MEC insiste nesse erro. Agora dizer que tem que ser preferencialmente. E esse *preferencialmente* tem que estar no texto o condicionamento dessa escolha. E tem acordo, tem que ser a partir dos pais e da opinião desses responsáveis. E aí nesse sentido eu discordo do texto original de 04 a 17 anos e discordo também da emenda do Deputado Federal Otávio Leite que estava aqui presente, que limita até 21 anos. Eu acho que tem que começar do zero e não pode ter limite. Por que 21 anos? E por que não 22? Qual é o limite colocado? Não há sentido nisso. Então fraternalmente essa divergência para que a gente comece do zero e não tenha esse limite, que esse limite seja dado evidentemente por todo um processo pedagógico preocupado com a aprendizagem, enfim, não é esse estabelecimento da idade de 21 anos.

Por fim, dizer que a tentativa de colocar esse aluno na rede regular tem que ser condicionada a possibilidade de ele retornar a uma classe especial caso isso não seja bem sucedido. E aí não pode haver o fechamento da classe especial porque senão esse retorno está inviabilizado.

E por fim, a última proposta concreta, eu já conversei com o Deputado Márcio Pacheco, promover EJAs diurnas, especiais e inclusivas e oferecer oficinas profissionalizantes no contraturno para alunos deficientes maiores de 21 anos porque não é o que acontece hoje. Hoje, com 17 anos eles são empurrados para o EJA e muitas vezes sem condição alguma. Então que a gente possa alterar isso, são propostas absolutamente viáveis, eu agradeço o grupo de mães que se organizou para fazer, está encaminhado ao presidente.

Obrigado. Parabéns para vocês por essa mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Deputado Marcelo Freixo. Quero registrar a presença e convidar para fazer parte da mesa o Deputado Federal Chico Alencar, por favor.

Tem a palavra o Deputado Robson Leite.

O SR. ROBSON LEITE – Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa, cumprimentando o Deputado Comte Bittencourt eu cumprimento todos os demais deputados aqui presentes.

Eu me sinto muito contemplado pelas falas, em especial da fala do Deputado Marcelo Freixo, não quero ser repetitivo, até para aproveitar bem o tempo, mas quero atacar a origem do problema. Nós temos aqui algo que sempre passa despercebido por todos nós e não é a primeira vez que eu chamo a atenção disso. Este quadro aqui atrás é um quadro da Constituinte de 1891 onde nós vemos ali o Marechal Floriano sentado com ar arrogante, como pode ser observado por todos, militar, uma das figuras mais violentas da história republicana brasileira e na presidência daquela Constituinte Prudente de Moraes, um agricultor, cafeicultor que também tinha em seu legado o mais absoluto trato da violência com relação a

sua conduta. Aquele parlamento elitista, somente homens, brancos e ricos, todos eles, ele, de 1891 para cá – 120 anos mais ou menos – nos dá uma triste constatação que em termos de nossa representatividade, pouco se evolui.

Sei que muitos podem estar dizendo assim: mas o que isso tem a ver com a Meta 4? Tem tudo a ver com o debate que se faz aqui hoje, porque não há construção política sem que haja o protagonismo da população e dos movimentos sociais. (Palmas)

O erro da Meta 4 foi ter sido uma construção de cima para baixo, sem ter feito o que está sendo feito agora: a articulação e o debate com aqueles que foram atingidos; aqueles que são os protagonistas do que deveria ser – o que a gente espera que seja a Meta 4. Fiz essa referência para dizer que a gente não pode achar que, uma vez passado aos Deputados Federais – que bom que está o Sr. Deputado Federal Chico Alencar, que compreende bem a dimensão do que estou falando – mas os Deputados Federais, os parlamentares, os mandatários, não são déspotas, apesar de alguns deles; não é o caso do Companheiro Chico Alencar; se acharem.

A mudança e a transformação da Meta 4 só virá pela força, pela articulação dos movimentos sociais; dos pais, dos alunos, daqueles que acreditam na possibilidade de se fazer sim uma proposta educacional inclusiva de verdade. Uma proposta educacional que valorize os institutos que têm experiência, como o IBC e o INES nessa construção política.

Para terminar, não podemos focar apenas – como bem colocou o Sr. Deputado Marcelo Freixo – no MEC ou em Brasília. Há uma responsabilidade e os números que o Sr. Deputado Marcelo Freixo traz são preocupantes no âmbito aqui do lado, do Rio de Janeiro. E essa força política dos movimentos sociais – os grandes protagonistas dessa transformação – não pode olhar apenas para o MEC. Tem que cobrar também explicações e um compromisso da Secretaria Municipal de Educação aqui do Rio de Janeiro – evidentemente, também da Secretaria da Pessoa Portadora de Deficiência aqui do Rio de Janeiro – para que a gente possa, sim, nesse debate, com a possibilidade de se construir um novo horizonte, em Brasília, com a mudança da Meta 4, como aqui no Rio de Janeiro, para que a Educação seja verdadeiramente inclusiva. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Sr. Deputado Robson Leite. Queria convidar a representação dos professores, na questão das escolas compartilhadas para que possamos fazer nossa reunião na Presidência da Casa.

Sr. Deputado Chico Alencar, vou passar a Presidência, para encerrar os trabalhos, ao Sr. Deputado Márcio Pacheco. Seja bem-vindo, Chico.

O SR. CHICO ALENCAR – Boa-tarde a todos. Estou com a gripe que foi apelidada de “Gripe Palocci”: ela cala sua voz e custa a ir embora.

Mas, peço desculpas por tudo. Muito rapidamente, audiência como esta é o que dá sentido ao debate lá no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado sobre o Plano Nacional de Educação.

Nenhum plano, ainda mais da Educação – e eu falo do meu lugar de professor, do qual nunca vou abrir mão. Estou Deputado e sou professor. Nenhum plano, sobretudo da Educação, funciona, presta ou tem validade, se não for fruto de um debate, de uma compreensão da população – sobretudo os que são protagonistas do fazer educativo: professores, profissionais da Educação, alunos e pais.

Colocar uma meta a partir da boa ideia da inclusão de todos, sem se preocupar como isso será implementado é uma farsa, é uma violência, um desrespeito. E quem tem parentes, filhos, pessoas queridas nessa condição sabem bem o que isso significa. Portanto, na pedagogia especial os bons princípios que devem ser afirmados, como esse da inclusão, só têm validade se na sua prática não hou ver imposição e, sim, o detalhamento, as etapas, o progressismo da sua aplicação. Nosso compromisso,

portanto, é modificar pra melhor essa Meta4 pra que ela não seja supostamente inclusiva, mas efetivamente inclusive.

Estive recentemente em Belo Horizonte no Dia Mundial da Reforma da Saúde Mental, e eu disse que aqui no Rio essa bela luta antimanicomial tem causado muitos problemas, porque simplesmente não internar mais ninguém e jogar pra família se virar desresponsabiliza o estado, não se cria uma rede de proteção para aqueles que têm problemas de saúde mental. Partindo do princípio de não internar mais ninguém, joga pro cidadão e pras famílias uma responsabilidade que é do poder público. Pelo que ouvi do Marcelo, essas estatísticas – aliás, governo adora estatísticas, porque o número esconde o ser humano muitas vezes – mostram que aqui no Rio está se fazendo isso: vai se acelerando a ‘inclusão’, entre aspas, e desrespeitando o direito das famílias, dos alunos, das pessoas especiais. Classifica-se até por faixa etária, enquanto sabemos que o processo educativo é vida inteira, da gestação, do momento em que nascemos, até o fim da vida. Tem muita coisa errada.

Esse Plano Nacional de Educação não pode ser uma falácia. Dez anos para a educação melhorar, um monte de metas, eixos muito bonitos... Mas se não houver a participação dos pais, aqueles que sabem onde o sapato aperta e o calo dói, não vamos avançar. Meu compromisso como Deputado Federal é acolher todas essas demandas... Aliás, já repararam que a Câmara tem uma cuia para cima, côncava; o Senado – os doutos Senadores, honestíssimos, são a sabedoria, o equilíbrio da federação – aí tem a cuia pra baixo, é a casa da reflexão. A Câmara é a do atendimento das demandas populares, do burburinho, do clamor – e é isso que vamos fazer.

Vamos juntos. Parabéns por esta audiência.

Aliás, segunda-feira, nesse mesmo lugar, convido todos para uma audiência pública, das 09h30 às 18h00, sobre um assunto que tem a ver com tudo isso, outra discussão forte que está acontecendo lá em Brasília. Se deixar, vai continuar excluindo as maiorias sociais da vida política. Trata-se do debate sobre a reforma política e vêm Luiz Erundina e pessoas bacanas para ouvir.

Vamos votar pela educação e pela política com ética!

O SR. PRESIDENTE (Márcio Pacheco) – Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Meus amigos, neste final, que talvez depois de tanto debate, todas as inscrições aqui feitas, todas as instituições, pais e mães que falaram, parlamentares, chegamos hoje a uma conclusão que me deixa feliz e animado.

Quando nós pleiteamos a realização desta audiência pública conjunta da Comissão de Educação com a Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, nosso intuito era exatamente realizar o que se fez aqui presente. Sei que o que vou dizer agora vocês vão nos ajudar a compreender, há um tempo não se reuniam tantos Deputados para falar desse tema porque era uma pauta secundária. A pessoa com deficiência vem sendo tratada no país em segundo plano. E ao trazermos para esta Casa Deputados dessa envergadura sabemos que o que vai acontecer é uma transformação no país. Nós temos, aqui nesta mesa, educadores; nós temos, nesta mesa, homens que entendem de urbanismo, como o vereador Eliomar; nós temos professores de História; nós temos um homem dos Direitos Humanos, Deputado Marcelo Freixo; nós temos o Deputado Comte, que é o deputado da educação. Mas nós temos aqui, principalmente, uma mudança de paradigma, uma mudança de conceito para mostrar que a luta da educação, a luta da dignidade da pessoa com deficiência faz parte e deve ser pauta nacional, em todas as esferas.

Parabéns a vocês, que ajudaram a mudar um conceito. Peço a vocês uma salva de palmas para vocês pais, mães, instituições, que mudaram a História hoje deste lugar. (Palmas)

Eu quero terminar dizendo que o objetivo desta audiência era receber proposições. Estão aqui as formais, encaminhadas pelas mães, pelas instituições, pelos professores, doutores e mestres. Vamos reunir todas elas.

Conversando com o Deputado Marcelo Freixo, faremos o seguinte encaminhamento, juntamente com a Comissão de Educação, da qual todos nós somos membros, e além de presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, que é o Deputado Marcelo Freixo; presidente da Comissão de Cultura, que é o Deputado Robson; eu, que presido a Comissão da Pessoa com Deficiência, todos nós somos membros da Comissão de Educação desta Casa.

Então, nós encaminharemos, pela Comissão de Educação, todos esses pleitos para que, uma vez organizados, vamos encaminhar às mãos do Deputado Chico Alencar e às mãos do Deputado Otávio Leite para que então, o mais rápido possível, essas emendas, organizadas, sejam uma concretude da política. Nossa audiência pública hoje era para falar de uma mudança concreta na Meta IV, dos quais todos nós concordamos que ela é uma catástrofe da maneira como se apresenta. (Palmas)

Como nós, o Parlamento e a plenária é soberana, eu quero encaminhar para vocês, se concordam com esse nosso encaminhamento. Podemos então organizar, pela Comissão de Educação, um encaminhamento conjunto para os deputados federais aqui elencados? Concordam? Podemos? Os que concordam, por favor, se manifestem. Podemos, então. Esse será o encaminhamento, as propostas serão elencadas todas numa proposta conjunta, encaminhadas ao Deputado federal Otávio Leite e ao Deputado Federal Chico Alencar, que estiveram presentes aqui nesta audiência.

Para terminar, eu não posso deixar de fazer a seguinte referência. Enquanto as belíssimas falas aconteceram, eu usei de um mecanismo importante, que é a tecnologia, e mantive um contato por torpedos com o Senador Lindbergh, que hoje estaria conosco aqui na mesa, confirmou presença. A Presidente Dilma está em Angra dos Reis e, por essa razão, hoje pela manhã, fora convocado para acompanhar a comitiva da presidente, por essa razão não esteve conosco e eu fui então atualizando o Senador Lindbergh de tudo, de cada fala que os senhores e senhoras apresentaram, que os parlamentares apresentaram.

Em primeiro lugar, o Senador Lindbergh, desde o primeiro momento, se colocou plenamente favorável a todos os encaminhamentos que aqui foram colocados, se colocando à disposição de ser também um ator na luta de combate a essa Meta 4, para que também ele possa apresentar as medidas para alteração dessa meta.

Segundo, uma vez apresentando isso, eu fiz a seguinte proposição: Senador, por gentileza, explique isso à presidente agora; aproveite que o senhor está ao lado da presidente, diga a ela o que está acontecendo aqui. E enviei uma foto para ele, contando toda história, dizendo o que estava acontecendo. E a última mensagem dele é: Nós vamos contar com o apoio da Presidente Dilma para derrubarmos a Meta 4. (Palmas)

Essa é a concretude. A presidente acaba de mandar, através do Senador Lindbergh, uma mensagem dizendo que ela acolhe, ela está sabendo deste movimento, ela sabe porque nós fizemos essa comunicação pelo Senador Lindbergh, e ela vai ouvir o movimento, vai acolher, Deputado Chico, Deputado Marcelo, Deputado Robson, vai acolher todo esse material que será enviado pelos deputados e que também será entregue para o Senador Lindbergh, para que leve pessoalmente à Presidente da República.

Então, creio que a nossa causa, que é uma causa da Educação, que é uma causa do país, eu posso dizer que essa Audiência foi muito fértil, foi muito positiva.

Parabéns ao Deputado Comte, que à frente da Comissão de Educação nos acolheu, e termino ainda perguntando se na Plenária alguém ainda queira se manifestar. Do contrário, sinto que todos nós já fomos

contemplados. E felizmente vamos participar de outra reunião da Educação. Temos a próxima reunião da Pessoa com Deficiência na próxima quinta, às 14 horas.

Muito obrigado a todos, muito obrigado a vocês, senhores, senhoras, instituições. Antes de encerrar, gostaria de chamar a Darci.

A SRA. DARCI – Boa-tarde a todos.

Vai haver uma manifestação, estamos programando aqui uma manifestação para o di 17 de junho, porque vai haver um Encontro do Ministério Público com o Ministério da Educação – MEC sobre o direito à Educação Inclusiva. Esse Encontro vai ser na Avenida Marechal Câmara, ali no Ministério Público, de 9,00 às 13,00 horas. E vamos reunir todos os segmentos, porque ali vai estar Cláudia Dutra e Martinha Claret, que não nos dão ouvido. E, ali, vamos gritar, na porta, toda nossa indignação e nossa indignação com esse tratamento autocrático do governo com relação ao PNA.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Pacheco) – Obrigado, Darci.

Quero deixar registrada uma carta enviada pela Deputada Estadual Andréia Buzatto, que se colocou plenamente à disposição de também nos ajudar nessa luta. Ela será lida, quero que fique registrada nos Anais desta Casa.

Não posso deixar de agradecer ao meu amigo Vereador Messina, que, como presidente da Comissão de Educação, mostrou que é possível efetivamente, com política pública, mudar o conceito. Se muitas coisas mudaram hoje na cidade do Rio de Janeiro, mudaram por causa do GT, o Grupo de Trabalho das mães, mas também por uma intervenção política do Vereador Messina, para quem peço uma salva de palmas.

Muito obrigado, Vereador. (Palmas)

Está encerrada a audiência pública conjunta da Comissão de Educação e da Comissão da Pessoa com Deficiência. Muito obrigado a todos, que Deus nos abençoe. Vamos á luta! Toda essa compilação será enviada para todos os presentes. Tudo aquilo que foi aqui trabalhado será enviado para todos que quiserem receber esse material. Muito obrigado a todos, uma boa tarde.

Está encerra a reunião.

ANEXO D - Audiência pública realizada em 05.12.2012 – AP4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E DEBATES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

28ª Audiência Pública

Realizada em 05 de dezembro de 2012

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Vamos dar início aos nossos trabalhos. Seguramente, ao longo dos nossos debates e reflexões, outros Deputados irão se juntar a nós.

Deputado Paulo Ramos, nosso colega de condução. Convidamos para o debate do tema *Educação Inclusiva*, a Diretora da Faculdade de Educação da UERJ, a Professora Rosana Glat, seja muito bem vinda, é sempre bom receber os educadores da UERJ aqui na nossa comissão; a Sra. Nelma Pintor, que é coordenadora de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói, a Professora Kátia Nunes do Instituto Helena Antipoff, Professora Inês dos Santos Silva, que é vice-presidente da Federação das APAEs, a Professora Jussara Silvia da Silva Freitas, que é coordenadora de Educação da Sociedade Pestalozzi de Niterói, bem-vinda, Jussara, niteroense, figura querida da minha cidade; representante do Professor Risolia da Secretaria do Estado de Educação, a Professora Célia Nazareth Braga, representando a Seeduc nesse nosso debate, seja bem-vinda professora Célia; Conselheiro Luiz Henrique Mansur, membro do Conselho Estadual de Educação; a Professora Sandra Teixeira do corpo técnico do conselho, bem-vindos também ao debate; Professora Vânia Boechat, diretora da Escola Estadual de Educação Especial Anne Sullivan, seja bem-vinda, Professorar; Delton Bastos, presidente da Federação das APAEs do Rio de Janeiro, seja muito bem-vindo; Sr. Delton; Sra. Teresinha Machado, presidente da UPPES, nossa companheira sempre aqui de debate na comissão, acompanhada da Professora Márcia Cardoso, sejam bem-vindas. Esses são os nossos convidados presentes.

O tema é instigante, desafiador, ele é fruto de preocupações da comissão, aliás, diria fruto de preocupações do Parlamento no seu conjunto. Conversava há pouco com o companheiro Mansur a respeito da deliberação única existente no Conselho Estadual de Educação, a deliberação nº 301, de 2006, que trata da escola de educação especial, escola de atendimento exclusivo a jovens, adolescentes e crianças deficientes. Temos discutido muito, ao longo de todos os nossos debates, a questão do sistema inclusivo, a escola está ou deveria estar preparada para receber a todos. Tema que tem causado um debate bastante acirrado com correntes que têm até pensamentos diferentes sobre essa abrangência de atendimento. Sistema educacional, na legislação existente, estabelece obrigatoriedade da inclusão,

entendendo que as redes são redes inclusivas, todas as redes dentro do nosso sistema, ou seja, seja o público, a rede pública ou a privada.

Por outro lado, a realidade da maioria das escolas, para não falar a totalidade, mas, a maioria das escolas, são equipamentos, seja do ponto de vista da sua infraestrutura, seja na questão de recursos humanos, não preparados para esse atendimento e aí vem uma grande preocupação, a escola não deve, mas, acaba se transformando quase em um depósito de crianças para quem se deveria ter um olhar muito especial.

Objetivo do nosso debate, Professora Rosana, é ver de que forma o Parlamento Estadual pode contribuir com essa questão e qual é o melhor caminho que podemos construir, dentro das ferramentas legislativas. A comissão tem sido ao longo dessa última década - e muito com a contribuição do Deputado Paulo Ramos - comissão altamente diligente na busca desse debate permanente, cumprindo não só o papel de legislar o sistema do Estado, mas, também de contribuir com esse debate. A comissão tem buscado ser um fórum permanente, todas as quartas aqui, de interlocução do Parlamento Estadual com a sociedade e especialmente com os setores organizados da educação. Por isso produzimos aqui, ao longo desses 10 últimos anos, um conjunto enorme de ferramentas legislativas e temos certeza em afirmar, Deputado Paulo Ramos, que seguramente foi a casa legislativa estadual que mais produziu uma linha de pensamento para o seu sistema estadual nas suas diversas dimensões.

O objetivo hoje é provocar esse debate. Nós já vencemos algumas etapas preliminares. Como tenho dito: a lei do sistema, a lei do plano estadual de educação, a lei de responsabilidade educacional, a lei da articulação com sistemas municipais com relação aos seus planos municipais de educação, a questão do corte etário do ingresso no Ensino Fundamental. Poderíamos dar uma série de outras iniciativas legislativas que a presença da comissão compreende que contribuímos com a organização, pelo menos, das ferramentas legislativas no nosso sistema estadual, queremos agora aprofundar o debate em questões que podem ser pontuais, mas que são fundamentais para que a gente possa construir, através desse debate produtivo, um sistema com a qualidade mínima que todos nós desejamos.

Esse ponto é um ponto de honra, a gente discutir aprofundando de que forma, como legislar, como dar as condições, as ferramentas, qual a melhor forma, se são várias ou se é um único caminho. Isso é o que a comissão pretende hoje, aqui, nesse debate provocativo, mas extremamente importante, colher elementos para que no primeiro semestre do ano que vem possamos trabalhar uma organização para o melhor atendimento dos deficientes. Então, eu quero, Deputado Paulo Ramos tem horário, mas, antes de passar ao Deputado Paulo Ramos eu vou passar à Professora Rosana, nossa convidada especial, diretora da UERJ, que eu queria que o Deputado Paulo Ramos ouvisse as considerações da senhora, depois eu vou quebrar o nosso protocolo da comissão, vou dar a palavra ao Deputado porque ele vai dar um título numa sessão numa escola legislativa às 1h15min.

Então, sejam todos muito bem-vindos, é um prazer recebê-los aqui, com a palavra a Professora Rosana Glat, diretora da faculdade de educação da UERJ.

A SRA. ROSANA GLAT – Bom dia, Ex.^{mo} Deputado Comte Bittencourt, Ex.^{mo} Paulo Ramos, todos os presentes, primeiro eu queria dizer que é uma honra pessoal como educadora e trabalhando na área de educação especial há muitos anos, várias décadas e como diretora da Faculdade de Educação da UERJ de estar presente aqui nesse encontro e com pessoas de reconhecida militância e conhecimento na área, a Professora Kátia Nunes, a Professora Nelma, dos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói, com quem a gente vem trabalhando, representante da APAE, Pestalozzi, Secretaria de Estado e demais presentes.

Eu queria dizer que, na verdade, eu vim mais para ouvir do que propriamente para falar, até porque eu não estava esperando esse posicionamento e para, mais do que qualquer coisa, colocar a

Faculdade de Educação da UERJ à disposição da Comissão de Educação para trabalhar na área tanto na questão da inclusão e educação de pessoas, de alunos com necessidades educacionais especiais, que é o meu campo de atuação, como também outras questões relacionadas à Comissão. Eu acho que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem que estar mais presente nas ações frente ao Estado. Nós temos contato, trabalhamos com o Município de Niterói, do Rio de Janeiro, mas, até por proximidade mais do que institucionalmente. Agora, nós estamos fechando com a Secretaria do Estado, a Seeduc, de Educação, um curso, nós fomos convidados para fazer um curso sobre atendimento educacional especializado; semana que vem nós estamos de novo mandando uma proposta inicial, eu acho que essa é a contribuição maior que a universidade pode fazer.

Em termos de pesquisas, a UERJ é uma universidade que, por tradição, ela trabalha na área de educação especial, agora na de educação inclusiva, com enfoque de educação inclusiva, em nível de graduação. No curso de Pedagogia nós temos disciplinas; já tivemos uma habilitação no curso; no nosso programa de pós-graduação, nós temos uma linha de pesquisa e, também, na formação de recursos humanos e projetos de extensão.

Em termos da educação inclusiva, e aí eu vou ser bastante informal, o Deputado falou na questão da gente discutir se há várias ferramentas ou um único caminho. Eu acho que na educação nunca pode haver um caminho único e, principalmente, quando a gente trata de educação de pessoas, alunos com deficiências ou outras condições atípicas de desenvolvimento e aprendizagem, a gente não pode pensar numa fórmula única. Primeiro, porque as realidades sociais são distintas, às vezes você tem uma pessoa com o mesmo tipo de deficiência, o mesmo grau e com desempenhos sociais e educacionais totalmente diversos em função dos oferecimentos.

O Estado do Rio de Janeiro é muito grande, o Município do Rio de Janeiro, o Município de Niterói têm já uma tradição de educação especial estabelecida com diferentes formas de serviços, que também não são únicos. Agora, existem municípios do Estado do Rio de Janeiro que estão iniciando nesse atendimento, então, eu acho que a gente precisa ter essa flexibilidade, principalmente porque as pessoas são muito diferentes. Hoje em dia, ninguém discute mais se a inclusão é ou não é o caminho. É claro que todas as pessoas com deficiência vão usufruir muito mais numa situação inclusiva, tem outras oportunidades do que aquele mundinho fechado da classe especial da escola especial. No entanto, a inclusão é um processo, nós não podemos, como se diz, fazer reforma do avião em pleno voo; você não pode parar no meio do ar e não vai ser em cinco anos ou dez anos que nós vamos ter toda essa mudança. Eu acho que tem que investir na acessibilidade das escolas, e acessibilidade não só física, mas de comunicação, de informação. Quando o aluno vai para a escola, se uma criança cega entra numa escola e está os avisos em braile, a escola está dizendo: você é meu aluno também, você é bem-vindo.

A reestruturação curricular e de formas de ensinar para que todos os alunos possam aprender, porque se o aluno está na escola e ele não está aprendendo isso não é educação inclusiva. Eu acho que existem diferentes momentos, mas, principalmente, nós temos que capacitar os professores e agentes educativos. Eu vejo algumas experiências tanto em nível do ensino público quanto de ensino privado, de colocação, por exemplo, de mediadores em sala de aula para ajudar alunos mais prejudicados. Agora, esse mediador tem que ser capacitado, ele tem que fazer parte da equipe da escola, ele tem que ser supervisionado e não pode ficar somente com aquele aluno. Acho que Niterói tem ensino colaborativo em que você tem dois professores. Eu acho que existem estratégias diferenciadas e cada escola vai poder apresentar na medida das suas condições.

Também tem tido um debate, muito, sobre educação inclusiva ou educação especial como se a educação inclusiva prescindisse da educação especial; ao contrário, eu sempre digo que a nossa área nunca foi tão necessária porque quem vai fazer as intervenções, quem vai orientar, supervisionar, ajudar as escolas na capacitação e nas adaptações curriculares tem que ser os especialistas na educação especial.

Se você vai ter sala de recursos, essas pessoas têm que ser capacitadas e isso não é fácil, nós somos muitas escolas. E é importante, eu fico satisfeita de ver a presença das associações filantrópicas, das APAEs, Pestalozzis. Eu milito na APAE - agora eu sou consultora da Federação Nacional das APAEs - há muitos anos, toda a minha carreira. E eu acho que as APAEs, nós tivemos recentemente discutindo isso, têm uma contribuição muito grande a dar. Não pode ter esse lado, público ou privado, até porque as associações filantrópicas são públicas, elas são gratuitas e o usuário, muitas vezes, não vê essa diferença. Agora, certamente, que as nossas escolas especiais ou quase especiais, elas têm que ser ressignificadas.

Hoje, em dia, tenho deslocado a discussão, não é tanto o *locus*, o local, onde ele vai estudar, mas o que ele está aprendendo. Você botar um menino com uma deficiência, numa escola comum, numa turma comum, e ele ficar num canto da sala ou a turma toda desenvolvendo um trabalho acadêmico e ele estar lá preenchendo bolinha, não é educação inclusiva. Mas, ao mesmo tempo, manter essa pessoa, anos a fio, numa escola, numa classe especial, sem ele estar avançando na escolarização, também não é inclusão.

Então, eu acho que a ideia é poder ver os diferentes caminhos. Eu acho que nós temos muitas experiências exitosas no estado e a gente tem que procurar o que está dando certo para poder avaliar. Eu acho que, talvez, me permita uma sugestão, mas eu acho que o papel da Comissão seja exatamente isso, fazer um levantamento, ouvir diferentes atores, porque eu acho que estamos todos juntos na mesma causa, às vezes as discussões ficam muito filosóficas e teóricas e quem sofre com isso é o usuário.

No mais, não vou me estender, gostaria de ouvir as pessoas, estou, aqui, à disposição, e, mais uma vez, colocando a UERJ à disposição para qualquer outra colaboração. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora Rosana, Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS – Presidente, eu vou permanecer até 1 h30, vou ter oportunidade de ouvir, eu fico liberado para no momento, sem nenhuma educação, eu sair correndo. Eu brinco sempre com o Deputado Comte Bittencourt, que é um Deputado diplomata e quem vem de Realengo tem direito à má educação. Uma coisa deferida a ele, que ainda preside a Comissão de Educação.

Mas, eu só quero acrescentar que já foi aprovado aqui, já estamos caminhando para tomar providências para a realização de um censo, porque nós não sabemos qual é essa diversificação.

Ontem, a Presidente foi vaiada porque falou deficientes, o que é um absurdo. Eu, às vezes, escapo, também, sem querer, eu aí tem que estar policiando, eu, que sou policial também, tenho que ficar me policiando para não falar deficiente, é portador. Eu sempre brinco dizendo que todos nós somos deficientes, só que há alguns deficientes que as deficiências não são tão explícitas. Todos, cada um tem as suas limitações.

Aliás, quando fala da inclusão, a inclusão também incorpora a própria convivência, se é a convivência que oferece a possibilidade da compreensão, da existência das diferenças e a concepção de cada um com qualquer limitação está em condições de dar uma contribuição social. Existe aquela belíssima frase que os comunistas conhecem, a cada um, de acordo com a sua capacidade; a cada um de acordo com a sua necessidade.

Então, o nosso Presidente, aqui, que sempre nos lembra essas coisas. Mas, a realização do censo é da maior relevância, porque nós não sabemos, vou usar uma expressão militar, o efetivo. E eu, que uma vez participei de um censo, na Zona Oeste, sobre crianças com necessidades especiais, fiquei assustado com a quantidade. E não pode uma política pública ser implementada como se estivesse tratando de uma amostragem, uma manifestação de propósito, uma manifestação de intenção.

Mas o censo também vai nos colocar em contato com um universo grande, mas em contato também com as causas, porque a produção de seres humanos precisando de um atendimento especial, isso se dá também em função de uma falta de prevenção. Quer dizer, não sei se existe algum trabalho comparativo, pegando a realidade de outros países, vou usar assim: a oferta de um universo maior ou menor, de acordo com a realidade social.

Eu sei, não tenho dúvidas de que a tragédia humana no Brasil é muito grande. E, por mais que haja a solidariedade, o sofrimento maior é propriedade de quem convive, de quem tem a responsabilidade direta de preservar aquele ser, quer dizer, preservar, às vezes, um fiapo de vida. Quando as pessoas olham com uma visão externa, imaginando tão precária, mas as pessoas que amam mais diretamente fazem coisas as mais incríveis para preservar aquela vida, procurando dar condições melhores.

Ontem, Deputado Comte Bittencourt fez um belíssimo pronunciamento em homenagem ao pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense, falando sobre os 80 anos da Carta de 32, tendo como protagonista o Anísio Teixeira, que talvez tenha tido a maior manifestação de preocupação com a dignidade do professor, a partir da formação. Anísio Teixeira contribuiu, mostrando o protagonismo do professor na educação e, obviamente, no conjunto do atendimento. Está ali a professora Teresinha que há de falar na situação vivida pelo professor a partir do baixo salário.

Ontem, 80 anos da Carta de 32, e o Brasil ainda não erradicou o analfabetismo. A descontinuidade histórica, tudo sempre fragmentado, sem um processo continuado, sempre interrompido, as experiências acumuladas não são aproveitadas.

Quando o Deputado Comte Bittencourt reúne representações com pessoas que estão dedicadas a esse estudo, eu deixo essa sugestão. Estamos pressionando para que haja um censo, não só em relação à necessidade especial, para uma avaliação, para as políticas públicas, qual o impacto disso e, ao mesmo tempo, um censo sobre o analfabetismo. Aproveitando, seriam feitos os dois.

Vemos sempre o discurso: é o EJA, não estudou na época própria. Mas, aqui, no Rio de Janeiro, lamento ter que dizer, não queria tratar com críticas, a Secretaria de Educação foi fechando escolas noturnas, adaptando, transferindo em função da inexistência ou da redução do número de alunos, ficando antieconômico, ao invés de fazer um censo para trazer os alunos, e não virar as costas, no sentido de vamos “lavar as mãos” para vamos cortar custos. Porque o universo é muito grande.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Comte Bittencourt e a todos. Sei que é uma complexidade muito grande. Sei por que vivi essa experiência com um filho, e só quem vive, tem uma convivência com um universo mais amplo, com essa aproximação maior.

Deixo essa manifestação porque sei da complexidade. Alerto que precisamos conhecer esse universo. Sem o conhecimento desse universo, estaremos nos esforçando muito, e aqueles que estão mais diretamente ligados a um esforço maior, e até num sofrimento muito grande, porque se há precariedade na educação para aqueles que não necessitam de um atendimento especial, imagine para aqueles que precisam.

Então, cumprimento, valorizo, e vamos ver se a Comissão de Educação, se o poder legislativo dá essa contribuição, fazendo um senso por região para avaliar as necessidades, surdo, mudo, locomoção, paraplégico, tetraplégico.

Obrigado, cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Deputado Paulo Ramos.

Registro a presença da Sra. Deputada Clarissa Garotinho, membro da Comissão de Educação e do professor Flávio Melo, representante da APAE/Nova Friburgo, seja bem-vindo.

Passo a palavra a professora Célia Nazaré, que representa a Seeduc.

A SRA. CÉLIA NAZARÉH BRAGA – Bom-dia a todos, é um prazer estar aqui com vocês. Sou coordenadora de inclusão educacional da Seeduc. Nossa coordenação está dentro da Sugem, que é a Subsecretaria de Gestão de Ensino, dentro da superintendência pedagógica e dentro da superintendência nos temos três diretorias. Dentro dessas diretorias tem a diretoria de integração educacional, representada pela Inês. Nossa coordenação fica dentro dessa diretoria e, dentro da nossa coordenação, nós temos a educação especial, a educação indígena, quilombola, étnico-racial e cidadania LGBT.

Hoje, na educação especial no Estado, nós temos um pouco mais de 3.500 alunos incluídos. Todas as escolas têm um apoio para todos esses alunos; nós temos um projeto de monitores -cuidadores, que atendem aos alunos que necessitam de maior atendimento; temos o projeto de Libras, onde nós contratamos intérpretes de Libras para alunos surdos; temos várias ações relacionadas ao PAR – Plano de Ações Articuladas do FNDE – até entramos em contato com a UERJ. Estamos querendo um projeto para o AEE, para poder formar melhor o professor para atender a esses alunos. Hoje, na educação especial no Estado, a gente procura atender da melhor forma possível, dentro das nossas possibilidades e dentro dos objetivos que a gente traçou para a educação especial.

Estamos à disposição para qualquer dúvida que haja em relação ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora Célia, a título de colaboração, eu, como presidente da Comissão, tenho o hábito de visitar escolas permanentemente, escolas do Estado. Nesta semana estive em Lage do Muriaé, fui às duas escolas do Estado existentes lá. Dentro das preocupações que colocou o Sr. Deputado Paulo Ramos, eu não vejo, não vou cometer o erro de dizer que 100% das escolas do Estado que visito estejam nessa situação, mas, seguramente, na ampla maioria, a gente não vê nenhum tipo de possibilidade de atender a nenhum tipo de deficiência. Na maioria delas, até nem a física. É uma preocupação.

Por outro lado, o Estado vem implementando uma política de encerrar a atividade das poucas escolas especiais que tem. Por um lado, encerra a atividade das poucas escolas especiais que tem. A comissão tem lutado, quando se anuncia o fechamento de uma unidade especial do Estado, a comissão reage, porque sabemos que a rede não está preparada para receber aquelas crianças, do ponto de vista de recursos humanos e recursos materiais.

A senhora colocou o elenco de precauções, de preparo, mas o que estou falando é fato. Eu gostaria, em cima do que o Deputado Paulo Ramos colocou, o Estado tem o mapeamento do seu público hoje atendido, o público existente? Ou seja, quantos alunos com algum grau de deficiência existem dentre um milhão e tanto das matrículas que o Estado atende? Onde estão, se estão atendidos adequadamente, a senhora poderia nos falar sobre isso?

Minha impressão, Profa. Célia, com todo respeito e agradecendo sua presença, o meu sentimento é de que não há atendimento e, se há alguma escola que nós da comissão pudéssemos visitar, que apontasse um modelo de inclusão na rede, como o secretário Risolia costuma anunciar os bons projetos em parceria com as empresas privadas, o NATA, o NAVE e por aí vai, eu queria saber onde é que a coordenação pode apontar para a comissão: Deputado Comte, na cidade tal, ou no bairro tal da cidade do Rio de Janeiro, nós temos a escola xis, que aquela escola é o projeto-piloto, é o projeto referencial para nós adequarmos a nossa rede toda, isso existe? Bem à vontade, professora. Esta comissão, independente das nossas posições partidárias e da nossa visão desse governo, nosso compromisso é com a educação. Temos diferenças enormes nesse governo, mas, queremos contribuir com o debate para se buscar uma escola de qualidade.

Gostaria de saber a realidade dessa rede, hoje. Nosso debate está muito focado para essa reflexão, que é a rede própria do Estado, como nós vamos legislar para as demais redes se não fazemos o dever de casa na própria rede. É uma reflexão que temos que fazer.

Gostaria de ouvi-la.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Hoje, temos 3.564 alunos incluídos nas nossas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Num universo de um milhão de alunos.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Nós temos 3.564 alunos. Nós temos 29 NAPEs, que são os Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado, que dão apoio aos professores e alunos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Só para colaborar com o Deputado Paulo Ramos, que está preocupado com a estatística, desses três mil e poucos alunos, que nos parece, pelo tamanho do universo da rede um número muito pequeno, frente aos indicadores que a gente acompanha na leitura do dia a dia de um corte percentual na população com pessoas com algum grau de deficiência, estariam incluídos, por exemplo, os deficientes visuais parciais?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Parciais também.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Parciais também. Visuais, auditivos que somam só três mil e poucos alunos na rede.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Sim. Nós temos: deficiência física, 500 alunos; deficiência múltipla, 119 alunos; altas habilidades, 275 alunos; deficiência auditiva, 275 alunos; cegos, 350; baixa visão, 498 alunos; PGB, 208 alunos; surdos, 530 alunos; deficiente intelectual, 833 alunos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Surdos, deficiência de 100%.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Agora, quantas escolas especiais o estado ainda mantém?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Quatro escolas.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Somente quatro. Em Niterói são duas. As outras duas são onde?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Uma em Volta Redonda; outra em Nova Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Quantas unidades de educação especial o Estado mantém? Quatro escolas.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Quatro escolas.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Qual a matrícula nessas quatro escolas, professora?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Hoje, mais ou menos, não chega a 500 alunos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Mas, 10% desses deficientes de algum grau estão nessas quatro escolas.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – A cidade do Rio de Janeiro não tem nenhuma escola especial do Estado.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Nenhuma.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – E o senhor pediu uma referência de escola, a gente tem o Colégio Estadual Albert Sabin.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Funciona onde?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não é uma escola especial, é uma escola preparada para um projeto pleno de inclusão.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Seja na dimensão de recursos humanos, seja em recursos materiais, adaptação do prédio. Albert Sabin. Ali, o Estado tem como referencial para o seu projeto de inclusão?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Também. Temos também o Iepic, em Niterói, também uma escola inclusiva, vários alunos com deficiência, surdos.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – A senhora entendeu minha pergunta, não é, professora Célia? Inclusiva, entendemos serem todas, porque o Estado anuncia que há uma rede inclusiva. Mas, aquelas de fato que conseguem fazer a inclusão devida, a senhora aponta essas duas.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – O Sr. Deputado Paulo Ramos diz que são as “exclusivas” da inclusão.

Bem, eu achei o número muito pequeno, professora. Esse debate, já tivemos aqui com a professora Tereza Porto; já o repetimos com o professor Risolia e são números que impressionam. Vamos ouvir os demais colegas, mas, seguramente, precisamos aprofundar essa questão da situação da nossa rede própria na política de inclusão.

A senhora pode depois deixar esse material com a assessoria, com a Marilda, para a gente reproduzir para os deputados? É possível?

Pode perguntar, Deputada Clarissa.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO – Bom-dia. Eu gostaria de saber se esse número de 3.564 alunos incluídos, quantos deveriam estar incluídos? Quantos deveriam estar e não estão? Temos 3.564.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Do nosso conhecimento é esse número.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO – Você está dizendo que 100% dos que deveriam estar incluídos estão? Pela rede estadual?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Cem por cento não, não tem como a gente mensurar, mas de todos os que são finalizados para a gente, que são deficientes porque são as escolas que nos sinalizam, todos estão incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Ou seja, toda a demanda, que chega à Rede Estadual de Educação, nos 92 municípios, com algum grau de deficiência, toda a demanda é rigorosamente atendida. A senhora pode afirmar? É rigorosamente atendida.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – A senhora pode afirmar?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Quero registrar, com prazer, a presença do Deputado Márcio Pacheco, presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência, daqui de nossa Casa. Seja muito bem-vindo ao nosso debate.

Pode falar, professora, por gentileza, só o seu nome para a Taquigrafia, e função da nossa Seeduc.

A SRA. INÊS DOS SANTOS SILVA – Bom-dia! Embora esteja aqui a plaquinha da Federação das APAEs, mas sou da Secretaria de Educação também.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Então, está cumprindo as duas representações.

A SRA. INÊS DOS SANTOS SILVA – Isso, só para complementar, na realidade, esse informe que temos da quantidade de alunos, que precisam ser atendidos por uma especificidade da qual eles necessitem, essa informação vem do diretor da unidade escolar, o gestor. Ele nos informa, informa aos NAPes, Núcleos de atendimentos especializados e são alunos que estão no censo, são aqueles alunos com os quais trabalhamos. Então, o diretor sinaliza, junto com a equipe pedagógica e fazemos o atendimento. São os números que temos. Se porventura tem algum, que não foi sinalizado, não temos como atender. É sinalizado, de imediato o NAPes, entra em ação para tentar atender da melhor forma possível. Então, aquilo que é sinalizado a gente busca atender.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Ou seja, a Secretaria afirma à Comissão que qualquer demanda de adolescentes, ou crianças, na faixa de atendimento escolar de formação básica, em qualquer município do Estado está apto, preparado para atender.

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Chegando para a gente, a gente tenta atender da melhor forma possível e quando a gente vê que não tem condições...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – E o que é atender da melhor forma possível, professora Inês?

A SRA. CÉLIA NAZAREH BRAGA – Por exemplo, hoje a gente está com um aluno de uma unidade aqui próxima que tem uma deficiência visual bem acentuada; ele não estudava numa escola nossa, ele veio agora, há pouco tempo de uma escola do ensino médio, então, foi sinalizado para a gente. A gente está tentando atender da melhor forma possível, buscando todos os recursos possíveis para o deficiente visual, com toda a metodologia, com *lap top*, inclusive, ele já recebeu um para trabalhar no seu dia a dia. Então, quando é sinalizado para a gente e o NAPes vai lá e identifica que realmente ele tem condição para aquilo, a gente tenta buscar da melhor forma possível. Todos conhecem que dentro de um setor público quando a gente quer comprar um material, precisa comprar um material, a gente tem que abrir um processo. Então, não necessariamente se atende um aluno de imediato, naquele mesmo mês, naquela mesma hora, mas quando precisa comprar qualquer material que venha a equipar aquela unidade escolar, a gente abre um processo e equipa a escola. É claro que existe o tempo da tramitação do processo para que a escola realmente seja servida de todo o material necessário para atender o aluno. Então, da melhor forma possível seria isso, o tempo que a gente leva, até mesmo para autuar um processo para equipar a escola com o material necessário.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado. Vou continuar aqui.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO – Posso fazer mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Por favor. A Deputada Clarissa ainda para uma pergunta.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO – Desculpem pela quantidade de perguntas, mas esse é um tema que preciso conhecer um pouco mais. Tem temas que a gente trabalha com mais segurança e esse é um tema que preciso aprender mais.

Quando você diz que a escola é inclusiva, esses alunos estudam nas mesmas turmas, ou dentro da escola em turmas separadas, na mesma sala?

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – O debate, Deputada, que a professora Rosana, diretora da Faculdade de Educação iniciou, é justamente que rede temos, que rede podemos oferecer, o que pretendemos, e que nível de qualidade mínima o Estado pode garantir nas suas escolas para atender a todo o universo da população que precisa dessa atenção dita especial. Hoje, eu conversava com o conselheiro Mansur para a rede privada, com legislação muito clara, há o direito da família em ter a matrícula do seu filho, independente do tipo de deficiência que ele seja portador, que ele tenha, há a obrigação da escola em receber essa criança. E eu perguntava: mas a gente tem certeza de que a maioria não recebe. Como é que fica - Deputado Márcio Pacheco, que vai contribuir seguramente com esse nosso debate - garantido o direito impositivo da lei para essa família? Por outro lado, a gente entra em outro campo, por isso chamamos hoje as Pestalozzis e as APAEs, debate que foi provocado pelo Deputado Márcio Pacheco há uns dois meses, que estado inclusivo é esse em que as APAEs e Pestalozzis estão em petição de miséria porque não recebem sequer os recursos do minguado convênio na época certa, com o fluxo necessário. Então, o Estado não é exclusivo. Enfim, vamos continuar o debate. Quero ouvir os nossos convidados.

Professora Nelma Pintor, coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Niterói.

A SRA. NELMA PINTOR – Bom-dia a todos. Mais uma vez, eu gostaria de agradecer o convite que me foi feito pela equipe do Deputado Comte Bittencourt e me congratular com o Deputado Paulo Ramos, com o Deputado Marcio Pacheco e todos os colegas que estão aqui e dizer do meu carinho especial pela Dra. Rosana Glat, que tive a honra de tê-la como minha parecerista na minha defesa de doutorado, na Fiocruz e é uma pessoa da mais alta capacidade para estar discutindo com a gente e a gente aprendendo com ela, e com todos os que estão aqui, a questão dos caminhos com que a educação inclusiva vem se colocando no mundo. Fico muito feliz por, outra vez, ter recebido esse convite para estar nesta Comissão de Educação. Pelo fato de ser uma Comissão de Educação, que reputo como verdadeira obrigação trazer pessoas para discutir essa árida área que é a questão da educação inclusiva.

Faço minhas todas as palavras da Dra. Rosana Glat e do Deputado Paulo Ramos, no sentido de que a inclusão todos queremos. Não estamos aqui para discutir se devemos ter escola inclusiva, ou não. Devemos incluir todos os alunos, em qualquer categoria em que eles estejam, qualquer necessidade que apresentem e qualquer deficiência que nos tragam. Isso, para a gente, em Niterói, é ponto pacífico.

Outra questão, de fundamental importância, e que vejo aqui sendo pensada e planejada, o que me gratifica muito, é a questão da necessidade do censo, no Estado, nos municípios, para que a gente tenha realmente a noção de um censo quantitativo, verdadeiro de cidadãos que precisam e têm o direito de serem atendidos em Educação. Então, a gente não pode fazer política pública se a gente não sabe para quem e quantas são essas pessoas. Além do que, a área da Educação de pessoas com deficiência, cada deficiência traz uma necessidade específica. Se sabemos quantas são essas pessoas, sabemos que recursos efetivos teremos que ter para o cego, para o surdo, para o encefalopata, para o autista e assim por diante.

Acho que é uma discussão, Deputado Comte, que efetivamente a gente vai ter que fazer em primeiro plano, porque o censo do Ministério da Educação, que as escolas têm mandado com o objetivo de receber o dinheiro do Fundo de Educação, esse censo é incipiente, não tem fidedignidade porque nós não estamos atendendo toda a população de deficientes dos nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – É um censo de quem está na rede já.

A SRA. NELMA PINTOR – Exatamente. É um censo de quem está na rede.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Queremos o censo de quem não está na rede.

A SRA. NELMA PINTOR – E quem é o cidadão que está na cidade, que está perdido, que está em casa, que está fechado, que está trancado e que tem o direito máximo e subjetivo à Educação. Esse censo é para mim de prioridade máxima, absoluta. Eu já tinha falado isso, em outros convites feitos para mim pela Alerj e fico feliz de a Comissão estar pensando em dar tratos a bola aí.

Bom, viemos também aqui para discutir questões como: como anda o sistema inclusivo? Ele não anda bem das pernas. A gente sabe, como a Dra. Rosana Glat bem colocou, que alguns municípios estão à frente e outros estão iniciando depois iniciando, depois de uma LDB de 1996. Há quantos anos está posto na LDB que os sistemas têm que se tornar inclusivos? E não falo inclusivo para pessoas com deficiência, não, falo inclusivos para toda e qualquer pessoa que precisa. Mesmo os alunos que têm dificuldades de aprendizado têm que estar incluídos, negros, pobres, quilombolas ou seja lá o que for têm que estar incluídos. A inclusão tem que ser desmistificada essa questão de que inclusão é apenas para deficientes. As pessoas chegam à escola e dizem: “meu filho é deficiente e quero inclusão”. Não é isso, essa concepção está errada. Essa Comissão tem a obrigação máxima de divulgar o que é a verdadeira inclusão na Educação, porque a verdadeira inclusão na Educação deve partir de uma inclusão da sociedade. Não adianta a escola incluir e não se ter transporte inclusivo, não ter cultura inclusiva, não ter teatro, cinema, parques, brinquedos, praças, não adianta! Nós estamos fazendo guetos, escolas inclusivas e a cidade toda sem ser inclusiva.

Acho que a discussão não tem que ser um campo de batalha, do lado de lá os filantrópicos querendo escola especial. A escola tem que ser especial para todos. Não é o *locus* da Educação que a gente está querendo falar. A gente tem que discutir a qualidade dessa Educação, não importa se ela esteja em um lugar, em uma escola, um espaço físico que se chame de especial, ou inclusivo. Isso é secundário. O que é mais importante é a qualidade de vida dessas pessoas, desses alunos. Estamos com um índice de repetência e de fracasso escolar imenso. Basta acompanhar os dados estatísticos dos órgãos governamentais que trabalham com Educação. Esses alunos não precisam de inclusão? Precisam ser incluídos. Precisam que as escolas criem estratégias de metodologias adequadas para ensinar qualquer aluno. A gente diz que a prioridade dessa ação inclusiva é a aprendizagem. Caiu aquela ideia que se tinha antigamente, que era o ensino. Então, o professor deve saber como ensinar? Sim, mas antes de saber ensinar ele tem que saber como o aluno dele aprende e se ele está aprendendo efetivamente com a estratégia que se está usando. Então, temos que nos unir para discutir e esta Casa, com esta Comissão que tem essa obrigação fundamental, tem que ser o nosso porto seguro para discutir e descobrir qual a melhor Educação para dar para os nossos alunos.

É lógico que quando a gente discute Educação inclusiva, não se está pensando só em Educação. Para fazer essa Educação, por exemplo, se a gente vai trabalhar Educação Inclusiva para pessoas com deficiência, o cego precisa de *lap top*, o cadeirante precisa de equipamentos físicos, acessibilidade física, as escolas e os prédios físicos precisam ser adaptados, os professores precisam ser capacitados. Não posso ter uma escola maravilhosamente equipada, se não tenho uma equipe maravilhosamente capacitada e atualizada em seus conhecimentos. E aí, vem a nossa responsabilidade, Dra. Glat, como professores universitários. Se sou professor universitário e estou ensinando aquele meu professor que ele vai sair dali

para assumir uma sala inclusiva, eu tenho responsabilidade, enquanto ensino superior, de dar a melhor formação.

Então, a Educação Inclusiva tem variantes que a gente precisa discutir. Só para dar uma resumida aqui, para contribuir qual o melhor caminho, como contribuir, Sr. Deputado, contribuir primeiramente com recursos financeiros. A Educação Inclusiva, ou a Educação para todos é uma educação cara. Estive há pouco tempo na Argentina e fui saber como andava a questão da Educação Inclusiva lá e fiquei decepcionadíssima com a Secretaria de Educação como um órgão. O professor não se sente bem no próprio espaço onde ele trabalha. Como que ficam a escolas, então, se o próprio órgão central do governo, que é o local da Secretaria de Educação, está num estado físico daqueles? E a gente sabe que a gente tem escolas muito mal cuidadas.

Então, contribuir financeiramente. Recursos financeiros são fundamentais para tudo. A gente não faz Educação se a gente não tem dinheiro para comprar um equipamento, para passar ao professor, para oferecer ao aluno o que é de direito do aluno, porque não estamos falando de caridade, estamos falando de direito. Então, a gente não tem que olhar para o aluno com deficiência como o coitadinho: vou fazer o trabalho para ele para conseguir meu lugar no céu. Não é isso. Ele é um cidadão de direito. Ele tem o direito a melhor educação que possa dar, tenha ele deficiência ou não.

Segunda questão, qual o melhor caminho? O melhor caminho para quem? Lógico, não é o melhor caminho só para o professor. Prioritariamente para o aluno e para a sua família. Somos nós, pais, que vamos a escola buscar. Quero para o meu filho a melhor educação, o melhor professor, a melhor escola, o melhor método.

Depois, a melhor forma? A melhor forma é isso que estamos fazendo aqui, Deputado: é intersetorialidade. É parceria, porque sozinhos não fazemos coisa alguma. A escola sozinha, lá, no seu município, fechada, sem articular, não faz coisa alguma. Aqui, temos parcerias grandiosas: Instituto Helena Antipoff, sindicatos, os Deputados. É aqui que a gente tem que fazer parcerias para levar para os nossos municípios e para as nossas unidades municipais, ou estaduais – seja lá qual for – a melhor educação.

Vou parar, porque falo muito. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Prof^a Nelma Pintor.

Duas questões, só para ajudar na reflexão dos Deputados que vão fazer as intervenções, depois. A rede municipal, qual a abrangência do universo de atendimento e quantos casos de atenção especial são considerados deficientes?

A SRA. NELMA PINTOR – Temos, atualmente, em Niterói, para cerca de 28 mil alunos matriculados, um mil alunos com as mais variadas deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Ou seja, uma relação de 28 mil para mil.

A SRA. NELMA PINTOR – Isso.

Significa dizer que não estamos nem perto, nem próximo dos 10% dos indicativos da Organização Mundial de Saúde e nem próximo, nem perto dos 14,5% do centro do IBGE de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – A rede da senhora sendo inclusiva...

A SRA. NELMA PINTOR – A nossa rede, em Niterói, sempre digo que Niterói tem uma singularidade: o governo estadual, em Niterói, nunca pensou em abrir escolas especiais, portanto, não temos escolas especiais. O aluno procura, automaticamente, está numa escola onde tem salas de recursos

dentro do próprio prédio da escola onde pelo nível de gravidade do aluno vai ter um professor de apoio mais capacitado. Infelizmente, esse número de crianças cresceu muito pelo fluxo. Estamos tendo uma demanda muito grande de alunos que vêm das redes filantrópicas, da rede estadual, principalmente, nos procurar. Também agora da rede privada: pais que não têm condições ou de pagar determinadas escolas privadas especiais se são muito onerosas, ou, então, a escola diz que não tem condições de atendê-lo.

Isso tem crescido muito a rede de Niterói. Esse é um problema atual que estamos enfrentando, porque necessariamente a rede física terá que ser ampliada.

Outra coisa que tem nos apresentado ultimamente é que a vinda do polo petroquímico e está nos apresentando em tempo médio a necessidade de um crescimento da rede física muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Só para os Deputados terem base, uma rede de 26 mil matrículas com um mil atendimentos, se a gente transfere essa proporção para uma rede de 1,1 milhão matrículas com pouco menos de quatro mil atendimentos tem algo aí para ser aprofundado no universo do Estado. Porque de 28 mil matrículas, um mil alunos atendidos portadores de alguma deficiência e em 1,1 milhão de matrículas, menos de quatro mil? Algo precisa ser investigado na questão do atendimento do Estado.

Dentro dessa história de conhecimento, de militância na área de expertise não podemos apontar um modelo ideal, que seria aquele que a Prof^a Rosana colocou: aquele que atenda com qualidade o que as crianças, precisam seja numa escola só de especiais, seja numa escola inclusiva. Foi o que entendi nas reflexões da Prof^a Rosana.

A senhora acompanha essa mesma tese?

A SRA. NELMA PINTOR – Acompanho. A gente não pode criar modelos, criar padrões, porque temos as singularidades culturais dentro de cada universo, dentro de cada unidade escolar. Num mesmo município, Niterói, temos em municípios distantes características culturais diferentes. Então, o modelo fica difícil a gente estabelecer.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – O aconselhável é que o modelo seja o mais variado possível desde que de acordo com o respeito e aquele nível de deficiência?

A SRA. NELMA PINTOR – E a singularidade cultural.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Até por que me parece que alguns casos clínicos você não tem a capacidade, a condição de ter a inclusão como a gente deseja, alguns casos clínicos. Isso é possível?

A SRA. NELMA PINTOR – Vou voltar a fala inicial, não importa o local. Se a escola estiver equipada com professorado bastante atualizado, com projeto político-pedagógico sério, científico, com uma gestão democrática esse aluno pode ser trabalhado dentro da escola.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Qualquer nível de deficiência?

A SRA. NELMA PINTOR – Sim. Na minha postura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Prof^a Nelma.

Com a palavra, o Prof. Mansur, membro do Conselho Estadual de Educação.

Gostaria que o senhor falasse desse debate no Conselho e o seu olhar, para o nosso sistema, especialmente para nossa rede.

Queria que o senhor falasse para a comissão sobre esse impedimento da conclusão de alunos deficientes na questão do ensino médio. A legislação permite a conclusão, a certificação, no ensino fundamental e não faz a previsão, quase que impede, a certificação, ou seja, o diploma de ensino médio. Gostaria de entender um pouco essa concepção do órgão que legisla, que regulamenta o sistema.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR – Bom-dia a todos. O Conselho tem uma visão institucional da situação. Na sua estrutura, tem uma comissão de inclusão e diversidade que trata desses assuntos especificamente.

Em relação à legislação específica, temos uma deliberação, a 301, parece-me que de 2006, que determina como uma escola inclusiva deve ser autorizada e como deve funcionar.

A questão da inclusão em escola regular, não é tratada em qualquer instrumento específico do Conselho.

Com relação ao que o Deputado colocou, realmente, a certificação de alunos de ensino médio não é prevista na legislação. O aluno de ensino fundamental, quando termina, tem uma descrição de competência onde o aluno que não alcançou os objetivos finais do ensino fundamental, vai com uma descrição do que ele pode ser capaz. Até onde consegue uma descrição específica de conteúdo.

Em ensino médio, o aluno não é certificado. Ele termina o ensino médio. Isso não é possível que ocorra, no ensino médio. Então, ele não tem conclusão de ensino médio, porque não alcança os objetivos: normalmente, tem algum tipo de defasagem em relação a conteúdos, principalmente, de Física, de Química, matérias com um pouco mais de complicação. Não se permite essa certificação, porque não é permitida a descrição de competência no ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não deveria ter, por parte dos senhores conselheiros, uma reflexão um pouco mais de compreensão do que é certificar um aluno deficiente, independentemente da deficiência, e entender que a capacidade de crescimento – claro que é menor do que o aluno que não tenha deficiência -, mas é importante não só para o desenvolvimento da estima, da perspectiva. Entendo que o conselheiro pensa: “não vou certificar, porque não consegue dominar as competências mínimas de Física” Será que o mercado de trabalho, quando absorver esse cidadão deficiente, não vai compreender que não pode exigir dele as competências mínimas para operar determinada atividade que dependa desse conhecimento básico de Química. Esse é um entendimento do Conselho Estadual de Educação ou há um impedimento numa lei maior, ou seja, uma lei maior explícita que não pode certificar? Existe isso ou não?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR - A Lei Maior não fala que você pode certificar.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Mas também não diz que não pode.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR - Não diz que não pode. É omissa.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Então, parece-me que teremos que legislar para isso no nosso sistema?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR - Exatamente. Aí teria que haver uma legislação específica do Rio de Janeiro que autorizasse ao conselho regular essa situação, coisa que ainda não existe.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Eu convido os Srs. Deputados para que possamos, já no início do ano que vem, apresentar um projeto de lei dando essa condição e, num dos seus artigos, colocaremos que o conselho regulamente a forma onde as redes do sistema vão estabelecer essas competências mínimas, que sejam competência de compreensão da pessoa deficiente. Mas seguramente vamos dar uma grande contribuição ao crescimento existencial desses meninos e meninas, a perspectiva

de vida. Já fica aqui, já convidando a Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência para subscrever essa lei junto com a Comissão de Educação.

Por favor, professor, pode continuar.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR - Em relação a algumas ações, o conselho entende que legislações existem muitas, o que a gente não está conseguindo é uma operacionalização da questão dos alunos com algum tipo de deficiência. Então, o conselho tem alguns estudos, algumas propostas. Eu gostaria de passar aqui para a assessoria, a professora Sandra, que vai colocar para vocês o que o conselho vê no sentido de melhor atendimento. A gente tem uma visão de que realmente ocorre inclusão, mas inclusão na forma da lei. É obrigado a matricular? Matricula, mas isso não garante necessariamente que o aluno esteja sendo bem atendido. Então, algumas ações vão ser propostas ou estão sendo estudadas pelo conselho. Vou passar aqui para a professora Sandra para ela detalhar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professor Mansur, Professora Sandra Teixeira.

A SRA. SANDRA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite também ao conselho. Como estou nesta Casa todas as quartas-feiras, independente do tema, como somos do Conselho Estadual, eu acho que é importante participarmos de todos os temas aqui abordados, porque até o momento todos nos conduziram a excelentes resultados.

Eu gostaria muito de ter me dirigido ao ilustríssimo Sr. Deputado Paulo Ramos, porque ele me instigou a fazer uma pesquisa que me levou a dormir 3 horas da manhã, por conta da demanda que ele levantou, porque o foco da discussão realmente era no sentido de sabermos quem está fora da escola e que não tem a sua possibilidade de ser sequer matriculado. Então, nós temos isso muito claro e a instigação que ele me fez está me levando a fazer uma pesquisa, e eu vou fazer.

Primeira coisa, sou professora universitária e eu tenho a maioria dos alunos diretores de escolas, gestores de escolas da rede pública estadual e municipal e rede privada. Então, eu fiz uma enquête rápida, perguntando o que elas entendiam. Algumas respostas, como muitos já falaram da parte técnica, da vantagem do censo e de outros documentos, dispositivos que nós já temos aí. Eu fiz um histórico. Desde 88, nós temos uma vasta coletânea de legislações que nos mostram o quanto as ementas são iguais, todas se voltam para a questão da inclusão e nenhuma delas deu muito resultado ainda. Então, eu, perguntando às alunas, as respostas foram as seguintes: “Estar diante de um novo desafio que não se resolve, algumas questões, as questões referentes à inclusão sempre provocam reações de insegurança, é necessário estudo e observação, confesso que fiquei muita apreensiva, constantemente ainda solicito a ajuda da equipe pedagógica da escola”. E outros mais depoimentos que não abordam exatamente o que foi dito até o momento, em termos de se é inclusão, se é educação especial, se tem dinheiro, se não tem dinheiro, mas é a realidade, é o que elas estão vivenciando e que pouquíssimos de nós têm essa vivência, porque nós não vamos à escola verificar nada disso. Nós não fazemos o que o saudoso Dr. Carlos Alberto Direito fez quando o então secretário comandou, liderou um censo para observar todos os alunos fora da rede escolar por conta da construção equivocada de várias escolas, de um quarteirão para outro se construía escola. Então, ele muito preocupado, nos solicitou na Secretaria de Estado de Educação, eu era coordenadora do ensino de primeiro grau à época, e nós fizemos esse levantamento. Lamentavelmente, era final de governo e, geralmente, as coisas não tomam o encaminhamento necessário, o resultado ficou perdido, nem se chegou a montar uma estatística adequada.

Considero que esse trabalho que foi feito é o mesmo que se está propondo agora. O tempo que você foi ver as crianças que estavam fora da escola, você poderia ter visto os alunos deficientes porque eles estão há muito tempo. Os dispositivos internacionais apontavam, desde a Declaração de Salamanca, já mostrando que tem os deficientes, a declaração de educação para todos. Então, nós estamos conversando

sobre o assunto agora. Ele já vem suscitando várias possibilidades de ação, só que as palavras-chave que nós usamos agora são: reflexão, proposta de ação, rever o projeto. Mas ninguém parte para uma ação.

Eu coloquei aqui uma sinalização, porque não vou me estender porque muitas coisas que eu havia colocado já foram ditas, mas algumas proposições, nós não viemos aqui apenas para fazer defesa do Conselho, se o Conselho tem a legislação ou não tem. O que está errado tem que se consertar. Temos clareza de que uma legislação, de 2006, já está considerada defasada diante de tantos projetos, de tantos programas, 150 milhões destinados por um plano do Governo Federal para alunos portadores, como disse a nossa presidenta, de deficiência, mas são os deficientes mesmo.

Então, o que a gente considera de interessante? Os indicadores - Não temos nenhum. Números – a cada vez que nós estamos na Casa nós ouvimos números. Tem tantos. Eu acho muito complicado dizer: tem mil, tem dois mil, tem quatro mil. Hoje tem quatro mil, amanhã pode ter 4002. A gente precisa de indicadores. Parâmetros – um planejamento estratégico, operacionalização, acompanhamento, controle por conta do que a Professora Nelma falou, fidedignidade é falta de controle. Você faz um senso, mas você não tem quem controle. Você manda questionários para a escola responder. Como ela responde se tem muito alunos ou poucos alunos, nós não sabemos a verdade.

Avaliação. É fundamental que se reveja o conceito de avaliação, não só para alunos inclusos, porque a LDB deixa claro que não é incluir o deficiente na classe comum. Nós usamos classe regular, não se usa isso há muito tempo. É classe comum, porque tanto faz o aluno deficiente entrar numa classe comum como outro aluno, que não é deficiente, também entrar numa classe deficiente.

Eu trabalhei numa escola, fui gestora de uma escola que tinha 150 alunos portadores de Síndrome de Down. Fui ser orientadora pedagógica, e quando questioneei da diretora o porquê dela não matricular um aluno, cuja mãe pediu para o aluno ser atendido numa sala de recursos, que é uma sala extremamente bem montada, a escola equipada financeiramente, fisicamente, com professores totalmente defasados em termos de currículo, eles não sabiam o que era currículo, não sabiam o que era metodologia, e ela me disse que se ela aumentasse mais um, ela perderia a gestão da escola, porque 151 ela perderia na eleição. Com 150, ela poderia ficar.

Então, essa falta de fidedignidade é por conta de controle. Se manda questionário, todo mundo responde. Você recebe um monte, faz uma estatística, põem dados e aí, todos vêm com números: 3 mil, 4 mil, 6 mil. Não estou criticando, estou fazendo apenas um alerta.

E aí, como fazer? Eu fiz uma pesquisa com dois Municípios. Niterói e São Gonçalo. Os dois têm projeto pela inclusão. São Gonçalo criou no seu último concurso o atendimento nas residências. Então, tem professor monitor. Eles estão fazendo isso. Não sei se está 100%, mas é o encaminhamento.

Daí, eu partiria, para finalizar, com uma leitura.

(Lendo)

“Constata-se em geral nas realidades escolares, seja no âmbito das escolas públicas como nas particulares, um quadro de apreensão e de insegurança diante do projeto político-pedagógico da educação inclusiva.”

Ou seja, nenhum gestor, a maior parte dos professores não entende ainda o que é educação inclusiva.

Estou afônica, estou gripada, tive febre porque fui até 3 horas da manhã por conta do Deputado Paulo Ramos. Estou doente.

Então, a gente fica muito preocupada e tem vontade de dizer muita coisa. Todas as quartas-feiras, quando eu venho eu ouço e tenho muita vontade de falar, mas, lamentavelmente, por conta do tempo, a fala é destinada àquelas pessoas que no momento estão na liderança de algumas ações. Mas inquieta muito ouvir sempre as palavras “vamos refletir”. Nós estamos refletindo desde que nascemos. Ingressamos na área educacional sempre fazendo reflexões e chegamos em escolas, estava conversando com o conselheiro Mansur, fiz uma pesquisa numa escola, porque eu achava que essa escola já tinha mudado há muito tempo. Depois de dez anos, o motorista me perguntou para onde eu queria ir, “Eu quero ir ao bairro do Salgueiro em São Gonçalo”. Ele me perguntou: “Mas como se chega lá?” Eu falei: “Olha só, a escola era azul e tinha uma árvore na frente”. Parece que é Paulo Freire falando, me desculpem a comparação. E quando eu cheguei, a escola era azul, com uma árvore na frente e a diretora atendendo os alunos pela janela. E eu perguntei, “Tem aluno deficiente?” Ela falou: “Tem. 10 meninos comendo com a mão macarrão”. Eu falei: “Por que você não dá um garfo?” “Porque elas se machucam”. Eu falei, “Isso é um presídio; aqui é uma escola”.

Então, dali eu passei a perseguir um pouco essas discussões sobre a questão da inclusão, sobre a questão de educação especial e as questões conceituais que são muito errôneas e mal empregadas nas escolas da rede pública e privada também. Eu acho que o conselho também pode, parceiro com a Secretaria de Educação, levantar esses indicadores para que nós possamos dar continuidade à ação proposta pela Comissão de Educação da Alerj.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professora. Professora Inês dos Santos, vice-presidente da federação das APAEs. Peço à assessoria que leve o microfone aos outros representantes das APAEs.

A SRA. INES DOS SANTOS – Antes de falar em nome da federação, gostaria de agradecer o convite à própria federação, e parabenizar a Casa exatamente pela questão do censo, como o Deputado Paulo falou ainda agora. Nós precisamos realmente que tenha um censo no Estado do Rio de Janeiro. Porque os números que nós temos como já foi dito, são apenas dos alunos matriculados, sejam da rede municipal ou estadual. Então, nós temos o levantamento. Então, se as pessoas estão fora da escolaridade, nós não temos o número exato ou aproximado de quantas são as pessoas com deficiência.

Independente da deficiência, aproveitando esse censo, e falando de educação inclusiva, por que não também fazer um censo sobre a comunidade quilombola e educação indígena? Porque também são duas modalidades de ensino que na realidade são apartadas de todo um processo? A educação indígena é até um pouquinho mais fácil, porque você só tem aqui em Niterói, Camboinhas, Angra dos Reis e em Paraty. Mas os quilombolas, onde eles estão, quem são? Então, fica como sugestão também de incluí-los nesse censo para que tenhamos realmente uma educação inclusiva.

Independente da condição física, intelectual, emocional ou linguística, a educação inclusiva ela é aquela que na realidade ela absorve, é a escola que abraça todo aluno para que ele na realidade tenha uma educação, para que ele possa ser educado e incluído através de uma metodologia específica, com uma pedagogia mais centrada. E nós enquanto movimento Apaeano, nós temos tentado fazer isso. Nós temos hoje 62 APAEs do Estado, e mesmo não conseguindo, às vezes, desenvolver a competência do aluno, tentamos desenvolver uma habilidade, até mesmo para que ele tenha uma profissionalização.

E eu fico muito feliz quando o conselho aqui comentou a questão da terminalidade específica, porque ela é específica mesmo para o fundamental e não para o ensino médio, e veio a proposta para que seja feita a certificação do Ensino Médio porque isso não é discutido, aliás, as pessoas fogem disso, não discutem. O próprio MEC foge disso, ele não sabe o que dizer, não sabe o que fazer. Então, se o MEC não tem como determinar, nós como Estado podemos fazer, sim.

E enquanto instituição, independente da Secretaria de Estado de Educação, e enquanto ApAE também, nós temos essa preocupação, porque muitos alunos desenvolvem a sua habilidade. Não têm a competência, mas tem habilidade e ele deve realmente ter uma certificação para que ele esteja inserido no mercado de trabalho. Então, nós temos essa preocupação. Fico muito feliz, e estamos aqui à disposição também, independente Secretaria de Estado de Educação, mas enquanto APAE, federação das APAEs para discutirmos esse tema também.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, professora Inês. Seja muito bem-vinda. Passo a palavra ao professor Delton Bastos, que é presidente da federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro. Seja bem-vindo.

O SR. DELTON BASTOS – Obrigado, Deputado. Muito obrigado também pelo convite. Agradeço ao Deputado Márcio Pacheco, à Deputada Clarissa Garotinho e a todos os presentes e representantes de órgãos públicos e privados, instituições.

As APAEs em nosso Estado atendem em média cinco mil pessoas dentro das suas capacidades e especificações. Além do tratamento, é dado a isso um início de aprendizado porque a gente sabe que tem muitas dessas crianças que não passam da segunda série do 1º grau. Eles estão sendo, muitos deles, preparados, sim, para a vida, capacitados para tal, saber se alimentar, saber se vestir, saber se manter higienizado. E, além disso, para aqueles que têm condições, algum tipo de profissionalização. Já temos no Estado várias crianças, jovens e adultos, empregados e sendo aproveitados. Temos outros que estão se dedicando à parte esportiva também.

Então, isso tudo faz parte de uma integração social e uma inserção em todo conjunto da vida. Porque não adianta a gente ficar mudando nomenclaturas a cada dia, portador de deficiência, deficiente ou lá o que seja. Isso não vai mudar. Os deficientes têm, sim, necessidade de ser aceitos por uma sociedade e por toda essa comunidade e a terem os seus direitos garantidos, conforme a Constituição garante a todos.

Quanto ao campo educacional, na escola inclusiva ou não, isso a gente vê que nas escolas públicas, principalmente, há um índice mínimo de reprovação. Nós veremos aí deficientes sem capacidade de terem um determinado grau de estudo e estarem lá com seus diplomas nas paredes, colando grau. E a vida não lhes garante nada, a própria sociedade os discrimina. Vemos aí crianças nas escolas, até os ditos normais, que os professores não têm condições de atendê-los, aqueles que estão mais atrasados. Porque dentro de uma sala de aula a gente vê aqueles indivíduos que saem da escola e não têm conhecimento. Isso estou falando como professor também porque conheço e vejo alunos que saem que não entendem nada, não sabem escrever, não têm uma redação e desconhecem muitas coisas, tanto na área de matemática como português. A gente vê isso. Por quê? Porque eles foram aprovados por causa do índice mínimo de reprovação. Essas coisas deveriam ser revistas.

E quanto a tudo que foi dito aí, eu concordo com o Deputado que seja feito um censo sim porque temos que fazer um levantamento daquelas pessoas que necessitam também dos atendimentos. Agora, não acredito que haja Município que tenha 100% de suas escolas capacitadas a receber todos os deficientes porque a gente roda este Estado e a vê o que acontece na realidade.

Muito obrigado. Bom-dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Sr. Delton.

Quero passar a palavra, ainda na APAE, para o Sr. Flávio Mello, APAE de Friburgo. Seja bem-vindo à Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO MELLO – Bom-dia a todos. Estou representando a Presidente da APAE, a Dorinha. A APAE de Friburgo, hoje, atende a quase 700 famílias, com e sem deficiência. A gente tem 120

crianças em período integral. Mas eu queria me colocar aqui mais na qualidade de um irmão de portador de deficiência. Inclusive, achei interessante uma nomenclatura. Porque quando se refere à pessoa com deficiência, achei interessante quando a pessoa escreve “Pessoa” com maiúscula e “deficiência” com minúscula; porque você evidencia a pessoa, não evidencia a deficiência. Mas também não nega.

Eu queria falar na qualidade de irmão, por quê? Porque quando se fala em inclusão acho que a primeira coisa que se tem que desmistificar em relação à deficiência intelectual - acho que é o grande problema - é a questão de ficar caracterizado muito na figura da síndrome de Down. E, no entanto, a gente sabe, pelo menos pela nossa APAE, que a grande maioria são paralisados cerebrais. E desses paralisados cerebrais a gente sabe que 70%, 80% têm a inteligência preservada.

O que eu percebo nessas idas e vindas, discutindo essa questão, é que se pega uma criança com síndrome de Down - um exemplo, que talvez quem está dentro do movimento sabe que é o menor dos nossos problemas, e caracteriza uma escola como uma escola que inclui criança com deficiência intelectual. Na verdade, no meu modo de entender, como irmão de paralisado cerebral, quem deveria estar sendo potencializado dentro das escolas são justamente os paralisados cerebrais que têm inteligência preservada. Porque a síndrome de Down, academicamente - porque têm exceções, mas na regra eles têm uma capacidade limitada. No entanto, se for instrumentalizado o paralisado cerebral da forma que tem que ser instrumentalizado, ele tem uma capacidade acadêmica ilimitada, já que ele tem essa inteligência preservada. E esses a gente não vê incluídos na sala de aula.

Eu acho, na minha concepção, que hoje quem está capacitado para qualificar a rede são as APAEs, pela história que elas têm.

Quero só dar um exemplo da inclusão. Acho que esse exemplo retrata tudo isso: o Iago estudava em uma escola comum, repetiu quatro anos seguidos, a mesma série. Aí foi encaminhado pela APAE, porque a gente tem um acompanhamento pedagógico, com dificuldade de aprendizado. Essa criança foi encaminhada com dificuldade de aprendizado. Na nossa instituição, é regra passar pelo neurologista. Toda criança que entra, independente da deficiência, ela passa pelo neurologista, mesmo que seja acompanhamento psicopedagógico. Quando essa criança pisou dentro da APAE e deu três passos, a neurologista identificou síndrome de Duchenne. Ou seja, a criança perdeu quatro anos na escola por não ter passado na APAE. Essa deficiência talvez seja uma das piores deficiências porque ela é degenerativa. A gente tem cinco casos dentro da instituição. Essa criança, praticamente perdeu quatro anos de acompanhamento porque na escola não foi identificado.

Então, hoje, qual família que não quer? Se a gente está pensando no bem estar da criança, tem que pensar no bem estar da família. A criança entra às 8 horas na APAE, por exemplo, ela tem todos os acompanhamentos de educação: parte educacional de manhã, à tarde tem a parte de capacitação profissional e tem todos os atendimentos de saúde. Agora, se coloca no lugar de uma mãe que não tem esse atendimento integral. Normalmente não tem um filho; tem um, dois ou três. Então, essa mãe vai de manhã levar essa criança para uma escola comum; dá 11 horas ela tem que cuidar dos outros, pegar essa criança; e à tarde fazer uma peregrinação nos atendimentos de saúde. Ou seja, você inclui a criança temporariamente e exclui essa mãe da vida social, porque a vida dela é de cima para baixo, carregando essa criança. Eu sei porque convivo com isso diariamente. Isso me preocupa muito.

Outra coisa que me preocupa na inclusão é que eu, como irmão, como meu irmão tinha uma paralisia cerebral severa, ele estava alienado ao preconceito; no entanto, eu não estava. Quem é vítima do preconceito são os irmãos, sobretudo quando eles estudam na mesma escola.

Hoje, o que a APAE de Friburgo faz transcende porque a inclusão não começa na escola, para a gente, ela começa lá quando todos os recém-nascidos do município passam pela APAE através do teste do pezinho, de orelhinha. Você está garantindo ali o primeiro acesso à inclusão, a esses exames para evitar.

No caso da paralisia cerebral é que eu acho que tem que ter mais atenção, até porque a maioria deles são vítimas de anoxia, ou seja, poderia ter sido prevenido.

Então, tudo que se faz é pouco, ainda mais em relação ao transporte. Hoje, uma coisa é você dar transporte adaptado em uma cidade plana. Agora, vai para uma cidade serrana, vai para uma cidade do interior. É difícil. Hoje, tem criança deixando de ser atendida porque não tem transporte. Quando houve aquela polêmica do José Serra em relação aos transportes das APAEs na campanha eleitoral, foi justamente isso: o Governo Federal, com a questão da inclusão, limitou o transporte para as APAEs, você limitou o acesso às APAEs. É complicado isso.

Então, essa foi uma questão que inclusive no CONAE, em 2009, houve uma total exclusão dos movimentos sociais, que foram mais de 200 pessoas dos movimentos sociais com esparadrapo na boca fazer uma manifestação porque eles foram excluídos da discussão no MEC. Pelo menos no Estado do Rio, porque eu estava presente. Então são questões que tem que ver também.

Esse é o posicionamento, estou colocando mais como irmão. Eu acho que hoje quem tem que capacitar a rede são as APAEs, que elas têm profissionais qualificados e têm uma história nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado pela sua boa contribuição, Flávio. Seja bem-vindo à comissão.

Professora Jussara, da Sociedade Pestalozzi de Niterói.

A SRA. JUSSARA SILVIA DA SILVA FREITAS – Bom-dia a todos. Obrigada pelo convite.

A Dra. Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói me solicitou que estivesse presente aqui hoje, representando a nossa instituição, porque ela está em Brasília na Conferência Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência. E eu estou muito satisfeita de estar hoje.

Fiquei contente com a oportunidade de poder participar deste debate, mas estou muito mais satisfeita depois que tive a oportunidade ouvir os presentes e, principalmente, a abertura da nossa Professora Rosana Glat. Porque uma diretora de uma faculdade de educação que diz hoje que há espaço para todos, que a modalidade de ensino, seja ela educação especial ou a rede regular, o ensino comum, é cabível de acordo com as necessidades, eu vejo uma luz no fim do túnel. Já participei de muitas discussões, principalmente em Brasília, nas representações do MEC, nas reuniões do CONADE. E sempre debati sobre essa questão. E parecia que a gente estava numa batalha. Os representantes da educação inclusiva de um lado e os representantes da educação especial do outro. E eu sempre pensei: o dia que a gente tratar da educação como um todo, tudo vai ser mais fácil. Porque eu entendo que nós temos que unir esforços e não separar.

Então, nós temos que aproveitar o que cada trabalho tem de bom. Por que alijar a educação especial nesse momento por conta de um modismo? Porque eu acho que a questão da educação inclusiva foi tomada por um modismo mundial. E aí o Brasil também entrou nessa. Agora, não podemos esquecer da importância da educação especial neste País. Porque durante décadas foram as instituições filantrópicas de educação especial que se ocuparam, que se preocuparam e que cuidaram dessa clientela e dessa população.

Agora, fica parecendo que nós que somos profissionais, que nos dedicamos a essa causa das instituições filantrópicas, enquanto APAEs, Pestalozzis, APADAs, AFACs - porque Niterói tem outras instituições, a Associação Brasileira de Autismo e outras, não é? Aqui a de Benjamin Constant. Fica parecendo que nós somos contra a inclusão. Nós não somos contra a inclusão. Infelizmente, o poder

público, o Governo Federal tem nos imposto cortes e cortes e cortes de recurso para nossa sobrevivência e para desenvolvimento do nosso trabalho.

Eu fico muito triste porque a Pestalozzi de Niterói trabalha na escolaridade com ensino, com as modalidades, com os segmentos de educação infantil e ensino fundamental no primeiro segmento até o 5º ano. E nós, desde 2000, trabalhamos com a inclusão escolar. A Pestalozzi de Niterói não atende só a crianças com deficiência. Atende crianças com e sem deficiência.

Nós nos consideramos uma escola. Uma escola que é direito de todos. E uma escola tem que estar preparada para receber qualquer aluno. Se a família optou por aquela escola, a escola tem que estar em condições de receber aquela criança. Era desejo de muitos dos nossos responsáveis, pais e alunos, pela angústia que eles ficavam. Porque até um tempo atrás, com deficiência não encontravam espaço nas escolas regulares. As mães, geralmente, têm dois, três, quatro filhos. Deslocam-se de uma escola para outra. E elas começaram a trazer essas questões para nós. E, aí, a partir de 2000, nós passamos o ano de 1999 todo trabalhando essa questão, estudando, reciclando-nos. E aí, a partir de 2000, resolvemos abrir as portas da nossa escola para a inclusão. E os primeiros que chegaram foram os irmãos dos nossos alunos com deficiência.

Hoje, nós temos muitas crianças, muitas famílias que fazem essa opção, seja porque são da localidade, porque conhecem o sistema de ensino, seja lá qual for a sua preferência, mas é um direito que elas têm. Mas, infelizmente, a nossa escola é toda, tem um projeto político-pedagógico, ela trabalha conforme os parâmetros curriculares da escola comum. Nossas crianças, que terminam o 5º ano, que seguem na escolaridade, estão lá, incluídos nas nossas escolas do Município, até na rede estadual de Niterói. E, graças a Deus, até aqui nós não tivemos conhecimento de que elas tivessem tido prejuízo pelo tempo que elas passaram na Pestalozzi.

Agora, a gente tem que fazer parceria, a gente tem que se unir, sabe? Eu acho que os Municípios, as Secretarias Municipais de Educação, e a Secretaria Estadual têm que buscar nessas instituições o que elas têm para oferecer e para somar. Porque falam do atendimento educacional especializado, que as instituições filantrópicas de educação especial deveriam se dedicar a isso. Seria muito interessante se todos os nossos alunos pudessem estar num período na rede regular, num outro período na Pestalozzi ou nas APAEs sim.

Nós não temos recursos para esse atendimento. O máximo que a gente consegue é para um atendimento, na área da reabilitação, através do Sistema Único de Saúde, mas, na área educacional, o MEC, a cada ano, corta recursos. Hoje, até para a gente inserir os nossos alunos no censo é muito difícil porque você não pode colocar um menino de 15 anos no ensino fundamental, ele já está fora da faixa etária. E o sistema, o programa do censo é fechado: ou você exclui ou você mente, você cria ali uma possibilidade para incluir aquele aluno. Por que ele vai ficar de fora?

O único recurso que a gente, hoje, dentro da nossa instituição tem vindo pelo Governo Federal é o PDDE, Programa de Dinheiro Direto na Escola, que, este ano, o ano passado, por conta de quase 4 00 matrículas, nós recebemos a quantia anual de doze mil, trezentos e poucos reais. A merenda escolar, que nos é repassada, através dos Municípios, onde recebemos recurso de R\$ 0,27 para alimentar uma criança por dia, só isso.

Os projetos educacionais, que nós tínhamos a cada dois anos, terminaram, foram cortados. Nós não conseguimos, está na lei, está escrito, está na lei, na lei de doação, que nossas instituições filantrópicas, que estão registradas, dentro do sistema de educação, dentro do Sistema Estadual de Educação, estão com as crianças no centro escolar, nós temos direito aos recursos do FUNDEB, nós nunca tivemos um repasse, um repasse. Não conseguimos fazer um convênio com a Secretaria de Educação do

nosso Município, para que a gente pudesse receber esses repasses, o que é de direito, desde 2008. Esse é um fundo que vigora até 2020, nós já vamos para 2013, estamos lutando.

Nós demos entrada na solicitação de convênio, que a própria Secretária de Educação nos orientou que fizéssemos isso - porque eu fui ao FNDE; eu estive com o profissional técnico do FUNDEB. Ele me disse: você precisa fazer um convênio com a sua Secretaria de Educação e o Município para que esse recurso possa ser repassado. E, aí, as cláusulas e como vocês vão fazer esse repasse, vocês vão ter que fazer esse acordo.

Agora, a lei diz valor, está tudo determinado. Demos entrada no convênio e o convênio foi indeferido porque a Secretaria de Educação alegou que ela não poderia dispor dos recursos dela para atender a nossa clientela, isso porque ela tem uma clientela para atender. Mas eu não pedi que a prefeitura tirasse dinheiro dos seus cofres para repassar para a nossa instituição, eu pedi que fosse repassado o valor equivalente aos alunos matriculados que por direito estão contemplados pelo FUNDEB. Gente, chega ao ponto de vocês, qualquer pessoa que for ao site do FNDE, entrar no *link* e ver a planilha das instituições, tem lá aquelas inclusive com números de alunos com direito a receber esse repasse.

Então, quer dizer que isso é um fundo, é um dinheiro que vem do Governo Federal, nenhuma Prefeitura está tirando dos seus cofres esse dinheiro para ser repassado. O que está acontecendo? Nós que temos uma escola inclusiva onde o maior número de alunos por turma é de dez a 12 alunos, onde essas crianças têm atendimento de educação física, artes, informática, onde nós temos um centro de profissionalização que coloca no mercado de trabalho aquele que tem condição. Hoje nós temos jovens que estão no Burger King, no Hortifruti, na Viação Pendotiba contratados com carteira assinada. E aí não tem o recurso para trabalhar. O SUS, Sistema Único de Saúde, diz que também só pode avalizar aqueles que estão dentro da reabilitação, então, está muito difícil.

Eu agradeço a oportunidade. A Nelma, com quem eu já trabalho, nós temos um convênio com a Fundação Municipal de Saúde para atender a rede no Município. E fico feliz de saber porque ontem mesmo a nossa Presidente Dilma, no seu discurso, quando entraram os manifestantes a favor da educação inclusiva e restrita, ela se manifestou durante a sua fala e disse que as escolas especiais também têm o seu lugar. Realmente, hoje, eu estou muito satisfeita de estar participando deste momento e de saber que existe esperança. A gente espera que haja consciência do poder público da importância do trabalho que é realizado nas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Professora Jussara, seja bem-vinda, um abraço para a Professora Lizair, figura muito querida lá em Niterói.

Professora Kátia Nunes, diretora do Instituto Helena Antipoff.

A SRA. KÁTIA NUNES – Boa-tarde a todos, é um prazer, todas as vezes em que eu sou convidada eu nunca mando, tento na medida do possível estar representando o instituto porque é com muito orgulho nós estarmos sentados para discutir a educação inclusiva. Sempre fui professora da rede há mais de 20 anos e sempre lutei por esse momento. E hoje como gestora de um departamento eu sei que quando a minha responsabilidade de implementar política de educação especial na perspectiva inclusiva eu sei de todos os desafios que a rede vai encontrar. Mas ações compartilhadas como essas vão fazer a inclusão porque a inclusão não é para ser imposta, ela é construída com responsabilidade quando você está diante de um aluno com deficiência.

Eu vivenciei, fui pioneira no atendimento domiciliar porque aquela criança estava impossibilitada de estar na escola porque as escolas não pensavam no deficiente, tanto é que elas não estão acessíveis para receber, então as escolas foram tombadas, mas diante de uma criança tem desejos. Ele dizia: tia, você vai me botar numa escola? É um desejo.

Então, você, muitas das vezes, pela sua pedagogia, chegava diante de algumas escolas e o professor dizia para você: pelo amor de Deus, não bote essa criança aqui porque se eu gostasse de deficiente eu teria procurado a educação especial. Isso era forte porque a formação humana, a pedagogia, nós, os gestores, pessoas envolvidas com essas questões, temos que pensar assim. Mas nós temos que pensar rápido. Muitos, como o meu aluno, que chegou a entrar, a escola abriu, sofreu o impacto da cidadania, da diversidade e do aprendizado. E não só ele ganhou, mas toda escola. Nesse processo que eu venho aqui hoje, quando se fala na terminalidade, quando o sujeito concluiu, ele, na impossibilidade de estar na sua cidadania, no mercado de trabalho, não pode porque...

Essas questões o Município vem implementando a política e não está sendo fácil assim não. Eu estou, atualmente, com 42 mil professores; onze mil deficientes. Eu vivenciei minha vida toda com deficientes e vivo hoje; e quando chega um aluno com deficiência, eu vejo que não sei nada porque ele vai me apresentar o que tem de necessidade. Não adianta eu estar comprando equipamentos e recursos se eu não conheço o aluno e a escola. Quando eu estou diante daquela escola, é na discussão, é no discurso. Se ele está impedido de entrar, qual a questão da dificuldade de entrar; é ali dentro, todo mundo num canto.

Eu acredito na escola para todos. Eu não acredito na escola para alguns. Por que para o deficiente a imposição? Cadê os hiperativos? Por que não tem esses questionamentos para os com dificuldade de aprendizado? Mas se a mãe chegar para fazer uma matrícula e quiser levar seu filho cadeirante, não tem vaga. Muitas vezes, ela omite para poder efetivar uma matrícula. E hoje não. E ninguém chega diante de um aluno e pergunta. Quando ele entra, ele diz: tia, eu quero aquela turma. Se é da idade dele, é onde ele tem que estar. Mas para cadeirante não: ele vai para classe especial.

Então, não se pergunta. Isso não é educação que é melhor: tem que ser aquilo que a escola realmente precisa. Sei que a minha responsabilidade de formar profissionais especializados é um grande desafio, mas estou procurando parcerias com as universidades, com vários parceiros de outros Municípios. Hoje, de dois anos para cá que eu estou na direção do instituto, nós saímos de 300 e poucos para 2.500. Ainda é pouco gente. Professores também não querem. Eu não quero, mas é minha responsabilidade e eu quero fazer de educação de qualidade.

A educação se faz com ações. Todos os dias, todos os momentos nós estamos implementando políticas com aquilo que vem do campo. As redes de apoio têm que funcionar; dos motoristas dos ônibus até a gestão da escola, nós temos que funcionar. Porque se faz a inclusão com realmente informação. Não acredito que tenha preconceito. Existe desinformação. Todas as vezes que venho, hoje tenho certeza absoluta que nós avançamos muito, mas ainda falta muito. Não consigo hoje dizer para vocês, efetivamente, se ainda temos muito a caminhar e que vamos efetivar essa qualidade, mas tenho certeza de que o que nós avançamos já tem um retorno de avaliação satisfatório. Mas o meu aluno, nosso aluno – os alunos da rede do Brasil – precisam ter aquilo, que é a Educação que é de direitos deles. E há muitos anos eles estavam na escola e quando eles chegam na escola, pelo tempo que ficou em casa, tinham uma defasagem de idade e dava uma deficiência intelectual que ele não tinha. Foi o tempo que ficou esperando a rede se preparar.

O grupo: ah, não, o professor ainda não está preparado e então, não bota isso, espera um pouquinho mais... Família para dentro da escola: ah não, mãe, ainda não tem... Acabou. Hoje é o lugar melhor para ele é aquele lugar onde ele vai desenvolver e vai aprender. Agora, acredito sim numa escola para todos e o quem vai dizer o melhor momento para eles são eles. São eles que vão dizer. Não adianta botar aqui que eu não desenvolvo: aqui é o melhor.

Mas vamos chegar a um momento que isso vai ser tão natural que nós vamos rindo desse momento, mas eu acredito realmente, Deputado, que precisamos com todos os envolvidos. Todos os momentos que vocês me convidam, eu estou presente, porque eu vivenciei mais de 20 anos. Eu sofri na

pele crianças precisando ir para a escola: alguns faleceram e não foram. E hoje, estamos ali dentro e eu vou estar nessa luta de implementar políticas. E eu quero ser realmente um gestor de ações compartilhadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigada, Prof. Kátia. Leve nosso abraço aí à Rede Municipal do Rio de Janeiro e também ao Instituto Helena Antipoff.

Prof. Teresinha, Presidente da UPPEES, nossa última intervenção, como sempre muito esperada por nós; e, depois, os Srs. Deputados.

A SRA. TERESINHA MACHADO – Boa-tarde a todos. Eu quero dizer que hoje eu estou na presidência do sindicato, mas a minha formação é de assistente social, orientadora educacional e advogada. Eu, durante toda a minha vida, militei na educação. Antes, como assistente social; depois, como orientadora educacional. Hoje, estou na defesa da categoria do magistério. Foi muito bom, e eu sempre digo isso, eu quero agradecer aos Deputados por esta oportunidade de nós estamos aqui falando de um assunto tão complexo.

Eu acho que, na minha experiência, agora, no sindicato, e antes, nas escolas, nossas escolas não estão preparadas, agora, para a inclusão; que nós não podemos deixar de investir nas nossas escolas especiais e nas escolas filantrópicas. Eu acho que elas é que deveriam encaminhar as crianças para as escolas, porque eles é que sabem qual a criança que pode ser incluída e qual a que não pode ser incluída.

Logo que entrei para o magistério, ainda como professora formada no curso Normal, eu tinha, na minha turma, um aluno excepcional. Não sei que tipo de problema era o dele, e um dia eu perguntei para a diretora: o que faço? Não faz nada, Terezinha, ele está aí para adquirir o diploma de 5ª Série. Ele era filho de uma professora. E eu não fazia nada, ele não aprendeu nada.

Eu acho que temos que atentar para alguns problemas da nossa educação. Vou passar para a Márcia, que é psicóloga e vai falar melhor sobre a inclusão.

Por exemplo, no PISA, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Brasil tirou o 39º lugar entre 40 países. Só ficou abaixo do Brasil a Indonésia. A Finlândia e a Coreia do Sul ficaram em primeiro e segundo lugar nessa avaliação. No Enem, nossas escolas particulares, neste ano, perderam pontos por alguma coisa que a gente já vem falando há muito tempo: nós não temos professores. Ninguém mais quer ser professor. Não vou entrar em detalhes sobre o porquê, todos nós sabemos.

Acho que o professor, para tratar de uma criança especial, ele tem que ter condições de tratar essa criança especial. Inclusive, a UPPEES está com um convênio com a Faculdade Maria Thereza, em que os professores filiados à UPPEES pagam R\$ 90,00 pelo curso de inclusão. Não estão preparados. Não é simplesmente porque uma lei diz que deve ser assim, que a gente tem que fazer. A lei diz para não matar e estão matando.

Ouvi muita coisa aqui e acho extremamente penoso proibir a matrícula nas escolas especiais. Durante muitos anos, venho acompanhando a Escola Anne Sullivan, que vem pedindo à Secretaria de Educação a ampliação de suas instalações porque funciona nos fundos de uma escola e ali foi fechada a matrícula. Ora, nós vivemos num país democrático. Eram mais de 300 crianças, na ocasião, esperando vaga. Por que fechar as escolas especiais, se a gente pode conviver com essa diversidade?

Também quero falar de uma criança especial, que é difícil também na escola regular, que é o superdotado. Quem quiser, eu recomendo o livro “Dibs: em Busca de Si Mesmo” porque vai mostrar como a criança superdotada, também, é muito difícil de ser reconhecida e de estar numa escola.

Temos 9,4% de analfabetos; 22% de analfabetos funcionais. Estamos precisando de professor de física, química etc., etc. Faltam professores de várias matérias. Nossos professores estão deixando a escola. Por onde passo não falam com o Secretário de Educação não, pelo contrário. Até quero dizer que respeito muito o Secretário e admiro o trabalho que está fazendo. Ele é um bom Secretário, mas quando chega lá é ovacionado. Claro. Tem feito boas coisas. Mas quando chega a UPPEs, a gente escuta a verdade que o professor fala: da falta de condição de trabalhar. Essa escola vai receber mais esse encargo sem estar preparada?! É isso que acho que temos que refletir, principalmente os Deputados da Comissão de Educação. Peço de modo especial à Deputada Clarissa Garotinho, que tem uma bela carreira pela frente, ao Deputado Comte Bittencourt, ao Deputado Márcio e ao Paulo Ramos que pensem direitinho sobre isso. Não deixem que essas escolas fechem.

Falaram aqui da Argentina, mas a Argentina está numa crise terrível. Se formos à Alemanha, vamos encontrar uma escola de educação especial modelo. Tem criança que não pode ser incluída. Não podemos incluir de qualquer maneira essa criança nas turmas regulares. Essa é a minha preocupação. Isso o que vim aqui falar, hoje. Acho que devemos ter cuidado.

Vou passar para a Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Prof^a Terezinha.

A SRA. TEREZINHA - Muito obrigada a vocês pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Prof^a Márcia.

A SRA. MÁRCIA CARDOSO – Boa-tarde a todos. Acho que o mais importante, a partir de hoje, é que se desmistifica a questão da escola especial e da escola inclusiva. Enquanto estamos neste embate, eles estão lá aguardando uma política educacional, uma escola de qualidade, material específico; os professores estão aguardando os salários; os professores estão aguardando a formação. Então, estamos todos no aguardo.

Acho que a política educacional no nosso Estado está aguardando já há algum tempo várias reformas que precisam ser feitas. O centro vai ser importantíssimo porque vamos saber onde essas crianças estão para criar instrumentos de avaliação, instrumentos de modulação dessas salas de aula para que esse professor, com uma turma entre quarenta e cinquenta alunos, tenha lá dois ou três especiais. Que ele possa ter uma modulação diferente. Para as salas inclusivas a gente precisa ter essa noção do Estado, principalmente nas regiões mais afastadas. A gente tem ido muito lá: com o isolamento de algumas regiões fica mais difícil o acesso.

Acima de tudo, o pessoal da Secretaria de Educação deve sair já para o ano 2013 colocando no seu calendário uma política de capacitação para os professores para que já iniciem o próximo ano com algumas expectativas e perspectivas de formação. Algumas coisas precisam ser feitas para algum tempo atrás. Essa é a preocupação do sindicato: com a formação desses professores, com o aprendizado desses alunos – a gente sabe que quando o professor não consegue dar conta do processo pedagógico e do processo do aprendizado se angustia, deprime-se. Considera-se responsável: ele que não deu conta daquele aluno. Às vezes, o que tem por trás é toda uma política que precisa ser desenvolvida para que possa dentro da sala de aula exercer da melhor forma possível a sua função.

Então, é algo que preocupa bastante o sindicato. A gente está junto com os professores não só na relação com o aluno ou a pessoa com deficiência. Que a gente também possa dar autoridade para as famílias porque, na realidade, escolhemos as escolas onde nossos filhos vão estudar. Todos têm o direito de escolher que escola o seu filho vai estudar, seja que escola for, desde que tenha qualidade e que o Estado, também, disponibilize – porque tem um número muito reduzido, são praticamente duas escolas de referência no Estado do Rio todo – para o ano de 2013 mais escolas polos para que o Estado amplie. Essa

discussão, para muito professores, hoje, ainda é algo que nem começou a acontecer. Que possa começar a acontecer, senão, não vamos sair daqui.

Hoje, a preocupação do sindicato é com essa política. A gente vê o quanto o Estado precisa investir em educação.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Prof^ª Márcia. Seja muito bem-vinda aqui representando a UPPES.

A SRA. MÁRCIA CARDOSO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Com a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO – Para mim foi uma grande oportunidade ouvir as contribuições de pessoas que no dia a dia convivem com crianças, com adolescentes, com pessoas com necessidades especiais, portadoras de deficiência. esse é um tema sob o qual pretendo me debruçar mais. Conheço pouco. Acho o tema extremamente delicado. Acho que a gente sai daqui com algumas questões bastante claras, pelo menos foi o que pude resumir.

O primeiro ponto: é a necessidade de um centro geral. Porque não basta que a gente tenha um centro para quem está incluído. A gente precisa, exatamente, ter um centro de quem precisa ser incluído para saber qual é a melhor forma de incluir e dar o atendimento adequado a essas pessoas.

O segundo ponto: a questão da certificação dos alunos com deficiência. Acho que sairemos daqui com avanço com a proposta do Deputado Comte Bittencourt de uma legislação específica para que essa questão seja regulamentada, até como um incentivo para o próprio aluno, para os próprios familiares. Não dá para ter o mesmo tratamento. É preciso um julgamento diferenciado.

O terceiro ponto: a questão, que ficou muito clara para mim, do debate sobre a educação inclusiva e da educação exclusiva. Acho que cada indivíduo tem um sentimento sobre a sua realidade. Cada pai, cada mãe, cada familiar enxerga essa questão de uma maneira diferente: alguns vão preferir que o seu filho fique numa escola inclusiva, outros vão preferir que os seus filhos fiquem numa escola com educação exclusiva. Essa questão da família precisa ser respeitada. Quem convive no dia a dia com uma criança que tem uma necessidade maior de atenção merece ser ouvido. Se existe fato para as duas questões, então, as opções têm que ser dadas à população para aqueles que querem educação inclusiva e para aqueles que querem educação exclusiva. É preciso respeitar o que cada pessoa, o que cada família tem como um olhar diferenciado sobre a situação do seu filho.

O último ponto, que considero extremamente importante, é a questão do aporte de recursos. A Nelma falou uma frase que resume tudo: a educação, inclusiva ou exclusiva, a para pessoas com deficiência, com necessidades especiais é cara; porque exige uma qualificação dos professores – por ali a gente tem um componente emocional a mais, um componente físico a mais, uma técnica diferenciada –, também a necessidade de equipar as salas de aula, equipar as escolas. Esses equipamentos, tanto da estrutura da escola como os que cada aluno necessita, são caros. Acho que essa é uma questão que merece toda a atenção.

A Presidente Dilma, recentemente, tomou uma posição polêmica, ousada, que divide opiniões, que foi destinar 100% dos royalties do petróleo do pré-sal para a educação. Hoje mesmo tem uma matéria dizendo que os Governadores são contrários a isso porque a gente sabe que quem administra entende a necessidade da saúde, do transporte. São tantas questões. Mas, enfim, é uma questão polemica. A Presidente tomou uma decisão. É isso mesmo: quem está no Executivo tem que tomar decisões, pode agradar a um e desagradar a outro. Mas essa medida da Presidente de destinar 100% dos royalties do pré-sal para a educação pode nos levar a um diálogo – que me veio aqui à mente – que poderemos ter com a

Presidente da República e uma articulação, principalmente dos movimentos, com o Congresso Nacional para que uma parte desses recursos do pré-sal que estão sendo agora carimbados para a educação, um percentual, que seja 5% ou 10%, voltado para projetos de educação inclusiva e exclusiva. Porque acho difícil se a gente tiver uma receita carimbada dessa maneira, nós vamos obrigar a máquina pública, os Municípios e o Estado a avançarem nessa questão. Eu acho que é uma questão fundamental porque remete ao respeito às diferenças, à inclusão na sociedade. Acho que uma sociedade que pensa dessa maneira é mais justa, mais solidária. Acho que podemos avançar nessa questão.

Existem Deputados no Congresso Nacional que defendem essa causa, tenho certeza que outros também se mobilizariam por ela. A Presidente tem sido muito sensível a essas questões. Ela foi vaiada recentemente porque se colocou de uma maneira equivocada quando se referiu aos portadores de deficiências, mas ela imediatamente se corrigiu. Num momento de pressão, quando foi falado da educação inclusiva e restrita, soube reconhecer o papel da educação exclusiva; ela está enfrentando aqueles que não querem os royalties do pré-sal destinados exclusivamente para a educação. Ela está tomando posições ousadas, tem pontos que eu concordo, tem pontos que discordo. Mas acho que se ela tem essa sensibilidade, cabe neste momento sensibilizar o Congresso Nacional. E que os próprios movimentos se unam a outros movimentos de outros Estados e peçam uma audiência formal com a Presidenta da República. Porque acho que é possível nessa questão do carimbo de receita se avançar nesse ponto para resolver essa questão do aporte de recursos, sem isso fica difícil avançar.

Agradeço a cada um de vocês pela oportunidade de aprender muito nesta manhã.

O SR. COMTE BITTENCOURT – Muito obrigado, Deputada Clarissa Garotinho.

Deputado Márcio Pacheco, que tem dado uma valorosa contribuição a este debate no Parlamento Estadual.

O SR. MÁRCIO PACHECO – Deputado Comte Bittencourt, Presidente desta Comissão; Deputada Clarissa Garotinho; professores, diretores, saúdo todos vocês e agradeço a oportunidade de estar aqui, como suplente da Comissão de Educação e Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. Celebro a maneira como o Deputado Comte Bittencourt tem tratado esse tema na Casa, um tema muito importante, polêmico, difícil, sobre o qual temos que refletir e precisamos avançar nas questões concretas.

Fiz algumas perguntas à Secretaria de Educação e vou levantar uma questão de ordem para contribuir nesse debate que fazemos há bastante tempo na Casa. Primeiro, fico muito feliz com as falas porque cada vez mais o Estado avança no sentido de que não se trata de uma batalha sobre se a educação especial é boa ou se a inclusão é boa. Há um consenso, todos querem inclusão, temos que ver a forma de como isso se dará para atender de fato quem precisa ser atendido, que são as crianças e as famílias.

Por outro lado, a educação especial luta pelo seu empoderamento porque historicamente o modelo filantrópico das escolas especiais se dá numa centena de anos. Esse modelo se deu por uma ausência do Estado. Esse modelo filantrópico de necessidade das escolas especiais se dá por modelo de uma realização onde o próprio estado se omitiu, querendo ou não, na necessidade que essas crianças fossem incluídas. O INES e o IBC nasceram há 100 anos. Se não houvesse essas escolas, cegos e surdos não estudariam. As APAEs e as Pestalozzis agem dessa maneira.

Eu me encanto muito quando vejo a Prof^ª. Rosana e a Prof^ª. Nelma. E cada vez aprendo mais e louvo pelo fato de a técnica se estender além- muros, são doutores. Mas não podemos esquecer de que quem começou a falar disso foram os pais, que não sabiam lidar com a situação; eram doutores, mas doutores da vida. Há cem anos, quando nascia um filho com paralisia cerebral, ele não tinha a menor ideia de que seu filho, apesar de ter paralisia cerebral, podia ter o seu intelecto todo preservado. Crianças, nos

Estados Unidos, poucos anos atrás, eram colocadas dentro de avilamento e abrigo, levando choque; e tinham seu intelecto preservado, tendo elas paralisia cerebral severa. Em todo respeito, da qual eu vou dizer, as crianças que aos olhos podem inclusive causar espanto, babando ou mesmo não conseguindo se comunicar, são detentoras de inteligências incríveis.

Bom, todos aqui sabem o que eu estou dizendo. O que eu quero colocar é que, uma vez não sendo esse um debate aqui no Estado do Rio de Janeiro, um duelo, é hoje uma política sendo implantada pelo MEC. Aos poucos, o MEC, através de suas assessorias, vem querendo implantar, sim, um modelo de inclusão efetiva impositiva a qualquer custo nas escolas. Isso é perigoso, inclusive anunciando, há pouco tempo, o fechamento de escolas importantes, como INES, IBC, as APAES. Se não foi feito o fechamento, está acontecendo mesmo o avilamento, o que é pior, é o fechamento velado das instituições. Não vamos fechar, mas, aos poucos, os recursos não chegam. Há, sim, uma tendência ao esvaziamento dessas instituições, de uma política efetiva que está dentro do Ministério da Educação. Agradeço muito a posição da Presidenta Dilma, que vem dizendo “há lugar para todos”. Eu não pude ouvir a fala da Professora Rosana Glat, mas eu conheço a fala, a Professora Nelma Pintor. E sei e agradeço muito a doutores falando deste tema, dizendo: olha, é possível, sim, que o Estado faça um encontro dessas realidades. Nós estamos falando de pessoas, não estamos falando de números.

Eu, primeiro, quero dizer que o MEC precisa receber de nós – nós, digo Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – também um posicionamento. Por que digo isso? Porque hoje há uma tendência real de que se olhem as pessoas com deficiência – isso foi acontecendo através das políticas, e vou explicar por quê – principalmente as entidades, as associações sejam vistas como instituições de assistência e não instituições de educação e saúde, visto que muitas instituições hoje sobrevivem de convênios ligados à FIA, ou seja, o primo pobre do recurso. Por que digo isso? Se muitas dessas instituições, no seu escalonamento de atividades, fossem encaradas baseadas na sua expertise, estariam recebendo não convênio da FIA, estariam recebendo recurso da educação, recurso da saúde, especificamente instituições que fazem o trato de reabilitação recurso da saúde e não recurso de assistência. É uma associação que trata especificamente da área educacional? Precisa sentar com a Secretaria de Educação para receber recurso da Secretaria de Educação. Agora, o que não pode acontecer é não pode receber recurso da Secretaria de Educação, mas recebe recurso do Estado, da Secretaria de Assistência, com um pires na mão. É o mesmo Estado que paga! Se é o mesmo Estado que paga e continua pagando, por que fazer a Pestalozzi e a APAE – cito as duas que estão aqui presentes – se conveniarem com a assistência sem serem elas só de assistência? Porque é um equívoco na política. Então, é preferível, Deputado Comte Bittencourt, que o Estado diga “não queremos”.

Então, nós vamos potencializar os nossos equipamentos para fazer. Agora, o que está acontecendo, é uma política equivocada. Por quê? Coloca-se na assistência como se fosse um favor. As associações, sistematicamente, têm que comprovar a sua idoneidade e não conseguem...

V. Exa. acompanhou aqui a luta que tivemos para que a FIA não perdesse 12 milhões de orçamento. 12 milhões. Iam fechar 40 instituições de pessoas com deficiência em nosso Estado. Quarenta! Dentre elas, a APAE e a Pestalozzi. E eu pergunto: o Estado colocaria equipamentos para suprir a educação dessas crianças? Não. Não há equipamentos, hoje, no Estado do Rio de Janeiro, capazes de suprir essa necessidade. Se não há, pelo princípio da subsidiariedade, é necessário que o Estado atente pelo fato de que essas instituições não são mendigos, são parceiros; e, como parceiros, há ônus e bônus. Muito bem, vocês são parceiros nossos, portanto, terão a responsabilidade, se enquadrarão nas realidades educacionais. Ora, nenhuma APAE ou Pestalozzi está dizendo: olha, queremos educar, mas à nossa maneira, não admitimos o que o Estado nos apresenta. Nunca ouvi isso de um presidente de APAE ou Pestalozzi, nem da Anne Sullivan, que conheço muito bem. Ou seja, nós não queremos o que o Estado nos apresenta. Não, queremos parceria. Eu conheço associações em que os educadores trabalham no Estado, portanto, respeitam o modelo aplicado.

O que eu quero trazer, como questão de ordem, é que precisamos fazer uma nova audiência, não uma audiência propositiva no sentido de mudar o modelo: a apresentação de um novo modelo no Estado do Rio de Janeiro. E o chamamento do secretário, até mesmo do governador, no sentido de olhe o que está acontecendo com a educação inclusiva no nosso Estado. Temos, pelos dados que me foram enviados agora, um milhão de matrículas, quatro mil atendidos no Estado com deficiência. Niterói nos apresenta 28 mil matrículas, mil com deficiência.

Quero dizer que eu, como Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, já encontrei crianças encoleiradas, presas à grade das suas casas porque não têm escola para ir. Crianças de 16 anos na coleira, presos às grades das suas casas. Visitei a casa dessa mãe e ela me disse: ele quebrou as quatro costelas - porque era um menino enorme - e nenhuma escola aceita meu filho. Essa é a realidade. E ela não tem recursos para levar esse jovem a nenhum lugar.

O que eu quero dizer é que se nós não mudarmos o modelo, ou seja, identificarmos esse jovem, essa criança como um ser humano completo, onde ele é educação, ele é lazer, ele é cultura e não só assistência, o Estado penará com essa realidade em que dizemos que as escolas estão prontas - e elas não estão - e nos submetemos a uma realidade do MEC absolutamente autoritária, não equivocada no conceito, mas num tempo absurdo. Porque no conceito não há ninguém, em sua consciência, que seja contra incluí-los nas escolas. Pergunte a um pai que mora em Belford Roxo e que tem que trazer seu filho se ele preferiria que seu filho estudasse ao lado de casa. É muito simples. Pergunte a ele. Agora, pelo princípio da substituição da política, ou seja, é por óbvio, a mãe só fará isso quando se sentir contemplada.

Eu pergunto: quantas salas especiais no Estado do Rio de Janeiro? Quantas salas de recursos? Quantos professores capacitados e qual a periodicidade do curso de formação? Quantos professores de apoio contratados para os casos mais severos? Como está a situação dos alunos maiores de 18 anos na rede estadual? É outro problema, porque esses alunos se encontram em programas à noite, às vezes, em lugares ermos e aí não conseguem ir.

Houve denúncias de negativa de matrícula. Eu encaminho muitas aqui na Comissão da Pessoa com Deficiência e vou encaminhá-las todas à secretaria de Educação, onde diretores dizem: não quero matricular essa criança. Tenho denúncias aqui na Comissão da Pessoa com Deficiência.

Tantas escolas estão de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT no Estado do Rio de Janeiro? E, por fim, uma vez encaminhada a questão de ordem de que nós temos que trazer para esta Casa - V. Exa. é o pioneiro nessa questão. Estou falando de Educação e ninguém entende educação como o Deputado Comte. Por que eu trago isso? Para mudar o modelo, é preciso que se sente a essa mesa, nesta Casa, a Secretaria de Educação, a Casa Civil, Planejamento, os Deputados, para que a Secretaria de Assistência, para que as pessoas comecem a entender que as associações precisam ser tratadas como parceiras. Porque nesse bolo de 153 associações da Rede FIA, 95 são de pessoas com deficiência. Nem todas são educação: algumas são reabilitação; algumas são lazer.

Agora, podem todas essas instituições estar no bojo da assistência? Isso é preconceito. Por quê? Porque há dinheiro público envolvido nisso. Se o Estado está pagando, ela sela essas instituições com apenas assistenciais. Isso é um absurdo nas políticas públicas. Então, as assumo ou as deixo.

Em minha opinião, é preciso que se tragam essas associações - e aí falo de educação -, é preciso que se faça um balanço, um senso das instituições, que são ligadas à educação no Estado do Rio de Janeiro, que venham sentar a esta mesa e que discutam a nova política de educação inclusiva no Estado do Rio de Janeiro, onde há aporte de recursos da educação para elas através de convênio e parcerias ou não efetiva aplicação e fortalecimento da escola regular propondo às escolas que elas estejam preparadas.

Eu gosto muito da opinião do nosso amigo presidente da APAE de Friburgo. Acredito que os técnicos dessas associações, hoje, no decorrer do tempo em que eles avançaram na sua expertise, podem contribuir muito com a formação dos professores. O INES e o IBC podem contribuir muito com a formação dos professores para aprender a lidar com a deficiência visual e a auditiva nas escolas regulares. Usar esses equipamentos, conveniar os equipamentos e os professores para esse convívio. A técnica é muito boa, mas o convívio de quem é irmão é o melhor alunato.

Então, eu encerro a minha fala, presidente, eu quero encaminhar que V.Exa., junto com a Comissão da Pessoa com Deficiência, seja também o levantar a bandeira de uma remodelação do modelo, retirar a ideia de que pessoa com deficiência é assistência, de que educação de pessoa com deficiência tem que ser tratada na educação e hoje, presidente, é uma denúncia que faço. Educação da pessoa com deficiência nas associações é tratada como assistência, como favor. Isso é um equívoco para o Estado e nós ampliaríamos muito mais o nível de inclusão se fizéssemos tratando o que é educação na educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Deputado Márcio Pacheco.

Para encerrar, fazendo as considerações finais, a nossa convidada especial do encontro, Dra. Rosana.

A SRA. ROSANA GLAT – Eu queria agradecer muito. Para mim, foi uma sessão de aprendizagem. Foi muito interessante ouvir as diversas falas. Fiquei muito satisfeita porque a gente que não frequenta o legislativo, nós temos certo preconceito de Deputados e Vereadores, Parlamentares de um modo geral. E eu vejo um interesse propositivo. Eu acho que é fundamental.

Eu acho que a educação especial precisa ganhar mais força dentro da Secretaria de Educação. Eu tenho convivido mais com a Secretaria Municipal, até pela pesquisa que faço, mas eu acho que é importante, para atender a esses diversos modelos. Eu acho importante a gente poder montar um trabalho em conjunto. Aí entram as universidades, a UERJ, a UENF, outras universidades do Estado, para fazer um senso, achei interessante o que o Deputado Márcio passou, um senso qualitativo, não só quantitativo, é importante identificar o que está sendo oferecido de fato. E partir do real. O Brasil é o Brasil, o Estado do Rio de Janeiro é claro que é caro, não vamos ter todos os suportes, mas partindo das experiências que estão sendo realizadas, e poder somar esforços.

Eu acho que temos que parar de discutir essa questão do local. Inclusão é geral. Agora, tem que ter um mote, a escola especial – eu falo isso muito à vontade, porque milito na Federação Nacional das APAEs – a escola especial não pode ficar um fim em si. E, na medida em que sai da assistência, ela perde esse valor. Ela tem que ser uma escola, ela tem que oferecer educação.

Achei muito interessante quando foi colocada a questão dos jovens mais adultos, de jovens e adultos. É uma preocupação. Sei que o município do Rio de Janeiro sempre teve essa preocupação, porque classes especiais passavam a ser um fim em si. Ele não tem como ir, não adianta também inchar o EJA. O que está acontecendo muito é que o EJA está virando uma classe especial, com todos os defeitos das antigas classes especiais, um depósito, não só os alunos... O EJA, que era uma modalidade antigamente, as pessoas que deixavam de estudar ou não tinham oportunidade de estudar, agora é o fracasso escolar. E, nisso, estão entrando pessoas com deficiências, algumas bastante pronunciadas.

Eu concordo com a Professora Nelma, acho que, a princípio, a escola cabe para todos. Agora, o modelo, o que vai acontecer naquela sala de aula, eu não sei se todos podem estar numa turma comum, até porque em termos da idade. A gente tem que pensar também em termos de faixa. Uma coisa é uma criança... As crianças pequeninhas agora estão sendo criadas dentro do modelo de inclusão, que estão no jardim... Acho que a educação infantil, em minha opinião, ela tinha que ser inclusão, aí, sim, eu defendo

ampla, real e irrestrita, porque as crianças... Nós não sabemos até onde cada criança vai poder ir. E outra coisa é um sujeito que está com quinze anos de idade, mal fala, tem uma série de outras... Não dá para pegar o trem que passou na estação. Esse sujeito tem que ser pensado em termos de uma profissionalização.

Eu tenho oportunidade, eu participo, eu acho que poderia dar... Do Conselho Superior da FAETEC, que também é do Estado. E a FAETEC tem um programa muito bom de inclusão, na Rede FAETEC; e eles têm também uma escola especial, para alunos com deficiência intelectual, a Escola Favo de Mel. E nós estamos tendo agora, por exemplo, uma experiência muito interessante na UERJ, ainda é em nível de pesquisa, que é uma tese de doutorado, e que a UERJ tem convênio de alunos dos cursos técnicos da FAETEC. E nós abrimos, também, com os alunos da escola especial com deficiência intelectual, que eles fazem os cursos profissionalizantes especializados, são alunos muito prejudicados, que não conseguiram ser incluídos na rede, como alguns são, e eles estão fazendo estágio lá na UERJ, na Faculdade de Educação, auxiliar de escritório, de limpeza, como todo os mais... Eu acho que a gente tem que abrir essas possibilidades.

E eu agradeço novamente e coloco a Faculdade de Educação à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, Professora Rosana. Eu é que agradeço em nome da Comissão. A UERJ tem sido uma instituição sempre presente aqui em nossos debates, aliás, todas as universidades do Estado, que

o tema que a Comissão se debruça permanentemente. Seja muito bem-vinda.

Quero pedir à assessoria da comissão que já colha essas indagações do Deputado Márcio Pacheco para transformarmos num requerimento de informação ao Secretário de Estado, lembrando aos Deputados, na próxima quarta, a presença do Secretário de Estado Wilson Risolia, na sessão onde se presta contas do ano que está se encerrando e perspectivas do próximo ano. Bom momento, inclusive, já convido o Deputado Márcio Pacheco e já solicito à assessoria do Secretário Risolia, até para que instrumentalize o Secretário sobre essas indagações aqui trazidas, para que ele possa, na próxima semana, fazer as devidas considerações.

É uma semana especial para a educação. A Deputada Clarissa Garotinho lembrou, com propriedade, assim como outros se referiram, primeiro, na questão do posicionamento firme da Presidenta Dilma nessa questão, que tipo de atendimento faremos ao portador de deficiência. Ficou muito claro na posição da Presidenta Dilma, ontem, que a escola especial tem o seu papel, tem o seu lugar, tem o seu espaço, como defendido por todos aqui. Ficou claro. E então precisa, Conselheiro Mansur, que a Deliberação 301 de 2005 seja revista. Porque se há na concepção do sistema de educação que todas as escolas têm que ser inclusivas, por que ter uma regra específica para a escola especial? Fica um questionamento para o conselho. Porque se todas, pela lei, têm que respeitar as normas técnicas, as adaptações devidas, o quadro qualificado, por que serem tratadas como escolas especiais?

Então, a primeira sugestão que já faço, em nome da comissão, que V. Sa. leve ao pleno do conselho uma revisão desse tratamento específico da Deliberação 301. Ou seja, muito do que a Deliberação 301 trata tem que ser exigido a todas as escolas na Deliberação 310 de 2010, a nova deliberação que autoriza a abertura de escolas. Não. Então, ou seja, a Deliberação 316 tem que ter um tratamento específico de exigência para que todas as escolas do sistema, em sendo autorizadas a funcionarem, precisam estar preparadas, seguindo as exigências mínimas para a escola inclusiva. Só assim, nós vamos, pelas ferramentas da legislação, garantir que de fato tenhamos uma rede inclusiva. Seja uma escola com mais alunos com deficiência, mas também preparada, como já faz a Pestalozzi de Niterói, a receber aqueles que não têm deficiência. Ali é uma escola, como muito bem lembrou o Deputado Márcio Pacheco, só dessa forma nós vamos começar a tratar todas essas instituições de unidades como escolas, e

não como área de assistência social. Então, a regra, Conselheiro Mansur, tem que ser para todos. Uma regra igual para todos.

Fica a nossa sugestão ao pleno do conselho. E fica o nosso compromisso, senhoras e senhores Professores, Sras. e Srs. Deputados, de promovermos uma iniciativa legislativa em conjunto com todos os Deputados da Comissão e também da Comissão de pessoas com deficiência, primeiro a questão da certificação de conclusão do ensino médio. Vamos criar uma lei para isso. E de repente, na própria lei já acolhendo a sugestão da Deputada Clarissa Garotinho. Como disse muito bem a Presidenta Dilma Rousseff, a escola especial é uma escola e tem o seu lugar. Nós temos que garantir recursos para que demos lá os gestores, e ordenadores de despesas as ferramentas necessárias para que não sejam penalizados pelos técnicos do TCE, porque não dá mais para que essas instituições sejam imputadas e seus dirigentes improbidade administrativa pelo TCE porque recebem indevidamente recursos para esse atendimento, sem o processo licitatório, o que é uma loucura esse entendimento, é uma loucura. Hoje, essas pessoas que se dedicam a uma vida inteira ao atendimento de pessoas com algum grau de deficiência, estão sendo aí processadas, existe aí representação de Ministério Público, de improbidade administrativa, muitas delas, porque são gestoras de um convênio, tanto elas quanto os gestores ordenadores, de um convênio que não passou pelo processo licitatório da 8.666, o que é uma loucura completa.

Então, vamos tentar construir uma legislação que a gente possa contemplar essas questões todas, ou seja, a certificação da conclusão do ensino médio, a questão da educação independente da modalidade da unidade, todas serem consideradas escolas, e poderem receber, quando não forem com finalidade lucrativa, poderem receber recursos sem a necessidade do processo licitatório.

Professora Rosana, quero agradecer a Senhora e em seu nome agradecer a todos, Secretarias Municipais do Rio e de Niterói, entidades: Pestalozzi, Secretaria de Estado, levem lá as nossas considerações ao Secretário Risolia, e as APAES, Pestalozzi, Conselhos, a UPPES. E tenho certeza de que não resolvemos tudo, aqui, seguramente, mas demos aí alguns passos, finalizamos algumas iniciativas e temos muito trabalho, no próximo ano, nesse tema.

Mais uma vez, muito obrigado a todos. Está encerrada a nossa audiência.

ANEXO E – Audiência pública realizada em 14.08.2013 – AP5



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E DEBATES

Comissão de Educação

Reunião realizada em 14 de agosto de 2013

Não se tem certeza sobre a grafia de determinadas siglas (vide pgs. 11 e 13).

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – São 10h34, temos aí uma toleranciazinha pelo deslocamento e também pelo funcionamento nesse momento das entradas da Casa, com o controle um pouquinho mais rigoroso, decidido pela Mesa Diretora, e aí vamos aguardando a informação da assessoria se todos os nossos convidados já teriam conseguido acesso às instalações do Poder Legislativo.

Então, vamos dar início à nossa audiência pública, intencionalmente marcada para a data de hoje a pedido de algumas entidades que representam o movimento das escolas especializadas no atendimento dos portadores de deficiência, já que na semana passada, deputado Márcio Pacheco, iniciou-se uma luta para derrubar uma emenda de iniciativa do Senado com relação à Meta 4 do Plano Nacional de Educação, que prevê a convivência da chamada escola regular inclusiva, a rede inclusiva, com as escolas especializadas. Parece que há uma iniciativa de emenda do Senado mudando esse item da Meta 4. A Meta 4 originalmente prevista - inclusive, um debate que fizemos aqui por duas oportunidades e fizemos também o conjunto, deputado Márcio Pacheco, eu não sei se v. exa. participou em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, aqui na sede do Mec, no Palácio Capanema, tem uns dois ou três anos. Fizemos esse debate conjunto quando naquele momento já existiam indícios de que setores do parlamento federal e o próprio Ministério da Educação advogavam a oferta dessa matrícula só pela escola regular inclusiva, então, essa meta, depois de um movimento nacional, parece-me que foi alterada pela comissão especial que tramitou na Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Educação. E a redação ficou da seguinte forma: colocou-se na universalização da educação de quatro a dezessete anos a oferta ser preferencialmente na rede regular com inclusão. Preferencialmente.

Então, esse termo “preferencialmente” abriu a perspectiva da oferta das escolas especiais especializadas continuarem, o texto que está sendo proposto hoje no Senado, a emenda tira o “preferencialmente” e retoma a posição que debatemos lá atrás, oriunda do Mec, que praticamente excluía a possibilidade do atendimento em escolas, escolas especiais.

Então, deputado Márcio Pacheco, que aqui nos brinda hoje com a sua presença, presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Casa, que diligentemente preside essa comissão, a ideia hoje, nós mudamos a audiência que era da Faetec hoje, a Faetec está até em momento de greve, mas transferimos para quarta que vem a audiência com a presidência e os servidores da Faetec porque entendíamos que seria importante a Comissão de Educação, que tem um papel aí de apoio a essas instituições nessa luta histórica e socialmente justa, também se posicionar e abrir esse espaço para os nossos debates, trazendo a palavra de vocês. E já proponho aqui ao deputado Márcio Pacheco que possamos tirar um documento ainda hoje para encaminhar ao Congresso Nacional - Senado e Câmara dos Deputados -, especialmente às respectivas comissões de educação e a esse senador autor da emenda que tira o direito dessa oferta para as escolas especiais, uma posição da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma posição da sociedade fluminense contrária a essa alteração no texto do Plano Nacional de Educação.

Então, o objetivo hoje é darmos aqui a voz aos senhores que representam esse pensamento. Aí, depois, tirarmos aqui um documento das duas comissões para manifestar o integral apoio do parlamento estadual a essa convivência, a essa possibilidade de oferta, seja pela rede regular, seja pela rede especial.

Deputado Márcio Pacheco, eu até já faço aqui para provocá-lo, no bom sentido: se nós formos ao Inep, ao censo de 2011, nós vamos perceber que o estado do Rio de Janeiro, dentre os estados, especialmente os do sudeste e do sul, de alguns, as unidades estaduais são aquelas que oferecem a menor matrícula e têm a menor quantidade de unidades oferecendo a possibilidade da matrícula do aluno portador de deficiência. Por incrível que pareça, oferecemos muito abaixo de Minas, de São Paulo, um pouquinho acima do Espírito Santo, que é um estado muito menor, não sei se em matrícula, não sei se em população, eu vou passar esses dados depois para a assessoria de v. exa., que eu acho que cabe, inclusive, pela Comissão de Portadores de Deficiência, em conjunto com a de Educação, fazermos um debate mais profundo sobre essa questão.

Vejam a diferença, senhores, de matrícula na rede estadual de alunos portadores de alguma deficiência: Minas Gerais tem 22 mil matrículas; o Rio de Janeiro tem 5,8 mil; São Paulo tem 54 mil matrículas na sua rede estadual, olhem a diferença. Ou seja, no Rio de Janeiro a rede estadual comporta apenas a oferta de 5,8 mil matrículas, Espírito Santo, um estado muito menor, 3,6 mil matrículas. Tudo bem, São Paulo tem uma população de quase o dobro, mas Minas é um pouco maior e oferece 22 mil matrículas na sua rede. Tem alguma coisa errada aí.

Seguramente, este estado - e já discutimos isso aqui com a Secretaria de Estado de Educação, está aí a nossa coordenadora, já discutimos em outras oportunidades, duas outras vezes. Este estado ainda não tem uma rede que permita essa chamada inclusão plena porque salta aos olhos esse quantitativo de matrículas se comparado aos demais estados.

Vejam: Paraná, 19 mil matrículas na rede estadual, quase 20 mil; Rio Grande do Sul, 18 mil matrículas; Santa Catarina, sete mil matrículas na rede estadual, populações menores que o Rio de Janeiro. Tem algo errado nessa oferta de oportunidade de matrícula ou não tem oferta para essa matrícula na rede regular de educação do Rio de Janeiro.

Mas, enfim, são dados com que eu já provo o deputado Márcio Pacheco para fazermos em conjunto não só uma investigação, não só uma investigação. E a Seeduc está aqui para ponderar alguma coisa conosco, não é o tema do nosso encontro, o tema é muito mais a defesa da escola especial, mas eu pediria aos colegas da Seeduc que pudessem fazer, na defesa, algumas considerações sobre a capacidade da nossa rede, hoje, de, realmente, absorver essa demanda em todo estado do Rio de Janeiro.

Sejam bem-vindos, eu já anunciei aqui o Márcio Pacheco, nosso companheiro que preside a Comissão das Pessoas Portadoras de Deficiência; estão aqui os nossos colegas da Seeduc, eu dou boas-vindas à Célia Nazareth e a Inês, que respondem pela educação especial; Conselho Estadual da Pessoa

com Deficiência, está a Valéria Oliveira; a Federação das Associações Pestalozzi do estado do Rio de Janeiro, está a Roseni de Almeida Silva, presente aí também - convidamos a Federação das Apaes, deve estar chegando aí, confirmou presença, professora Valdea Regis, foram as duas instituições que convidamos para esse debate de hoje – e presentes, tem um ato em Brasília, eles avisaram, mas a gente achou importante, pelo simbolismo da semana, manter aqui o calendário mobilizado da Comissão de Educação; está aí a Uppes, como sempre presente, dr. Marcelo, professora Neusa e professora Márcia Cardoso; e o Conselho Estadual de Educação, na figura do professor Luiz Henrique Mansur; pela Associação Fluminense de Reabilitação, está aí o professor Andrezinho, presente aqui conosco.

Sejam todos muito bem-vindos. Eu vou começar a provocação, não pela secretaria de estado, que o tema central hoje é a defesa da coexistência das duas formas de oferta, vou começar pelo pessoal da Federação das Pestalozzis para nos trazer a contribuição nesse ponto. Peço à Marilda que leve o microfone para a professora Roseni.

Deputado Paulo Ramos, também membro da comissão, chegando.

Professora Roseni.

A SRA. ROSENI DE ALMEIDA SILVA – Bom-dia todos, bom-dia, deputado, a gente agradece o convite. Eu começo justificando a ausência do presidente da Federação das Pestalozzis, Marco Castilho, porque hoje está acontecendo uma reunião ampliada no Cepde nós estávamos lá, a Patrícia também, nós viemos aqui e retornamos ao Cepde, onde todos os conselheiros municipais estão fazendo uma reunião, o Plano Viver Sem Limite está sendo abordado, então, é uma reunião de um dia de trabalho com todos os conselhos municipais.

A Federação das Pestalozzis assim como a Federação das Apaes, a gente tem Febiex também, a gente tem sempre participado das audiências públicas a convite do deputado Márcio Pacheco, a gente não é contra a inclusão, pelo contrário, a gente sempre foi a favor da inclusão, a gente sempre lutou pela inclusão mas uma inclusão de qualidade, uma inclusão que dê possibilidade de o aluno avançar. E o que acontece com a Meta 4 que já foi, deputado, debatida na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, em Brasília, entre os dias 3 e 7 de dezembro do ano passado, o Rio de Janeiro esteve presente com 75 delegados. Eu fiz um apanhado e eram 36% de pessoas com deficiência, conselheiros municipais que saíram delegados na conferência. Fomos uma delegação com 99 pessoas do Rio de Janeiro e foi uma briga muito séria no eixo da educação, que era o eixo 1, o mais concorrido; e nós conseguimos aprovar na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência o direito à livre escolha dos pais, principalmente. Se eu, como Roseni, tenho o direito de escolher qual é a melhor escola para o meu filho, seja ela construtivista tradicional, escola de freiras, de padres, escola pública, o pai do deficiente também tem o direito a essa escolha.

Então, eu como mãe eu posso escolher uma escola especial, uma classe especial ou uma rede regular de ensino, é o meu direito como mãe. E quando o texto substitutivo do senador tira a palavra “preferencialmente” da redação, obriga a que os pais coloquem os filhos na rede regular. E essa rede regular, gente, eu trabalho na Pestalozzi e trabalho no estado, eu tenho uma matrícula do estado, a nossa rede estadual não oferece esse atendimento de qualidade. Quando o deputado ali falou da oferta de vagas e eu aqui falei que não oferece é porque em 2009 e 2010 o estado acabou com as classes especiais nas nossas escolas, as colegas podem usar outra definição, mas acabou porque os alunos saíam da escola com classe especial do estado, chegavam na rede pública do município de Duque de Caxias, onde eu trabalhava, procurando vaga, alunos de 18, 20, 30 anos. Qual era a reclamação? Professora, a diretora falou que a nossa classe ano que vem não funcionará.

Então, foi assim que diminuí o número de oferta de classe especial de alunos com deficiência porque simplesmente extinguíram-se as classes especiais, algumas mantêm a sala de recursos, mas nem todas. Se realmente fizer uma pesquisa séria vai saber que esses alunos não deixaram de frequentar, eles

foram expulsos das escolas, foram para as escolas da Pestalozzi, para as Apaes e outras que atendem pessoas com deficiência independente da idade. O nosso aluno vai ficar 30, 40 anos numa Pestalozzi, numa Apae? Vai, se ele não conseguir ser inserido no mercado de trabalho. Se ele não participa de outro grupo social, como nós começamos a participar de grupo de faculdade, grupo religioso, ele só vai ter a nossa unidade para ele aprender, para ele passar o tempo, para ele criar um grupo de amigos, relações; é esse o nosso trabalho.

Quando a gente pede, insistentemente, que se mantenha a oferta nas escolas especiais a gente faz inclusão, Pestalozzi e Apae sempre fizeram inclusão. Quando uma pessoa fala que são entidades que segregam, não lê sobre isso há muito tempo. Porque isso foi há muitos anos, também era o único espaço que tinha, sejamos honestos. O governo, o estado nunca olhou para a pessoa com deficiência, olha agora porque está no plano, faz parte da mídia, está na *Globo*, está na novela, então, começa a olhar, mas antigamente eram só mesmo as entidades Pestalozzi e Apae que faziam isso pelo aluno, pela pessoa com deficiência.

Por isso a gente pede a ajuda da Casa, pede ajuda dos deputados federais, pelo menos a rede Pestalozzi fez esses contatos com os deputados que são da nossa linha de atuação, para que reforcem o nosso pedido, o nosso apelo, porque já tinha sido aceito o texto daquele jeito e eu não sei por que, talvez até uma forçação por conta do evento que teve na conferência nacional onde o seguimento acabou ganhando do que o Mec queria e eles conseguiram fazer essa alteração no texto.

É isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Agradeço a contribuição da sra. Roseni em nome da Federação Pestalozzi.

Passo a palavra à professora Márcia, da Uppes Sindicato.

A SRA. MÁRCIA CARDOSO DE BARROS – Bom-dia a todos, a professora Terezinha, presidente do sindicato, deixa um abraço a todos aqui, está no interior do estado visitando algumas escolas e no nosso trabalho junto às unidades reforçando novamente a postura da Uppes, que não é contrária à inclusão, mas ela entende que tem que ser um caminho de diálogo entre as instituições. E nesse momento também, assim, não há uma política no estado do Rio de Janeiro que possa abarcar - como aqui a presidente da Pestalozzi está falando, e a gente vai às escolas - esses alunos, dando uma qualidade de ensino para eles.

Então, a gente precisa avançar muito. O estado precisa, ele está caminhando a passos bem lentos em relação ao processo de inclusão. E a nossa preocupação, da Uppes Sindicato, é isso: nós precisamos ver a modulação das unidades escolares, a arquitetura dessas escolas, adaptação para essas pessoas com deficiência estarem frequentando; precisamos da capacitação dos profissionais, da montagem das salas de recursos, para que o aluno, no contraturno, possa ter o seu atendimento em AEE.

Nós temos uma série de caminhos, ainda, a andar no estado antes de começarmos a fazer esse processo. A nossa preocupação é com esse momento das escolas estaduais. Nós precisamos levar essa discussão para dentro das escolas porque a gente acredita que a inclusão ela precisa ser no todo. Concordo com a presidente da Pestalozzi quando diz que às vezes para esses alunos o que resta mesmo é o espaço escolar, mas nós também precisamos brigar para que essa inclusão seja na sociedade, em todos os espaços.

Então, é uma discussão em que a gente está caminhando, no estado do Rio, lentamente. Precisamos dar um gás. Eu acho importantíssimo aqui na comissão que as pessoas estejam falando sobre isso porque em nível de Brasil nós precisamos fazer muita coisa. Nós estamos engatinhando em nível de inclusão e precisamos abrir o diálogo com a sociedade, com as pessoas envolvidas. Nossa preocupação neste momento é essa. Acho que a questão das famílias também, elas precisam ser ouvidas, precisam poder ter as suas escolhas. É todo um caminho que a Uppes está muito preocupada em relação a isso. Eu

trabalho também como psicóloga no município de Niterói. Em Niterói nós uma rede inclusiva, nós temos um trabalho lá, eu sou da equipe da coordenação de educação especial, então, a gente tem uma vivência já há algum tempo. Trabalhei na Pestalozzi, conheço o trabalho da Pestalozzi, atuei sete anos lá, nós precisamos ter muito cuidado com essas mudanças, a gente tem que fazer... E cuidado, principalmente, porque a gente está falando de pessoas, serem humanos que merecem ser ouvidos e ter o melhor espaço.

Então, a nossa preocupação é essa. E a gente quer que aqui que se avance nesse sentido e se possa caminhar para que o Rio de Janeiro, realmente, a gente luta lá em Niterói, a gente possa ter um estado inclusivo. É essa a posição da Uppes.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Márcia.

A Neusa gostaria de dar alguma contribuição? Marcelo? Passar para o Andrezinho, da Associação Fluminense de Reabilitação.

O SR. ANDRÉ DAVI – Bom-dia a todos, bom-dia, deputado Comte Bittencourt, deputado Márcio Pacheco, eu acho que a discussão aqui é muito importante, muito válida. E eu acho que já foi falada bastante coisa aqui hoje, mas eu fico assim impressionado com os números que o deputado Comte mostra quando ele diz que as redes inclusivas pelo país, nas pesquisas, mostra lá que o deficiente está na escola e tal. Será que essa escola está recebendo esse aluno de verdade? Acho que esses números são mais complicados ainda do que a gente imagina quando ele fala que as escolas estão recebendo as pessoas com deficiência. Receber é abrir porta e deixá-lo entrar. Não quer dizer dar, realmente, a estrutura e acessibilidade que precisa. Acho até que esses dados podem ser piores, porque muitas dessas escolas não estão nem um pouquinho preparadas para receber esses deficientes.

Fico feliz em ver este debate aqui, hoje, porque a gente enquanto pessoa com deficiência sempre debate isso quando a gente está lá na reunião do conselho estadual... A Patrícia está aqui com a gente. A gente fala muito que a gente sempre fala para a gente mesmo. Quando a gente vê um grupo de pessoas capacitadas discutindo a questão da pessoa com deficiente na rede inclusiva, na questão das instituições, acho fundamental não só falar para a gente mesmo. O deficiente está um pouco cansado de falar para ele mesmo. Esse momento é importantíssimo.

O debate, hoje, é fundamental. Coloco-me à disposição para mais debates durante a manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, Andrezinho.

Passo a palavra para a nossa colega, professora Inês e a professora Célia. Também já estiveram aqui em algumas oportunidades. Discutimos o foco da oferta do estado.

Hoje, gostaria que vocês dessem também uma opinião do olhar de vocês sobre a coexistência dos dois tipos de oferta. Depois, falassem um pouquinho sobre o trabalho da rede estadual.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Bom-dia a todos, desculpe pela minha voz, realmente, estou extremamente rouca.

Quando vemos a quantidade de alunos matriculados, a diferença entre um estado e outro, o primeiro impacto é o de assustar. Andamos buscando, realmente, a quantidade de alunos matriculados em diferentes estados da federação nacional. Estivemos, inclusive, há dois meses, em São Paulo, até para tentar entender como essa quantidade independente da quantidade de população no estado. Nessa comparação que fizemos, verificamos que a maioria dos estados – o governo do estado – atende o ensino fundamental também, coisa diferente do que está acontecendo aqui no Rio. No Rio, gradativamente, estamos, nas séries iniciais, não mais atendendo. São pouquíssimas escolas com as séries iniciais. Temos séries finais do fundamental e o ensino médio. Aí já temos uma diferença muito grande, deputado, da quantidade de alunos atendidos. A rede estadual do Rio não tem uma grande quantidade nas séries iniciais.

É sabido na Casa. Todos sabem disso. Temos uma quantidade muito grande, em nível de Brasil, de alunos que são atendidos com deficiência nas séries iniciais. Daí a gente já tem essa grande diferença de alunos atendidos. Dá um pouco mais de cinco mil alunos atendidos pelo estado aqui no Rio de Janeiro.

Sabemos que o nosso atendimento ainda é deficitário. Inclusive, na audiência aqui no primeiro semestre, colocamos isso claramente: assumimos há pouco tempo, dando continuidade ao trabalho, mas já montando uma política diferenciada para esse atendimento. Estamos tentando, realmente, melhorar esse atendimento. Ainda temos muito que fazer. Claro que precisamos da sociedade, como um todo, e das instituições que são especializadas no trabalho que, realmente, nos ajudem. É o que a gente tem tentado fazer e buscar.

Na audiência passada, inclusive, estava representando não só o governo do estado, mas a própria Federação das Apaes, de que faço parte. Tenho esse olhar diferenciado também enquanto organização da luta e que é pela organização. O próprio Castilho, que a gente se conhece há bastante tempo, assim como a Célia também já fez parte do corpo, de uma unidade administrativa da Apae. A gente tem esse olhar, realmente, das instituições. A gente vê que a luta é muito grande. Não é, simplesmente, chegar e colocar o aluno numa determinada instituição, quer dizer, institucionalizar o aluno, largar por lá ou abrir uma matrícula para que o aluno entre e fique. Não é por aí. Tem muita coisa a ser discutida.

Na rede estadual de ensino a gente não tem número limitado de vagas. Isso não existe. Todos têm acesso. Todos podem ser matriculados. Se chegar qualquer notificação para a gente de que o aluno não pôde ser matriculado, claro que a gente vai verificar. A gente vai fazer valer o seu direito de estar matriculado. Tentar dar todo assessoramento possível. Do final do ano passado para cá, ficamos muito surpresos pela quantidade de cuidadores que tivemos que ofertar este ano. No ano passado eram cerca de trinta e dois, trinta e três cuidadores que pudessem dar assistência aos professores em sala de aula. Este ano já estamos com praticamente setenta cuidadores. As pessoas estão, realmente, descobrindo os seus direitos. Estão solicitando. A gente está atendendo na medida do possível. Em alguns casos precisamos de cuidadores que estejam presentes todo o tempo em sala de aula. Já está em fase final a formação de professores com curso de AEE - melhorando, cada vez mais, a formação do professor –, braile, libra. A gente está fazendo contato com várias instituições, aqui no Rio, que possam nos ajudar nessa organização. Está previsto para ainda este ano. Falo previsto porque a gente não tem como... Já temos uma data para acontecer até dezembro essa formação dos nossos professores tanto em braile quanto em libra e AEE, inclusive tentando dar um suporte maior ao curso de formação de magistério. São eles que vão pegar os nossos alunos, os nossos filhos exatamente na fase inicial. Precisam estar razoavelmente preparados. Precisam conhecer todos os tipos de deficiências como trabalhar pedagogicamente com o aluno. A gente sente com toda a equipe. O trabalho é árduo, muito grande. A gente já conseguiu mudar bastante essa imagem dentro da própria Secretaria de Educação. A gente sabe que é difícil.

A gente está batalhando bastante. Tenham certeza disso. Sendo necessário, a gente vai pedir *help* a todas as instituições do Rio. Com certeza, vamos precisar que nos ajudem em algumas outras questões. Já elaboramos uma política de atendimento. Já foi entregue ao Secretário. Foi bem aceita. Pretendemos dar início à melhoria a partir do próximo ano. Este ano, já melhoramos muito. Se a gente fizer uma comparação com anos anteriores. A Célia, daqui a pouco, complementaré com alguns dados.

Com relação aos dados da Roseni sobre Caxias, soubemos na audiência no início do ano. Fomos verificar a situação. Parece que houve um rompimento de um compromisso entre o município e o estado. Tivemos conhecimento de que o município estaria absorvendo esses alunos. Só estaria acabando a parte de aumento da absorção desses alunos. Só soubemos disso a posteriori. Já tinha acontecido. Os alunos, realmente, não foram matriculados. Não foram absorvidos. Causou-nos um espanto muito grande. A gente não sabia desse rompimento. Deixou de ter – confesso aqui – um acompanhamento melhor para que esses alunos, realmente, tivesse essa continuidade. De ambas as partes tanto do município quanto do estado. Dou a mão à palmatória, realmente, quando soubemos na audiência passada fomos verificar.

Vou passar para a professora Célia.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Professora Inês, antes de passar para a Célia, se você me permite aqui.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Isso que aconteceu em Caxias, parece-me que falta na Secretaria de Estado de Educação – não no setor, imagino a luta de vocês...

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – É grande.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – ...dentro da estrutura da secretaria. Falta um órgão decisório da secretaria, no próprio processo de municipalização um olhar diferenciado para escolas que tenham já uma oferta estabelecida de matrícula.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – A gente já tem esse olhar no próprio processo.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Tem sido desastroso, assim como em Caxias, lá em Niterói, com a tentativa de fechamento das duas únicas escolas de educação especial que o estado mantinha. Com falso discurso do secretário de educação - ou dos secretários de educação: que é a municipalização. Esse é um falso discurso porque sabe que nem todas as redes estão preparadas para essa absorção; nem todas as escolas inclusivas, deputado Márcio Pacheco, estão preparadas para receber determinadas crianças que estão nessas escolas especiais, nessas duas de Niterói.

Hoje, aqui na Alerj, estamos debatendo, professora Inês, professora Célia, um veto do governador, deputado Márcio Pacheco, com relação à certificação de alunos portadores de deficiência no ensino médio. O estado não certifica. Esta Casa está querendo criar uma lei. O governo aprovou a lei, mas vetou o § 2º do artigo que dava justamente a condição da escola diferenciar competências e habilidades na hora de certificar o ensino médio. Não pode o tecnocrata da Secretaria de Educação achar que todos são iguais, como advogam na justificativa, perante a lei, então, não pode ter uma certificação diferente. Isso é uma loucura completa! Garantir ao aluno, ao cidadão portador de deficiência mental o acesso a um certificado de ensino médio é dar a ele uma inclusão efetiva no processo educacional. Quero depois até aprofundar esse debate com o deputado Márcio Pacheco porque o veto chegou semana passada; ou seja, é uma incompreensão do governo estadual, não sei se da Secretaria de Estado de Educação, que opinou; porque simplesmente o estado do Rio de Janeiro não certifica aluno deficiente mental na questão do ensino médio, o que é uma exclusão.

Quero ouvir da senhora o caso de Niterói especificamente, porque, semelhante a Duque de Caxias, em Niterói nos movimentamos para que as duas escolas não fossem fechadas, a Helena Antipoff, no centro, e outra no Barreto, que existe há muitos anos e funciona bem, tem boa estrutura, com a tese da municipalização. Queria que a senhora falasse sobre o caso de Niterói.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Vou falar das quatro unidades que temos no estado, ainda, sendo duas em Niterói, outra em Volta Redonda e outra em Nova Iguaçu. A nossa, da própria coordenação, da própria Suped(?), não é favorável. Nós gostaríamos de manter; não sabemos se nossos superiores têm outra intenção, ou municipalizar. Até então vamos manter as unidades escolares e essa é uma briga que temos desde o ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Mas a secretaria vai sangrando a escola. Os outros setores, não são vocês. A gente percebe que os outros setores vão tirando professor, vão fragilizando a escola... Pelo menos é a nossa percepção.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Essa nossa luta de manter as unidades é para mantê-las com funcionamento digno. A gente está trabalhando na secretaria com os demais setores para que se tenha o atendimento com todos os profissionais qualificados para ficarem ali. Senão, não há por que ter

um espaço onde vou enclausurar um grupo de alunos para não serem atendidos; vou segregar alunos num espaço físico e isso a gente não quer.

Nós, enquanto coordenação, estamos realmente brigando para que se permaneça isso. Esperamos ser uma luta vencida.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não está vencida ainda...

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Não, ainda não, a gente sabe. Às vezes, quando bate o martelo, temos surpresas com publicação no Diário Oficial, é assim que acontece. Mas espero realmente vencer essa luta.

Com relação à terminalidade específica, foi bem colocado porque foi uma discussão na audiência passada, inclusive o Conselho Estadual de Educação se fez presente. Foi cobrado por v. exa. que, na realidade, se tomasse uma posição, foi uma cobrança até nossa, da secretaria, com relação a uma atitude do conselho. Passou por nós, que eu me lembre o parecer foi favorável, foi até o jurídico e me parece – parece, não tive acesso posterior – que também decidiu favoravelmente, não tendo nada contra; e ficamos realmente surpresos com o veto. Não tive acesso ao parecer jurídico, mas parece que nós já estamos em contato com os outros segmentos da própria secretaria, inclusive a inspeção escolar, que é responsável pela certificação, pra que a gente continue dando encaminhamento e possamos crescer nessa questão da certificação. Foi colocado o ensino médio, foi incluído, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – É ensino médio porque para o fundamental existe a certificação.

Vou ler para a senhora e para o deputado Márcio Pacheco um trecho do último parágrafo, que justifica o veto. O governador aprova todo o projeto, mas dá um veto parcial ao parágrafo único do artigo 2º, que altera o artigo 45 da lei 4.528. Não sei que assessorou o governo nesse veto, mas veja: (Lendo) “A partir dessa concepção, o formato de documento proposto para esse projeto soa excludente, contrário aos fins buscados pela Carta da República” (Conclui a leitura); e que houvesse um documento oficial estabelecendo limites de crescimento de uma pessoa. Isso contraria a forma equivocada, a ideia de que todos nós, ao longo da vida, estamos submetidos a um crescimento pessoal e intelectual que é progressivo e que não pode ser descrito pelo estado mediante um documento limitativo e concludente. Uma loucura completa essa alegação deles.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA - Provavelmente, porque o Mec é contrário. Todos sabem aqui que o Mec é contrário à terminalidade específica. Isso está claro nos portais do Mec.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – O Mec é.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA - O Mec é o Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Está aqui um deputado que participou da nossa constituinte, como deputado federal. Se tem uma matéria em que o constituinte garantiu a legislação concorrente é a educação. Nós aqui estamos legislando para o nosso sistema. Não cabe, volta e meia, o estado se proteger, porque o Mec diz isso. Aliás, debate que tivemos aqui com a matrícula com menos de seis anos para o ensino fundamental, que o conselho nacional era contra e o estado manteve aqui a nossa lei, que permite a matrícula com menos de seis anos completados até 31 de julho – algo assim – do ano da matrícula.

Então, há uma incompreensão. O estado de vez em quando se esconde no que o Mec diz, no que o conselho nacional diz. Não, nós temos competência para legislar para o nosso sistema. Se o Mec pensa diferente, a legislação nacional não fala nada diferentemente. Vou mandar o documento para a senhora, já para abrir esse debate internamente.

Professora Célia.

A SRA. CÉLIA NAZARETH BRAGA – Bom-dia a todos, acredito que a professora Inês foi bem completa em tudo que falou. Só complementando o que ela falou, nós, em momento algum, somos contra, a gente não quer que acabem as escolas especiais. Eu visitei as escolas especiais, falei com os diretores da escola, com os professores. A gente tem um trabalho muito bonito dentro das escolas especiais, com oficinas pedagógicas, com salas de recurso. Não é nossa ideia, da nossa coordenação e da nossa diretoria, em momento nenhum acabar com as escolas especiais. Não parte de nós.

Complementando, um rapaz aqui falou sobre acessibilidade. Só reafirmando que as nossas escolas estaduais recebem verba para a acessibilidade e nós estamos nesse momento com as nossas equipes NAPs(?) na rua, fazendo toda a orientação para as escolas de como utilizar a verba de acessibilidade para deixar a escola acessível aos nossos alunos que têm deficiência.

Então, a gente tem feito todo o possível, dentro das escolas, junto com as nossas equipes NAPs(?), para orientar todas as escolas para que o nosso aluno, que é matriculado, que possui deficiência, seja bem atendido. Temos feito um esforço enorme, mas a gente está caminhando. Estamos conseguindo aos pouquinhos, porque a gente sabe que essa é uma luta grande. Como a Inês falou, a gente está há um ano nessa coordenação, pegando vários problemas, inclusive esse de Caxias, que a gente pegou no meio do caminho e que a gente sabe que não foram absorvidos por causa da idade. Eu acredito que isso também tenha que ser uma coisa repensada. Nas nossas escolas especiais, a gente tem alunos com 40 anos, com 50 anos, e aí a gente vai colocar esses alunos onde? Por isso que a gente luta para que eles continuem, não só por eles, mas pelos próprios pais que estão ali e que necessitam daquele espaço para colocar seus filhos lá, e que eles tenham algum rendimento. A gente luta por eles também.

No mais, temos hoje um pouco mais de 191 salas de recursos em todas as nossas escolas estaduais, que são as salas de recursos multifuncionais, e a gente está procurando atender e indo também nessas salas para capacitar professor. Nós temos, como a Inês falou, cursos previstos para esse ano ainda, de libras, de braile de AEE, para capacitar nossos professores das salas de recurso e para os professores que tenham alunos incluídos. A gente está aí lutando. Contamos com a ajuda de todos para que a gente possa concluir tudo o que a gente planejou.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora Célia. Nós aqui da comissão sabemos a luta da coordenação especial aí dessa área na Secretaria de Educação.

Professor Mansur é a última intervenção.

Antes, quero registrar a justificativa de ausência do deputado Robson Leite, que está presente na Comissão da Verdade, ali no Plenário, em outro debate. E quero registrar também o presidente da Apae de Iguaba, sr. Orlando Valença de Carvalho, junto com a diretora, professora Janete de Araújo Pardini, e um grupo de alunos da Apae de Iguaba. Sejam todos muito bem-vindos aqui à nossa audiência pública.

Professor Luiz Henrique Mansur, do Conselho Estadual de Educação.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR – Bom-dia a todos e todas, em relação a essa situação, o conselho tem feito discussões bastante interessantes na câmara de diversidade e na educação básica, que são as duas câmaras atinentes a esse assunto. E o conselho tem, dentro dos seus membros, a visão de que realmente o atendimento em alguns casos tem que ser em escolas especializadas, preferencialmente com a inclusão, mas que não se pode excluir a hipótese de existirem escolas para atendimento especializado em casos que realmente tenham essa necessidade.

O conselho fez todo o processo de aprovação da legislação que foi vetada pelo governador. Entendemos que é possível certificar o aluno de ensino médio em suas competências, que as pessoas que cursam o ensino médio, tem alunos com algum tipo de deficiência que podem ser incluídos no mercado de

trabalho, e que a competência dele pode ser descrita. Com certeza, ele não vai ser um físico, um matemático, mas ele vai ter competências para desempenhar atividades em outros setores possíveis do mercado de trabalho.

O conselho acha que foi um equívoco do governo do estado ter vetado essa situação que estava sendo aprovada e o conselho apoia a existência das escolas especializadas em alguns casos e também a certificação dos alunos portadores de necessidades especiais ou deficientes, no caso do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Lembrando que teremos oportunidade da discussão desse veto em Plenário. Meu sentimento é de que a Casa irá se sensibilizar pela derrubada do veto. É o meu sentimento.

Deputado Márcio Pacheco, presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência, para provocá-lo, na rede estadual quatro unidades de educação especial funcionando com um profundo processo de luta interna na secretaria, aí a brava resistência do pessoal do setor para a manutenção dessas quatro escolas. Mas eu tenho acompanhado as duas de Niterói há algum tempo e o processo de esvaziamento por parte dos setores da secretaria de Educação é constante. E se perdem ali profissionais que têm uma história de expertise desenvolvida na práxis daquela unidade, profissionais únicos, talvez, no estado.

Segundo, 1.400 escolas aproximadamente e apenas cento e tantas com salas preparadas para receber o portador, o aluno com deficiência. Isso simboliza que 80% das escolas não estão preparadas com equipamento apropriado para receber, por isso essa baixa matrícula.

Pode ter, professora Inês, um indicativo, em parte da matrícula da primeira etapa do fundamental, mas, por outro lado, se das 1.400 escolas só 200 delas estão aptas com salas especiais para receber, me parece que em muitas cidades – sentimento nosso, o Márcio vai ponderar, depois volta a senhora – mas parece o sentimento de que um estado, de que a rede não é ainda uma rede inclusiva. Esse é o sentimento da comissão.

Então, para provocá-lo, deputado Márcio, e os números estão aí, na Inep 2011. Não é possível termos aqui a menor matrícula de alunos portadores de deficiência entre os estados mais desenvolvidos da federação. Para provocá-lo.

O SR. MÁRCIO PACHECO – Bom-dia a todos. Quero saudar a iniciativa da Comissão de Educação, diligentemente presidida pelo deputado Comte Bittencourt porque todas as vezes que trazemos uma pauta dessa importância, a primeira ação da comissão é dar prioridade efetiva ao tema. Agradeço.

Sabíamos que hoje haveria um tema fundamental para o estado no debate da audiência pública, dessa audiência ordinária, e imediatamente o deputado Comte Bittencourt fez com que essa agenda fosse trazida à pauta, pela emergência e pela importância. Não que todos os outros temas não sejam muito importantes, mas estamos debatendo hoje um tema muito importante e, como afeta diretamente a Comissão da Pessoa com Deficiência desta Casa, eu me sinto mais do que na obrigação de agradecer-lo. Muito obrigado, deputado Comte Bittencourt.

Segundo, dizer que sua provocação nos traz um tema que já, outras vezes, debatemos nesta Casa. É clara, no Brasil, essa política que é subliminarmente embutida na política pública do estado, de uma forma geral, de que as escolas especiais sejam cada vez mais esvaziadas, e não, forçosamente, extintas aos poucos. O esvaziamento das escolas, a não capacitação de novos profissionais, o não preparo desses professores, em todo o Brasil isso vem acontecendo. A política do Mec vem implantando isso aos poucos no Brasil, o que é um problema grave. No ano passado, enfrentamos isso, no advento de uma iminência do fechamento de duas grandes unidades, que são o Ines e o IBC. Nós acompanhamos, aqui na Casa, instituições centenárias que estavam prestes a fechar. E nesta Casa, nesta comissão, numa audiência conjunta, debatemos e, graças a Deus, impedimos esse debate.

Então, quero começar a minha fala com os dados do deputado Comte Bittencourt e trazendo outros dados importantes para reflexão. Primeiro, reiterar: o Brasil não é contra a inclusão. Ninguém, que venha defendendo a educação especial neste país, ainda que há algum setor que diga que a inclusão na escola regular não deveria acontecer isso é um equívoco. O Brasil, que debate a pessoa com deficiência, todos os modelos que mais avançaram, defende a educação na escola regular. Isso é um ponto prioritário para o debate, o início de todos os debates. E a professora Roseni já disse.

Não quero, aqui, chover no molhado nem enxugar gelo, mas não é uma briga entre classes. Quer-se mostrar que o Brasil está discutindo, uma briga, quem defende a Educação Inclusiva e quem não defende. Não é isso! A educação Inclusiva regular é fundamental e eu quero trazer dados a respeito disso.

Primeiro, a mudança do substitutivo da Meta 4 é mais grave do que se pensa. Primeiro, não só exclui o “preferencialmente”, ele retira a garantia do atendimento educacional especializado. Eu quero ressaltar aqui duas questões; primeiro, a Meta 4 diz que será, preferencialmente, na rede regular do ensino e garante o atendimento educacional especializado. No substitutivo, ele retira o “preferencialmente” e também retira a garantia. É gravíssimo! É gravíssimo! Retira “a garantia do atendimento educacional especializado nas formas complementares e suplementar”. Olha, houve um avanço no Brasil. E aí quero fazer já o registro histórico desses dados importantes.

De 1998 a 2010, deputado Comte, houve um avanço imenso. Na última década, o país registrou uma evolução significativa na política de inclusão das crianças, o que é muito importante. Olha como nós defendemos a inclusão! Nós, digo, todos aqueles. Entre 98 e 2010, o aumento de alunos especiais matriculados nas escolas comuns foi de 1.000%! O aumento das matrículas. Em 98, dos 337 mil alunos contabilizados na educação especial, apenas 13% não matriculados em escolas regulares. Hoje, em 2010, são 69%. Portanto, o aumento é de mais de 1.000% no número de matrículas de crianças com deficiência nas escolas regulares no país. Houve avanços concretos. Portanto, o projeto Viver Sem Limites e tantos outros programas mostram que não é uma briga entre os dois grupos envolvidos, o que há aqui é uma defesa de que a inclusão seja feita da maneira correta. Esse é o ponto nevrálgico da questão. Não estamos debatendo se é bom ou ruim. É bom. É fundamental. E eu, como presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, já tive aqui a ousadia de dizer - e digo, continuo a dizer diante das federações: sonhado é o dia em que nós não precisássemos delas. E eu digo isso sem o menor problema porque amo as Apaes, as Pestalozzis pelo trabalho que vêm fazendo. Mas, quem sabe, algum dia, nós poderemos estar ao redor de uma mesa, dizendo: nós não precisamos mais delas porque tamanho é o trabalho de inclusão feito neste país que as instituições não precisam mais existir.

Eu não digo isso como... Pelo contrário, eu digo isso porque essas instituições não precisam mais existir. Não digo isso, pelo contrário, digo isso porque essas instituições nasceram para atender uma omissão do estado. A ausência da política pública, por isso elas nasceram no coração dos pais, nos corações das mães, não de grandes mentores profissionais nem técnicos de educação, nasceram no coração dos pais.

Portanto, é fundamental esse debate. É preciso um contexto histórico. Em 2007 o Brasil ratificou a convenção da Onu que exatamente assinava o então presidente Lula, assinou o decreto 6.253, que regulamentou alguns dispositivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb. É preciso, só para registrar aqui alguns dados importantes, olha como nós estamos enfrentando um debate interessante nesse país. Em 2007, o decreto 6.253 institui o atendimento educacional especializado com caráter complementar para crianças com deficiência. Ou seja, institui o atendimento educacional especializado. Avanço importante. Ainda diz que é um trabalho complementar de apoio, suporte à rede regular. Aplauso para o Brasil, um avanço importante, também deveriam frequentar as crianças a escola regular e introduz um dispositivo do duplo repasse de verba. Esse debate eu quero trazer agora juntamente aqui ao deputado Comte Bittencourt. Ou seja, introduz, através desse decreto, que as

escolas receberiam um duplo repasse para cada aluno na escola regular por serem eles alunos da educação especial.

Muito bem, coincidentemente, isso foi feito justamente quando o Brasil ratifica a convenção da Onu, dizendo que as crianças deveriam ter a educação especial. Em 2008, baixa-se o decreto 6.571, que estabelece que a educação especial poderia ser oferecida pelos sistemas públicos ou pelas instituições comunitárias confessionais, filantrópicas, sem fins lucrativos. Estabelece por decreto mais uma defesa. Como atuação exclusiva na educação especial conveniada com o poder público, que é o que vem acontecendo no nosso país, não exclui nem uma nem outra, defende a educação regular e defende a educação especial como sendo ela complementar ou suplementar.

Em 2010, a primeira versão do Plano Nacional de Educação, que prevê, na Meta 4 - eu preciso ler para que fique claro - (Lendo) "universalização do atendimento escolar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino." (Conclui a leitura) Essa foi a primeira versão, em 2010.

Em 2011, baixa-se o decreto 7.611, que afirma que o poder público estimulará o acesso à educação especial de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula; e estabelece que serão consideradas para a educação especial tanto as matrículas na rede regular de ensino como nas escolas especiais.

Dessa maneira, houve, então, uma dubiedade na interpretação desse decreto com a primeira versão do Plano Nacional de Educação.

Por fim, em 2011, o relatório substitutivo do plano nacional diz

assim: introduz o conceito de que o atendimento escolar deve ser feito preferencialmente na rede regular de ensino, já que o atendimento educacional em escolas especializadas deve ser considerado sempre. Diz o relatório, sempre que não for possível a integração do aluno nas classes comuns. O que por hora poderia até se entender como algo ofensivo, não é. Ou seja, dá-se a preferência a escolas regulares e o substitutivo, então, dá o relatório a última análise da Meta 4. Passa a ser, como eu disse, preferencialmente da rede regular de ensino e garantir o atendimento educacional especializado nas formas complementar e suplementar em salas de recursos multifuncionais, classes de escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados. Essa aqui é a última redação da Meta 4.

O substitutivo, agora, apresentado por esse senador, diz: na rede regular de ensino. Não é mais preferencialmente e não garante mais. Eu fiz todo esse relatório para dizer, deputado Comte Bittencourt, que somados aos dados que v. exa. traz para o estado do Rio de Janeiro, especialmente nós, que estamos aqui debatendo o tema. Nós estamos, especialmente para o Rio de Janeiro, diante de uma catástrofe. Se essa Meta 4 ou esse substitutivo passar, especialmente para o Rio de Janeiro, estamos diante de uma catástrofe: os alunos com deficiência não terão acesso à escola.

Esse dado é especialmente para o Rio de Janeiro, visto que os dados que o deputado Comte Bittencourt nos traz são... Por exemplo, em São Paulo, o número de matrículas ainda é muito maior; Espírito Santo... Mas no Rio de Janeiro, com o número de escolas especiais, com o número de salas de recursos que nós temos e com o número de matrículas que nós temos, se essa meta passar, para o estado do Rio de Janeiro será uma catástrofe.

O que mais me surpreende é: tendo a Secretaria de Educação uma assessoria especial para cuidar disso, e que o vem fazendo com muita luta, com muito zelo, com um trabalho que eu conheço muito bem, o trabalho da professora Inês e da professora Célia, sequer se dá ao trabalho de ouvi-las para que essa catástrofe não aconteça, porque é isso que vai acontecer, deputado Comte. Isso me preocupa ainda muito mais porque eu, conhecendo o avanço, o trabalho que vem sendo feito na secretaria, se isso acontecer, o Rio de Janeiro não terá condição nenhuma de acolher essas crianças. Eu digo isso porque tenho visitado as

instituições em todo o estado e as escolas. Eu estive visitando várias Apaes em todo o estado, no noroeste fluminense, no norte fluminense, no sul do estado, visitando as instituições que vêm fazendo educação, que vêm fazendo o seu trabalho efetivo.

Baseado nesses dados, eu quero aqui pedir ao deputado Comte que, mais uma vez, traga ao debate essa questão do Fundeb. Porque há quem já ameace dizer que uma das razões pelas quais... Isso não é uma acusação que eu estou fazendo, é apenas uma hipótese, portanto, fica aqui mais uma provocação, e agora quem vai provocar o deputado Comte sou eu. Fica aqui uma provocação: por que a obrigatoriedade exclusiva da imposição das crianças na escola regular? Será que é porque o Fundeb é dobrado em todo o Brasil e esse recurso vai diretamente para a Secretaria de Educação?

Eu não estou fazendo uma acusação, estou fazendo um questionamento. Porque no Fundeb o valor computado da dupla matrícula por aluno na educação especial é repassado à Secretaria de Educação de cada estado, que é responsável por repartir o dinheiro entre as escolas de educação básica e as instituições conveniadas. Uma vez elas exterminadas, todo esse recurso será repassado única e exclusivamente para a secretaria de estado porque a lei não mudou, o duplo repasse continuará.

Se essa for uma das razões, é mais do que grave, é criminoso. É mais do que grave, é criminoso, mas eu não estou acusando, estou apenas questionando. Esta é uma provocação que eu encaminho para a Comissão de Educação, porque não tem ninguém melhor nesta Casa para debater este tema do que o deputado Comte, que entenda mais sobre este assunto. Mas fica aqui a minha provocação.

Em segundo plano, dizer que eu quero trazer aqui uma fala de uma professora que vem, inclusive, corroborar a fala do professor Mansur, que agora há pouco nos abrilhantou com a sua colocação. Diz assim a professora e mestre Maria Elisa Grande, psicóloga e mestre em educação especial pela Universidade Federal de São Carlos: “Existem comportamentos que concorrem com a aprendizagem, casos mais graves, e o apoio de que essas pessoas precisam vai além do que a escola comum e seu currículo parecem poder oferecer agora.”

Olha que interessante o dado dessa psicóloga: “O apoio de que essas pessoas precisam vai além do que a escola comum e seu currículo parecem poder oferecer agora.” Ela não diz “não podem oferecer nunca”, mas ela diz “vai além do que a escola comum parece poder oferecer agora.” Deste dado não podemos fugir. Nessa perspectiva, a escola especial tem seu lugar. O professor Mansur disse isso agora há pouco, ou seja, há espaço sim para as escolas especiais para mais do que as salas de recursos, especialmente para as escolas especiais, porque estamos lidando com casos muito severos.

Portanto, quero passar às mãos do deputado Comte um pedido, v. exa. já se adiantou a respeito de um documento que será extraído dessa pauta, mas há um pedido oficial da Federação das Apaes, a mim, que sou presidente da Comissão das Pessoas com Deficiência, que fosse encaminhado à Comissão de Educação, justamente, com algumas...

Ah, já foi encaminhado

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Sua assessoria já encaminhou.

O SR. MÁRCIO PACHECO – Mas, de qualquer maneira, com algumas sugestões a respeito da nossa luta sobre as estratégias sobre a redação final da Meta 4.

Encaminharemos esse documento a Brasília, ao Congresso, ao Senado; e, se preciso for, iremos pessoalmente, mas precisamos fazer uma mobilização aqui no estado do Rio de Janeiro, mostrando que, no advento da aplicação desta lei, especialmente o estado do Rio de Janeiro será viado, deputado Comte. E eu, defensor da educação inclusiva que sou, defensor das escolas especiais - e na comissão tenho dito isso, a opção dos pais, o ouvir a sociedade, os professores, os profissionais de educação especial; os pais, que são os primeiros educadores, é fundamental agora. E essa alternativa, fico com as palavras da

professora Roseni: quando nós, pais, fazemos a opção de que nossos filhos estudem em uma determinada escola, ela é livre e espontânea, por credo, por opção religiosa, por escolher se é perto de casa ou longe. Essa alternativa é dada a todo pai e mãe, menos aos pais de especiais, se essa lei passar. Eles perdem o seu primeiro princípio de poder realizar o desejo de que seu filho estude onde se sintam melhor. E esse desejo, no meu entendimento, é o que deve nortear a nossa luta. A despeito de que o estado, se estiver pronto para dar o serviço, possa a mãe e o pai dizer: eu agora não preciso mais ir à Apae de Iguaba porque ao lado de minha casa há uma instituição de ensino que atende tudo aquilo que meu filho precisa para o seu desenvolvimento; e a mãe vai lá apertar a mão do presidente da Apae e dizer muito obrigado por todos esses anos, mas agora o meu filho será matriculado do lado de minha casa. E assim será.

Eu dizia ao deputado Comte que sou do interior de São Paulo e moro há vinte anos no Rio. Agora mesmo, ele me perguntava, e eu quero, por analogia terminar minha fala dizendo isso, sou do interior de São Paulo e há uns dias estive lá visitando minha mãe. Nessa cidade ninguém usa plano de saúde, porque lá é melhor usar o posto de saúde, é mais rápido e melhor. O que é isso? A atuação do estado inibe a necessidade de alternativas. O que quero dizer é que se o estado estiver pronto para dar o serviço adequado, aos poucos vamos dizer as instituições especializadas: “O seu tempo foi muito bom, mas hoje não tem mais aluno para você”. Mas hoje, se não for a Apae de Iguaba e a de Itaperuna, as crianças não estudam.

Tenho defendido o que chamamos aqui de uma forma menos política, o modelo híbrido. O pai pode optar pela escola regular se ela estiver pronta para receber seu filho, mas também tem o direito de optar pela escola especial por uma instituição especial para complementar seu filho ou optar por uma escola especial, optar que seu filho tenha oportunidade de estar numa sala de recursos, que é melhor para seu filho.

Não sei se todos têm acompanhado as falas a respeito do andamento dos alunos e crianças com autismo no Brasil. Estamos acompanhando, numa rede grande de televisão, um tema muito interessante, um dos casos em que uma mãe dizia: meu filho não consegue, em hipótese nenhuma, hoje estar numa escola regular. Como ir contra a fala dessa mãe? Eu não consigo entender o que pensam aqueles que defendem isso.

Então, deputado Comte, eu lhe agradeço a oportunidade. Perdoe-me pela minha extensa fala. Peço a v. exa. desculpas. Tenho uma reunião ao meio dia, mas não poderia deixar de vir aqui deixar esses documentos com v. exa. Peço perdão, mais uma vez, pela minha longa fala. E dizer que nós vamos lutar muito para que isso não aconteça, e eu serei um dos apoiadores para derrubada do veto a esse projeto que o deputado Comte acabou de dizer, uma vez que sabemos que inclusão é também garantir a certificação das crianças nas escolas de ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado pela bela contribuição, deputado Márcio Pacheco.

Deputado Paulo Ramos.

Antes, porém, quero registrar a presença da sra. Valéria de Oliveira, do Conselho Estadual de Pessoa com Deficiência.

Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS – Todos já foram nominados, não preciso repetir. O discurso sobre a inclusão e um discurso que vem prevalecendo, e é um belíssimo discurso. E aqueles que se contrapõem ficam numa posição daqueles que defendem a discriminação, daqueles que defendem a exclusão, o isolamento.

Vivi, no Congresso Nacional, dois momentos: o momento constituinte - e o relator do capítulo que tratou das pessoas em geral com o que eu chamo de deficiências visíveis; porque todos nós temos deficiências, só que algumas ficam escamoteadas. A mais escamoteada é aquela que trata do respeito à pessoa humana. Porque há aqueles que desrespeitam, mas conseguem escamotear. O relator foi o deputado Nelson Seixas, de São Paulo, que, por uma fatalidade – nem sei se esse termo é o melhor -, tinha quatro filhos deficientes ou precisando de necessidades especiais. Ele era alguém que conhecia profundamente o problema. E pelo menos houve uma contribuição expressiva para que as pessoas com necessidades especiais pudessem dispor de um arcabouço constitucional capaz de orientar as políticas públicas.

E o segundo momento, que tem a ver com essa discussão, foi a chamada luta antimanicomial. Com belíssimo discurso com base nos fundamentos de um psiquiatra italiano, Franco Basaglia, houve uma massificação para que todos tomassem conhecimento do horror dos manicômios, onde doentes mentais permaneciam enclausurados, anos a fio, sem nenhuma atenção; fazendo as necessidades no pátio; alguns anos a fio, sem nenhum contato com a família.

Aquela realidade foi exposta não com o objetivo de socorrer as famílias ou implementar uma política pública capaz, a par da realidade, de caminhar para dar um atendimento ao problema. Não. A política antimanicomial diz: tem que conviver com as famílias. Tem que ter um lugar que atenda de dia e volte para casa à noite. Era um discurso belíssimo que, em contraposição com o horror dos manicômios, qualquer pessoa que defendesse uma transição, que não seria possível, como fizeram, a desativação acelerada dos leitos psiquiátricos. Desativaram quase tudo e a responsabilidade foi transferida exclusivamente para as famílias. Os CAPS, alguns poucos, ainda servem como uma forma de acentuar a propaganda favorável àquela política, que é um objetivo a ser alcançado talvez nem nesse milênio, considerando um país como o Brasil, em que as políticas públicas são muito mais para uma camada mais favorecida do que...

Então, as famílias, de acordo com a renda, as que têm renda têm possibilidade de dar um atendimento. Mas aqueles que elaboraram a política, e por coincidência quem liderou o movimento, com o patrocínio dos meios de comunicação, a grande mídia, especialmente o sistema *Globo*, patrocinando, é do mesmo partido do senador que agora interfere desta forma, ou procura interferir, na legislação. Conclusão disso, os doentes mentais ficaram praticamente ao sabor ou aos cuidados quase que exclusivos dos seus familiares e muitos se perderam.

Nós estamos vendo aí uma discussão sobre os desaparecidos. Ontem houve uma audiência pública tratando disso. Mas eles colocam o quadro dos desaparecidos, com a encenação que foi feita aqui em frente, na Assembleia Legislativa, como se todos os desaparecidos decorram, ou todos os desaparecimentos decorram da violência, principalmente a violência policial.

O jornal quando põe 92 mil... Deixa de registrar que o segundo percentual maior de desaparecimentos são os doentes mentais. E o número é muito grande naqueles 92 mil, seguramente a metade, doentes mentais. Que se envolvem em ocorrências policiais. Quando são recolhidos pelos bombeiros não há para onde levar. Já fiz audiência aqui com os bombeiros, ou já participei, em que eles dizem o seguinte: pegam o doente mental na rua, às vezes abandona na porta de um hospital, porque não tem aonde receber.

E aí eu venho com esse exemplo para essa questão, que ela pode não ser rigorosamente é igual, mas é semelhante. Interessa com um belíssimo discurso eliminar o compromisso com os investimentos e, no fundo, no fundo, com alguns belíssimos exemplos, excepcionalíssimos, de escolas inclusivas, dizer: é isso que nós queremos. Mas completamente distante do mundo real. Distante da vida. Até porque não existe hoje nenhum levantamento, nenhum senso, no Rio de Janeiro, nem em nenhuma – a não ser em um ou outro município, não no Rio de Janeiro – desse universo. Qual é o universo de pessoas portadoras de necessidades especiais? Onde é que elas estão? A maioria esmagadora, ou enclausurada ou com os

cuidados exclusivos da própria família. Não há a mão do estado. A mão do estado não está presente. Obviamente, que nós sabemos dos esforços gloriosos de algumas pessoas que estão nos órgãos. Ali, sendo esmagados. Porque não há, os familiares não são ouvidos. Nós temos especialistas os mais diversos, figuras que elaboram um belíssimo discurso, mas que nunca, nenhum contato, nenhum. Então, eu já participei aqui na Assembleia, lá no plenário.

Primeiro, não é possível tentar fazer uma transição eliminando aquele pouco que já existe de atendimento exclusivo. Não é possível fazer uma transição sem prestigiar aquelas entidades que a duras penas, batalhando contribuição aqui e ali, porque o estado vê como despesa. Ainda mais agora, elevaram com cifras. E uma contradição grande. Porque eles defendem arduamente a parceria público-privada. É uma contradição. Porque quando chega numa questão social extremamente grave eles não querem a parceria público... Eles querem a parceria público-privada com o Eike Batista, para administrar o Maracanã. Mas naquilo que é um problema social que precisa ser alcançado, precisa ser atendido, quer dizer, o discurso humanístico que eles fazem, isso fica no discurso como se eles fossem realmente dos defensores da inclusão. Queremos uma escola igual: as crianças desde cedo têm que compreender a diversidade. Não pode discriminar, tem que compreender que é um igual; tem que estar na mesma escola. O discurso é uma maravilha! Mas está longe da vida, está longe da verdade.

Então, mais uma vez, eu deixo aqui a seguinte sugestão: fazer um censo no Rio de Janeiro. Segundo, prestigiar as existentes e fortalecer a interlocução com a transferência de recursos para as entidades que cuidam, que dependem de recursos. Muitos cidadãos que estão em casa recebem um telefonema “Aqui é da Pestalozzi”... “A contribuição”... Quer dizer, é aquilo assim, não existe... O poder público não... O governante não assume a responsabilidade, uma responsabilidade pública.

Particpei anos atrás - vou concluir, deputado Comte Bittencourt - de um censo na zona oeste - Cezo. Foi um negócio assim tão contundente que o censo na zona oeste demonstrou que o número era muito maior daquilo que se imaginava, mas muito maior. Atestando o sofrimento. Porque muitas famílias passam mantendo dentro de casa ainda aquele que precisa até de uma convivência. Mas não há espaço para isso. Quando consegue é um milagre. Quando consegue colocar lá na Apae, na Pestalozzi... Porque vira as costas.

Aqui, tenho que dizer isso, existia uma... “Mas a formação de professores”. O Instituto Superior de Educação perdeu essa possibilidade. Formava professores com ênfase na educação especial, na educação de jovens e adultos. Eu às vezes me reúno com o secretário da educação, vem aqui. “Temos que cuidar da formação de professores para a educação especial”. Mas o maldito instituto que fazia isso perdeu essa possibilidade. “Ah, porque agora as diretrizes da educação”... Ora, ali era uma exceção, tinha que ser preservada. “Não, porque agora a responsabilidade não é mais do estado”. E aí... Tinha lá, com o Instituto de Cegos, com o Instituto de Surdos. Os alunos que iam se formar professores faziam a opção. Saíam dali especializados na educação de surdos e mudos; na educação de cegos. Não. Acabou. Eles acabaram com isso. E falam na formação de professores. Mas onde está? Estava ali. Era um dos raríssimos formando professores para a educação especial. Lá, a gente vai lá. Porque é um sistema completo, tem da creche à... E está lá a escola especial. A escola especial para a formação do professor.

Então, meu querido deputado Comte Bittencourt, essa corrente ideológica que tem poder e é patrocinada pela mídia, a mídia que defende o estado mínimo ou o estado nenhum. Vamos ver a *Globo*, está lá, autista, está bem. Qual vai ser a indução na propaganda subliminar que está ali? É para chamar a atenção de um problema que existe, ou para influir numa perspectiva ideológica que exclui a responsabilidade do estado? Ainda não sei, mas sempre é dentro, apoiando esse modelo que a gente chama de liberal no sentido da não participação do estado, porque o secretário de estado da educação não tem nenhum compromisso com a educação pública, que a gente ainda fala de boa qualidade, quanto mais com a educação inclusiva porque a despesa é muito maior. Eles olham pela questão orçamentária.

Então, deputado Comte Bittencourt, eu ouvi as manifestações. Obviamente, sou muito solidário às famílias. Conheço o problema, vivi, sei o drama e espero que as comissões possam aqui dar uma contribuição, exatamente para quê? Para, ao contrário, para que haja uma transição ainda teríamos que ampliar as escolas inclusivas para atendimento, ampliar, para socorrer primeiro e simultaneamente ir aparelhando as demais, com meios e pessoal, senão, não tem jeito. Imagina uma família que mora distante de Niterói e tem que levar seu filho, tem que correr lá, como é que fica? Não tem para onde ir, a bem da verdade. Como não tem para onde ir, enclausura. Então, eu sei que é um drama grande. Vamos ver como se consegue, a partir da Comissão, somar esforços com as instituições, com os familiares, com as associações. Na luta antimanicomial, diziam que os familiares estavam associados às clínicas particulares. Eles querem é dar dinheiro para as clínicas! Aí reunia com os familiares, aquele sofrimento. Diziam assim: eu quero que o meu familiar seja atendido. Se vai ser no público ou no privado... Quando v. exa. fala aqui, deputado Comte Bittencourt, no sucateamento, o sucateamento tem esse objetivo, o de fazer com que as pessoas não desejem mais ter o seu filho ali, porque vai lá fazer o quê?

Então, eu sei que é um esforço muito grande, sei o sofrimento às vezes de quem está numa função pública com uma visão, mas há um lado carente dizendo que sim e essa vida da gente dizendo que não. A gente compreende e sabe que às vezes são sufocadas, massacradas, não podem com alguma contundência explicitar, porque têm o compromisso, mas perderiam a oportunidade de contribuir. Vamos ver se a gente consegue, primeiro, prestigiar, discutir no orçamento a destinação de recursos, aprofundar a parceria, ao invés de excluir a parceria. E deixo aqui ainda mais uma vez a proposta de ser feito também um censo. Precisamos conhecer essa realidade, porque, em conhecendo, nós poderemos também contribuir talvez muito mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, deputado Paulo Ramos.

Eu vou abrir aqui uma excepcionalidade. A dona Valéria Oliveira chegou agora ao nosso encontro, representa o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. Depois eu retomo para a sra. Inês, para encerrarmos aqui o nosso encontro.

A SRA. VALÉRIA OLIVEIRA - Bom-dia a todos. Primeiramente, vou me desculpar ter chegado agora, mas estava desde 5 horas da manhã adequando material didático para três alunos cegos do ensino superior.

Então, eu inicio essa minha fala destacando o lugar de onde eu falo, de onde vem o meu discurso. Primeiramente destaco que sou a favor sim da inclusão, mas da inclusão responsável. Ocupo um lugar bastante privilegiado neste discurso porque sou mãe de uma adolescente com deficiência, sou professora do ensino fundamental e do ensino superior, e sou pesquisadora na área. Então, o meu discurso não é só da mãe desesperada, não é só da professora que não sabe o que fazer, mas sim de alguém que ocupa todos esses lugares.

Gostaria de lembrar, e para quem não estava presente, trazer a informação, que essa discussão já foi bastante esgotado na nossa conferência nacional, em dezembro. Nós tivemos uma reunião específica para a educação, onde a proposta 54, que tratava dessa matéria, foi aprovada no nosso grupo. Depois fomos para a plenária final, onde tínhamos os delegados representantes de todo o Brasil. Essa proposta passou na plenária final. O Rio de Janeiro votou por unanimidade. O Rio de Janeiro que eu digo são os delegados. Os 74 delegados que compunham a nossa delegação. Então, só do Rio de Janeiro éramos 74. Só aqui eu estou identificando umas cinco ou seis pessoas que estavam lá comigo.

Gostaria de destacar ainda que quando a gente fala em inclusão - e eu falei aqui em inclusão responsável - a gente está falando de educação e formação para vida. Quando eu digo que sou a favor da inclusão sim, eu sou a favor daquela inclusão em que tenho o meu aluno preparado para ser incluído. Não

a inclusão que chamam de inclusão, que é uma irresponsabilidade fazer a matrícula de todos num espaço onde você não encontra profissionais capazes de receber aqueles alunos, e um espaço adequado para receber esses alunos e material didático e nenhuma adequação curricular para esses alunos. Quando eu digo aluno, estou falando da educação infantil ao ensino superior.

Eu atuo no ensino fundamental, onde nós preparamos os nossos alunos. E atuo no ensino superior, onde todos que chegam para mim já chegam incluídos. No ensino superior só tem inclusão. Mas para aquele aluno que chegou ali, aquele estudante que chegou à universidade, quase todos os que conheço, com exceção de alguns como o dr. Charles, que está aqui atrás de mim, que foi nosso aluno na Uerj, que não foi uma criança com deficiência – conta como deficiência depois de adulto – mas todas as crianças com deficiência vieram da educação especial. Escolas especiais. E hoje estão comigo na universidade.

Na Uerj nós temos o programa rompendo barreiras, que é um programa que atende esses alunos tanto da universidade, quanto quem vem de fora. Nós temos projetos de extensão.

Então, era isso, sr. deputado, que eu gostaria de destacar. Como a gente está falando de inclusão, a gente está falando de educação em todos os níveis de ensino, da educação infantil à superior. Eu não posso irresponsavelmente por numa sala um aluno surdo profundo, que não sabe libras nem língua alguma. Não adianta eu colocar um intérprete de língua na educação infantil, na classe de alfabetização, se esse aluno ainda não sabe libras. Primeiro, tem que ser proficiente na sua língua. Aí sim, quando ele for proficiente na sua língua, posso incluí-lo com um intérprete.

É uma irresponsabilidade colocar um aluno cego no meio de uma turma com 40 a 50 alunos. O aluno acabou de entrar na escola, o que ele vai fazer ali? Aí quando o aluno sente a necessidade, como já aconteceu este ano mesmo, alguém veio conversar comigo que a pobre da criança de seis anos foi acusada de estar assediando a coleguinha porque passou a mão nela. Ele é cego! Chegou à escola agora! Não enxerga nada!

Então, primeiro tem de ser mostrado a ele como é o mundo, como são as relações, permitir que ele leia em braile ficando maior, mostrar os recursos tecnológicos. Aí sim eu posso incluir, isso é uma inclusão responsável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, professora. Antes de passar a palavra para a professora Inês e encerrarmos aqui o nosso encontro, registro também a justificativa do deputado Marcelo Freixo, membro da nossa comissão que se encontra em reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Professora Inês para as considerações finais, já deixando, professora Inês, professora Célia, um convite para talvez em outubro, realizarmos mais um debate sobre atendimento na nossa rede estadual. E vocês poderiam nos trazer mais elementos efetivamente a respeito da rede, porque como disse aqui o deputado Márcio Pacheco, o sentimento que fica da Comissão de Educação, pelos dados que o Inep apresenta. E fazendo um comparativo com estados com um grau de desenvolvimento igual ao Rio de Janeiro, parece-nos que há uma rede de exclusão.

Então, fica a nossa percepção, pode não ser verdadeira, mas fica a nossa percepção. Claro que por outro lado, verdadeiro sentimento pelos movimentos que alguns setores da secretaria vêm fazendo ao longo dos últimos anos para acabar com as poucas escolas especiais que o estado mantém historicamente. E pediria que a senhora tentasse avaliar também, nos responder o mais breve possível, por que o estado não foi na gestão do sr. Risolia, parece que na gestão da professora Teresa Porto, por que acabou com o convênio com a Apae de Niterói, que oferecia o único curso de formação de professores de libras no estado do Rio de Janeiro? O estado acabou com esse convênio justificando que não poderia mais passar recursos do orçamento da educação para a Apae manter o curso de formação de professores de libras.

Então, fundamental a senhora poder nos informar. Essa informação nos foi dada pela professora Miriam, da Apae, e eu me lembrei agora. E já tem mais de um ano. Não foi encerrado nessa gestão, mas foi na governança atual do governador Sérgio Cabral. Se a senhora puder nos trazer essa informação ou nos mandar por escrito essa informação, seria muito importante.

Professora Inês, com a palavra.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – Com certeza estaremos providenciando isso. Só uma pequena retificação: ao final, somos 1.310 escolas hoje. Houve uma redução. E as salas de cursos, as quase 200 salas que nós temos, elas atendem não apenas num único turno, têm dois ou três turnos, algumas em três turnos. Na realidade, é uma sala que atende só num determinado horário e esse ano nós ampliamos bastante a quantidade.

E uma sugestão que deixo aqui, que nós convidemos para a próxima audiência se for possível, a Uncme, União dos Conselhos Municipais de Educação. Eu acho importante, pois temos de disseminar junto às secretarias municipais de educação, a própria Undime, assim como somos representantes do conselho estadual, acho importante, é uma sugestão, que os conselhos municipais de educação também se façam representar.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Nós temos aqui uma presença permanente da Undime nos nossos debates mas quando se trata da questão da relação municipal.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – É, porque a Uncme traz mais a questão da legislação municipal.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Já tivemos também um encontro; conselhos municipais, não é?

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – É Uncme. Eu acho até pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Já tivemos um ou dois encontros também.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA – É, união dos conselhos municipais. Acho pertinente até mesmo porque tem administrações municipais.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Boa sugestão acolhida.

A SRA. INÊS DOS SANTOS DA SILVA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Quero agradecer. Evidentemente, o nosso debate, a representante do Conselho de Pessoas Portadoras de Deficiência, a Uerj inclusive colaborou conosco através da sua diretora, que é uma especialista em educação especial que só não veio hoje porque está acamada, ela se comunicou ontem conosco. Ela contribuiu com o nosso projeto de certificação. Evidentemente, o debate é por uma inclusão responsável, mas o nosso debate hoje é a coexistência.

O que fica, deputado Paulo Ramos, o importante é sairmos daqui com a tarefa de produzirmos um documento da Comissão de Educação e a Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, externando a nossa posição contrária a essa alteração que está sendo proposta, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação, ou seja, garantir a coexistência da oferta e garantir o direito a todos, ao acesso. Isso que é fundamental. E claro, lembro ao deputado Paulo Ramos e já peço o apoio das instituições, pelo e-mail dos deputados da Casa já distribuí uma cópia do veto e do projeto para que possamos ter o apoio da maioria dos deputados quando esse veto chegar em plenário para sua derrubada.

Agradeço a todas e todos. Acho que marcamos aqui a posição em apoio aos movimentos dos senhores e esperamos que o Senado Federal esteja iluminado para rever essa iniciativa de um dos seus quadros.

Pedem aqui que eu lembre, estamos terminando a fase municipal da Conae, logo chegaremos à fase estadual que a comissão estará presente com seus representantes, mas me lembram aqui para que todos fiquem atentos ao eixo 6 no debate na Conae, que trata justamente do assunto que hoje aqui tratamos em nossos debates.

Muito obrigado pela presença de todos. Boa-tarde. Está encerrada a nossa audiência.

ANEXO F – Audiência pública realizada em 07.10.2015 – AP6

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA COM A COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às dez horas, na sala número trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Educação, em conjunto com a Comissão da Pessoa com Deficiência desta Casa, sob a Presidência do Senhor Deputado COMTE BITTENCOURT, e com a presença dos Senhores Deputados TÂNIA RODRIGUES, ANA PAULA RECHUAN, MÁRCIA JEOVANI, WALDECK CARNEIRO, TIO CARLOS, FLÁVIO SERAFINI, DR. JULIANELLI e DR. SADINOEL. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente informou que a presente audiência pública destinava-se ao debate do tema 'AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO CONTRA A OBRIGATORIEDADE DE ASSEGURAR EDUCAÇÃO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA', conforme publicação no D.O. de 06.10.2015. Foi anunciada a presença dos seguintes convidados, entre outros: JOÃO ROBERTO ALVES, representante da Confenem; MARIA CRISTINA, representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; GUILHERME RAMALHO, presidente da Andef; GERALDO NOGUEIRA, representante da OAB; LUIZ HENRIQUE MANSUR, do Conselho Estadual de Educação; EDICLEIA MASCARENHAS, do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência; ANDRÉ DAVI, da Associação Fluminense de Reabilitação; EDGARD RIBEIRO, do Sindicato dos estabelecimentos de ensino – RJ. Após ampla discussão do tema, com a participação de todos os presentes, e como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que fosse lavrada a presente ata, que traz em anexo as notas taquigráficas contendo o inteiro teor do ocorrido na reunião. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim, Carlos Chagas Diniz, matrícula 201.628 -5, e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, em sete de outubro de dois mil e quinze.

(a) **LUCIA HELENA COSTA NOGUEIRA DA GAMA** e **CARLOS CHAGAS DINIZ**, Secretários; Deputados **COMTE BITTENCOURT**,

Presidente da Comissão de Educação, e **TÂNIA RODRIGUES**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão da Pessoa com Deficiência.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1ª audiência pública conjunta

Realizada em 7 de outubro de 2015

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Quero pedir desculpas pelo atraso de vinte minutos para o início da nossa sessão. Estou aqui na sala ao lado participando de outra sessão da CPI da Petrobras, que encerra, hoje, os trabalhos. Peço que compreendam que vou ter que me ausentar um pouco. Está na leitura da relatoria final do projeto que será encaminhado ao plenário para tanto vou dividir aqui a presidência com a deputada Tânia Rodrigues, que nos solicitou esta audiência conjunta da Comissão de Educação com a Comissão da Pessoa com Deficiência, em que a deputada é vice-presidente. O presidente é o deputado Márcio Pacheco, que está em viagem, portanto, de licença das suas atividades parlamentares na Casa.

Vou pedir ao deputado Waldeck que divida comigo aqui um pouco a presidência por ter que me ausentar.

Bem, o objetivo da nossa audiência é uma solicitação da Comissão da Pessoa com Deficiência no tema “inclusão” e no tema “direito à matrícula de alunos com deficiência tanto na rede pública quanto privada”, ou seja, no sistema estadual de educação. Participam diferentes redes para tanto convidamos a Secretaria de Estado de Educação cujo representante é o prof. Antônio; a Carla Bertania, é a superintendente pedagógica da Seeduc, com a Maria Aparecida Freitas, diretora de ensino; e a Célia Virmond, coordenadora de universidade inclusão educacional. Sejam bem-vindos à nossa comissão.

A deputada Tânia pergunta aos representantes das entidades se tem alguém aqui com deficiência auditiva completa que precise da linguagem de sinais aqui ao nosso lado com a assessora da comissão. Obrigado.

Convidamos o Conselho Estadual de Educação. Está presente o prof. Luiz Henrique Mansur. Convidamos o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro. Está representado pelo prof. Edgard Flexa Ribeiro. Convidamos a Comissão da Pessoa com Deficiência OAB – RJ Vai à Escola. Está presente o Rogério Borba, sempre presente nas nossas audiências. Convidamos representante da Confenem, órgão responsável por uma ação direta de inconstitucionalidade da obrigatoriedade de matrícula na rede privada, o dr. Paulo Roberto Moreira Alves. Anuncio a presença da professora Sandra Santos, diretora do Iserj; do sr. Wellington Espírito Santos; da sra. Vanessa André de Sá Abreu, do Compe(?) de Niterói; do sr. André Assunção, representando o presidente da Pestalozzi Niterói; do Guilherme Ramalho, de Niterói, presidente da Andef – seja muito bem-vindo ao nosso encontro.

Não sei se a Tânia gostaria de registrar mais alguma presença. Citei as que estão aqui relacionadas pela Assessoria.

Por gentileza, Tânia.

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – A Carmen, que é a coordenadora da acessibilidade da Secretaria de Acessibilidade de Niterói; do Washington, que é representante do Conselho Estadual; a professora Maria Cristina, representando o secretário de ciência e tecnologia.

Que veja, assim, acho que só esses.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Desculpe, Maria Cristina. Estou vendo agora. Maria Cristina, ex-presidente da Faetec, representando o secretário de ciência e tecnologia.

Peço a Assessoria para tentar providenciar bancos aqui para a lateral para que as senhoras não fiquem aqui de pé ao longo da sessão. Pedir a Lúcia para..

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) - Peço desculpas às pessoas. Depois, vamos providenciar os assentos.

Bem, deputada Tânia, parece que a senhora tinha solicitado para o início da nossa dinâmica, e aí vamos dividir com v. exa. essa condução. Esse tema da política de inclusão tem sido permanente aqui na Comissão de Educação. Foi tema num debate no plano estadual de educação. Tem sido um tema recorrente, porque é uma preocupação da comissão essa questão do direito ao acesso à escola de cada vez mais lutarmos por uma rede, de fato, que possa ser, verdadeiramente, inclusiva e defender direitos de todos no seu exercício pleno de cidadania. Leia-se acesso à educação. Esse tema, então, tem sido caro aqui nos nossos debates. É um debate muito importante. Debate que tem merecido desta comissão ao longo dos últimos anos uma atenção com muita responsabilidade, acima de tudo, com muito respeito. A Seeduc tem-se feito presente aqui nesses debates todos. Provocados pela Comissão da Pessoa com Deficiência em função dessa ADIn proposta pela Confederação de Estabelecimentos de Ensino contra a obrigatoriedade da educação de estudantes com deficiência fomos provocados para a realização dessa audiência.

Registro a presença da Uppes Sindicato, representada pelo Marcelo.

A Comissão de Educação tem uma dinâmica para audiência, deputada Tânia, vamos ouvir os convidados. Temos o horário da sala das comissões. São 10h20. Vamos tentar apontar o encerramento para 12h30. Vamos ouvir os convidados. Depois, abrimos para os que queiram complementar alguma informação trazida pelos convidados. Em seguida, os comentários dos srs. deputados alguma possível pergunta encaminhada aos deputados. Encerraremos a audiência. Não é uma audiência deliberativa, apesar de termos o quórum mínimo necessário da Comissão de Educação. Não é uma audiência de caráter deliberativo e, sim, uma audiência para que possamos aqui contribuir nesse debate trazendo a reflexão para dentro do parlamento estadual, apontando tarefas necessárias para a execução desta Casa.

Sejam todos muito bem-vindos. Passo a deputada Tânia Rodrigues para também fazer a sua saudação inicial.

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – Bem, presidente Comte Bittencourt, membros da Comissão de Educação, membros da Comissão da Pessoa com Deficiência, gostaria já de anunciar a presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, deputada Tia Ju, a deputada Márcia Jeovani, dr. Geraldo Nogueira já pode chegar.

Bem, deputado Comte Bittencourt, primeiro, gostaria de agradecer muito a presteza da Comissão de Educação em marcar o mais rápido possível essa audiência pública em conjunto, porque, na verdade, como v. exa. colocou estou constrangida de ter que fazer essa audiência pública, porque são trinta anos de luta em prol da questão da pessoa com deficiência no que diz respeito, principalmente, a cidadania – não quero aqui falar em aluno especial. Não quero aqui discutir instituições. Não quero nada disso. Quero resgate da cidadania e aqui garantir a cidadania da pessoa com deficiência. Só isso que quero discutir. É inconcebível que ao ser ameaçado pela lei brasileira de inclusão a Confederação Brasileira de Educação resolvido entrar com uma ADIn para tirar os nossos direitos de cidadania. Isso aqui é lamentável. Não sei nem expressar a minha indignação com esse fato.

Eu acho, e chamei a deputada Tia Ju, que faço questão que sente próximo da gente, porque todas as comissões que dizem respeito a esse tema vão estar unidas para que a gente possa não só derrubar essa questão, mas também dizer a nossa indignação desse tremendo retrocesso que querem nos impor. Acho um verdadeiro absurdo querer que pais de deficientes não tenham opção, mesmo aqueles que têm dinheiro. Estamos voltando às discussões primárias, que tivemos há trinta anos. Deficiente no Brasil, mesmo que tenha dinheiro, está segregado porque não tem oportunidade de conquistar sua cidadania, quer seja numa academia de ginástica, mesmo podendo pagar você não pode frequentar, porque a maioria não tem equipamentos, não tem acesso sequer, há barreiras arquitetônicas. É lamentável.

Vamos ver um vídeo que foi o motivo, que eu mostrei pra todos os outros, desta audiência. Mas eu queria falar de uma mãe que foi, não sei se vocês viram, no programa da Fátima Bernardes. Aí, já desmascarar esse sindicato fajuto de Santa Catarina, que teve a audácia de escrever isso. O que eles

escreveram realmente é ridículo, não poderia nem ser considerado, sinceramente. Acho que em todas as classes a gente tem o bom e o mau profissional, e fico muito envergonhada – não sou professora – que um sindicato de classe escreva essas temeridades que escreveu, e isso foi pro Brasil inteiro, o sindicato de Santa Catarina. Essa mãe que foi na Fátima Bernardes teve trigêmeos, obviamente dois nasceram de baixo peso, com problema respiratório e ficaram na incubadora. Um desses dois, um ficou com comprometimento motor e o outro ficou com comprometimento cognitivo. Idade escolar, a mãe foi matricular os três filhos na escola: tinha vaga, mas na hora que ela foi levar as crianças, a pessoa disse pra ela que não tinham vagas. Pasmem os senhores, porque as pessoas julgam que o preconceito é bem maior com o deficiente mental, mas a criança que tinha o déficit cognitivo foi aceita, e a criança que ficou com uma seqüela motora severa, de paralisia cerebral, e que não tinha déficit cognitivo não foi aceita. Quem é que vai fazer “a escolha de Sofia”? Quem vai dizer quem pode e quem não pode, quem vai e quem não vai? Uma pessoa que sequer fez algum teste na criança pra saber se ela teria ou não condições de acompanhar as aulas.

Eu acho que é extremamente temeroso viver num país onde as diferenças não são respeitadas.

Muito obrigada, deputado Comte Bittencourt.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, deputada Tânia Rodrigues.

Registro o dr. Geraldo Nogueira, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB. Seja bem-vindo.

Antes do vídeo, quero registrar os deputados da Comissão de Educação: deputados Tio Carlos; Waldeck; Dr. Julianelli; Ana Paula Rechuan; Tia Ju e Márcia Jeovani, aqui também presentes na nossa comissão, me parece membros da Comissão de Pessoas com Deficiência – da Criança e do Adolescente é a Tia Ju, presidente.

Tânia Rodrigues, passo aí para a assessoria, para fazer a projeção de um vídeo.

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – É, são dois minutos só.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Vamos passar a palavra, então, pela proposta sugerida pela deputada Tânia, ao dr. Geraldo Nogueira, que é da OAB, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, OAB do Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO NOGUEIRA – Só para eu me policiar, eu teria quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Geraldo, eu peço...

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – Quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não, nem falaria 15 minutos, eu peço que o senhor entenda a quantidade de colegas que vão buscar participar desse debate importante. Evidentemente, que esse debate aqui poderá se desdobrar em outros. Não temos aqui a pretensão de, em duas horas de debate, esgotar o tema, mas traga as contribuições que o senhor julgar importantes e necessárias, dentro do tempo que for conveniente para sua explanação, mas pedindo que seja o mais enxuto possível no uso do mesmo. Não vou limitar o seu tempo. Por gentileza.

O SR. GERALDO NOGUEIRA – Pois, não, deputado, vou ser o mais breve possível. Eu cumprimento a todos, na pessoa dos deputados Comte Bittencourt e Tânia Rodrigues; aos demais colegas, militantes da causa aqui presentes, eu me sinto muito honrado de voltar a essa Casa, sempre. Acho que a Alerj contribui positivamente não só com as questões estaduais, mas, inclusive, nacionais, quando faz uma proposta de uma audiência pública como essa e outras que a gente já vivenciou aqui, com sucesso, sempre.

Essa questão da Lei Brasileira de Inclusão é uma lei recente, que foi sancionada agora em julho e tem uma vacância: vai passar a valer a partir de janeiro de 2016. É uma lei inovadora porque traz vários aspectos para a pessoa com deficiência, inclusive a penalização para o descumprimento de normas que já existiam, como a acessibilidade, a inclusão na escola. Por isso, houve esse movimento.

As leis anteriores, que já obrigavam, o Mec, através da Meta 4, já determinava a inclusão na escola regular de pessoas com deficiência. Muitas escolas não cumpriam porque não havia uma penação.

A lei brasileira de inclusão é inovadora porque penaliza, com pena de reclusão, a negativa de matrícula de aluno com deficiência em escola regular.

Ela trouxe também a figura do professor de apoio para pessoas com maior dificuldade, como o autista, a pessoa com deficiência intelectual. É necessário que a escola mantenha um professor de apoio, cuja função seria trazer para esse aluno numa linguagem mais própria, que ele consiga compreender com mais facilidade, o que o professor está explicando na sala.

Esse avanço acontece no mundo todo. Estive nos Estados Unidos e, conversando com alguns militantes, lá também há uma militância em defesa das pessoas com deficiência. É uma causa nova no mundo inteiro, no sentido de que muito tem que ser feito e construído. No Brasil, não estamos muito atrás dos países de primeiro mundo no que diz respeito à compreensão do que se tem de melhor, mas estamos muito atrás, e, comparando com os Estados Unidos, eu diria que talvez dois, três séculos, no que diz respeito ao conceito de cidadania. O conceito de cidadania brasileiro é muito atrasado, baseado em números, em questões econômicas e numéricas e não na questão individual, na questão cidadã, de direitos humanos e de inclusão. Vou usar uma figura simbólica para exemplificar. Para os americanos, qualquer indivíduo é como se fosse a bandeira dos Estados Unidos. Não importa se é um indivíduo. Se tem ali um indivíduo, ele é a bandeira dos Estados Unidos fincada naquele local e tem que ser respeitado a qualquer preço. No Brasil, as pessoas com deficiência são descartáveis, a menos que signifiquem significativo número que o gestor compreenda que tenha que fazer algumas políticas públicas em função de um número expressivo. Nossa cidadania é quantificada em quantidade de pessoas. Isso é um erro que devemos corrigir daqui a um ou dos séculos, dado o atraso da cultura brasileira com relação ao que seja cidadania. A lei brasileira de inclusão é inovadora na medida em que fez várias mudanças em leis expressivas do Brasil. No CDC na parte de interdição, ela fez significativas mudanças determinando a interdição parcial da pessoa com deficiência intelectual. A pessoa com deficiência, pelo CDC anterior, antes das mudanças, era vista como relativamente incapaz, só por ser deficiente. Se fosse uma pessoa cega ou com deficiência auditiva, ela era impedida de testemunhar um crime, por exemplo. Ainda que ela estivesse presente à cena dos fatos e fosse capaz, pasmem, por exemplo, uma pessoa cega, procurador da República, ou juiz, ou engenheiro, ou médico, com qualquer formação, para o CDC seria incapaz de testemunhar um crime. Quer dizer, a pessoa seria capaz de julgar um crime como juiz e incapaz de testemunhar o crime, porque o código impedia isso. Foram feitas todas essas mudanças. A lei brasileira de inclusão também mudou o código nacional de trânsito, trazendo penas maiores para o uso de vagas reservadas para pessoas com deficiência. Determinou que as áreas de estacionamento privado de uso coletivo, como em shoppings e supermercados, são locais públicos e passíveis de fiscalização dos órgãos fiscalizadores de trânsito. Se antes os órgãos não podiam fiscalizar a ocupação indevida dessas vagas nos estacionamentos privados de uso coletivo, agora, com essa mudança, a partir de janeiro vão poder fiscalizar. A multa também aumentou, ela deixou de ser uma multa leve e passou a ser uma multa mais pesada, com um valor maior e com pontuação na carteira maior, a ocupação de vagas. Estou citando isso como exemplo para mostrar o avanço que essa lei traz para nós, brasileiros, incluindo as pessoas com deficiência. Aqui eu lembro também uma frase de Lyndon Johnson, que antes de Kennedy já dizia, lá nos Estados Unidos, que uma sociedade que não consegue incluir as pessoas com deficiência e idosas é uma sociedade que não evoluiu. Então, veja bem, enquanto a gente não fizer essa lei ser cumprida, enquanto a gente não incluir esses segmentos na sociedade, nós seremos, sim, essa sociedade talvez evoluída economicamente e atrasada

socialmente. Seremos países de Terceiro Mundo sempre do ponto de vista social, um país que desprestigia o seu próprio povo, o seu próprio cidadão. Acho que a lei contribui nesse sentido de facilitar o progresso no Brasil também. Especificamente sobre esse caso da Confenem, a Confenem está preocupada com a questão dos valores que as escolas vão ter que arcar principalmente com o professor de apoio escolar. Portanto, estão tentando não a inconstitucionalidade da lei, mas do artigo que traz essa obrigatoriedade. O fato é que essa ADIn está na relatoria do Ministro mais novo do Supremo Tribunal e há um movimento no Brasil das pessoas com deficiência.

O Movimento Brasileiro de Pessoas com Deficiência é um movimento que avançou muito, é bastante organizado. A gente conseguiu – esse movimento, estou falando “a gente”, me incluindo no movimento – segurar, por exemplo, essa lei por anos dentro do Congresso. Ela não atendia aos interesses do segmento e entrou em pauta várias vezes. Foi retirada por pressão do movimento e conseguimos também a façanha de ter a única convenção, o único tratado internacional... O Brasil assinou há mais ou menos uns oito pactos internacionais. Desses oito pactos internacionais, o único que entrou com força de emenda constitucional é a Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência. É o único pacto internacional assinado com força de emenda constitucional. Por quê? Porque ele requer um quórum qualificado nas duas Casas do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em duas votações. Isso é praticamente quase impossível acontecer e o Movimento de Pessoas com Deficiência conseguiu essa façanha, não só pela organização do movimento, mas também porque o tema perpassa as questões políticas, partidárias, as questões, inclusive, econômicas porque é a única diferença humana que alcança qualquer, que perpassa por outra diferença. A pessoa pode ser negra com deficiência, branca com deficiência, rico com deficiência, pobre, criança, idoso e vai por aí fora. Então, a deficiência não escolhe nenhum segmento da sociedade, ela alcança qualquer segmento da sociedade. Talvez isso também tenha facilitado essa convenção entrar com essa qualificação. O fato é que a ADIn hoje está na relatoria do Ministro lá do Supremo e já há uma manifestação coletiva de várias instituições ligadas ao movimento que vão entrar com um processo chamado *amicus curiae*, que é uma expressão latina que quer dizer amigos da corte. Então, você tem interesse numa causa, você entra como amigo da corte, como se fosse o amigo do juiz, para ajudar o juiz a entender melhor o que está acontecendo.

Várias instituições estão se manifestando, eu acredito que já tenha mais de doze propostas de *amicus curiae*. Inclusive a OAB Nacional, através do Conselho Federal da OAB, já também votou por unanimidade os conselheiros, que a OAB Nacional vai entrar com *amicus curiae*. Eu devo ser advogado de uma das instituições de São Paulo, o Instituto Alana. Eu vou representar esse instituto também como *amicus curiae* e vão ter pessoas renomadas, juristas renomados aqui, como o dr. Daniel Sarmiento, o dr. Joelson Dias, lá de Brasília, que vão incorporar essa luta voluntariamente, também representando algumas instituições. Eu acredito que a audiência pública aqui, deputado, contribui bastante nesse sentido e eu pediria até, depois, se a gente tivesse acesso a esses documentos, porque a gente pode juntar esses documentos nessas ações, de *amicus curiae*, o que vai mostrar para o Supremo Federal que há uma preocupação nacional, no sentido de que não se perca esse direito, de que não se exclua essas pessoas com deficiência, com a ADIn propõe, dizendo que o estado é o responsável por isso e não as escolas particulares. Olha, um argumento simples derruba isso. Como somos empresários, exploramos uma sociedade e vamos escolher dentro dessa sociedade a melhor fatia do bolo? Se vivemos dentro de uma sociedade, somos responsáveis por essa sociedade como um todo. Então, se quero, ou não ser responsável por nada, eu que mude para a floresta, para selva para viver lá sozinho. Vivendo -se numa sociedade, sobrevivendo-se dela, explorando-a, tem-se o bônus, mas também, tem que se o ônus. Todos nós somos responsáveis. À medida que um grupo se exclui das responsabilidades sociais, que todo cidadão deve ter, isso é muito prejudicial para a sociedade, porque, de outra parte, está se responsabilizando essas famílias a solucionar sozinhas o problema de transporte desse indivíduo, o problema de saúde desse indivíduo, o problema de educação desse indivíduo. Veja bem, isso é muito penoso, perverso e covarde. Veja bem, qualquer um de nós aqui, se pegamos um ônibus, um trem, um metrô, ou um avião, estamos dividindo

desse transporte com toda a sociedade. Se vamos a um hospital, estamos dividindo o custo desse hospital com toda a sociedade que o usa, porque se tivéssemos que pagar sozinho para um avião sair daqui com um de nós, para Nova York, o preço seria muito diferente de uma passagem. Então, é injusto se transferir o ônus de uma deficiência para um grupo familiar, como se ele fosse culpado de ter aquilo. O fato é que a humanidade tem deficiências, a humanidade vive em sociedade, para sobreviver, para se autoprotger, então, todos os que estão inseridos, nessa sociedade, têm o mesmo direito de se manter e ter o acolhimento de todo o grupo social.

São atitudes que ainda existem, são resquícios de um processo atrasado, que a vivemos no Brasil, de exclusão, de penalizar o outro, de passar a responsabilidade para os indivíduos, como se houvesse segmentos melhores e piores, dentro da sociedade. Usando um exemplo, uma revista americana acabou de publicar que só existe um gênio vivo na humanidade, - a humanidade já teve vários. Quem é? É uma pessoa com deficiência, o Stephen Hawking, um físico inglês, que está sendo considerado o único gênio vivo da humanidade e é uma pessoa com uma deficiência severa. Ele vive todo torto numa cadeira de rodas. A perda desse indivíduo seria uma enorme perda para a humanidade. Ele revolucionou a lei da gravidade, feita pelo Isaac Newton, que na época valia para todo o universo, só vale para dentro do planeta Terra. Isso é fantástico! E ele é uma pessoa com deficiência. Só sinalizando, não como se a deficiência fosse positiva e que tem que ser deficiente para se gênio. Não é isso. Tem que ser humano, às vezes, para ser gênio, ou não ser, e humano, tenha ou não deficiência, independente de ser gênio, ou não. Então, é nesse sentido que temos que lutar contra esses movimentos que vêm num retrocesso. Se olharmos números econômicos, são explicáveis. Têm custo? Tem sim, mas tudo na sociedade tem custo. Essas obras que estão sendo feitas para os jogos olímpicos e paraolímpicos, não são faraônicos? Mas, são para jogos. Então, porque não se para de fazer jogos e se constroi hospitais? Então, para tudo tem uma explicação, um argumento. Ah, para as escolas é um custo. É um custo, mas quantos gênios vamos perder? Porque eles não podem ir para a escola? Qual é o prejuízo na economia com alguns indivíduos na escola, com alguns professores a mais para termos uma perda muito maior lá na frente? Fora isso, a humanidade perde muito mais quando ela exclui seu cidadão, porque se excluimos alguém, também somos passíveis de exclusão. À medida que aceitamos que o mal aconteça com o outro, que está dentro da sociedade, que é responsabilidade nossa proteger, nós também estamos passíveis de sofrer o mesmo erro, a mesma atitude grave de exclusão, que nós estamos permitindo ou estamos impondo a outrem.

Então, meus amigos, acho que a questão é mais humana, nesse sentido. Por isso, entendo, perfeitamente, as palavras de indignação da deputada Tânia Rodrigues. Aliás, muito bem ditas. Acho que temos que levar isso à frente. Acredito que todas as falas vão caminhar nesse sentido da indignação, porque é uma questão mais de direitos humanos básicos, que é o direito à educação. Você negar a educação a uma criança, por uma questão de um professor a mais na escola... Isso gera custo? Gera. Tem que ser diluído pela sociedade. “Ah, mas a sociedade não quer mais isso, não aguenta mais isso.” Mas a sociedade vive junto exatamente para unir forças e dar conta disso. Acho que tem outras questões que podem ser cortadas, que podem ser evitadas, que podem ser diminuídas. Eu acredito. Nós estamos até propondo – a gente tem um grupo de trabalho, lá na OAB, e esse grupo avançou -, está sendo elaborado um projeto de lei, com a participação de juristas da área tributária, e já tem alguns deputados federais em contato com o grupo interessado nesse projeto de lei. Nós vamos propor um projeto de lei que esses professores, que possam, por exemplo, o cargo, com esses professores, exclusivamente de apoio, serem abatidos, por exemplo, no imposto de renda, ou em algum outro imposto que a escola tenha que recolher. Quer dizer, ou talvez por cada aluno que se tenha, tenha um percentual de abatimento. Isso está sendo estudado e isso seria uma proposta de saída. Quer dizer, é dividir o bolo por todos, responsabilizar a todos dentro da sociedade. Então, acho que eram essas as palavras que eu queria trazer inicialmente. Agradecer pelo convite. Sinto-me sempre muito honrado, vii deputado. E também me colocar à disposição. Eu presido a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na OAB, estou aqui com o meu colega Rogério Borba, que preside lá a OAB, da escola, que também é uma outra instituição. E a gente

está à disposição na OAB para somar sempre esforços aqui com a Alerj, que a gente sabe que daqui saem coisas boas, e eu quero o resultado dessa audiência pública para inserir lá “na” *amicus curiae*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, dr. Geraldo. Quero registrar a presença do deputado Flávio Serafini, também membro da nossa comissão. Passo a palavra ao convidado, aqui representando a Confenem, o dr. João Roberto Alves.

O SR. JOÃO ROBERTO ALVES – Bom-dia a todos. Nós queremos saudar os parlamentares desta Casa e a todos os presentes. E a posição, exatamente quando tivemos conhecimento da realização da audiência, nós tomamos a iniciativa de pedir a participação. Acho que não poderíamos, em nenhum momento, deixar de comparecer a essa questão, que é uma questão relevante. E, logo de início, gostaria de deixar claro, deputados e demais, que a Confederação, ao colocar a questão em discussão, ela não tem a preocupação do aspecto financeiro. Até mesmo - o dr. Geraldo colocou isso muito bem – a legislação que rege as taxas, a fixação dos valores, já prevê o rateio de todas as despesas entre todos os alunos.

Então, a Lei 9.870/99, já estabelece esse princípio. Então, não há qualquer necessidade maior de uma legislação porque uma lei federal já prevê e já permite que todos os custos ocorridos na escola sejam divididos, naturalmente, por todos os usuários.

O que levou a Confederação a discutir e trazer esse assunto, que é um assunto, inclusive para nós, que integramos a diretoria da Confederação, e para todos os sindicatos – temos aqui presentes os sindicatos do Rio de Janeiro e demais sindicatos -, o que nós colocamos é que não existe... As escolas, as 45 mil escolas particulares, elas não têm profissionais capacitados para atender a pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis e graus.

E aqui temos diversas especialistas que sabem que existe a necessidade, existe uma diferenciação muito grande entre todos os que são portadores de deficiências. A preocupação hoje é – o senhor colocou muito bem -, é uma legislação que estabelece a reclusão de dois a cinco anos de pessoas, de regentes, na verdade, que se negassem à matrícula. O que nós devemos inclusive observar é que o Conselho Nacional de Educação já se pronunciou, esse ano, em março desse ano, através do Parecer 3 de 2015, da Câmara de Educação Básica, que a escola deva se valer... Esse parecer decorre exatamente da promotoria de justiça de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que a escola deva se valer de profissionais para ter a entrevista inicial. Qual é a grande questão que se tem? As escolas terem que receber todas as pessoas automaticamente e deixá-las em situações que são situações completamente de difícil superação. Nós não temos nas nossas faculdades, nas escolas normais, linhas de formação de professores em todos os professores terem a capacidade de formação. Estamos evoluindo um pouco agora na língua brasileira de sinais. Mas se nós somarmos todas as escolas, sem nós tivermos uma pessoa, e o deputado colocou isso logo no início, que tava intérprete de Libras aqui, que a Assembleia tem essa capacidade de colocar, mas se nós tivermos hoje em todas as escolas a necessidade de contratação, não existem profissionais no mercado possíveis de serem contratados. Não há. Numa deficiência que é uma deficiência perfeitamente mais simples do que uma deficiência que é uma deficiência de grau mais elevado.

Então, a preocupação nossa em nenhum momento estabelece o aspecto de preço, nem nada, nem é contra a lei de uma maneira geral. Ela coloca apenas dois tópicos que trazem o sentimento de um automatismo. Esse sentimento de automatismo é a grande preocupação. O que seria melhor? A escola passar e ter uma entrevista, ter profissionais para ver se ela tem a capacidade de atender ou não. Porque nós sabemos que não é simples pra um professor que terminou um curso normal, por exemplo, um curso de formação de professores, um jovem que terminou, ele ir pra uma classe de 35, 30 alunos, e ter que atender naquele conjunto, mesmo se tiver, a instituição tiver a necessidade, como já tá previsto, tem um professor de apoio, mas não existem professores de apoio que... Um professor de apoio possa dar conta de um número às vezes mais acentuado.

Então, o que a confederação coloca, deputada Tânia e demais deputados, é essa preocupação. Devemos ter e toda a confederação tem esse princípio. Não é contra a legislação, não ataca de uma maneira geral, ataca o princípio do automatismo. Esse automatismo é um automatismo que pode trazer a instituição a ser compulsoriamente obrigada a matricular uma, dez, número limitado de pessoas, que precisa de necessidade especial sem ter uma preparação para isso. Hoje nós temos inclusive já acessibilidade, acessibilidade física já tem sido superada em muitas instituições privadas. Hoje é pré-requisito para uma instituição no ensino superior. O Conselho Estadual de Educação, nós temos aqui o representante do conselho, também caminha nessa direção. Mas nós sabemos que em alguns prédios, inclusive prédios tombados e tudo, é muito mais complexo se fazer o atendimento... O acesso.

Então, nós temos que observar que essas barreiras físicas são mais fáceis de serem superadas. O problema maior é que nós não temos, as escolas, as 45 mil, quase 50 mil particulares, não têm profissionais capacitados em atender todas as, se não me engano, são mais de quatro mil situações de portadores de deficiência. Então há uma necessidade de se respeitar e o Conselho Nacional de Educação já deixa claramente, esse parecer eu posso disponibilizar aqui pra todos, mas falo taxativamente o acolhimento de pessoa com deficiência pela escola deva ser feito por meio de entrevista inicial do candidato para análise conjunta com o mesmo em relação à proposta pedagógica da escola, o plano de curso aprovado pelo órgão competente do sistema educacional, especialmente no sentido do perfil profissional e etc. O caminho é exatamente nesse sentido.

E recomenda que as escolas se valham de profissionais que sejam profissionais que possam dar esse parecer da possibilidade da escola atender ou não. O que nós estamos questionando - e sabemos que é uma ação extremamente difícil em termos de sociedade, em termos do próprio Supremo, mas nós não poderíamos deixar de colocar o assunto em maior discussão. Até mesmo para que se encontre um prazo. Eu creio que, talvez, uma alternativa seria estabelecer um prazo maior para poder formar profissionais para dar o suporte.

Então, hoje nós temos certeza absoluta, e estamos encerrando a nossa fala, que nós não poderíamos nos omitir quando houve, soubemos do aviso, recebemos do deputado Comte o aviso ontem, no final do dia, e nós fizemos questão de pedir a permissão para estarmos aqui. Nós não poderíamos de estar presentes porque – deixar bem claro - a Confederação não é contra a lei; a Confederação resguarda e tenta colocar exatamente esse aspecto porque nós estaremos, agora nesse início de ano, na eminência de termos diretores presos por haver um entendimento de descumprimento.

Então, entendemos que é necessário passar por uma entrevista, passar pela análise. Verificar da possibilidade de a escola atender, ou não. E essa é a grande questão. O que é melhor, ser um depósito de crianças e jovens em uma escola que não tenha condição de atender, ou haver um aconselhamento de direcionamento para uma escola que tenha capacidade de ter esse pleno atendimento?

Então, deputado Comte, demais deputados, é essa a posição da Confederação, inicial está aqui. Todos esses estudos estão à disposição. E o que nós queremos realmente é deixar claro que a Confederação encontra-se à disposição para aprofundar debates, e outros aspectos que sejam necessários às comissões, a própria Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, dr. João Roberto Alves.

Quero passar a palavra à professora Carmen Fogaça, representante do Conade(?).

Vou pedir o deputado Waldeck para me substituir aqui temporariamente.

Por gentileza.

A SRA. CARMEN FOGAÇA – Bom-dia a todos; bom-dia, deputado Comte; deputada Tânia; demais deputados; e a todos aqui presentes.

Eu, primeiramente, quero colocar que, como o dr. Roberto, da Confederação das Escolas, coloca, que esse automatismo, dr. Roberto, ele acaba quando o pai tem condições de pagar essa taxa a mais, entendeu? Aí, automaticamente, essa escola aceita essa criança com deficiência.

Então, esse princípio da preocupação do automatismo é apenas, e tão somente, financeira por parte das escolas. Eu não consigo entender esse absurdo que acontece. Eu vou dar um relato. Eu sou mãe, sou deficiente, sou mãe de uma criança com deficiência, que tem síndrome de Down, a Rafaela. E elas estudavam em uma escola em Niterói que, infelizmente, fechou, que fazia a inclusão, era uma escola privada, Tia Tereza, fechou, e eu fui procurar uma escola onde as minhas duas filhas pudessem estudar juntas. E fui surpreendida quando a dona da escola me propôs que eu pagasse uma pessoa para acompanhar a Rafa. Eu poderia ter entrado com um mandato, poderia ter feito outras coisas mais. Mas eu achei aquilo um absurdo. Porque, primeiro que a gente tem que começar a entender que os serviços que são explorados pelas escolas públicas, são uma permissão, uma autorização que o estado dá. Isso está muito claro na nossa Constituição. A educação é dever do estado. E o estado dá autorização para esse serviço ser explorado pelas escolas particulares.

Então, vocês não estão fazendo nenhum favor, entendeu? Porque essa autorização quem delega é o estado. Eu acho que a gente tem que começar a deixar isso muito claro para a população. E eu fico, como todos aqui, não só indignada, mas, eu fico muito constrangida, chega a me dar um constrangimento ver que nós chegamos a esse ponto! Ver que as pessoas com deficiência não são vistas na sua essência como pessoas humanas. E quem é, quem é, quem somos nós, como eu já passei por outra situação quando a Rafa fez hipertireoidismo, em que o médico sugeriu que eu fizesse tratamento com iodo radioativo, porque não teria problema se ela ficasse esterilizada, ou seja, uma esterilização química. Quem é o médico? Quem são esses profissionais que vão dizer se a minha filha tem condições de ir ou não? Cabe a nós, enquanto pais, enquanto sociedade, darmos os instrumentos como qualquer outro filho que nós tenhamos, com deficiência ou sem deficiência. Então, assim, a questão de capacitar ou não professor, isso é uma discussão quanto mais cedo a gente começar com a questão da inclusão, mais nós vamos estar nos deparando não apenas com as crianças e adolescentes nessas escolas, mas uma sociedade diferente, inclusiva, que não tenha um pensamento pequeno, como a confederação está tendo hoje.

Então, é isso que eu tenho a dizer.

(Assume a presidência o sr. Waldeck Carneiro)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, sra. Carmem Fogaça, representando aqui a Conade, por sua participação, seu depoimento. Eu queria passar agora a palavra, na alternância que a gente combinou aqui, representando o Sinepe Rio, o professor Edgar Flexa Ribeiro, cuja presença agradecemos mais uma vez.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – A rede particular de ensino é profundamente diferenciada. Eu tenho um neto muito querido, Eduardo, que tem síndrome de Asperger, que é uma forma de autismo, e tem uma escola, mas sei que a minha escola não era escola adequada para o Eduardo. Mas a rede particular de ensino é muito diferente e o Eduardo está numa escola que o recebeu, onde ele se socializou e onde ele está muito feliz. É uma escola pequena, a escola do avô dele é muito grande, é muito diferente. A escola em que ele está matriculado é uma escola menor, com menos gente, mais tranquila, onde Eduardo se adaptou admiravelmente bem. É um craque no computador. Praticamente não fala, não gosta de falar, não gosta de se comunicar, vai para o quarto dele, senta no computadorzinho dele, passa a tarde se divertindo, joga tudo, faz mil coisas. Praticamente não fala, não (não compreendido) tripula o computador, tem uma escola, tem companhias, é convidado para almoçar na casa de colegas. Minha nora fica nervosa, diz para a mãe do colega dele: “A senhora sabe que o Eduardo é um menino assim especial?” “Sei, sei, sei, mas pode trazer.” Passa, se diverte muito bem, não tem problema. Mas não é na escola no avô dele. A escola no avô dele é muito grande, é muito complicado. O Eduardo não ia ser feliz na escola

do avô, como ele é feliz numa outra escola, onde ele foi muito bem aceito e recebido. A escola particular tem essa plasticidade, a escola pública não tem. Se eu quisesse botar o Eduardo numa escola pública, onde é que eu ia botar? Mas a escola pública aí é para todo mundo. Não, não é. O Eduardo não cabe nela. Eu acho que criança, o deficiente começa a não ser bem atendido pelo público, no que é público, o privado dá conta, porque ele é diferente, ele se mexe. Agora e o público? Em que escola pública meu neto ia encontrar o que encontrou na escola particular que ele frequenta? A escola particular tem essa plasticidade. Me digam o nome de uma escola pública que esteja preparada para receber o meu neto. Então, é muito bonito cobrar da escola particular, mas está na hora de os deficientes cobrarem do público. E se eu não tenho dinheiro? O que eu faço com o meu filho? Quem vai cuidar do meu neto? O que o sistema público de ensino está fazendo pelos meninos deficientes? Me digam uma escola pública preparada para receber uma criança deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Posso dizer várias.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Eu poderia citar várias.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Mas quero ouvi-lo antes.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Por favor. Por favor. Vamos fazer... Acho que é preciso deixar isso muito claro. Seria conveniente, por exemplo, que houvesse a divulgação das escolas públicas preparadas para receber alunos com deficiência. A rede privada sabe, mas não sei se a rede pública sabe, não sei se o público em geral sabe em que escola ele poderia encontrar o abrigo para seu filho deficiente. Sabe, acho que é preciso a gente ver as coisas com outros olhos. A rede privada atende, e tem capacidade para atender, a qualquer tipo de deficiência. O que não quer dizer que toda escola particular possa atender igualmente a todo tipo de deficiência. Talvez a escola na esquina da sua casa não possa atender o seu filho, mas a rede particular tem, mais longe, uma escola onde o seu filho vai ficar bem.

A escola do avô do Eduardo não vai atendê-lo bem. Mas a rede particular de ensino tem uma escola onde o Eduardo é muito bem atendido. Não sei o que a rede pública tem a dizer. Essa é a minha (não compreendido).

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, professor Edgar Flexa Ribeiro. Eu farei chegar a v. sa., no que tange à rede municipal de educação de Niterói, uma relação de escolas que estão, há um tempo, preparadas para atender alunos com deficiência, inclusive segundo a modalidade e a severidade da deficiência. Eu farei chegar a v. sa.

Sobre a rede estadual, acho que a secretaria vai se pronunciar.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – A diferença é a seguinte. Toda escola municipal, todas escolas estaduais tem a mesma condição de receber crianças? Não. A rede particular tem também. Isso que as redes estadual e municipal tem a rede particular tem, o que não quer dizer que toda escola seja boa para toda criança. Há crianças que estão melhores em outras escolas do que em outras. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – De qualquer maneira, quero agradecer a v. sa. e insistir que farei chegar essa informação ao seu conhecimento. Em Niterói, posso citar de cabeça a Escola Municipal Paulo Freire, a Escola Municipal Elvira Esteves Vasconcellos, a Vinícius de Moraes, várias unidades que inclusive trabalham com atendimento do aluno com deficiência, quero aqui dizer, segundo a modalidade e a severidade da deficiência.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Quero passar a palavra agora à sra. Edicleia Mascarenhas, presidente do Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa com Deficiência. E registro sua presença, mais uma vez, e agradeço.

A SRA. EDICLEIA MASCARENHAS – Bom-dia, sr. deputado Waldeck, no lugar do deputado Comte Bittencourt, deputada Tânia Rodrigues, demais deputados, profissionais, familiares, pessoas com deficiência envolvidos, estou presidente do Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa com Deficiência, que é um órgão proponente de políticas públicas, é um órgão público que tem assentamento na Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Estamos na nossa Mesa Diretora atual.

Uma das nossas metas é ampliar os conselhos municipais de direitos das pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro, por serem eles órgãos proponentes e órgãos de acompanhamento de denúncias e acompanhamento de políticas públicas para pessoas com deficiência.

Estamos já chegando a 45 municípios no Estado do Rio de Janeiro cobertos pelos conselhos municipais. Realizaremos nossa conferência em novembro – 10, 11 e 12 – e os srs. deputados estão convidados.

Sou uma professora universitária que está à frente de um conselho estadual porque tenho assentamento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Quero, em breves considerações, pensar essa questão hoje proposta por esta audiência tão pertinente em relação à inclusão de alunos, público alvo da educação especial. Estamos falando só das deficiências, mas nós temos também alunos superdotados com outras habilidades, que muitas vezes não conseguem complementar seus estudos devido às suas peculiaridades de desenvolvimento.

Também muito nos espanta quando lemos os termos propostos na liminar como portador de necessidade especial, nós... A convenção, o direito da pessoa com deficiência... Deficiência é uma condição que não se (não compreendido). E o argumento de que ter alunos com deficiência jogaria ônus de sobrecustos para a escola e para os seus outros alunos. Essa medida de solicitação que as famílias paguem mediadores já há alguns anos a gente vem denunciando como ilegal porque a escola precisa oferecer todos os recursos pertinentes à inclusão, mas até então não houvesse como, na medida em que nós não tínhamos uma lei, como o dr. Geraldo tão bem coloca, que fosse dessa forma punitiva em relação a não se receber as crianças com deficiência e os jovens. E as famílias vinham fazendo o que podiam para poder pagar mil, mil e quinhentos, dois mil, três mil a mais para os mediadores. Na realidade, já estava virando até um mercado paralelo em relação a essa prática.

Outra questão é se dizer que a escola vai precisar de médicos. Eu sou psicóloga, também psicólogos e fonoaudiólogos. Não, a escola precisa das intervenções pedagógicas. Pessoas com deficiência embora como qualquer um de nós tenhamos os nossos médicos, nossos atendimentos clínicos, ou faremos nas ações de saúde. As escolas precisam de intervenções pedagógicas. Então, certamente esse argumento é um argumento falho, inadequado.

Custo imprevisível e imaginável, perda em massa de alunos e demissão de professores de maneira alguma, pelo contrário, nós estaremos incluindo nas escolas profissionais especialistas para trabalharem no apoio aos profissionais, aos professores de classe regular. A preocupação é só com a questão do professor de apoio ou do cuidador como se chama, mas já temos várias metodologias, como a bidocência, como as salas de recursos, como outras estratégias pedagógicas já consagradas e validadas que os senhores diretores de escola podem e devem. Porque se beneficiará os alunos com necessidade especial, mas beneficiará a todos os outros. Porque quando nós trabalhamos com as peculiaridades e as especificidades pedagógicas, todos se fortalecem. Certamente, os senhores diretores serão professores muito melhores e suas escolas serão melhores para todos. Porque nós que nos dedicamos a nos especializar nas questões das peculiaridades ficamos em dúvida, profissionais melhores para atender o humano.

As escolas começarão a fazer planos de educação individualizados? As escolas terão outro olhar no momento lá dos conselhos de classe onde nós sabemos que a escola que temos públicas ou privadas. Nós estamos hoje discutindo escolas privadas. O momento o conselho de classe, o momento de ver o que falta e não o que tem, e não a potência desse aluno. Então, sem dúvida, as escolas ficarão melhores para todos.

O argumento de que não temos profissionais também não cabe. Eu sou uma professora universitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também de um mestrado recentemente criado na UFF, um mestrado de diversidade e inclusão. Nós temos também o Iserj, nós estamos colocando no mercado pedagogos e licenciados. Nós podemos deixar os contatos e com uma formação sim, capaz de iniciar os projetos. Então, o Rio de Janeiro tem profissionais com especialização, com graduação e agora formando mestres na UFF em pedagogias especializadas para fazermos e realizarmos a inclusão. Nossos alunos da Uerj de várias licenciaturas, Química, Física, Biologia, têm disciplinas voltadas a isso. Então, nós temos hoje sim, no Estado do Rio de Janeiro universidades que estão formando profissionais para compor a frente de trabalho de recursos humanos das escolas de vocês.

Eu numa audiência em Petrópolis também sobre escolas privadas, eu comentei que no mercado uma empresa de informática se não fizer uma formação permanente de seus profissionais, MBA, especialização, ela sai do mercado rápido porque os softwares mudam. Então, faz parte do imaginário essa formação também continuada do seu profissional.

E outra coisa que eu coloco: os nossos companheiros da Confenem, eles foram signatários da Conae, da Conferência Nacional de Educação, eles fazem parte do Fórum Nacional de Educação. A nossa Conferência Nacional de Educação discute justamente o sistema de ensino integrado como já foi colocado. As escolas privadas fazem parte do sistema de ensino integrado, elas não estão separadas de um projeto nacional de educação. E eles foram signatários da Conferência Nacional de Educação quando decidimos com os delegados do Brasil que optávamos pela educação inclusiva é claro, nós estamos nos preparando para isso, as diversidades no público e no privado, mas nós não podemos retroceder, e vocês estavam lá e estão conosco e vocês devem continuar conosco nesse projeto, que sabemos que pode, nesse momento, passarmos pela tensão, mas não podemos recuar, não podemos e nem devemos, em nome de uma sociedade democrática, que mais de 30, 40 anos lutamos para chegar até aqui. Chegamos à lei brasileira de inclusão, propusemos um plano nacional de educação, que propõe o sistema inclusivo, então, nós não temos mais como recuar.

Eu proponho que desse encontro possamos amadurecer uma política estadual de educação, uma política para pessoa com deficiência e foros, e criarmos uma rede colaborativa envolvendo o Legislativo, as universidades, sobretudo os conselhos de direito, as associações, para que possamos realmente não recuar onde nós chegamos e que possamos, realmente, essa liminar possa ser um momento que talvez, a gente encontra o psicólogo e sabe que, às vezes, aquele momento é um momento que serve para que possamos estar fazendo o que estamos fazendo hoje. Pela primeira vez conversando, dialogando, mas que ela realmente, dr. Geraldo e outros operadores de direito, que nos ajudem para que realmente o Supremo Tribunal julgue como totalmente improcedente e que a gente possa caminhar no processo democrático no nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, sra. Edicleia Mascarenhas, por sua contribuição.

Só esclarecendo, salvo engano, que não há ainda nenhuma decisão liminar. Há uma ADIn interposta no Supremo Tribunal Federal distribuída ao Ministro Edson Fachin, mas por enquanto não há nenhum pronunciamento, sequer em caráter liminar, por parte do Supremo Tribunal Federal.

Queria passar a palavra agora, na nossa sequência, à Superintendente Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, cuja presença agradecemos mais uma vez, professora Carla Bertania.

A SRA. CARLA BERTANIA – Bom-dia a todos. Eu fiquei, na verdade, surpresa com a declaração do não atendimento aos alunos especiais e, primeiramente, a secretaria garante o acesso para todos, através de legislação específica de matrícula. Todos os alunos que declararem deficiência no ato da matrícula são atendidos pela rede estadual. Falo sobre acesso, e esse acesso eu vou falar em números, porque fica mais fácil entender o universo. Nós temos 1.290 escolas. 960 escolas atendem alunos especiais. Essas 960, eu posso passar para vocês que são 4.006 alunos atendidos em modelo de inclusão e 295 em classes especiais. São 150 alunos com espectro autista, são três escolas de educação especial, 25 turmas de classe especial com 191 alunos atendidos em 14 escolas e, dando apoio aos professores, aos alunos especialmente, são 148 cuidadores, 299 intérpretes e ainda 109 salas de recursos funcionando, e claro que o MEC, sempre em sequência, vai colocando mais ainda na rede. Só esse ano os nossos núcleos de atendimento já fizeram 30 formações para os professores, e nós temos um grande desafio que é, na verdade, melhorar ainda mais o atendimento de forma que todos os alunos, que se declararem, possam ser atendidos da melhor forma possível.

Foi indagado aqui sobre nomes, eu tenho aqui a lista das 960 escolas, posso disponibilizar para a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - A gente fará chegar essa lista às entidades aqui representadas.

A SRA. CARLA BERTANIA – Posso dar um exemplo de uma escola grande, em Campo Grande, Colégio Estadual Albert Sabin, por exemplo.

(Fala fora do microfone)

A SRA. ANA PAULA RECHUAN – Essa formação que você faz é descentralizada, poderia ser estendida às escolas particulares?

A SRA. CARLA BERTANIA – Podemos conversar. Podemos conversar. Podemos conversar para alinhar.

São núcleos. Essas formações... Só para completar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Claro! Por gentileza.

A SRA. CARLA BERTANIA – Só para complementar, nós temos o Centro de Capacitação de Profissionais para Pessoas com Surdez, que é o projeto Caes; temos o CAP, que é o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual; o Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção de Material em Braile; Núcleos de Apoio Especializado. Esses núcleos são regionalizados também, tem em todas as regiões do Rio, são 30. Temos 30 Naps, que são núcleos especializados no estado; ainda temos o Naahs, que é o Núcleo de Atividades para Altas Habilidades e Superdotação.

Então, essas formações vão garantindo também preparação para os professores na educação inclusiva. Mas podemos conversar, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, professora Carla Bertania.

Então, não só a relação das escolas estaduais que atendem alunos com deficiência, que nós faremos chegar essa relação às entidades aqui representadas mas também esse conjunto de dados e informações.

A SRA. CARLA BERTANIA – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Isso é importante para ambas as comissões que hão de fazer audiência em conjunto.

A SRA. CARLA BERTANIA – Certamente. Eu me comprometo a enviar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Muito obrigado. Agradecemos sua participação.

Passamos a palavra agora ao conselheiro estadual de educação professor Luiz Henrique Mansur, cuja presença mais uma vez agradecemos, uma presença muito constante e regular aqui na comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR – Obrigado. Bom-dia a todos e todas. O conselho tem legislação desde 2004 que regula a questão dos alunos portadores de necessidades especiais ou deficientes. Nós temos uma deliberação, 291, que em virtude do novo estatuto ela está sendo alterada. A comissão de diversidade e inclusão do conselho, formada por oito conselheiros mais um representante do Ministério Público, já está em fase final de alteração ajustando essa deliberação para ser publicada provavelmente no final deste mês. Essa deliberação vai regular a postura do sistema, escolas públicas e particulares, no sentido do atendimento da nova legislação.

Então, o estudo já está sendo feito, a deliberação estão sendo analisados parágrafos e artigo por artigo. O pessoal da Uerj, professora Rosana Glat, tem contribuído com especialista em inclusão. A gente espera que até o final do mês o conselho edite essa nova legislação para regular a partir de janeiro, que é quando o estatuto entra em vigor, as relações educacionais entre as instituições de ensino públicas e particulares e o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, conselheiro. Então, uma vez também concluído esse trabalho e homologado na deliberação, a gente também aqui na Assembleia dará... Publicidade.

(Falas paralelas)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR – Com certeza, o conselho pode inclusive estar disponível para ver uma audiência pública, se for necessário, para tratar especificamente desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Acho que seria importante fazermos de novo uma audiência em conjunto e convidar, v. sa. mencionou, vários especialistas que nós temos na matéria, várias instituições de ensino superior aqui no Rio de Janeiro podem nos ajudar, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANSUR – Essa deliberação inclusive está ampliando porque a atual deliberação só fala de ensino básico. Essa deliberação, como o estatuto determina, ela está incluindo o sistema superior do estado, as universidades estaduais, que é para aqui a gente legisla, as particulares a gente não pode legislar, mas o sistema estadual superior está incluído também.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, conselheiro, por sua participação. Queria passar agora a palavra, registrando a presença e já passando a palavra ao professor Ubirajara Cabral, que é vice-presidente educacional da Faetec. Também a Faetec, como a Seeduc, tem sido muito presente aqui na comissão.

O SR. UBIRAJARA CABRAL – Bom-dia a todos e todas. Queria parabenizar as comissões por esse encontro. A gente percebe ainda a necessidade de a gente intervir a questão da deficiência. Nos vários pronunciamentos parece que se evidencia a necessidade da nossa formação enquanto docente de ter esse entendimento mais amplo, provocando por parte da gestão pública ou privada, que a gente possa ter o entendimento mais amplo.

Eu queria falar um pouquinho, rapidamente, eu sou professor de educação especial, estou como vice-presidente, mas, sou professor de educação especial e junto com a nossa professora Cristina Lacerda, com a Escola Favo de Mel, que vem se destacando nesses anos como um lugar de referência no Brasil em

relação à proposta de inclusão, a escola pública, com todas as premiações possíveis que teve a liderança aqui da professora Cristina Lacerda, então, o desafio é grande tanto para o profissional, aí falando aqui enquanto professor que está lá lidando no espaço escolar e da gestão, então, eu acho que esse tipo de encontro de debate é necessário estando junto com a família, como o aluno, com o professor, com os gestores para que a gente possa avançar, então, tem muito o que avançar, então, hoje aqui eu acho uma evidência com que nós temos ainda que avançar nessa questão porque os olhares, os entendimentos estão bem distantes do que vem se avançando de quem está mais dentro desse contexto, então, a necessidade desse encontro é extremamente pertinente, eu lembro que a Faetec, nós temos me tomo de 935 alunos com algum tipo de deficiência, deficiência intelectual, a deficiência auditiva, a questão do autismo e temos uma divisão de inclusão que cuida dessa parte de assessoria às unidades e de formação também, além das salas de recurso, à semelhança que a Ceduc também tem, então, assim, a área pública tem avançado bastante nisso aí, mas, temos sempre que avançar no espírito da melhoria contínua sempre falta alguma coisa a nível de estrutura e a nível de fundamentação e apoio ao docente que o docente lá na ponta precisa de fato do acolhimento, à semelhança aqui da nossa professora da Uerj, também sou psicólogo e é interessante a experiência que vejo no consultório atendendo professores que não sabe o que fazer com aquele aluno que chega na escola e se desesperando, adoecendo, se deprimindo, então, a questão é mais ampla, é complexa e precisa de debate como esse aqui para que a gente possa avançar fazendo com que a sociedade seja de fato mais justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, sr. Ubirajara Cabral, representando aqui a Faetec, nós temos agora uma lista de entidades que querem se pronunciar, só queria contar com a compreensão de todos em função do nosso tempo, os deputados também vão querer se pronunciar, nós vamos franquiar a palavra, mas, eu peço a reflexão de todos para que todos possamos nos pronunciar.

Deputado Flávio Serafini gostaria de fazer uma questão agora? Não.

Em seguida, vou garantir a palavra aos deputados evidentemente, então, nesse sentido eu consulto a representação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia se quer se pronunciar agora, professora Maria Cristina Lacerda, em seguida o Instituto Superior de Educação, Iserj já que estamos aqui o âmbito da mesma secretaria.

A SRA. MARIA CRISTINA LACERDA – É, eu queria só pontuar duas coisas, eu, há muitos anos milito na área e fui coordenadora do centro de estudos da sociedade Pestalozzi do Brasil na década de 80 e desde daquela época já promovíamos cursos de formação de professores, depois, fui para a rede pública e com a Escola Favo de Mel numa época que se valorizava, se dava ênfase à escola especial, quando veio a nova legislação, a política da educação inclusiva, começamos a trabalhar na Favo de Mel no sentido de oferecer cursos, porque tínhamos muita experiência na educação especial, então, oferecer cursos a professores da rede Faetec, rede regular e aqueles alunos, principalmente com deficiência intelectual, autistas com comprometimentos maiores, que os pais, a família optaram por ficar lá, nós demos continuidade ao trabalho, então, eu acho que em relação principalmente à rede privada, ela ainda é extremamente seletiva e excludente porque ela segue um modelo padronizado, homogêneo, de meritocracia, visando uma sociedade muito elitista, então, eu acho que essa é a desconstrução, essa nova visão de cidadania é que tem que ser construída dentro das instituições privadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, professora Maria Cristina Lacerda.

Passo a palavra à diretora-geral do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, do Iserj, professora Sandra Santos.

A SRA. SANDRA SANTOS – Bom-dia a todos, especialmente aos nossos deputados “Tio Jorge”, Waldeck, Tânia - Tio Carlos, desculpe. Nós ouvimos várias falas aqui, mas eu queria trazer a fala de uma unidade escolar que não é por acaso é da Faetec que tem tido indicativos públicos de produtividade fantásticos, das dez primeiras escolas do estado, sete tiveram uma nota muito boa no Enem.

Então, eu queria trazer um assunto que a gente tem renegado e eu sei que vai gerar polêmica, que é o aluno adulto, portador de deficiência. Em geral as pessoas se preocupam muito com as crianças, óbvio, mas a gente sabe que a deficiência é algo que se caminha a vida inteira e se Paulo Freire não morreu, de fato, nas nossas vidas, a gente tem que se preocupar com a educação e trabalho da pessoa com deficiência e aí a Faetec tem, na minha avaliação, o prof. Ubirajara e Maria Cristina já falaram me antecedendo tem um papel um sentido social fantástico. Primeiro é preciso que os pais e as famílias sejam tratados com carinho, com respeito e com formação, porque a gente precisa formar não só os alunos, mas também as famílias porque todos estão num conjunto, a clareza de que as duas modalidades se integram, a educação de jovens e adultos e a educação especial e em geral as secretarias dão ou uma abordagem ou outra. Eu estive, semana passada, duas vezes com o dr. Rogério Pacheco no Ministério Público, a primeira a convite do movimento de mães da inclusão mil e a segunda por conta do próprio Iserj, que conseguimos retomar a Casa 1 para ser usada para os nossos alunos da educação especial. E o que pudemos perceber? O aluno da rede municipal passou de dezoito anos faz o que com ele? Então essa questão da terminalidade algumas vezes as pessoas colocam não, mas tem que terminar, acabou dezoito, acabou, qual é a responsabilidade, quem vai responder pelo aluno de 19, 10, 21, 23, 30, 40?

Então, tem idade certa pra ter deficiência? Essa é uma provocação que eu preciso muito trazer, nós temos que tocar nisso, a terminalidade. De fato, a educação nunca poderia estar separada do trabalho para pessoas com deficiências, aliás, todos nós temos algum tipo de deficiência, a educação e trabalho são indissociáveis, mas especialmente na formação da pessoa com deficiência o trabalho se destaca. Então eu queria muito pedir que todos aqui que estudam, que dedicam as suas vidas a isso pensem na importância do trabalho na formação da pessoa com deficiência. A Faetec tem um papel bastante importante nisso porque é uma fundação de educação profissional, então obviamente a gente tem que conversar, mas eu queria lembrar que nós estamos com alguns compromissos de estudo de leis, a resolução 2 de julho de 2015, que fala da formação de todos os profissionais de educação, especialmente os professores, estamos com a base (não compreendido) nacional curricular pra todos nós estudarmos e nos manifestarmos ou pessoalmente ou pela unidade escolar ou pelas secretarias e não vão dar pra gente conversar sobre esses dois documentos sem incluir esse documento primoroso que é o estatuto da pessoa com deficiência. Então são três documentos muito importantes no momento em que a gente se predispõe a fazer o plano estadual de educação no momento que a gente se predispõe a pensar o plano, os planos municipais de educação. Isso tudo está muito articulado e a Comissão de Educação tem um papel fundamental nesse momento porque a gente vai ter que se articular, a rede estadual, a municipal, a Faetec, as universidades e aí vou fechar a minha fala em algo que eu devoto a minha vida inteira, que é a formação de professores. Eu também já solicitei ao deputado Comte Bittencourt, aos deputados Tio Carlos, Waldeck, que tenhamos uma audiência específica sobre formação de professores porque a questão nossa a gente pode pensar na formação de professores verticalizada, as escolas normais, de nível médio, assumirem um estudo mais específico da questão especial e esses alunos terem continuidade de trabalho nos cursos de pedagogia pública do estado no Iserj, na Uerj, na Uenf, que esse profissional possa ter uma verticalização, ou seja, é um professor de oito anos? É. Qual é o problema? Teve os sete anos. Teve três anos de normal médio, mas ter direito de continuar o curso de pedagogia pública. Se ele é um aluno do normal médio público temos que continuar a investir formação nele. Investir nesse profissional. Qual o problema de ter um profissional de sete anos? É isso que a gente vai aprimorando. Não concordo que a gente tenha que esperar formar o profissional ideal.

Vamos lembrar que toda escola é formadora. Desde que entrei no Instituto de Educação há trinta anos que estudo todas as semanas nos centros de estudos. Então, a gente sabe que os professores mais

velhos formam os mais novos. Que a gente, junto, vai aprimorando. Existe vida nas escolas. As escolas estudam. Eu me lembro da minha primeira aluna cega foi com ela, a Ivete, que aprendi os meus primeiros passos da educação especial. Ela me ajudava a dizer: professora, assim. As coisas vão se amalgamando no cotidiano escolar.

Então, os centros de estudos, os centros de referências das secretarias, da Faetec são de fundamental importância. Lógico, em diálogo com as universidades.

Queria – fechando a minha fala – fazer um retrospecto desses três pontos: a questão da terminalidade. Vamos ter que assumir o que é isso: se existe terminalidade está dizendo que a deficiência também tem uma hora que para? Ela não existe mais? O foco na formação vertical dos professores agregando os diversos espaços, mas tomando cuidado para que todo profissional tenha o mesmo vencimento base. E, finalmente, a questão da interface que a gente precisa garantir educação e trabalho.

Muito obrigada. Bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, professora Sandra Santos, sua contribuição trazendo esses três eixos específicos. Levaremos ao presidente e ao conjunto da comissão a ideia de fazer uma audiência pública especificamente sobre formação de professores assim como também, conselheiro, a respeito dessa deliberação ainda em gestação do Conselho Estadual de Educação.

Passo a palavra, agora, ao sr. André Davi, que representa a Associação Fluminense de Reabilitação, AFR.

O SR. ANDRÉ DAVI – Bom-dia a todos, bom-dia aos deputados presentes, estou vendo nesta audiência que a gente está debatendo muito a questão da capacitação dos profissionais para trabalhar com o deficiente. Queria, na verdade, dar uma vivência, rapidamente só para lembrar uma questão. Ouvi a deputada Tânia falando que é um retrocesso. Fiquei também pensando exatamente isso como a Carmen falou. Queria dar essa vivência, porque acho que demonstra o que a gente está debatendo aqui. Em 1982, saí de uma escola muito pequenininha, lá de Niterói, particular, e tive a oportunidade de entrar para uma das maiores escolas de Niterói, particular também. Ninguém falava, em 82, sobre inclusão de pessoas com deficiência. Tive a sorte de ter como diretora da escola A ex-secretária de educação, uma das maiores que este estado teve, a professora Mirtes Angel; e ela sem saber como lidar com deficiente recebeu a minha pessoa. Naquele momento, quando entrei na escola nenhum profissional estava capacitado para lidar com deficiente e nem os alunos estavam preparados para receber uma pessoa com deficiência. Até um pouco em cima do que o dr. Geraldo falou que estou fazendo essa reflexão.

Não posso negar que tenho a oportunidade de ter uma mãe, que é uma médica profissional de reputação. Tive minha tia, que era presidente da Associação Fluminense de Reabilitação, que era uma (não compreendido), também estiveram dando suporte. Mas não posso deixar de falar que quando entrei na escola a escola não estava preparada para lidar com o deficiente e assim mesmo me recebeu. Nesse momento, o que a gente fez? A gente fez um debate dentro da escola chamou os profissionais e os alunos desde o jardim de infância até os mais velhos apresentou um vídeo - na época, para vocês terem uma ideia de quanto faz isso, era um filme de Super 8, filme de rolo - onde uma mãe cuidava dos seus filhos sem os dois braços. Aí, depois daquele momento, fui muito bem recebido. A escola foi preparada para me receber. Não existe... Dou palestra em várias escolas, congressos, em universidades, principalmente para profissionais que estão em formação de educação física, de fisioterapia, de psicologia. E eles sempre questionam a seguinte situação: mas nós não estamos preparados para lidar com deficiente. Aí eu falo para ele: nem eu estou. Ninguém está. Sabe por quê? Se a escola ficar pensando assim cada criança que se matricular nova não estará preparada para receber, porque cada ser é um ser. A gente tem que entender que as pessoas são diferentes. Ninguém é igual a ninguém. Então, a escola particular não pode passar a receber mais ninguém.

A gente entende que numa deficiência física mais branda... A gente lida com deficiência intelectual? Sim. Ninguém está preparado para lidar com deficiência. Todo mundo tem que aprender a conviver, porque todos somos diferentes.

Nas minhas palestras sempre falo o seguinte: posso trazer o maior profissional com capacitação para lidar com a pessoa com deficiência no mundo aqui para falar para vocês. Vai todo mundo sair sem saber nada, porque cada ser é um ser. É só essa vivência que queria aqui deixar e uma reflexão.

Muito obrigado. Bom-dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) – Obrigado, sr. André Davi, que representa a Associação Fluminense de Reabilitação. É um orgulho para nós aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Peço objetividade na intervenção de todos. Passo a palavra à representação da Uppes, sempre presente aqui na Comissão de Educação. Quem vai falar pela Uppes hoje? A professora Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Bom-dia. Vou complementar aqui a sua fala que é o pensamento que nós temos dentro da Uppes Sindicato. A escola, na realidade, tem que olhar aquele aluno não o que chega com uma deficiência, mas o João, Pedro, Teresa; e que estratégias pedagógicas vou ter? A escola é um espaço pedagógico. Na realidade, os alunos não vão para a escola com deficiência só para se socializarem vão também para construir um aprendizado. Isso é importantíssimo que deixemos marcado aqui. Não é só um espaço de socialização, mas também pedagógico. Temos que dar a garantia que esse aluno também possa caminhar pedagogicamente. Sabemos que o estado, hoje, avança pouco na área da inclusão. Ainda temos muitas coisas a conquistar. Precisamos de imediato além só da formação, mas também uma modulação diferenciada para que esse professor, prof. Ubirajara, que chega lá na Uppes comigo, que sou psicóloga, lá adoecido por um sistema adoecido, por uma falta de valorização profissional, por uma falta de salário que dê a esse professor que seja esse pesquisador – como a professora aqui falou -: é aquele que vai olhar para o aluno e vai junto criar estratégias para que esse aluno possa ter o melhor aprendizado dentro daquela escola. É essa escola de inclusão. É essa escola de qualidade que desejamos.

Obrigada. (Palmas)

(Assume a presidência o sr. Comte Bittencourt)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Bem, quero pedir desculpas, mais uma vez, pela minha rápida ausência, mas estou lá e cá, mas o coração aqui não lá na CPI da Petrobras, apesar de ser importante também.

Consultei o deputado Waldeck aqueles que já trouxeram as contribuições. A pedido para fazer uso da palavra a OAB Vai à Escola, o dr. Rogério Borba, sempre presente aqui nas nossas audiências.

O SR. ROGÉRIO BORBA – Bom-dia a todos, cumprimento na pessoa do deputado Comte Bittencourt, a quem agradeço franquear a palavra, a todos. Vou ser rápido. Só queria pontuar algumas questões. Como já foi dito por alguns: esta audiência pública deveria ser a primeira de muitas, não como audiência pública, mas como um canal de comunicação.

Chamaram-me a atenção alguns dados – e aí complementando a palavra do Geraldo –, hoje, no Brasil, 25% da população, de acordo com o senso de 2010, têm alguma deficiência. Acho que o depoimento do André é muito importante, porque ninguém está nunca preparado a enfrentar uma deficiência, mas acho que estamos preparados a elaborar políticas públicas. E aí me chama a atenção que o Estatuto da Pessoa com Deficiência levou quinze anos para ser votado recebeu mais de uma mil propostas populares nesse tempo todo não houve qualquer tipo de participação efetiva das associações de escolas particulares e das escolas públicas houve, mas houve pontualmente de profissionais muito qualificados, mas não foi algo tão propagado. Este é o momento que temos de fazer um debate verdadeiro porque

recorrer à ADIn 5.357 demonstra que ou houve desconhecimento quanto ao debate ou desprezo quanto ao debate, que se resolveu judicializar.

Então, acho que quando o ministro Edson Fachin chama a sociedade civil pra (não compreendido), e a OAB se habilitou, está se habilitando para ser a (não compreendido), pra colaborar no debate, acho que demonstra que o próprio Poder Judiciário conhece que é uma questão tão sensível e tão pronta já para a conversa que, ao invés de julgar, ele quer escutar a sociedade. Se nós temos essa oportunidade, que aproveitemos agora, que as escolas públicas, particulares, que a sociedade, que nós, pais, filhos, alunos, professores possamos debater. Só uma questão que chamou muito a atenção da palavra do representante do Sinepe, que eu concordei em parte quando ele dá um depoimento, que achei muito interessante, da questão do neto. É só pontuar que, quando a gente escolhe escola, a gente escolhe de acordo com o projeto pedagógico, mas, independente dele, todas as escolas têm que estar preparadas ou com boa vontade para receber uma pessoa com deficiência.

Então, não podemos pontuar que a criança vai fazer parte da escola A, B ou C não pela deficiência, mas pelo projeto pedagógico. A partir do pressuposto de que todas têm a boa vontade de receber a pessoa com deficiência, tenho opção de escolha a partir do projeto pedagógico que melhor atenda á minha filosofia de vida. Então, acho que tem essa ponderação que temos que fazer, aproveitar o momento que temos agora de debate e de reflexão. A OAB sediou a Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência e se coloca à disposição, dr. Geraldo, eu, nossas comissões que atuam de maneira muito articulada, para auxiliar na realização desses debates – debates, porque tem que ser um fluxo contínuo e constante de troca de ideias e experiências para que possamos construir uma educação melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, dr. Rogério Borba.

Dona Sílvia Quintan, que representa os pais na nossa audiência. Já se ausentou.

Então, antes de passar a palavra aos deputados da comissão, passo a palavra às nossas convidadas de outras comissões.

Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU – Bom-dia a todos e todas. Para mim é sempre uma satisfação e um aprendizado, enquanto parlamentar de primeiro mandato, estar nesta comissão presidida por v. exa., que tem militado durante tantos anos na causa da educação. E na pessoa do presidente Comte Bittencourt saúdo todos os presentes.

Fiz várias anotações aqui, mas quero trazer algo que me deixa preocupada – até ontem, quando a deputada Tânia Rodrigues nos anunciou esta audiência pública, de imediato cancelei outra agenda que eu tinha para estar aqui hoje por julgar tão importante essa questão da pessoa com deficiência – é estarmos aqui brigando por direitos já consagrados por lei, direito à educação para todos. Não vou nem citar o ECA, pois eu, enquanto presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente, poderia até citar, mas cito a Constituição Federal, direito consagrado à educação. Nós deveríamos estar aqui brigando, sim, cobrando do governo, sim, a capacitação, como foi colocado aqui, já temos, mas precisamos avançar, e tantas outras questões, mas não estarmos aqui brigando por direitos já consagrados. É uma grande preocupação. Quando nosso querido dr. Geraldo trouxe uma fala que eu gostei muito, e eu abraço sua fala, da questão da cidadania, é preciso entendermos, sim, que somos todos cidadãos, que vivemos em sociedade, e que tudo também já é dito na Constituição, principalmente com relação à criança, ao adolescente e ao idoso. A criança e o adolescente é responsabilidade de todos. Está bem claro isso. Eu acredito que todos têm conhecimento disso. É responsabilidade de todos nós, do governo.

Então, vamos cobrar a todos que têm essa responsabilidade e vamos fazer parte dessa sociedade, viver nessa sociedade, se fazemos, de fato, parte dela. Então, é uma questão de cidadania, é uma questão de humanidade, é uma questão de amor. Para ser bem sucinta na minha fala, eu entendo, Tânia, deputado Comte, que todos nós, de fato, como foi colocado aqui, até pelas professoras da Faetec, todos nós possuímos uma deficiência. Todo ser humano tem uma deficiência, e a principal, no meu olhar, a principal deficiência do ser humano é não conseguir entender o seu semelhante, e não conseguir entender que o deficiente faz parte de uma sociedade também e que ele precisa não só estar na escola; ele precisa estar em todos os espaços, porque ele também é cidadão e faz parte da sociedade. Então, a principal deficiência nossa, enquanto ser humano, é a deficiência de não conseguir entender o outro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputada Tia Ju.

Deputada Márcia Jeovani.

A SRA. MÁRCIA JEOVANI – Boa-tarde a todos; boa-tarde, presidente Comte. Cumprimentando o presidente, cumprimento os demais deputados. Eu fui presidente durante muitos anos de uma creche filantrópica. Hoje, minha filha preside essa creche. Lá, nós temos duas crianças, duas inclusões: uma tem síndrome de Down e a outra eu não me recordo qual é a deficiência dele, a necessidade dele. Nossa creche não estava preparada para recebê-los. É uma creche que vive de doações, mas nossas professoras tinham para oferecer a essas crianças o que elas precisavam naquele momento, e que precisam até hoje. As duas crianças estão lá. Elas tinham amor e tinham respeito à individualidade de cada criança que tem ali. Nós tínhamos dentro de cada sala, temos dentro de cada sala uma professora e uma ajudante. Então, como falou dr. Rogério, acho que ali é questão de boa vontade. Uma dessas crianças, por incrível que pareça, a vaga foi pedida por uma diretora de uma escola particular. A mãe dessa criança é funcionária dessa escola. Ela não aceitou na escola dele e pediu nessa creche que a gente mantém lá. Então, acho que é questão de boa vontade, é questão de amor ao próximo, é questão de respeito. Como o André estava falando, falou há pouco, acho que cabe mais nós nos adaptarmos. Acho que é muito mais fácil a escola se adaptar às pessoas com necessidades. Acabei de comentar com Dr. Julianelli que, quando a gente convive com as pessoas com deficiência, a gente vê o mundo de outra forma. Estava comentando até por causa da dra. Tânia, da preocupação que a gente fica, do tempo que ela está aqui, parada, sentadinha. Tudo isso. Então, tudo vai tomando uma proporção. A gente consegue enxergar o mundo de outra forma quando a gente se coloca no lugar do nosso próximo, do nosso semelhante.

Eu tenho aqui, eu dei entrada em agosto, dois projetos de lei: um, que seria, como até a Ana Paula falou ainda há pouco - ah! mas não pode ter o aumento. Mas como começou aquela coisa? Vai ter aumento? Pode cobrar? Pode? Eu dei entrada num projeto proibindo que tivesse cobrança de qualquer taxa extra. Quero frisar que nessa creche ninguém paga nada, as crianças não pagam nada. É um programa estadual de incentivo à educação especial.

Pedi ao meu assessor que retirasse, queria passar para o presidente Comte, que eu acho que vai acrescentar. Já passei para a deputada Tânia, eu acho que vai acrescentar muito mais se nós fizermos em coautoria esses dois projetos. Como uma professora falou, num desses eu acrescento também - porque a gente pensa muito na criança e esquece do adulto, como está tendo problema com a Fia. Quem é responsável pelas crianças da Fia? Não pode mais ficar pela Fia. Agora, fica pela assistência social porque a Fia só pode tomar conta da criança e essas crianças envelheceram, mas continuam com mente de crianças.

É isso que a gente precisa: se preocupar um pouquinho mais, ter um pouquinho mais de amor ao próximo e se colocar no lugar dele.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Deputada Ana Paula Rechuan.

A SRA. ANA PAULA RECHUAN – Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar nosso presidente, parceiro em todas as questões, Comte Bittencourt e toda a Comissão de Educação; Tânia Rodrigues, nossa amiga, vice-presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, que luta pela causa e que contagia a todos e que nos faz enxergar de outra forma.

Já está mais que determinado o que a Constituição prevê: que a educação é direito de todos e dever do estado e da família. Também está escrito que isso deve ser feito com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Isso inclui todos os atores envolvidos nesse processo.

Não posso deixar de demonstrar minha indignação perante algumas entidades de educação, como o sindicato de Santa Catarina, que faz uma carta aberta à comunidade escolar, onde ele coloca: há condições de um autista, ou alguém com idade mental reduzida e psicológica ser presidente da República? O que uma dessas escolas poderia fazer por um aluno em razão de atraso mental de idade que não se integra com os colegas, que tem interesses diferentes, porque estão em idade mais avançada? O que uma dessas escolas poderia fazer por um aluno que, em razão da deficiência, abre a braguilha e expõe a genitália para os colegas ou agride os menores? Esses são alguns dos questionamentos desse sindicato. Esse é nível de preconceito, é o que estamos enfrentando. Isso está escrito, foi feito por um sindicato.

Já é lei, sabemos o quanto as escolas públicas se esmeram na questão da inclusão. Sabemos que não é fácil. Sabemos que, a cada dia, temos um desafio. E as escolas particulares têm que entrar nessa luta. Esse desafio é de todos, é da sociedade. Temos que lutar juntos, juntar as mãos, avaliar os gargalos. É a capacitação? Vamos juntos lutar pela capacitação, mas essas escolas têm que estar abertas para receber todas as pessoas. Todos têm direito à educação.

Eu acho que a família vai fazer a escolha por uma ou outra escola. Dependendo do tipo de deficiência, qual escola vai estar mais ou menos adequada. Isso será feito, mas temos que continuar avançando.

Na sociedade, ao longo dos anos, revoluções foram feitas. Na época grega do helenismo, só entravam na escola aqueles que eram cidadãos de famílias melhores de situação financeira. Com a constituição francesa veio o direito à educação para todos. Há até alguns anos, as mulheres não podiam frequentar as escolas, os negros também não podiam frequentar as escolas. Isso foram barreiras que já foram derrubadas e nós avançamos. Agora nós temos que avançar de vez com a questão da inclusão, não pode ficar nenhuma aresta.

Foram quinze anos lutando, então, nós não podemos agora, depois de uma luta, de estarmos ganhando a guerra, voltar e retroagir. Então, eu acho que nós temos que ser firmes e construir juntos uma forma para que as pessoas com deficiência realmente se beneficiem dessa lei. Acho que aqui, junto a esta Casa, nós podemos construir juntos uma legislação de proteção, de formação desses profissionais. O conselho, o sr. Luiz Henrique Mansur já colocou essa questão de capacitação, de discussão. Esta Casa vai continuar construindo e ajudando nessa luta, mas eu acho que nós não podemos deixar de avançar e não podemos ter coragem... Nós não podemos deixar isso acontecer.

Eu acho que esta é a principal função desta audiência e parabeno todos pela audiência. Estamos à disposição para continuar trabalhando por todas as pessoas, por todos que querem participar da nossa educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputada Ana Paula.

Deputado Dr. Julianelli.

A Tânia é presidente, vai encerrar. A Tânia está impedida tecnicamente de falar.

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – E vou fazer uma infecção urinária.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Dr. Julianelli.

O DR. JULIANELLI – Obrigado, sr. presidente Comte Bittencourt, deputada Tânia, demais deputados e convidados. Eu inicio a minha fala, presidente, repetindo o que foi falado aqui anteriormente: nós estamos tratando de um direito constitucional, a educação pública de qualidade. Este é o ponto principal, do qual não podemos abrir mão sob nenhum aspecto. Não podemos retroceder num direito já adquirido, este é o segundo ponto para o qual chamo atenção no início da minha fala. A partir daí, eu penso que precisamos ter serenidade, serenidade para um problema de uma magnitude muito grande, que depende de um debate, eu acredito, em nível nacional, como está sendo proposto. Isto, para mim, é decisivo: não podemos perder a serenidade. Muitas coisas foram faladas aqui de extrema importância. Eu vou me fixar em algumas poucas porque não tínhamos tempo para debater todo o contexto.

A SRA. TÂNIA RODRIGUES – Eu gostaria de agradecer a todos a presença e dizer que esta Casa está enfrentando também essa questão da acessibilidade. Eu vim para cá em fevereiro e até hoje a gente não tem a rampa para que eu possa me locomover sozinha. A gente tem esse problema aqui, é antigo, com os bancos, eu não posso sair.

Então, eu devo dizer a vocês o seguinte: não terei tempo hábil. Por mais que Serafini fale, por mais que Waldeck fale, não terei tempo hábil para retornar, porque terei que ir ao outro prédio, ao banheiro do meu gabinete. Apesar disso tudo, eu e Guilherme, apesar das barreiras arquitetônicas antigamente faladas, nós estudamos no terceiro andar do Instituto Gay Lussac. O Guilherme era carregado todos os dias para cima e para baixo e eu usava, nessa época, aparelho muleta e subia e descia todos os dias porque sequer tiveram a sensibilidade de colocar a sala lá embaixo. Disseram que as salas de baixo eram pequenas e o número de alunos do 3º científico, junto com o pré-vestibular, era muito.

Então, financeiramente, não era permitido nem viável – então, o Guilherme era carregado todos os dias. Somos – eu gostaria de falar para o senhor – os sobreviventes, porque, apesar de tudo isso, eu me formei em Medicina e o Guilherme é administrador de empresa.

Obrigada a todos.

O DR. SADINOEL – Bonitas palavras, deputada Tânia. Com certeza, todos nós concordamos que essas dificuldades, aqui desta Casa, por falta de acessibilidade, precisam ser resolvidas também, urgentemente.

Então, presidente, volto minhas palavras a essa palavra-chave, que considero essencial nesta discussão, que é “serenidade”, em busca da real inclusão, tanto na escola pública, que tem que ser chamada para este debate, porque não podemos ficar discutindo também só a entrada na escola particular. Precisamos ter uma inclusão na escola pública, com qualidade e sabemos que essa qualidade não é uma constante, quando se pensa em termo de país. A qualidade de inclusão precisa realmente ser acompanhada de qualidade. A Confenem alega falta de profissionais. Alegou que não existe a discussão do custo, mas sim a discussão da falta de profissionais disponíveis no mercado. Estamos aqui numa audiência pública e temos que obrigatoriamente considerar que uma afirmação de um representante de uma categoria, ou de uma classe, precisa ser avaliado, porque, a partir do momento que ele vem a público, a esta Casa legislativa, alega isso e o avançar da lei, a implementação da lei pode ocasionar a prisão de um diretor de escola, precisamos realmente ter a certeza se existe, ou não, profissionais no mercado. Independente de ser radicalmente a favor da escola pública, como um todo, não estou defendendo a escola particular, mas essa alegação, que é feita aqui, precisa ser considerada, daí a necessidade de falarmos em serenidade. Não podemos aceitar que, movidos por um sentimento, talvez até de certa revolta, ocasionar, ou contribuir com a prisão de um diretor de escola. Se existe realmente falta, no mercado, de um profissional, isso precisa ser

avaliado e resolvido antes de alguma decisão draconiana, como a prisão de um diretor de escola. Defendo esse ponto.

Outro ponto, que me chamou muita atenção - e sou muito favorável -, quando a OAB, o dr. Geraldo, coloca a possibilidade de legislação que, de certo modo, permita que esses custos do professor auxiliar sejam distribuídos por toda a sociedade. Vejo isso como uma atitude muito aceitável. Quando deixamos de distribuir somente para aqueles que frequentam a escola e distribuímos, como foi assinada aqui a possibilidade de ser abatido, inclusiva, no imposto de renda, ser abatido para toda a sociedade brasileira. Parece-me uma medida que tem uma justiça muito coerente. Realmente, isso precisa ser debatido na Câmara Federal e se esse for o entendimento dos seus deputados, realmente, pode ser implementado. Acredito que toda a sociedade precisa contribuir para a inclusão dos deficientes. A sociedade como um todo.

Outro ponto para o qual quero chamar a atenção aqui, sr. presidente, é com relação – apesar de o debate não ser esse, foi colocado aqui que a escola pública já faz a sua inclusão. Eu penso que aqui poderia sair como um encaminhamento que nos portais de transparência da Secretaria de Educação, caso não seja feito, seja realmente divulgado quais as escolas que estão aptas para fazer a inclusão e qual aquela deficiência que está mais adequada para ser incluída nessa ou naquela escola. Entendo que a divulgação dessas escolas nos portais de transparência vai facilitar muito – vou concluir, sr. presidente -, quando da escolha dos pais para procurar a escola para os seus filhos.

E, por último, sr. presidente, termino aqui a minha fala, porque entendo que é uma discussão muito ampla. Nós estamos falando aqui de inclusão na escola particular, mas eu quero chamar atenção também para a escola pública, que amanhã os professores, que estão em greve de um dia, por não terem o seu salário reajustado com a reposição das perdas da inflação. E, no entanto, nós aqui estamos colocando mais encargos e cada vez mais encargos para esses professores, que já são tão sacrificados. Entendo que essa discussão dos salários dos professores, quando nós colocamos pedras nas mochilas dos professores das escolas públicas, precisa ser abordada por esta Casa. Acima de qualquer coisa, apesar de estamos aqui discutindo a situação da escola privada, nós precisamos discutir essa mesma situação dentro da escola pública e, automaticamente, um salário justo para assumir uma função de tão grande importância, que é a inclusão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputado. Lembrando só, porque temos pessoas que pela primeira vez estão na comissão, lembrando apenas que cabe essa cobrança a uma maioria dos componentes do parlamento, porque esta comissão já faz, sistematicamente, o debate desses dois aspectos. Só para passar aqui para os presentes...

O DR. SADINOEL - Sr. presidente, quero deixar bem claro, tive oportunidade de me colocar publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Esclarecendo aqui para os presentes que esta comissão que valorização de carreira e inclusão na rede estadual são debates permanentes na comissão.

Deputado Waldeck.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, entidades aqui presentes na audiência, senhoras e senhores, queria também me colocar, não sem antes alertar ao presidente, que retomou aqui a direção dos trabalhos, que na minha curta (não compreendido) nesta sessão de hoje, surgiram duas propostas, a serem examinadas a posteriori pela comissão, de audiências públicas. Uma, a cerca da deliberação que está sendo elaborada pelo Conselho Estadual de Educação, que vai detalhar essa questão, no âmbito do estado. E uma outra proposta, pela direção geral do Iserj, acerca da

formação de professores. Embora, temas já trabalhados, no passado, pela comissão, mas surgem sempre novos desafios e novas questões, então, faço o registro aqui do que foi apresentado.

Em segundo lugar, queria dizer que, embora trabalhando já com educação há muitos anos, o campo da educação especial não é propriamente um campo de minha especialidade. Mas eu tenho duas escolas para discutir um pouco essa questão: a escola da Faculdade de Educação da UFF – sou professor há muitos anos, dirigi aquela unidade por dois mandatos; e outra escola muito importante, que foi a experiência que tive em dois momentos diferentes, uma, sob a gestão do prefeito Godofredo Pinto. Aliás, ele mesmo muito assíduo aqui na comissão. E também do atual prefeito Rodrigo Neves, quando fui secretário de educação do Município de Niterói.

Então, outra escola é a escola das unidades municipais de educação de Niterói, de seus profissionais, com um trabalho de fôlego, quero aqui dizer, de fôlego, já há algum tempo, no campo da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino daquele município. Faço questão aqui de registrar alguns nomes que são referências pra mim nessa discussão: professora Nelma Pintor; professora Valdelúcia Alves da Costa; professora Cristina Deluc(?), que inclusive coordena esse programa de mestrado que foi mencionado aqui recentemente, Iliana Velha(?), Maria Cristina... Maria de Lourdes Fagundes Lande, entre outras figuras. Sem falar fora da UFF. Já se mencionou o nome da professora Rosana Glat, que é uma grande referência para nós no Rio de Janeiro, entre outros nomes e colegas que têm contribuído. É nessas escolas que eu me referencio. Essa é uma primeira questão.

Outra questão, eu queria, portanto, dizer, presidente Comte Bittencourt, que o essencial, não apenas, mas o essencial dos esforços no Brasil no quesito inclusão de alunos com deficiência tem sido feito, o essencial dos esforços, tem sido feito por redes públicas de educação. Por redes públicas de educação. Não obstante esforços importantes de algumas unidades escolares particulares no Brasil a fora, mas o essencial do esforço tem sido feito por redes públicas. Tudo pode melhorar. Muita coisa dá pra avançar. Mas eu quero dizer do esforço importante que já há alguns anos, eu diria que principalmente, mas não apenas a partir desse ponto, mas principalmente a partir, Comte, da Carta de Salamanca, de 1994, houve uma virada importantíssima no Brasil e redes públicas no Brasil inteiro assumiram um desafio enorme, mas ao mesmo tempo a necessidade absoluta e imperiosa de garantir a inclusão de alunos com deficiência nas suas respectivas redes.

Em terceiro lugar, eu queria, com todo respeito à Confenem e ao sr. João Roberto Alves aqui presente, eu, na linha do que problematizou o representante da OAB Vai à Escola, eu também queria ponderar sobre o método. Porque é lógico que legitimamente a Confenem lançou mão de um dispositivo, alcance da cidadania brasileira, que é interpor uma ADIn junto ao Supremo Tribunal Federal. Acho porém que isso poderia ter sido antecedido por uma... Pelo aprofundamento da discussão de uma lei recém sancionada. Até porque a Confenem integra fóruns nacional e a participação da Confenem é muito importante. Talvez tivesse sido, anteriormente à interposição da ADIn, claro, tivesse sido mais oportuno avançar no diálogo, no debate, ainda que difícil.

E eu queria também discutir algumas questões que não me convencem no argumento. Até porque esta lei de 2015, chamada de lei da inclusão, conhecida como estatuto da inclusão, ela não traz elementos completamente novos. Traz alguns elementos, algumas disposições novas, alguns mandamentos novos, mas, assim, ela também consolida uma série de direitos já consagrados em outros dispositivos.

Então, assim, eu me sinto, ao fazer esse debate, e todo debate é legítimo e necessário, mas eu me sinto numa situação semelhante, me identifico com a intervenção da deputada Tânia Rodrigues, e a intervenção do representante da FR, que já teve que se ausentar pelo visto, e me sinto, presidente, andando um pouco pra trás, andando um pouco pra trás nesse debate. Porque nós estamos tratando aqui de direito, de cidadania, de humanismo até, e houve um tempo nesse país, ninguém quer o seu retorno, em que os direitos eram objetivamente negados, na forma da lei inclusive, em que a cidadania era seletiva. Alguns

dispunham da cidadania e outros dispunham de um arremedo, de um, enfim, um rebotalho de cidadania, por assim dizer. Então, me sinto, ao fazer esse debate, um pouco andando pra trás. Porque o Brasil precisa continuar avançando nesse campo que é o campo da inclusão com pessoas com deficiência e não apenas no contexto escolar. E ainda que a Confenem problematize ou pondere ou ressalte que as preocupações não são fundamentalmente econômicas, os itens 16 e 17 da ADIn se referem a isso, se referem a preocupações de natureza econômico-financeiras.

Além disso, eu também quero questionar que no meu entendimento essa problemática da falta de pessoal disponível, que é um tema importante, primeiro, a falta de pessoal para quê? Porque não é papel da escola, não é papel das unidades escolares, atuar numa perspectiva que não seja a pedagógica, como já se ressaltou aqui. Então a escola não precisa contar no seu efetivo regular com quadros especializados no campo da saúde, por exemplo, para fazer frente, para fazer face a deficiências que perturbam o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento do processo de aprendizagem, mas que têm origem em questões de natureza clínica, enfim, então, a escola não tem que ter esses profissionais. E, além do mais, uma coisa é contar com profissional que tenha uma certa expertise para assim fazer, para participar da entrevista de seleção o aluno, com aquela família, na detecção da modalidade de deficiência que se apresenta, da sua profundidade ou da sua severidade, como se diz em maneira mais adequada, isso é uma coisa. Outra coisa é a presença regular na escola de professores de apoio, de professores de apoio. Porque esses professores de apoio não são especialistas na área da saúde, e nem têm que ser, e nem precisam ser. Então, para fazer essa detecção, que pode ser, que é pontual, porque é no início do ano letivo, enfim. Os escolares podem até estabelecer parcerias com o poder público; são profissionais que (não compreendido) farão, darão sua contribuição naquele momento da seleção do aluno que se apresenta com deficiência.

Uma outra coisa diferente é a presença longitudinal, ao longo do ano, na escola, de um professor que for fazer apoio. Eu quero dizer que a rede em Niterói, que já há algum tempo vem tratando disso, vem tratando disso, e não é a única, tenho notícias de que não é a única, vai até, no próximo certame, que está sendo preparado, vai até concursar esses profissionais. Porque a presença deles é importante regularmente. Porque hoje são, muitas vezes, contratados, enfim, num número de grande monta. Mas, eu quero problematizar, quero até discordar dessa questão como uma questão muito fulcral, sobre disponibilidade de pessoal no mercado. De que pessoa nós estamos tratando aqui? Então, uma coisa, insisto, é ter... Porque lá em Niterói, por exemplo, como em outras redes, a detecção da deficiência e da sua severidade é feita por equipes multiprofissionais; pedagogos participam, professores participam, psicólogos participam, médicos, eventualmente, participam, fonoaudiólogos participam, enfim. Então, é muito importante. Mas ao longo do processo pedagógico, no transcurso do ano escolar, a escola não tem nutricionistas, médicos. Eles não têm que estar na escola. Enfim, são questões que eu acho que podem nos ajudar a fazer esse debate.

Presidente, foi solicitado pelo professor Edgar Flexa Ribeiro a relação de escolas públicas que garantem o atendimento a alunos com deficiência, e a comissão ficou de receber e passar, não só para a entidade que ele representa, que é o Sinepe Rio, mas a outras entidades, porque tem várias; são centenas. E não digo que são centenas que fazem um trabalho perfeito, que fazem um trabalho necessariamente modelar. Mas estão num esforço, sobretudo os profissionais que estão na ponta, que estão no campo, fazendo a inclusão no cotidiano, no chão da escola, que é muito importante ressaltar, e destacar aqui.

Era isso, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Muito obrigado, deputado Waldeck.

Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI – Boa-tarde, sr. presidente; boa-tarde todos e todas aqui presentes. Eu acho que esse é um debate importante que a gente está diante de uma situação que é da consolidação num paradigma. Acho que o que o estatuto traz é que a gente de fato caminhe no sentido de consolidar um

modelo inclusivo como o modelo que a gente vai adotar para dar tratamento nas questões educacionais, mas de forma mais abrangente na sociedade, às pessoas com deficiência.

No Brasil, nas últimas décadas, a gente avançou muito no sentido de estabelecer diretrizes sociais que tratam das pessoas com deficiência, das pessoas com transtorno mental, de forma inclusiva. Ou seja, a saída que a sociedade aponta é não segregar. Porque a segregação estabelece uma dinâmica que se auto alimenta. A criança vai para uma escola em separado, é alijada do convívio social. A sociedade não se prepara para receber aquela criança que possui determinadas necessidades especiais pela deficiência que ela possui.

Dessa forma, nem a sociedade se adapta, nem o ser humano consegue estabelecer o seu convívio social.

Felizmente, a gente tem caminhado para o fim desse modelo de sociedade segregada. A gente assistiu ao fim dos grandes manicômios, que tratavam das pessoas com transtornos mentais. E estamos assistindo agora a um movimento que esse estatuto é parte fundamental no caso das pessoas com deficiência, de inclusão. Aí, como professor que teve a experiência de trabalhar numa escola privada que recebia crianças com deficiência, é fundamental que essa norma seja válida para todas as escolas, para todas as escolas, porque senão você vai gerando distorções dentro da própria rede, vai gerando escolas, são poucas as escolas que se especializam nisso e que ficam mais caras em decorrência de serem as únicas que recebem a pessoa com deficiência.

Então, isso gera dentro das próprias escolas particulares uma diferenciação, as que recebem e as que não recebem, ou, então, oneram os pais, que têm que pagar a mais para que a escola não divida com o conjunto dos alunos aquele custo. Se ela divide com o conjunto dos alunos, ela perde para outra instituição privada, que não recebe os alunos com deficiência. Então, é fundamental que todas recebam para que todas se adaptem e que de fato esse custo seja um custo social, que a nossa sociedade, que, insisto aqui, tem reafirmado cada vez mais os princípios da inclusão, possa de fato caminhar para ser uma sociedade inclusiva. Eu acho que o depoimento da deputada Tânia Rodrigues, no sentido desse prédio aqui, que é um prédio tombado, que tem mais dificuldades de fazer adaptações, mas a gente sabe quantos edifícios, quantas instituições, apesar de uma ampla legislação vigente, não fazem isso de forma correta, respeitando o conjunto da legislação e garantindo à pessoa com deficiência de fato um maior grau de autonomia possível. Reitero as palavras aqui do deputado Waldeck, é fundamental que a gente, inclusive, supere alguns preconceitos, de imaginar que, pelo fato de recebermos a pessoa com deficiência, teríamos que ter um tipo de estrutura profissional ligada à área da saúde, etc., porque a pessoa com deficiência seria uma pessoa portadora de algum tipo de enfermidade. Isso não é verdade. A grande maioria das pessoas com deficiência precisa de adaptação das instalações. É fundamental que os profissionais da educação, de conjunto, sejam capacitados para ajudar no pleno desenvolvimento das pessoas que possuam algum tipo de deficiência, mas não é necessário que você imagine um tipo de estrutura de saúde específica para a grande maioria dos casos das pessoas com deficiência. Esse olhar que imagina esse tipo de especificidade, do ponto de vista da formação profissional, muitas vezes também acaba espelhando uma falta de conhecimento sobre o que de fato nós estamos falando quando estamos falando das escolas inclusivas.

Então, acho que o sindicato, as representações das instituições privadas poderiam fazer um movimento, imagino que talvez já estejam fazendo, na verdade, no sentido de que os diferentes estabelecimentos se preparem tanto do ponto de vista físico, mas fundamentalmente do ponto de vista da formação dos seus profissionais que já atuam nas suas unidades escolares, de que tenham formação específica sobre o que representa a educação inclusiva. Esse é um passo fundamental. Acho que ter amor, ter respeito é fundamental, mas ter também uma qualificação que entenda, inclusive, a importância daquele trabalho que ele está desempenhando e as especificidades dele é fundamental. Reitero aqui o entusiasmo com esse passo, para que a partir de 2016 a gente possa de fato ter as nossas unidades escolares inclusivas. É um passo muito importante porque a gente se afaste do paradigma da segregação e

de fato se torne uma sociedade inclusiva, uma sociedade onde todas e todos podem usufruir dos mesmos direitos, da mesma autonomia e da mesma liberdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputado Flávio Serafini.

Deputado Tio Carlos.

O SR. TIO CARLOS – Rapidamente, sr. presidente, primeiro, boa-tarde a todas e todos. Uma nota como essa, não sei se o senhor chegou a ler, no Sinepe de Santa Catarina, ela chega a ser patética. Então, é importante, infelizmente o representante do Sinepe foi embora, mas, enfim, a gente pelo menos repudia esse tipo de colocação. O senhor colocou muito bem, só discordo quando fala que não se tem a preocupação com a questão financeira.

A gente sabe, como já foi dito pelo deputado Waldeck, que também tem inclusive apontado, não no seu pronunciamento, mas na própria defesa da inconstitucionalidade.

Queria dizer que a educação inclusiva é para uma política de estado. E esse documento é a prova disso. O estatuto dá um passo para isso. Só que a inclusão, como também foi dito, tem que ser feita com muita responsabilidade, porque inclusão nós temos vários tipos de deficiência. No outro dia eu tive a vivência. Aqui nós tivemos uma ação, e os deputados vivenciaram por alguns momentos. Eu coloquei uma venda nos olhos e não consegui, nesta Casa, a Casa do Povo, chegar ao plenário. Tive muita dificuldade. Sem contar para votar.

Então, temos, por exemplo, a TV Alerj que aquele deficiente auditivo não tem a linguagem de libras. A gente aqui tem que ter muito cuidado, porque quando se fala também da segregação temos que ter cuidado. Porque eu sou a favor da educação inclusiva, mas nós não podemos nos esquecer de que a educação especial não pode acabar. O Instituto Helena Antipoff, no Município do Rio de Janeiro, é uma referência para o Brasil inteiro. E ali não pega, dependendo da deficiência, coloca numa sala de aula dizendo que temos que incluir a qualquer preço. Inclusive as mães vivenciam o dia a dia dos seus filhos com muita dificuldade. Esse é um tema, claro... Queremos, sim, colocar na prática o estatuto. Não podemos ter um retrocesso. Com todo o respeito, são 45 mil escolas ou 50 mil no Brasil. É claro que a gente não vai pegar aquela escola particular, privada, ali com muita dificuldade, ali há 30 alunos, e pensar de, neste momento, claro que é possível investir na formação de profissionais, para que todas as escolas, sim, recebam alunos. Mas não se faz de uma hora para outra. Porque a gente, aqui, quer ter responsabilidade. O discurso pode ser muito mais fácil, o que eu não admito é o retrocesso. 1º de janeiro, tomara que não fique sentado, discutindo aí essas questões da inconstitucionalidade que já no dia 1º de janeiro a gente possa, sim, cobrar, não de todas, mas de sua grande maioria.

Eu quero dizer de forma muito objetiva, deputado Comte Bittencourt, a Seeduc diz que 960 escolas já têm ensino inclusivo. Todas têm. Das 1.200... Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Não, não, não. Sem o debate...

O SR. TIO CARLOS – Não é um debate, é um esclarecimento. A Seeduc coloca aqui que das 1.290 escolas já apresenta 900 escolas com ensino inclusivo. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Deputado, e a comissão discorda. Nós já debatemos esse assunto aqui.

O SR. TIO CARLOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Vamos voltar porque não é uma informação que a comissão constata como verdadeira. Já debatemos isso em outras oportunidades e vamos continuar cobrando. Por favor.

O SR. TIO CARLOS – Já encaminhando a minha fala para o final, presidente, quero repetir o que foi dito aqui por alguns. A educação, quando se leva uma criança ou um adulto... A escola acolhe com boa vontade. Tem que haver boa vontade. Espero que a partir de 1º de janeiro, a gente cumpra a lei. Já não é mais uma questão de boa vontade. Para isso, temos que avançar na formação dos profissionais, temos que avançar na conscientização da sociedade.

Vocês viram hoje, aqui, uma cena triste. Uma deputada teve que sair dessa forma, a dificuldade que ela tem todos os dias para chegar ao plenário é real. Então, por favor, é um debate que a gente tem que lutar. A gente repudia, porque isso joga tudo contra ao entendimento. Eu até disse que quem assinou isso aqui deve ter sido Adolf Hitler. Não é possível!

Nesse aspecto, quero aqui estar solidário. Sou membro desta comissão. Temos que discutir isso com muito mais responsabilidade, deputada Tânia Rodrigues, porque a inclusão se faz sim necessária, o Estatuto é um avanço. Nós não podemos admitir retrocesso, mas também temos que dar sinais para que a gente possa cobrar não só das escolas privadas, mas também na questão do ensino público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Comte Bittencourt) – Obrigado, deputado Tio Carlos.

Dr. Geraldo, acho que alcançamos plenamente aqui a proposta da audiência, com responsabilidade, com equilíbrio e com serenidade. Trouxemos o debate para dentro da Comissão de Educação da Assembleia.

Quero propor à deputada Tania, que é vice-presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, que possamos encaminhar em conjunto, também à deputada Tia Ju, um expediente das três comissões para as comissões da Assembleia Legislativa de Santa Catarina exatamente acusando a gravidade desse documento assinado pelo Sindicato de Escolas Particulares de Santa Catarina. Acho que é um movimento que podemos fazer na direção também daquele parlamento estadual e provocar esse debate.

Esse documento seguramente não expressa o pensamento médio, ou seja, o predominante das 45 mil escolas da rede privada brasileira. Agora, é um documento grave, porque assina uma pessoa com autoridade da presidência de um sindicato que organiza as escolas daquele estado.

Então, já faço a proposta aqui para que a comissão, no conjunto dos seus parlamentares, as três comissões, possamos fazer para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina um documento repudiando esse documento.

Doutor Geraldo, a comissão vai continuar debatendo esse tema como temos feito de forma responsável. Acho que essa lei de 2015 é bem-vinda porque é um direito que o estado brasileiro demorou muito tempo a reconhecê-lo. Ter leis com essa firmeza de propósito, mesmo todos nós sendo sabedores que a eficácia de legislações como essa em curto prazo não será alcançada, mas acho que tem que ter um esforço de todos nós para que a sociedade seja inclusiva, especialmente a educação seja inclusiva. Não estamos falando agora só da educação para as pessoas com deficiência, não. Estamos falando em educação inclusiva para valer, para todos, com ou sem deficiência. Porque o retrato que nós acompanhamos no dia a dia da grande mídia brasileira, do cenário da educação, privada e pública, vale para as duas redes, em regiões do estado brasileiro em pleno século XXI, era do conhecimento, era que está aí há 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, estamos comemorando, sendo 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E até hoje nós não temos o direito sequer ao ingresso da escola de 4 a 17 anos, e o ECA fazendo 25 anos, para todas as crianças e adolescentes no Brasil.

Então, esse debate é muito bem-vindo à Comissão. Nós deputados vamos buscar dar a nossa contribuição junto à Comissão da Pessoa com Deficiência. O senhor é muito bem-vindo. Através da OAB vai à escola, nos provoque sempre que achar necessário para que a Assembleia se faça presente num debate dessa importância. Mais uma vez, não lembro, mas me cobro junto à professora Sandra do Iserj e peço ao deputado Waldeck, ao deputado Flávio Serafini, ao deputado Dr. Julianelli, ao deputado Tio

Carlos, para que abramos com urgência uma agenda na nossa comissão para discutirmos a questão da formação do professor do estado, a política de formação do professor do estado - e, aí, inclua-se o professor preparado para esses novos desafios que a escola do século XXI aponta. E eu tenho esse compromisso com a professora Sandra que frequenta muito essa comissão, nossa diretora do Iserj e ainda não conseguimos viabilizar. Mas peço aos srs. deputados que me cobrem isso aí para que façamos uma agenda efetiva de um debate visando uma pauta legislativa para esse assunto extremamente importante.

Então, deputada Tânia, antes de encerrar, quero convocar os srs. deputados da comissão. Nossas duas próximas audiências são audiências preparatórias das emendas da comissão para a LOA 2016. Quarta-feira que vem com as reitorias e a direção da Faetec junto aos DCEs, junto aos sindicatos de professores para discutirmos a proposta do governo do orçamento de 2016 para o ensino superior do estado e para o ensino técnico. E na quarta-feira, dia 21, com a presença da Seeduc e da Faetec com o Sepe, com a Uppes, para discutirmos as emendas da rede de educação básica. Já peço aos srs. deputados a atenção das duas próximas audiências. Propomos aqui na comissão emendas visando à LOA de 2016.

Deputada Tânia, quero agradecer, agradecer ao dr. João Roberto Moreira Alves, prontamente se manifestou aqui para participar da audiência, ao dr. Geraldo, agradecendo a ambos estou agradecendo a todos os presentes.

Muito obrigado. Está encerrada a nossa audiência.

Data de Publicação: 19/02/2016

Assunto: Ação Direta De Inconstitucionalidade (Adi) Da Confederação Nacional Dos Estabelecimentos De Ensino Contra A Obrigatoriedade De Assegurar Educação Aos Estudantes Com Deficiência

ANEXO G – Proposta de emenda substitutiva à meta 4, do Plano Nacional de Educação 2011-2020



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Prezados(as) Senhores(as),

Este é o fruto do trabalho de todos nós, o qual não teria sido possível sem a sua colaboração.

Encaminhamos e agradecemos, contando sempre com a unidade na luta pela pessoa com deficiência.

Atenciosamente,

DEPUTADO MÁRCIO PACHECO
Presidente da Comissão
Palácio Tiradentes s/nº - Praça XV - Sala 112
20010-010 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2588-1139/2588-1140

Compete à Comissão de Defesa de Pessoa Portadora de Deficiência, com base no art. 109, incisos III, IV e V da Constituição Estadual e, na alínea "a" e "c", do § 32, do art. 20 da Resolução nº 810 de 1997 - Regimento Interno:

a) manifestar-se sobre todas as proposições relacionadas a PPD - Pessoa Portadora de Deficiência, em todos os seus aspectos; [...]

c) opinar sobre assuntos referentes a PPD - Pessoa Portadora de Deficiência, sistema e legislação pertinentes; receber e investigar denúncias sobre matéria de sua competência e a colaboração de entidades que se destinam ou estejam relacionadas à causa do deficiente.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Prezados (as) Senhores (as),

Encaminhamos, em anexo, a proposta de Emenda Substitutiva à Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2011/2020 elaborada a partir dos materiais elaborados por familiares, Instituições e profissionais técnicos da área entregues e discutidos, em Audiência Pública, em Conjunto das **COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA e DE EDUCAÇÃO DA ALERJ**, realizada no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no dia 03 de junho de 2011, com a participação da sociedade civil do Estado do Rio, assim como parlamentares Municipais, Estaduais e Federais.

Solicitamos análise e encaminhamento.

DEPUTADO MÁRCIO PACHECO
 Presidente da Comissão
 Palácio Tiradentes s/nº - Praça XV - Sala 112
 20010-010 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: 2588-1139/2588-1140

Compete à Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, com base no art. 109, incisos III, IV e V da Constituição Estadual e, na alínea "a" e "c", do § 32, do art. 26 da Resolução nº 810 de 1997 - Regimento Interno:

a) manifestar-se sobre todas as proposições relacionadas a PPD - Pessoa Portadora de Deficiência, em todos os seus aspectos. [...]

c) opinar sobre assuntos referentes a PPD - Pessoa Portadora de Deficiência, sistema e legislação pertinentes; receber e investigar denúncias sobre matéria de sua competência e a colaboração de entidades que se destinam ou estejam relacionadas a causa do deficiente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

À COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PRÓFERIR PARECER AO
PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

(Poder Executivo)

O Estado do Rio de Janeiro, por sua Assembléia Legislativa, vem, por meio da Comissão da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Educação, encaminhar a presente Emenda ao Substitutivo ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, na Meta 4, do anexo do Projeto Lei nº 8035 de 2010.

“Meta 4: Universalizar o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtorno invasivo do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas da rede regular de ensino, da educação infantil ao ensino superior, assegurando, de forma incondicional, a opção quanto a matrícula em turma regular ou em classes especiais ou escolas especiais.

Estratégias:

4.1) Fomentar o planejamento e a execução de Programa de Censo Escolar da Educação Inclusiva nas redes públicas federais, estaduais e municipais de ensino, a fim de viabilizar o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

4.2) Expandir e fortalecer o atendimento educacional especializado para todos os níveis de ensino, por meio da organização e implementação de salas de recursos multifuncionais com a atuação de profissionais qualificados e/ou capacitados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

- 4.3) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar ou suplementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino, bem como avaliar as suas especificidades e determinar o número de alunos nas sala de atendimento educacional especializado.
- 4.4) Capacitar, qualificar e dar formação continuada aos profissionais da educação para atuar na educação inclusiva, garantindo a esses o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, do sistema Braille e das especificidades pedagógicas inerentes ao ensino às pessoas com deficiência, transtorno invasivo do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.
- 4.5) Viabilizar a presença do professor de apoio para colaborar com o professor regente, conforme a necessidade de suporte das turmas da rede pública de ensino, e um auxiliar de classe para as atividades cotidianas dos alunos matriculados com deficiência.
- 4.6) Manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica; ampliar o transporte acessível; disponibilização de material didático acessível, adaptado e específico, além de recursos de tecnologia assistiva; oferta da educação bilíngüe em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e língua portuguesa, como segunda língua; inclusão na grade curricular da disciplina de LIBRAS, sendo esta ministrada como primeira língua para os alunos surdos e como segunda língua para os ouvintes; garantir o ensino do Sistema Braille para os alunos cegos e com deficiência visual, assim como viabilizar a inserção do Instrutor-Mediador como professor para o aluno cego.
- 4.7) Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais com equipe multidisciplinar especializada da própria escola em contra



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

turnos ou em instituições especializadas, assegurando o direito à escolha do aluno e/ou dos familiares da modalidade de ensino.

4.8) Garantir a manutenção das Escolas Especializadas em todo o país, bem como as classes especiais nas escolas da rede regular de ensino, sempre que se fizer necessário, visando minimizar ou eliminar dificuldades no âmbito pedagógico com o fito de alcançar o crescimento global do educando.

4.9) Possibilitar a aplicação de avaliação de forma coerente e diferenciada, respeitando os limites, latência e a língua do aluno com deficiência, transtorno invasivo do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, bem como avaliar paralelamente dentro das especificidades e resposta de estímulo de cada um.

4.10) Assegurar o retorno a classe especial ou escola especial ao aluno com deficiência em processo de inclusão que não atingir a adaptação desejada para a continuidade do processo.

4.11) Garantir a acompanhamento médico e terapêutico nas diversas especialidades clínicas na rede pública regular de ensino.

→ 4.12) Assegurar ao aluno com deficiência e/ou múltipla acima de dezoito (18) anos, que não concluir o ensino fundamental no tempo previsto, o encaminhamento para as Escolas de formação profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4.13) Ampliar a implantação de programas de Pedagogia Hospitalar ou congêneres e incluir a abordagem do atendimento pedagógico domiciliar ou ensino à distância para os alunos em situação de hospitalização e/ou confinamento ao leito ou ao lar, como forma de manutenção com o vínculo educacional, a fim de evitar a ruptura do desenvolvimento acadêmico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

4.14) Incentivar a implantação de programas de flexibilização curricular, respeitando a abordagem pluralista e diversificada do currículo para a diversidade:

4.15) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino, assim como nas escolas especializadas.”

4.16) Ampliar a oferta de estimulação precoce na educação infantil às crianças com deficiência e com necessidades educativas especializadas, fomentando o seu desenvolvimento afetivo, cognitivo, lingüístico, motor e social, ofertando às crianças surdas e com deficiência auditiva um ambiente natural para a aquisição da Língua Brasileira de Sinais.

JUSTIFICAÇÃO:

Diante da aprovação da Meta 4 do anexo do Projeto de Lei nº 8035 de 2010 – Plano Nacional de Educação – PNE), a sociedade civil representada pelas escolas especializadas (em especial: INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos e IBC – Instituto Benjamin Constant), ONGs (como Guerreiros da Inclusão, Semente do Amanhã e outras), pais ou responsáveis, alunos, professores, estiveram presentes em reuniões ordinárias e audiências públicas com autoridades públicas da esfera federal, estadual e municipal com o intuito de debater o tema Educação Inclusiva e a Meta 4 do PNE.

A sistematização apresentada pelos grupos evidenciou um profícuo e comprometido debate, um espírito de mobilização e uma férrea vontade de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto de lei do PNE.

Garantir a educação de qualidade é direito de todos e dever do Estado, conforme preceitua o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1988 (CRFB/88). É necessário um olhar mais atento no que concerne às pessoas com deficiência e suas especificidades.

A Carta Magna nos assegura, dentre os seus objetivos e fundamentos, a promoção do bem de todos livre do preconceito e da discriminação, a dignidade da pessoa humana e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Contudo, segundo a Prof.^a Nelma Pintor afirma que, reconhecer que os sistemas educacionais precisam ser transformados em espaços inclusivos onde todos possam estudar é um importante passo para dirimir a dívida social em relação às pessoas com deficiências deste país. Entretanto, universalizar o acesso não necessariamente garante a inclusão, que implica em condições mais amplas, como por exemplo: respeito à opção dos familiares, presença de professores e profissionais especializados e capacitados, infraestrutura física, de materiais, de equipamentos, de tecnologias e, principalmente uma postura de respeito às diferenças que rejeita discriminações e preconceitos dentro do espaço escolar.

A inclusão social é uma necessidade e um desejo da sociedade; entretanto alguns pontos precisam ser esclarecidos, conforme nas palavras da professora citada acima, não basta garantir o direito à matrícula e o acesso a escola, são necessários implementações de novas ações para que se possa possibilitar a permanência do alunado com deficiência e com outras especificidades com qualidade e com condições reais de aprendizado. Dentre os serviços apresentados podemos destacar:

- SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ⇔ Ambiente estruturado e equipado com computadores, teclado adaptado, softwares para comunicação alternativa, máquinas em Braille, jogos com textura e contraste. Serviço oferecido no contra turno com professores individuais ou em grupos de alunos com deficiência visual, auditiva e intelectual, com o objetivo de propiciar através da utilização de recursos e ações pedagógicas específicas à apropriação e produção do conhecimento científico, bem como acesso as informações de maneira, que o aluno com deficiência adquira independência e autonomia para sua inclusão social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

- **ESTIMULAÇÃO PRECOCE** ⇒ A estimulação precoce na educação infantil para as crianças com deficiência e com necessidades educativas especializadas, objetiva-se no desenvolvimento afetivo, cognitivo, lingüístico, motor e social dos alunos, oferecendo subsídios para o desenvolvimento global das crianças deste a mais tenra idade.
- **PROFESSOR DE APOIO** ⇒ Professor capacitado e/ou especializado em educação especial, em sala de aula para auxiliar o professor regente, criando estratégias, elaborando e organizando recursos pedagógicos e acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas para que o aluno dentro dos limites inerentes à sua deficiência alcance o seu objetivo proposto em sala de aula, assim como o seu desenvolvimento global.
- **PROFESSOR AUXILIAR** ⇒ Professor que auxilia nas classes para atividades cotidianas, como comer, beber e atender suas necessidades de higiene e fisiológicas.
- **PROFESSOR DE LIBRAS** ⇒ Professor surdo ou ouvinte com fluência em Língua de Sinais que garanta ao aluno surdo o contato com a sua língua natural desde a educação infantil ao término ensino fundamental, garantindo o desenvolvimento lingüístico, social, cultural e identitário desses sujeitos.
- **PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE** ⇒ Suporte técnico dos profissionais da área da saúde especializados (como neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, dentre outros), para disseminação do conhecimento das patologias causadoras das deficiências, suas seqüelas, seus comprometimentos cognitivos, bem como possíveis estratégias pedagógicas que se adequam a cada deficiência.
- **CURSO PERMANENTE DE LIBRAS E BRAILLE** ⇒ Oferecido anualmente para toda a sociedade, bem como familiares dos alunos surdos e cegos, em Libras e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Braille, respectivamente, com o objetivo de estreitar a comunicação entre aluno, família e promover a cultura surda e cega na sociedade.

- A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS E DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA NA GRADE CURRICULAR ⇒ Para que uma educação seja de fato Bilíngüe para surdos, a Libras deve ser ministrada como primeira língua, sendo essa também a língua de instrução, como também a língua portuguesa como segunda língua, sendo trabalhada, como disciplina, em todas as séries com material didático-pedagógico específico e diferenciado.
- ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS ⇒ Recursos físicos e materiais necessários são disponibilizados para garantir a acessibilidade, a locomoção e permanência com qualidade dos alunos nas especificidades implicadas a cada tipo de deficiência. Oferecer desde a simples adaptação de um lápis, punção, regletes, bengalas até a disponibilização de sofisticados equipamentos de informáticas, brinquedoteca, mobiliários adaptados e materiais didáticos traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais.
- TRANSPORTE ESCOLAR ⇒ Disponibilizar transporte exclusivo para os alunos com deficiência, que apresentem dificuldade de locomoção, no itinerário casa-escola-casa garantindo a assiduidade dos mesmos no processo pedagógico.
- LABORATÓRIO ACÚSTICO ⇒ Oferece suporte técnico para a população de videoaula para surdos, audioaula para alunos cegos. Estudo de caso, produção de material para o curso de Libras, gravação de depoimentos e adaptação de vídeos de complementação didática por meio de inserção de janelas para a interpretação da língua de sinais e legenda.
- INTÉRPRETE DE LIBRAS ⇒ Profissional que tem o papel de intermediar a comunicação entre a língua do emissor a língua do receptor. Dispõe da capacidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) "A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre." (grifos nossos)

E mais, no Item-3, do citado artigo, são garantidas as seguintes medidas:

"3.Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

a) Facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;

b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social." (grifos nossos)

Levando em conta o que foi observado na epígrafe, a educação inclusiva visa garantir a todas as pessoas com deficiência o acesso universal à educação, considerando o direito à opção da modalidade em que essa será realizada, sendo em rede regular de ensino, em salas especiais com atendimento específico, ou em escolas da rede especial. Permitirá, também, que os mesmos tenham acesso a um ensino multidisciplinar a partir das salas multifuncionais e de recursos, onde profissionais capacitados de diversas áreas contribuirão com o desenvolvimento afetivo, cognitivo,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

lingüístico e social destes estudantes. Desse modo, a promoção de uma diversidade de espaços adequados às necessidades dos alunos torna-se prioritária, a fim de que seja possível garantir às famílias e aos próprios alunos, o direito de escolher o espaço que melhor se adapte a cada realidade, visando uma educação que possa ser conduzida com qualidade e responsabilidade.

Diante do exposto e restando evidenciada importância do tema, pugnamos pela aprovação unânime desta Emenda ao Substitutivo da Meta 4 do Anexo do Projeto de Lei Nº 8035 de 2010.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2011.

COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DEP MÁRCIO PACHECO

Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência

Vice-Presidente da Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos
em Geral

Membro Suplente da Comissão de Legislação Constitucional Complementar e Códigos

Membro Suplente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e
Controle

Membro Suplente da Comissão de Assuntos da Criança, Adolescente e Idoso

Membro Suplente da Comissão de Educação

Membro Suplente da Comissão de Cultura

Membro Suplente da Comissão de Turismo

Membro Suplente da Comissão de Esporte e Lazer